

Modernidade e Assimetrias na Paisagem:
a fragmentação de ecossistemas naturais e
humanos na baía noroeste de Vitória - E. S.

Isabella Batalha Muniz Barbosa

Orientador: Prof. Dra Catharina Cordeiro P. dos Santos Lima

Dissertação de Mestrado na área de Estruturas
Ambientais Urbanas apresentada à Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São
Paulo para obtenção do grau de mestre.

Apoio: CNPq

São Paulo - 2004

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

ASSINATURA:

E-MAIL: bella.barbosa@uol.com.br

Barbosa, Isabella Batalha Muniz

B238m Modernidade e Assimetrias na Paisagem: a fragmentação de ecossistemas naturais e humanos na Baía Noroeste de Vitória – ES / Isabella Batalha Muniz Barbosa. - - São Paulo, 2004. —p. 353: il.

Dissertação (Mestrado) – FAUUSP.

Orientadora: Catharina Cordeiro P. dos Santos Lima.

1. Paisagem urbana – Vitória (ES) 2. Meio ambiente urbano – Vitória (ES) 3. Arquitetura paisagística – Vitória (ES) 4. Modernidade I. Título

CDU 711.4.01(815.21)

*Despertar madrugada adentro,
o sono não prossegue...
Impulsionada pelo texto ainda inacabado,
desço as escadas lentamente,
de encontro àquilo que ainda não é conhecido
é surpreendente, inesperado.
O tempo cronológico não mais me conduz,
apenas a paixão pelo ato de escrever.
Diante do teclado, deslizo minhas mãos nervosas,
conjugo palavras e pensamentos,
expresso sentimentos e emoções,
procurando dar sentido ao possível, real e imaginário.
Passado e presente se fundem na mistura do tempo.
Assim, vou imprimindo formas, contornos e cores,
à distante, por vezes fugidia, terra natal,
Vitória, cidade presépio....*

E nesse frenesi literário,
produzi esta dissertação.

A quem dedico especialmente:

Paulo,
pelo companheirismo e apoio incondicional em todos os momentos;

meus pais, José e Regina,
pela presença e incentivo ao longo da vida;

meus filhos, Gabriel, Júlia e Luísa,
pelas horas intermináveis em que me abstive deste prazeroso convívio;

e a toda a comunidade da Ilha das Caieiras,
pelo carinho com que me acolheram em sua prática cotidiana.



Ao ingressar na pós-graduação da FAU/USP em 2001, lembro-me bem da afirmação da então diretora da instituição, Prof^a Dr^a Ermínia Maricato, de que a pós-graduação é sempre um processo doloroso e solitário. Hei de concordar, porém sem antes afirmar que é muito gratificante em todos sentidos, especialmente como processo de aquisição do conhecimento, pela troca de experiências e informações adquiridas ao longo deste tempo.

Entretanto, um trabalho não se realiza sozinho. Nesse sentido, não poderia deixar de mencionar o apoio de inúmeras pessoas e instituições que prestaram um auxílio inestimável, sem o qual não seria possível a realização desta obra.

Gostaria de agradecer especialmente à minha orientadora Catharina, pela sua brilhante condução na orientação da pesquisa; pelos comentários sempre pertinentes que fizeram avançar e aprofundar os conhecimentos a respeito da paisagem e dar prosseguimento ao tema; também de modo especial aos professores doutores Eneida Maria de Souza Mendonça e Jorge Oseki que compuseram a banca do exame de qualificação, pela atenção dispensada, pelas dicas e sugestões ampliadas que em muito enriqueceram o presente trabalho;

ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Cnpq – pela bolsa concedida;

à Secretaria Municipal do Meio Ambiente, especialmente a Rita de Cássia Fávero, Joel Nery e Adriano Silva do NIG – Núcleo de Informação e Geoprocessamento - pelo apoio e cessão do material cartográfico indispensável ao desenvolvimento da pesquisa; ao geógrafo Willis de Faria; à bióloga Ivani Zechinelli, e a Léo Lucas pelas entrevistas concedidas.

ao Projeto Terra da Secretaria Municipal de Planejamento pelo acesso à pesquisa sócio –organizativa e às imagens do projeto, gentilmente cedidas.

à Secretaria de Desenvolvimento da Cidade (SEDEC), por disponibilizar informações gerenciais e dados estatísticos do IBGE referentes ao Censo de 2000 e em especial a José Carlos Neves Loureiro; à Carlos Alberto Favaleza do Departamento de Turismo e às arquitetas Tânia Maria Oliveira Gonçalves; Clemir Regina Meneghel, e Jacqueline Alochio do Departamento de Projetos Urbanísticos pela colaboração e pelas informações referentes ao Pólo Turístico Ilha das Caieiras;

ao Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones Santos Neves (IPES), do Governo do Estado do Espírito Santo, em especial à Conceição da Biblioteca pelo apoio e acesso à aerofotogrametria do município; à Vera Carrero e equipe do projeto Bacias Hidrográficas do E.S pela disponibilização de cartas da rede hídrica do município;

às arquitetas Aparecida Netto Teixeira, Eliane Lordello e Grasiella Drumond pelo incentivo e contribuições na discussão do objeto de pesquisa;

aos fotógrafos Vítor Nogueira e André Alves; ao Arquivo Público Municipal; ao NAU (Núcleo de estudos de Arquitetura e Urbanismo /UFES; e a arquiteta Letícia Klug pelas belas imagens gentilmente cedidas;

à Mário César dos Santos pela cessão do equipamento fotográfico digital que possibilitou a composição de imagens do meu acervo pessoal;

ao Projeto Caranguejo da Universidade Federal do Espírito Santo, e em especial ao biólogo Péricles Góes;

à Célia Regina Vicente do SEBRAE-ES pela atenção e entrevista concedida;

à sub-prefeitura da Regional São Pedro pelo suporte técnico-administrativo em Caieiras;

à Simone Leal, Maria Cristina, D.Euza e D. Laura dentre outros da comunidade da Ilha das Caieiras pela atenção dispensada;

à Camila Chicchi e Luciana Mantovani pelo belo design gráfico na montagem final do trabalho; à Francine Gramacho Sakata pelas sugestões pertinentes à diagramação;

à Filomena Kaksuda pela revisão bibliográfica;

e por fim a todos os familiares e amigos que acreditaram na realização desse sonho possível.



O espaço moderno produz segundo uma lógica de simultaneidade paisagens contrastantes e com características de ocupação distintas. A cidade de Vitória revela uma paisagem de dimensão singular e plural, de natureza fragmentada: a paisagem da região nordeste, correspondente à orla marítima, expressa a riqueza e os signos da cidade global, criando assim, uma condição antagônica à paisagem da região noroeste, cujos ecossistemas naturais e humanos coexistem precariamente. Essas assimetrias espaciais representam um processo dialético de inclusão e exclusão social inerentes à modernidade.

A pesquisa teve por objetivo analisar a paisagem da Baía Noroeste no âmbito do município, buscando compreender os processos sociais e espaciais cumulativos que impuseram profundas transformações à sua base natural e sócio-espacial, considerando os seguintes aspectos: os impactos e correspondências que se estabelecem entre as regiões - nordeste e noroeste - a partir da instauração do capital industrial e da solicitação de um espaço compatível com a modernização; a forma como a região da Baía Noroeste se integra à produção e à gestão empresarial do município; os desafios e expectativas que se apresentam para a paisagem e a comunidade da Ilha das Caieiras a partir de sua inserção no Pólo Turístico; e por fim, a discussão da importância da participação da população na preservação do ecossistema manguezal como elemento estruturador da paisagem, da identidade e da cultura urbana capixaba.

Desse modo, pretende-se uma nova abordagem sobre a paisagem do lugar, mostrando que a globalização se configura, não pela ausência de referenciais locais, mas por um excesso de representações ideológicas materializadas no cotidiano que redefinem seu conteúdo. E nesse contexto, mostrar que, a articulação do espaço econômico inclui o político, não apenas como externalidade, mas como estruturante na conformação da paisagem.

Modern space simultaneously produces contrasting landscapes with different characteristics in terms of urban occupation. In this context, the city of Vitória unfolds diversified and fragmentary landscapes of both single and plural dimensions: the coastal northeast area expresses the wealth and signs of the global city as opposed to the northwestern area, whose natural and human ecosystems coexist in a precarious way. Such spatial asymmetries represent a dialectical process of social inclusion and exclusion inherent in modern times.

The main objective of this research was to analyse the Northwestern Bay landscape within the municipal boundaries. It seeks to understand the social and spatial cumulative processes that deeply altered its natural and social-spatial basis taking into account the following aspects: the impacts and co-relations between the two regions (northeast and northwest) after the industrial establishment which demanded a different urban space compatible with modernization; the ways through which the Northwestern Bay area is integrated with the municipal production and management; the challenges and expectations of the Caieiras Island landscape and community since its insertion in the tourism industry and finally the importance of community participation and empowerment towards the preservation of the mangrove ecosystem as an important landscape structural feature which expresses local *capixaba* cultural identity.

The dissertation offers a new approach to local landscape processes and shows that globalization is expressed not by the lack of local references but by the implementation of an ideological model materialized into ordinary life which ends up reshaping landscape forms. In this context, the research shows that the articulation of economic space includes the political sphere, not merely as an external influence but as a vital infra-structural instance in the configuration of landscape.

APRESENTAÇÃO		13
INTRODUÇÃO		17
UM OLHAR SENSÍVEL SOBRE A PAISAGEM		29
PARTE I - PAISAGEM (RE)INVENTADA: DA ESSÊNCIA À APARÊNCIA		
<hr/>		
CAPÍTULO 1	A VISÃO CONTEMPORÂNEA DA NATUREZA E DA PAISAGEM: UMA ABORDAGEM CONCEITUAL	37
	1.1 A natureza primeira	42
	1.2 A paisagem: interface entre processos naturais e antrópicos	51
	A dimensão ambiental da estética e da cultura na paisagem	57
	A percepção da paisagem e a experiência cotidiana	61
CAPÍTULO 2	EVOLUÇÃO URBANA E CONTEXTO FÍSICO-SOCIAL DE VITÓRIA	67
	2.1 Ambiências e dramaticidade do sítio	73
	2.2 O Estado e a construção social do espaço moderno	83
	Os Planos de Vitória na retórica da modernidade	86
	Do Modernismo ao colapso do planejamento urbano	104
CAPÍTULO 3	O PARADOXO DA MODERNIDADE: PRODUÇÃO DE DIFERENÇAS	113
	3.1 Modernidade: um paradigma em construção	116
	A crítica favorecendo a modernidade	119
	A lógica presente na dialética capitalista	124
	3.2 A cidade dialética: segregação sócio-espacial	131
	Ambivalência no discurso oficial: princípio de hierarquia e igualdade	134
	A metrópole e a gestão urbana empresarial	138

PARTE II – O LUGAR NA PAISAGEM

CAPÍTULO 4	BAÍA NOROESTE: CAMINHO DOS HOMENS , CAMINHO DAS ÁGUAS	157
	4.1 Natureza e respectivos processos sociais	159
	Unidades de paisagem segundo a geografia	162
	O processo de urbanização: degradação sócio-ambiental	177
	A Baía pelas tradições culturais	188
	4.2 O Particularismo da Ilha das Caieiras	197
	A identidade do lugar	197
	Mobilização popular: descrédito e cooptação política	209

PARTE III – PAISAGEM EM TRANSFORMAÇÃO

CAPÍTULO 5	ECOTURISMO X SUSTENTABILIDADE: UMA PRÁTICA POSSÍVEL?	221
	5.1 O ecoturismo em áreas naturais protegidas	223
	5.2 Pólo Turístico: limites e possibilidades	227
	As propostas de desenvolvimento do ecoturismo na região	227
	5.3 A questão da sustentabilidade na dinâmica sócio-ambiental	244
	Princípios ecossistêmicos que norteiam o planejamento, projeto e gestão da paisagem	247
CAPÍTULO 6	ILHA DAS CAIEIRAS: DESPERTAR PARA O GLOBAL?	253
	6.1 A inserção na comunidade, local e global	255
	6.2 A cultura incorpora nova imagem projetual	261
	O consumo do espaço associado à produção de imagens	263
	A mídia construindo uma identidade global	266
CONSIDERAÇÕES FINAIS		271
	Recomendações para o planejamento e gestão da paisagem	277
	Um ensaio propositivo: os corredores de desenvolvimento	282
	Epílogo	287
ANEXOS		
	1 - Espaços Territoriais especialmente protegidos	289
	2 - Entrevistas	297
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		345

“Um fenômeno social é um fato histórico na medida em que é examinado como momento de um determinado todo; desempenha, portanto, uma função “dupla” capaz de dele se fazer efetivamente um fato histórico: de um lado definir a si mesmo, e de outro, definir o todo; ser ao mesmo tempo produtor e produto; ser revelador e ao mesmo tempo decifrar a si mesmo, conquistar o próprio significado autêntico e ao mesmo tempo conferir um sentido a algo mais.” Kosik

A paisagem urbana de Vitória se insere num contexto de pós-modernidade, cuja aparente estrutura formal se reconstrói a cada momento, exigindo um estudo abrangente e interdisciplinar, no qual os processos devem ser explicados pelo arcabouço do meio físico e seus agentes intervenientes.

A metodologia adotada na pesquisa é o da investigação dialética - a totalidade concreta - a qual pode ser representada por um fato qualquer, a partir da qual é compreendida. Desse modo, conhecer a realidade não é acumular todos os fatos, e sim conhecer o lugar que aquele fato ocupa na totalidade, pois fatos isolados tratam-se de meras abstrações. O movimento dialético ocorre na medida em que o objeto de pesquisa - Baía Noroeste - passa a ser compreendido e tratado no âmbito da totalidade do município e em outras esferas ampliadas.

Definiu-se assim, uma abordagem considerando a *geografia original e a modificada do município*, realçando o caráter físico do território tratado, bem como a sua *história e evolução urbana*, analisado sob o discurso de instauração da modernidade. Nesse sentido, a conexão entre as diversas partes do conhecimento auxilia na compreensão da realidade a partir da cisão do todo. A teoria recobre o domínio inteiro do conhecimento e da reflexão sobre o conhecimento, passando do *concebido ao vivido*², isto é, da lógica à dialética que as une, situando-se em sua articulação.

Desse modo, a fundamentação teórica passa necessariamente pela interpretação da racionalidade científica como forma de dominação e técnica de sustentação do poder, estabelecendo uma análise comparativa da produção de espaços diferenciados segundo uma lógica de intervenção: a região nordeste e a noroeste. O trabalho discorre apresentando questões conceituais pertinentes à modernidade e ao urbanismo, enfim, aos processos naturais e antrópicos que envolvem a paisagem.

Assim, o enfoque da modernidade atribuído ao tema - a Baía Noroeste³ - faz um recorte aproximativo da Ilha das Caieiras, lugar representativo e simbólico da paisagem e cultura da região, buscando destacar o que é característico do lugar - o mangue - sendo relevante o aspecto cultural subjacente. Esta abordagem calcada na assimilação das características do sítio físico e nas modificações sobre ele delineadas, é

¹ KOSIK, K. 1976. p.40 In: Teixeira, Aparecida Netto. *Cidade e Siderurgia*. FAUUSP. 1998.

² LEFEBVRE, Henri. *La Production de L'espace. Anthropos*. 3ªed. Paris.1986.

³ O estudo da Baía Noroeste compreende a faixa que se estende entre as poligonais 8, 9, 10, e 11 e 12. A Ilha das Caieiras corresponde à Poligonal 12.

Poligonal é uma subdivisão do Projeto Terra, elaborado pela Prefeitura Municipal de Vitória que está associado ao Plano Estratégico do município. A sua meta de implantação corresponde a um período de 14 anos (1996-2010). Trata-se de um conjunto de obras e serviços que tem por objetivo promover a urbanização, preservação ambiental e ações sociais no município.

proposta como condição primordial para a consolidação da identidade e cidadania dos moradores da região e de todo o município de Vitória. Desse modo, o trabalho busca compreender as especificidades do objeto estudado, e os limites (historicamente dados) para se pensar o futuro.

A abordagem conceitual usada como referencial para a compreensão dos processos que envolvem a construção da paisagem contemporânea, multifacetada por diversos interesses e complexidades em seus sistemas humanos e naturais, muito contribuiu para evidenciar a dimensão do processo urbano e apontar tendências na região noroeste. Entretanto, conjugar este aporte teórico com as perspectivas, obstáculos e anseios a serem delineados e transpostos pela comunidade local, é que faz o diferencial necessário para a conjugação de novas idéias.

Assim foram necessárias várias inserções na comunidade da região e a realização de entrevistas⁴, especialmente na Ilha das Caieiras, como forma de provocar uma aproximação da base conceitual com a prática cotidiana, observando até que ponto os conflitos e divergências enfrentados pelos moradores refletem as dificuldades encontradas na interpretação da paisagem. A constatação das práticas urbanas na formulação de diagnósticos e cenários só encontra respaldo na dimensão pública do cotidiano como lócus do significado social.

O trabalho está dividido em três grandes eixos metodológicos (Partes I, II e III) e seis capítulos, onde procuro explicar e estabelecer uma correlação entre as transformações sócio-ambientais e a formação de um espaço “estratégico”, que induziu à construção de novas estruturas morfológicas, e ao mesmo tempo impregnando de fixidez destrutiva o ambiente natural da região noroeste.

Parte I – Paisagem (re)inventada: da essência à aparência – referente aos Capítulos I, II e III, procura estabelecer a identidade visual da cidade de Vitória, que no passado tinha forte presença dos elementos naturais, mas que num processo acelerado, cede cada vez mais espaço para a exaltação e incorporação de novos elementos construídos e inseridos num contexto global. Para compreensão desta realidade, são apresentados conceitos de natureza e de paisagem vinculados ao paradoxo da produção humana e da modernização, observados no contexto de evolução urbana e social do município.

Parte II– O Lugar na paisagem – O Capítulo IV apresenta a beleza singular da Baía Noroeste, e as particularidades de seus processos naturais e sociais, tendo como suporte permanente a presença da natureza, seja através de suas águas, seja através de sua história singular, elegendo a Ilha das Caieiras como identidade cultural e simbólica da região. Aborda também como o processo social e a experiência cotidiana são co-responsáveis pela construção da imagem perceptual da paisagem, seus símbolos e significados.

⁴ Foram realizadas um total de 30 entrevistas com moradores e lideranças locais, bem como com representantes do poder público municipal e estadual que participam ou desenvolvem algum projeto físico ou social na região noroeste.

Parte III - Paisagem em transformação – Os Capítulos V e VI discutem a inserção da região noroeste no Pólo Turístico proposto pelo planejamento estratégico municipal, destacando o aspecto relativo à valorização da imagem física do lugar e as perspectivas de mudanças. Desse modo, são levantadas questões empíricas relacionadas a paisagens organizadas para o turismo em áreas periféricas e os impactos que poderiam advir dessas ações para o ambiente e para a população local, especialmente se estiverem desarticulados do imaginário e do simbólico que representa o lugar. Apresenta ainda as diversas interfaces do discurso ambientalista e do desenvolvimento sustentável utilizado pelo poder público/privado para implementação do projeto turístico, cabível na medida em que traduza um significado favorável ao cotidiano local.

E por último, algumas recomendações e pressupostos são fundamentais para se pensar alternativas e possibilidades para a região. Em primeiro lugar, a consideração do papel a ser exercido pelo espaço público/empresarial no cotidiano da população local; em segundo lugar rever o papel do poder público enquanto aglutinador social na formulação de um espaço público de caráter metropolitano em sua estreita relação com um ambiente natural e quais as formas de sustentação dessa prática; e por último a condição primordial da participação social na gestão dos projetos. Todos estes aspectos são relevantes e estarão sendo abordados no decorrer do trabalho.

O reconhecimento que a produção espacial está diretamente relacionada às dimensões contextualizadas do espaço e do tempo restringe o objeto de estudo ao período compreendido pelos últimos trinta anos (1975-2004), quando a década de 1970 dá início a um processo de grandes transformações na cidade a partir de investimentos de capitais estrangeiros e imobiliários, gerando mudanças consideráveis na paisagem do município.

Portanto, foi a partir de um complexo sistema de informações conceituais que integram o bloco *Estruturas Ambientais Urbanas* (PÓS-FAU/USP) que foram desenvolvidos e aprofundados conhecimentos a respeito da paisagem contemporânea, por vezes controversos entre si, mas que auxiliaram na construção de um conceito ou pensamento. Vale aqui, ressaltar a importância da interdisciplinaridade de áreas afins como a geografia, sociologia e a antropologia, que possibilitou uma série de abordagens teóricas, estudo de novas etnografias e reflexões acerca do assunto, diversificando as visões da modernidade de forma singular e plural.

O prólogo - *um olhar sensível sobre a paisagem* – trata-se de um depoimento pessoal, onde relato experiências e vivências cotidianas da paisagem em constante evolução, para que no âmbito histórico da percepção sensorial do passado, pudesse compreender e fazer revelar o significado do presente. Nesse sentido, o pensamento trabalha sobre percepções e reminiscências, com vistas ao conhecimento e à transformação da realidade exterior. Tal pensamento pode produzir associações errôneas

⁵ Maria Ângela Faggin faz a reflexão sobre natureza e paisagem tendo como suporte analítico o pensamento freudiano sobre o imaginário. Segundo ela, Freud considera dois vetores atuando sobre a imaginação: um vetor encobridor e um vetor cognitivo. O vetor encobridor opera a serviço da ocultação, transportando para a realidade exterior, fantasias que privilegiam certas estruturas, destacando-as de seu contexto histórico. O vetor cognitivo atua na esfera da percepção, utilizando a realidade exterior como suporte material para ativar traços da memória vinculados, por contigüidade ou similaridade, à vivência presente. Esse processo de reordenação explora um estado de coisas que transcende a realidade, produzindo a partir de imagens, projetando-se para o futuro como força criadora. Essas fantasias conscientes não se confundem com a realidade, porque quem imagina, não vê, mas pensa. LEITE, Maria Ângela In: *As tramas da segregação*. Tese de livre docência. FAUUSP. 1998.

ou deficitárias, ou seja, as conexões – por contigüidade ou similaridade – podem ser insatisfatórias, mas a consciência sempre quer conhecer a realidade exterior⁵. Dessa forma, o passado não é um dado “morto”, mas uma produção a partir de uma problematização. Todo esse repertório de impressões, memórias, motivou o empreendimento de um esforço analítico e de investigação científica que possibilitou a realização do presente trabalho.

Permitir explorar a poesia no trabalho se justifica na medida em que expressa de forma sutil e apropriada o contexto da modernidade. Por meio da experiência cotidiana, os artistas e poetas não só compreendiam o espírito de sua época, como também respondiam ao processo de sua mudança através de sua obra. As poesias de Fernando Pessoa⁶ e de Baudelaire são recorrentes ao longo do trabalho, quando de forma análoga ao conteúdo teórico apresentado, revelam como o artista e o poeta tinham a capacidade de concentrar a visão em elementos comuns da cidade, compreender suas qualidades fugidias e ainda assim extrair, do momento fugaz, todas as sugestões de eternidade nele contidas.

A fotografia foi usada como recurso na denúncia da irracionalidade e dicotomia existente na paisagem moderna contemporânea, capaz de gerar maravilhas, híbridos de natureza e cultura, e ao mesmo tempo o flagelo social e ambiental. Retrata ainda o cotidiano dos lugares e pessoas comuns que superam no imaginário a realidade objetiva. Nesse sentido, o uso da imagem passa a ser a crítica materializada da paisagem, e em especial da paisagem capixaba, objeto de estudo.

⁶ Fernando Pessoa ao assumir diversos heterônimos, explica a natureza fragmentada do sujeito moderno. Frente ao cenário de caos havia algo de libertador ao representar muitos papéis distintos, assim como havia alguma coisa estressante e profundamente desestabilizadora em ação. A sua obra apresenta sempre uma instância interrogativa, reconciliando-se entre a dispersão e a fuga do mundo imediato e próximo, enfim, reconhecidamente humana. Pessoa e Baudelaire são referências para vários críticos da modernidade (Walter Benjamim, Harvey, Harootunian, dentre outros) que tentam explicar as relações de ambigüidade nela contida por meio da interpretação poética do cotidiano por eles reveladas.

introdução

“A modernidade seria a produção conjunta e histórica das três duplas de transcendência e imanência numa alternância em que é possível mobilizar a natureza, “coisificar” o social, sentir a presença de Deus, ao mesmo tempo em que a natureza nos escapa, que a sociedade é nossa obra e que Deus não mais interfere em nada.”

Latour

Fig 0.1 Habitações subnormais no bairro Resistência, contíguo à região noroeste. Palafitas sobre o canal da baía. Fonte: Projeto Terra.

Fig 0.2 Centro à noite. Foto: Vítor Nogueira

¹ O uso do termo espaço (social) assim como o tempo (social) pode levar a uma modificação de seu sentido conforme a sua aplicação. Na concepção aqui adotada, eles se apresentam não mais como fatos da "natureza" mais ou menos modificada, e não mais como simples fatos da "cultura" - mas sim como "produtos". Nesse sentido específico, Lefebvre considera produto por um caráter de globalidade (não de "totalidade"), que os produtos não têm, pois enquanto mercadorias, loteados, se trocam, se vendem, e se compram como objetos.

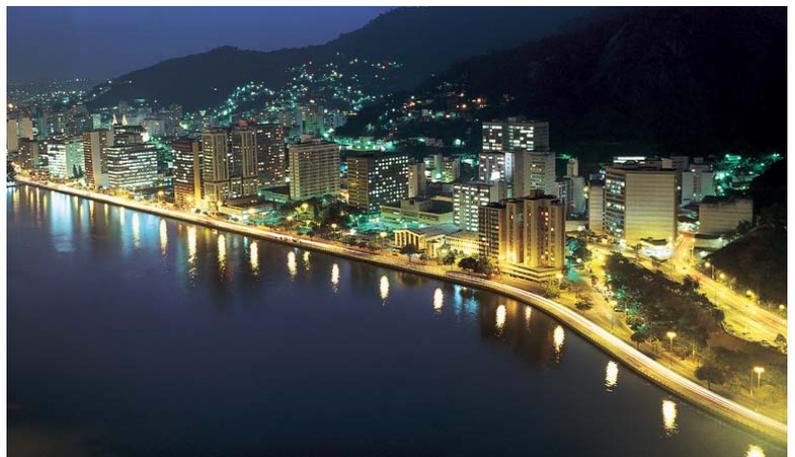
² LEFEBVRE, Henri. *La Production de L'espace*. 3ed Paris: Anthropos, 1986. (tradução Jorge Oseki - mimeo)

"O espaço abstrato que serve de instrumento à dominação, sufoca o que tende a sair dele, a ser criativo. Espaço mortal ele mata suas condições históricas, suas próprias diferenças (internas) e as diferenças (eventuais) para impor a homogeneidade abstrata." Lefebvre

A modernidade chega com promessas de desenvolvimento social, entretanto, produz assimetrias na conformação da paisagem, uma vez que o espaço moderno é constitutivo de alteridade. A urbanização desordenada ocorrida dos últimos 30 anos na cidade de Vitória-E.S, levou a uma profunda transformação de suas áreas ambientalmente sensíveis, resultante de grandes intervenções de interesse público e privado, sem ter sido considerado algumas premissas básicas de funcionamento de seus ecossistemas. Nesta perspectiva, a nova estrutura espacial do município estabelece vínculos imediatos com a implementação de políticas públicas que visam a valorização de determinadas áreas. Dessa forma, o espaço social¹ expressa reflexos negativos nos espaços naturais revelando a degradação de sua qualidade sócio-ambiental. Na verdade, o que ocorre concretamente é uma dualidade de espaços que se traduz como **contradição e conflito**. Segundo Lefebvre², esta própria dualidade dá a impressão de uma dualidade de poder político, de um equilíbrio instável, de uma explosão rapidamente inevitável. Embora o espaço moderno configure paisagens contrastantes em sua morfologia espacial, elas fazem parte de um **processo único, dialético que integra o todo, a totalidade**. A contraposição paisagística existente na estrutura espacial urbana de Vitória denota valorização e investimentos de capitais em certas áreas em detrimento de outras, e, portanto, torna evidente a ambigüidade característica do espaço moderno. As mudanças verificadas no sítio físico com a perda de referenciais naturais na nova construção imagética da cidade criaram novos símbolos e significados, estabelecendo mecanismos desagregadores dos pro-



0.1



0.2

0.3



0.4

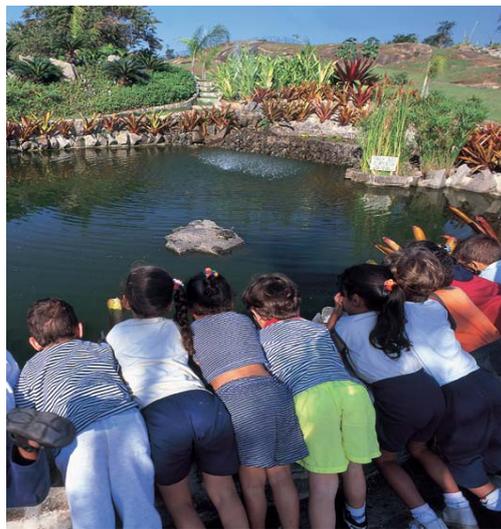


Fig 0.3 Na falta de espaço de lazer, menino brinca no balanço em meio ao lixo da invasão de São Pedro. Foto: Vítor Nogueira.

Fig 0.4 Crianças brincam nos espaços públicos da região nordeste. Pedra da Cebola. Foto: Vítor Nogueira.

Fig 0.5 Invasão de palafitas sobre o mangue na região noroeste na década de 70/80. Foto: Vítor Nogueira.

Fig 0.6 Calçadão na Praia de Camburi. Foto: Vítor Nogueira.

Fig 0.7 Crianças circulam por meio de canoas no emaranhado da ocupação no mangue. Foto: Vítor Nogueira

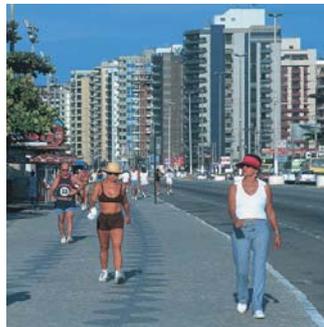
Fig 0.8 Marinas do late Clube na Praia do Canto. Fonte: acervo pessoal, 2002.

cessos ecológicos e históricos da paisagem do município. Nessa nova cena, apenas o capital ocupa a posição de agente do espaço e do sujeito, produzindo e incorporando valor num ciclo de reprodução e repetição.

Enquanto acontecia o “boom imobiliário” na região nordeste promovida por uma série de investimentos públicos, a região noroeste sofria grandes alterações de ordem física e social, expressa nas estruturas degradadas dos seus ecossistemas naturais e humanos. Considerando que as questões ambientais e culturais são indissociáveis das relações sociais de produção, poderíamos afirmar que a instauração do capital industrial e da solicitação de um espaço compatível com a modernização foi o agente norteador da transformação dessa base natural.



0.5



0.6



0.7



0.8

Nesse sentido, é interessante a crítica que Latour³ faz à modernidade e simultaneamente à ciência em seu ensaio “*Jamais Fomos Modernos*”, desestabilizando o conceito ideológico acerca do assunto, quando questiona se realmente somos modernos. Ele discute a propriedade da atribuição dada a nós mesmos, ocidentais modernos, de sermos completamente diferentes dos outros, numa situação vantajosa por termos o domínio da ciência, mas que muitas vezes “*além da glória, carrega a tragédia*”. Desse modo, utiliza o princípio de simetria e assimetria como método de interpretação das diferenças existentes entre as diversas culturas e suas relações com o mundo.

³ LATOUR, Bruno. *Jamais Fomos Modernos*. São Paulo: Editora 34, 2000.

Segundo ele, a transcendência da natureza em nossa sociedade pelo fenômeno da ciência, quando então “**a natureza passou a manifestar-se de forma a-humana e por vezes, inumana - hibridização** - fez com que ocorresse uma assimetria entre as culturas que consideram a natureza, e aquelas que consideram apenas sua cultura ou as versões deformadas que elas podem ter da matéria”⁴. As condições em que ocorreu a invasão de São Pedro, periferia de Vitória, revela bem esta forma de imposição da moderna cultura ocidental.

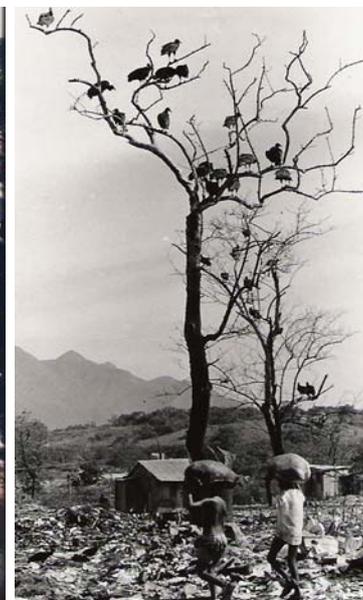


Fig 0.9 Pessoas no lixão. Invasão na região noroeste que deu origem ao bairro de São Pedro. Fonte: Arquivo Público-PM.V

Fig 0.10 A degradação da paisagem social e natural. Foto: Vítor Nogueira.

0.9

0.10

*“O bairro de São Pedro, de santo só tem o nome. Estendendo-se a cada invasão, ele concentra toda a miséria, toda a tristeza e toda a humilhação a que foram levados os seres humanos. É como uma espécie de sub-raça, que sobrevive disputando o lixo numa relação amistosa entre velhos, crianças, moscas, ratos e urubus.”*⁵ Amilton de Almeida

A mobilização do mundo e dos coletivos em uma escala cada vez maior multiplica os atores que compõem nossas naturezas e nossas sociedades. Progresso e decadência são seus dois grandes repertórios e têm ambos a mesma origem. A temporalidade moderna exige que as coisas andem na mesma velocidade e sejam substituídas por outras igualmente bem alinhadas para que o tempo se torne um fluxo sendo, portanto, resultado desta disciplina.

O autor defende o argumento de que não há como dissociar natureza e sociedade, sujeito e objeto, pois tudo acontece pelo trabalho de mediação, portanto, ambos sustentam-se mutuamente. Assim, o macro-contexto social é que define as idéias relativas à matéria e aos fenômenos da natureza. Daí o esforço para considerar o espaço (social) assim como o tempo (social) não mais como fatos da natureza mais ou menos modificada, e não mais como simples fatos da “cultura”, mas como produtos, híbridos da natureza e da cultura.

⁴ Idem, p.98.

⁵ Amilton de Almeida, jornalista do maior veículo de comunicação do Espírito Santo- a rede Gazeta- , realizou o filme “Lugar de Toda Pobreza” em que denuncia a situação degradante por qual passou a grande massa de migrantes excluídos do mercado formal e que acabou por invadir o manguezal da Baía Noroeste.

“Tudo acontece no meio , tudo transita entre as duas, tudo ocorre por mediação ,por tradução e por redes, mas este lugar não existe. É o impensável dos modernos. Qual outra forma de estender os coletivos seria melhor do que juntar tanto a transcendência da natureza quanto a total liberdade humana , incorporando ao mesmo tempo a natureza e limitando de forma absoluta as margens de liberdade ? Isto permite , na verdade , que se faça tudo e também o contrário.” (Latour, p.43)

O movimento moderno cuja influência junto à paisagem urbana e à cidade refere-se a uma estética vinculada ao modelo desenvolvimentista, assegurou um discurso facilmente assimilável pelas administrações públicas ávidas pelo reconhecimento em suas gestões. Dessa forma, a sociedade fragmentada na contemporaneidade se expressa nos diversos agrupamentos espaciais, materializados por interesses antagônicos, moralmente aceitos por todas as camadas sociais apesar de refletir a predominância e a imposição da classe dominante. Expõe basicamente uma alienação coletiva, fruto da desarticulação da produção social do espaço urbano, ou mais, da cidade como obra de seus cidadãos.

Portanto, o espaço da “modernidade” esconde sob sua homogeneização as relações “reais” e os conflitos. Neste contexto, o espaço urbano torna-se simultaneamente homogêneo e fragmentado e expressa uma **constante contradição nas categorias**



0.11



0.12

Fig 0.11 Crianças brincam em pinguela. Foto: Vítor Nogueira.

Fig 0.12 Invasão na região noroeste: palafita no mangue. Fonte: Arquivo Público P.M.V.

Fig 0.13 Crianças brincam em play-ground na Praça dos Namorados. Fonte: acervo pessoal, 2002.

Fig 0.14 A parceria privado e pública garantindo a manutenção dos jardins na Praça dos Namorados (região nordeste). Fonte: acervo pessoal.



0.13



0.14

“centro-periferia” e “globalidade-parcelas”. Além disso, produz espaços hierarquizados e marginais. A violência e o poder se instauram e tornam-se fatores limitantes da fruição da paisagem e do uso do espaço público, especialmente em Vitória, onde esta situação extrapola o limite do bom senso. Nessa perspectiva, o poder público sempre adota uma determinada conduta na promoção da imagem da cidade. Assim, como a categoria de transformações, as imagens também podem ser produzidas de acordo com o tipo de mercado que se quer atingir. Desse modo, os efeitos da moderna urbanização sustentados pela *mídia estão sempre associados à centralidade, daí a inevitável produção de diferenças*, através da redução das particularidades antigas, das etnias, e das culturas locais.

A evidência de espaços segregados é traduzida explicitamente na paisagem construída de Vitória. A região nordeste (orla) com belas perspectivas visuais para o mar, corresponde a uma paisagem privilegiada pelo poder público e mercado imobiliário. Ao longo da evolução urbana do município, grandes investimentos foram feitos na região que passa a incorporar valor no mercado de terras através de constantes melhoramentos na infra-estrutura. As instituições públicas e financeiras foram sendo gradativamente transferidas da área central para esta região, além da alocação de prédios, residenciais, empresariais e shoppings centers. A estética formal da arquitetura vinculada ao “estilo pós-moderno”, assim como a sofisticada tecnologia utilizada na construção da Terceira Ponte (vão de 3,5 km de extensão) que liga os municípios de Vitória e Vila Velha, reforça o discurso da cidade empresarial apta a competir com outros mercados neste novo século que se inicia.

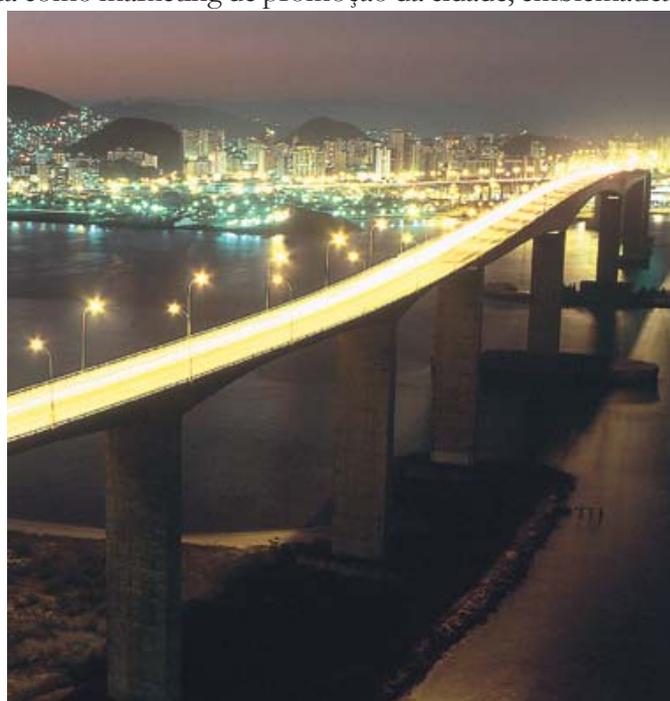
Dessa forma, a região nordeste tornou-se uma das áreas mais nobres do município e sua imagem passa a ser usada como marketing de promoção da cidade, emblemática

Fig 0.15 Paisagem verticalizada que se lê contemporânea. Curva da Jurema à noite.

Fig 0.16 Terceira Ponte: a sofisticada tecnologia apta a competir com mercados mundiais na gestão empresarial da cidade. Foto: Vítor Nogueira.



0.15



0.16



0.17

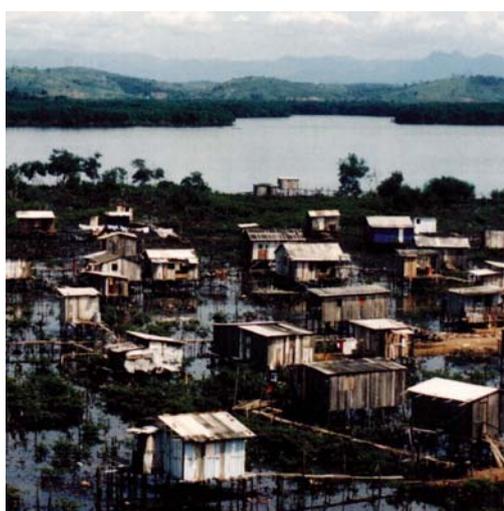
do projeto “Vitória do Futuro”, ou seja, o *novo, negando o velho*⁶. Dessa forma, a administração municipal tira proveito e tenta viabilizar seus projetos do “futuro”, sendo esta região considerada a “*porta de entrada*”, a fachada principal da cidade, onde impera uma paisagem de construção verticalizada e homogênea, que se “*lê*” como desenvolvida e contemporânea. E é nessa vitrine que o plano estratégico do poder público, resultante da vontade de inserção no nó das cidades mundiais, que a cidade de Vitória se faz reconhecer, enfim identificar-se. Para Otilia Arantes⁷, “*a identidade que todos buscam é a riqueza indiferente ao conteúdo sobre o qual se assentará*”.

Fig 0.17 Imagem de satélite mostrando a assimetria geográfica e social do espaço: região nordeste e noroeste. Fonte: www.baiadevitoria.ufes.br.

Fig 0.18 Invasão mangue região Noroeste. Foto: Vítor Nogueira.

Fig 0.19 O discurso ambiental vira retórica frente ao caos social. Invasão do mangue na Baía Noroeste em 1980. Foto: Vítor Nogueira.

⁶ A assimetria entre natureza e cultura torna-se também uma assimetria entre passado e futuro. Isto porque, os modernos têm a sensação de uma flecha irreversível do tempo, de uma capitalização, então para isso é preciso romper com o passado. Contudo para Latour, a temporalidade moderna não tem muito efeito sobre a passagem do tempo. O passado permanece, ou mesmo retorna. A passagem moderna do tempo nada mais é do que uma forma particular de historicidade. Mas como esta temporalidade é imposta a um regime temporal que corre de forma totalmente diversa, os sintomas de um desen-tendimento se multiplicam (p.68). Como Nietzsche ha-



0.18



0.19

A região da Baía Noroeste situada geograficamente na parte posterior do município foi ocupada na década de 80 por uma grande massa de migrantes excluídos do mercado formal de terras urbanas que se instalou por sobre os manguezais em condições sub-humanas de habitabilidade. A oposição binária existente entre riqueza/ pobreza, feio/bonito, mangue/mar é induzida também pela conformação biofísica do sítio de Vitória. A existência do Maciço Central (300m de altitude), situado no centro da ilha, cria naturalmente uma barreira visual comprimindo o centro histórico, limitando a expansão de sua parte posterior, enfatizando contrastes e dividindo geográfica e diametralmente o município.

O mangue, por outro lado, foi sempre negado no decorrer dos sucessivos planos de urbanização, especialmente pela política sanitária, tido como sistema insalubre e que acarretava doenças, o que denota desconhecimento e desvalorização desse ecossistema por parte do poder público e da população em geral. Muito em função desse descaso é que na cidade de Vitória, o mangue acabou sendo em grande parte devastado. Entretanto ainda restou uma área de mangue passível de preservação – a Ilha do Lameirão - que está contígua a essa ocupação de baixa renda, e que atualmente é protegida por lei municipal que, entretanto, é pouco reconhecida como valor pela maioria da população da cidade. Atualmente, esta porção do território municipal passa a incorporar uma dimensão paisagística e ambiental até então negligenciada, considerando as novas contextualizações favoráveis à requalificação urbana. Muda-se a base conceitual, e nessa perspectiva, o sentido do local vem a calhar como estratégia de legitimação das políticas urbanas.

Nesse sentido, a paisagem, impregnada de valor simbólico e estético passa a ser também um problema social e político, porque tanto ela como sua valorização são socialmente produzidos. Essa dimensão social pressupõe interesses diferenciados, tanto nos processos que a produzem como dos atores que dela se servem, revelando ações que podem gerar impactos positivos ou não. Podemos aqui considerar a posi-

Fig 0.20 O mangue do Lameirão protegido por legislação ambiental. Foto: Vítor Nogueira.

via observado, os modernos têm a doença da história, quanto mais revoluções acumulam, mais conservam; a reconstrução histórica e o arcaísmo são dois dos sintomas da incapacidade dos modernos de eliminar aquilo que eles devem, todavia, eliminar a fim de ter a impressão de que o tempo passa.

⁷ ARANTES, Otilia et. alli. *A cidade do pensamento único*. 2ed. São Paulo: Vozes, 2000.p.62.



0.20

ção (binária) que se faz representar quando o *espaço dominado*⁸ é explorado para e pelo consumo. O turismo e o lazer tornam-se grandes setores de investimento e de rentabilidade. Mesmo sendo verdade que estes movimentos tem por suporte as classes médias e altas, estas oferecem modelos de consumo às ditas inferiores, e neste caso a “*mimesis*” submetida à contradição exerce um papel estimulante.

A essência do problema está presente na grande maioria das cidades brasileiras, especialmente em periferias que tenham resguardado alguma motivação paisagística. O dilema¹⁰ resulta em uma dupla contradição: na escala de ação do poder local, a opção pelo turismo como estratégia de investimentos ignora a qualidade da paisagem urbana; na escala do cotidiano, o cidadão ignora que a qualidade da paisagem de seu espaço de convivência afeta sua qualidade de vida. Portanto, o processo de produção paisagística é político e social, e qualquer estratégia que ignore um ou outro estará sujeita ao fracasso.

A experiência da modernidade exagerou a universalidade das ciências, quando acreditou que havia pessoas, situações e locais que poderiam ser “descontextualizados” por regras globais, arrancadas para sempre dos particularismos locais. Diante desse paradoxo, portanto, diante dessa relação produção espaço-temporal que se conecta com a relação do eu /outro, a questão que se coloca é como podemos reintroduzir o local, a “diferença”, frente à homogeneização e a multiplicação de redes, e ao mesmo tempo, valorizarmos o ecossistema manguezal tão rico e belo com suas respectivas manifestações culturais a ele associadas?

Atualmente, estamos sempre questionando, que pertencimento têm as coisas: são globais, locais, sociais ou naturais? O *paradoxo moderno* encontra-se justamente



0.21



0.22

Fig 0.21 e 0.22 O flagelo humano diante da inépcia do Estado moderno. Para Latour, o princípio de simetria restabelece a historicidade e a justiça. Foto: Vítor Nogueira.

⁸ Lefebvre considera o espaço ou setor dominado como o conjunto da atividade produtiva — a *práxis* — tendo como finalidade essencial criar um universo consolidado. O setor não dominado, trata-se de uma imensa parte da realidade que não está humanizada, ao redor do homem e no homem mesmo, não é um objeto da *práxis*.

⁹ Para Brabha, “a *mimesis* colonial é o desejo de um Outro reformado, reconhecível, como sujeito de uma diferença que é quase a mesma, mas não exatamente”. BRABHA, Homi. Of mimicry and man: the ambivalence of colonial discourse. In : *The Location of Culture*. London: Routledge. 1994.

¹⁰ Embora haja havido avanços na legislação ambientalista, por ser muito restritiva quanto ao uso e ocupação do solo, acabou gerando o efeito inverso, ou seja, as regiões próximas a mananciais e cursos d’água, foi intensamente ocupada pela população de baixa renda excluída do mercado formal.

nesta distinção, onde há uma tensão insuperável entre o objeto e o sujeito. Esta tensão não oferece nenhuma resolução. Talvez, por isso, muito das grandes metanarrativas tornaram-se insustentáveis. Poderíamos afirmar então, que a denúncia e a revolução esvaziaram-se de sentido, esgotaram-se. “*O denunciador é um produto do meio histórico-social, portanto semelhante incondicionalmente àquele a quem ele intenciona denunciar*”¹¹.

A modernidade seria então, a produção conjunta e histórica das três duplas de transcendência e imanência numa alternância em que é possível mobilizar a natureza, “coisificar” o social, sentir a presença de Deus, ao mesmo tempo em que a natureza nos escapa, que a sociedade é nossa obra e que Deus não mais interfere em nada. Para Latour, o “*princípio de simetria, restabelece a continuidade, a historicidade e a justiça*”.

¹¹ LATOUR, Bruno. *Jamais Fomos Modernos*. São Paulo: Editora 34, 2000. p.41.

¹² A destruição das torres gêmeas – World Trade Center – em Nova York pelo comando terrorista do Al Qaeda.

¹³ Nesse sentido, na concepção de Latour, “*moderno*” pode ser considerado como um conjunto de práticas totalmente diferentes que, para permanecerem eficazes, devem permanecer distintas. Desse modo, o primeiro conjunto de práticas cria, por tradução, mistura de seres completamente novos, **híbridos de natureza e de cultura** e corresponde àquilo que ele chama de **redes**. Estas seriam as estratégias científicas e industriais, o Estado, a ecologia. O segundo seria a **crítica**, dividindo o mundo natural da sociedade e um discurso independente de ambos. Portanto moderno, seria aquele que associa sempre essas duas práticas: a proliferação dos híbridos (mistura) e a purificação através da crítica.

¹⁴ CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O Lugar No/Do Mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.

“Os modernos aplicaram ao Deus suprimido o mesmo desdobramento que haviam aplicado a natureza e à sociedade. Sua transcendência o afastava infinitamente, de forma que ele não atrapalhasse nem a ação livre da natureza, nem da sociedade, mas conservava-se de qualquer forma o direito de apelar a esta transcendência em caso de conflito entre as leis da natureza e as da sociedade” (Latour, p.39)

Assim, vivemos uma crise de valores, crise política e social, crise da crítica. Frente à perplexidade que nos cerca, diante dos acontecimentos, especialmente a derrota do socialismo com a queda do Muro de Berlim em 1989, e mais recentemente o episódio de 11 de setembro de 2001 em Nova York¹², denotam a falência de todas as crenças modernas. Estes fatos são indicadores da gravidade desta crise e simbolizam para alguns críticos o fim de um certo capitalismo e de suas vãs esperanças de conquista ilimitada e de dominação total sobre a natureza, colocando a modernidade como uma promessa ainda a ser cumprida.

“Os socialismos destruíram ao mesmo tempo seus povos e seus ecossistemas, enquanto que os do Ocidente setentrional puderam salvar seus povos e algumas de suas paisagens destruindo o resto do mundo e jogando os outros povos na miséria.” Latour

Diante dessas questões indagamos com uma certa aflição: Que atitudes são lícitas? O que devemos apreender? Devemos desaprender a sermos modernos? E Latour argumenta que nesse processo, acabamos nos inserindo de alguma forma numa linha divisória classificatória: *modernos, anti-modernos e o ceticismo dos pós-modernos*.¹³

Nesse contexto, vale aqui voltarmos ao **sentido do lugar**, numa perspectiva mais ampla, o que significa dizer que no lugar se vive, se realiza o cotidiano, revelando-se em suas múltiplas dimensões, e é aí que ganha expressão mundial. O lugar – baía noroeste - guarda em si e não fora dele o seu significado e as dimensões do movimento da história, sendo “ponto de articulação entre a mundialidade em constituição e o local enquanto especificidade concreta”.¹⁴



0.23



0.24

Portanto, a potencialidade e a riqueza da região noroeste com a exuberância de suas águas, mangues, fauna e flora remanescentes e movimento cultural a ela associada ainda nos permite *sonhar* com a possibilidade de estabelecer conexões através da tríade *cidadão-identidade-lugar*¹⁵ no espaço social ampliado, o município, não somente pela sua morfologia, mas por um conjunto de sentidos, impressos pelo uso. Pensar na possibilidade de criar corredores verdes em áreas adjacentes como o Maciço Central, resgatando visadas e recortes privilegiados da paisagem, e dessa forma, vislumbrar um sistema de áreas livres públicas integrando toda a região – orla de Santo Antônio até o Lameirão e Maciço Central - desenvolvendo e integrando a comunidade local, notadamente excluída do espetáculo da cidade global.

Para Nietzsche, todas as verdades são interpretações do mundo, requeridas por nossa condição biológica. A linguagem sempre nos aproxima da realidade e é através dela que a vontade de potência faz sentido em sua existência.

E por mais insensíveis que possam ter sido os homens aos processos da natureza, sempre foi evidente essa busca incessante pelo “ser” da natureza. Em cada fragmento dessa natureza reconstruída, reside e resiste o sonho e a utopia. Assim, idéias e projetos surgem na perspectiva de alcançar a “*cidade celestial*” (Spirn,1995), como possibilidade exequível, onde os homens possam “*caminhar no sentido das águas*”, porém, sustentados por um crescimento pessoal e social mais justo e equilibrado.

Fig 0.23 e 0.24 A dimensão ambiental no território da região noroeste. Foto: André Alves.

¹⁵ Para Ana Fani Carlos (1996), a tríade cidadão-identidade-lugar é a base da reprodução da vida, onde a corporeidade assume importância na medida em que o corpo habita e vivencia o espaço estabelecendo relações cotidianas (p.21).

“A memória, faz mover, retroceder o tempo. É o campo do irredutível, é o que permite ao passado se aproximar. Enquanto há o que recordar, o passado se enlaça no atual e conserva a vivacidade cambiante que significa uma ausência em presença.”
Henri Lefebvre¹⁶

A preocupação com o sítio natural sempre me interessou dentro do âmbito de produção e ocupação do espaço urbano, o que justifica a minha participação no processo de elaboração e implantação do Projeto de Revitalização do Centro de Vitória (UFES e Prefeitura Municipal de Vitória). Este projeto objetivava resgatar as referências históricas e culturais do centro da cidade de Vitória e foi um exercício importante enquanto forma de aplicar o aprendizado acadêmico a um trabalho que envolveu vários setores da sociedade.

Desse modo, pude perceber que a apropriação da cidade pelo cidadão ocorre de forma fragmentada. O indivíduo participante do cotidiano da cidade, muitas vezes, não apreende as mudanças que vão se dando gradativamente na paisagem urbana com a perda de seus referenciais. Para Lynch¹⁷, cada cidadão tem vastas associações com alguma parte de sua cidade, cuja imagem fica impregnada de lembranças e significados, onde “o sentimento da terra natal é mais forte quando, não apenas esta lhe é familiar, mas característica, constituída por certa singularidade.” Segundo Kohlsdorf¹⁸ “a imagem dos lugares é a evocação do espaço percebido, quando o indivíduo não está mais em sua presença física.” Isto significa dizer que a memória do indivíduo é fundamental para o conhecimento do espaço pesquisado.

Para Heidegger¹⁹ o habitante, o mortal só existe pelo seu enraizamento, sua adesão a um terroir, um lugar de origem, uma referência familiar; segundo o autor, é no lugar que as redes de vizinhança produzem e estabelecem identidades que “confortam a individualidade e combatem as hesitações”. Isto porque o espaço se reproduz enquanto lugar da vida em todas as suas dimensões o que foge à racionalidade homogeneizante imposta pelo processo de reprodução. O vivido tem um caráter espacial local - no bairro.

Neste processo, histórias e passagens são resgatados na minha memória difusa da infância, onde a experiência expressa pela relação corporal dos sentidos é reinventada cotidianamente e a cada momento pelas novas imagens e cenas da paisagem contemporânea. Sensações prazerosas proporcionadas pela proximidade com a natureza exuberante – ilhas, mar, pedras, recortes - permaneceram e compuseram um referencial de vida, favorecendo uma sensibilidade maior na fruição de paisagens e um certo equilíbrio emocional na construção de pensamentos, idéias e projetos de futuro.

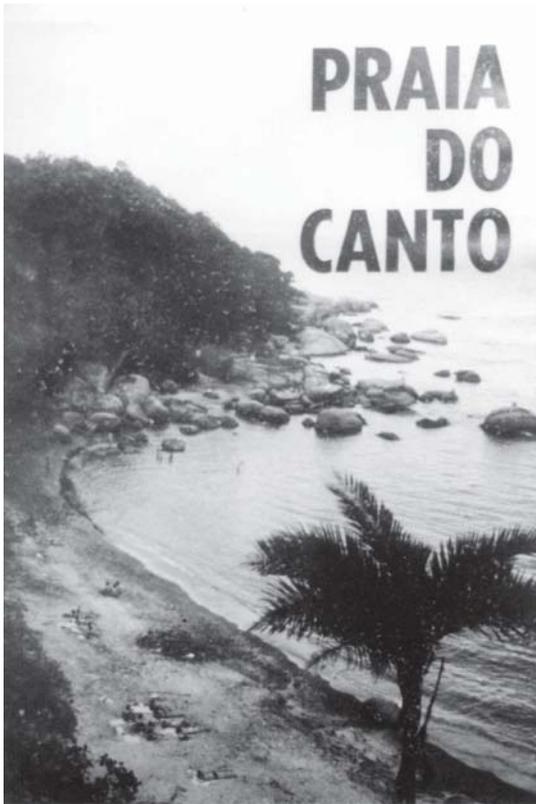
Dessa forma, arquiteta, nascida e criada na cidade de Vitória, orgulhosa de sua paisagem diferenciada, pude perceber na leitura e compreensão do espaço, o valor desse ambiente urbano/do mundo, p.74.

¹⁶ LEFEBVRE, Henri. *Presença y ausência*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1983. p.63.

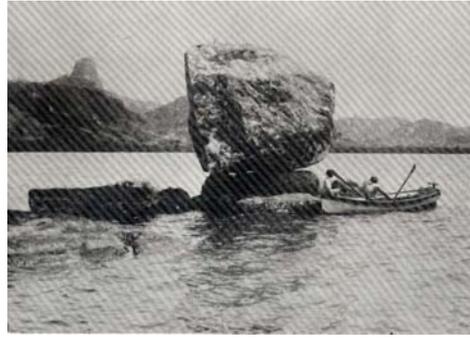
¹⁷ LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes. 1997.

¹⁸ Kohlsdorf, Maria Elaine: *Apreensão da Forma da Cidade*. Brasília: Ed.UNB, 1996. p.115.

¹⁹ Citado por Ana Fani Alessandri Carlos. *O Lugar no/do mundo*, p.74.



0.25



0.27

Fig 0.25 A Praia do Canto com seus recortes e enseadas. Fonte: Nau/UFES.

Fig 0.26 Ilhotas gnáissicas que caracterizavam a paisagem da Praia do Canto. Estas ilhotas situadas em frente à extinta Praia do Barracão desapareceram com o aterro. Fonte: Nau/UFES.

Fig 0.27 Banhistas na extinta Praia do Barracão na década de 70. Fonte: Nau/UFES.

no. Por ter morado e vivenciado a cidade nos últimos trinta anos, pude acompanhar a sua transformação e as mudanças consideráveis ocorridas na paisagem. Hoje, tenho o privilégio de relembrar o antigo desenho urbano e o sítio natural impregnado por inúmeras vivências cotidianas.

A PAISAGEM DECOMPOSTA EM FRAGMENTOS

Como o espaço não é para o vivido um simples quadro e como o sujeito vive através de um modo de apropriação, a atividade prática vai mudando constantemente o espaço e os seus significados, marcando e renomeando os lugares, acrescentando por sua vez, traços novos e distintos que trazem novos valores, presos aos trajetos construídos e percorridos. Para Ana Fani Carlos (1996), “as formas materiais guardam uma certa monumentalidade com seu conteúdo que a memória ilumina, torna-o presente e com isso lhe dá espessura. A memória articula espaço e tempo, ela se constrói a partir de uma experiência vivida num determinado lugar. Produz-se pela identidade em relação ao lugar, assim lugar e identidade são indissociáveis.”

O histórico, portanto, tem suas conseqüências. A memória liga-se decididamente a um lugar. No momento em que a metrópole explode em multiplicidade, interioriza no vivido o coletivo, pois o indivíduo só se realiza no e pelo outro, através do imbricamento entre as histórias coletivas e individuais.

Nesse sentido, o passado deixou traços, inscrições, escritura do tempo. Enquanto moradora da Praia do Canto (região nordeste) lembro-me bem de suas ruas e cenas, a presença constante do mar, os banhistas, enseadas e recantos. Pude testemunhar a desapareção de praias que quando criança construía castelos e que sucumbiram mediante o turbilhão de areia do aterro hidráulico. Acompanhei, a partir de 1976, a movimentação progressiva das dragas que lentamente iam desmoronando toda aquela paisagem particular e especial, divinamente concedida, que agora refugia-se apenas em lembranças e fotografias, resguardadas pelo determinismo da quantificação que a falsa idéia de progresso acarreta.

Um tempo nem tão longínquo, tempo em que se voltava da escola caminhando, sem pressa e sem medo, sob a sombra das imensas e enfileiradas castanheiras à beira-mar. Tempo em que se podia sentir o bater dos ventos e a brisa acariciar a face, através do movimento ininterrupto de ir e vir de bicicleta pelas tranqüilas ruas do bairro, verdadeira expressão de liberdade. Não haviam portas trancadas, as crianças simplesmente brincavam e o medo existia apenas nos pesadelos noturnos. Tinha-se a impressão de que a Praia do Canto era uma extensão do quintal de nossas casas. Hoje ela é de todo mundo e de ninguém . . .²⁰

Fig 0.28 O sítio geográfico da Praia do Canto na década de 60. Fonte:Nau/UFES.

Fig 0.29 Banhistas na enseada da Praia do Canto e que cedeu lugar à presença de edifícios residenciais. Fonte: Nau/ UFES.

Fig 0.30 e 0.31 Aterro hidráulico que fez sucumbir o sítio original da Praia do Canto. Fonte: Nau/ UFES.



0.28



0.29

²⁰ O processo de fragmentação do espaço e do indivíduo decorrente da rapidez do processo de transformação da cidade pode ser percebido na paisagem dos bairros. O trecho final da cena do filme *Avalon* (filme escrito e dirigido por Barry Levinson, 1992) aponta a existência prática da abstração que ocorre num momento real e concreto: “Há alguns anos fui ver a casa em Avalon. Não estava mais lá.



0.30



0.31



Fig 0.32 A Praia das Castanheiras na Av. Saturnino de Brito, onde na infância construía castelos de areia. Esta praia sucumbiu aos aterros visando ampliação dos espaços de circulação. Fonte: Nau/UFES.

Fig 0.33 O arruamento mostrando a tranqüilidade do bairro Praia do Canto na década de 60. Fonte: Nau/UFES.

Fig 0.34 O perfil da paisagem na Praia do Canto adquire novo contorno. Fonte: acervo pessoal.

Prosseguindo com a decodificação dessas imagens fixadas na memória, observo que já do outro lado da ilha, a região noroeste sempre se manteve para mim distante, oculta, escondida por trás dos morros e do imenso Maciço, que divide estes dois territórios geograficamente. No início da década de 70, nada nos remetia a esta região longínqua, inexplorada e desabitada. Nem dela se ouvia falar. O centro da cidade ainda era a principal referência comercial, de serviços e moradia, comprimido pelo gigantismo enigmático do Maciço, pela baía e seus portos. No máximo, poderíamos dizer nesta época era que o bairro de Santo Antônio tornava-se a última referência demarcatória dos limites da cidade a oeste, cuja imagem esteve sempre associada ao “lugar do cemitério”.

Vale mencionar uma passagem curiosa que aguçou minha imaginação infantil. Num dia típico de domingo, a família se propôs a fazer um passeio diferente: contornar a ilha de Vitória de carro²¹. Assim dispusemo-nos a explorar este território até então desconhecido, porém interessante, por entre caminhos e trilhas tortuosos e de difícil acesso. Recordo-me bem, que esta estradinha de barro nos levou em determinado momento a um sítio, onde o proprietário criava jacarés e nós pudemos vê-los, soltos, bem próximos. Como era possível, tão perto da cidade, existirem jacarés? Afinal, estávamos numa floresta ou seria apenas mais uma divagação que se conflitava com os limites da realidade?

Os mapas mentais por ora se confundem. Esta indagação ficou gravada na minha memória como marco ilusório.²² Nunca mais havia voltado lá, porém, nesse momento, passados trinta anos, estou aqui a fazer leituras para minha pesquisa, e deparo-me com a citação da existência do Sítio do Jacaré na região que fornecia água para a Ilha das Caieiras na região noroeste.

Não só a casa, mas toda a vizinhança. Fui ver o salão onde eu e meus irmãos costumávamos tocar, também não existia mais. Não só ele mas o mercado onde fazíamos nossas compras também. Tudo desapareceu. Fui ver o lugar onde Eva morava. Não existe mais. Nem a rua existe mais, nem mesmo a rua. Então fui ver o clube noturno do qual fui dono e, graças a Deus, estava lá. Por um minuto achei que nunca eu nunca tivesse existido.” (Citado por Ana Fani Carlos, p.62). Dessa forma, a separação entre homem e natureza, animalidade e humanidade, marca a existência social da abstração que se concretiza na separação entre valor de uso e valor de troca.



Fig 0.35 Verticalização na Praia do Canto esconde os referenciais naturais. Fonte: acervo pessoal.



0.35

Fig 0.36 A natureza recria um cenário mais homogêneo na região nordeste. Presença de coqueiros e adensamento vertical na Praça dos Namorados. Fonte: acervo pessoal.



0.36

Fig 0.37 Antiga estrada que dava acesso à região noroeste e que fazia o contorno da ilha. Fonte: www.baiadevitoria.ufes.br

Fig 0.38 Mata da região noroeste na década de 50. Fonte: www.baiadevitoria.ufes.br

Fig 0.39 Entardecer na região noroeste. Fonte: www.vitoria.es.gov.br.

²¹ Na década de 70, a estrada que contornava a ilha de Vitória era de barro e de difícil acesso e que hoje corresponde a rodovia Serafim Derenzi . Podia-se alcançar a Ilha das Caieiras, mas a região noroeste era praticamente desabitada.

²² Uma forma de pensamento que se afasta explicitamente do real e se apóia na percepção e na memória, não para organizá-las objetivando o conhecimento da realidade, mas sim visando a estruturação de cenários irreais e a criação de um universo fictício. É a forma de pensamento que Freud chama de imaginação, ou pensamento imaginário. Para ele, o pensamento realista resulta na produção de idéias que podem, ou não, ser verdadeiras; já a imaginação resulta na produção de fantasias que não são falsas nem verdadeiras, mas apontam para uma realidade possível, situada além da visibilidade existente e, portanto, potencialmente capaz de concretizar-se como alternativa ao presente.

²² Uma forma de pensamento que se afasta explicitamente do real e se apóia na percepção e na memória, não para organizá-las objetivando o conhecimento da realidade, mas sim visando a estruturação de cenários irreais e a criação de um universo fictício. É a forma de pensamento que Freud chama de imaginação, ou pensamento imaginário. Para ele, o pensamento realista resulta na produção de idéias que podem, ou não, ser verdadeiras; já a imaginação resulta na produção de fantasias que não são falsas nem verdadeiras, mas apontam para uma realidade possível, situada além da visibilidade existente e, portanto, potencialmente capaz de concretizar-se como alternativa ao presente.



0.37



0.38



0.39

*Vaga , no azul amplo solta,
Vai uma nuvem errando.
O meu passado não volta.
Não é o que estou chorando.
O que choro é diferente.
Entra mais na alma da alma.
Mas como, no céu sem gente,
A nuvem flutua calma,*

*E isto lembra uma tristeza
E a lembrança é que entristece,
Dou à saudade a riqueza
De emoção que a hora tece.*

*Mas, em verdade, o que chora
Na minha amarga ansiedade
Mais alto que a nuvem mora,
Está para além da saudade.*

*Não sei o que é nem consinto
A alma que o saiba bem.
Visto da dor com que minto
Dor que a minha alma tem.*

Fernando Pessoa

Como podemos observar, a imagem pública de qualquer cidade ou paisagem é a sobreposição de muitas imagens individuais. A alta e sofisticada tecnologia moderna pode criar um grande repertório de paisagens passíveis de imaginabilidade. A disponibilização dessa produção espetacular exige cada vez mais do cidadão uma velocidade perceptual adaptável às mudanças, entretanto, a necessidade de se reconhecer e padronizar o ambiente vivido é tão crucial e tem raízes tão profundamente arraigadas, que se torna o elo estratégico de enorme importância prática e emocional para o indivíduo.

Nesse sentido, busco compreender a passagem de uma cidade provinciana para uma cidade moderna, potencializada para os interesses do universo global. O contorno de seu perfil urbano, não mais revela as grandes pedras gnáissicas escondidas por trás dos grandes edifícios agrupados similarmente na paisagem, ocultando a maritimidade antes tão visível. Portanto, é fato que na produção espacial pós-moderna, a ansiedade pela cópia é inestimável, e seus reflexos se espalham em todos os cantos da paisagem urbana contemporânea.



0.40

Fig 0.40 Vista geral verticalização Praia do Cantto estabelecendo um contraponto com a natureza primeira(região nordeste). Fonte: acervo pessoal, jul/2003.

²³ A paisagem entendida como construção coletiva pode-se, ademais, atribuir uma qualidade de manipulação, de ocultação de verdade, na medida em que ali está representado não corresponde à totalidade dos fatos, mas a uma visão parcial deles, muitas vezes em desacordo com os nossos desejos individuais. Op.cit texto Maria Ângela Faggin, 2004. FAUUSP

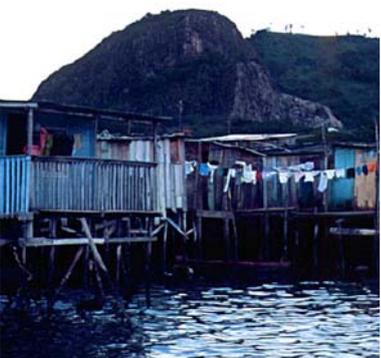
²⁴ Apesar de pouco explorada nos dias atuais, no entanto, esta referência à manjedoura dada à capital, tornou-se oficialmente adotada no início do século XX, após um longo período sem grandes interferências urbanas. Embora Vitória, por vezes seja lembrada por este termo, para muitos a Cidade-Presépio se refere exclusivamente àquela antiga cidade de tipologia portuguesa com construções ecléticas, espremida entre o mar e as montanhas (Ribon,2002).

O antigo e o novo referencial urbano, como compará-los e pô-los sob julgamento?²³ Onde houve perdas, onde houve os ganhos? Onde estará o aroma de Vitória, o cheiro do mar, das estrelas e das algas marinhas estendidas na areia, a percepção do nascer do sol por detrás de suas ilhas, o frescor de seus ventos? Restará um olhar sensível sobre a cidade, cidade presépio²⁴?

PARTE I

Paisagem (re)inventada:
da essência à aparência

1 a visão contemporânea da natureza e da paisagem: uma abordagem conceitual



“A história social do homem é a história da apropriação da natureza pelo homem. A consciência mais alta é aquela que associa e integra homem e natureza, condição de sua existência, a natureza condicionada. O homem cria sua própria natureza e nela se supera.”

Marx (Manuscritos de 1844)

A história da humanidade não é outra coisa senão a história da apropriação da natureza pelo homem e de sua própria natureza, a natureza condicionada. O trabalho social e a atividade econômica são os meios desta apropriação, movimentos que revelam a essência humana, afirmava Marx em 1844 em sua reflexão sobre natureza e sociedade. Assim, toda produção supõe determinantes da atividade prática¹ – as técnicas - que se consolidam através da *práxis*, tomando então significado criador e poético. A Natureza se transforma em seu todo, numa forma produtiva.

Natureza e cultura, portanto, operam dando significado à paisagem. A produção da obra urbana se reflete em sua paisagem e é avaliada como produto cultural. Ideologias e ícones são constantemente reformulados em conformidade com a organização física e social da vida humana, influenciando a recriação da paisagem. Dessa forma, a paisagem através de seus espaços livres públicos é capaz de narrar toda uma história. Mais do que pontos, centralidades, os lugares físicos representam as relações cívicas reproduzidas espacialmente na paisagem.

Fig.1.1 Vista de Dresden sob o luar. Pintura Johan Clausen Dahl (1788-1857).
Fig 1.2 Cidade Virtual.
 Fonte: www.exposiçaovirtual.hpg.com.br.



1.1



1.2

¹ A definição de determinismo físico apresenta um sentido dialético: indica que cada determinismo se situa na atividade real de um ser da natureza, atuando sobre a natureza, o homem vivente. O conjunto de determinismos é um vasto produto da atividade, um imenso objeto: o mundo. Este objeto deve ser compreendido em parte como função da natureza e em outra parte, função da atividade humana. In: Lefebvre, Henri. *Le Materialisme Dialectique*. Paris: Quadrige/PUF, 1940.

Pode-se assim dizer, que a cenarização da paisagem retrata o projeto social de cada lugar, categorizado no espaço e no tempo. Obra de arte coletiva, a divisão de funções e trabalho, produziu hierarquias espaciais quase sempre perceptíveis pela forma. A disponibilização da técnica utilizada de forma universal, na maioria das vezes, desconsiderou os sistemas locais naturais e humanos, e se sobrepôs a realidades econômicas e sociais diferentes, resultando em distorções e desigualdades no cenário mundial. Esta condição revela a perda significativa dos valores ambientais e paisagísticos, evidenciando o desequilíbrio entre forças produtivas e processos naturais.

Portanto, a atividade produtiva encerra com ela suas contradições, introduzindo oposições no mundo, *o concreto e o abstrato*². A consciência moderna apoiada sobre esta atividade, porém, comprometida no doloroso conflito entre o setor dominado (natureza consolidada humanamente pela técnica) e o não dominado (natureza não humanizada, impulsos naturais),³ busca solução em formas separadas – a religião, magia, a ciência, a arte - resultantes da dialética socialmente determinada pela atividade produtiva.

A distinção filosófica ou antropológica entre objetos e coisas naturais estaria, assim, inscrita na própria evolução da configuração territorial marcando no tempo, a forma de utilização da natureza pelo homem – a partir de determinismos sociais que termina por transformá-los em objetos impregnados de valor. Desse modo, o contexto social de um determinado lugar exprime por meio de um conjunto de práticas, tecnologias e juízos normativos a estrutura espacial compartilhada por uma sociedade através de suas paisagens específicas.

No momento atual, o valor universal do modo de produção representa a base material para a compreensão de paisagens em constante e rápida transformação. A globalização da técnica em face do meio confere-lhe um instrumental de crescente solidariedade entre momentos e lugares. Para Milton Santos, esta nova realidade na utilização do território significa uma “*verdadeira redescoberta da Natureza, na qual cada parte, isto é, cada lugar, ganha um novo valor.*”⁴ Quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, isto é, “*únicos*”, assumindo sua importância decorrentes de suas próprias virtualidades, naturais ou sociais, preexistentes ou adquiridas segundo intervenções seletivas.

Assim, cada paisagem, cada sociedade é um produto histórico, inserido em contextos cada vez mais amplos, combinando de maneira particular variáveis distintas ou similares. Nesse sentido, a Baía Noroeste toma uma dimensão ambiental e social mais relevante na medida em que ainda preserva seus referenciais culturais e históricos, mesmo inserida num processo de espetacularização de suas imagens e riquezas. No momento de forte exposição de sua paisagem e cultura pela mídia, submete grande parte de sua realidade à aparência, que é agora o seu produto de venda. Até que ponto este *pseudo-uso*⁵ garante a manutenção dessas particularidades?

Nesta perspectiva, a visão daquilo que nos apresenta, em um determinado momento, como paisagem, é dificultado pela aparente banalidade de um mundo concreto. As formas materiais da paisagem, inscritos na lógica de constante evolução, desafiam nossa capacidade de entendimento dos processos que as produziram. Nesse sentido, discutir conceitos que abordam as relações entre natureza, cultura e sociedade, materializados na paisagem, impõe uma aproximação reflexiva do objeto de estudo.

Em suas origens, Natureza, deriva do latim *natura*, de uma raiz do particípio passado de *nasci* – nascer; e cultura vem do latim *colere*, com ampla gama de significados, entre os quais habitar, cultivar. Assim, natureza evoca nascimento, e cultura, transformação.⁶ Nessa prática cotidiana, os objetos resultantes de fatos socializados e humanos tornaram-se o mundo natural representado pelo moderno. Esta trajetória

² O objeto é abstrato, porém uma potencialidade prática concreta. Todo objeto, todo produto, tem um sentido voltado para a natureza, e outro sentido voltado para o homem. É concreto por entrar em nossa atividade e é abstrato por seus contornos definidos, porque tem uma existência social convertendo-se a uma série de relações sociais que se agregam a sua materialidade. In: Lefebvre, Henri. *Le Materialisme Dialectique*. Paris: Quadrige/PUF, 1940.

³ LEFEBVRE, H, 1940.

⁴ SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988. p. 29 e 34.

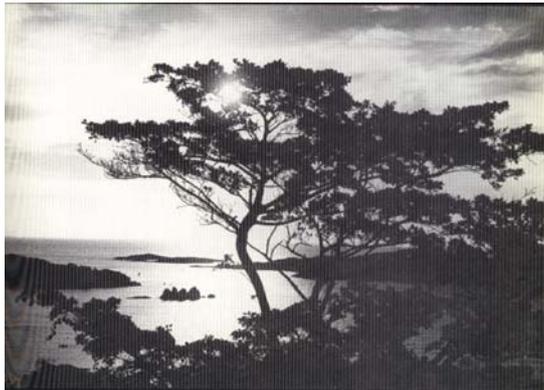
⁵ Para DEBORD (1992), o espetáculo é o dinheiro que apenas se olha, porque nele a totalidade do uso se troca contra a totalidade da representação abstrata. Tudo que era vivido diretamente tornou-se uma representação.

⁶ LIMA, Catharina P. C. dos Santos. In: *Natureza e Cultura – O Conflito de Gilgamesh*. Paisagem e Ambiente: ensaios n°18. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2004. p.11.

historicamente ascendente sobre a construção do objeto, considerando-se aí o espaço social, cria um caráter ambivalente na percepção da paisagem com forte tendência à negação da natureza.

A passagem da natureza para o âmbito da cultura gera conflitos travados cotidianamente na luta pela imposição da vida moderna. Para Lefebvre, este violento conflito entre uso e troca que se expressam no lugar e na paisagem, atinge seu ápice quando o espaço se torna objeto que se compra e se vende e reproduz-se como tal. A conseqüente fragmentação das relações sociais coloca o indivíduo diante de situações sempre cambiantes, o que envolve um empobrecimento de outras instâncias como a memória. Produz-se um estranhamento do cidadão diante do mundo pelas mudanças nas formas de apropriação, eliminando as referências do lugar que diz respeito. Assim, o que deve ser mantido, perde-se para sempre, o moderno impõe o efêmero.

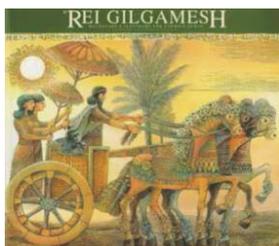
A natureza pode ser considerada como uma abstração, com sentidos e conceitos radicalmente diferentes, suscitados ao longo do tempo. A história de idéia da natureza, responde a uma história social e depende da representação dos sujeitos pensantes. Dessa forma, a conceituação da natureza na história sofre contínuas reavaliações, o que ocorre também em função das perdas materiais e espirituais decorrentes das cisões entre natureza e cultura.



1.3

Na análise das primeiras abordagens conceituais acerca da natureza, sempre foi atribuída à natureza a noção de “*sagrado, divino*”, e à arte ou atividade humana o sentido de “*mundano*”. Um dos primeiros textos a descrever a busca do ser humano pelo significado da vida, os conflitos inerentes à natureza humana e as ambivalências estabelecidas com a natureza a partir de sua apropriação refere-se à epopéia de Gilgamesh (2500 a.C). Em sua tese de doutorado, Catharina Lima⁷, estabelece sucessivas aproximações do seu objeto de estudo apresentando a trajetória dramática de Gilgamesh. A autora elege assim, momentos emblemáticos que embasam conceitos e fundamentos acerca da natureza e da paisagem.

O poema, pleno de alegorias, descreve Gilgamesh como personagem superior aos seus súditos em força e em beleza. Senhor da poderosa e rica cidade de Uruk⁸ desafia os deuses a enviarem um homem à sua altura. *Enkidu*, ser natural da floresta e guardião do ambiente selvagem, é enviado à cidade, e no caminho dos campos até a chegada na cidade de Uruk, aprende hábitos civilizados e fica exultado com as novidades prazerosas que lhes são oferecidas. Assim, deixa-se civilizar, perde a inocência e o espírito selvagem. Na luta que se desenrola entre o civilizado e o selvagem, vence o primeiro. Em seu leito de morte, arrependendo-se, amaldiçoa seus educadores.



1.4



1.5

Fig 1.3 Natureza sítio original da Praia do Canto (região nordeste - Vitória). Fonte: Nau/UFES.

Fig 1.4 O rei Gilgamesh, senhor soberano da cidade. Fonte: www.galeon.com/.../Isabelle/sum-gilg.html.

Fig 1.5 Batalha travada entre Gilgamesh e Enkidu, ser da natureza. Ao ser vencido pelo processo civilizatório, arrepende-se em seu leito de morte. Fonte: www.google.com.br/epopéiaGilgamesh.

⁷ LIMA, Catharina Cordeiro dos Santos. *A natureza na cidade, a natureza da cidade*. Tese de Doutorado, São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1999.

⁸ O poema escrito na Suméria tido como o primeiro texto em escrita cuneiforme, descreve a cidade Uruk como sendo a segunda cidade-estado a estabelecer-se no delta do Tigre-Eufrates, e a rigor, um dos primeiros núcleos neolíticos a se tornar cidade.



Fig 1.6 *Árvore* (Museu do Louvre, 1822). Fonte: www.google.com.br/pinturas-romantismo.



Fig 1.7 *Tempestade de neve no Vale da Aosta* - As forças da natureza retratadas na pintura do Romantismo inglês de Joseph Constable (1776-1837). Fonte: www.artchi-ve.com/c/constable.html.

Ao narrar com propriedade esta epopéia, Lima estabelece uma correlação da saga de Enkidu com o processo de civilização do ser humano. Enkidu abandona o ambiente selvagem, passa pelos campos até chegar, por fim à vida urbana. Nesse sentido, os personagens simbolizam a transgressão às coisas da natureza e os desdobramentos nefastos desta ação, além de revelar a ira dos deuses da natureza manifestada por meio de dilúvios e secas.

Na atualidade, é comum encontrar reflexões que remetem ao conceito de natureza desenvolvido pela Grécia clássica. Segundo Lima⁹, para os chamados filósofos pré-socráticos (Tales, Heráclito e Demócrito, entre outros), natureza era *physis*, um conceito, cuja dimensão holística, assemelha-se a uma busca, no contemporâneo, de um conceito mais abrangente de natureza.

Para Tales de Mileto *“tudo está cheio de misteriosas forças vivas; a distinção entre natureza animada e inanimada não tem fundamento algum; tudo tem uma alma.”*

Aristóteles no século XII dá idéia de natureza como *“o impulso indiviso, a causalidade produtora imanente que pertence à obra da formação, desenvolvimento e características dos seres.”*

Rousseau (séc. XVIII), considera que a natureza com toda a sua falta de ordenação e de cultura é perfeita, o homem é que deveria ser modificado.

Hegel afirma que a arte é a habilidade que o homem tem em transformar e que muitas vezes tem a capacidade de transcender e provocar momentos de êxtase superior à da natureza.

Deste modo, uma série de visões da natureza pode ser revista em conformidade com a relação histórica de cada sociedade e a complexidade das áreas do conhecimento. A filosofia aborda com propriedade esta questão, entretanto vamos nos deter na investigação dialética da produção humana que explica as primeiras transformações expressivas da natureza pelos seres humanos.

Marx analisa a natureza nos Manuscritos de 1844. Para ele, uma definição da natureza, talvez seja inútil, tanto na arte como na ciência e mesmo porque suprimiria sua autonomia e movimento. Tornar-se-ia uma abstração metafísica. Assim, Marx parte do pressuposto que, transformada, a natureza aparecerá sem cessar no conteúdo da vida humana. Dessa forma, a natureza poderá expressar-se poética, plástica e cientificamente.

“A natureza não é inerte, nem uma alma; não é exterioridade (conjunto de objetos), nem interioridade (conjunto de sujeitos), pois, objeto e sujeito, surgem e aparecem pressupondo a natureza.”

Marx

⁹ LIMA, Catharina P. C. dos Santos. In: *Natureza e Cultura – O Conflito de Gilgamesh*. Paisagem e Ambiente: ensaios n°18. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2004. p.12.

Segundo Marx, o homem sempre estabeleceu essa relação de ambivalência com a natureza, ou seja, uma relação dialética e contraditória. Dessa forma, ele aborda a questão da natureza afirmando que *“a natureza é interna e externa ao homem”*.

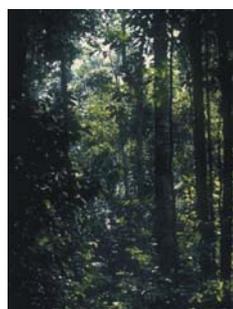


1.8

1.9

Ele inicia sua argumentação afirmando que a consciência mais alta é aquela que associa e integra homem e natureza, condição de existência, “a natureza condicionada”. O homem foi antes de tudo uma possibilidade biológica. Essa possibilidade se traduz por uma larga luta, na qual o homem assumiu a responsabilidade pelo seu ser. Sua atividade envolve poder, ou seja, mediante a práxis social, ele ganha dolorosamente consciência. O homem se converte tanto em conhecimento como em energia carnal. Possivelmente, essas energias ao mesmo tempo são um refinamento como um esgotamento de energias fundamentais. Adquire várias formas: evolução, revolução, declínio e ascensão.

Num primeiro momento, o homem se afasta num certo sentido da natureza, e posteriormente, estabelece uma relação mais profunda, uma unidade mais elevada. Pelo homem a natureza se separa, se opõe a si mesma, entra consigo em uma luta profunda: entre indivíduos e espécies biológicas. Entretanto, este homem limitado, torna-se sujeito ativo através de sua atividade, comporta-se como um todo. *Ser finito abre infinitas possibilidades.* É capaz de elevar-se a um grau superior de existência e superar seu ponto de partida. Sua limitação o transforma em poderio.



1.10



1.11



1.12

O homem culto não compartilha com a ameaça esmagadora da natureza selvagem. A natureza experimentada existencialmente pelo homem, sempre foi como *exterioridade e dependência.* Os objetos que satisfazem os instintos naturais do homem são exteriores a ele. Sua necessidade, sua força vital transforma-se em impotência e privação. Por isso, num primeiro momento o homem teve que se afastar dela, para depois através de sua técnica, sua arte e sua cultura, dominá-la. O ponto de partida da produção humana encontra-se na natureza biológica e natural. Dessa forma, a história social do homem é a história da apropriação da natureza pelo homem, e de sua própria natureza. A atividade do homem modifica a natureza e cria uma “natureza humana”. As cidades, portanto, são decorrentes do processo natural e histórico da atividade humana concernente às suas necessidades.

Fig1.8 *Aparição na floresta* – A princípio, o homem se afasta diante das energias vitais da natureza - pintura do Romantismo alemão - Moritz Von Schwin (1804-1871). Fonte: www.artcyclopedia.com/artists/schwin-moritz-von.html.

Fig 1.9 *Peregrino sobre o mar de brumas* – O homem tem uma relação dialética com a natureza: aproximação e distanciamento - pintura do Romantismo alemão - Casper Friederich (1774-1840). Fonte: www.ibiblio.org/wm/paint/auth/friedrich.

Fig 1.10 *Floresta.* O homem culto não compartilha da ameaça esmagadora da natureza selvagem.

Fig 1.11 O homem encontra dificuldades diante da natureza selvagem - pintura Romantismo em Portugal - Jean Pillement (1728-1808). Fonte: www.fress.pt/port/expos/pillement.html.

Fig.1.12 *Pastores atravessando a ponte.* - Jean Pillement (1728-1808). Esta paisagem é um belo exemplo do tratamento típico que Jean Pillement deu a este gênero, e no qual se destacou, onde a natureza, geralmente desenvolvendo-se em planos sucessivos, cria um forte contraste com as figuras humanas que habitualmente integram as suas composições. Fonte: www.google.com.br/pinturas/romantismo.

Fig 1.13 Ilha das Caieiras. O homem se adapta às condições do sítio geográfico e cria “*uma natureza segunda*”. Fonte: Projeto Terra.



1.13

Fig 1.14 Verticalização na praia de Camburi. O objeto social se opõe à natureza. Fonte: acervo pessoal.



1.14

“A história do homem é a luta do homem contra a natureza, segundo Marx, é uma tentativa de superação. O homem ativo modifica a natureza em torno dele e nele mesmo. O homem cria sua própria natureza e se supera nela. Em sua atividade cria novas necessidades. Cria produtos. Progride, resolvendo ativamente os problemas gerados pela sua própria ação. A atividade supera a oposição entre sujeito e objeto e descobre uma objetividade superior à objetividade natural.”

Lefebvre

Ao mesmo tempo em que o homem tem outros seres como objeto, este mesmo homem torna-se objeto para outros seres. Sujeito e objeto opostos pelo inseparável: sujeito sensível, explicado biologicamente pelo organismo e pela consciência biológica elementar, encerrando uma relação com outros seres, objetos de seus desejos. Os seres estão estranhamente unidos e dependem uns dos outros, da exterioridade. Para o autor, um ser que não é objeto de desejo de outro ser carece de existência.

“Os objetos humanos não são mais naturais imediatos. Os sentimentos humanos, tais como se manifestam objetivamente, não são a objetividade natural humana, a necessidade brutal, a sensibilidade natural. A natureza deve estar presente imediatamente e adequadamente ao homem.”

(Marx, 1844)

No mesmo sentido, Latour¹⁰ compartilha da relação dialética existente entre homem e natureza. Considera a produção humana, os híbridos de natureza, os quase-objetos como fatos socializados e humanos que transformaram o mundo natural representado pelo moderno. “Os quase-objetos gera a proliferação inédita de um certo tipo de ser, o objeto construtor do social que uma vez expulso do mundo social, atribuído a um mundo transcendente que, no entanto, não é divino, e que produz por contraste, um sujeito flutuante portador de direito e de moralidade.” Esta contradição insuperável entre sujeito e objeto deve ser balizada pela mediação. Desse modo, deve-se ressaltar a importância dos mediadores e da inserção do contexto geral para que ocorra a viabilização e o consentimento da ciência.

“Como podemos explicar a capacidade do objeto de exercer tanto fascínio sobre os homens nesses tempos modernos, a ponto de não sabermos o limite dessa interdependência? E Latour, prossegue: “Possuímos centenas de mitos contando como o sujeito construiu o objeto, entretanto, não temos nada para nos contar o outro aspecto da história: como o objeto faz o sujeito.”

Latour¹¹

Nessa perspectiva, Latour discute a importância da atribuição dada à ciência e a política social que tentam explicar o mistério do mundo por concepções distintas, ou seja, mantendo a independência entre ciência, natureza e sociedade, apesar dessas dimensões serem construções do homem social. Para ele, o dualismo natureza / sociedade é indispensável aos modernos, para que possam justamente aumentar a escala dos mistos objetos e sujeitos.

“É nesta dupla linguagem que reside a potência crítica dos modernos: podem mobilizar a natureza no seio das relações sociais, ao mesmo tempo em que a mantêm infinitamente distante dos homens; são livres para construir ao mesmo tempo em que tornam suas leis inevitáveis, necessárias e absolutas.”

Latour¹²

Dessa forma, ele prossegue na argumentação em que natureza e humanidade sustentam-se mutuamente, sendo impossível dissociá-las. A seguir alguns de seus trechos revelam a propriedade do seu pensamento, indicando que a sociedade nunca funcionou de acordo com a divisão que funda seus sistemas de representação do mundo: a separação radical entre a natureza de um lado, e a cultura de outro.

“Não são os homens que fazem a natureza, ela existe desde sempre e sempre esteve presente, tudo que fazemos é descobrir os seus segredos. Se a natureza não é feita pelos homens nem para eles, então ela continua a ser estrangeira, para sempre longínqua e hostil. Sua própria transcendência nos esmaga ou a torna inacessível. Simetricamente, se a sociedade é feita apenas pelos homens e para eles, o Leviatã¹³, criatura artificial da qual somos ao mesmo tempo a forma e a matéria, não seria capaz de se sustentar. Sua própria imanência irá dissipá-lo imediatamente na guerra de cada um contra os outros. Mas não é separadamente que devemos considerar estas duas garantias constitucionais, a primeira assegurando a não-humanidade da natureza e a segunda, a humanidade do social. Que enorme vantagem pode inverter os princípios sem que haja mesmo uma aparência de contradição. A natureza transcendente permanece, apesar de tudo, mobilizável, humanizável, socializável.”

Latour¹⁴

¹⁰ LATOUR, Bruno. *Jamais Fomos Modernos*. São Paulo: Editora 34, 2000.

¹¹ Idem, p.81.

¹² LATOUR, B., 2000. p.42.

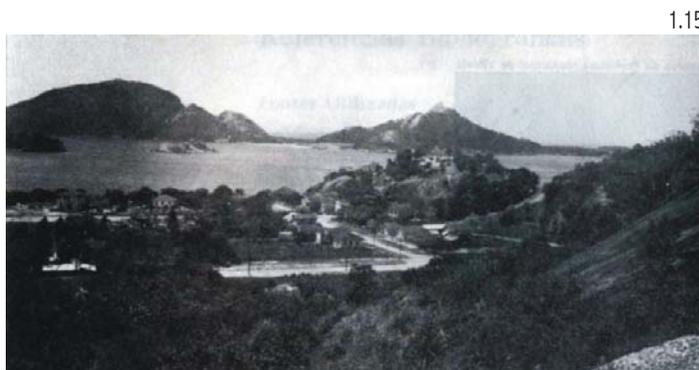
¹³ Leviatã é uma referência ao livro do Jô, monstro sagrado que surge das profundezas ao chamado do Senhor, capaz de fazer o bem e o mal, mais frequentemente o pior: ele serve aos designios de Jeová, principalmente de sua cólera. O Leviatã é comparado ao poder político na obra de Hobbes, cientista político do século XVII.

¹⁴ Idem, p.36 e 42.

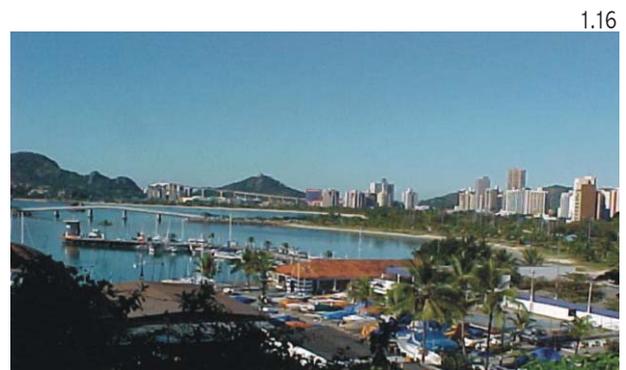
Fig 1.15 Sítio original da Praia do Canto tendo o Convento ao fundo (1950): a natureza ainda se impõe na paisagem. Fonte: Arquivo Público P.M.V.

Fig 1.16 O homem por meio das técnicas modifica o sítio original e cria uma “*natureza segunda*”. O bairro Praia do Canto tendo o Convento ao fundo. Foto: acervo pessoal.

Como podemos observar, a natureza conhece um processo de humanização cada vez maior. Torna-se cada vez mais culturalizada, mais artificializada, mais humanizada. Na interpretação de Milton Santos, a relação do homem com a natureza é progressiva, dinâmica. A natureza vai registrando e incorporando a ação do homem, dele adquirindo feições, que correspondem às feições do respectivo momento histórico. Desse modo, o autor admite que “*o processo de culturalização da natureza torna-se, cada vez mais, o processo de sua tecnificação.*”¹⁵



1.15



1.16



1.17



1.18

Fig.1.17 Vista do Convento da Penha situado no município de Vila Velha (1950) Fonte: Arquivo Público P.M.V.

Fig 1.18 Vista do Convento cuja acessibilidade foi garantida pela tecnologia de ponta (construção 3ª Ponte). Fonte: acervo pessoal.

Um esforço de síntese acerca das questões da natureza nos permite chegar à construção aproximada do conceito de *natureza primeira e natureza segunda*. Assim, as particularidades de um território dependem da *natureza primeira*, ou seja, o sítio geográfico e seus recursos, estabelecendo diferenças pautadas pelas características físicas do lugar. Esta seria a *diferença induzida* que permanece no interior de um conjunto ou sistema segundo uma certa lei, sendo constitutiva dele. A produção do homem sobre a natureza constitui-se em *natureza segunda*. Lefebvre¹⁶ avalia a teoria formal da diferença considerando que as diferenças induzidas no interior de um modo de produção co-existem primeiro com as diferenças produzidas que as impelem até seu fim. A diferença produzida supõe ao contrário a explosão de um sistema que nasce dela; tal conjunto engendra para além de seus limites, um outro conjunto totalmente diferente. Na lógica de reprodução, há produção e indução. Portanto, a diferença produzida é igualmente produtiva.

¹⁵ SANTOS, M., 1988. p.89.

¹⁶ LEFEBVRE, Henri. *A Produção do Espaço*. cap. VI. 1986. Tradução do Prof. Dr. Jorge Oseki (mimeo).

A teoria clássica do movimento dialético revela a necessidade de um aprofundamento das causas que no curso histórico estabelecem as diferenças resultantes da obra humana. Assim, as diferenças anunciam um modo de produção novo no interior da sociedade medieval que se acumularam no curso do próprio processo de acumulação, para provocar uma tumultuosa transição e finalmente a implosão das sociedades e do modo de produção existente.

A despeito dessas considerações pertinentes ao processo de produção, não fossem os esforços dos movimentos conservacionistas, e mesmo a própria mudança positiva de percepção da sociedade urbana em relação à natureza, provavelmente a memória da natureza selvagem teria sucumbido ao avanço do capitalismo predatório.

No âmbito dos profissionais do paisagismo, o pensamento ambientalista e o contexto de degradação urbana favoreceram o desenvolvimento de suas idéias, permitindo a formulação de projetos e teorias que enfatizassem os aspectos estéticos e morais na apreciação da paisagem. Importantes contribuições advindas do paisagismo inglês ou norte-americano suscitaram uma nova percepção de natureza na cidade, ampliando-se a visão ambiental do urbano no sentido da incorporação de vários processos, fossem sociais ou naturais.

Para Catharina Lima¹⁷, é justamente nos Estados Unidos do século XIX que o confronto entre natureza e sociedade se revestiu de dramaticidade e dimensões sem precedentes na história, emergindo uma ética preconizadora de outros valores com relação à paisagem e a natureza. Atribui-se a Henry Thoreau e Frederick Law Olmsted a mudança na percepção da natureza. Thoreau preconizava a harmonização do imanente espírito da natureza com o homem, a ponto de desenvolver-se uma relação simbiótica. No que diz respeito à similaridade de suas idéias com o corolário do movimento ambientalista percebe-se a afeição pelo ambiente naturalmente menos processado.

Olmsted buscava formalizar, em seus projetos, uma visão claramente seletiva e antrópica de natureza, no sentido da incorporação dos vários processos operantes no urbano, fossem naturais ou sociais. O paisagista tinha o cuidado em seu desenho de aliar os efeitos visuais e psicológicos aos seus projetos. Olmsted almejava por fim, o melhoramento e o aperfeiçoamento da sociedade americana; imbuído das idéias sanitaristas, previu a criação de Instituições Públicas de Cultura e Recreação, incluindo parques que deveriam ser acessíveis a todos, destacando-se o Central Park de Nova Iorque e o Fens de Boston¹⁸. Dessa forma, o paisagismo consolida-se na América do Norte, como profissão estabelecida e com a marca da ética de Olmsted na avaliação das relações entre processos humanos e naturais.

O investimento requerido para se projetar ou adaptar a cidade de acordo com a natureza respeitando seus processos, requer uma grande soma de capitais. Este desafio é particularmente agudo nas cidades que crescem vertiginosamente. Desse modo, a atividade projetual em paisagismo, como arte de jardins, dilui-se nessa ampla gama de complexidades, que se configura na virada do século XX, e no qual os novos arquitetos-paisagistas imaginaram uma contribuição mais abrangente em face das novas realidades.

¹⁷ LIMA, Catharina Pinheiro Cordeiro dos Santos et alli. In: Paisagem e Ambiente: ensaios n.º 18. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2004. p.35-49.

¹⁸ Na visão de Spirn, Frederick Olmsted ao propor para a área da Back Bay na cidade de Boston, um plano que objetivava tanto o controle sanitário quanto o das enchentes, usou técnicas muito eficientes que ainda hoje representam o que há de mais avançado. O parque denominado Fens Bay foi criado pela dragagem dos baixios de maré em uma bacia e ajardinamentos com plantas tolerantes às periódicas mudanças no nível da água.

A pesquisa desenvolvida pela paisagista Anne Spirn¹⁹ tenta mostrar que a cidade faz parte integrante da natureza: “a natureza é um continuum, com a floresta num dos pólos e a cidade no outro”. Entretanto, para a autora, os mesmos processos naturais operam na floresta e na cidade. Nessa perspectiva, “a cidade é um jardim de granito, composto por muitos jardins menores num mundo jardim. Partes do jardim de granito são cultivadas intensivamente, mas a maior parte não é reconhecida e é negligenciada(p.20)”. Todavia, segundo a autora, os problemas urbanos continuam sendo tratados como fenômenos interligados resultantes de intervenções humanas corriqueiras e exarcebados por uma desconsideração dos processos naturais.

Fig 1.19 A sociedade reintroduz a natureza na cidade através dos seus parques e jardins. Parque Pedra da Cebola (região nordeste). Fonte: acervo pessoal.



1.19

Fig 1.20 Coqueiros na orla. Embelezamento artificial recriando a natureza. Fonte: acervo pessoal.



1.20

“A natureza tem sido vista como um embelezamento artificial, como um luxo, mais do que uma força essencial que permeia a cidade”.

Anne Spirn

Nesse sentido, o valor social da natureza precisa ser reconhecido e não ignorado. Segundo Spirn, para aproveitar as oportunidades inerentes ao ambiente natural da cidade, para ver além dos custos e benefícios, para perceber as inúmeras ações desconexas que fazem o cotidiano da cidade, e para coordenar milhares de ações incrementalistas, é necessária uma nova atitude para com a cidade e sua conformação.

“É tempo de empregar um dos maiores talentos humanos, a capacidade de manipular o ambiente, para transformar um ambiente que se tornou hostil à própria vida num habitat humano que sustente a vida e favoreça o crescimento, tanto pessoal como coletivo”

Anne Spirn (1995).

Poderíamos concluir, que passamos por uma crise de valores, que nos impõe novo debate, e que nos leva necessariamente a novas reflexões. Atualmente, poderíamos afirmar que nos encontramos numa tentativa de reconciliação com a natureza, procurando por meio de uma motivação emocional, uma forma que compatibilize essa redenção com o progresso da ciência. Não está em jogo apenas a criação de uma cidade mais segura, mais bonita, mais eficiente e mais viável economicamente, mas a própria sobrevivência. A inserção de processos sociais participativos na reivindicação do direito à qualidade de vida, ao entretenimento e a fruição de belas paisagens promove essa esperança e redenção.

¹⁹ SPIRN, Anne. *O jardim de granito*. São Paulo: Edusp, 1995. p.32-39

“Procuro despir-me do que aprendi.

Procuro esquecer-me do modo de lembrar que me ensinaram,

E raspar a tinta com que me pintaram os sentidos,

Desencaixotar as minhas emoções verdadeiras,

desembrulhar-me e ser eu, não Alberto Caieiro,

Mas um animal humano que a Natureza produziu.

E assim escrevo, querendo sentir a Natureza, nem sequer como homem,

Mas como quem sente a Natureza, e mais nada.”

Fernando Pessoa²⁰

²⁰ PESSOA, Fernando. *Poemas*. Organização Cleonice Berardinelli. 6ªed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985. p.66.

Fig 1.21 *Paisagem heróica com arco-íris.* Josef Anton Koch (1768-1839) Fonte: www.womenearlyat.net/.../koch_landscape.html.

Fig 1.22 *As coletoras de restolhos.* John Constable (1776-1837). Talvez mais do que qualquer outro pintor de paisagens, Constable tentava expressar seu amor pelo campo. Por meio de pinceladas livres e espontâneas, ele era capaz de mostrar a transitoriedade da cena. Fonte: www.rainhadapaz.g12.br/.../coletoras.htm.

²¹ Contestar uma noção de espaço e temporalidade dominante, é contestar o processo que a produziu a redefinir alternativas de mundos possíveis. HARVEY, 1996. In *ustice, Nature and the geography of Difference*.
²² As escolas alemãs introduzem o estudo da paisagem na sala de aula de geografia. Os estados mais protestantes reconsideraram a educação como não sendo restrita à educação familiar e levam os alunos a buscar uma aproximação perceptiva da paisagem dos campos e do ambiente que os envolvem. Para eles pensar na forma é pensar nas formas embrionárias para futuras organizações sociais.

²³ Abordagem histórica descrita pelo geógrafo alemão Dieter Heiderman em conferência na disciplina Tecnologia da Construção de Paisagens Urbanas e Direitos do Cidadão. Pós- FAUUSP/ 2001.

Assim como a natureza, **o conceito de paisagem também é temporal**²¹, apesar de ser uma denominação mais recente. A idéia de paisagem surgiu na escola de ensino fundamental alemã (séc. XVI)²², e passou por diversas abordagens cíclicas, desde uma perspectiva mais humanista, no qual enfatiza a relação do indivíduo com a paisagem, até a perspectiva funcionalista, onde o indivíduo fica em segundo plano (início do século XX)²³. Entretanto, podemos considerar o conceito de paisagem como um conceito fruto da modernidade, e sempre como **objeto empírico de nossa observação, indissociada do indivíduo e do tempo**.

Os dados revelados pela história, pela arquitetura e pelos meios imagéticos nos revelam que, em muitos casos, as virtudes do sítio geográfico – do campo ou da cidade - nem sempre foram produtos de um paisagismo, como hoje se entende. Paisagem significava mais um modo de ver do que de agir. Nesta ótica, a primeira forma de se retratar a paisagem foi através das artes, notadamente as do Renascimento em diante, e em especial da pintura do século XVIII. Tematicamente a profusão de paisagens retratava tanto os lugares como as pessoas nas atividades comuns da época, fossem pastores nos campos ou pescadores em paisagens marítimas.



1.21



1.22

No diálogo constante entre o Homem e a Natureza, os pintores do Romantismo, especialmente os procedentes da Alemanha, França e Inglaterra mantinham a ambivalência da idéia de natureza então em voga, tanto na dimensão de harmonia como de confronto entre as partes: o homem perante as forças da natureza, enfrentando temporais, tempestades, incêndios ou naufrágios. Os pintores Casper Friederich, Josef Koch, Géricault, Joseph Constable, dentre outros, destacaram-se pelo tratamento típico que deram a este gênero, onde a natureza, geralmente desenvolvia-se em planos sucessivos, criando um forte contraste com as figuras humanas que habitualmente integravam suas composições. Esta aproximação sensível da paisagem predominou até que os geógrafos se fizessem presentes, com suas descrições e interpretações de argumentação científica.

A geografia quando se instala nas universidades em meados do século XIX, é eminentemente fundamentada no historicismo, corrente do pensamento que associa a individualização à questão da região. Assim, Ratzel (1870) introduz o pensar político (antropogeografia) e a paisagem é vista como passagem, ou seja, a marca do homem sobre a natureza. Nesta época, muitos consideravam paisagem e região como sinônimos. É fato, que em tempos bastante remotos, a geografia correspondente a cada grupo seria explicado pela própria ação do grupo na paisagem, desse modo, paisagem e região estavam diretamente associadas. Ao conjunto de técnicas e costumes, construído socialmente denominou-se “*gênero de vida*”²⁴, o qual exprimia uma relação entre a população e os recursos, uma situação de equilíbrio, onde a diversidade dos meios explicaria a diversidade dos gêneros de vida. Esta idéia persistiu no espírito dos geógrafos europeus até o fim do século XIX.

Na Europa, cada região foi constituindo-se lentamente. As atividades criadas se mantinham durante um longo período, dando a impressão de imobilidade. Daí a idéia de que a paisagem, criada em função de um modo produtivo duradouro, devia confundir-se com a região, isto é, a área de ação do grupo interessado. Milton Santos argumenta que neste contexto era possível estabelecer certa semelhança entre paisagem e região, porém o mundo passou por grandes e rápidas transformações e estes conceitos foram reformulados.

Dessa forma, pode-se afirmar que o entendimento da *paisagem geográfica* conheceu duas fases: a primeira, com a escola de geografia regionalista da França, até o início do século XX, quando ainda existia coincidência entre os limites da paisagem e a região administrativa em que se encontravam. A paisagem era capaz de fornecer boa carga de informação sobre a organização social nela compreendida. A segunda fase, situada em meados do século XX conheceu um forte desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação, da circulação de mercadorias e capitais, fazendo com que as paisagens perdessem seus fundamentos locais para refletir as relações das redes de economia e sua simbologia universal.



Fig 1.23 O mar de Galileu. Delacroix. Fonte: www.ibiblio.org/wm/paint/auth/delacroix.

Fig 1.24 Paisagem com carvalhos e um caçador - Casper David Friedrich (1774-1840). Fonte: www.google.com.br/pinturas/romantismo.

Fig 1.25 Porto dos Padres (1910). Os artistas retratavam as paisagens com certo romantismo, realçando sua dimensão pintoresca. Fonte: Arquivo Público P.M.V.

Fig 1.26 Cais do Imperador, atual sede do Palácio do Governo (desenho de 1904). Fonte: Arquivo Público P.M.V.

Fig 1.27 Os primeiros registros fotográficos da antiga vila de Vitória - Alfândega e a Baía. Fonte: Arquivo Público P.M.V.

Fig 1.28 Pessoas aguardam no antigo Cais do Porto de Vitória (fotografia). Fonte: Arquivo Público P.M.V.

1.25



1.26



1.27



1.28

Paralelamente, a descoberta da fotografia, e depois do cinema, da televisão e do vídeo iriam, pela grande possibilidade de reprodução, criar uma concepção mais moderna e difundida da paisagem. É que reunindo as virtudes pictóricas com as da literatura e do movimento, o cinema desenvolve uma nova expressão, ou seja, ele potencializa a relação de história com paisagem e da paisagem com a história. Para Harvey²⁵, “a arte futurista buscou moldar o espaço de maneira capaz de representar a velocidade e o movimento”. Nesse sentido, o filme contém seu efeito estético precisamente através do seu movimento temporal. O filósofo Sartre ficou particularmente impressionado com suas possibilidades: “é uma arte que reflete a civilização de nosso tempo.”²⁶

Régis Debray²⁷ para quem o olhar não se pauta unicamente na percepção de uma imagem, mas na organização do mundo visível, do mesmo modo que se organiza a experiência, defende a argumentação de que é preciso suprimir esta aflição da imagem do visível, esta asfixia do real, facilitando os espaços visíveis do interior através do sonho, da poesia e da arte. Dito de outra forma: as imagens cinematográficas, televisivas e fotográficas constituem não só uma fonte de informação, mas também de interpretação. Eis porque, apesar de a Geografia procurar um rigor descritivo do mundo natural, das culturas, das economias e das técnicas, “somente a arte consegue vivificar o sentimento que nos liga ao meio de modo sublime e grandioso.”²⁸

A paisagem, portanto, é considerada como um produto, resultante de um processo social, de ocupação e de gestão de um território; e como um sistema, na medida em que a partir de qualquer ação sobre ela impressa com certeza haverá uma reação correspondente, no caso equivalendo ao surgimento de uma alteração morfológica parcial ou total. Dessa forma, as paisagens, dos menores aos maiores ambientes, acham-se carregadas de informações, ainda que incompletas, sendo ponto de partida para outras averiguações que por sua vez dependem da capacidade perceptiva do observador.

Nesse sentido, a paisagem detém um movimento que é intrínseco a ela. Sua morfologia apresenta inúmeras possibilidades de entendimento, que por sua vez, dependem fundamentalmente das condições culturais, econômicas, sociais e emocionais do indivíduo e/ou da sociedade no curso histórico. Portanto, falar de paisagem é discorrer sobre visões distintas do pensamento que se aproximam na medida em que transcendem do campo da percepção para a materialidade concreta em constante transformação.

Podemos, então, nos aproximar de uma conceituação mais atual sobre paisagem como sendo “uma determinada porção do espaço - e em um determinado tempo - o resultado da combinação dinâmica, portanto instável de elementos físicos, biológicos e antrópicos que reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável em perpétua evolução”. Bertrand (1971)

Para Macedo²⁹, a paisagem se define como “expressão morfológica das diferentes formas de ocupação e configuração de um território e, portanto da transformação do ambiente em um determinado tempo”.

²⁴ A teoria de Vidal de La Blanche concebia o homem como hóspede antigo de vários pontos da superfície terrestre, que em cada lugar se adaptou ao meio que o envolvia, criando, no relacionamento constante e cumulativo com a natureza, um acervo de técnicas, hábitos, usos e costumes. A isso Vidal denominou “genero de vida” (Moraes, 1986, pp.68-69 citado In: SANTOS, Milton. 1988, p.63)

²⁵ HARVEY, D., 1992, p.191.

²⁶ Citado In: Harvey, 1992, p.192.

²⁷ DEBRAY, Régis. *Vida e Morte da Imagem. Uma história do Olhar no Ocidente*. Petrópolis: Vozes, 1994.

²⁸ Eduardo Yazigi, geógrafo (professor da USP e organizador da obra coletiva “Turismo e Paisagem”. São Paulo: Contexto, 2002.

²⁹ MACEDO, Silvio. *Quadro do Paisagismo no Brasil*. São Paulo, 1999. p.11.

Segundo Pellegrino³⁰ (1995), o ritmo de evolução das formas sociais e culturais não acompanha a evolução das formas da paisagem natural. Ambas as dimensões apresentam equilíbrios e tempos diversos: o interesse do homem ultrapassa a mera sobrevivência física do mundo natural e expressa uma relação econômica em constante ampliação que, a partir de novas tecnologias, em um processo cultural no qual, ao englobar também os processos naturais, organiza outras realidades. Estas se revelam mediante sinais, que representam os acordos feitos pelos meios de produção e a negociação havida com a natureza. Assim uso e hábito organizam uma imagem perceptiva da paisagem que, apesar de ser calcada em sua imagem física, se sobrepõe a esta, passando a ser o elemento de manifestação concreta do espaço, transcendendo a própria realidade material.



1.29



1.30

Já os geógrafos se contrapõem a uma preocupação científica de análise da paisagem, isto é, a necessidade de elaborar conceitos generalizáveis sobre a paisagem chega a divergir de certa forma dos arquitetos paisagistas. Milton Santos, geógrafo, entende a paisagem como materialidade e permanência, e o espaço como movimento. Em sua obra chega a definir paisagem como trabalho morto: “a maneira como ocorre a produção, e o intercâmbio entre os homens confere um aspecto à paisagem. O trabalho morto (acumulado) e a vida se dão juntos, mas de maneiras diferentes. O trabalho morto³¹ seria a paisagem. O espaço seria o conjunto do *trabalho morto* (formas geográficas e espaciais) e do *trabalho vivo* (o contexto social).”³² Por outro lado admite a dimensão da paisagem como sendo a dimensão da percepção que chega aos sentidos, conferindo importância crucial ao aparelho cognitivo nessa apreensão. Este pensamento torna-se contraditório quando interpreta a percepção sensorial como o não conhecimento, restrita à aparência.³³

Em seguida, seu pensamento torna-se novamente ambíguo ao afirmar que a paisagem é objeto de mudança, mesmo quando considerado trabalho morto: “*a paisagem não é dada para todo o sempre, é objeto de mudança. É uma espécie de marca da história do trabalho, das técnicas. Por isso, ela própria é parcialmente*

Fig 1.29 Praia de Camburi em 1969. Fonte: Arquivo Público P.M.V.

Fig 1.30 Praia de Camburi em 2002. A paisagem em evolução. Fonte: acervo pessoal.

³⁰ PELLEGRINO, Paulo Renato. M. *Paisagens Temáticas: Ambiente virtual*. São Paulo: Tese de Doutorado, FAUUSP, 1995.

³¹ David Harvey em sua interpretação sobre a experiência do espaço e do tempo, cita Foucault (1984,70) que quando pressionado trata o espaço como “o morto, o fixo, o não-dialético, o imóvel” enquanto “o tempo, pelo contrário, era riqueza, fecundidade, vida, dialética”. In: *Condição Pós-Moderna*, 2000, p.190 e 191.

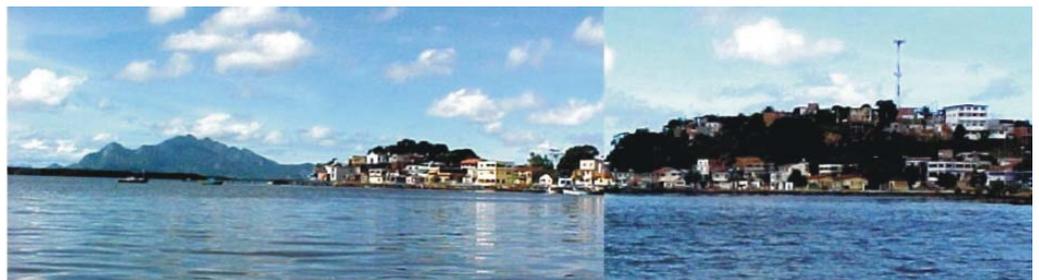
³² SANTOS, Milton. *Metarmofoses do espaço habitado*. Hucitec, 1988. p.73.

trabalho morto, já que é formada por elementos naturais e artificiais.”³⁴ Ao analisar sua obra, percebe-se que o autor imprime o caráter de materialidade à paisagem, objeto formal resultante da construção social, que sofre acréscimos e substituições, porém de maneira lenta. Já o autor entende o espaço como submetido à lógica de produção econômica do trabalho que origina os fluxos - circulação, distribuição e consumo – sugerindo assim, um movimento contínuo e total. Para Milton Santos, a paisagem é parcial, fragmentada, e o espaço, a totalidade que pode conduzir à compreensão do real.

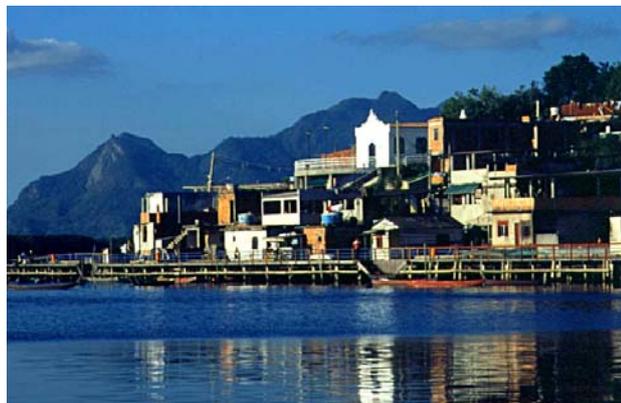
A partir do momento em que já não é mais possível entender a paisagem urbana de um determinado lugar sem recorrer ao conhecimento das redes que a ultrapassam, na interpretação de Milton Santos, torna-se necessário o entendimento da “*internalização do externo*”³⁵ em lugares específicos. Considerando o processo de transformação ao qual está submetida a paisagem a Baía Noroeste, especialmente no que se refere ao lugar Ilha das Caieiras, o argumento de Santos para a eficácia do fator externo é que ele varia segundo os lugares e os valores internos a estes. Para o autor, os lugares e respectivamente as paisagens se diferenciam pela maneira pelo qual os fatores internos resistem aos externos, determinando as modalidades do impacto sobre a organização preexistente. A partir desse choque impõe-se uma nova combinação de variáveis, um outro arranjo, destinado a se manter em constante movimento.

Fig 1.31 A seqüência da paisagem na Baía Noroeste. Fonte: acervo pessoal.

Fig 1.32 O particularismo da Ilha das Caieiras desponta na paisagem. Fonte: Projeto Terra.



1.31



1.32

³³SANTOS, M., p.62.

³⁴ Idem, p.68.

³⁵ Expressão usada por Milton Santos para analisar a ação do externo sobre o

Portanto, a paisagem urbana é composta de formas visíveis, e pela trama parcialmente invisível da estrutura social. Se, de um lado, as formas visíveis da paisagem podem dirigir as transformações sociais ou limitar alternativas de organização do território, de outro lado, as modificações da estrutura social criam sempre novas necessidades, sugerem novas formas e redefinem os valores da paisagem visível.

“Podem as formas, durante muito tempo, permanecer as mesmas, mas como a sociedade está sempre em movimento, a mesma paisagem, a mesma configuração territorial, nos oferecem, no transcurso histórico, espaços diferentes.”

Milton Santos ³⁶

Na perspectiva de sua obra, a geografia representa a disciplina que por excelência explora a relação sociedade-espço, fornece preciosos elementos para o planejamento urbano e regional, no qual a questão da paisagem é um item, sendo este muito mais trabalhado por profissionais de outras áreas – arquitetos, urbanistas ou propriamente paisagistas. Entretanto, estes conceitos distintos de paisagem se completam, e possibilitam identificar as relações constitutivas do ambiente urbano: a paisagem como relações entre indivíduos e objetos de percepção visual e estes objetos como expressão morfológica do ambiente, configurando e conformando paisagens e cenários espaciais.

A experiência concreta da paisagem, mostra que está sendo difícil obter algum tipo de harmonia entre natureza, cultura e sociedade. O modelo de desenvolvimento adotado no Brasil penalizou a paisagem urbana contemporânea, tanto em seus processos naturais como nos sociais. Este tipo de modelo, tendo como agente organizador o Estado, gerou focos de concentração de renda, de produção, de consumo, pautados pela miséria, convertendo as maiores cidades do país em metrópoles, nas quais o ritmo caótico e descontrolado da urbanização tornou-se o responsável pela degradação do ambiente urbano e por um cotidiano deteriorado.



1.33



1.34

Fig 1.33 A degradação do cotidiano refletida na paisagem de Vitória. Favela no bairro Andorinhas próximo ao mangue Lameirão. Fonte: Poligonal 11 - Projeto Terra /2001.

Fig 1.34 O ganho em modernização da cidade foi simultâneo à perda ambiental e social na paisagem. Bairro situado na encosta do Maciço Central tendo ao fundo o centro da cidade. Fonte: Poligonal 3 - Projeto Terra/2001.

O indiscutível ganho em termos de desenvolvimento, verificado com a implantação de tão numerosas redes de transporte, comunicação, energia e produção vem sendo acompanhado, porém, de uma crescente alienação da sociedade com relação ao seu entorno, ao ambiente formalmente constituído por essas inúmeras variáveis. A constante dificuldade em identificar-se com elementos e estruturas que, na maioria dos casos, não respondem imediatamente às necessidades do cotidiano termina por criar uma atitude de rejeição aos modelos do urbanismo. Essa atitude reforça o círculo vicioso criado pela contraposição natural e urbanística, diluindo os benefícios gerados pelo desenvolvimento cultural, econômico e tecnológico da sociedade. Por outro lado, é notável a preocupação assumida por determinadas comunidades e cidades, que lutam contra tal tendência que as privaria de seus valores primordiais e particularidades que conferem caráter único e especial para seus cidadãos. Esse processo de qualificação e identificação é multidimensional, porque envolve o

interno do lugar (1988,p.97).

estabelecimento de relações com o conjunto dos elementos físicos, naturais e culturais que integram o contexto.

Apesar da produção da cidade ser conflitante, percebe-se que em quase todas as áreas do conhecimento estão voltadas para a recuperação da qualidade ambiental, preocupando-se de certa forma com as diferenças locais e procurando respeitar as especificidades dos lugares. Dessa forma, o pensamento dos urbanistas deve passar necessariamente pela *contextualização*, exigindo a ampliação de suas bases referenciais que a explique não a partir de si mesma, mas a partir de sua integração com todas outras esferas de produção do espaço. Se a modernidade impôs à estrutura o fragmento como base, já não é possível a reorganização da totalidade, mas apenas a reorganização de partes precisamente delimitadas. Assim, ao qualificar-se, a cidade assume, uma nova dimensão ambiental.

A dimensão ambiental da estética e da cultura

Vários autores e paisagistas afirmam que a apreensão da paisagem pelo indivíduo e pela comunidade, passa necessariamente pelo âmbito da cultura, e por consequência imediata, pela estética. Nesse sentido, a historicidade da paisagem diz respeito ao uso que dela fizeram as sociedades ou segmentos sociais, concentrando os significados mais profundos. Mapear historicamente os principais usos e funções a que se prestaram as paisagens torna-se quase impossível, porém, a capacidade de mobilização cognitiva, estética e afetiva da paisagem faz com que ela possa ser explorada nas mais variadas direções, nas quais sempre se introduz a dimensão do poder.

³⁶ Idem, p.77.

³⁷ Maria Ângela Pereira Leite (2004) define simbolizar como traduzir um significado, expressá-lo através de um objeto capaz de libertá-lo de seu contexto original, transportando-o para outro contexto, freqüentemente de organização mais complexa. Esse objeto, passível de descontextualizar sensações e de manifestá-las em outra totalidade, é um objeto cultural, veículo de transmissão às futuras gerações, de práticas e valores sociais.

³⁸ Professor do Departamento de História da FFLCH/ USP
In: *Turismo e Paisagem*. Coletânea de textos. Organizador:

A exploração da estética como domínio cognitivo distinto foi em larga medida uma questão do século XVIII. Surgiu em parte da necessidade de chegar a um acordo com a imensa variedade de artefatos culturais produzidos sob condições especiais bem diferentes. A estética do cenário originária do Pinturesco século XVIII, estão profundamente enraizadas na sociedade e são carregadas de boas intenções e de significado social.

A argumentação desenvolvida sobre o valor simbólico³⁷ dos objetos geográficos e a importância que adquirem no modo como as sociedades interpretam e valorizam suas paisagens, aponta para alguns desdobramentos de um imaginário geográfico. A natureza – praias, rios, florestas, montanhas – e as construções – ruas, praças, monumentos e bairros - transformam-se em representações da alma coletiva. Nessa perspectiva, a motivação paisagística surge fundamentalmente de uma série de valores – estéticos, afetivos, simbólicos, excepcionalidade - dados pela forma com uma determinada sociedade se apropria do espaço geográfico. Todos esses atributos são dependentes do movimento de transformação cultural das sociedades.

Para Meneses (2002)³⁸ a paisagem, com efeito, sempre foi entendida como constitutiva e expressiva do caráter nacional. E falar de identidade não é pressupor

uma harmonia capaz de produzir, unidade e solidariedade. Ao contrário, segundo o autor, a instrumentalização da paisagem como vetor de identidade nacional muitas vezes se fez no conflito. A Inglaterra é um dos países em que a vinculação da paisagem à identidade tem sido, há séculos, das mais fortes - mas sem excluir tensões. David Matless³⁹ (1998) não apenas procurou distinguir o peso da paisagem no conceito de “englishness”, como também demonstrou que ela sempre constituiu, um espaço privilegiado para se pensar o passado e o futuro da nação (e não apenas os rumos da identidade) como também uma vasta gama de questões, que vão da história à modernidade e à tradição, da cidadania ao corpo e à cultura do lazer.

As ambigüidades e os conflitos inerentes a todas as manifestações identitárias são inevitáveis, pois a identidade não se refere a uma essência já definida e permanente, mas a situações e interesses movediços. Elas se expressam agudamente no Brasil em tempos de busca crítica de uma nacionalidade. Lúcia Lippi Oliveira (1995)⁴⁰ traz à luz a importância das oposições entre litoral e interior, cidade e sertão, civilização e barbárie para caracterizar o paradoxo do “estilo tropical”. Esta questão é pertinente quando aplicada ao nosso objeto de estudo.

As visões diferenciadas do mangue e do mar, ao longo do processo de urbanização da cidade de Vitória apresentaram dilemas e contradições na construção de uma identidade paisagística merecedoras de atenção. O conflito⁴¹ se dava também por distorções do modelo sanitaria que atribuía ao mangue a noção de lugar insalubre, desvalorizando assim, seu ecossistema. Por outro lado, as áreas planas junto às praias apresentam maior facilidade de acesso ao mar e foram, por essa razão, preferidas para implantação de loteamentos e infra-estrutura urbana. Os demais elementos do suporte físico de alto valor paisagístico e ambiental, como barra de rios, manguezais e matas não são objetos de atenção imediata nem para o empreendedor nem para a maioria do público e são eliminados quando necessário. Recentemente, foi atribuído ao mangue valor ambiental e desde então, passa a incorporar uma nova simbologia estética e cultural.



Fig 1.35 A orla sempre foi objeto de valorização na urbanização de Vitória. Foto: Vítor Nogueira.

Eduardo Yáziqi.
Contexto.S.Paulo.2002

³⁹ MATLESS, David. Landscape and Englishness. London: Reaktion Books, 1998.

⁴⁰ Citado por Ulpiano Meneses In: Turismo e Paisagem, 2002, p.44.

⁴¹ Esta condição permaneceu por quase todo o século XX na cidade de Vitória, sendo revertida apenas na década de 80 quando surge o movimento ambiental pró-mangue. O mangue perfazia um total de 18km² na Baía de Vitória, restando apenas 11km², resultado da devas-

1.35



1.36

Fig 1.36 O mangue isolado e negado na prática histórica. Hoje, assume valor ambiental. Foto: acervo pessoal.

Nesse sentido, o modo como a estética evolui na prática social depende da conjugação de variáveis ao longo do tempo. O pensamento iluminista de Kant reconheceu que o juízo estético tinha de ser elaborado independentemente da razão prática (juízo moral) e da compreensão (conhecimento científico), formando uma ponte necessária, embora problemática entre as duas. Foi nessa lacuna que Nietzsche mais tarde vai inserir sua potente mensagem, a de que “*a arte e os sentimentos estéticos tinham o poder de ir além do bem e do mal, com efeitos devastadores.*”⁴² A busca da experiência estética como fim em si se tornou, com efeito, o marco do movimento romântico, ou seja, a busca da auto-realização individual, que há muito tinha estabelecido um conflito fundamental entre o comportamento cultural e as práticas artísticas modernistas.

Para Harvey⁴³, a arte moderna estaria vinculada a uma tentativa de ultrapassar a temporalidade, fixar o tempo; torná-lo eterno através da materialização de sua obra. Em sua interpretação sobre a experiência estética, considera que todo sistema de representação é uma espécie de espacialização que congela automaticamente o fluxo da experiência. O arquiteto, para usar o caso mais evidente, tenta comunicar certos valores por meio de uma estética formal, “*criar um objeto belo é ligar o tempo à eternidade de maneira a nos redimir da tirania do tempo*” (p.191). Segundo o autor, boa parte do ímpeto estético do modernismo é lutar por esse sentido de eternidade na voragem do fluxo.

Considerando que a arquitetura e o paisagismo moldam o espaço, configurando lugares e paisagens com fins a torná-los habitáveis e aptos a estabelecerem bases físicas para reprodução dos fluxos, ressurge a reflexão da importância do valor estético na manutenção dessas representações na paisagem. Nesse sentido, a experiência urbana foi muito importante na formação da dinâmica cultural de

tação decorrente da urbanização.

⁴² Citado em HARVEY, 1999, p.29.

diversos movimentos modernistas. A “*arte pela arte*” ao qual se refere Harvey, ou seja, a produção artística pautada num esforço individual forjado em circunstâncias competitivas, indicava como a nossa realidade poderia ser construída e reconstruída através da atividade informada pela estética. Reconhecendo essa condição, certas vanguardas - dadaístas, surrealistas⁴⁴ – tentaram mobilizar suas capacidades estéticas para fins revolucionários ao fundir sua arte com a cultura popular.

A mesma postura foi atribuída aos arquitetos Walter Gropius e Le Corbusier que considerava importante “*devolver a arte ao povo por meio da produção de coisas belas.*” Desse modo, o projeto de arquitetura para se distinguir do modernismo existente em outros países (especialmente em Paris), forjou uma nova estética viável a partir de matérias-primas que conduziram a formas espaciais distintamente americanas. Em sua crítica ao modernismo, Harvey argumenta que “*o artista ao explorar simultaneamente as técnicas de montagem e colagem, estavam aceitando o efêmero e o transitório como locus de sua arte, e desse modo eram forçados coletivamente a reafirmar o poder das próprias condições contra as quais reagem.*”⁴⁵ Sob esta ótica, Harvey afirma que “*se o julgamento estético dá prioridade ao espaço, as práticas e conceitos espaciais podem, em certas circunstâncias, assumir papel central na ação social.*”

O modernismo era uma arte fundamentalmente das cidades. Por outro lado, estamos culturalmente ligados à idéia de paisagens belas, e muitas vezes raras. Utilizada nas mais variadas acepções, incorporando expressões que dizem respeito à beleza e ao senso qualitativo, a *estética*⁴⁶ aplicada na prática a um objeto ou obra, busca sua materialização conforme o pensamento que a gerou. Portanto, o conceito de belo é mutável, manifestando-se ao longo do tempo, sendo influenciado pela cultura e visão de mundo vigentes e dominantes.

Para Nassauer⁴⁷, paisagens que têm um valor estético para uma dada sociedade seriam mais passíveis de sobrevivência do que aquelas que não apresentam nenhum atrativo estético ou cultural. Quando aplicadas à Ecologia da Paisagem, a conservação e sustentação de ecossistemas teriam então por base a mediação entre cultura e funções ecológicas. Estas propriedades seriam perceptíveis apenas quando as pessoas movem-se dentro das paisagens, indicando um envolvimento concreto e emocional entre eles. Desse modo, esta condição nos leva a pensar a estética como aliada para tornar um lugar ecologicamente mais dinâmico?

“Experiência estética é marcada pela percepção e reflexão das propriedades intrínsecas dos objetos e eventos que a comunidade considera merecedores de atenção.”

Nassauer

Há muito a aprender com a teoria estética sobre o modo como diferentes formas de espacialização inibem ou facilitam processos de mudança social, e por conseqüência, as ações resultantes dessas condições que interferem na construção da paisagem. Nesse sentido, como podem as espacializações, em geral, e as práticas estéticas em particular, representar o fluxo e a mudança, especialmente se estes últimos forem considerados verdades essenciais a serem transmitidas? Nessa perspectiva, os conflitos surgem não apenas de apreciações subjetivas diversas,

⁴³ HARVEY, David. *Condição Pós – Moderna*. 9ª ed. São Paulo: Loyola, 2000. p.191.

⁴⁴ O caráter irracional e subversivo do dadaísmo e surrealismo rompe não só com as formas, mas também com o conceito de arte. Questiona tanto os princípios estéticos, como o núcleo do argumento artístico, negam qualquer possibilidade de autoridade crítica ou acadêmica e dotam de validade qualquer expressão do homem, voluntária ou involuntária, enaltecendo a obra de arte. Apesar de suas revolucionárias técnicas, as idéias contrárias do movimento dadaísta, estão baseadas na profunda crença, derivada da tradição romântica e da bondade intrínseca à humanidade corrompida pela sociedade.

⁴⁵ Harvey, 1999. p.30 e 192

⁴⁶ A origem etimológica da palavra vem do grego “*aisthesis*”, que por sua vez tem o significado de “*compreensão pelos sentidos*”, vinculando-se ao objeto artístico pela capacidade que este último tem de oferecer ao sentimento e à percepção humanos. (cito em DEGREAS, Helena Napoleon. *Paisagem Paulista: Sincretismo e Fragmentação*. Tese de Doutorado FAUUSP. São Paulo. 1999.

⁴⁷ NASSAUER, Joan Iverson. *Cultural sustainability: aligning and ecology*. In: *Placing nature: culture and landscape*

mas porque diferentes qualidades materiais objetivas do espaço e do tempo são consideradas relevantes para a vida social em diferentes situações.

A questão passa pela mudança das expectativas culturais, ou seja, elas podem mudar convenções estéticas dando nova forma à paisagem? A valorização da paisagem requer, portanto, a incorporação de valores básicos que permitam comunicar o significado social do lugar no tempo. Portanto, um dos objetivos do desenho de paisagismo é revelar e agregar valor à paisagem, desempenhando assim, papel fundamental na educação ambiental e na definição de ambiências saudáveis. Nesse sentido, devemos procurar usar o prazer da experiência estética aliado ao significado cultural dos valores sociais inerentes aos processos naturais, para construir paisagens que estejam intrinsecamente ligadas a um possível desenvolvimento sustentável.

A percepção da paisagem e a experiência cotidiana

O olhar constitui um instrumento de mediação entre o real físico e concreto e a capacidade perceptiva que acende o conhecimento e a imaginação. Essa conjunção de estímulos coordenados constitui a imagem apreendida pelo olhar, mas sua caracterização revela um impacto de grande complexidade.

Toda imagem registra o elemento visual dos processos de representação, oscilando, porém, entre o hábito e a experiência de ver. Como consequência disso, é possível falar em *visualidade*, que corresponde à imagem que se constata no visual físico e concreto, e em *visibilidade*, que corresponde à elaboração reflexiva do dado visual, transformando-o em fluxo cognitivo e evolutivo (Fiedler, s/d).⁴⁸

Num primeiro momento, a visualidade inerente à paisagem leva o pensamento a concentrar sua atenção em aspectos que apenas sugerem uma história ou um processo de formação social. Para Maria Ângela Pereira Leite⁴⁹ a realidade não é, então tomada dentro de seus limites objetivos, mas na sua perspectiva de abertura para o novo: *“movido pela imaginação, o pensamento concentra sua atenção em aspectos potencialmente transformadores dessa realidade. Esta atenção concentrada é a força motriz que permite à imaginação traduzir, em objetos simbólicos, os significados sociais implícitos na paisagem: é a visualidade da paisagem que permite a visibilidade das práticas sociais”*.

Dessa forma, a nossa percepção da cidade não é abrangente, mas antes parcial e fragmentária, misturada com considerações de outra natureza. As imagens que se destacam de cada aspecto da vida urbana fundem-se num fluxo comum. Entretanto, os valores positivos, a satisfação emocional, a estrutura da comunicação ou da organização conceitual do entorno podem ser trazidos para a experiência cotidiana.

Simmel⁵⁰ em seu ensaio sobre a vida mental nas metrópoles, define o homem urbano pelas impressões e a intensificação de estímulos exteriores e interiores. O cotidiano

eology. Washington: Island Press, 1997.

⁴⁸ Citado por Lucrecia d'Alessio Ferrara In: *Turismo e Paisagem*. Coletânea de textos. Organizador: Eduardo Yázig. São Paulo: Contexto, 2002. p.73.

⁴⁹ Maria Ângela F. Pereira Leite escreveu o texto, *A reflexão: Natureza, Paisagem e Lugar para a disciplina*. da pós FAUUSP. São Paulo, 2004. p.70

⁵⁰ SIMMEL, Georg. *The metropolis and mental life*. In: *On Individuality and Social*

com base no sistema capitalista cria uma experiência específica que formula a experiência urbana e o significado da modernidade. A vida urbana extrai do homem uma quantidade de consciência que difere da do homem rural. O indivíduo adquire uma individualidade e uma intelectualidade específica através das relações e conexões mútuas.

A mente do homem metropolitano é constantemente estimulada pela diferença de um dado momento e a que o precedeu. Assim, segundo o autor, o homem metropolitano desenvolve uma intelectualidade que se destina a preservar a vida subjetiva contra o poder avassalador e inesperado da metrópole. “*Esta pessoa intelectualmente sofisticada é indiferente a toda individualidade genuína, porque dela resultam relacionamentos e reações que não podem ser exauridos com operações lógicas*”(p.13).

A cidade, símbolo da mais alta divisão econômica do trabalho, tende a estabelecer um *predomínio calculista do tempo na organização da rotina diária*. Segundo Simmel, este ciclo de reprodução capitalista estimula o indivíduo para o extremo no que se refere à *particularização e à exclusividade*, no sentido de preservar sua essência pessoal. Assim ele tem de exagerar esse elemento pessoal para permanecer perceptível até para si próprio⁵¹. Esta necessidade de diferenciação contra os mecanismos de submissão às lógicas sociais e aos poderes soberanos, cria uma tendência à elaboração da própria individualidade e uma variedade de estilos de vida. Este fato explica o fenômeno da *moda* nas metrópoles como um grande esforço de aceitação individual, identificando uma classe ou grupo e excluindo os demais.

Esta diferenciação do sujeito metropolitano confere-lhe uma certa *atitude blasé*, ou seja, o resultado do excesso de estímulos contrastantes e rápidos que embota a capacidade da pessoa de reagir. Dessa forma, somente afastando os complexos estímulos advindos da velocidade da vida moderna poderíamos tolerar seus extremos. Este estado de ânimo está associada também à economia do dinheiro completamente interiorizada, o denominador comum de todos os valores que arranca irreparavelmente a essência das coisas e sua individualidade. Todo este processo acaba por criar uma reserva individual que não é apenas uma certa indiferença, mas um sentido de estranhamento e repulsa ao mundo exterior. Ao mesmo tempo “*este fenômeno urbano confere ao indivíduo uma qualidade e quantidade de liberdade pessoal que não tem qualquer analogia sob outras condições*”⁵². Em sua interpretação sobre a obra de Simmel, Harvey avalia que para o ele a única saída seria cultivar um falso individualismo através da busca de sinais de posição, de moda, ou marcas de excentricidade individual.

A “independência individual” do homem metropolitano gerou uma situação inteiramente nova própria da vida urbana. Os personagens emblemáticos desta condição são representados pelo *flanêur* e pelo detetive *Poe* descritos por Baudelaire⁵³. A liberdade se expressa através da mera observação e participação na fisiologia da cidade. Em “*O observador*”, Baudelaire é um príncipe que consegue estar incógnito por toda parte, e assim como o *flanêur* está sempre de posse de sua individualidade. Logo, a rua torna-se para o *flanêur* cada vez mais um refúgio. Se

Forms. Chicago. University Press. 1971.

⁵¹ SIMMEL, Georg.1971, p.25.

⁵² Idem,p.18

⁵³ BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire um lírico no auge*

no começo, a rua se transformara no interior de uma casa, na Paris moderna daquela época, esse interior é a própria rua compartilhada pela embriaguez da mercadoria e da novidade. E “*prazerosamente ela (a mercadoria) o invade como um narcótico, que pode compensá-lo por muitas humilhações*”.⁵⁴ Dessa forma, Baudelaire personifica o seu herói da modernidade através da vivência cotidiana das ruas e da consciência da fragilidade de tal existência. Esta situação é bem atual e se repete nas cidades contemporâneas.

Por heterotopia, Foucault⁵⁵ entende “*a coexistência, num espaço impossível, de um grande número de mundos possíveis fragmentários, ou, mais simplesmente, espaços incomensuráveis que são justapostos ou superpostos uns aos outros*”. Podemos entender melhor o significado desta alteridade ou mesmo da atitude blasé do homem urbano em “*Splín de Paris*”. Neste poema, Baudelaire demonstra uma certa melancolia sem causa aparente, um sentimento comum ao homem que participa da vida urbana e do êxtase da modernidade. A sua poesia assumia os oprimidos, tanto em suas ilusões quanto em suas causas. Nessas imagens desiderativas, a consciência coletiva procura superar as carências do produto social retroagindo a aspiração e a fantasia imagética do novo. A cidade é transformada em constante espetáculo passando o cotidiano a ser incorporado como idéia de alienação e de exclusão através do fetichismo da mercadoria. Esta falsa aparência de novidade se reflete no olhar de estranhamento e êxtase do *flanêur*, sutilmente percebido nas passagens, galerias e na vida diária das pessoas comuns que experimentavam este novo espaço moderno. Esta fantasmagoria do espaço a que o *flanêur* se entrega corresponde ao ideal urbanístico de Haussman, cujas visões em perspectivas e a florescências das decorações impuseram uma nova paisagem a Paris moderna.

Harvey analisa os sentimentos dos artistas do modernismo – poetas, escritores, pintores, escultores – como a expressão do vínculo estético entre ciência e moralidade, entre conhecimento e ação, de maneira de “nunca serem ameaçados pela evolução histórica”. Nessa perspectiva, o artista nunca conseguia ficar incólume aos processos de fluxos e mudanças: “*Como Baudelaire logo percebeu, se o fluxo e a mudança, a efemeridade e a fragmentação formavam a base material da vida moderna, então a definição de uma estética modernista dependia de maneira crucial do posicionamento do artista diante desses processos. O artista individual podia contestá-los, aceitá-los, tentar dominá-los ou apenas circular entre eles, mas o artista nunca os poderia ignorar*.”⁵⁶ Nesse sentido, as reviravoltas do modernismo como estética cultural podem ser compreendidas contra o pano de fundo dessas escolhas estratégicas.

Assim, por onde o capitalismo se expande tenta-se explicar o significado do novo, a diferenciação que se faz entre passado e presente. Harootunian⁵⁷ cita vários autores desde Proust, passando pelo poeta Fernando Pessoa até escritores japoneses que tentam relatar o cotidiano através da experiência de transformação do capital industrial. A vida diária na perspectiva de um espectador moderno, onde qualquer expressão de sentimento torna-se impossível de ser sentida hoje, da mesma forma que foi sentida ontem. Os diversos heterônimos de Fernando Pessoa e os vários personagens encarnados por Baudelaire explicitam esta *fragmentação da identidade e do sujeito*, sugerindo a possibilidade de diversas representações. Nessa nova cena,

do capitalismo. In: Walter Benjamin. São Paulo: Brasiliense, 1989.

⁵⁴ BENJAMIN, W., 1989, p.82.

⁵⁵ FOUCAULT, Michel. The Subject and Power. In Hubert Dreyfus and Paul Rabinow. Michel Foucault- Beyond Structuralism and Hermeneutics. 2º edition. Chicago: The University of Chicago Press. 1983.

⁵⁶ HARVEY, D., 2000, p.29.

⁵⁷ HAROOTUNIAN, Harry. Modernity, Cultural Practice, and the Question of

apenas o capital ocupa a posição de agente do sujeito, produzindo e incorporando valor num ciclo de reprodução e repetição. Para Pessoa “*tudo parece insuportável, exceto a vida – o escritório, minha casa, as ruas*”. Nessa prosa, o mundo objetivo é terrificante e centrado na força destrutiva da vida moderna, onde nada é duradouro e vive-se apenas o presente. Neste sentido, os escritores modernos reconhecem que “*a única coisa segura na modernidade é a insegurança, e até a inclinação para o caos totalizante*”(Harvey,p.21)⁵⁸. Porém o consolo é oferecido pelos detalhes da vida diária estruturada pela experiência do cotidiano.

Um outro aspecto destacado por Harootunian é que o cotidiano oferece a perspectiva que privilegia o presente e suas necessidades para constituir o passado, sendo o espaço de imanência que dissolve formas binárias entre os de dentro e os de fora dentro do qual devemos situar a prática histórica. Ele analisa o cotidiano como uma forma de inquietude, um novo presente, uma situação histórica que violentamente interrompeu a tradição e suspendeu a linha e o movimento do passado. Nesse sentido, a “*cotidianidade é uma categoria de explicação histórica no qual o presente explica o passado, denotando uma certa inversão temporal. Mais do que isso, é uma unidade temporal marcado por uma espécie de síntese de apreensão, reprodução e reconhecimento*”. Em outras palavras, a condição de uma possibilidade da experiência do presente é a capacidade de sintetizar a construção da consciência. Em suma, o cotidiano é entendido como espaço de alienação e desassossego, e também como espaço de mudança e resistência.

Nesse sentido, a rua continua sendo o principal elemento da imageabilidade urbana. A imagem da rua como referencial da cidade está sempre impregnada de lembranças e de significados. De certa forma, o desenvolvimento individual do cidadão está associado à sua capacidade de percepção do entorno, criando através da participação criativa da experiência cotidiana, sentido de orientação e familiaridade, e ao mesmo tempo valor de mistificação e surpresa, sugeridos pelo ambiente. E a rua ou espaço público tem essa capacidade de despertar emoções diversas. Como sugeria Baudelaire em seus poemas, o anonimato e a solidão na multidão gera um sentido prazeroso de liberdade.



1.39



1.40

Fig 1.39 A rua e a praça: a experiência do cotidiano como espaço de mudança e resistência. Assembléia Legislativa início século XX. Fonte: Arquivo Público P.M.V.

Fig 1.40 Festa na Praça Oito (1912). Vitória – E.S. Fonte: Arquivo Público P.M.V.

Everyday Life, 2000. p.1-24;59-110

⁵⁸ Harvey(2000,p.53) faz alusão ao filme contemporâneo “Veludo Azul” onde a personagem central gira entre dois mundos bem incongruentes – o mundo convencional da cidadezinha americana dos anos 50, com sua escola secundária - e um submundo estranho e violento, louco de drogas e perversão sexual. Parece impossível que esses dois mundos existam no mesmo espaço, e a personagem central se move entre eles, sem saber qual é a verdadeira realidade, até que

Entretanto, diante da identidade abstrata da produção material, os cidadãos perdem sua identidade concreta. Walter Benjamin refere-se ao fato de que no mundo moderno todas as energias psíquicas devem concentrar-se na consciência imediata, para interceptar os choques da vida cotidiana, e que para viver a modernidade é necessário recriar o herói moderno. Nas palavras de Maria Ângela Leite (2004), existe sempre latente, em nós, “*o desejo de ultrapassar o banal, desejo que nos leva a articular, por intermédio dos sonhos sociais, o mundo objetivo da produção econômica e o mundo subjetivo das aspirações coletivas e individuais*”. E essa reflexão é, sem dúvida, central quando se pretende refletir sobre “*modos de cognição cultural e cognição espacial*.”⁵⁹ ou sobre organização e participação da sociedade na produção de sua paisagem.

os dois mundos colidem num terrível desenlace.

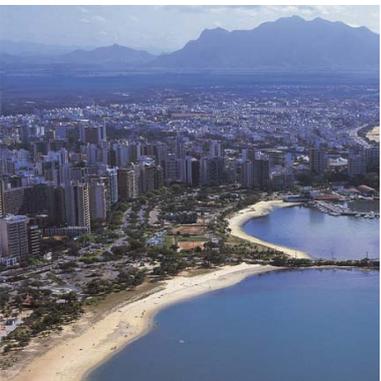
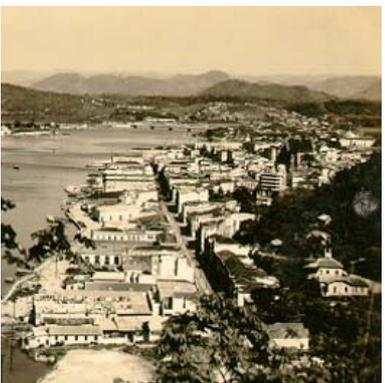
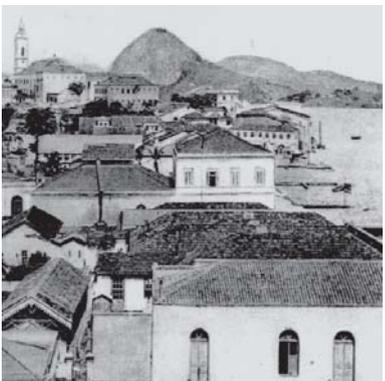
⁵⁹ Maria Ângela Faggin P. Leite refere-se à *cognição cultural* como sendo a produção da paisagem entendida por meio da avaliação estética formal que cada sociedade produz em seu respectivo período histórico. Em se tratando do modernismo arquitetônico vinculado a um processo particular de modernização, a produção de paisagens segue a lógica especulativa e implacável do capital. Já a cognição espacial são as modificações no padrão de produção da paisagem considerando as novas manifestações culturais e políticas de produção do espaço. Nesse sentido, o movimento pós-moderno, pode ser visto como um índice de mudança crítica na relação entre imaginário social e tecnologia avançada, cuja questão fundamental passa a se apoiar no imediatismo projetual de imagens. In: Revista Paisagem e Ambiente: ensaios n° 18. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo 2004. p.63 e 65.

⁶⁰ YÁZIGI, Eduardo et alli. *Turismo e Paisagem*. São Paulo: Editora Contexto, 2002. p.23.

“O cotidiano é sempre mais representativo do que as exceções, donde existe maior possibilidade de entendimento da realidade. Entretanto, há momentos em que nossa psique, associada ao mundo que percebemos por nossa paisagem cotidiana não consegue mais responder aos anseios pessoais”.

Eduardo Yázigí⁶⁰

2 evolução urbana e contexto físico-social de Vitória



“As especificidades inerentes ao sítio físico engendra a primeira distinção na conformação espacial. O outro determinante na produção do espaço, seria a “diferença produzida”, ou seja, a prática social produzindo espaços diversificados, segundo um “intuitus” imediato e próximo da imediação natural, que entanto, cindida, estabelece suas dualidades constitutivas.”

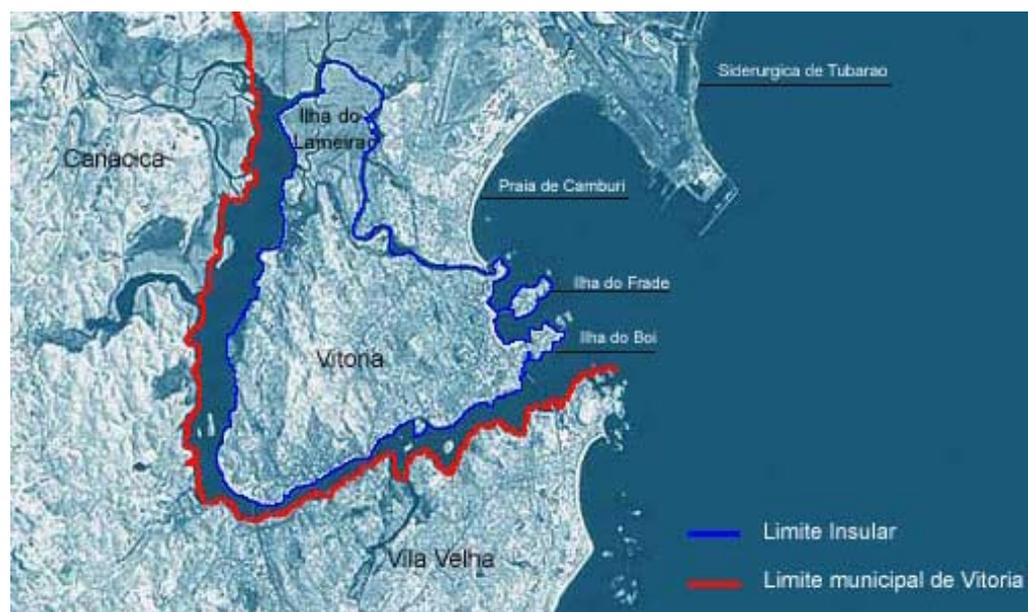
Lefebvre

A reativação do passado através da problematização é que faz com que o mesmo se mantenha no presente, sendo um movimento próprio do pensamento, que atualiza a reflexão para o debate contemporâneo. Nesta ótica, a transformação da paisagem da Baía Noroeste no âmbito da modernização, pressupõe uma análise histórica do desenvolvimento da economia do Espírito Santo e da ação do Estado, assim como, a análise do sítio original e modificado e respectivo processo de metropolização. O contexto histórico-estrutural torna-se imperativo para a compreensão dos processos que impactaram o ambiente urbano e natural da região.

O município de Vitória compreende dois territórios distintos, um insular e outro continental. A ocupação do território se deu a partir do setor insular numa região incrustada entre a Baía e a grande escarpa do Maciço (centro histórico), circundada por grandes áreas alagadiças. Com o tempo os padrões para modelar a nova cidade mineiro-industrial, exigiram grandes expansões no sentido nordeste e seu transbordamento para os municípios vizinhos que formam hoje a aglomeração da Grande Vitória¹.

Desse modo, são condicionantes do processo de uso e ocupação do solo em Vitória o seu relevo natural, demarcado pelo mar e pela montanha. Dos 88,0 km² de área bruta do município, quase a metade está ocupada por grandes equipamentos tais como aeroporto, universidade, os complexos siderúrgicos e portuários e pelo Maciço Central, reduzindo bastante as áreas passíveis de ocupação pela malha urbana.

Fig 2.1 Foto satélite do município de Vitória com delimitação do município. Observa-se a parte insular e a parte continental ao norte. Fonte: www.baiadevitoria.ufes.br



¹ O termo Grande Vitória indica a composição inicial do aglomerado composto inicialmente pelos cinco municípios: Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica e Viana e que posteriormente acrescida de Guarapari, ao sul, e de Fundão, ao norte.

Assim, o conjunto de atributos espaciais do município de Vitória revela sua dimensão temporal, durante a qual a sua história foi se acumulando sobre o espaço geográfico. Nesta perspectiva, são legíveis na sua paisagem os elementos e as dimensões das diversas etapas da história da cidade: *a cidade portuária de base agrária*, refletindo os diversos momentos da economia do café e das obras do porto e da cidade; *a cidade portuária – mineradora*, com as instalações portuárias ultrapassando os limites da ilha de Vitória, acompanhada da expansão de urbanização; e, finalmente a atual *aglomeração metropolitana*, de importância macro-regional, abrigando atividades diversificadas portuárias, industriais e terciárias superiores, com sua estrutura urbana ligada a essas diferentes funções, estendendo-se sobre sete municípios - Vitória, Vila Velha, Cariacica, Serra, Viana, Guarapari e Fundão - constituindo institucionalmente a Região Metropolitana da Grande Vitória.

Tabela 1 - População dos municípios da Grande Vitória , Espírito Santo e Brasil, 2000.

	População Residente		Valor Percentual	Área Total Km ² (2)	Demográfica (hab/Km ²)
	Total Absoluto	População Urbana Total			
Brasil (1)	169.590.693	137.755.550	81,23%	8.514.215,30	19,92
Espírito Santo	3.094.390	2.460.621	79,52%	46.047,30	67,2
Grande Vitória	1.425.788	1.401.936	98,33%	2017,5	706,71
Viana	53.372	49.512	92,77%	294,1	181,5
Vila Velha	345.880	344.512	99,60%	218,2	1584,99
Vitória (3)	291.941	291.941	100,00%	88,8	3288,9
Serra	322.518	320.965	99,52%	551,1	585,21
Cariacica	323.861	312.596	96,52%	285	1136,23
Guarapari	88.216	82.410	93,42%	580,3	152,02

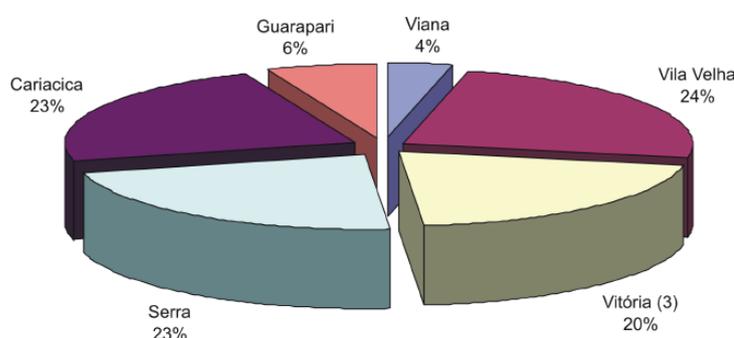
Fonte: Censo Demográfico 2000 - IBGE/ES – SEDEC/DIT/INF.

(1) Valores incluindo as águas interiores

(2) Valores sujeitos a alteração em fase de atualizações de natureza cartográfica ou político-administrativa

(3) Excluindo os bairros Hélio Ferraz, Eurico Salles e Bairro de Fátima, a população dos bairros de Vitória corresponde a 281.202 moradores.

Gráfico 1 - População da Grande Vitória, 2000.



Fonte: SEDEC/DIT/INF.

A população do município de Vitória é de 291.941 habitantes² (ver tabela 1) e está distribuída em 84 bairros e sete regiões administrativas. A aglomeração da Grande Vitória perfaz um total de 1.425.788 habitantes. Apresenta-se densamente povoado, com concentração nas regiões de ocupação mais antiga. Esta densidade, somada a outras características, como o traçado da malha viária e o fato de Vitória servir como corredor de passagem para os municípios da Grande Vitória, agrava os problemas de circulação. O poder público municipal administra os conflitos emergentes por meio do seu principal instrumento de controle, o Plano Diretor Urbano de Vitória, cuja revisão ainda não se ajustou à tendência de crescimento da metrópole.

A proximidade física entre os municípios e a característica geográfica do sítio coloca Vitória como “epicentro” da região, fazendo com que os limites municipais sejam cotidianamente transpostos por seus habitantes e confundidos por seus visitantes. Essa proximidade faz com que diversas temáticas urbanas associadas ao espaço, como por exemplo, a logística de transportes, o controle ambiental das águas e do ar, e também o fomento às atividades turísticas, tenham suas soluções atreladas de modo irrefutável a um planejamento em escala metropolitana; o caráter competitivo entre cidades, porém, pode acirrar posições conflitantes entre esses municípios.

A condição de capital política-administrativa do Estado, associada às variáveis de intercâmbio com o comércio exterior explica o seu dinamismo econômico. A especialização das atividades que se desenvolvem em Vitória é de tal ordem que 73% do emprego do mercado formal concentra-se na produção de serviços (incluída a administração pública). O emprego industrial representa apenas 9 % do total, e nas atividades comerciais 18 %. O emprego industrial está concentrado na indústria de construção civil que emprega um terço da força de trabalho industrial.³

Nessa ótica, o entendimento do macro-contexto social que envolve o espaço urbano, abrange dois aspectos que são determinantes na construção da cidade, resultando numa estrutura morfológica diferenciada de sua paisagem original. O primeiro aspecto refere-se ao quadro geomorfológico que teve papel extremamente importante nessa modelagem histórico-espacial de Vitória, impondo limites físicos ao crescimento da cidade e favorecendo algumas atividades econômicas relacionadas à navegação e aos portos. Dessa forma, as especificidades inerentes ao seu sítio físico e respectivos recursos naturais, engendra a primeira distinção na sua conformação espacial. Na concepção de Lefévre (1986) acerca do espaço, esta seria a “*diferença induzida*”. O outro determinante na produção do espaço, seria “a diferença produzida”, ou seja, a prática social produzindo “*espaços diversificados, segundo um intuitus imediato e próximo da imediação natural, que entanto, cindida, estabelece suas dualidades constitutivas.*”⁴

Diversos indicadores comprovam a presença do Estado na construção da cidade de Vitória, intervindo através de sucessivas políticas públicas na produção sócio-

² Fonte: IBGE – Censo 2000.

³ Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória. Plano Estratégico da Cidade (1996-2010). Vitória, 2000.

⁴ LEFEBVRE, Henri. *La Production de L'espace*.^{3ª} ed. Paris: Anthropos, 1986. cap. VI.

espacial, anunciando diferenças no processo de acumulação, segundo os interesses dominantes, o que conferiu extraordinária diferenciação nos espaços intra-urbanos. Assim, analisa Lefébvre (1986), “*emergiu da terra o espaço social erigido segundo uma “intelectualização” obstinadamente perseguida, até a construção do espaço abstrato (geométrico, visual, fálico) que ultrapassa a espacialidade tornando-se produção de um meio político , homogêneo e racionalizado: o “meio” do Estado , do poder, da estratégia*”. Desse modo, o Estado encerra as atividades econômicas sociais numa só unidade espacial formatando o território.

Nesta ótica, observa-se que a configuração territorial ou espacial da aglomeração urbana ocorre pelo arranjo dos seus elementos naturais e construídos pelo uso social. Num país de economia integrada e onde o Estado federado centraliza recursos e decisões, torna-se imperativo avaliar o papel do Estado na organização do espaço, pois assegura a integração entre *fixos e fluxos*⁵ na execução da infra-estrutura urbana. Nesse sentido, o estudo é fundamental para a compreensão das articulações dos agentes entre as diversas frações do espaço.

Sobre a construção dialética do espaço, Milton Santos⁶ privilegia alguns elementos que participam desse processo: o externo e o interno, o novo e o velho, o Estado e o mercado, três das contradições desta situação. Para o autor, o interno é tudo que, num dado momento, está já presente num lugar determinado. No interno, as variáveis têm a mesma dimensão do lugar, as dimensões se sobrepõem delimitadas pelo lugar. Entretanto, as variáveis que formam uma situação são freqüentemente extra-locais, portanto mais amplas que o lugar. Nesta lógica, a organização de qualquer território depende da imbricação dos fatores internos e externos.

Milton Santos afirma que a “internalização” do externo não se dá de forma arbitrária, mas em lugares específicos, e que nenhuma variável externa se integra numa situação, se esta não tem as condições para poder aceitá-la. Portanto, o que define um lugar “*é todo um contexto formado por uma teia de objetos e ações com causa e efeito, que atinge todas as variáveis já existentes; e as novas, que se vão internalizar.*”⁷

“E na aparência, somente o privado se organiza sob o primado do público. Na verdade, o inverso se instaura”. Lefébvre

Desse modo, a relevância dos aspectos acima citados são importantes na compreensão da forma como o espaço estratégico dialogou com o espaço natural, e como a mediação entre ambos, configurou as estruturas, a urbanidade e a paisagem contemporânea de Vitória.

⁵ Para Milton Santos (1988,p.77) o espaço é formado de duas categorias clássicas: *os fixos e os fluxos*. Os fixos são os próprios instrumentos de trabalho e as forças produtivas em geral, incluindo a massa dos homens. Os fluxos são o movimento, a circulação, a distribuição e o consumo.

⁶ SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel, 1985.

⁷ SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988. p.97.

Fig 2.2 Imagem mostrando o espaço tridimensional da ilha que configura paisagens sociais e geográficas morfologicamente distintas. A Baía contorna toda a parte insular e o Maciço Central domina a paisagem da Ilha. Em primeiro plano, à esquerda temos a Baía Noroeste.
Fonte:www.baiadevitoria.ufes.br

“Os recursos oferecidos e as dificuldades impostas pelo sítio natural de cada cidade compreendem uma constante com a qual sucessivas gerações tiveram de tratar conforme seus próprios valores e tecnologias.”

Spirn⁸

O respeito às limitações impostas pela natureza e a exploração de seus recursos levaram a formas urbanas memoráveis. Os antigos gregos, por exemplo, eram mestres em adequar as construções, praças e ruas à topografia de suas cidades. A forma urbana de Jerusalém acentua seu significado espiritual e é feita com calcário local. Desse modo, poderíamos citar várias cidades no mundo cuja evolução urbana esteve sempre associada às características morfológicas de seus elementos biofísicos.

Entretanto, as características fisiográficas, por mais que possam ser adaptadas pelas obras de engenharia, serão sempre importantes condicionantes da forma urbana, do seu desenvolvimento e das relações que se estabelecem no seu interior⁹. Nesse sentido, a cidade de Vitória foi alvo de grandes transformações, especialmente por estar limitada à condição de ilha.

No município de Vitória, os limites do sítio original impuseram fronteiras, muitas não ultrapassadas, outras vencidas pelo homem e pela tecnologia, na batalha travada cotidianamente pela conquista de novos espaços. Algumas vezes, ganhas ao mar,

⁸ SPIRN, Anne Whinston. *O Jardim de Granito*. São Paulo: Edusp, 1995.p.28.
⁹ SERRA, Geraldo. *O espaço natural e a forma urbana*, p.101.



2.2

outras vezes sobre morros e encostas íngremes. Ainda assim, ficaram aquelas intransponíveis, que o homem não ousa abraçar, como o Maciço Central que comprimiu o centro histórico e limitou a expansão de sua parte posterior. Os aterros vieram como alternativa para expansão e passaram a fazer parte da ambiência urbana. Uma outra visualidade que se consagra como símbolo de identidade da cidade insular é a Baía de Vitória. Marco, ponto de referência da trajetória histórica do município, a sua presença constante num longo percurso ao redor da ilha, denota o imediato reconhecimento e sentido de orientação aos habitantes e visitantes de Vitória. Enquanto marco geográfico singular destitui qualquer necessidade de reforço em sua *visibilidade*.¹⁰ O seu valor é ainda maior quando estabelece associações históricas e culturais.

A Cidade Portuária e Identidade Marítima

A cidade de Vitória é constituída por uma ilha incrustada no continente (ver fig 2.1). A maritimidade é mais visível na parte leste da ilha, apesar da expansão da rede urbana ter restringido sua visualidade, a presença das águas, seja do mar, da baía ou dos mangues sempre foi uma presença constante no imaginário da população. As sensações prazerosas exercidas por esta proximidade, sempre de alguma forma proporcionam momentos de serenidade aos cidadãos que cumprem uma rotina diária no ambiente urbano. O luar refletido no mar, os cheiros, as possibilidades que emergem do desconhecido, favorecem esta satisfação.

“A água é uma fonte de vida, um símbolo universal de purificação e renovação. Como um imã primordial, atrai uma parte primitiva e bastante profunda da natureza humana. Mais do que qualquer outro elemento tem o potencial de forjar um elo emocional entre o homem e a natureza na cidade.” Spirn¹¹

Uma ilha, limitada pelo mar e pela baía. A baía de Vitória é um braço de mar que penetra profundamente pelo continente tornando-se um espaço favorável à navegação e ao comércio portuário, abrindo na parte posterior voltada para o continente um pequeno mar interior. Baía que nos convida a navegar adentrando seus contornos, descortinando belas perspectivas visuais. Fazendo um percurso ao longo da baía, em primeiro plano, destaca-se a Terceira Ponte com extensos vãos, escultura símbolo da moderna engenharia, marcando os limites entre mar e baía, emoldurando a cidade, garantindo acessibilidade da metrópole.

Em seguida avançando o canal da baía a sudoeste, no domínio natural da paisagem, surge exuberante afloramento rochoso, o Penedo¹², porta de entrada da antiga vila de Vitória. Eis o percurso dos navios e embarcações que trafegam diariamente pelo canal da Baía até alcançar o Porto de Vitória situado ao lado do centro histórico.

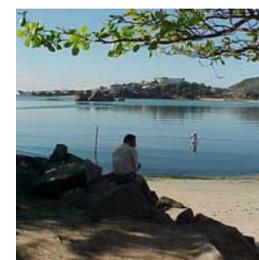
Fig 2.3 Homem desfruta da serenidade da praia. Vista da Ilha do Boi a partir da Praia do Canto (região nordeste)
Fonte: acervo pessoal, 2003.

Fig 2.4 A Baía: porta de entrada da cidade e elo de relações comerciais com cidades portuárias. Foto: Vitor Nogueira.

Fig 2.5 O Penedo (à esquerda): marco referencial da paisagem sentido centro-oeste.

Fonte: www.baiadevitoria.ufes.br

Fig 2.6 O Cais de Capuaba, contíguo ao Penedo no município de Vila Velha. Do lado oposto, o centro de Vitória – núcleo inicial - incrustado entre o Maciço e a Baía.
Fonte: www.baiadevitoria.ufes.br



2.3

¹⁰ Conforme já abordado no capítulo I, vale aqui revelar as distinções entre visualidade e visibilidade. A *visualidade* corresponde ao registro de um dado físico e referencial; a *visibilidade*, ao contrário é propriamente semiótica, partindo de uma representação visual para gerar um processo perceptivo complexo. (Jameson, 1994 citado In: *Turismo e paisagem*. Coletânea de textos. Organizado por: Eduardo Yazigi. Contexto. 2002. p.74).

¹¹SPIRN, Anne, 1995, p.159.

¹² Maciço gnáissico intrusivo (“tipo pão de açúcar” com 135 metros de al-



Este esconde por detrás de suas construções verticais suas antigas igrejas e casarios remanescentes de uma época áurea, e logo adiante vencido, cede lugar ao imponente Maciço Central que, gigantesco, domina a paisagem.

O elemento água compõe com a profusão dos morros e maciços graníticos uma paisagem singular. Dessa forma, a alternância do sítio físico de Vitória caracteriza e enriquece a toponímia do lugar, formando nuances e recortes inesperados. No tabuleiro litorâneo entre a serra e o mar, formado por sedimentos arenosos, maciços

2.4



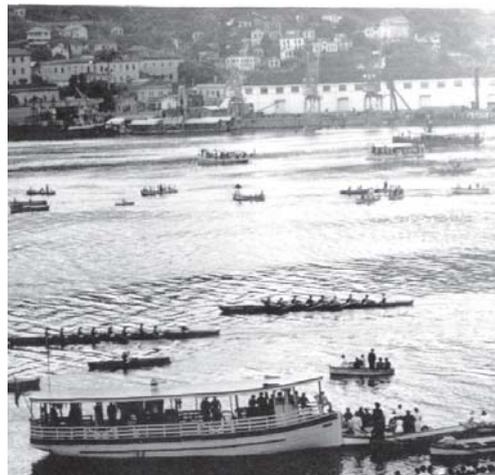
2.5



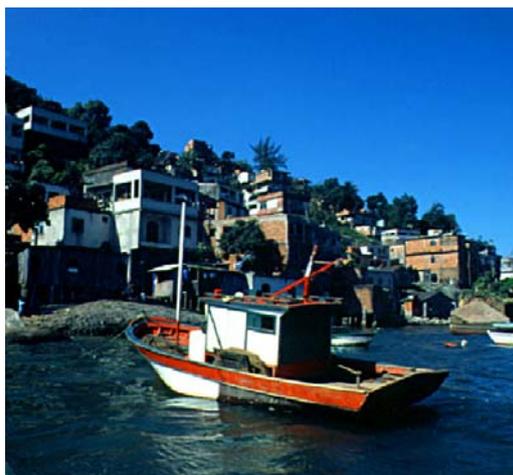
2.6

e morros cristalinos constituídos de gnaisses e granitos afloram na planura do mar, formando ilhas ou costas rochosas mais profundas, cujas reentrâncias constituem verdadeiros portos naturais.

A posição geográfica do município define um caráter eminentemente marítimo, favorecendo o desenvolvimento das atividades portuárias. Esta particularidade natural do território propiciou o crescimento econômico do município, estando diretamente vinculado à exportação de matérias-primas. Nesse sentido, as metas estabelecidas pelas políticas públicas fizeram com que o Porto de Vitória - e respectivas atividades correlatas - fosse o principal promotor da urbanização do município.



2.8



2.9

Nessa relação explícita com o mar, hábitos e tradições foram se acumulando ao longo da história, incorporando valores e técnicas, atravessando gerações. Os barcos de pesca, a cata de marisco associada ao mangue e os esportes náuticos tais como as regatas e a vela, fizeram história e marcaram época.

O complexo portuário (Vitória, Capuaba, Aribiri e Tubarão) que compõem o cenário do município de Vitória, deu novo sentido e significado à paisagem e ao olhar do capixaba. Seus habitantes incorporaram ao seu cotidiano, o tráfego lento de navios, que diariamente entram e saem da baía. Entretanto, a ampliação da atividade portuária impõe novo ritmo ao tráfego da Baía, agora disputado por navios cargueiros, militares e estrangeiros, traduzindo um movimento contínuo em direção ao universo global, revelando novas formas de se perceber e aceitar o mundo exterior. Agora, a cidade não é só local, mas global.

Entretanto, a instalação e ampliação provocaram mudanças nos hábitos dos moradores e também na forma de apropriação dos espaços da cidade, que anteriormente mantinham relação direta com a baía. O complexo portuário (Vitória, Capuaba, Aribiri e Tubarão) que compõem o cenário do município de Vitória, deu novo sentido e significado à paisagem e ao olhar do capixaba. Seus habitantes incorporaram ao seu cotidiano, o tráfego lento de navios, que diariamente entram e saem da baía.



2.7

Fig 2.7 Navios cargueiros passam pelo Penedo em direção ao Porto de Vitória. Foto: Vítor Nogueira.

Fig 2.8 As regatas tornaram-se tradição e motivo de festas na Baía de Vitória. Fonte: Arquivo Público P.M.V.

Fig 2.9 Barquinhos de pesca. O cotidiano da população capixaba historicamente vinculado à Baía. Fonte: Arquivo Público P.M.V.

titude) situado defronte para a Baía, nas proximidades do centro histórico porém em seu lado oposto, pertencendo ao município de Vila Velha.



2.10

Fig 2.10 Navios ancorados na Baía de Vitória. Porto de Vitória à esquerda e cais de Capuaba à direita. Foto: Vítor Nogueira.



2.11

Fig 2.11 Porto de Vitória localizado no centro da cidade. Foto: Vítor Nogueira.

“Nessa ilha de contrastes, velocidades distintas convivem num mesmo espaço. É interessante observar os dois tempos de ritmos diferentes, que correm simultaneamente lado a lado: o tempo do mar, desacelerado, onde estão navios e pescadores, e o tempo do asfalto, acelerado, com automóveis e ônibus nas avenidas...” Bissoli¹³

Bissoli, nesse texto, revela com propriedade a ambigüidade característica do espaço moderno. O tempo responde às mudanças sociais imprimindo ritmos distintos na organização da vida diária. Nesse sentido, as concepções acerca do espaço e do tempo feitas por Harvey (1989) baseiam-se no conflito em torno do sentido próprio de espaço a ser usado para regular a vida social, portanto, necessariamente através de práticas e processos materiais que servem à reprodução da vida social.

A poluição manifesta-se visivelmente na Baía de Vitória, mais intensamente no trecho que margeia o centro da cidade. Isto ocorre principalmente pelo fato de serem despejados esgotos domésticos sem tratamento provenientes dos rios que nela desembocam. As atividades portuárias com grande movimentação de navios e cargas e o lançamento de águas pluviais através de galerias também contribuem, em menores proporções para a alteração da qualidade da água.

Na parte nordeste, a ilha possui uma grande área de praias, como Camburi, Praia do Canto e as ilhas do Frade e do Boi. Podemos considerar que as praias do município de Vitória não apresentam uma boa qualidade favorável a balneabilidade, afetando não só o lazer da população como a atratividade turística da cidade. Elas estão constantemente sendo monitoradas pela prefeitura de Vitória, que mede os índices de poluição e resíduos sólidos presentes na água.

¹³ BISSOLI, Daniela Coutinho. *Procura-se uma ilha*. Monografia apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória. 2002. p.27.



2.12

“A praia é o único lugar de gozo descoberto pela espécie humana. Os corpos tendem a se comportar como campo diferencial. O retorno ao imediato, ao orgânico, portanto à natureza.” Lefebvre



2.13

Fig 2.12 Panorâmica das praias na região nordeste. As praias de Vitória apresentam má qualidade de suas águas. Foto: Leonel

Fig 2.13 Banhista na praia da Ilha do Boi. Uma das poucas praias propícias ao banho. Foto: Vítor Nogueira.

Fig 2.14 Foto abrangendo a região nordeste. Em primeiro plano as Ilhas do Boi e do Frade; à esquerda, o canal da Baía que corre em direção ao centro fazendo o contorno na ilha; à direita o Canal da Passagem que faz limites entre as praias do Canto e de Camburi. Fonte: www.baiadevitoria.ufes.br

A Baía e os Mangues

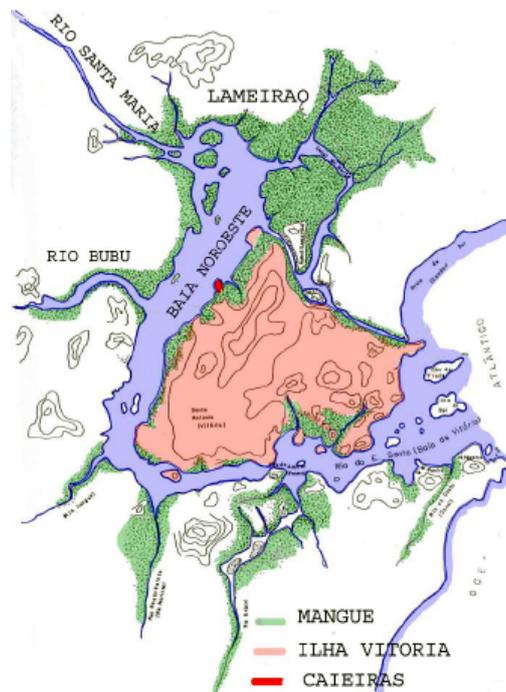
A Baía de Vitória é limite dos municípios que compõem a aglomeração da Grande Vitória e possui duas comunicações com o mar, sendo que seu canal principal banha as margens sul e oeste da Ilha de Vitória, recebendo a descarga de alguns rios. A área norte da Baía faz o elo de ligação entre os municípios de Vitória, Serra e Cariacica.

O canal principal da Baía de Vitória estabelece, portanto, um percurso que nos permite conhecer quase toda a ilha. Correndo no sentido leste-oeste, inflete para nordeste, formando um cotovelo. Daí por diante, ele torna-se mais largo e, ao mesmo tempo, menos profundo, até se confundir com toda trama de terrenos sedimentares recentes, como o Delta do Rio Santa Maria e áreas vizinhas. Recebe também as águas dos rios Aribiri, Marinho, Itaquari, e Bubu, estando em contato não somente através de seu canal principal, como ainda pelo canal da Passagem, que separa ao norte, a ilha de Vitória do continente.

2.14



Fig 2.15 Provável distribuição dos manguezais da Baía de Vitória no séc. XVI. Fonte: Ferreira (1989). In: manguezais Baía de Vitória.



2.15

O estreitíssimo Canal do Lameirão¹⁴ faz comunicação da baía com o Canal da Passagem. Nesta área, sujeita à intensa sedimentação, protegida dos ventos, das correntes marinhas, dos embates mais fortes das ondas que, entre canais, gamboas e baixos cursos dos rios, vicejam os manguezais. O Manguezal, na descrição de Ferreira¹⁵ (1989) aparece espacialmente definido sobre sedimentos recentes, constituídos por partículas finas de areia, argila e silte, carreados pelas marés e correntes de rios, depositados em forma de sedimentos lamacentos. Portanto, toda a parte interior da Baía de Vitória é constituída por exuberante vegetação de mangue que recobre a região noroeste da ilha.

¹⁴ A Ilha do Lameirão, grande extensão de mangue (9km²), foi transformada em Reserva Biológica Municipal Ilha do Lameirão pelo Decreto 3.616 de 11/09/86 pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Vitória.

¹⁵ FERREIRA, Renata Diniz. *Os manguezais da baía de Vitória (ES): Um estudo de Geografia Física Integrada*. Tese Doutorado Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. 1989, p.67.

¹⁶ A análise mais detalhada do mangue e da região noroeste será abordada em capítulos posteriores.

Apesar de toda interferência antrópica sofrida nas últimas décadas, a Baía de Vitória ainda detém a maior área de manguezais do Espírito Santo, com aproximadamente 18 Km², representando 25,5% dos manguezais de todo o Estado (Vale e Ferreira, 1998)¹⁶. O município de Vitória possui ainda 23% do seu território composto de unidades de conservação (ver anexo 1). Estas unidades protegidas são compostas de floresta atlântica e os ecossistemas associados ao manguezal e a restinga.

Escarpas Gnáissicas e Graníticas

Na análise geomorfológica do município, Ferreira (1989) descreve a região das escarpas a oeste da Baía de Vitória como um paredão maciço e contínuo de maciços intrusivos amorreados que se destacam nos limites da baía, inclusive dentro do seu

próprio canal desde a confluência com o Atlântico. Tal setor da paisagem faz parte do domínio de “mares dos morros”, alternados com “pães de açúcar” em áreas costeiras ou interiores do Espírito Santo¹⁷. Estas escarpas pertencem a uma formação serrana, constituída de rochas gnáissicas e graníticas florestadas, remanescentes da Mata Atlântica.

A ilha de Vitória é o mais importante representante desse tipo de relevo. A sua parte ocidental é quase totalmente ocupada pelo Maciço Central (cotas atingem 310m), que abrange o Morro do Quadro, Fonte Grande, Jucutuquara, Morro do Macaco, Pedra dos Olhos, entre outros. A localização do Maciço Central no centro da ilha dificulta a percepção da situação insular de Vitória, dividindo-a em duas partes, leste e oeste, entretanto sua visibilidade está presente em ambas as regiões (nordeste e noroeste). O seu relevo acidentado e escarpado com declividades acentuadas, contribuiu para a conservação da cobertura vegetal, dificultando a ocupação urbana na área, além de ser uma das principais características que condicionaram a criação da Unidade de Conservação Permanente e o Parque Estadual (124,4 ha), considerando o valor paisagístico da área no contexto urbano.

Os maciços graníticos intrusivos, em forma de morros e penedos, erguem-se das áreas de restingas ou das superfícies de planalto, isoladamente ou em grupos. Podemos assim citar, o Morro do Barro Vermelho, do Cometa, Itapenambi, Grande, Gurigica, do Suá e Bento Ferreira. Alguns destes maciços do tipo “pão-de-açúcar”, são bastante resistentes ao intemperismo químico, como é o caso do Penedo (135m), próximo à entrada da Baía de Vitória.

Fig 2.16 O Parque da Fonte Grande integra o APA do Maciço Central. À esquerda da baía noroeste. Fonte: Projeto Terra.

Fig 2.17 A visibilidade do Maciço Central está presente em toda a ilha. À direita, a praia de Camburi na região nordeste. Fonte: Projeto Terra.

Fig 2.18 O Maciço: gigante adormecido. A Pedra dos Olhos destaca-se em seu perfil. Foto: Vítor Nogueira.

¹⁷ AB'SABER, 1966 citado In: FERREIRA, Renata Diniz, 1989, p.69.



2.16



2.17



2.18



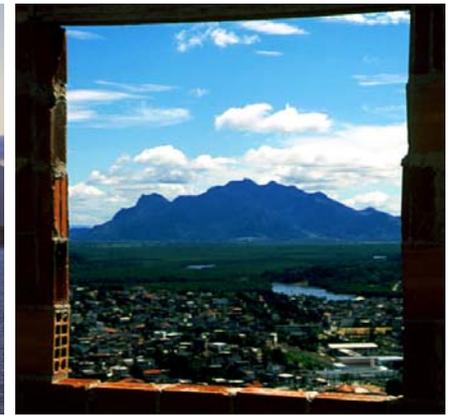


Fig 2.19 Seqüência de morros na paisagem da região nordeste Fonte: acervo pessoal Letícia Klug. In: *Sítio físico e paisagem*, 2002.

Fig 2.20 O penedo refletido na baía: marco referencial da paisagem. Foto: Vítor Nogueira.

Fig 2.21 O Mestre Álvaro, grande escarpa gnáissica localizada no município da Serra, é vista da vários pontos de Vitória fazendo parte integrante de sua paisagem. Foto: Vítor Nogueira.

Fig 2.22 O Penedo refletido na baía: marco referencial da cidade. Foto: Vítor Nogueira.

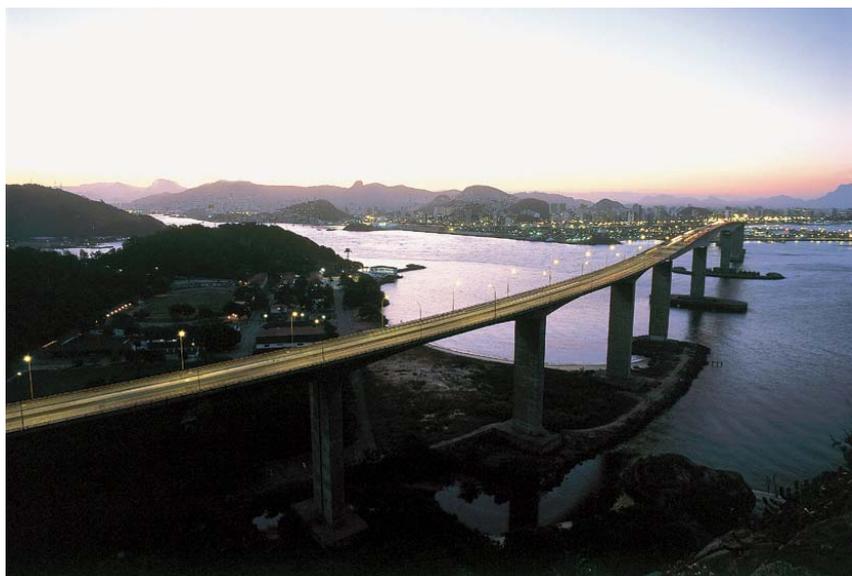
2.20 2.21 2.22
Ao norte de Vitória, emerge um maciço gnáissico de grande representatividade denominado Mestre Álvaro (820m) em uma planície de deposição bem mais antiga do que as anteriormente citadas. Apesar de estar localizado no município da Serra, o Mestre Álvaro destaca-se na paisagem em diversos pontos da ilha de Vitória, assim como, nos municípios vizinhos.

Os fatores limitantes da expansão urbana da Ilha fizeram com que sucessivas políticas públicas interviessem no espaço, buscando artifícios que possibilitassem esta urbanização crescente. Dessa forma, os aterros cumpriram este propósito, incorporando-se à paisagem construída e definindo novos limites territoriais.

As pontes: referência na paisagem

Vale ressaltar uma outra imagem símbolo que representa o panorama da cidade insular: as pontes. Como ilha e centro geopolítico e econômico, era fundamental que Vitória ampliasse sua capacidade de acesso ao continente, e assim inúmeras pontes foram construídas ao longo de sua evolução urbana, passando a compor as referências paisagísticas da ilha. Assim, com as sucessivas ligações viárias e aterros, observa-se o estreitamento da percepção visual dos habitantes e turistas quanto a essa condição geográfica de “ilha” que contém o território municipal.





2.23

Fig 2.23 Ponte Florentino Ávidos (1929) construída em estrutura de aço foi a primeira ligação expressiva do município com o território no sentido sul do Estado. Foto: Vítor Nogueira.

2.24

Fig 2.24 A Terceira Ponte tem uma grande extensão (3,5 km²) e liga os municípios de Vitória e Vila Velha. Foto: Vítor Nogueira.

A forma com que o uso deste elemento estrutural prevaleceu e se integrou à paisagem de Vitória se explica, pelo fato de que, uma das características peculiares da ilha de Vitória é a sua proximidade com o continente. As pontes permitiram sucessivas ligações viárias integrando toda a região metropolitana. A primeira ponte construída foi a Florentino Ávidos (1924-1928), mais conhecida por “Cinco Pontes” em estrutura de aço localizada a sudoeste da ilha fazia ligação de Vitória com os municípios de Vila Velha e Cariacica. Como esta já não mais comportava o fluxo crescente de veículos, próxima a esta foi construída a Segunda Ponte (década de 70) que permite a visualização do Maciço Central como referência de entrada da ilha.

Na região nordeste, foi construída a Terceira Ponte (1989)¹⁸ com vão de 3,5km, uma das maiores em extensão do Brasil representando em sua estrutura formal o avanço tecnológico. Esta ponte de grande magnitude situada na entrada da Baía de Vitória já se incorporou à paisagem, possibilitando visadas imediatas que privilegiam o potencial paisagístico da ilha.

¹⁸ A Ponte Deputado Castello de Mendonça é mais conhecida como Terceira Ponte e demorou dez anos para ser concluída.

¹⁹ Para Lefebvre, um produto adquire um significado superior e pressupõe uma necessidade e uma técnica. A técnica é um produto historicamente construído e vai sendo transmitida, avaliada, aperfeiçoada e se consolida como uma estrutura. A técnica se consolida com a atividade, a medida que se experimenta. Portanto, o espaço social é senão um produto da atividade humana e do trabalho social, intermediada por uma técnica, construído historicamente. (Lefebvre, Henri. *Le Materialisme Dialectique. Quadriga. Paris, 1940*)

²⁰ DÉAK (1985) considera como localização do espaço urbano não apenas a terra, mas também o mar, e o ar (satélites artificiais).

²¹ LEFEBVRE, Henri. *De l'État*. Tomo III: "Le mode de production étatique". 4 volumes. 10-18 UGE. Paris, 1977. Tradução Jorge Oseki (mimeo).

²² Jean Bodin citado por LEFEBVRE In: *A respeito do Estado*, Tomo III, Cap.3. Tradução Jorge Oseki (mimeo).

²³ Para Hobbes a distinção entre sociedade civil e a sociedade política não tem sentido algum. Hobbes chega mesmo até a recusar a religião na medida em que não é religião de Estado e propõe aos indivíduos um deus diferente (*the immortal god*) do deus político (*the mortal god*). A sua crítica às superstições garantirá a seu livro a

O conceito de espaço, por expressar um movimento em direção a uma realidade, não é um conceito unívoco, tendo comportado várias formas de interpretação ao longo do tempo. Para Lefebvre, as formulações teóricas acerca do espaço, fragmentam-no em diversos postulados metodológicos, conforme a sua inserção nas ciências: o geográfico, o sociológico, o histórico, o urbanístico. Assim sendo, o espaço não pode ser relativizado apenas sob o crivo cultural e temporal, e sim compreendido numa dimensão maior, da globalidade, como um produto, produto da *práxis*¹⁹.

Considerando o processo de urbanização historicamente vinculado ao modo de produção capitalista, o espaço urbano deixa de ser entendido apenas como um produto, dotado de condições materiais e subjetivas, necessárias à produção em geral e a reprodução humana, para se transformar ele próprio em uma mercadoria, através das *localizações*²⁰. As localizações surgem no processo de produção do espaço urbano, sendo dadas pelos valores de uso, que lhe são atribuídas pelas infra-estruturas físicas, as quais fazem com que se materialize a estrutura do espaço.

Nesse sentido, vale ressaltar a importância do caráter histórico do Estado na constituição do espaço urbano. Muitas teorias foram formuladas a respeito do Estado. Lefebvre²¹ submete sua reflexão à análise evolutiva do pensamento de filósofos e outros teóricos que discutem a questão, passando pelos clássicos do Iluminismo até chegar às teorias marxistas que embasaram a lógica do capitalismo moderno. No decurso da história, tivemos que nos aproximar do século XVI para que as questões de soberania deixassem de ser representadas em termos religiosos para assumir uma dimensão política, em termos de governo. A esta época, Lefebvre refere-se a Jean Bodin como um dos primeiros a formular a soberania como atributo do Estado, distinguindo-o de qualquer outra associação contratual ou natural: família, corporação, etc. Para Bodin, a soberania equaliza diante dela os sujeitos, "*acarreta a legalidade e não a arbitrariedade do soberano; ela exige para seu pleno exercício, uma jurisdição e um direito, portanto uma constituição.*"²² Por outro viés interpretativo, Hobbes, cientista político do século XVII, atribui ao poder soberano a semelhança do *Leviatã*²³, monstro sagrado capaz do melhor e do pior, ao qual o indivíduo não poderá escapar. Dessa forma, para Hobbes, o conceito de poder e sociedade encontra-se numa entidade global, superior ao indivíduo e à razão individual.

Para Lefebvre estes pensadores não desvinculam o conceito de Estado da noção de "cidade". Segundo os historiadores, os termos políticos mais utilizados na concepção dessas teorias são "*polis, civita, e res publica*". Nesse sentido, o Estado como tal não se separa da cidade. Lefebvre cita Spinoza para quem existem apenas Cidades-Esta-

dos. Portanto, para estes pensadores ao qual o autor se reporta, ainda não há uma idéia clara de nação.²⁴

Na ótica de Lefebvre, o filósofo Rousseau (século XVIII) é o que mais se aproxima da teoria da soberania característica do pensamento ocidental: “*essa pessoa pública, que se forma assim pela união de todas as outras, levava antigamente o nome de cidade (“citê”) e leva hoje o nome de república ou de corpo político, o qual é chamado pelos seus membros. Estado quando é passivo; soberano, quando ativo; potência, quando comparado a seus pares*”.²⁵ Segundo Lefebvre, a filosofia política com Rousseau descobre relações de equivalência, de identidade, de legalidade e de igualdade, relações efetivamente constitutivas do Estado moderno, introduzindo efetivamente o conceito de totalidade e sua conexão com o econômico e o político.

A contribuição de Engels à teoria difere da de Marx e a complementa. Para Engels, “*o conjunto da sociedade civilizada se resume no Estado. Em alguns períodos, este Estado se revela instrumento da classe dominante, possuindo características inerentes à sua criação: resumo oficial de uma sociedade inteira e de sua história, simples instrumento político exprimindo a desigualdade no seio da sociedade*”²⁶. Ele admite que a propriedade privada e a família fornecem a base sobre a qual se constroem as sociedades, mas não considera o efeito inverso, ou seja, que a propriedade e mesmo a família se modificam sob a pressão e o impulso do Estado. Lefebvre considera um equívoco a construção da teoria de Engels, pois está incompleta. Segundo o autor, Engels não distingue bem a passagem da modalidade da propriedade imobiliária baseada na terra (monopólio feudal) para a riqueza derivada do modo de produção capitalista, cujos processos estão ambos baseados na propriedade do solo, porém, de maneira distinta.

Nessa perspectiva, Lefebvre argumenta que Engels não contempla a hipótese plausível de Marx, segundo a qual o Estado se afirmaria ultrapassando as condições sócio-econômicas e as circunstâncias históricas de seu aparecimento, chegando com isso a uma especificidade do político em relação ao econômico e social, todavia, sem dissociar-se destes. A redução da esfera política para a econômica nos leva a um dilema. Para Lefebvre, esta dificuldade se atenuará “*se introduzirmos descontinuidades - rupturas políticas - ao invés de procurarmos a explicação somente nas forças produtivas, cujo progresso e crescimento possuem na realidade um caráter contínuo*”. O Estado dificilmente se integra às categorias clássicas de origem filosófica: sujeito e objeto, sistema e totalidade, lógica e a dialética. Entretanto, essas categorias são indispensáveis para análise.

O trabalho desenvolvido por Foucault²⁷ durante 20 anos, estabelece uma investigação comparativa entre o poder e as formas de resistência. O autor teoriza a questão do Estado por outro viés metodológico tendo como tema central a sujeição do indivíduo às relações de poder através de estratégias antagônicas - sanidade e insanidade, legalidade e ilegalidade, sexualidade, crime, relação pais e filhos, homens e mulheres - correlacionando teoria e prática cotidiana. Nessa perspectiva, cada estra-

apologia do *Leviatã* que teria comprometido enquanto imagem, o símbolo da irracionalidade do poder levado ao seu grau absoluto.

²⁴ No século XVIII, na França, é que emerge a nação, com o civil e a civilidade, especialmente por intermédio das idéias de Rousseau.

²⁵ ROUSSEAU, Jean Jaques. *Contrato Social* – I:6, fim do capítulo. Citado In: LEFEBVRE, H. *A Respeito Do Estado*. Tomo III: capítulo 1)

²⁶ ENGELS, Frederico. *Origens da família, da propriedade privada e do Estado*. Ed. Costes, p.233. Citado In: LEFEBVRE, H., *De l'État*. Tomo III: A respeito do Estado. cap.1. 1977. Tradução Jorge Osekí (mimeo).

²⁷ FOULCAULT, Michel. Afterword. *The Subject and Power*. In: Hubert L. Dreyfus and Rabinow. Michel Foucault – Beyond Structuralism and Hermeneutics. 2^a edition. Chicago: The University of Chicago Press. 1983. Pp. 208-226.

tégia do espaço visa determinados objetivos, já que o espaço abstrato, manipulado e manipulador, detém “propriedade”, organizando o “centro” como lugar de decisão, de riqueza e de informação. Dessa forma, o autor compara o Estado com uma nova forma de sujeição, uma nova forma de poder pastoral.

Para Foucault, todas essas forças quebram o movimento individual separando-o da vida comunitária, restringindo-o à sua própria individualidade de forma constrangedora. O Estado moderno, portanto, é uma sofisticada estrutura política onde a individualidade é submetida a modelos específicos, visando atender os interesses de uma classe dominante, criando uma constante tensão entre as opções individuais e o que a sociedade oferece.

É nesse contexto que temos de compreender as tentativas altamente diversificadas em diferentes nações-Estado de chegar a arranjos políticos, institucionais e sociais que pudessem acomodar a incapacidade do capitalismo de regulamentar as condições essenciais de sua própria reprodução. O equilíbrio de poder, especialmente no modernismo, tenso, mesmo assim firme, prevalecia entre o trabalho organizado, o grande capital corporativo e a nação-estado, e que formou a base da expansão de pós-guerra como resultado de um processo e de muitas lutas.

A associação indissolúvel de elementos, tais como, a coação, a autoridade, a lógica e a moral, mostra como a constituição do Estado acompanha a extensão das trocas e das comunicações. Na concepção de Lefebvre, “*o processo social, que sujeita seres da natureza a entrarem na identidade forçada, toma a forma relativamente pacífica do símbolo e do signo, do saber, do conceito e do julgamento. De outro lado, ele dá lugar à extensão da autoridade dita “legítima” ou pública, isto é política. De um lado, a coação se subordina às condições da troca intelectual (coerência e veracidade, aceitação das metáforas, etc.) De outro coação, e violência se desenvolvem, tornam-se maiores e continuamente dominantes. A filosofia e sua história acompanham conflituosamente o Estado e sua história.*”²⁸

Segundo Harvey²⁹, a derrota dos movimentos operários radicais que ressurgiram no período pós-guerra imediato, por exemplo, preparou o terreno político para os tipos de controle de trabalho e de compromisso que possibilitaram o *fordismo*.³⁰ A disseminação do fordismo produziu um surto de expansões internacionalistas de alcance mundial que atraiu para a rede inúmeras nações descolonizadas. Este expansão do modo de produção capitalista se explica na reconstrução patrocinada pelo Estado de economias devastadas pela guerra, na renovação urbana, na expansão geográfica dos sistemas de transporte e comunicações e no desenvolvimento de infra-estruturas dentro e fora do capitalismo avançado. Coordenados por certos centros financeiros interligados, tendo como ápice da hierarquia os Estados Unidos e Nova Iorque, essas regiões – chave da economia mundial absorviam grandes quan-

²⁸ LEFÉBVRE, H., 1977, cap.2.

²⁹ HARVEY, David. *Condição Pós – Moderna*. 9ª ed. São Paulo: Loyola, 2000.p.124-125.

³⁰ Harvey explica como o sistema fordista constituiu uma história que se estendeu por meio século (1930 - 1980), resultado da conjugação de decisões que estabeleciam vínculos imediatos entre o capital corporativista e o fortalecimento da nação-Estado. Ao longo desse período, o capitalismo alcançou nos países centrais taxas fortes, mas relativamente estáveis de crescimento econômico.

tidades de matérias-primas do resto do mundo não-comunista e buscavam dominar um mercado mundial de massa crescentemente homogêneo com seus produtos.

Nessa perspectiva, podemos afirmar que a concepção dialética do espaço estreita-se e renova-se com a intervenção do Estado, no passado e no presente, segundo uma lógica, tornando-se uma prática evidente. O Estado e seus aparelhos (burocrático e político) atuam sem cessar no espaço e se servem do espaço instrumental para intervir em todos os níveis e em todas as instâncias do econômico. De maneira que a prática social (global) e a prática política tendem a se reunir na prática espacial, ganhando assim uma coesão e mesmo uma coerência lógica.

O Estado promove ações no espaço a partir da produção de valores de uso, notadamente na criação de infra-estrutura. Ao mesmo tempo em que o torna homogêneo, acaba por diferenciá-lo, ou seja, o espaço ao ser dotado de condições básicas para sua homogeneização de forma a possibilitar a circulação de mercadorias, força de trabalho e capital, torna-se desigual. Nesse contexto, podemos afirmar que o Governo do Estado do Espírito Santo assumiu muitos papéis na configuração sócio-espacial do aglomerado urbano de Vitória a partir de políticas que respondiam a decisões do planejamento estratégico nacional. A produção da “diferenciação/homogeneização” do espaço dada pelo Estado resultou, definitivamente, no rompimento da estrutura econômico-espacial de Vitória, configurando assim, uma nova paisagem urbana.

Nesse contexto ideológico, o Estado se destaca usando seu poder extra-econômico de ator social e centralizador de excedente, e aparece como o grande acumulador de capitais em todos os setores do Espírito Santo. Tal situação fez com que o governo estadual estivesse presente especialmente no processo de produção espacial do município, empreendendo políticas públicas que visavam adaptar o sítio físico à expansão urbana necessária à modernização da cidade.

De fato, para conseguir tal propósito, passa a ter forte participação no mercado de terras urbanas, seja através da anexação de áreas por meio de aterros (terrenos alagadiços, mangues ou mesmo aquelas conquistadas ao mar), seja desempenhando o papel de construtor imobiliário ou estruturando novos planos para o desenho urbano da capital. Nesse sentido, fica claro que os interesses dessa expansão convergiam para a região litorânea, ou seja, a região nordeste. Esta trajetória se verifica ao longo de todo o século XX e de forma mais proeminente a partir da década de 1970.

Os Planos de Vitória na retórica da modernidade

“A ordem urbana é condicionada historicamente por valores, desejos, poderes, necessidades; e conformada por projetos - explícitos ou implícitos. É nessa imagem materializada por edifícios, malhas ou grelhas que, ao se aporem sobre o sítio virgem, definem posições, categorizam e hierarquizam lugares e direções significativas. É realizada através do projeto, do desenho de uma paisagem artificial, idealizada e construída, que os múltiplos atos no tempo vão superpondo em camadas históricas sobre o mundo natural e o artifício inicial.”³¹ Frizzera

A Visão sanitarista e embelezamento da cidade

O traçado viário e a forma do parcelamento do solo na área central mostram como a urbanização primeira da cidade de Vitória seguiu o padrão colonial, ou seja, inseriu-se no contexto histórico de implantação de núcleos urbanos identificando-se com o modelo português. Desse modo, a vila inicial edificou-se sobre terreno acidentado e tortuoso, espremido entre a baía e o Maciço Central.

A inserção colonizadora portuguesa no Brasil supôs a ambigüidade do pensamento vigente, ou seja, buscar reconhecer a insignificância humana diante da magnitude de Deus e enfrentar o imprevisível material natural, diverso em dimensões e variedades do continente europeu de origem. Nessa perspectiva, a análise do perfil urbano da cidade de Vitória, em sua primeira etapa de urbanização, denota a força do poder temporal através da posição de destaque de suas igrejas na paisagem. A identificação visual desses elementos, facilitada pela implantação privilegiada no sítio físico³² expressava o poder que exerciam sobre seus moradores e a forma dominante como se incorporavam à imagem da cidade. Portanto, pelo viés teológico temos a primeira forma de organização da vida humana junto aos núcleos urbanos no Brasil.

Desde o início do século XX, a ascensão da produção cafeeira aliada à vocação portuária natural da cidade trouxe mudanças para a economia capixaba, proporcionando uma nova dinâmica no movimento comercial com a intensificação das atividades no Porto de Vitória, localizado na área central da cidade. Acompanhando estas transformações ocorridas na esfera econômica capixaba e como forma de incentivá-las, o poder público estrutura o espaço a fim de adequá-lo às novas exi-

Fig.2.25 A cidade foi implantada seguindo o modelo português de urbanização. Fonte: Arquivo Público P.M.V.

³¹ FRIZZERA, Kleber.P. *Paisagens e Passagens*. UFMG, 1998, p.52.

³² A supremacia dos elementos naturais da paisagem de Vitória e o predomínio da horizontalidade de suas construções nos primeiros séculos não abstrairam uma das principais características da cidade colonial portuguesa, ou seja, a implantação das igrejas e outras instituições religiosas nos pontos mais altos do sítio geográfico.



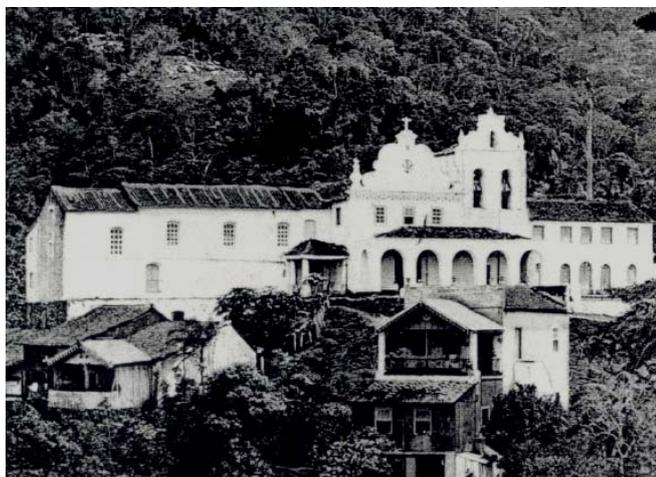
2.25



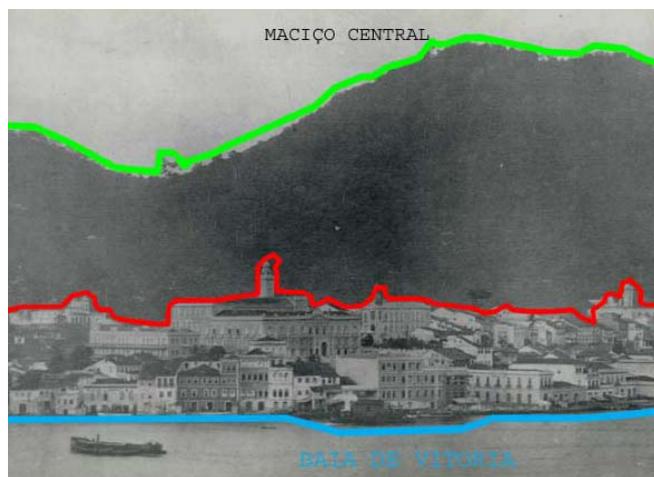
2.26

gências do capital mercantil, e aos novos hábitos e interesses da elite econômica local, iniciando-se assim, um processo mais intenso de urbanização na capital. A intensidade das intervenções urbanísticas aumentava em determinados períodos, conforme o governo vigente e a maior disposição de rendas públicas, advindas com o aumento da cotação do café³³.

Entretanto, o traçado urbano era limitado pelas condições do sítio físico da ilha. Na perspectiva de ampliar a área de expansão da cidade, em 1895, o governo de Muniz Freire cria a Comissão de Melhoramentos da Capital, tendo como responsável o engenheiro sanitário Saturnino de Brito. O engenheiro havia desenvolvido diversos projetos de saneamento e expansão urbana em diversas cidades brasileiras, e incorporava em seus projetos, teorias e práticas sanitárias, que eram difundidas por urbanistas europeus, principalmente por Haussmann. A sua prática urbanista também era bastante influenciada pelos ideais de Camillo Sitte que entendia a cidade como uma obra de arte. Assim, o poder público já utilizava o discurso desenvolvimentista para justificar suas intervenções na cidade.



2.27



2.28

Fig. 2.26 As igrejas ocupavam lugar de destaque na paisagem. Em primeiro plano a Igreja do Carmo e ao fundo a Igreja do Rosário no centro de Vitória. Fonte: Arquivo Público P.M.V.

Fig 2.27 Igreja dos jesuítas, mais tarde Palácio do Governo. Fonte: Arquivo Público P.M.V.

Fig 2.28 A antiga vila de Vitória no início do século XX. A sua expansão estava limitada entre o Maciço e a baía. A natureza mostrava-se soberana na paisagem urbana. Fonte: Arquivo Público P.M.V.

³³ CURBANI, Saira Glazar. Henrique Novaes em Diferentes Momentos: Plano Geral da Cidade de 1917 e Plano de Urbanização de Vitória de 1931. Deptº de Arquitetura. UFES. 1998. P.18

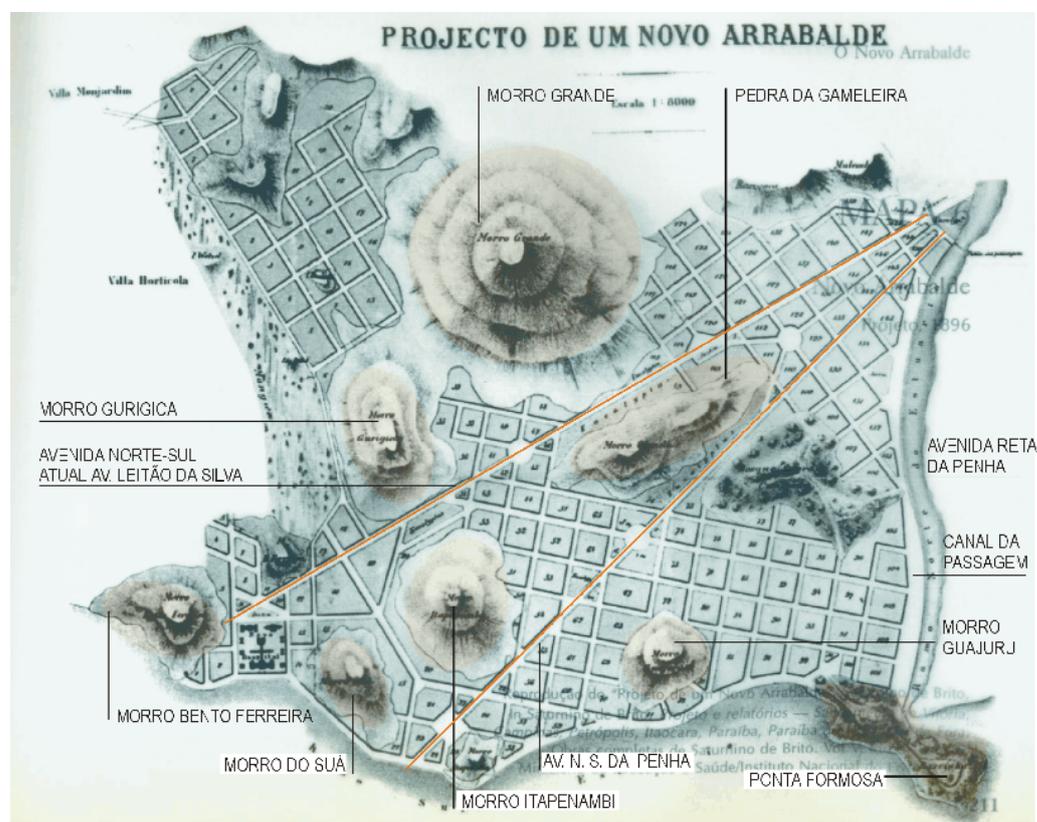
Nesta época, 1896, o projeto de um Novo Arrabalde, lançava uma proposta de extensão do território cinco a seis vezes maior que o núcleo original e projetava-se no sentido da região nordeste (orla) até então desocupada. O sítio físico encontrado por Saturnino era composto por grande área úmida (mangues e brejos) e uma área com terrenos secos, circundados à leste pelo mar. O projeto apresentava um traçado ortogonal cortado na diagonal por duas avenidas longas e retas, que formam entre si ângulo agudíssimo, e seu desenho racionalista atendia à premissa higienista de vias bem ventiladas e iluminadas.

O desenho urbano do Novo Arrabalde foi executado sobre a superfície plana existente e a aterrada, considerando as particularidades e os elementos naturais da paisagem, dando ênfase à visualização dos afloramentos rochosos. O aspecto de maior destaque nesse sentido, é a visão ao longo do seu percurso do Morro e do Convento de Nossa Senhora da Penha, permitida por meio do grande eixo viário – a Avenida Nossa Sr^a da Penha - que corta diagonalmente o traçado ortogonal proposto no projeto.

Entretanto, o projeto do Novo Arrabalde não correspondeu às expectativas de ocupação, uma vez que os fluxos migratórios esperados na época, não aconteceram nas proporções que justificassem tal expansão, sendo que esta área do projeto referida, foi efetivamente ocupada somente na década de 60 e 70, constituindo atualmente o território que compõe a região nordeste (orla).

2.29

Fig 2.29 O desenho do Novo Arrabalde proposto por Saturnino de Brito em 1896. Sua efetiva ocupação só veio a ocorrer na década de 1960. Hoje este território corresponde à região nordeste, uma das áreas mais valorizadas pelo mercado imobiliário. Fonte: Arquivo Público P.M.V.





2.31

2.30

As idéias higienistas de Saturnino de Brito também foram usadas no governo da administração Jerônimo Monteiro (1908-1912), que tinha como principal objetivo transformar Vitória numa cidade moderna, realizando um programa de remodelação profunda na cidade, baseado nos princípios de embelezamento, saneamento e modernização, aterrando e ajardinando mangues, saneando e retificando ruas. O romantismo³⁴ associado ao movimento moderno influencia diretamente na remodelação da cidade de Vitória no início do século XX, cujo modelo europeu baseava-se nas idéias sanitarias e de embelezamento. Assim, são executados aterros em áreas alagáveis dando origem a parques e jardins.³⁵ Portanto, o primeiro marco da urbanização de Vitória foi o aterro da área alagadiça do Campinho, onde hoje está situado o Parque Moscoso, e que na época serviu de base para instalação da nova elite capixaba.

O ajardinamento dos logradouros públicos principais, implementado juntamente ao calçamento sistemático e abertura de novas vias de circulação foi em decorrência dos novos hábitos que passam a utilizar um transporte mais rápido e moderno. Essas ações sobre o espaço público, associadas a uma transformação expressiva dos padrões construtivos e arquitetônicos dos edifícios, criam uma nova paisagem urbana que colabora na identificação de uma pequena elite em emergência com seus pares europeus.

2.32



2.33



Fig 2.30 O projeto do Novo Arrabalde preservou a visão de elementos significativos da paisagem como o Convento da Penha, visto ao longo da avenida Nossa Senhora da Penha. Foto: Vítor Nogueira.

Fig 2.31 O Convento Nossa Senhora da Penha construído no município de Vila Velha faz parte da paisagem de Vitória.

Fig 2.32 Área alagável no antigo Campinho (centro da cidade). Fonte: Nau/UFES.

Fig 2.33 O modelo sanitaria propôs o aterro do Campinho para viabilizar a modernização da cidade dando lugar ao Parque Moscoso. Fonte: Nau/UFES.

³⁴ A corrente romântica é típica da segunda metade do século XIX, quando o espaço passa a ser projetado de modo a recriar a imagem do parque e do jardim anglo-francês com clara inspiração nos cânones ingleses. No romantismo, a imaginação criadora é vista como superior à razão, onde é atribuído à obra de arte um significado espiritual. Nesse sentido, os reformadores do século XIX na Europa, procuraram criar uma certa utopia nas cidades, introduzindo elementos naturais na paisagem cívica como possibilidade de um retorno imediato à natureza. À

Fig 2.34 Inauguração Parque Moscoso. A remodelação da cidade passava pela criação de parques. Fonte: Fonte: Nau/UFES.

Fig 2.35 Os parques urbanos arborizados se consolidam até meados do século XX, idealizados para o flunar de uma sociedade emergente. Parque Moscoso. Fonte: Nau/UFES.

Fig 2.36 O romantismo desenha formas orgânicas e sinuosas em suas praças. Praça Costa Pereira no Centro. Fonte: CD Vitória Antiga.

Fig 2.37 A introdução da natureza na paisagem cívica. Detalhe chafariz na Praça Costa Pereira. Fonte: CD Vitória Antiga.



2.34



2.35



2.36



2.37

medida que as condições urbanas pioravam em função de superpovoamento e poluição provocada pela industrialização, aumentava as queixas contra a vida urbana. Esta situação precipitou o movimento de reforma sanitária que provocou um maciço investimento em paisagismo e infra-estrutura cívica. Esses empreendimentos utilizaram a natureza para projetar parques, drenagem das ruas e tratamento de esgotos atingindo um sucesso memorável como o do Fens de Boston, de OLMSTED. (In: MACEDO, Sílvio. *Quadro do Paisagismo no Brasil*. FAUUSP.1999.p.23).

³⁵ Podemos citar a execução do aterro do Campinho em que deu lugar ao Parque Moscoso modelado na linha projetual do romantismo.

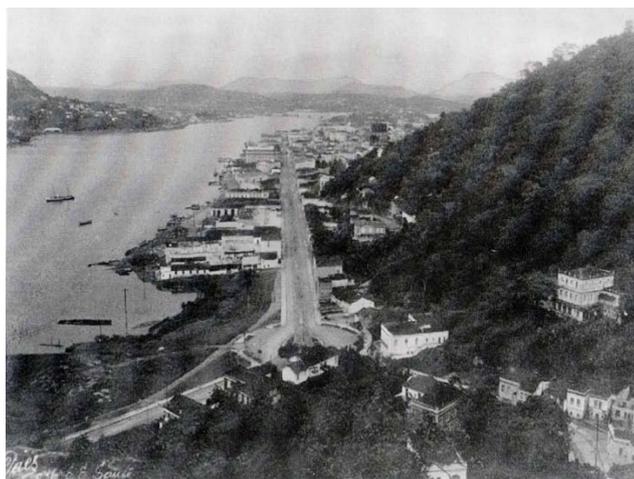
³⁶ MENDONÇA, Eneida Maria Souza et alli. *Diagnósticos e Cenários*. In: *Vitória do Futuro*. Vitória: UFES, 2002.

Situações relevantes no campo do urbanismo continuaram a ocorrer posteriormente com participação destacada do engenheiro Henrique de Novaes, prefeito de Vitória em dois mandatos. Além de responsável direto por dois planos de urbanização desenvolvidos para a cidade, em 1917 e 1931, Novaes participou, na década de 1940, como prefeito, da contratação de um novo plano para Vitória sob supervisão do urbanista francês Alfred Agache.

O discurso de Novaes era contraditório, por vezes exaltava a beleza natural da paisagem, e em outras assumia a defesa do urbanismo racionalista, cujo traçado geométrico e regular conflitava com a existência de elementos naturais do sítio físico. Muitos dos seus projetos resultavam em desmonte de rochas, retificações e aterros, e eram executados principalmente na orla e em áreas alagáveis.

Em sua análise da urbanização de Vitória, Mendonça³⁶ descreve o primeiro desses planos restringindo-se a área central (núcleo inicial), onde havia intensa preocupação com o porto e com a melhoria da circulação viária no sentido oeste-leste, entre elas a abertura da Avenida Capixaba no centro da cidade.

No plano seguinte, dentre outros aspectos, Novaes estendia a região do Porto de Vitória com previsão de expansão ao longo da Baía, e lançava amplo aterro (previsto para a área situada entre os bairros de Ilha de Santa Maria e o da atual Enseada do Suã), ressaltando a prioridade de ocupação do sítio físico da ilha de Vitória e evitando a expansão para além dos seus limites. O plano supervisionado por Agache propunha um novo desenho urbano sobre parte do aterro antevisto, correspondente ao



2.38



2.39



2.40



2.41

atual bairro de Bento Ferreira. O projeto deste novo bairro dava destaque à presença física dos morros, que permaneceriam com sua cobertura vegetal, porém, sem ocupação, e ao potencial paisagístico da orla, tratada como *park way*.³⁷

Portanto, para atender ao propósito do desenvolvimento econômico, o sítio que outrora representava limite físico e barreira para expansão da cidade, começava a perder seu papel de entrave do crescimento da cidade, sofrendo interferências sistêmicas em seu domínio natural como a baía e o mar. A construção dos galpões do Porto de Vitória na década de 40, bloqueando a vista da baía e a relação desta com seus moradores na região do centro, reforça ainda mais esta constatação. O aterro da Esplanada Capixaba, destinado à implantação de novos edifícios (década de 60) acabou definitivamente com os últimos indícios do contorno original da ilha no núcleo de ocupação central. A única paisagem que se mantinha indelével e soberana na paisagem do centro histórico ainda era a do Maciço Central.

Observa-se que já na década de 50, o governo estadual dá início à construção de habitação popular através da criação do Instituto do Bem-Estar Social do Espírito Santo (IBES). O governo não dependia, para sua sobrevivência, do lucro nesse setor, entretanto exercia uma política efetivamente social atuando no mercado imobiliário. Dessa forma, muito mais do que uma política populista, ele cria condições

Fig 2.38 Abertura da Av. Capixaba, atual Jerônimo Monteiro. A retificação das avenidas visava a melhoria da circulação viária. Fonte: Arquivo Público P.M.V.

Fig 2.39 Obras para alargamento da Av. Jerônimo Monteiro. Fonte: CD Vitória Antiga.

Fig 2.40 Avenida Capixaba ampliada para atender ao fluxo de circulação de veículos particulares e coletivos. Fonte: CD Vitória Antiga.

Fig 2.41 A antiga Av. Capixaba cede lugar a atual Av. Jerônimo Monteiro, importante corredor viário que liga o centro aos municípios de Cariacica e Vila Velha. Foto: João Bosco, 1986.

³⁷ A idéia de park way surge nos Estados Unidos a partir da combinação de eixos viários intermediados por grandes áreas de parques e jardins.



2.42



2.43



2.44

Fig 2.42 Obras para ampliação do Porto de Vitória. Fonte: Arquivo Público P.M.V.

Fig 2.43 Bloqueio visual dos galpões do Porto impediram a visibilidade de trecho da Baía. Foto: João Bosco.

Fig 2.44 Movimentação portuária se integra à paisagem do centro e os prédios constituem-se em verdadeiros limites na acessibilidade à Baía. Foto: João Bosco.

para o estabelecimento de um operariado urbano nas cidades. Na análise de Campos³⁸, um outro fator que refletia a presença do Estado no setor imobiliário era a venda ou transferência de terrenos de sua propriedade, por intermédio de aforamento, para quem o requeresse. Por esse mecanismo, o Estado criou sempre uma oferta abundante de terrenos urbanos, pelo menos para as demandas da época, dificultando assim, a formação da escassez necessária que viabilizasse a formação da empresa privada no setor.

Outro fato a ser considerado é que o desenvolvimento da cidade de Vitória desde o início do séc. XX até a década de 60, sempre esteve diretamente relacionado com a economia do café e as atividades portuárias. O café foi o grande empregador de mão-de-obra respondendo pelo emprego de 67% da população economicamente ativa. A crise na cafeicultura fez com que se verificasse, a partir de 1960, uma crescente urbanização em Vitória. A desestruturação agrícola, base da economia local, intensificou as migrações, que passam a se direcionar prioritariamente para Vitória e Grande Vitória. Aumenta assim, significativamente a procura pelos terrenos urbanos, visto que a alternativa política à crise, priorizava a indústria. Com isso, a produção imobiliária se modifica e se apropria do novo contexto, assumindo caráter empresarial.

Observa-se que, de modo geral, a economia está em freqüente mutação; as infraestruturas de apoio se renovam instantaneamente, e o fazem sob condições que nem sempre competem ao Estado federado, mas à União, e não raro para responder a projetos nacionais. A queda nos preços internacionais do café gerou condições favoráveis a um processo gradativo de inserção da economia local à dinâmica nacional e internacional através da indústria. Tratava-se de investimento externo e estatal em consonância, na época, com a política federal para o setor. Assim, alguns projetos industriais foram priorizados com fins à diversificação da economia. A instalação do terminal de exportação pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) em

³⁸ CAMPOS Junior, Carlos. *A construção da cidade. Formas de produção Imobiliária em Vitória*. Vitória: Flor e Cultura Editores, 2002.

1942, também foi significativo dentro da realidade do Estado, pois expandiu e consolidou todo o complexo de prestação de serviços de diversas naturezas, beneficiando também a atividade tradicional de comércio de produtos primários do Estado com o exterior. Assim, o uso do território de um Estado federado é, em grande parte, resultado de fluxos gerados fora dele e até no exterior, e que por sua vez, escapam ao controle de suas instituições.

Os Projetos de Grande Escala: Rápida Urbanização e Degradação Ambiental

A partir de 1975, profundas alterações na estrutura produtiva configuraram um novo perfil do Estado. As decisões e gestões de investimentos passaram a serem baseadas em macro-políticas enquadradas em diretrizes e objetivos da política econômica e territorial do Governo Federal. Segundo Abe³⁹, a inserção do Espírito Santo no surto de desenvolvimento nacional, apoiava-se na perspectiva de quatro grandes grupos de projeto, voltados predominantemente para o mercado externo, passando a ser denominados como *os Grandes Projetos*: o complexo siderúrgico, o complexo naval, o complexo paraquímico e o complexo portuário. Quase todos esses projetos tornaram-se realidade, com exceção do complexo naval.

Além desses grandes projetos, o governo estadual antecipou-se à concretização do Projeto Siderúrgico de Tubarão, e criou em 1974 um distrito industrial – o Centro Industrial de Vitória (CIVIT) – visando atrair indústrias para o Estado, através da venda a preços subsidiados dos módulos industriais. A concretização deste distrito no planalto de Carapina, contíguo a área prevista para a instalação da Companhia Siderúrgica de Tubarão, resultou na transformação do setor norte da Grande Vitória em área preferencial para instalação de projetos industriais e residenciais. A Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) e atividades correlatas, por exemplo, além de gerar empregos diretos e indiretos (prestação de serviços), teve efeito multiplicador com influência na formação da classe média da Grande Vitória, elevando o potencial do mercado comprador do setor imobiliário.

Portanto, a Região Metropolitana passa a subordinar-se em boa medida ao desempenho desses “Centros de Poder”⁴⁰, devido ao número de atividades que em torno deles giravam. Nesse momento, o Estado visando solucionar os problemas gerados pela desenfreada expansão urbana, procura estabelecer uma política de planejamento urbano para o Espírito Santo que propiciasse um instrumento de ordenação indispensável a seu desenvolvimento harmônico. Para favorecer a implementação dessa política vários planos de estruturação do espaço foram criados. Se até então o fator progresso era o direcionador da estruturação do espaço, a partir desse momento o Estado se fortalece como organizador do espaço urbano através do seu planejamento estratégico.

³⁹ ABE, André Tomoyuki. *Grande Vitória E.S: Crescimento e Metropolização*. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999. Fonte: BNDES, Plano de ação 1975/1979.

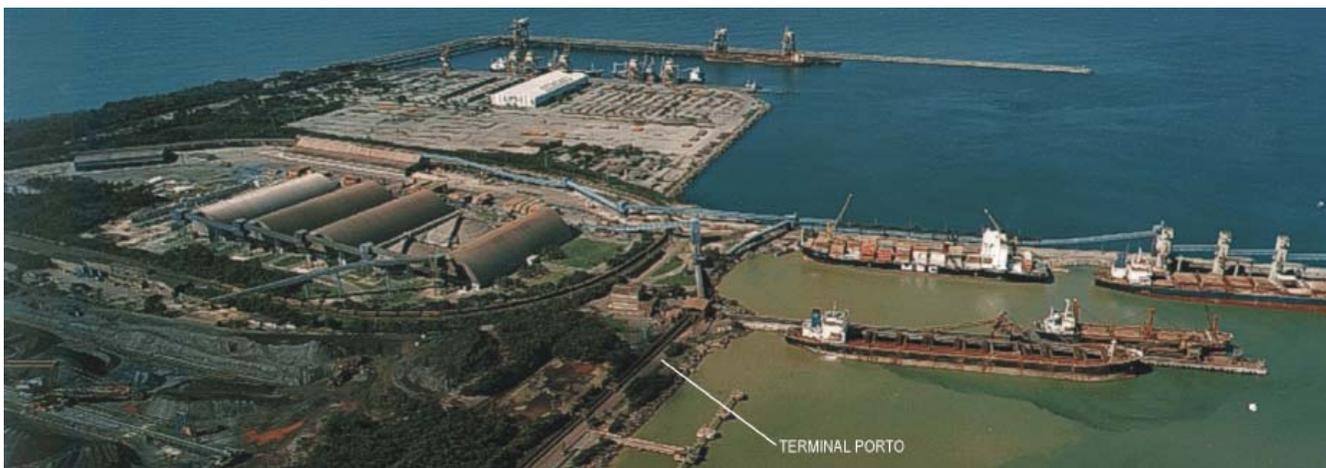
⁴⁰ Segundo, Roberto Simões, procurando concretizar a estratégia de crescimento sob a ótica eminentemente privada, os centros de poder:

A) definem políticas públicas próprias;

B) pressionam e/ou interferem na formulação de políticas, nos três níveis de poder;

C) alavancam e/ou viabilizam reivindicações estaduais, sejam do Governo, sejam da iniciativa privada, junto ao Governo Federal, as agências de financiamento nacionais e intranacionais e a outras empresas estatais, além de possibilitarem a inclusão do Espírito Santo nas grandes políticas do Governo Federal.

Roberto Simões é professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo e assessor técnico do governo estadual.



2.45



2.46

Fig 2.45 Terminal do Porto de Tubarão situado ao norte do município de Vitória com intenso movimento de exportação de produtos siderúrgicos.

Fonte:www.baiadevitoria.ufes.br

Fig 2.46 Companhia Siderúrgica de Tubarão tendo ao fundo a região nordeste com respectivas praias. A sua localização próxima à cidade influenciou diretamente na perda da qualidade ambiental do município em função da emissão de gases poluentes. O predomínio dos ventos no sentido nordeste agravou ainda mais esta condição.

Fonte:www.baiadevitoria.ufes.br

Em consequência desse processo, a Grande Vitória, no período que compreende as décadas de 70 e 80, teve os maiores índices de crescimento (ver tabela 2) e passou por mudanças qualitativas e significativas adquirindo, assim, caráter metropolitano.

Em síntese, este padrão de desenvolvimento econômico baseado nos grandes projetos industriais, resultou em alterações profundas no ambiente urbano. Nem o poder público, nem a sociedade civil, organizaram um sistema de acompanhamento e de avaliação mais criteriosa de seus impactos e riscos. No caso do complexo minero-siderúrgico, os efeitos ambientais foram bastante abrangentes tendo em vista a expulsão de poluentes de origem gasosa, líquida e sólida provenientes da usina siderúrgica e de usinas de pelotização, bem como de outras unidades industriais instaladas próximas ao município.

Na análise de Teixeira⁴¹, os impactos decorrentes desse tipo de indústria podem ser agrupados em três grupos principais. O primeiro refere-se ao comprometimento da *base natural/material* sobre a qual se assenta a reprodução social no espaço urbano, causado pela apropriação privada da natureza e pela emissão de gases poluentes produzidos pelas usinas de pelotização. O segundo grupo de impacto

Tabela 2 - Incremento da população de Vitória - Período 1960-1991- (dados em %)

Período	Incremento da década	Taxa de crescimento anual
1960-70	63,50%	5,04%
1970-80	56,18%	4,56%
1980-91	20,55%	1,71%
1991-96	9,73%	1,87%

Fonte: IBGE – Censos Demográficos do Espírito Santo. Rio de Janeiro: 1960 a 1996.

ambiental, refere-se ao *comprometimento da capacidade de reprodução ampliada da força de trabalho e da qualidade coletiva de vida urbana*. O terceiro refere-se às *pressões econômicas e populacionais*, bem como ao comprometimento de importantes reservas naturais, destacando-se no caso de Vitória, os manguezais, as encostas dos morros, a vegetação de restinga e as praias.

Tendência de ocupação a leste

Analisando o processo de verticalização ocorrida na cidade de Vitória, Mendonça (2002) relaciona a construção de edifícios às intervenções urbanas públicas, não apenas como uma consequência de valorização do solo, propiciada pelas melhorias realizadas pelo poder público, mas como uma outra forma de expressão urbanística da modernização da cidade de Vitória.

Nesse sentido, a autora faz referência ao processo de expansão preferencial em direção leste (orla) desde os primeiros planos. Esta tendência se fortaleceu na medida em que investimentos de infra-estrutura foram se realizando gradativamente nessa região, mesmo com o fracasso inicial de implantação do Novo Arrabalde. A preferência pela retomada de investimentos no Centro de Vitória, não impediu que mesmo em ritmo lento, fossem realizados constantes investimentos de infra-estrutura naquela direção.⁴²

As melhorias de infra-estrutura realizadas associada aos fatores referentes à atratividade da orla e ao sucesso do setor imobiliário na região nordeste impulsiona o crescimento da cidade nesta direção, especialmente nos bairros Praia do Canto, Jardim da Penha e Jardim Camburi. A criação de novos postos de trabalho ao norte de Vitória, sobretudo com a instalação da Companhia Siderúrgica de Tubarão e Companhia Vale do Rio Doce, bem como a construção do Campus da Universidade Federal do Espírito Santo, reforçam ainda mais esta condição. Um novo aterro hidráulico de maiores proporções, destinado a solucionar problemas com a circulação viária e criar novas áreas de parques e lazer, veio a ser executada 40 anos mais tarde ocupando grande faixa litorânea, o que corresponderia hoje à orla da Praia do Canto e a Praça dos Namorados. Esta última intervenção incorporou áreas conquistadas ao mar acompanhando a linha da costa, e dessa vez, alterou drasticamente o desenho

⁴¹ TEIXEIRA, Aparecida Netto. *Cidade e Siderurgia: A Região Metropolitana de Vitória (ES) e o Complexo Mineró-Siderúrgico*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

⁴² Em 1905, foram realizadas obras no sistema viário e de transporte até a Praia do Suá e durante a década de 1920 foram complementados serviços dessa natureza até a Praia do Canto, o que teria contribuído provavelmente para o aumento de interesse na aquisição de lotes naquela localização, à época. No ano de 1925, ocorreria o primeiro grande aterro da ilha, realizado sobre uma área alagável onde estava previsto o desenvolvimento de parte do projeto do Novo Arrabalde. Este aterro ainda não descaracterizava o contorno da ilha, pois foi realizado em cima de áreas já pertencentes ao perímetro da mesma. Esta área de aterro propiciou a expansão da malha urbana. Houve nessa época uma ocupação ainda incipiente da região nordeste da cidade de Vitória, vindo a ocorrer proporcionalmente aos investimentos públicos realizados. No entanto, foi na década de 1950 que iniciase o processo de consolidação de ocupação da área, fortemente influenciada pela melhoria do transporte coletivo, e com a ampliação de equipamentos complementares ao uso residencial, como a construção de escolas (Mendonça, E., 2002).



2.48



2.49

Fig 2.47 Os investimentos públicos sempre foram direcionados à orla. O deslocamento da população de classe média e alta do centro para essa região resultou numa paisagem homogênea em que o espaço construído concorre e cria um bloqueio visual aos elementos naturais da paisagem. Fonte: acervo pessoal.

Fig 2.48 O aterro que deu origem à Praça dos Namorados na Praia do Canto. Fonte: Arquivo Público P.M.V.

Fig 2.49. Os investimentos em infra-estrutura e lazer valorizaram o mercados de terras na região nordeste. Foto: Vítor Nogueira.

original do sítio. Neste aterro, foram incorporados ao território as ilhas do Boi e do Frade e a área correspondente a Enseada do Suá.

Aterros - o artifício da expansão

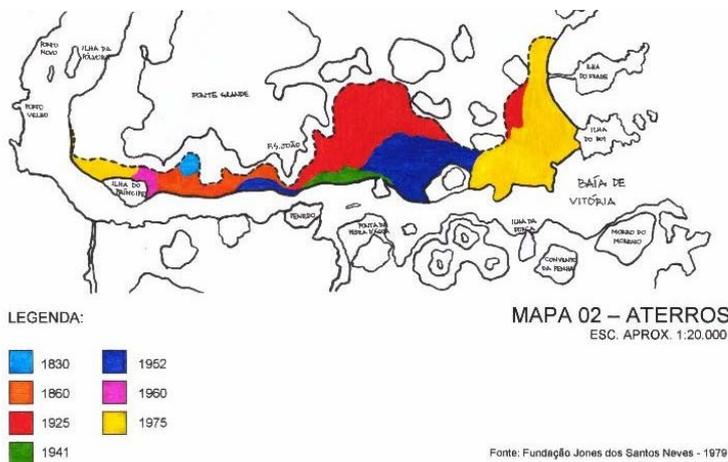
A presença de grandes afloramentos de rocha e de tabuleiros de cotas altas limitou a expansão da aglomeração urbana na ilha, conforme dito anteriormente. Nesse sentido, podemos afirmar que grande parte da conformação territorial urbana de Vitória foi ampliada através de aterros, considerados sob dois prismas: o primeiro refere-se às áreas obtidas pelos aterros de áreas alagadiças, sobretudo os mangues; e o segundo refere-se às áreas conquistadas ao mar por aterros hidráulicos.

Os primeiros aterros (até meados do séc.XX), foram dirigidos pela elite brasileira, cujos planos urbanos se referiam especialmente ao melhoramento e embelezamento das cidades e a perspectiva sanitaria. Segundo Villaça⁴³, sob a égide do embelezamento é que surgiu o planejamento brasileiro cuja inspiração era fundamentalmente européia. As áreas alagadiças contíguas ao centro foram as primeiras a serem suprimidas, tidas como insalubres e esteticamente indesejáveis. O processo subsequente corresponde a uma nova ordem urbana, ou seja, imposta pela produção que exige um espaço de circulação eficaz. Nessa perspectiva, o município de Vitória não tinha para onde se expandir, e a solução encontrada foi na anexação de terras através de aterros ao mar (décadas 50/80). Estes aterros foram sendo promovidos sucessivamente pelo poder público e marcaram o processo de urbanização de Vitória.

⁴³ VILLAÇA, F., 1999. Citado In: MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000. p.137.

Em Vitória, os aterros iniciaram-se no centro da cidade -núcleo inicial –margeando a baía e facilitando o acesso ao continente (direção sul do Estado). Em seguida, ocorreram intervenções sistemáticas no sentido da região nordeste. A área alagável próxima a Ilha de Santa Maria visava estabelecer um percurso que ligasse o centro à orla, viabilizando assim, a ocupação nesta direção. Os aterros posteriores – Praia do Canto e Enseada do Suá – acabaram ocasionando a transferência de centralidade para esta região. O centro da cidade foi se degradando e perdendo valor no mercado imobiliário.

A pesquisa da Secretaria de Meio Ambiente de Vitória⁴⁴ mostra que a cidade de Vitória ganhou dez quilômetros quadrados, no último século, com áreas aterradas. Deste total, 48,6% correspondiam a manguezais, 30,3% a fundos de baía, enseadas e aterros sob arrecifes, como na ponta do Porto de Tubarão, e 21,1% a áreas aterradas na Baía de Vitória. Entretanto, os maiores aterros foram realizados na década



2.50

Fig 2.50 Mapa mostrando evolução dos aterros. Fonte: IPES.

Fig 2.51 Aterro no Campinho que deu origem a Vila Moscoso (1881- centro). Fonte: Nau/UFES.

Fig 2.52 Grande área de aterro no percurso intermediário entre o centro e a orla (1952). Ao fundo, o Maciço e a Pedra dos Olhos destacam-se na paisagem. Fonte: CD Vitória Antiga.

de 70 e 80, na Enseada do Suá (região nordeste) bem como na Grande São Pedro (região noroeste).

Neste caso, muito entulho e areia do mar ajudaram a compor o novo traçado de Vitória, principalmente quando a cidade se expandiu em direção à zona nordeste da ilha. Vale lembrar a importância do conhecimento dos limites dentro dos quais um determinado sistema pode reagir na projeção de desenhos urbanos, uma vez que

2.51



2.52

⁴⁴ A GAZETA. Aterro deu a Vitória 10 km². Suplemento Grande Vitória. 22 julho 2002. p.15.

Fig 2.53 Aterro na Esplanada Capixaba. Intensifica-se as ações do poder público em ampliar o território do centro em direção à região nordeste (1952). Fonte: Nau/UFES.



2.53



2.54

Fig 2.54 O contorno do sítio geográfico da Praia do Canto na década de 1960. Fonte: Nau/UFES.

Fig.2.55 Início do aterro correspondente ao eixo viário da Praia do Canto (1975). Fonte: Nau/UFES.

Fig 2.56 Praia do Canto e Enseada do Suá (2002). A faixa vermelha corresponde à extensão do território anexo ao sítio geográfico por aterros ao mar. Fonte: www.vitoria.es.gov.br.



2.55



2.56

Fig 2.57 A área em amarelo corresponde ao grande aterro realizado na região nordeste que deu origem ao Centro Empresarial do Suá, à Praça dos Namorados e ao grande eixo viário que integra os municípios de Vila Velha (ao sul), Vitória e Serra (ao norte). Este eixo viário metropolitano se consolida com a construção da 3ª Ponte em 1989. Fonte: Arquivo Público P.M.V.



2.57

ecossistemas diferem em sua capacidade de suportar alterações e assimilação de resíduos. Nesse sentido, ocorreram problemas com adaptação de algumas espécies vegetais em canteiros e ruas da cidade em função de aterros rasos, segundo afirmação do técnico da SEMAM, Willis de Faria.⁴⁵

Tanto a região nordeste quanto a região noroeste receberam grande volume de aterros, seja hidráulico ou com materiais provenientes do lixão, apesar dos objetivos e metas serem totalmente distintos. No caso da região nordeste, os investimentos

⁴⁵ Willis de Faria (geógrafo) em entrevista concedida ao jornal A Gazeta (2002).

públicos visavam a melhoria no sistema viário e incremento nas atividades de lazer, o que notadamente conferiu uma maior valorização imobiliária à região. Por outro lado, na região noroeste, a invasão do mangue ocorreu em consequência de um grande fluxo migratório (5000 famílias se instalaram na região da Grande São Pedro) que excluído do mercado imobiliário, manteve-se à margem da sociedade em condições subnormais de moradia. Em seguida, o poder público pressionado pela sociedade e pela opinião pública, foi levado a promover a urbanização na região, sendo consenso a situação degradante em que se encontrava aquela população, e que teve como única alternativa, invadir o mangue.

Apesar desta grande expansão ocasionada pelos aterros, caracterizando modificação do território, nem todos estão consolidados, conformando espaços descontínuos em sua ocupação, conformação do ambiente e circulação. Desse modo, a mancha do artifício urbano construído ampliou-se, retificou o litoral, aterrou mangues e baixadas, desenhou e incorporou novos territórios.

Todo esse processo provocou a ênfase na visibilidade dos elementos construídos em detrimento dos elementos naturais da paisagem, modificando de forma bastante expressiva o desenho do sítio original. Incorporando o sentido de metrópole, a administração pública remodelou o espaço em formas exuberantes, simbolizando um novo tempo. Nesse transcurso a identidade dos moradores passa a adquirir uma nova dimensão através da morfologia de mercado. Os novos bairros e os espaços públicos transformam-se em espetáculo apontando o sentido de uma hierarquia espacial. Nesse sentido, a natureza fica como pano de fundo da urbanização desenfreada e vai perdendo destaque na paisagem contemporânea.

A tabela 3 (Políticas Públicas X Alterações no Meio Ambiente) faz a exposição dos fatores impactantes da deterioração qualitativa da cidade de Vitória com respectiva região de influência, incluídas nesse processo as agressões ao sítio natural com anexação de terras através dos constantes aterros, desmatamentos e ocupação das encostas e mangues, além de outros fatores que juntos alteraram as variáveis ambientais, demonstrando o grau de interferência na paisagem morfológica e ambiental do município.

Evolução Urbana Município de Vitória

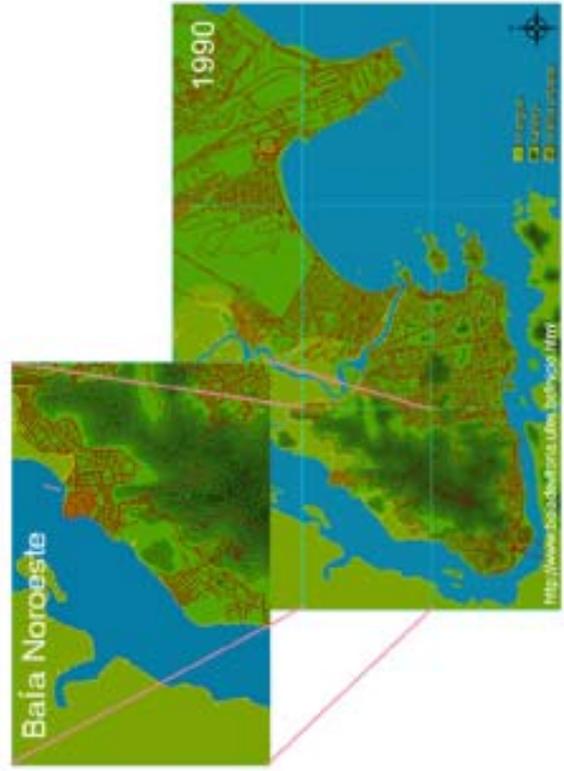
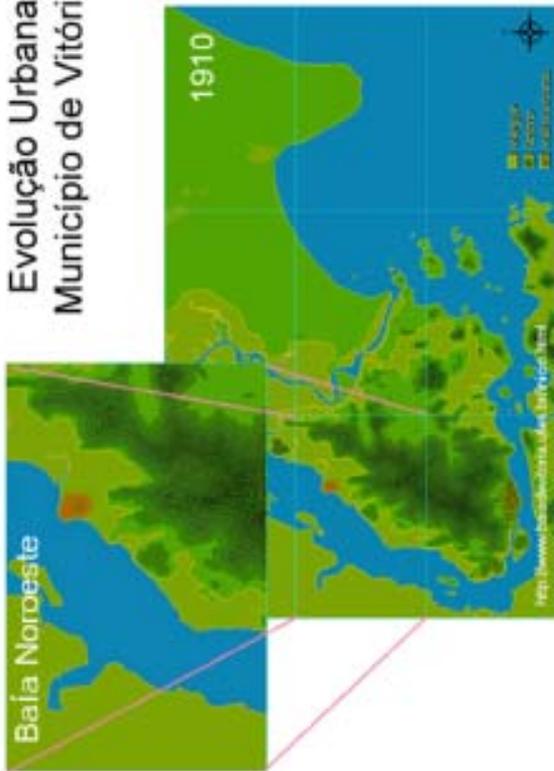


Tabela 3 - Políticas Públicas X Alterações no Meio Ambiente

PLANILHA SÍNTESE		
PERÍODO	POLÍTICAS PÚBLICAS	IMPACTOS NO AMBIENTE URBANO
1 - O SISTEMA FERROVIÁRIO - PORTUÁRIO CONSOLIDANDO A CAPITAL (1892-1942)	1.1 - GOVERNO MUNIZ FREIRE (1892-1896)	▫ VÁRIAS INTERVENÇÕES DE ORDEM FÍSICA ATRAVÉS DA REALIZAÇÃO DE ATERROS NAS ÁREAS ALAGADIÇAS, INCORPORANDO NOVAS ÁREAS PARA ASSENTAR A POPULAÇÃO E SANAR AS EPIDEMIAS CAUSADAS PELAS CONDIÇÕES DE INSALUBRIDADE.
	* OBJETIVO: CENTRALIZAR O PODER NA CAPITAL	
	* CONSTRUÇÃO DAS VIAS FÉRREAS QUE FAZIAM A LIGAÇÃO NORTE E SUL COM O PORTO DE VITÓRIA PARA ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO CAFEZEIRA.	
	* PROPOSTO PROJETO DE OCUPAÇÃO DO NOVO ARRABALDE (ENGº SATURNINO DE BRITO) CORRESPONDENTE À FAIXA LITORÂNEA SETOR NORTE	
	* POLÍTICA SANITARISTA	
	1.2 - GOVERNO FLORENTINO AVIDÓS (1942/1960)	▫ PONTE FLORENTINO AVIDÓS QUE FAZ LIGAÇÃO DE VITÓRIA COM O CONTINENTE E DE TRANSPORTAÇÃO DO RIO DOCE PARA O NORTE DO ESTADO
	* REFORÇOU A INFRA ESTRUTURA QUE DAVA SUPORTE À PRODUÇÃO AGRÍCOLA	
	* INVESTIMENTO EM FERROVIAS E PONTES	▫ VITÓRIA ROMPE COM A ESTRUTURA COLONIAL, INCORPORA NOVA LINHA POLARIZADA E TRANSFORMA-SE NUMA GRANDE PRAÇA COMERCIAL
	* HEGEMONIA DA CULTURA DO CAFÉ	
2 - A CVRD E A ESTRADA VITÓRIA-MINAS (1942-1960)	* POSIÇÃO ESTRATÉGICA DE VITÓRIA COMO DETERMINANTE DA INSTALAÇÃO DO TERMINAL DE EXPORTAÇÃO DA CIA VALE DO RIO DOCE (1942)	▫ REPARCELHAMENTO E EXPANSÃO DO SISTEMA PORTUÁRIO
	* CRESCIMENTO DO SETOR DE EXPORTAÇÃO DE MINÉRIOS DE FERRO ATRAVÉS DA LIGAÇÃO ENTRE E.F.V. M E O PORTO	▫ CONSOLIDA O COMPLEXO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA CIDADE
		▫ ATERRAMENTO DA ESPLANADA - CENTRO
3 - ERRADICAÇÃO DO CAFÉ NOVAS TRANSFORMAÇÕES NA CIDADE (1960-1975)	* POLÍTICA DE ERRADICAÇÃO DOS CAFEZEIS EM FUNÇÃO DO EXCESSO DE PRODUÇÃO E QUEDA DOS PREÇOS (1960)	▫ CRISE AGRÍCOLA PROFUNDA DANDO INÍCIO AO PROCESSO DE DESRURALIZAÇÃO E GRANDE MIGRAÇÃO PARA VITÓRIA
	* DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA CRIANDO CONDIÇÕES FAVORÁVEIS À INDUSTRIALIZAÇÃO.	▫ ROMPE-SE O ISOLAMENTO COM A CAPITAL COM A PAVIMENTAÇÃO DAS RODOVIAS; BR101 - LIGAÇÃO COM O RIO DE JANEIRO E SALVADOR; BR 262 QUE LIGA AO ESTADO DE MINAS GERAIS
	* ESTADO COMO ORGANIZADOR DO ESPAÇO DESENVOLVENDO POLÍTICAS DE PLANEJAMENTO URBANO PARA O ESPÍRITO SANTO: COPI - PDI - PRE-CONDUSA E OUTROS.	▫ CONSTRUÇÃO DO PORTO DE TUBARÃO- TERMINAL PARA EXPORTAÇÃO DE MINÉRIOS - C.V. R. D
		▫ INICIA-SE O PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA DE ALGUNS USOS PARA ÁREAS CONTÍGUAS AO CENTRO

4 - OS PROJETOS DE GRANDE ESCALA (1975 - 1990)	<ul style="list-style-type: none"> * INVESTIMENTOS BASEADOS EM MACRO - POLÍTICAS ENQUADRADAS EM DIRETRIZES E OBJETIVOS DA POLÍTICA ECONÔMICA E TERRITORIAL DO GOVERNO FEDERAL * O ESTADO INDUZ A MUDANÇA DA ESTRUTURA DE INDUSTRIAL DE BENS DURÁVEIS PARA BENS DE CAPITAL UTILIZANDO OS SEGUINTE INSTRUMENTOS: ISENÇÕES A IMPORTAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS , TRANSFERÊNCIA DE POUPANÇA PRIVADA PARA NOVOS INVESTIMENTOS, TRANSFERÊNCIA DOS RECURSOS DO PIS/PASEP PARA O CDI (CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL) E O BNDE, CAPTAÇÃO DE RECURSOS EXTERNOS PARA OS PROJETOS DE EXPORTAÇÃO. * OS GRANDES PROJETOS: * COMPLEXO SIDERÚRGICO USINA SIDERÚRGICA DE TUBARÃO (CST) INVESTIMENTO PREVISTO - US\$2,3 BILHÕES USINA DE PELOTIZAÇÃO CVRD USINA DE PELOTIZAÇÃO SAMARCO * COMPLEXO PARAQUÍMICO ARACRUZ CELULOSE SA invest. previsto US\$1,5 BI * COMPLEXO PORTUÁRIO SUPERPORTO DE TUBARÃO PORTO DE BARRA DO RIACHO TERMINAL DE EXPORTAÇÃO PELLETS DE UBU TERMINAL CORREDOR DE EXPORTAÇÃO GO/ MG /ES * COMPLEXO NAVAL (NÃO SE CONCRETIZOU) * O ESTADO CRIOU EM 1974 A CIVIT (CENTRO INDUSTRIAL DE VITÓRIA) 	<p>4.1. IMPACTOS SÓCIO-ESPACIAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> ▫ GRANDE VITÓRIA TEVE OS MAIORES ÍNDICES DE CRESCIMENTO POPULACIONAL E ADQUIRE CARÁTER METROPOLITANO ▫ CONSOLIDAÇÃO DE VITÓRIA COMO CENTRO POLÍTICO E ADMINISTRATIVO E PRINCIPAL POLO DE COMÉRCIO E SERVIÇOS ▫ POUCA OFERTA DE EMPREGOS BAIXO NÍVEL SALARIAL ▫ AUMENTO DA DEMANDA POR INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS SOCIAIS ▫ EXCLUSÃO DA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA DO MERCADO FORMAL IMOBILIÁRIO. OCUPAÇÃO DE ÁREAS SENSÍVEIS DE PAISAGEM DE VITÓRIA: MANGUES E MORROS ▫ ADENSAMENTO POPULACIONAL DE BAIXA RENDA NOS MUNICÍPIOS VIZINHOS POR MEIO DE INVASÕES LOTEAMENTOS CLANDESTINOS E CONJUNTOS HABITACIONAIS NO MUNICÍPIO DA SERRA PREFERENCIALMENTE ▫ OCUPAÇÃO DO SETOR NORTE NA REGIÃO LITORÂNEA PELA POPULAÇÃO DE RENDA MÉDIA E ALTA. PROCESSO DE VERTICALIZAÇÃO NESSAS ÁREAS ▫ ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO POR NÍVEL DE RENDA ▫ ALTO ÍNDICE DE VIOLÊNCIA URBANA <p>4.2. IMPACTOS AMBIENTAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> ▫ POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA: EMISSÃO MATERIAL PARTICULADO E DE ENXOFRE ./ FONTE POLUIDORA: MINÉRIO DE FERRO ACONDICIONADO AO AR LIVRE E AGRAVADO PELA AÇÃO DOS VENTOS ▫ POLUIÇÃO DAS ÁGUAS * BAÍA DE VITÓRIA LANÇAMENTO DE ESGOTOS * MANGUES: OCUPAÇÃO POR SUB HABITAÇÕES LANÇAMENTO DE ESGOTOS E URBANIZAÇÃO DE ATERROS * PRAIAS: POLUIÇÃO INDIRETA PELA BAÍA DE VITÓRIA ▫ DEGRADAÇÃO DO SOLO * DESMATAMENTO NAS ENCOSTAS DOS MORROS * OCUPAÇÃO POR SUB HABITAÇÕES * DESLIZAMENTOS DE TERRA E / OU PEDRAS NOS PERÍODOS CHUVOSOS

Do Modernismo ao Colapso do Planejamento Urbano

O Urbanismo como técnica de separação e exclusão

O planejamento modernista surge no contexto das vanguardas européias como uma tentativa de desenvolver alternativas para a sociedade e a consciência do capitalismo burguês. A influência do planejamento modernista sobre os modos de representação do espaço, bem como sobre os espaços de representação, são de fundamental importância para o entendimento da dinâmica social expressa em sua morfologia urbana.

Ao final do século XIX na Europa, o espírito da modernidade correspondia à destruição da organização social em todos os seus aspectos, inclusive à destruição do tecido urbano, porque sua proposta racional se adequava melhor a um espaço compatível com a viabilização da cidade moderna construída com o rigor da boa forma. Para colocar em prática as novas idéias e adaptá-las à malha urbana das cidades, houve a necessidade da insurgência do Estado como agente centralizador e de controle. Desse modo, ao cindir a cidade e criar as funções planejadas (instrumento modernista), determinou novas formas de segregação espacial e destruiu o espaço de convivência.

Nessa ótica, o urbanismo desenvolve e dá suporte ao capitalismo como técnica de separação, usado como um instrumento para controle do espaço social nas condições que exigiam a cidade modernista. Vale mencionar o ideal urbanístico de Haussmann que correspondia à instauração dessa nova aura modernista. A exigência de um espaço mais eficiente e favorável à circulação do capital impôs uma nova ordem social e espacial tendo por base um desenho urbano mais racionalista. Para alcançar tal objetivo, a cidade de Paris foi completamente remodelada, visando ampliar os espaços públicos destinados à criação de largas avenidas e ruas, viabilizando um tráfego mais veloz e eficiente. Grandes quadras de habitações miseráveis foram eliminadas, estimulando a construção de novas edificações e a expansão comercial. Os novos *boulevares* permitiram ao tráfego fluir de um extremo ao outro em linha reta sem maiores dificuldades. As calçadas eram igualmente largas e ricamente arborizadas. Tais mecanismos de intervenção urbana eram altamente revolucionários para a época.

A unificação do espaço urbano por Haussmann a partir da valorização do lugar comum de convivência, o espaço público, possibilitou a representação da heterogeneidade das classes sociais. Assim, as classes dominantes com o advento do *boulevard* passam a ter que conviver em um mesmo espaço com a diferença: o prole

⁴⁶ A data inicial do fordismo foi em 1914, quando Henry Ford instituiu oito horas de trabalho e cinco dólares como recompensa para os trabalhadores da linha automática de montagem de carros. Ford acreditava que o novo tipo de sociedade poderia ser construído com a aplicação adequada ao poder corporativo. O que havia de especial em Ford, era sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, racionalizada, modernista e populista. (Harvey, 2000, p.121-125)

⁴⁷ A crise manifestou-se fundamentalmente como falta de demanda efetiva por produtos. O quase colapso do capitalismo encontra solução política tendo por base uma nova concepção dada forma e do uso dos poderes do Estado. Segundo Harvey, Le Corbusier, desiludido com a incapacidade dos governos democráticos de assumir o que ele considerava tarefas essenciais de modernização, ele se voltou primeiro para o sindicalismo e, mais tarde, para regimes autoritários como as únicas formas políticas capazes de enfrentar a crise. (HARVEY, *Condição Pós-moderna*, p.124).

⁴⁸ HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna* (2000), p.124.

⁴⁹ O chamado período fordista-keynesiano corresponde ao longo período de expansão de pós-guerra, que se estendeu de 1945 a 1973, tendo por base um conjunto de práticas, de controle de trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de

tariado. Nesse sentido, Paris passa a exercer simultaneamente monumentalidade e centralidade, produção de diferenças e redução das particularidades. A modernidade de Paris aposta no “*espetáculo*” como forma de representação de seus significados e idéias. Os padrões urbanísticos de Haussmann foram universalmente aclamados como o verdadeiro modelo do urbanismo moderno.

No início do século XX, as cidades ganham uma nova versão da modernidade com Le Corbusier. A crise na economia baseada no “modelo fordista⁴⁶” de produção procurava solução por meio de políticas eficazes que pudessem contornar a desordem. O problema⁴⁷, tal como via o economista Keynes, era chegar a “*um conjunto de estratégias administrativas e científicas e poderes estatais que estabilizassem o capitalismo, ao mesmo tempo em que se evitavam as evidentes repressões, toda a beligerância e todo o nacionalismo estreito que as soluções nacional-socialistas implicavam*”⁴⁸. O modernismo ganhou a herança positivista, a crença no progresso linear. Da influência “keynesiana e fordista”⁴⁹, o planejamento incorporou o Estado como figura central para assegurar o equilíbrio econômico e social, e um mercado de massas. Nessa perspectiva, Le Corbusier apresenta uma outra estratégia que conduzirá as cidades a um poderoso modernismo. A célebre frase do urbanista “*precisamos matar a rua*,” enunciada em 1929, sintetiza com precisão o objeto de tantos ataques. No momento, a liberdade da metrópole dependia da imposição desta nova ordem racional.

Um modo de estudar a transformação da cidade e da sociedade é a partir da ordem que o urbanismo origina. A rua organiza toda a paisagem da cidade, formulando sua anatomia e sua estrutura representacional. O urbanismo modernista elimina a rua-corredor invertendo a convenção figura-fundo do urbanismo tradicional. Na cidade modernista, vastas áreas do espaço contínuo sem interrupção formam o fundo perceptual, contra o qual os sólidos dos edifícios emergem como figuras esculturais. Para Holston, “*cada edifício compete com os outros pela atenção do espectador, cada um deles imortaliza seu criador e celebra as vias expressas que conduzem pessoas e máquinas para horizontes aparentemente ilimitados.*”⁵⁰ Holston conduz sua argumentação no sentido de mostrar que a primazia da cidade modernista é acabar com a distinção entre público e privado, assim como negar as relações que se estabelecem no movimento de ir e vir das calçadas, do comércio, enfim dos usos e funções que se misturam no âmbito da rua. A eliminação das ruas e a compartimentalização da cidade em unidades funcionais gera a segregação da população e, por conseqüência, a monotonia em suas relações sociais.

Na intenção de acabar com a diferença entre espaço público/ privado visando implodir as categorias burguesas, os modernistas e todos os CIAM (1928/33), tentaram criar através de um planejamento estratégico um espaço modernista com um ideal igualitário, impondo uma nova prática cotidiana nas cidades. Eles acreditavam que através do objeto e do desenho, poder-se-ia mudar a sociedade.



2.58



2.59



2.60

Assim, o movimento moderno no Brasil teve a intenção de associar a imagem da social democracia que estava sendo feita nos países centrais, ou seja, através da incorporação de valores universais. Assim, um dos arquitetos mais influentes do modernismo brasileiro, Lúcio Costa seguindo as premissas de Le Corbusier, na concepção da cidade de Brasília⁵¹, tenta destruir a imagem do *boulevard* dando incentivo à execução de vias expressas, condicionando a eliminação do convívio nas ruas e praças e gerando espaços segregados. Nessa perspectiva de ordenamento sócio-espacial, podemos afirmar que a compartimentalização das cidades em unidades funcionais não resolveu a problemática da dinâmica urbana e social, mas exarcebou seus conflitos. Enfim, a justificativa para o paradoxo do planejamento modernista apoiava-se no uso da utopia para a idealização de um mundo melhor.

Desta forma, a arquitetura modernista incorporou a representação diplomática da sociedade hierárquica diante de si mesma. Expressava a virtude do engajamento e da utopia na tentativa de ignorar as contradições sociais e dar um salto qualitativo rumo à modernidade precoce. Para Debord, “*a cisão generalizada do espetáculo é inseparável do Estado moderno, isto é, da forma geral da cisão na sociedade, produto da divisão do trabalho social e órgão da dominação de classe.*”⁵² Para Maricato, nossa festejada tradição moderna em arquitetura sempre alimentou a fantasia de estar na vanguarda das classes sociais mais desfavorecidas, para assim ficarmos no eufemismo de uma sociedade industrial homogênea e coerentemente moderna. Nesse sentido, é preciso reconhecer que “*a arquitetura brasileira plasmou uma imagem, um ideário colado ao projeto de superação do subdesenvolvimento do país. Ele tinha as pretensões do projeto nacional: uma proposta de intelectuais que constituiria a redenção do atraso*”⁵³.

Para Berman, “*a cidade funcionalista segregou espaços e neutralizou as forças anárquicas e explosivas que a modernização havia reunido.*”⁵⁴ Nessa ótica, os modernistas encontraram um meio de controlar e conter uma explosiva condição capitalista. Foram eficazes, por exemplo, na organização da vida urbana e na capacidade de construir o espaço de maneira a conter os processos interferentes que contribuiriam para a rápida mudança urbana no capitalismo do século XX. Por outro lado, a necessidade capitalista satis-

Fig 2.58 Esta rua no centro de Vitória ainda conserva seu traçado original. A rua pré-industrial apresenta o predomínio dos sólidos em relação aos vazios que confirma o caráter de rua como sala de estar. O espaço das ruas “rouba” as fachadas das paredes em volta para construir seus contornos, acentuando a capacidade de perceber relações e significados. Foto: Vitor Nogueira.

Fig 2.59 Rua Duque de Caxias no início século XX. Na cidade pré-industrial, a fachada das ruas é, de um lado, a parede exterior do domínio privado e, de outro, a parede interior do âmbito público (Holston, 1993). Fonte: CD Vitória Antiga.

Fig 2.60 A arquitetura modernista elimina a rua do convívio invertendo a convenção figura-fundo do urbanismo tradicional. Fonte: acervo pessoal.

poder político-econômico. (Harvey, p.119).

⁵⁰ HOLSTON, James. *A cidade modernista – uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p.139.

⁵¹ Nesse sentido, podemos citar o exemplo clássico da construção de Brasília, cuja concepção espacial estava baseada no estabelecimento de condições igualitárias. O seu projeto urbanístico elimina o sistema de ruas como espaço público invertendo a convenção figura-fundo do urbanismo tradicional, destituindo, a comunidade dos prazeres da vida cotidiana e do encontro, enfim dos usos e funções que se misturam no âmbito da rua. Em sua análise antropológica sobre

Fig 2.61 Palafitas no mangue. Conflito na urbanização conduzida pelas estratégias de planejamento da década de 1970. Fonte: Projeto Terra.

Fig 2.62 Meninos no lixão. Invasão de São Pedro na região noroeste de Vitória. Fonte: Arquivo Público P.M.V.

Brasília, Holston (1993) afirma que como “cidade-monumento”, Brasília transcendeu a realidade da época com inovações tecnológicas e espaciais, entretanto não cumpriu os propósitos idealizados por seus executores, ou seja, transformá-la em ícone de uma nova ordem social mais democrática. No entanto, sabe-se que a elite descarta e rejeita os modelos quantitativos de consumo e de homogeneização. Dessa forma, as elites rejeitaram a organização espacial de Brasília e criaram novos mecanismos de estratificação. Transgrediram assim, as intenções do planejamento funcional modernista, e sem o seu respaldo, aspectos importantes da estrutura coletiva proposta entraram em colapso. A própria existência das cidades satélites subverte esta ordem. O resultado é a negação desses novos padrões estabelecidos e a reafirmação dos valores e processos sociais que o desenho urbanístico pretendia destruir. Para BERMAN, a cidade funcionalista segregou os espaços e “neutralizou as forças anárquicas e explosivas que a modernização havia reunido”.

⁵² DEBÓRD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. 1997. p.21.

feita pelo urbanismo desencadeou vários processos de degradação social e ambiental. A violência, a insegurança, a destruição das relações pessoais, são fatores onipresentes nas metrópoles gerados por este espaço estratégico. Jane Jacobs em seu livro *Morte e Vida nas Grandes Cidades Americanas* aponta para o caos da moderna urbanização, afirmando que “os espaços urbanos criados pelo modernismo eram fisicamente limpos e ordenados, mas social e espiritualmente mortos”.

Portanto, este modelo de desenvolvimento adotado no Brasil, tendo como agente organizador o Estado e, por extensão, construtor da paisagem brasileira, gerou focos de concentração de renda, de produção, de consumo, pautados pela miséria, convertendo as maiores cidades do país em metrópoles, nas quais o ritmo caótico e descontrolado da urbanização tornou-se o responsável pela degradação do ambiente urbano e por um cotidiano deteriorado.



2.61



2.62

Ermínia Maricato⁵⁵ faz uma crítica à história do planejamento no Brasil mostrando um enorme distanciamento entre sua retórica e sua prática, já que estava imerso numa base fundante marcada por contradições: *direitos universais, normatividade cidadã* – no texto e no discurso - versus *favor, discriminação e desigualdade* - na prática da gestão urbana. Desse modo, o Brasil teve no planejamento urbano modernista/funcionalista, importante instrumento de dominação ideológica e, portanto, a construção de uma sociedade desigual.

A importação de padrões do chamado “primeiro mundo”, aplicados a uma parte da cidade, contribuiu para que a cidade brasileira fosse marcada pela modernização incompleta ou excludente. Para Maricato, a ineficácia da legislação brasileira é, de fato apenas aparente, pois constitui um instrumento fundamental para o exercício arbitrário do poder além de favorecer pequenos interesses corporativos. Nesse sentido, a ocupação ilegal da terra urbana não é só permitida como faz parte do modelo de desenvolvimento urbano no Brasil.

O prestígio do planejamento urbano nos anos 1970, impulsionado pelas diretrizes dadas pela PNDU –Política Nacional de Desenvolvimento Urbano -, resultou na criação de inúmeros órgãos públicos municipais. E foi justamente durante a



2.63

implementação desse sistema nacional de planejamento que as grandes cidades brasileiras mais cresceram, entretanto “*fora da lei*”. Fazendo uma análise dessa prática do planejamento urbano nas grandes cidades, temos como resultado esse enorme processo de construção fordista, com base no aumento da produtividade e da regulação da terra, a proliferação de subúrbios e favelas. Essa atividade de se pensar a cidade e propor soluções para seus problemas permaneceu alienada da realidade que estava sendo gerida.

O colapso da crença no controle racional e centralizado dos destinos de sistemas sociais faz parte de uma grande mudança que enfatiza a internacionalização do território sobre a qual se fundamentou o Estado moderno. Segundo Maricato, “*a vitória da chamada ideologia neoliberal, nos anos 1980 e 1990, é inconteste: argumenta-se que a desregulamentação deve assegurar liberdade às forças do mercado.*”

Desse modo, a produção da obra urbana que se reflete em sua paisagem, atualmente vê-se avaliada como produto cultural e não mais como significado social advindo de seus cidadãos ou como objetos concretos inteligíveis que agem diretamente no campo do sensível, mas sim como produtos construídos de significados vazios para consumo imediato. Apesar disso, Nietzsche afirmava que cada indivíduo deveria criar a sua própria moralidade indo além da moralidade vigente. Mais recentemente, Jean-Paul Sartre (1905-80) ao afirmar que os indivíduos podem criar seu próprio código moral, fazendo suas próprias escolhas baseadas no entendimento de que somos responsáveis por nossa própria criação, justifica em parte as atitudes de certas moralidades pós-modernas adotadas na política de produção do espaço urbano por seus agentes reguladores.

Fig 2.63 A grande invasão no mangue deu origem ao bairro São Pedro no período 1978/1985. A legislação ambiental fica invalidada pela ação do mercado de terras. Fonte: Arquivo Público P.M.V.

⁵³ MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único..* Petrópolis: Ed. Vozes, 2000. p.145.

⁵⁴ BERMAN, Marshall. *Tudo que é Sólido Desmancha no Ar- A Aventura da Modernidade.* São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

⁵⁵ MARICATO, Ermínia. “As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias” In: ARANTES, Otilia et alli. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.* Petrópolis: Vozes, 2000. p. 121-140.

A industrialização de grande porte, particularmente em Vitória, principal alternativa econômica da década de 1970, se por um lado foi excludente à participação do capitalista local no empreendimento, por outro, contribuiu para criar um ambiente favorável para que a construção pudesse crescer, fundamentando a sua acumulação na apropriação da renda através da terra⁵⁶. O espaço que então poderia ser pensado como território de diversos mercados, revela-se como alternativa de acumulação do mercado imobiliário empresarial. Vive-se nesse período a condição do espaço já produzido. Relativamente ao restante da Grande Vitória, a capital detinha as melhores condições materiais - infra-estrutura urbana - necessárias ao desenvolvimento do capital imobiliário.

Na disputa pelo espaço, produz-se dentre outras estratégias, a representação da natureza em outras formas. A natureza, que era abundante, tornou-se escassa, portanto valiosa, enquanto o espaço produzido transformou-se em matéria abundante requerendo artifícios para distingui-lo. A natureza recriada serviu a esse propósito. A construção de edifícios, especialmente na região nordeste, trata da apropriação desse espaço. Nesse sentido, a apropriação do espaço pelas elites e a lógica mercantil buscam evidenciar as desigualdades espaciais de maneira que cada lugar, cada edifício se pareça único para justificar o seu valor enquanto mercadoria. O espaço, portanto, funciona como um dos elementos que dão racionalidade e coerência ao capitalismo. Portanto, o espaço vai sendo produzido em conformidade com os interesses dos grupos dominantes historicamente definidos.

Neste sentido, pode-se afirmar que os Planos Diretores de Vitória foram os grandes aliados do mercado empresarial, negando a natureza, voltando-se contra ela, ao estipular índices construtivos que possibilitaram a execução de edifícios verticais em áreas inadequadas. O primeiro plano a abordar a problemática capixaba diante de uma visão metropolitana foi através do Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI) da micro-região de Vitória. A partir deste, desdobraram-se os projetos de leis referentes aos planos diretores para municípios da Grande Vitória e os estu-
2.64

Fig 2.64A A paisagem recriada em conformidade com os interesses de grupos dominantes. Fonte: acervo pessoal.



⁵⁶ CAMPOS, C., 2002, p.148.

dos relacionados ao transporte intermunicipal, previsões que passaram a alcançar realização prática a partir dos anos de 1980.

Assim, baseado no PDI, foi criado o Primeiro Plano Diretor de Vitória (PDU) em 1984, e revisado pelo segundo PDU de 1994, que flexibilizou ainda mais os modelos de assentamento com a liberação do gabarito máximo e a criação de Zonas de Planejamento. A substituição dos planos de urbanização anteriormente citados por modelos de zoneamento urbanístico, que pretendiam controlar e organizar o crescimento das cidades, estabelecendo normas de assentamento e ordenando a distribuição espacial das atividades, culminou com adensamentos construtivos em detrimento da qualidade urbanística. Desse modo, o resultado dessa flexibilidade foi uma negação dos referenciais físicos característicos do sítio de Vitória.

A verticalização intensa verificada especialmente na região próximo a orla e a baía, denuncia a falta de proporcionalidade entre os gabaritos dos edifícios e a escala das ruas, restringindo consideravelmente a visão dos afloramentos rochosos em diversos pontos da ilha. Da mesma forma, os edifícios passam a obstruir a frente marítima, antes tão inserida no cotidiano da cidade. Para se ter uma idéia dessa volumetria, de acordo com os projetos aprovados pela Prefeitura Municipal de Vitória de 1970 a 1975 foram construídos cerca de 550 mil m² de edificações com quatro ou mais pavimentos, e entre 1975 e 1980 esse montante alcançou 1.451 mil m² de área construída.⁵⁷

A definição de zonas com limites de alturas mais controlados, que tinha por intenção respeitar a escala dos morros graníticos ficava demasiadamente restrita ao entorno imediato dos mesmos, sendo circundados por outras zonas que permitiam uma verticalização de até 48,50m. Dessa forma, a visão da Pedra da Gameleira, do Morro do Itapenambi e da Pedra dos Olhos, referenciais importantes da paisagem, ficou prejudicada. Além disso, a verticalização ocasionou o bloqueio de ventos, que antes eram constantes na ilha principalmente no bairro Praia do Canto, favorecendo a formação de ilhas de calor.

Fig. 2.64B A flexibilização dos índices de construção pelo P.D.U, gerou uma verticalização intensa na orla, bloqueando assim, a visão dos elementos naturais. Fonte: acervo pessoal.

⁵⁷ MENDONÇA, Eneida Maria Souza. *A Grande Vitória está sendo planejada? Análise do processo de planejamento urbano da grande Vitória*. Vitória: DAU-UFES, 1991.

2.64



Fig 2.65 Enquanto acontecia o “boom” imobiliário na região nordeste (1980), do outro lado da cidade, a região noroeste, escondida por trás do Maciço, tornava-se palco da ocupação de grandes extensões das áreas alagadiças do mangue pela massa de migrantes. Foto: Vítor Nogueira.



2.65

Por outro lado, enquanto promovia-se o “boom imobiliário” na região nordeste, a situação que se verificava na região noroeste era deplorável. Milhares de pessoas excluídas do mercado formal de terras invadiam os manguezais. No mangue, a madeira abundante da *Rhizophora mangle* passa a ser utilizada incessantemente na construção de palafitas. Enquanto que, na orla, o recurso de diferenciação social foi na adoção de modelos homogêneos à prática universal.

Essa condição excludente tomada em grandes proporções não foi fruto de lideranças subversivas que queriam afrontar a lei, e sim resultado de um processo de urbanização que segrega e exclui. Seguindo essa reflexão pode-se concluir que a imposição de uma ordem estatal advinda de uma Secretaria de Planejamento Urbano levaria, pela imposição de um conjunto de regras urbanísticas, à ineficiência porque não responderia à ética individual e às necessidades da maioria da população.

Como podemos verificar nas cidades brasileiras, os Planos Diretores ao criarem modelos espaciais muito normativos, tendem a homogeneizar projetos e espaços públicos, sendo esta tendência uma constante nas cidades de “pensamento único”. Portanto, acabam gerando espaços com pouca variabilidade de volumes e ambiências, sem identidade própria e de difícil orientação. Na análise de Maricato⁵⁸, “o planejamento modernista garantiu boa qualidade de vida a uma parte da população das cidades (renda média e alta) em detrimento das menos favorecidas, porém ressalta, que a cidade oculta e conflitante é um subproduto dele”. Segundo a autora, é preciso levar em conta o fosso que separa as idéias da prática e também o fosso que nos separa dos países centrais. Dessa forma,

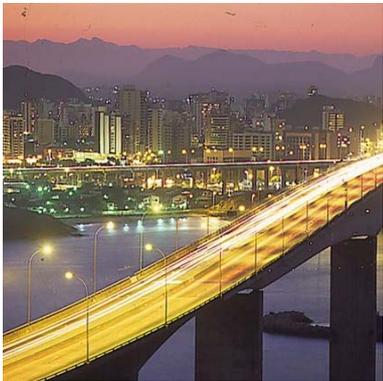
⁵⁸ Maricato, Erminia. *A cidade do pensamento único*. Ed. Vozes.

a revisão de conceitos pode aproximar o conhecimento teórico à realidade empírica do universo urbano, social e institucional brasileiro, e assim evitar o mimetismo.

Portanto, a expansão da malha urbana da Grande Vitória foi proporcionada pela ação de vários agentes sem que houvesse uma coordenação desse processo. Por consequência imediata, é notória a degradação do espaço urbano a nível metropolitano, ou seja, uma marca da ação destrutiva dos homens e da sociedade em relação à doação original, natural ou divina. Destruição que ocasiona o mal, que gera o desequilíbrio e a desqualificação da rede urbana, a saturação do trânsito e a perda de belas paisagens, dificilmente resgatadas. O espaço dominado para e pela produção, controlado e orientado em direção ao reprodutível, estabelece relações de propriedade **que quebram os espaços do sonho, do imaginário, da utopia**, ou seja, inverte e oculta o sentido da natureza primeira, do sítio, do local.

Estas polaridades e racionalizações dos mais variados aspectos têm existido nos mais diversos setores em todas as culturas da vida. Entretanto, Weber argumenta que o diferencial básico no pensamento moderno está na *mudança de valores*. Na sociedade medieval a conduta e os valores que regiam a sociedade eram tidos como sagrados e baseados em preceitos religiosos e na modernidade passa a ser determinado por um certo tipo específico de conduta racional. Esta racionalidade pautada no sistema capitalista de produção demonstra uma tensão constante entre relações sociais/produção espacial e que estaria ausente em todas as outras culturas com exceção da ocidental.

3 o paradoxo da modernidade: produção de diferenças



“O espaço da “modernidade” esconde sob sua homogeneização as relações reais e os conflitos. Neste contexto, o espaço urbano torna-se simultaneamente homogêneo e fragmentado e expressa uma constante contradição nas categorias “centro-periferia” e “globalidade-parcelas”.

Lefebvre

Este capítulo vai tratar dos pressupostos teóricos acerca da modernidade que facilitam a compreensão da trama de relações existentes entre forças produtivas, relações sociais e os mecanismos de produção espacial e cultural que configuram o contexto da paisagem contemporânea. Longe de fechar uma opinião concludente, a intenção aqui é mostrar como a complexidade das questões relativas à modernidade foi estudada por alguns dos grandes pensadores modernos. O recorte do objeto e a técnica de pensamento usada para análise, muitas vezes divergem entre si, entretanto podemos verificar que elas apontam para um denominador comum, uma lógica consensual que estabelece vínculos imediatos. Esta coerência dos fatos que conecta as diversas variáveis pertinentes à modernidade, favorecem uma visão mais aproximativa ao entendimento dos processos que envolvem o espaço e a paisagem urbana.

A modernidade vem passando por um momento de transição, sugerindo novas reflexões. Os processos sociais que operam no espaço e na paisagem caracterizados por promover o individualismo, a fragmentação, a destruição criativa, as mudanças imprevisíveis nos métodos de produção e consumo, a temporalidade progressiva, formam o contexto material a partir do qual pensadores e produtores culturais modernos e pós-modernos exercem sua sensibilidade na apreensão da realidade, princípios e práticas estéticas. Modernidade passa a ser, então, conceituada como algo inerentemente plural. Dessa forma, a modernidade apresenta um novo paradigma¹ ao incorporar o conceito pós-moderno a partir da constituição de novos sistemas operacionais.

Considerando este novo contexto da modernidade, poderíamos afirmar que a agitação e a velocidade tão característica da acumulação flexível seria mais uma versão retumbante do capitalismo de sempre? Nesse sentido, o movimento pós-moderno mostra, no mínimo, uma nova configuração, empregando, não obstante, os instrumentos teóricos concebidos por Marx.

¹ Poderíamos dizer que um paradigma é um projeto elaborado para o entendimento e a explicação de aspectos da realidade, e representa um corpo de teorias, informações e tecnologia consistentes para colocar idéias em prática. As maiores mudanças no pensamento científico acontecem periodicamente quando existem paradigmas que explicam anomalias inadequadamente. A mudança toma inicialmente forma de um novo paradigma que supre outra forma de interpretar um conceito velho.

O projeto da modernidade inicia-se no séc. XVIII com o *Iluminismo*, cujo pensamento estava fundado na ânsia por dominar a natureza, desenvolvendo a ciência objetiva e formas racionais de organização social em busca da emancipação humana e do enriquecimento da vida diária. O pensamento iluminista perseguiu a idéia do progresso e buscou ativamente a ruptura com a história e a tradição, prometendo a libertação do homem da escassez e das irracionalidades do mito e da religião. Nesse sentido, a racionalidade científica tinha como meta proporcionar o bem-estar da humanidade, e a noção de temporalidade como seta irreversível do tempo, como condição necessária para a realização desse projeto inovador.

*“The Aufklärung², é um período que formula nosso lema, nossos preceitos e o que deve ser feito, tanto em relação a história geral do pensamento como em relação ao presente e quanto às formas do conhecimento, ignorância e ilusão a que devemos estar aptos a reconhecer historicamente.”*Foucault

A inovação da crítica e a introdução de idéias completamente distintas dos períodos anteriores, realmente marcaram uma nova época da história universal. A noção da experiência do espaço-tempo introduzida pelo Iluminismo foi fundamental para o desenvolvimento de novas formas de modernização. Assim, o conhecimento do espaço geográfico se tornou uma técnica valiosa numa sociedade que assumia uma visão cada vez maior do lucro. A acumulação de riqueza, de poder e de capital passou a ter um vínculo direto com este conhecimento do espaço e do domínio individual dele.

Entretanto, a visão mecanicista do universo associada ao tempo-espaço homogêneo formavam condicionantes limitadores do pensamento e da ação iluminista. O desenvolvimento das cartografias permitiu a construção de fortes sentidos de identidades nacionais, locais e pessoais em meio a diferenças geográficas, pressupondo uma classificação homogênea da ordem espacial.

O pensamento iluminista saudava a criatividade humana, a descoberta científica e a busca da individualidade em nome do progresso humano. Habermas observa que *“os iluministas estavam possuídos pela expectativa de que as artes e as ciências iriam promover não somente o controle das forças naturais como também a compreensão do mundo, o progresso moral e até a felicidade dos homens.”*Entretanto, este otimismo se transforma ante os acontecimentos que marcaram o início do século XX, tais como as guerras, os campos de concentração, dentre outras tragédias da humanidade, abalando a razão iluminista e estabelecendo novos parâmetros para a modernidade.

² Aufklärung – Iluminismo em alemão.

³ FOUCAULT, Michel. *The Art of Telling the Truth* (1998). p.142.

Harvey⁴ argumenta que o colapso desses conceitos absolutos sob o peso da “compressão do espaço-tempo” foi central no nascimento de novas formas de modernismo do século XIX e início do séc. XX. O próprio significado e a própria percepção do tempo e do espaço variam, mostrando que essa variação afeta valores individuais e processos sociais do tipo mais fundamental. O movimento socialista com a crescente disparidade de classes produzidas no âmbito da produção capitalista contestava cada vez mais a unidade da razão iluminista e inseriu uma *dimensão de classe* ao movimento moderno. Segundo Harvey, “*as mudanças por certo foram afetadas pela perda da fé na inelutabilidade do progresso e pelo crescente incômodo com a fixidez categórica do pensamento iluminista. Esse incômodo veio em parte do caminho turbulento da luta de classes, em particular depois das revoluções de 1848 e da publicação do Manifesto Comunista (p.37).*”

O surgimento do modernismo no início do século XX, também foi decorrente da necessidade de responder ao caos e a desordem, provocados pelo crescente militarismo e pelas guerras, cuja lógica de dominação e opressão tinha por argumento a racionalidade iluminista.⁵ A renovação do modernismo, passa, então, pela eficiência tecnológica, pelo mito da máquina, e pela crença no planejamento racional sob condições padronizadas do conhecimento. A arquitetura assume um papel importante na defesa do projeto modernista como o influente movimento da Bauhaus e a Carta de Atenas de 1933: “*pela ordem, promover a liberdade*” foi um dos slogans de Le Corbusier.

Por fim, chegamos ao final do século XX com uma nova concepção de modernidade baseada na acumulação flexível, que privilegia a heterogeneidade e a diferença como forças libertadoras na redefinição do discurso cultural, a fragmentação e a desconfiança dos discursos universais como inerentes ao pensamento dito “pós-moderno”. A difusão de inovações tecnológicas nas áreas de microeletrônica, informática e telecomunicações estão substituindo cada vez mais a produção física em si como processo dinamizador da atividade econômica, e levando as cidades a desempenhar um papel fundamental na geração de economias do conhecimento, como nós de redes globais de cooperação tecnológica, ao invés das economias de escala das grandes indústrias. A concentração de poder em instituições financeiras relativas à explosão de novos mercados financeiros, permitiu boa parte da flexibilidade geográfica e temporal em escala global.

Nesse sentido, podemos nos reportar ao movimento “desconstrucionista”⁶ que surgiu como um poderoso estímulo para o pensamento pós-moderno, especialmente quanto à natureza da linguagem e da comunicação. Enquanto os modernistas presupunham uma relação rígida e identificável entre o que era dito (o significado ou mensagem) e o modo como estava sendo dito (o significante ou “meio”), o pensamento pós-moderno os vê “*separando-os e reunindo-os continuamente em novas combinações*”. Dessa forma, a heterogeneidade inerente a este movimento estimula o sujeito

⁴ HARVEY (2000), p.31-37.

⁵ Movimento iniciado nos anos 60 por Derrida. Derrida considera a colagem /montagem, a modalidade primária do discurso pós-moderno. Segundo ele, o propósito é quebrar (desconstruir) o poder do autor de impor significados ou de oferecer uma narrativa contínua. Cito In: Harvey (2000). p.55.

⁶ HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna* (1989). p.24.

como receptor do texto ou imagem, “*a produzir uma significação que não poderia ser unívoca nem estável.*”⁷ Dessa forma, a destruição criativa converge e complementa o conceito de espetáculo na modernidade.

A pós-modernidade caracteriza-se pela diversidade de jogos de linguagem mediada por imagens, ou seja, o espetáculo do imaginário moderno se revela como instrumento de unificação da sociedade. A mídia – informação, propaganda, publicidade ou consumo – representa o espetáculo e torna-se o âmago do “irrealismo” da sociedade. Para Debord⁸, tudo que era vivido diretamente tornou-se uma representação. O próprio sujeito parece disseminar-se nessa nova realidade social. Portanto, diante da impossibilidade de aceitação de qualquer metanarrativa totalizante, a imagem constituída por signos e sinais da produção reinante, passa a ser a finalidade última dessa produção.

Todas estas transformações econômicas, sociais e políticas no cenário mundial que se aceleraram, sobretudo, a partir da última década, colocaram uma nova dimensão para a realidade das cidades, que passaram a desempenhar um papel renovado no atual contexto que envolve os vários agentes que se associam e /ou disputam novas posições nas relações gerais de produção/consumo em nível mundial.

Nesse sentido, as inovações tecnológicas assumem um duplo papel: por um lado, permitem a equalização desejada; por outro, evidenciam e ampliam as diferenciações inerentes à produção capitalista. Promovida pelo capital, a tecnologia se propõe a facilitar o desenvolvimento, e por outro lado, a forma como ele é obtido e usufruído se traduz pelas desigualdades refletidas nas relações espaciais e sociais. Portanto, este processo denominado pós-moderno passou a ter reflexos diretos nas cidades, tanto do ponto de vista social (parcelas cada vez maiores de trabalhadores excluídos das garantias e políticas trabalhistas) como espacial, marcado por uma nova forma de organização do mercado imobiliário (o mega-projeto ou o supra-espço multifuncional privado que substitui a cidade) e a exarcebação da segregação espacial, que definem novas territorialidades urbanas.

Para Sassen⁹, os novos setores de crescimento, as novas capacidades organizacionais das empresas e as novas tecnologias – os três inter-relacionados – estão contribuindo para “*produzir não apenas uma nova geografia para a centralidade, mas também uma nova geografia da marginalidade*”, que evidenciam a necessidade de políticas e ações governamentais para reduzir as novas formas de desigualdade espacial e social. Desse modo, a sociedade pós-moderna configura-se na fragmentação, cuja ênfase está na superposição e na combinação de todas as suas esferas e subsistemas. Seus produtos culturais se inter-relacionam, se entrecruzam num *continuum* de diferenças e semelhanças, em que cada área do conhecimento já não é capaz de individualmente assegurar respostas suficientes às questões que se originam da própria essência transitória do cotidiano.

⁷ HARVEY, David. *Condição Pós-moderna*. São Paulo: Ed. Loyola, 2000.p.55.

⁸ DEBÓRD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto,1997. p.16.

⁹ SASSEN, Saskia. *As cidades na economia mundial*. São Paulo: Studio Nobel, 1998. p.12.

Apesar dessas mudanças na aparência e nos processos do capitalismo, tanto Harvey quanto Latour, compartilham do argumento de que não existe uma grande ruptura na constituição de um conceito pós-moderno. Para Harvey¹⁰, não é possível prever configurações exatas quanto à incansável atividade transformativa da acumulação do capital, em termos mais concretos, a forma que o capitalismo assume, seja modernismo ou pós-modernismo, " *varia de época para época, de lugar para lugar, a depender de qual configuração é mais lucrativa e qual não o é.*" Segundo o autor, este novo momento da modernidade que conjuga uma série de noções conflitantes, mostra-se mais como transformações da aparência superficial do que como sinais do surgimento de alguma sociedade pós-capitalista inteiramente nova. Na verdade, o princípio norteador da acumulação é o mesmo, apenas, muda-se a forma. O debate da pós-modernidade, portanto, gira em torno da necessidade, não de rejeitar, mas de reelaborar a modernidade.

A crítica favorecendo a modernidade

O Iluminismo é a primeira manifestação de uma nova modalidade filosófica que se estendeu e cobriu dois séculos, permanecendo até os dias de hoje, caracterizando-a como um discurso da modernidade. O pensamento de Kant faz parte do momento histórico ao qual estava inserido – o séc. XVIII e o Iluminismo – que o aproximava do processo de consciência de si mesmo, situando-o em relação ao passado e ao futuro, e designando operações que viriam se realizar em nosso presente.

Em 1784, Kant inova o pensamento filosófico fazendo uma análise crítica do mundo e de nós mesmos, contextualizando-a no presente. Esta é a diferença para a filosofia clássica que até então estava interessada apenas na investigação dos fundamentos científicos e da metafísica. Ele inicia sua reflexão analisando um evento histórico e contemporâneo: o Iluminismo. E prossegue questionando qual seria a diferença que o Iluminismo introduziu em relação ao passado, como deveríamos nos inserir neste processo e o que deveríamos recusar? Segundo Kant, a contemporaneidade é a questão principal no Iluminismo. Evento que significa valor, a forma de encontrar a nossa própria razão de ser. Ele caracteriza-o como um fenômeno, a modificação e a ruptura de uma relação preexistente que ligava a autoridade ao uso da razão.

Em alguns ensaios como "The Art of Telling the Truth" e "What is Enlightenment?", Foucault¹¹ analisa o que o pensamento filosófico de Kant e o Iluminismo produzem de significado para a reflexão atual sobre a modernidade. Foucault tenta mostrar através de Kant, como o elemento tornou-se o símbolo do processo que envolve o pensamento, o conhecimento e a filosofia. Desse modo, Foucault compartilha do pensamento de Kant quando afirma que "a modernidade

¹⁰ HARVEY (2000), p.178.

¹¹ FOUCAULT, Michel. *What is Enlightenment?* In: Paul Rabinow editor. *The Foucault reader*. New York: Pantheon Books, 1984. p.32-50.

não é uma relação longitudinal com o passado, mas sagital com o presente”, ou seja, **“a modernidade entendida como uma atitude, uma crítica permanente em relação ao presente e com o significado dele.”**

“Kant define Aufklärung¹² quase como uma maneira de dizer “exit “ou ”way out” , uma forma de liberação de nossa imaturidade. Nesse sentido, imaturidade aqui significa aceitar ou nos deixar conduzir por outra forma de autoridade em áreas onde o uso da razão é solicitado. O Iluminismo, portanto, pode ser considerado como um processo de participação coletiva dos homens, um ato de coragem para alcançar a realização pessoal. Os homens são os atores e os agentes desse processo.”¹³ Foucault

Pela análise foucaultiana, Kant descreve o Iluminismo como um momento em que a humanidade faz uso da razão sem, entretanto, sujeitá-la a autoridade, ou seja, legitimar o uso da razão apenas sob condições em que se determina o que deve ser feito, o que deve ser sabido e o que deve ser esperado. Ele também faz a distinção entre o uso da razão pública e privada. A razão deve ser livre no uso público e submissa no uso privado, não referindo-se a uma obediência cega, mas adaptada às circunstâncias. Enfim, o que podemos chamar de liberdade de consciência. Dessa forma, ele nos convida a promover novas formas de subjetividade através da recusa do tipo de individualidade imposta historicamente.

De qualquer forma, apesar das divergências de opinião, uma forma de conceituar o poder é checá-lo constantemente, e relacionar a teoria com a prática, contextualizá-los nas condições históricas e nas condições atuais. O objetivo desse modo de investigação é prevenir a razão para não ir além do que é dado pela experiência. Nesse sentido, a analogia que Foucault faz da relação entre racionalidade e excesso de poder político é correta. Contextualizar os fatos no presente e descobrir neles o que existe de original e específico para que possamos ter clareza daquilo que almejamos alcançar e de nossa dimensão no futuro.

Uma outra questão original no campo da reflexão filosófica que Kant introduz no seu texto sobre Iluminismo é a definição de “raça” ou humanidade. Estaria a totalidade da raça humana contida no processo do Iluminismo, ou seja, como mudança histórica afetaria política e socialmente todas as pessoas na face da terra? Kant tenta responder a esta questão quando atribui valor e significado a determinado *evento*¹⁴. Esta causa deve mostrar ação no presente, no passado e no futuro. Dessa forma, poderíamos ficar seguros que não seria apenas uma ação particular do momento, mas uma garantia de uma tendência generalizada da humanidade, a totalidade movendo-se em direção ao progresso.

Portanto, todos estes conceitos romperam de forma inovadora com o pensamento filosófico clássico. Foucault prossegue sua análise atribuindo significativo valor na

¹² Aufklärung significa Iluminismo em alemão.

¹³ FOUCAULT, Michel. *What is Enlightenment ?* In Paul Rabinow editor. New Yorker. 1984. p.35.

¹⁴ Kant considera a Revolução Francesa como um evento de valor. Nesse sentido, a importância do significado é o que estamos buscando. A Revolução é significativa não pela explosão dos gestos que a acompanharam, não pelo fracasso ou sucesso que ela possa ter obtido, mas ela é importante pelo processo, pelo significado e pela forma como as pessoas foram envolvidas por ela. In: FOUCAULT, Michel. *The Art of Telling the Truth*. In Michael Kelly editor Cambridge:MIT Press.1994. p.143.

¹⁵ Latour define Constituição como sendo humanos e não-humanos (natureza, objetos e cultura), suas propriedades e suas relações, suas competências e seus agrupamentos. In: *Jamais fomos Modernos* (2000), p.21.

reflexão de Kant, considerando os vários aspectos que este evento contribuiu na formulação do pensamento moderno, bem como a forma de abordar a contemporaneidade, inaugurando a filosofia moderna.

“Uma crítica ontológica de nós mesmos não como uma doutrina ou teoria, mas consiste numa atitude, um ethos, uma filosofia de vida onde devemos fazer a crítica do que somos e ao mesmo tempo uma análise histórica dos limites impostos e experimentar as possibilidades de aceitá-los ou não” (Foucault, 1984, p.50)

A célebre frase de Foucault em que ele afirma que não há “*relações de poder sem resistência*”, significa dizer que a liberdade é uma pré-condição para que haja o exercício do poder que reside na constante perseguição, provocação e intolerância à liberdade. O comportamento individual seria então a forma de resistência estando o homem moderno designado a se “autoconstruir”. Para ele, **“ser moderno é negar o enquadramento que lhe é dado.”**

Enfim, o Iluminismo representou uma série de eventos políticos, econômicos, sociais e culturais, cujo processo ainda fazemos parte e dele somos resultantes, constituindo-se num domínio do conhecimento privilegiado para análise. Segundo Foucault, esta não foi apenas uma iniciativa que ligasse o progresso da verdade à história da liberdade num vínculo diretamente relacionado, mas a formulação de uma concepção filosófica no qual devemos considerar. Não se trata apenas de aceitar ou contestar o Iluminismo, sendo favorável ou escapando aos princípios de racionalidade, mas mantermos a autonomia de buscarmos nessa nuance dialética o que há de bom ou de ruim.

De certa forma, Foucault promove uma certa recusa à racionalidade científica imposta pelas idéias iluministas, afirmando que a “verdade” universal é produzida historicamente como exercício de poder e que nós devemos submetê-la a uma crítica permanente. Diante dessa argumentação, Foucault assim como Latour atacam explicitamente qualquer noção de que possa haver uma metalinguagem, mediante as quais todas as coisas possam ser conectadas ou representadas. As verdades eternas e universais, se é que existem, não podem ser especificadas.

A Ciência e a Proliferação dos Híbridos

É interessante a crítica que Latour faz à modernidade e simultaneamente à ciência, tentando dissecar as diferenças que nos classificam como sociedades modernas das demais ditas “não modernas” com base na Constituição¹⁵. Esta forma original de questionar se realmente somos modernos, está apoiada pela imposição da constante separação entre natureza, sociedade e o conhecimento (discurso) do mundo moderno. Ele aqui define *Constituição*, como sendo o conjunto de humanos e não-humanos, suas propriedades, suas competências e seus agrupamentos. Assim, Latour

define “moderno“ como um conjunto de práticas totalmente diferentes que, para permanecerem eficazes, devem permanecer distintas.

1. O primeiro conjunto de práticas cria, por “tradução“, mistura de seres completamente novos, híbridos de natureza e de cultura e corresponde àquilo que ele chama de redes. Estas seriam as estratégias científicas e industriais, o Estado, a ecologia.

2. O segundo seria a crítica, dividindo o mundo natural da sociedade e um discurso independente de ambos.

Portanto, para Latour, “ser moderno” significa associar sempre essas duas práticas: a proliferação dos híbridos e a purificação através da crítica. A proliferação dos quase-objetos foi, portanto, acolhida por três estratégias diferentes: primeiro, a separação cada vez maior entre o pólo da natureza – as coisas em si – e o pólo da sociedade ou sujeito – os homens entre eles; segundo a autonomização da linguagem ou do sentido.

Diagrama 1

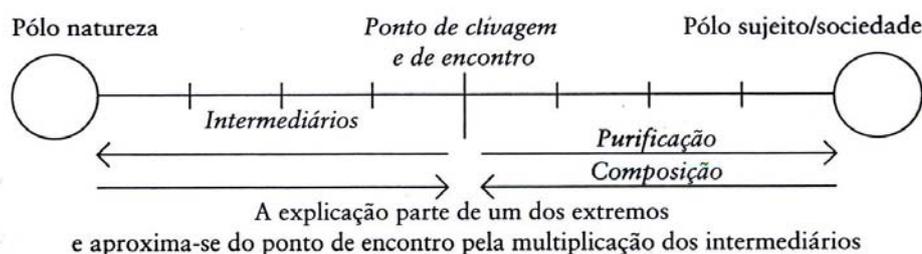


Fonte: Latour, p.62.

Enquanto as filosofias modernizadoras (Kant, Marx, dentre outros) criavam a grande separação entre os dois pólos da Constituição (natureza e sociedade) a fim de absorver a proliferação dos quase-objetos, uma outra estratégia era desenvolvida para tomar conta do meio, cuja dimensão não parava de crescer. As vertentes semióticas preocupam-se com o meio, utilizando a linguagem e o discurso como mediadores entre sujeito e objeto, transporta o sentido da natureza aos locutores ou destes à natureza, também criaram um impasse, limitando a sua tarefa ao discurso e esquecendo as referências. O texto passa a ser original e aquilo que ele exprime secundário. Tudo torna-se signo e sistema de signos. Nesse sentido, portanto, é complexo reduzir todo o cosmos a uma grande narrativa, todas as estruturas sociais a um discurso.¹⁶

¹⁶ LATOUR, Bruno. *Jamais Fomos Modernos*. São Paulo: Editora 34, 2000, p.62-63.

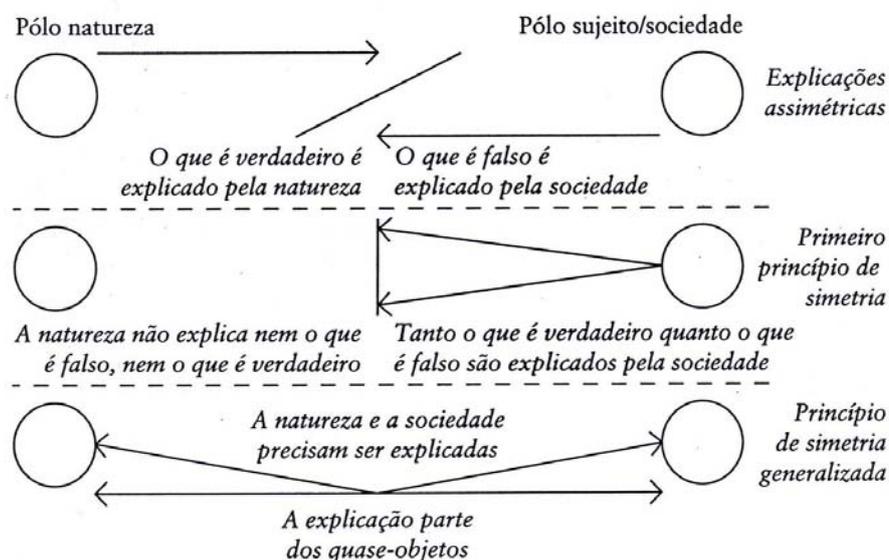
Diagrama 2



Fonte: Latour, p.77.

O diagrama 2 mostra que as explicações não partem mais das formas puras em direção aos fenômenos, mas sim do centro em direção aos extremos. Na interpretação de Latour, o deslizamento dos extremos rumo ao centro e para baixo, faz girar tanto o objeto quanto o sujeito em torno da prática dos quase-objetos. É nesta dupla linguagem que reside a potência crítica dos modernos: podem mobilizar a natureza no seio das relações sociais, ao mesmo tempo em que a mantêm infinitamente distante dos homens; são livres para construir e desconstruir sua sociedade, ao mesmo tempo em que tornam suas leis inevitáveis, necessárias e absolutas. O que ele tenta demonstrar é que tanto o sujeito quanto o objeto giram em torno dos mediadores que seriam as explicações modernizadoras, ou seja, o discurso.

Diagrama 3



Fonte: Latour, p.94.

“a natureza gira de fato, mas não ao redor do sujeito-sociedade. Ela gira em torno do coletivo produtor de coisas e de homens. O sujeito gira, de fato, mas não em torno da natureza. Ele é obtido a partir do coletivo produtor de homens e de coisas. O Império do Centro se encontra, enfim, representado. As naturezas e sociedades são os seus satélites.”
Latour (p.78).

Segundo Latour, a Constituição (natureza, objetos, ciência) mostrou-se eficaz na forma de permitir e convergir através da “purificação” as três dimensões: coisas, pessoas e transcendência. Através dela os homens passaram a sentir-se completamente livres para tomarem decisões acerca dessas questões, independentemente uma das outras. Dessa forma, obtiveram o domínio sobre todas as fontes de poder e utilizaram infinitas possibilidades críticas para deslocá-las conforme a conveniência da situação.

Nesse sentido, Latour argumenta que a crítica tornou-se para os modernos o grande aliado para sustentar a capacidade e a eficácia dos tempos modernos, tornou-se, portanto, o último recurso às nossas indignações e indagações. E dessa forma, Latour prossegue em sua reflexão: *“Quem nunca sentiu uma certa obstinação e inquietação perante a distinção entre racional/irracional, falsos saberes/verdadeiras ciências, jamais foi moderno.”*¹⁷

A Lógica Presente na Dialética Capitalista

A introdução da racionalidade científica conferiu nova estruturação espacial às cidades, onde alguns de seus aspectos fundantes como a desigualdade, passa a ser constitutivo da modernidade. Nesse sentido, para se pensar a reprodução das cidades engendrando diferenças sociais e espaciais, vale buscar na produção do conhecimento científico a razão para tal contradição. A explicação para este fato só é admitida considerando a lógica capitalista de produção impulsionando o mundo moderno.

Dessa forma, não podemos deixar de recorrer a Marx e a seus intérpretes para formular uma coerência crítica ao moderno capitalismo e a forma como molda suas cidades. Marx argumenta que o capitalismo generaliza todas as relações num mesmo plano em função de uma equivalência e destrói as possibilidades humanas por ele criadas. Em *O Capital*¹⁸, ele tenta desvendar esta inversão de valores através da análise da mercadoria, coisas cotidianas que consumimos no curso da nossa própria reprodução.

“Uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas.” Em sua análise ele prossegue afirmando que *“as mercadorias possuem forma comum de valor, que contrasta com a flagrante heterogeneidade das formas corpóreas de seus valores de uso. Esta forma comum é a forma dinheiro do valor.”*¹⁹ Marx

O dinheiro, portanto, se tornou o meio pelo qual avaliamos e realizamos as trocas de mercadorias, dissolvendo todos os vínculos e relações tradicionais e de produção social. *“O dinheiro unifica precisamente através de sua capacidade de acomodar o individualismo, a alteridade e uma extraordinária fragmentação social.”*²⁰ Assim sendo, os valores e princí-

¹⁷ LATOUR, 2000, p.41.

¹⁸ Marx analisa a mercadoria assume um certo paradoxo, ao mesmo tempo em que ela tem um *valor de uso* (satisfaz uma necessidade), ela também possui um *valor de troca* (poder de barganha para conseguir outras mercadorias). Portanto, a mercadoria apresenta um caráter misterioso proveniente do mascaramento ou do disfarce que ela adquire em função da igualdade dos trabalhos humanos como valores. O caráter social das relações entre produtores assume a forma social entre os produtos do trabalho. Essa condição Marx denomina de *“fetichismo da mercadoria”*.

¹⁹ MARX, Karl. *O Capital*. Cap. 1 .A Mercadoria. 1971.p.81.

pios sagrados e de tradição são constantemente transmutados, absorvidos e adaptados conforme os interesses de mercado e da nova estrutura social.

A luta pela manutenção da lucratividade apressa os capitalistas a explorarem todo tipo de novas possibilidades, criando sempre novas necessidades, enfatizando o impulso ao consumo, o apelo à fantasia e ao capricho. Dessa forma, a dialética presente no capitalismo, possibilita o seu desenvolvimento através de um processo constante de destruição criativa. Segundo Marx, *"tudo está impregnado de seu contrário"*, onde o progresso e o avanço do capitalismo só é possível por meio da destruição e da desigualdade.

Os perigos dessa contradição permanente na modernidade afligem o espírito humano, pois ao mesmo tempo em que aciona o movimento em direção ao inesperado, a uma expansão interminável, torna-se a única condição possível do desenvolvimento social e humano. Marx também compartilha dessa idéia de movimento incessante quando diz que *"a moderna humanidade se vê em meio a uma enorme ausência e vazão de valores, mas ao mesmo tempo, em meio a uma desconcertante abundância de possibilidades."*²¹

O espírito fragmentado e ambivalente da modernidade é tanto social como técnico, num mesmo processo de trabalho, acentuado pela perda de controle sobre os meios de produção e das relações sociais, alienando o trabalhador da sua essência humana. Este movimento paradoxal da modernidade e dos modos de produção confere-lhe uma interminável agitação e incerteza, que por sua vez preconiza uma força favorável à renovação do sistema. Podemos afirmar que a estabilidade sólida e permanente constitui uma ameaça ao modo de produção capitalista.

Esta mesma ininterrupta necessidade de inovação do sistema pode levar a crises e ao colapso da classe burguesa. Enfim, as crises as quais estão sujeitas o sistema geram novas forças para acelerar o desenvolvimento do capital. O efeito da inovação contínua é, no entanto, desvalorizar, senão destruir, investimentos e habilidades de trabalhadores passados. A destruição criativa está embutida na própria circulação do capital.

Berman²², dentre outros autores contemporâneos, tenta reconstruir a visão da modernidade através de Marx analisando suas idéias contidas no Manifesto Comunista. O autor considera o Manifesto como a primeira grande obra de arte modernista e é notável pelo seu poder imaginativo. A tensão existente entre a visão diluidora e a visão sólida de Marx sobre a vida moderna fica clara na célebre frase consagrada por ele no Manifesto:²³ *"Tudo que é sólido desmancha no ar, tudo que é sagrado é profanado"*.

Em sua obra, Berman (1987,p.104) faz menção à oposição feita por Marx ante a polaridade universal existente entre o aberto e fechado, o nu e o vestido, que aflige tanto a consciência humana. Para isso, o autor recorre à literatura romântica de Fausto

²⁰ HARVEY, 2000, p100.

²¹ Citado in: BERMAN, Marshall. *Tudo que é Sólido Desmancha no Ar - A Aventura da Modernidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987. p.101.

²² BERMAN, Marshall, *Tudo que é Sólido Desmancha no Ar*. 1986. P.21

²³ pensamento dominante no Manifesto é que a *produção econômica e a estrutura social que necessariamente decorre dela constituem em cada época histórica a base da história política e intelectual dessa época, portanto toda a história tem sido uma história de luta de classes* (Engels, 1848). Marx, confiava a vitória de todas as proposições contidas no Manifesto ao desenvolvimento intelectual da classe operária. A partir do desenvolvimento de toda a capacidade dos indivíduos é possível a liberdade e só em comunidade ela poderá realizar-se plenamente. Neste ideal humanista é que ele fundamenta a base do comunismo.

de Goethe, e Rei Lear de Shakespeare. Ambos os heróis são destituídos de poder e riqueza, e quando confrontados com a verdadeira natureza humana, a autêntica nudez, movem-se no sentido de reconhecer a plenitude e a sensibilidade da vida interior até então entorpecidas pela amargura e miséria.

Na análise de Berman, o que Fausto deseja para si mesmo é um processo dinâmico que incluiria toda sorte de experiências humanas, alegria e desgraças juntas, assimilando-as todas ao seu interminável crescimento interior; até mesmo a destruição do próprio eu seria parte integrante do seu desenvolvimento. *“A tragédia está em que a catástrofe que redime humanamente, politicamente destrói.”* (Berman ,p.105)

Essa ambigüidade que Fausto carrega consigo é o próprio dilema da modernidade. Fausto se transforma em outro tipo de ser desenvolvendo uma auto-expansão interminável onde o importante é o processo, a força da potência e não o resultado. Assim como Marx, o importante para ele é a “atividade”, a vontade de poder. Diante desse “homem desacomodado”, destituído de privilégios e papéis sociais, é que Marx define o princípio revolucionário da classe operária. O triunfo da revolução consistiria em transformar o homem proletário em algo que ele jamais havia sonhado, um ser humano.

O sentido de maravilhamento do mundo moderno se contrapõe ao sentido aterradorizante do fragmentário. **Este é o paradoxo da criação moderna: é ambíguo, é dual, mas está contido num só movimento.** A burguesia de Marx se move dentro dessa trágica órbita. A visão apocalíptica da destruição é vista através de forças ocultas que operam no contexto mundial. Para Nietzsche, *“O único estímulo que efetivamente nos comove é o infinito, o incomensurável”.*

A ascensão do pós-modernismo reflete uma mudança na maneira de operação do capitalismo nos nossos dias. Muito embora as atuais condições sejam muito diferentes em inúmeros aspectos, não há dificuldades em se perceber que os elementos que Marx definiu como peças fundamentais de todo modo capitalista de produção ainda estão bem vivos, e ainda mais fortalecidos. Segundo Harvey, essa avaliação dada ao capitalismo por sua capacidade de se auto-reproduzir e de se fortalecer acompanhando as mudanças temporais, mesmo em condições desfavoráveis (crises), conferiu-lhe uma dinâmica a-histórica. Dessa forma, podemos considerar o capitalismo como uma força constantemente revolucionária da história mundial, uma força que reformula de maneira perpétua o mundo, criando configurações novas e, com frequência, sobremodo inesperadas.

A antropologia clássica afirma que o pensamento e a realidade humana se formam através das ideologias e a eficácia delas provém essencialmente da credulidade. Para Malinowski, não existem povos, por mais primitivos que sejam, sem religião nem magia. As crises da existência humana, a tensão da carência instintiva, as fortes experiências emocionais, de uma maneira ou de outra levam ao culto e à crença. Vários ensaios e etnografias demonstraram que tanto a *“arte como a religião provém do desejo insatisfeito”*.²⁴

O homem primitivo encontra-se irremediavelmente e completamente imerso num estado de espírito místico. O mundo dos sentidos é tão real para eles como o é para nós, porém eles explicam a o evento da *“causalidade dos fatos”* através da bruxaria. Por sua vez, a bruxaria explica por que os acontecimentos são nocivos e não como eles acontecem. É um comportamento natural e social. Para Pritchard²⁵, *“o importante é dar sentido ao todo ou aos fatos quando você os contextualiza.”* No pensamento primitivo, portanto, magia, ciência e religião são formas complementares. Já para os modernos, o conhecimento da natureza se faz através da ciência e a atitude de criar cultura é universal.

No campo filosófico, Lefebvre²⁶ entende a dialética da atividade produtiva através de relações múltiplas, que não pode ser exclusivamente uma análise, nem necessariamente uma síntese. Está claro que a atividade humana – *a práxis* – introduz oposições no mundo. Acentua o caráter do momento, introduz na realidade as oposições do concreto e do abstrato, do determinismo e da finalidade. Ao mesmo tempo introduz dialeticamente sua unidade.

A realidade de um objeto social é comparável aos objetos sensíveis: um objeto social é um produto da atividade, abstrata por uma parte, real e concreta por outra. O objeto como função da natureza e por outra da atividade humana. Determinar a natureza fora da atividade - fundada nela - é tentar explicar um problema insolúvel, um problema metafísico ao qual não se pode responder senão por meio de um mito.

²⁴ MALINOWSKI, Bronislaw. *Magia, Ciência e Religião*. (1954), p.25.

²⁵ PRITCHARD, Evans. *Bru-xaria, Oráculos e magia entre os Azande* (Cap.II). Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

²⁶ LEFEBVRE, Henri. *Le Materialisme Dialectique*. Paris: Quadrige/PUF, 1940.

²⁷ LEFEBVRE, 1940, p.153.

Assim, o *setor não dominado*, pode ser uma exploração por meios não científicos, uma interpretação ou uma proteção mais ou menos arbitrária sobre a consciência particular do setor dominado (conhecido). Esta exploração foi perseguida muitas vezes por métodos de expressão literária e poética, outras vezes a interpretação desses fenômenos cede lugar aos mitos e religiões, elementos essenciais da ideologia. Na concepção de Lefebvre *“o homem primitivo tem o sentimento da unidade do mundo em um grau mais elevado que o fragmentado da sociedade moderna.”*²⁷

Na análise marxista, o fetichismo tornou-se para o homem a sua ideologia, ele move-se no fetichismo, modo de existência e de consciência. O objeto produzido pelo homem se opõe a ele como um ser estranho. Estranhas existências abstratas e reais, brutalmente revestidas de ideologias sedutoras. Estes objetos são imagens do desejo, e nelas, a coletividade procura tanto superar quanto transfigurar as carências do produto social, bem como as deficiências da ordem social da produção.

A “coisificação” do humano em si, foi objeto de algumas reflexões literárias. Latour utiliza o trabalho de Serres sobre a construção social do objeto e sua trajetória historicamente ascendente rumo à condição de quase-humano, para explicar esta complexa relação entre sujeito e objeto. Serres afirma que a história não é mais simplesmente a história dos homens, mas também a das coisas naturais. Latour reitera esta posição argumentando que a “contra-revolução copernicana”²⁸ modificou o lugar do objeto para retirá-lo da coisa em si e levá-lo ao coletivo sem, entretanto, aproximá-lo da sociedade.

Serres é ainda mais enfático na descrição do objeto, apresentando-o como um mito que incorpora uma certa “hominidade”: *“Procuramos descrever a emergência do objeto, não apenas da ferramenta ou de uma bela estátua, mas da coisa em geral, ontologicamente falando. Como o objeto chegou até a hominidade.”*²⁹ Para Latour (2000), o que há na verdade é a socialização acelerada dos não-humanos (o fetichismo das coisas), sem no entanto permitir a estes que apareçam, em um momento qualquer, como elementos da “sociedade real”(p.81).

O sucesso da produção material volta para o produtor como *abundância de despossessão*. A alienação do espectador em favor do objeto contemplado (o que resulta na própria atividade inconsciente) se expressa assim: quanto mais ele contempla, menos vive; quanto mais aceita reconhecer-se nas imagens dominantes da necessidade, menos compreende seu próprio desejo.³⁰ Os produtores estão assim separados e privados dos bens que criam. O poder criativo do homem se volta contra ele e o arrasta num determinismo social que lhe impõe terríveis provas. O homem não existe mais que pelo inumano. A essência humana torna-se virtualidade abstrata: separação. Parece que não tem mais que uma existência metafísica. Diante dessa analogia, Lefébvre questiona: *“de onde provém a superprodução relativa que transforma em privação – crise econômica, lutas sociais e políticas – a abundância possível de hoje em dia?”*

Da mesma forma, Debórd tenta dar sentido à coexistência entre abundância e privação argumentando: *“se a sobrevivência consumível é algo que deve aumentar sempre, é porque ela não pára de conter em si a privação. Se não há nada além da sobrevivência ampliada, nada que possa frear seu crescimento, talvez seja porque essa sobrevivência não se situa além da privação: é privação tornada mais rica.”*³¹ Para o autor, o homem vive aprisionado na riqueza ilusória da sobrevivência ampliada, que é a base da aceitação da ilusão geral no consumo das mercadorias modernas. O consumidor real torna-se

²⁸ Latour refere-se à “contra-revolução copernicana” – como uma alusão à revolução copernicana de Kant que oferece o modelo completo das explicações modernizadoras como sendo a inversão da inversão; “a natureza gira de fato, mas não ao redor do sujeito-sociedade. Ela gira em torno do coletivo produtor de coisas e de homens. O sujeito gira, de fato, mas não em torno da natureza. Ele é obtido a partir do coletivo produtor de homens e de coisas. O Império do Centro se encontra, enfim, representado. As naturezas e sociedades são os seus satélites.” (p.78).

²⁹ SERRES M, 1987, p.162.

³⁰ DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. 1997. p.24.

consumidor de ilusões. A mercadoria é essa ilusão efetivamente real, e o espetáculo é sua manifestação geral.

Nesse sentido, o espetáculo unifica e explica uma grande diversidade de fenômenos aparentes. Suas diversidades e contrastes são as aparências dessa aparência organizada socialmente, que deve ser reconhecida em sua verdade geral. O espetáculo é a afirmação da aparência e a afirmação de toda vida humana. Segundo Debord, a atitude do espetáculo que por princípio ela exige é a da aceitação passiva que, de fato, ele já obteve por seu modo de aparecer sem réplica, por seu monopólio de aparência.³²

O poema de Baudelaire “Os Olhos dos Pobres” (*Spleen de Paris* , nº 26) traduz toda esta admiração dos indivíduos pelo fascínio de um mundo novo, cujos olhos ficam enebriados movendo-se prazerosamente diante da variedade dos objetos sensíveis que se apresentam no *boulevard* . Esta cena mostra também o antagonismo de classes, experimentada pelos casais, um podendo desfrutar desses prazeres e o outro numa condição excludente e resignada, apenas admira. Berman conduz a descrição do poema sob a visão crítica da modernidade, onde opulência e privação convivem ao mesmo tempo e ocupam o mesmo espaço público favorecidos pela renovação urbana de Haussman.

“ . . . Era a tarde de um longo e adorável dia. Um casal passeava no boulevard e sentaram-se no terraço frente a um novo café. O café estava deslumbrante . Até o gás queimava com o ardor de uma iniciação; com toda a sua energia, iluminava a cegante brancura das paredes, a extensão dos espelhos , as cornijas e as molduras douradas. Ninfas e deusas arranjando pilhas de frutas , gamos e guloseimas sobre suas cabeças . Em outras circunstâncias o narrador recuaria diante dessa grosseria comercializada; apaixonado, porém, sorri com afeição e desfruta do seu apelo vulgar. Enquanto se mantêm sentados e felizes, olhos nos olhos , os amantes são surpreendidos pelos olhares de outras pessoas. Uma família de pobres, vestida com andrajos – um pai de barba grisalha, um filho jovem e um bebê – pára exatamente em frente a eles e observam embevecidos o brilhante mundo novo lá dentro. Nenhuma palavra é proferida, todavia o narrador tenta ler os olhos dele. Os olhos do pai parecem dizer: “*Como isso é belo! Parece que todo o ouro do mundo veio se aninhar nessas paredes.*” Os olhos do filho parecem dizer : “*Como isso é belo ! mas é um lugar que só pode ser freqüentado por pessoas que não são como nós.*” Os olhos do bebê estavam demasiado fascinados para expressar qualquer coisa além de alegria , estupidez e intensidade. A fascinação dos pobres não tem qualquer conotação hostil; sua visão do abismo entre os dois mundos é sofrida não militante, mas resignada. A despeito disso ou por causa disso, o narrador começa a sentir-se incomodado, “*um pouco envergonhado de nossos copos e garrafas, grandes demais para nossa sede.*” Surpreende-se “*tocado por essa família de olhos*” e sente alguma afinidade por eles. Porém, no momento seguinte, quando *ele volta os olhos para a sua amada, para ler neles seus pensamentos*, ela diz “*Essas pessoas de olhos esbugalhados são insuportáveis! Você não poderia pedir ao*

³¹ DEBORD, 1997, p.32

³² DEBORD, Guy . *A Sociedade do Espetáculo* . 1997. p.16 e 17.

gerente que os afastasse daqui ?”. A situação o deixou triste e enraivecido e explica à mulher porque ele sente distante e amargo em relação a ela.

Observa-se que a posição do poeta que olha é, em si, espetáculo. Nesse quadro parisiense, é Baudelaire que ocupa o primeiro lugar, aquele de onde ele enxerga a cidade, mas que um outro ele, à distância, constitui-se como “objeto de segunda vista” A experiência daquele que diante da paisagem que é obrigado a contemplar e que não pode apropriar-se, “toma a pose” e tira da consciência dessa atitude um prazer raro e, às vezes, melancólico.

Em cima desse olhar de estranhamento que esvazia de qualquer conteúdo e sentido a paisagem é que Augé vai conduzir sua teoria sobre os não-lugares. Na interpretação de Augé³³, são tais deslocamentos do olhar, tais jogos de imagens que podem conduzir de maneira sistemática, generalizada e prosaica as manifestações que ele propõe chamar “supermodernidade”. Para o autor, esta nova condição, impõe, na verdade, às consciências individuais, novíssimas experiências e vivências de solidão, diretamente ligadas ao surgimento e à proliferação de *não-lugares*³⁴.

A abordagem teórica sobre o fetiche da mercadoria se faz necessária, na medida em que, subsidia a discussão sobre o espaço, objeto de análise - a Baía Noroeste - que está na iminência de uma transformação radical quando passa a incorporar o sentido da mercadoria. Por trás de sua paisagem visível, estruturas invisíveis estão sendo delineadas visando a comercialização dessa paisagem para a atividade turística. Este processo aponta para o fato de que ao vender-se o espaço, produz-se a não-identidade, pois longe de criar uma identidade, produz-se mercadorias. A busca do original como parte do cotidiano passa a ser cooptado pelo desenvolvimento da sociedade de consumo.

Este processo provoca um sentimento ambíguo para aqueles que vivem nas áreas que num determinado momento se voltam para a atividade turística: estranhamento e êxtase. A o mesmo tempo em que violenta e rapidamente transforma, por outro lado, oferece o espetáculo pronto a ser consumido e vivido. A questão da paisagem turística, especialmente a que se refere ao lugar periférico – Ilha das Caieiras - necessita de procedimentos de reflexão mais profunda que serão comentados nos capítulos posteriores.

³³ AUGÉ, Marc. Não-Lugares. Introdução a uma antropologia da supermodernidade. 2 ed. Campinas: Papirus, 2004.p.26.

³⁴ Para Marc Augé, os não-lugares medeiam todo um conjunto de relações consigo e com os outros que só dizem respeito indiretamente a seus fins. Os não lugares criam tensão solitária.

Vale aqui retomar o próprio conceito de espaço como o resultado da interação contínua entre sociedade em movimento e um espaço físico particular que se modifica permanentemente. A organização do espaço social pode assim ser considerado como uma super-estrutura e como resultado tanto das forças produtivas como das relações de propriedade entre outras. O espaço é dialeticamente produtivo e produtor segundo uma lógica de simultaneidade, pois intervém na organização do trabalho produtivo, transportes, fluxo das matérias-primas e das energias. Ele se vende, ele se compra, tem um valor de uso e um valor de troca. Logo, o espaço é abstrato e concreto.

Esta dinâmica é fortalecida pela abordagem de Milton Santos, que considera o espaço como produto e o produtor de relações específicas, que se expressam em fluxos e funções próprias, alteradas e dinamizadas pela técnica. Para Milton Santos³⁵, *“o espaço contém o movimento, resultado da soma e da síntese, sempre refeita, da paisagem com a sociedade através da espacialidade”*.

Portanto, entendendo a urbanização como resultado desse processo de desenvolvimento, um produto social, ela também se faz desigual de acordo com a concentração do capital produtivo e ocorre de forma diferenciada dependendo das condições sócio-econômicas e políticas da região ou do país onde ele esteja sendo analisada. Assim, o espaço geográfico produzido como espaço relativo, é diferenciado internamente em diferentes escalas, as quais caracterizam o desenvolvimento desigual. Como contradição, verifica-se a necessidade de equalização deste espaço, através da implementação de um sistema de circulação que viabilize a expansão dos mercados. E desta maneira reforçam cada vez mais os lugares eleitos onde o capital de acumula e se centraliza.

Nessa perspectiva, Milton Santos em sua obra identificava, *“a existência nas grandes cidades de países subdesenvolvidos, de dois sistemas de fluxo econômico, cada um sendo um subsistema do sistema global que a cidade, em si, representa”*³⁶ e chamava a atenção para o fato de que, assim como tem sido refutada a existência de um dualismo econômico e social nos países subdesenvolvidos, deve-se refutar o conceito de dualismo urbano na descrição, análise e interpretação do que ocorre na economia e na organização espacial das cidades dos países subdesenvolvidos. Do mesmo modo que a oposição ou o antagonismo entre situações de desenvolvimento num país é produto de uma articulação causal, a existência de dois sistemas ou circuitos na economia das cidades é resultante do mesmo grupo de fatores, que o autor denominava de modernização tecnológica.

³⁵ SANTOS, Milton. *Meta-morfoses do Espaço Habitado*. São Paulo: Hucitec, 1998.p.73.

³⁶ SANTOS, Milton. *Espaço e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1979. p. 128.

Para o autor “a presença de uma massa populacional com salários muito baixos, que depende de trabalho ocasional para viver, ao lado de uma minoria com altos salários, cria na sociedade urbana uma distinção entre os que têm permanente acesso aos bens e serviços oferecidos e os que, mesmo apresentando necessidades similares, não podem satisfazê-las. Isto cria ao mesmo tempo diferenças qualitativas e quantitativas de consumo. Estas diferenças são, ambas, causa e efeito da existência, isto é, da criação ou manutenção, nestas cidades, de dois sistemas de fluxo que afetam a fabricação, a distribuição e o consumo de bens e serviços. Um destes dois sistemas de fluxo é o resultado direto da modernização e diz respeito às atividades criadas para servir ao progresso tecnológico e à população que dele se beneficia. O outro é também um resultado da modernização, mas um resultado indireto, visto que concerne apenas àqueles indivíduos que só parcialmente se beneficiam ou na, do recente progresso técnico e das vantagens por ele proporcionadas”³⁷

Não existe, então, dualismo, visto que os dois sistemas de fluxo são interligados, têm a mesma origem, o mesmo conjunto de causas e sua existência aponta, ainda, para uma outra questão, além da do dualismo: a da dependência do sistema inferior em relação ao sistema superior.

Dessa forma, o fluxo do sistema superior abrigaria os negócios bancários, o comércio e a indústria de exportação, o comércio, a indústria e os serviços urbanos modernos, o comércio atacadista e os transportes. Ao fluxo inferior caberiam as formas de fabricação que se utilizam do capital não intensivo, o comércio não moderno de pequena escala, e os serviços abastecidos pelas vendas a varejo. Cada um dos dois circuitos se definiria, portanto, pelo conjunto das atividades que ele abriga, num determinado contexto, e pelo setor populacional essencialmente ligado a ele para efeito de trabalho e consumo.

O mais importante, porém é que Milton Santos situou a diferença fundamental entre as atividades do sistema superior e as do sistema inferior nas diferenças tecnológicas e de organização. O sistema superior utiliza-se de importante e elevado nível tecnológico, de uma “tecnologia de capital intensivo”, enquanto no sistema inferior prevalece a “tecnologia de trabalho intensivo”, geralmente do local de origem ou localmente recriada e adaptada. Se o primeiro sistema é fortemente imitativo, o segundo dispõe, como trunfo, de um considerável potencial criativo.

Em termos de produtividade espacial, isto é, no que diz respeito à organização do cotidiano nas metrópoles, é preciso reconhecer que esse quadro responde pela existência de um contingente de pessoas com salários muito baixos, ou vivendo de atividades ocasionais, coexistindo com uma minoria de alta renda, cada um com suas correspondentes demandas de produção, consumo e circulação. As diferenças qualitativas e quantitativas no consumo, determinadas por essa divisão na sociedade urbana, deságuam na criação e na manutenção de dois circuitos de fabricação e de distribuição de bens e serviços, e no surgimento de formas diversas, conflitantes e,

³⁷ SANTOS, M., 1979, p. 130.

ao mesmo tempo, convergentes de usar e circular pela cidade e por sua região de influência. Pereira Leite³⁸ considerando a abordagem metodológica sobre produtividade espacial realizada por Santos, defende a argumentação de que o espaço urbano “*trata-se de uma dualidade, mas não de um dualismo: é, assim, mais apropriado falar em paisagem dialética, ou cidade dialética ao invés de insistir na já superada denominação cidade legal/ cidade ilegal ou mesmo cidade oficial/ cidade informal.*”

Essas diferenças de base tecnológica e organizacional estabeleceriam, ambos, dessa maneira, uma forma de especialização espacial que molda a paisagem pela criação de lugares resultantes da dinâmica interna e da dialética entre os dois sistemas. Nesse sentido, a diferença maior entre as cidades, encontra-se nas relações históricas que ela estabelece com o espaço regional no qual elas se encontram inseridas. Como cidades periféricas, a serviço de um modelo de desenvolvimento concentrador e gerador de acumulação de capital, os espaços intra-urbanos dos países subdesenvolvidos passam a atender a interesses distantes, além de possuírem zonas de influência e espaços derivados extremamente dependentes de fatores externos.³⁹

Desse modo, a acumulação do capital, implicando na necessidade de expansão geográfica da sociedade capitalista, resulta na criação de um espaço construído voltado para a produção e consumo, significando uma forma de imobilização do capital acumulado. Este capital social concentrado especialmente nas unidades produtivas existentes é conduzido a um processo unidirecional de centralização formando um ambiente competitivo. Esta centralização fortalece alguns espaços em detrimento de outros, em perfeita contradição com a equalização.

Em ampla medida a teoria da produção das diferenças formulada por Lefebvre se funda na teoria das diferenças máximas; tal conjunto engendra para além de seus limites, um outro conjunto totalmente diferente; os numerais inteiros engendram a dos fracionários e assim sucessivamente. A partir desse raciocínio lógico-matemático, há produção e indução. Portanto, Lefebvre conclui que todas “*as repetições engendram diferenças, mas todas as diferenças não são equivalentes. Assim o qualitativo nasce do quantitativo e inversamente*”⁴⁰

Portanto, a organização do espaço centralizado e concentrado serve tanto ao poder público como à produção material, otimizando os benefícios. As classes sociais aí se investem e aí se disfarçam na hierarquia dos espaços ocupados. Nesse contexto, o espaço é simultaneamente homogêneo e fragmentado. Esta homogeneização esconde as relações reais e os conflitos: espaços residenciais, comerciais, institucionais. Além disso, produz espaços hierarquizados e marginais. Dessa forma, “*as diferenças se mantêm ou começam à margem da homogeneização, seja como resistências seja como exterioridades (o lateral, o heterotópico, o heterológico). O diferente é primeiro, o excluído:*

³⁸ PEREIRA LEITE, Maria Ângela Faggin. *A produção e o uso da paisagem metropolitana*. 2002. (texto sem publicação)

³⁹ PEQUENO, Renato. *Desenvolvimento e Degradação no Espaço Intra-urbano de Fortaleza*. Tese de Doutorado. apresentada à FAUUSP. São Paulo, 2003.

⁴⁰ LEFEBVRE, Henri. *La Production de L'espace*. 3ª ed. Paris: Anthropos, 1986, cap.VI. Tradução Jorge Oseki (mimeo).

⁴¹ LEFEBVRE, Henri. *La Production de L'espace*. (1986). Tradução Jorge Oseki (mimeo).

*os periféricos, as favelas, enfim os espaços marginalizados. Cedo ou tarde, entretanto, a centralidade existente e as potências homogeneizantes absorvem as diferenças”.*⁴¹

Para Lefévre, o espaço social se forma ora no trabalho e nas relações de dominação, ora nas superestruturas (instituições, mídia). De maneira que a prática social (global) e a prática política tendem a se reunir na prática espacial, ganhando uma coesão e mesmo uma coerência lógica.

A cidade, portanto, se apresenta como o resultado da diversidade de ocupação do solo, às vezes, sobrepostos a um mesmo território, noutras interligados ou isolados. Estas tendências e problemas consolidam um mosaico urbano compostos de fragmentos, de caráter espacial, sócio-econômico e ambiental fortalecidos pelas características especiais do sítio urbano, cheio de clivagem naturais e artificiais, reforçando a marca física de duas cidades diferentes e separadas por classe, renda e cultura. Esta segregação ocorre de forma clara no município de Vitória configurando-se no lócus da dualidade de paisagens, a qual será objeto de novas reflexões posteriormente, no texto sobre a nova redistribuição espacial de Vitória.

Ambivalência no discurso oficial: princípio de hierarquia e igualdade

Neste texto pretende-se abordar resumidamente como a matriz do urbanismo modernista foi construída em cima das relações arcaicas do clientelismo, contribuindo para que as cidades brasileiras fossem marcadas pela modernização incompleta ou excludente. Nesse sentido, é evidente que por trás de uma aparente representação ideológica – um instrumento de poder – existe a dissimulação da realidade a um ponto de vista parcial, a ocultação dos expedientes usados na valorização imobiliária de parte do território em detrimento de outros.

O processo de urbanização no Brasil sempre esteve marcado fortemente pela herança do latifúndio, no patrimonialismo e nas “*relações de favor*”, calcados nas raízes coloniais. As recorrentes discussões sobre urbanismo, muitas vezes, ignoram estes aspectos “fundantes” da desigualdade no Brasil. Entretanto, é notório o fosso existente entre a gestão da cidade e a aplicação da legislação, esta usada como instrumento de poder arbitrário.

Nesse sentido, vale recorrer à discussão sobre o paradoxo entre o princípio de hierarquia e igualdade presente na sociedade brasileira muito bem explorado pelos antropólogos, Roberto Da Matta, Roberto Schwarz, e Oswald de Andrade. Eles fazem uma analogia entre a coerência do discurso modernista e a vinculação de sua prática na sociedade brasileira. Apesar das visões diferenciadas na colocação do problema, as críticas fundamentam-se na desigualdade: os dois primeiros autores baseados no dualismo e o Oswald⁴², mais irreverente, qualificando positivamente a nossa

⁴² ANDRADE, Oswald. *Manifesto Antropófago*. Revista de Antropofagia. 1928 .I (1);3,7

diferença. Na época em que foram produzidos os ensaios, havia uma realidade incontestável com relação à modernidade. O espaço modernista surgia dando saltos nas etapas do desenvolvimento rumo à temporalidade progressiva, entretanto as idéias que circulavam e definiam a sociedade brasileira eram completamente inapropriadas a este discurso universalizante (pensamento singular europeu). As interpretações variadas da modernidade no Brasil sugeriam um constante paradoxo.

Schwarz faz uma correlação do Brasil escravocrata com o Brasil moderno. Para ele, a única coisa que sempre teve respaldo e validade no Brasil foi o “favor”, “*o restante é falsidade deslocada*”. Dessa forma, ele argumenta que a cumplicidade existente entre a classe dos operários e a dos homens livres é que sempre respalda a ideologia e o uso das “*idéias fora do lugar*”; como ornamento. Para Schwarz, ao longo de sua reprodução social, o Brasil sempre põe e repõe idéias européias em sentido impróprio. Embora utilize o mesmo vocabulário, o resultado é diferente, uma nova forma de apropriação. Portanto, a ânsia pela cópia aqui se repete.

“No momento da prestação e da contraprestação – particularmente no instante-chave do reconhecimento recíproco – a nenhuma das partes interessa denunciar a outra, tendo embora a todo instante os elementos necessários para fazê-lo. Esta cumplicidade sempre renovada tem continuidades sociais mais profundas, que lhe dão peso de classe : no contexto brasileiro , o favor assegurava às duas partes , em especial à mais fraca , de que nenhuma é escrava. Mesmo o mais miserável dos favorecidos via reconhecida nele , no favor, a sua livre pessoa , o que transformava prestação e contraprestação , por modestas que fossem, numa cerimônia de superioridade social , valiosa em si mesma.” Schwarz⁴³

Da Matta, reatualiza o dilema e a peculiaridade da sociedade brasileira através da relação dual do princípio de hierarquia e igualdade, afirmando que a sociedade brasileira ao mesmo tempo em que usa este recurso no discurso, nega na ação. Ele utiliza a expressão “*Você sabe com quem está falando?*”, para referendar empiricamente e explicar esta condição. A expressão é comumente usada pela sociedade brasileira baseada na hierarquia em que as relações dialéticas sobrepujam o indivíduo, como último recurso ante a ameaça da perda da autoridade. Esta relação hierárquica está presente inclusive nos subalternos. Assim , ele utiliza a figura do “*medalhão*”, como uma cristalização de qualidades morais de um dado domínio social, que pode surgir em qualquer grupo ou classe social.

Dessa forma, a sociedade brasileira exerce um contínuo e sistemático padrão de diferenciação interna não só com base no plano econômico. O sistema iguala num plano e hierarquiza no outro, oscila entre fazer cumprir a lei ou respeitar a pessoa. A pessoa é tratada no plano das relações pessoais e o indivíduo, ao contrário é o sujeito da lei.

⁴³ SCHWARZ, Roberto. *Ao Vencedor as Batatas*. 1977. p.18 -19.

“Assim, diante da lei pode-se dela fugir; e na ausência da lei, pode-se nela confiar. Em ambas as situações, existe uma separação concreta entre a pessoa e a norma ; entre uma lei geral , impessoal , universal e a pessoa que se define como especial e merecedora de um tratamento diferenciado.”
Da Matta⁴⁴

Nesta ótica, Da Matta estabelece um vínculo imediato de tal situação à generalização da violência no Brasil como último recurso à moralidade corrompida, utilizado como mais um instrumento que visa solucionar uma dada situação, quando os outros meios de hierarquização falham irremediavelmente, e quando impossível, fazer as gradações por outros caminhos. Portanto, Da Matta reitera a existência de um Brasil “*periférico*” na medida em que reconhece as suas crises e conflitos, passando necessariamente pelo rito autoritário e dramático da separação social que, entretanto, assume sempre a posição do não enfrentamento. Para ele, escamoteamos as relações sociais e as crises que dela derivam.

No Brasil, portanto, a modernidade só poderia acontecer de forma particular e não universal. A oposição binária entre moderno/não moderno e entre Ocidente/não Ocidente gera sempre uma desigualdade globalizante. Podemos afirmar que uma das possibilidades dessa exclusão vivida pelas sociedades periféricas está relacionada com a expansão imperial que na forma moderna, subsiste pela exportação de capital e pela desterritorialização colonial.

Nesta ótica, podemos afirmar que no contexto histórico brasileiro, esta reinterpretação da modernidade foi notoriamente excludente, onde a dimensão e os fatos são dissimulados sob notável ardil ideológico. A existência de planos urbanísticos e de uma extensa legislação ambientalista não impediu que as cidades brasileiras se expandissem sob a condição de ilegalidade. A ineficácia dessa legislação é, de fato, apenas aparente, pois constitui um instrumento fundamental para o exercício arbitrário do poder além de favorecer pequenos interesses corporativos. Para Maricato⁴⁵, “*a ocupação ilegal da terra é não só permitida como parte do modelo de desenvolvimento urbano no Brasil (p.147).*”

Dessa forma, a cidade dialética é estrutural e institucionalizada pelo mercado imobiliário. A ilegalidade é implementada pela dinâmica própria de produção da cidade na medida em que a lei se aplica conforme as circunstâncias e na ausência de alternativas de inserção no mercado habitacional legal. A invasão de terras torna-se assim, intrínseca ao processo de urbanização, estabelecendo uma correspondência direta entre as áreas ambientalmente frágeis e a localização das favelas no ambiente urbano. A grande invasão de São Pedro na região noroeste na década de 1980 foi resultante desta condição de segregação territorial.

⁴⁴ DA MATTA, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis. Para uma Sociologia do Dilema Brasileiro*. 1979.p.168.

⁴⁵ MARICATO, E. 2000, p.147.

Fig 3.1 Centro de Vitória no início do século XX. De maneira incipiente, e posteriormente de forma acelerada, a dinâmica espacial vai adquirindo novos contornos através da sobreposição de ações que se acumulam no tempo e no espaço. Fonte: Arquivo Público P.M.V.

Fig 3.2 Centro de Vitória atual. A espacialidade é continuamente transformada para atender às exigências dos fluxos da vida moderna. Foto: Vítor Nogueira.

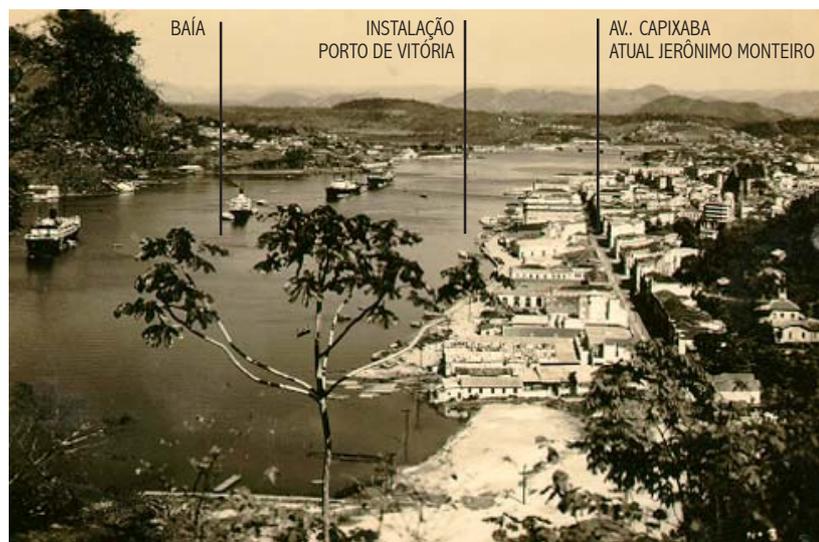
⁴⁶ MARICATO, 2000, p.122. Maricato refere-se aqui à semelhança entre o burgo medieval e as favelas urbanas, argumentando que a cidade ilegal, apesar de derivar do planejamento formal, não é reconhecida por ele.

⁴⁷ OLIVEIRA, Francisco. Entrevista à revista Vintém. São Paulo. 2000. Citado In: MARICATO, Ermínia et alli. *A Cidade do Pensamento Único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.

Segundo Maricato, a exclusão urbanística representada pela dimensão da ilegalidade não cabe nas categorias do planejamento modernista, pois assemelha-se às formas urbanas arcaicas e pré-modernas, ou seja, “*um lugar fora das idéias*”.⁴⁶ Já Francisco de Oliveira destaca como especificidade da periferia capitalista, sua formação sob uma racionalidade burguesa que, contraditoriamente, não se realiza. Ele afirma que “*o mercado é entendido como o lugar que você exercita o seu direito e sua capacidade de escolha. A periferia não formou mercados e, portanto, não formou o lugar da autonomia*.”⁴⁷

No Brasil, em particular no município de Vitória, as localizações de novas centralidades, mostram que investimentos públicos transferem renda para o mercado imobiliário de alto padrão, em áreas pouco ocupadas, enquanto carências básicas de grande parte da população não são relevantes. Ao invés de priorizar o caráter público e social dos investimentos municipais, o poder público o faz de acordo com interesses privados, especialmente os das empresas de construção civil e pesada. Dessa forma, são criados os espaços privilegiados da *cidade empresarial* (região nordeste de Vitória) em detrimento dos espaços ocultos da *cidade dialética*. Fica claro, portanto, a articulação de formas econômicas incluindo a política, não como externalidade, mas como estruturante do espaço. Essas assimetrias sócio-espaciais se registram em toda a paisagem construída de Vitória.

“A cidade da elite representa e encobre a cidade real. Essa representação, entretanto, não tem função apenas de encobrir privilégios, mas possui, principalmente, um papel econômico ligado à geração e captação de renda imobiliária” Maricato (2000,p.165)



3.1



3.2

A Metrópole e a Gestão Urbana Empresarial

“A organização do espaço centralizado e concentrado serve tanto ao poder político como à produção material, otimizando os benefícios. As classes sociais aí se investem, e aí se disfarçam, na hierarquia dos espaços ocupados. Entretanto, um espaço novo tende a se formar, em escala mundial, integrando e desintegrando o nacional, o local. Processo cheio de contradições, ligado ao conflito entre divisão do trabalho no modo capitalista de produção e o esforço em direção a uma outra ordem mundial mais racional.” Lefebvre

Em sua própria diversidade e heterogeneidade, o espaço urbano contém e é composto de transformações sócio-ambientais distribuídas desigualmente, porém seguindo uma lógica onde fatores físicos contribuem para as suas dimensões temporais e territoriais. Assim, o espaço produzido, através da apropriação da natureza pelas relações sociais de produção reflete a maneira como as classes sociais e a economia se estruturam e desestruturam no próprio espaço, dependendo de fatores externos, ou da própria instabilidade presente no espaço produzido. Desse modo, o espaço ganha definitivamente a dimensão de temporalidade, que significa a existência de *“rupturas de causas diversas desencadeando processos de mudança que darão origem a uma nova estrutura, que se manterá estável até que outra estrutura a destrua.”*⁴⁸

A concentração de poder em instituições financeiras, relativa à explosão de novos mercados e associada à ascensão de sistemas altamente sofisticados de coordenação financeira, permitiu boa parte da flexibilidade geográfica e temporal em escala global. As cidades passam a desempenhar um papel fundamental na geração de economias do conhecimento, como nós de redes globais de cooperação tecnológica, ao invés das economias de escala das grandes indústrias. Dessa forma, as cidades incorporaram de forma mais ampla o valor do espaço enquanto mercadoria, iniciando-se nas metrópoles uma nova releitura do urbanismo “cívico embelezador” tendo como meta a sua adequação à cidade dita mundial, para fruição do prazer estético imerso em signos comercializáveis. *Para seus defensores como Borja, “as cidades se conscientizam da mundialização da economia e da comunicação e, em consequência, se produzem crescente competição entre territórios e especialmente entre seus pontos nodais ou centros”.*

A apropriação privada de fundos públicos conjugados a uma nova visão de investimentos em empreendimentos lucrativos, generalizou a gestão urbana nas grandes cidades. Segundo Arantes⁴⁹, *“o planejamento estratégico passa pela gentrificação”*⁵⁰ da cidade, cuja apropriação do espaço é legitimada pelo *upgrading cultural*. E nesse processo, a cultura, passa a ser um dos mecanismos mais poderosos de controle urbano no atual momento de reestruturação da dominação mundial, usando a arquitetura e o desenho urbano, como protagonistas da estetização do poder.

Deu-se assim, a metamorfose cultural, onde a cultura destituída de seu elitismo incorporou novos “formatos culturais” para se tornar uma nova centralidade econô-

⁴⁸ SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. São Paulo: Hucitec, 1998.

⁴⁹ ARANTES, Otilia et alii. *A cidade do pensamento único*. 2ed. Petrópolis: Vozes, 2000.p:31.

⁵⁰ Em sua análise da cidade empresarial, ARANTES (p.31) argumenta que a gentrificação é uma “resposta específica da máquina urbana de crescimento a uma conjuntura histórica marcada pela desindustrialização e consequente desinvestimento das áreas urbanas significativas, a terceirização crescente das cidades, a precarização da força de trabalho remanescente e sobretudo a presença desestabilizadora de uma underclass fora do mercado.”

mica. Nessa ótica, obedece aos “*princípios de eficiência máxima e competitividade aliada ao sentido de cidadania*”⁵¹, sabiamente induzida através de eventos e atividades culturais que estimulem a criatividade. Tais iniciativas estão associadas a grandes investimentos ou equipamentos culturais (Requalificação Urbana, Olimpíadas, Convenções, Exposições) na condição de isca ou imagem publicitária. Dessa forma, a cultura torna-se de tal maneira coextensiva à vida social e econômica que o resultado funde-se num movimento único.

No contexto em que a homogeneidade torna-se emblemática da produção espacial, é possível afirmar que um dos aspectos fundamentais nesta nova relação, quando se consideram grandes centros urbanos, é a idéia de desterritorialização. A cidade não mais parece pertencer à cultura local; seu esforço dirige-se à desaparição do particularismo em troca de uma imagem global que pode pertencer a qualquer lugar. A arquitetura passa a ser símbolo monumental desta nova sociedade. A liberdade de criação ou de composição fica vinculada ao “espírito desejado para o lugar” baseado nas tendências internacionais, adotando-se não só o que a corrente projetual indica, mas aquilo que é permeável a correntes diversas. Esta nova dimensão espacial confere um caráter impessoal às cidades e a paisagem urbana em geral.

Nesse sentido, o arquiteto e o projetista pós-moderno aceitam com mais facilidade a diversidade e o desafio de se comunicarem com grupos distintos concebendo produtos para diferentes situações, funções e “culturas de gosto”. Segundo Harvey⁵², “*bá uma certa transição de mecanismos planejados para mecanismo de mercado, combinando temporariamente usos distintos em interessantes configurações*”. Assim, podemos observar que no exame geral do conjunto das experiências urbanas mais recentes das cidades maiores e mais modernas, é evidente o abandono dos velhos paradigmas do urbanismo funcionalista que marcou praticamente todo o século XX, buscando incorporar a diversidade e as mudanças dinâmicas do espaço e da sociedade, através de projetos estruturados a partir de uma maior permeabilidade dos mecanismos de decisão e participação da iniciativa privada com o poder público.

Fig 3.3 MAC de Niterói, projetado por Oscar Niemeyer. O interesse econômico se funde com as alegações culturais e se faz transparecer na arquitetura mega-estrutural. Fonte: www.nit.com.br/mac2.

Fig 3.4 Museu Guggenheim em Bilbao, projetado por Frank Gehry. A estratégia de Bilbao em mostrar sua inserção na categoria cidade mundial ou cidade-negócio se faz através do uso da imagem do sofisticado arranjo estrutural presente na arquitetura do Museu. Fonte: www.esto.com/gallgoldhtm.



3.3



3.4

O fato é que atualmente assistimos a uma rede de cidades que disputam entre si um mercado fenomenal: turistas que, em busca de lazer, deixam grandes recursos na economia municipal. Nesta seqüência, também é conveniente ressaltar o atrativo que tais cidades oferecem para a instalação de novas empresas quando estas procuram novos pontos estratégicos para ampliar seus negócios, e a oferta cultural passa a

⁵¹ ARANTES, Otilia, 2000, p.47.

⁵² HARVEY, David, 2000, p.78.

ser determinante neste tipo de decisão. Dois casos recentes são bastante significativos, principalmente por se tratar de um exemplo no Brasil e outro fora. O primeiro é o MAC de Niterói, projetado por Oscar Niemeyer às margens da baía de Guanabara com o acervo de João Sattamani. O mesmo acontece com o Museu Guggenheim de Bilbao.

O caso de Bilbao é ainda mais contundente, pois na verdade trata-se de um ambicioso plano de renovação urbana de uma cidade degradada por uma década de desindustrialização. A capital deixou de ser “cidade-problema” para se tornar “cidade-negócio”. O aumento da afluência de visitantes à cidade confirma o acerto do investimento nos serviços de alta visibilidade, de preferência em escala monumental. Segundo Otília Arantes (p.61), *“uma agência internacional de avaliação concluiria que os governantes do País Basco resolveram “pensar global para agir local” como manda a gramática gerencial.”*

Fica clara, portanto, a opção de cidades que participam de um mercado extremamente concorrido. Neste sentido, qualquer cidade poderia estar participando deste mercado, desde que tenha um coeficiente de atração, boa infra-estrutura e a predisposição para o enfrentamento nesta competição.

O particularismo cede lugar ao cenário global

Compreendida nessa dinâmica de transformações, no final da década de 1980, a cidade de Vitória, adquire caráter metropolitano e se integra à economia globalizada. No âmago da reestruturação da geopolítica mundial e da nova divisão internacional do trabalho, aumenta o tráfego marítimo, surgem novas técnicas de produção e de transporte. O porto passa progressivamente da função meramente de transbordo de mercadorias para ingressar em um processo mais empresarial.⁵³ A renovação portuária é, portanto, entendida como articulada à cidade, mediante convergência de visões e conjunção de esforços ao longo do tempo, tendo em vista garantir a competitividade na atração de investimentos. Neste início de século, novas estratégias são elaboradas movimentando o mercado financeiro e econômico a partir da descoberta de poços de petróleo ao longo do litoral do Espírito Santo. A ampliação das atividades da Petrobrás também gera expectativas positivas na oferta de empregos e serviços correlatos, tendo a cidade de Vitória como centro polarizador desses novos empreendimentos.

Fig 3.5 O complexo portuário está voltado para exportação e o Corredor Centro-Leste. Foto: Vítor Nogueira.

Fig 3.6 Turistas desembarcam no Porto de Vitória. A administração municipal aposta no Turismo como um dos grandes indicadores do crescimento econômico. Foto: Vítor Nogueira.

⁵³ ABE, André. Grande Vitória, ES: Crescimento e Metropolização, 1999.



3.5



3.6



Fig 3.7 A Praça dos Namorados, localizada na região nordeste, recebe apoio financeiro para sua manutenção de grandes corporações empresariais, tais como a Companhia Vale do Rio Doce.

Fonte: acervo pessoal

Fig 3.8 Elemento natural e construído formam uma mesma unidade no jardim. Foto: Vítor Nogueira

Fig 3.9 O Parque Pedra da Cebola próximo à orla de Camburi. Fonte: acervo pessoal.

Fig 3.10 Pedra da Cebola. À noite, a natureza se torna objeto de espetáculo para os seus visitantes. Foto: Vítor Nogueira.

Fig 3.11 O Penedo, torna-se híbrido de natureza e cultura ao se fazer representar pela ideologia universalizante. Foto: Vítor Nogueira.

Paralelamente à gestão econômica, a cidade apresenta uma forte vocação turística e está sendo moldada pelo poder público municipal para se adequar ao modelo de cidade-empresa, tendo como viés promocional, a cultura. No propósito de garantir a participação do município no mercado econômico mundial, a sociedade e o poder público passam a buscar novos símbolos de representação. As possibilidades a serem exploradas vinculam-se a uma articulação na administração da Região Metropolitana, com programas e projetos abrangentes de longo prazo. Destaca-se assim, a ação do executivo municipal de Vitória, que vem empreendendo diversos projetos de curto e médio prazo, a partir da elaboração do projeto “Vitória Do Futuro”⁵⁴, o Plano Estratégico da Cidade, elaborado para o período 1996-2010. Além deste projeto mais abrangente, temos ainda projetos correlatos, ou seja, o da requalificação urbana, dentre eles o *Projeto Terra* (estando a ele vinculado o Rota Manguezal), o *Projeto São Pedro* e o *Projeto Orla*.

O mesmo pode-se dizer dos espaços ditos naturais e com possível “qualidade de vida” que vão sendo gradativamente preparados pela administração municipal para que possam ser usufruídos pelos cidadãos e/ou clientes urbanos das cidades. Analisando o projeto “Vitória do Futuro”, podemos perceber diversos empreendimentos e ações que visam disputar a competitividade no mercado de turismo e negócios: investimentos na melhoria e socialização dos espaços públicos e de lazer; criação de várias categorias de unidades de conservação e parques; urbanização de áreas degradadas integrando-as a programas de geração de renda; revitalização da área central com várias intervenções no sentido de valorizar as edificações e seu entorno.

3.8



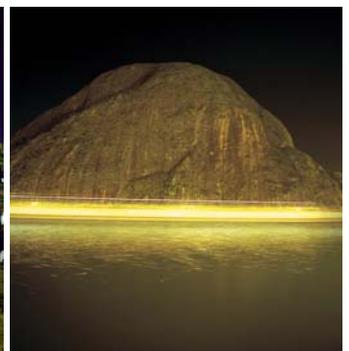
3.9



3.10



3.11



Nesse sentido, observa Lefebvre, a ciência do espaço se aproximaria da materialidade, da qualidade sensível, da naturalidade, mas enfatizando a *natureza segunda*: a cidade, o urbano, a estratégia social. O consumo satisfaz as necessidades; lazer e desejo, mesmo falsamente unidos num espaço de representação, dão lugar a uma outra vida rica, reproduzindo no artifício, a paisagem construída para o desejo. Na interpretação de Lefebvre no destino do lazer, “*existe um simulacro da vida natural, sendo que ao desejo não corresponde nenhum objeto, mas um espaço onde o desejo possa se desdobrar: a praia, a festa, o lugar do sonho.*”⁵⁵

3.12



Fig 3.12 Menino do Morro de Santa Helena avista a Enseada do Suá. O simulacro da arquitetura visível (Projeto Terra) encobre a realidade. Foto: Vítor Nogueira.

O Pólo Turístico voltado para região noroeste é outro projeto no qual a prefeitura está empenhada. Dentre eles podemos citar o Rota Manguezal associada ao Projeto Cadeia Produtiva do Turismo e da Cultura que têm por objetivo “*potencializar a vocação ecológica e cultural da região para o turismo*”. O projeto se desenvolve especialmente em torno da comunidade da Ilha das Caieiras e está sendo feito em parceria com o SEBRAE-ES o Centro Cultural Caieiras. Segundo Eliseu Santos⁵⁶, sub-prefeito da Regional, “*a finalidade é fazer com a população local que explora o manguezal como meio de sobrevivência o faça de forma organizada e racional, podendo tirar proveito da situação através da geração de renda.*”

Entretanto, este modelo está muito mais próximo da gestão empresarial da cidade, uma vez que a administração pública torna-se inoperante ante ao corporativismo das instituições financeiras e privadas que estabelecem parcerias para a execução dos projetos. Na verdade, elas é que ditam as regras e a forma como as ações vão sendo implementadas em função da obediência aos prazos e recursos disponíveis, não passando por um conselho técnico da prefeitura. Na Ilha das Caieiras estes projetos estão sendo encaminhados com forte divulgação na mídia, cuja produção imagética e virtual assume maior importância que a própria narratividade da paisagem em si, deslocando assim, o foco para o qual o Pólo Turístico deveria se ater, ou seja, a identidade do lugar. Este projeto estará sendo comentado posteriormente nos próximos capítulos.

⁵⁴ PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA (1996) . Vitória do Futuro. Plano Estratégico da Cidade. 1996-2010. Vitória. p.11.

⁵⁵ LEFEBVRE, H. *A produção do espaço*.1986. (Tradução Jorge Oseki (mimeo).

⁵⁶ Atual subprefeito da regional São Pedro ao qual o bairro de Caieiras está inserido.

As parcerias entre o executivo municipal e o capital privado para desenvolvimento dos demais projetos estão sendo feitas com os maiores grupos empresariais do Estado - CST, CVRD, ARACRUZ CELULOSE, XEROX, ESCELSA – revelando os verdadeiros protagonistas da cena mundial no presente estágio de transnacionalização produtiva. Em sua visão crítica, Otilia Arantes (2000), esclarece que o papel preponderante da gestão cultural nesse novo receituário de planificação urbana é ostensivamente empresarial. Segundo ela, *“as grandes corporações multinacionais tentam persuadir a todos que em nome de um alegado civismo, a cidade é o foco.”*

Este processo de Revalorização Urbana que se verifica em todo o mundo, passa pela vontade identitária de inserção nas redes globais e é representada pelo *espaço simbiótico* (Borja e Castells), pois expressa a vontade coletiva de seus habitantes, através da cultura, ao mesmo tempo em que estabelece uma dinâmica projetual com o exterior. Uma espécie de combinação entre cultura cívica e consenso público. Deste modo, o investimento em lazer e cultura, seja ele público ou privado, está focado no consumo, isto é, no retorno financeiro; por meio de um produto que, por efeito “casca-ta”, vai impulsionando o desenvolvimento de outras atividades, num processo extremamente dinâmico. Simultaneamente, amplia e diversifica eventos esportivos e culturais. Segundo o Convention Bureau, mais de 60 eventos trazem ao Espírito Santo 50 mil turistas, que deverão injetar o montante de R\$ 54 milhões em 2002.⁵⁷ Isto demonstra também o potencial do Espírito Santo no turismo de negócios.

A parceria entre setor público e privado fica evidente também no mercado de terras urbanas. A transferência de empreendimentos imobiliários e edifícios públicos de arrojada arquitetura para a área anexada por aterro – a Enseada do Suá (região nordeste)– denotam uma ocupação descontinuada e a intenção de valorização da terra de forma progressiva. A requalificação da oferta cultural na cidade de Vitória, associada a estes projetos, reafirmam as novas centralidades que pretendem estar induzindo a expressão material e simbólica da concentração espacial de poder e riqueza exigida pelas redes produtivas mundiais.

Portanto, observa-se com certa nitidez a preparação da cidade para este novo ciclo de modernização de modo a estar apta a ganhar mercados e novos investimentos financeiros. Dessa forma, a cidade se faz parecer mais moderna tendo como principal aliado projetos urbanísticos e arquitetônicos, que antes de inovar socialmente com equidade, dota o espaço físico da cidade de modelos e fachadas que possam ser facilmente consumíveis e rentáveis. O diagnóstico desse novo cenário, a partir de uma inserção maior do capital internacional, é a fragmentação da visibilidade das unidades de paisagem, especialmente a fachada marítima, e anulação da referência insular e das montanhas. Este processo decorre em função de uma grande verticalização e da inversão de valores, onde o edifício, símbolo ideológico do poder, assume posição privilegiada na paisagem. Observa-se também, a ocupação privada em determinados trechos da região litorânea em detrimento do uso público.

⁵⁷ Fonte: jornal A Gazeta. 21 /07/2002. Vitória- E.S.



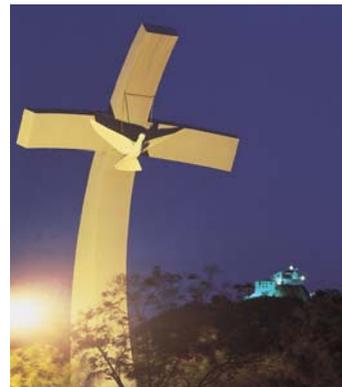
3.13



3.15



3.14



3.16

Fig 3.13 Edifícios na Enseada do Suá. O edifício assume posição de destaque na paisagem. Foto: Vítor Nogueira.

Fig 3.14 Terceira Ponte incorpora o significado do novo rumo à temporalidade moderna. Foto: Vítor Nogueira.

Fig 3.15 A Enseada do Suá e a Praia do Canto correspondem à região mais valorizada do mercado imobiliário, porém a construção de sua paisagem é o reflexo da simbologia homogeneizante da modernidade universal. Fonte: acervo pessoal.

Fig 3.16 A Cruz do Papa, símbolo do poder temporal, confere à cidade sua inserção no circuito das cidades mundiais. Ao fundo o Convento da Penha, patrimônio histórico estadual. Foto: Vítor Nogueira.

A respeito do discurso arquitetural, pode-se então dizer que ele imita muito freqüentemente a do poder, caricaturizando-o, e que ele acredita na apreensão “objetiva” (saber) do real por intermédio dos grafismos. Em sua crítica, Lefébyre afirma que este discurso não se remete mais a um referencial, é mais facilmente identificado como uma representação ideológica. Redução à parcela, à imagem, à fachada feita para ver e ser vista, portanto “*integrativa ao espaço puro, visual*”. A imagem, a fachada, mede o estatuto e a posição social. Esta tendência produz a degradação do espaço de forma generalizada.

No âmago dessa complexa transformação, a cidade reinscreve um novo lugar acentuando a dialética do próprio conceito de identidade. Essa tensão básica entre semelhança e diferença, entretanto, numa visão superficial, não basta para assegurar um valor identitário relevante a uma cidade: exemplos não faltam de como imagens aparentemente “específicas” se revelam sem valor real para um lugar. Ao mesmo tempo imagens aparentemente desprovidas de uma distinção visível, assumem uma importância considerável quando associadas ao seu contexto. Por outro lado, excessos também podem ser prejudiciais à valorização da imagem de uma cidade, seja por grande “internacionalização” capaz de fazer desaparecer o próprio caráter do lugar (ausência do diálogo com o espaço), seja por uma grande especificidade que a exclui do próprio sistema⁵⁸.

⁵⁸ MONTEIRO, Ribon Peter. *Vitória: Cidade e Presépio. Os vazios visíveis da capital capixaba*. Mestrado FAUUSP. São Paulo, 2002.p.118.

Fig 3.17 Verticalização intensa na Praia do Canto. Fragmentos da natureza primeira assumem caráter secundário na paisagem. Fonte: acervo pessoal.



3.17

“Nesse contexto Lefebvre faz a seguinte indagação: como compatibilizar a multiplicação das redes e respectivas relações que fazem a conexão entre os lugares diversos, pondo fim ao isolamento sem, entretanto, destruir as particularidades e as diferenças num processo universalmente homogeneizante?”⁵⁹ Lefebvre

Nesse sentido, vislumbra-se uma tentativa de resgatar o particularismo do lugar e da natureza na construção do ambiente urbano, quando identificamos *“um processo de transição de uma sociedade preocupada com o consumo e a exploração dos recursos, para uma outra que possa priorizar o sentido do lugar”⁶⁰*. Segundo Michael Hough, recomenda-se a necessidade de redescobrir através das ciências naturais, a essência dos lugares onde vivemos, ressaltando premissas básicas como a presença do componente ambiental junto aos processos técnicos, políticos e projetuais que dão forma à cidade. Estas poderiam ser alternativas para modificar as prováveis distorções geradas e controlar a evolução do desenvolvimento urbano.

A nova redistribuição espacial de Vitória: assimetrias e interesses conflitantes

A concepção de cidade empresarial, também passou a ter reflexos diretos na cidade de Vitória tanto do ponto de vista social (trabalhadores excluídos) como espacial marcado por uma nova forma de organização do mercado imobiliário (o mega-projeto ou o super-espço multifuncional privado— os grandes projetos empresariais, megaflats e shoppings centers) revelando uma gama de conflitos no uso e ocupação do solo, e principalmente uma forma desigual de acessos aos serviços, à infraestrutura e à circulação e transportes. A cidade, portanto, se apresenta como o resultado da diversidade de ocupação do solo, às vezes sobrepostos a um mesmo território, noutras interligados ou isolados, configurando-se no lócus da dualidade de paisagens.

⁵⁹ LEFEBVRE, H.A. *Produção do espaço*. 1986. (tradução Jorge Oseki- mimeo).

⁶⁰ HOUGH, Michael. *City Form and Natural Processes*. New York, Routledge. 1989.

Santos e Silveira⁶¹ argumentam que os acréscimos de ciência, tecnologia e informação são, ao mesmo tempo, produto e condição para o desenvolvimento de um trabalho material e e um trabalho intelectual,este tomado indispensável, já que antecede a produção. A relativa autonomia dos lugares no território foi substituída por sua crescente interdependência “funcional” à atividade produtiva. E, finalmente



3.18

Fig 3.18 As assimetrias na paisagem da região noroeste e nordeste são reforçadas pela presença do Maciço Central que divide a ilha geográfica e socialmente. As classes menos favorecidas ocuparam os morros e regiões de mangues existentes por trás do Maciço. Fonte: www.baiadevitoria.ufes.br.

Tabela 4 - População residente por sexo e por regiões administrativas de Vitória, 2000

Regiões	POPULAÇÃO							
	total	% total	homens	% região	% total	mulheres	% região	% total
Região I - Centro	18794	6,66%	8573	45,62%	3,04%	10221	54,38%	3,62%
Região II - Santo Antônio	36574	12,96%	17368	47,49%	6,15%	19226	52,57%	6,81%
Região III - Bento Ferreira	33723	11,95%	15971	47,36%	5,66%	17752	52,64%	6,29%
Região IV - Maruípe	53203	18,85%	25523	47,97%	9,04%	27680	52,03%	9,81%
Região V - Praia do Canto	28297	10,03%	12978	45,86%	4,60%	15319	54,14%	5,43%
Região VI - Jardim Camburi	82930	29,39%	38515	46,44%	13,65%	44415	53,56%	15,74%
Região VII - São Pedro	28681	10,16%	14070	49,06%	4,99%	14611	50,94%	5,18%
TOTAL	282202	100,00%	132998		47,13%	149224	52,88%	

Fonte: IBGE -Censo Demográfico 2000 - SEDEC/DIT/INF.

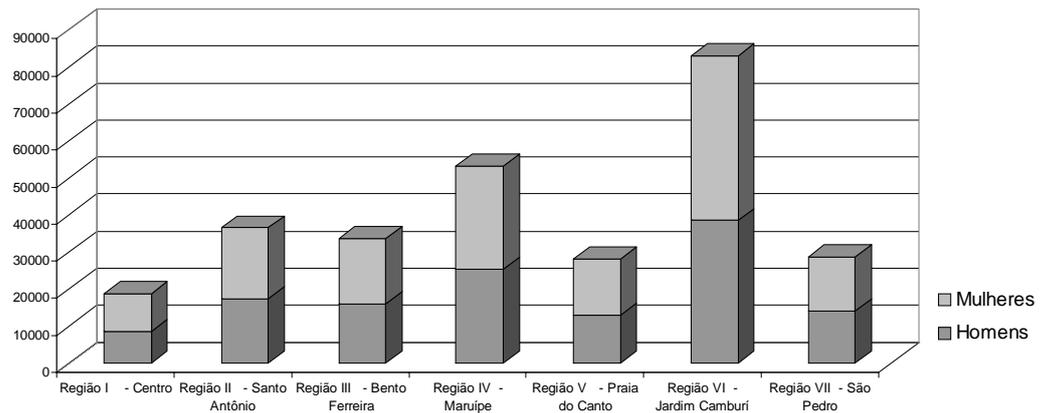
A Região VII (São Pedro) corresponde a quase totalidade da região noroeste faltando apenas o antigo bairro de Santo Antônio que pertence a Região Administrativa II. Santo Antônio apresenta uma população equivalente a 1,27% do total do município. Portanto, acrescentando a população do bairro de Santo Antônio teremos um equivalente a 6,45% da população total do município na região noroeste.

A Região V em sua totalidade e alguns bairros da Região VI – Jardim da Penha, Jardim Camburi e Mata da Praia – correspondem à região nordeste referenciada na pesquisa. Estes bairros citados da Região VI perfazem um total de 6,71% da população total do município que acrescentada à totalidade da região V (5,43%) perfaz um total de 12,14% da população do município na região nordeste.

Total Aproximado população por região **REGIÃO NOROESTE - 6,45%** **REGIÃO NORDESTE – 12,14%**

⁶¹ SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2000. p.101.

Gráfico 4 - População residente por sexo e por regiões administrativas de Vitória, 2000



Fonte: SEDEC/DIT/INF.

Observa-se que a Região VI é muito populosa. Especialmente os bairros Jardim Camburi (15,44%), Jardim da Penha (16,25%), e Mata da Praia (5,88%) contribuem com 37,57% da população da região VI, o equivalente a 11,05% da população do município. Estes bairros integram a região nordeste.

a dependência histórica e localmente estabelecida entre sociedade e natureza foi rompida por estes circuitos mais amplos da produção, transmutando eventuais diferenças locais em insuperáveis diferenças regionais.

Santos define a “*Região Concentrada*” - São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul - como aquela que caracteriza-se pela implantação consolidada dos dados da ciência, da técnica e da informação, sendo o lócus privilegiado das manifestações contraditórias das verticalidades e das horizontalidades. Podemos afirmar que esta segregação sócio-espacial também torna-se evidente no município de Vitória, que segundo Frizzera⁶², se reflete nas seguintes condições:

- a existência de dois centros, um antigo, histórico, superestruturado e degradado, e outro (região nordeste), novo e diversificado, carregado de inadequações funcionais e simbólicas, para atendimento às classes de maior poder aquisitivo;
- manutenção dos interstícios interbairros pela consolidação da morfologia da mancha urbana ocupada, através de zoneamento populacional segregado, a partir do litoral para o interior;
- especialização funcional excessiva, dos corredores de transporte e bairros da Praia do Canto e Enseada do Suá (região nordeste), em usos de comércio e serviços;
- autonomia excessiva do setor privado na definição das categorias espaciais proporcionada pela flexibilidade do Plano Diretor Urbano (1994).
- permanência de bairros populares subestruturados, especialmente em morros e áreas ambientalmente sensíveis com precariedade de infra-estrutura e saneamento básico.

⁶² FRIZZERA, Kleber Perini. Paisagens e Passagens. Mestrado UFMG. 1998, p.155.

Observa-se nesta analogia que as características particulares do sítio natural e da infra-estrutura tornaram os espaços muito diferenciados em termos de qualidade espacial e, portanto de uso do solo. A redistribuição da ocupação urbana não ocorre de forma uniforme, mas espraiando-se na periferia e nos bairros melhor situados e organizados pelo suporte de infra-estrutura. As classes de maior renda deslocaram-se do centro e passaram a se concentrar na região litorânea, especialmente no setor nordeste, e ao sul nas praias do município de Vila Velha. A orla marítima foi pontilhada por edifícios de gabarito elevado que alteraram profundamente a paisagem. Dessa forma, a verticalização favorecida por momentos de reestruturação do zoneamento urbanístico, permite a identificação de um percurso que revela a transferência de interesse imobiliário na localização de edifícios.⁶³

Podemos assim eleger a Praia do Canto, como ponto máximo nesta nova ordem da construção imobiliária, e mais recentemente na década de 1990, o bairro Mata da Praia (orla de Camburi) com índices de valorização vertiginosa no mercado de terras urbanas. As ilhas do Boi e do Frade foram incorporadas ao território tendo como principal destino, o uso residencial. O poder público demonstrou, mais uma vez, sua omissão no atendimento aos interesses da ordem pública agindo de forma arbitrária ao permitir a aprovação de loteamentos de alto padrão em lugares de expressivo potencial paisagístico.

Fig 3.19 A intensa ocupação na orla nos últimos 20 anos, indica a transferência de interesse imobiliário e do poder público para esta região. Ao fundo avista-se o Convento da Penha e a Praia da Costa no município de Vila Velha. Foto: Vítor Nogueira.

Fig 3.20 As Ilhas do Frade e do Boi, respectivamente, incorporadas ao território e privatizadas pela classe dominante através de loteamentos. Foto: Vítor Nogueira.

Fig 3.21 Panorâmica da região nordeste vista a partir do Convento da Penha. Fonte: Leticia Klug In: Vitória: Sítio Físico e Paisagem (2002).

3.19



3.20



3.21



⁶³ MENDONÇA, Eneida Maria Souza. transferência de interesse no percurso da verticalização da construção em Vitória (E.S). Tese de Doutorado - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

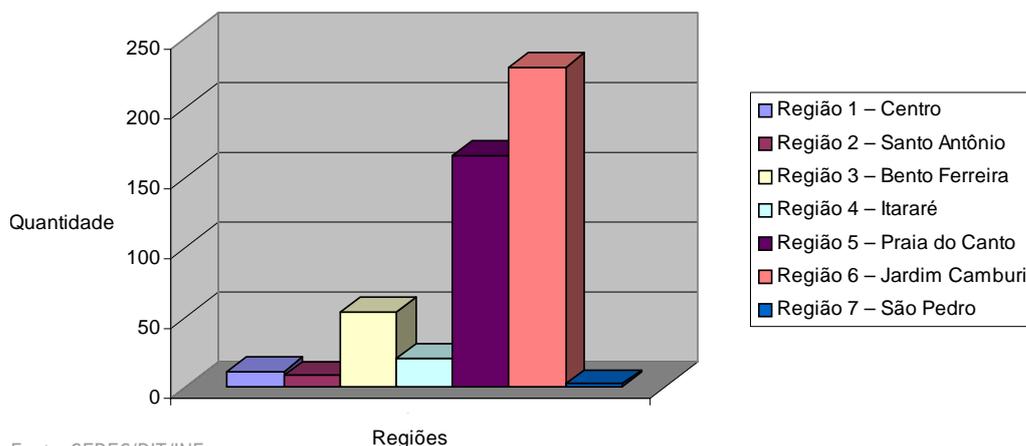
Tabela 5– Projetos arquitetônicos aprovados pela Prefeitura Municipal de Vitória, por região administrativa, 2001

REGIÃO ADMINISTRATIVA	PROJETOS APROVADOS												
	Jan	Fev	Mar	Abril	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Região 1 – Centro	0	3	0	1	1	0	1	0	3	1	1	0	11
Região 2 – Santo Antônio	0	0	0	0	1	1	1	3	0	1	0	0	8
Região 3 – Bento Ferreira	8	4	6	0	6	3	7	6	2	6	1	6	54
Região 4 – Itararé	0	2	1	1	4	1	3	3	2	1	2	0	20
Região 5 – Praia do Canto	8	11	16	19	20	19	5	15	13	15	12	14	166
Região 6 – Jardim Camburi	19	16	9	24	25	14	24	18	23	19	18	23	229
Região 7 – São Pedro	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	2
TOTAL	35	37	32	45	57	38	41	45	44	43	34	43	490

Fonte: SEDEC/DAF/AP-SEDEC/DIT/INF.

Observa-se que os maiores índices de construção e aprovação de projetos são atribuídos às regiões V e VI localizadas próximas a orla marítima. O “boom” imobiliário aconteceu nos últimos 20 anos incrementado pelo constante investimentos em obras públicas.

Gráfico 5 - Projetos arquitetônicos aprovados pela Prefeitura Municipal de Vitória, por região administrativa, 2001



Fonte: SEDEC/DIT/INF.

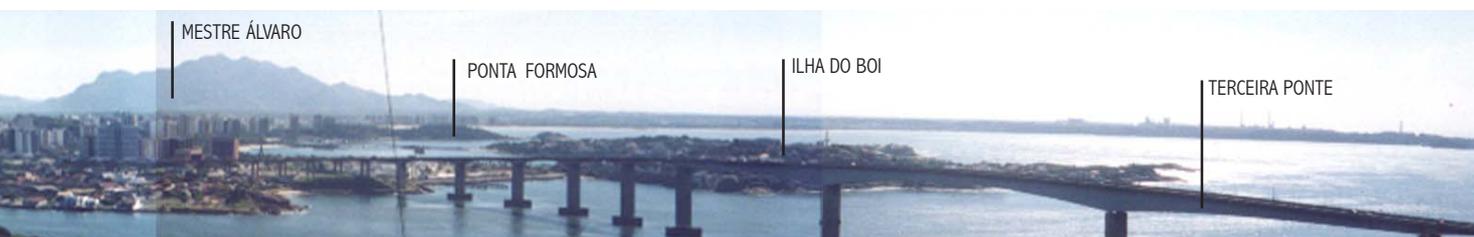
Este gráfico demonstra bem a situação do mercado imobiliário em Vitória. O grande volume de projetos aprovados concentra-se basicamente nas regiões V e VI correspondente à Região Nordeste.

Fig 3.22 Orla de Camburi à noite. Máximalização no mercado imobiliário. Foto: Flávio Santos.



Fig 3. 23 Orla Praia do Canto e Enseada do Suá à noite. O perfil do relevo fica escondido por detrás dos prédios de alto gabarito. Foto: Vítor Nogueira.

3.23



Nesse sentido, a busca de locais privilegiados quanto à infra-estrutura urbana permanece sendo a lógica da localização da verticalização na região, que passou, desde o período anterior, a preferir as regiões praianas. Já a Enseada do Suá, bairro mais a sudeste, representa o mais novo centro-símbolo da cidade globalizada de Vitória. Seu território, criado por intermédio de aterros sobre o mar, ganha dimensão ao receber a transferência dos poderes Legislativo e Judiciário, além de compor junto à paisagem cênica totalmente reconstruída sobre o sítio físico, a simbologia máxima do consumo, representada pelo maior Shopping Center da aglomeração. A magnitude dessa imensa construção, localizada estrategicamente próxima à Terceira Ponte, limite entre municípios de Vitória e Vila Velha, esconde por detrás de sua edificação, um imenso mar, demonstrando uma nova escala de valores que se sobrepõe ao deleite do sítio original. O Shopping de Vitória rouba a cena na paisagem, e é o incomum na paisagem comum do lugar: o mar.

Assim, delinea-se a formação de uma nova cidade, onde o sentido do espaço concebido reside no produto da troca, do ser consumido, do desaparecer. A natureza reconhecida como objeto a ser dominado passa a negar seu conceito universal. Na concepção de Alfred Schmidt, o homem que com ela interage passa a prevalecer sobre a mesma como agente de dominação. Há descompassos: as ideologias se intercalam, as ilusões se interpõem. Nesse sentido, as cidades contemporâneas têm na arquitetura moderna uma forma de adequar um novo gênero da existência social.



3.24



3.25



3.26

Fig 3.24 A magnitude do Shopping em localização privilegiada próxima ao mar, confere-lhe demasiada importância no âmbito estratégico da cidade empresarial. Fonte: www.topassada.com/shopping_vix.jpg

Fig 3.25 Edifícios públicos no Suá. Fonte: acervo pessoal.

Fig 3.26 Transferência dos Poderes Legislativo e Judiciário para a Enseada do Suá enfatiza o interesse político associado ao corporativismo financeiro e de mercado. Observa-se espaços descontínuos. Foto: Leticia Klug.

Fig 3.27 Canal da Passagem e a Praia do Canto. A natureza inverte sua posição na paisagem ante a dominação ideológica do mercado imobiliário. Fonte: Vítor Nogueira.

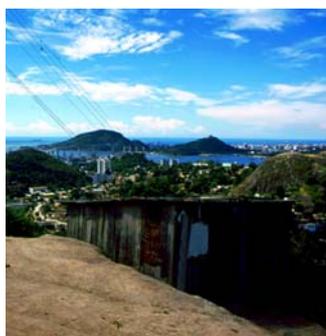


3.27

A descentralização geográfica do capital na construção de novas áreas de expansão destinadas às elites e aos usos produtivos mais nobres levou à construção de outras áreas decadentes em função de mudanças na estrutura produtiva. O centro histórico sofreu alterações significativas perdendo funções tradicionais (deslocamento do centro político-administrativo e comercial para a orla), e por conseqüência, valor de mercado. Assim, identificam-se pontos críticos que indicam um cenário inercial, onde se pode prever a consolidação de uma cidade reforçada em sua segregação sócio-espacial, não só pela manutenção dos vazios intersticiais urbanos como pelos elementos de contradição e conflito. As reivindicações elementares dos usuários (desfavorecidos) e dos habitantes (marginalizados) mal chegam a se expressar, enquanto que os signos de sua situação se multiplicam e às vezes “saltam aos olhos”.

Na década de 1980, o grande crescimento populacional do município exigiu grande demanda por moradias, infra-estrutura e serviços sociais que sobrecarregaram o poder público, que incapaz de ampliar o atendimento nas mesmas proporções, tornou visível a massa de excluídos através de ocupações de morros e mangues com habitações precárias. Excluídos socialmente da cidade, parte da população, visualizando na inacessibilidade aos espaços de lazer e moradia, a sua condição diferenciada como cidadão no ambiente urbano desigualmente desenvolvido, invade áreas ambientalmente sensíveis. Grande parte da região noroeste, denominada Grande São Pedro, foi invadida pela população migrante constituindo-se num verdadeiro bolsão de pobreza, onde o lixo era fonte de renda e de alimentos para a maioria dessa população. Casebres insalubres construídos sob palafitas estenderam-se sobre grandes áreas de mangue e sobre a baía de Vitória. A ocupação de assentamentos humanos na periferia da ilha e nos municípios vizinhos, deliberadamente de forma ilegal, refletia a situação socialmente marginalizada dos seus ocupantes. Atualmente, a região da Grande São Pedro correspondente à invasão mencionada, é formada por um conjunto de 13 bairros, onde moram cerca de 47.000 habitantes, em uma área urbanizada de 300 hectares.⁶⁴

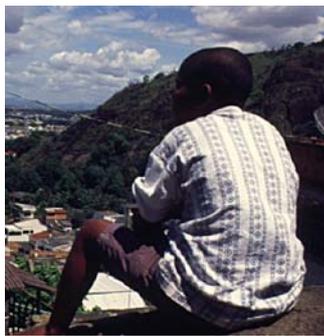
⁶⁴ ALVES, André. *Os Argonautas do mangue*. Mestrado pelo Departamento de Biologia UNICAMP. São Paulo, 2002.



3.28



3.29



3.30



3.31

A geografia e o relevo da ilha colaboram também para a percepção desta realidade. Os lugares que são ocultos aos olhos dos visitantes, como aqueles escondidos por trás do grande maciço gnáissico, ou inacessíveis, como os morros, tornam-se os locais para onde os habitantes destituídos do direito à cidadania digna se dirigem. Enquanto na região nordeste há uma forte tendência de globalização com adoção de modelos e sistemas homogeneizantes, no lado oposto da ilha, coexiste a fragmentação de ecossistemas humanos e naturais, resguardadas pela tradição e manifestações culturais associados ao manguezal. Referindo-se à exarcebação da segregação sócio-espacial, Lefévre (1986) menciona Paris como cidade cujos efeitos de centralidade e da monumentalidade não deixaram de se exercer. Estes movimentos se baseiam na “*inclusão – exclusão provocadas especialmente por uma causa determinada: o centro só agrega repelindo e dispersando, o monumento só atrai, afastando.*”⁶⁵

È notório, portanto, nesta nova conjugação de poderes e nos espaços intersticiais urbanos, a construção e a exacerbação da diferença: a orla, considerada nobre e destinada às elites; e o manguê, esquecido historicamente enquanto valor, lócus da miséria. Para Maricatto⁶⁶, “*a cidade é moldada estrategicamente, o que torna a condição de cidadania um privilégio e não um direito universal: parte da cidade toma o lugar do todo.*”

Dessa forma, cada vez mais os estratos sociais se diferenciam no espaço, conforme o nível de renda. Considerando-se, pois, o processo de modernização da cidade de uma forma ampla, pode-se dizer que tanto a conformação de bairros de baixa renda – com invasão de áreas de manguê e morros e a implantação de loteamentos oficiais e clandestinos - como a consolidação de classe média e alta em Vitória e Vila Velha,

Fig 3.28 A visibilidade da região nordeste parece ocultar por trás dos seus símbolos de representação coletiva a totalidade dos fatos, revelando-se pouco legível, especialmente para aqueles que se apropriam dos morros como alternativa de moradia. Fonte: Projeto Terra.

Fig 3.29 A forma da cidade é determinada pelas diferentes configurações do conflito básico entre o valor de uso, que o lugar representa, e o valor de troca com que ele se apresenta pelos interessados em extrair dele apenas benefícios econômicos. A situação se revela em paisagens contrastantes. Fonte: Projeto Terra/ Poligonal 1.

Fig 3.30 Sob o olhar distante do menino, a cidade lócus da riqueza, parece, enfim, se deixar dominar. Fonte: Projeto Terra/ Poligonal 3.

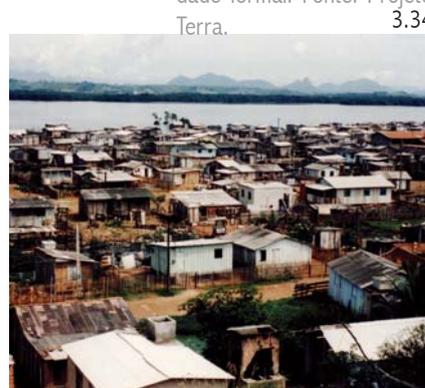
Fig 3.31 Casebres implantados em encostas íngremes dos morros de Vitória: solução para os excluídos da cidade formal. Fonte: Projeto Terra. 3.34



3.32



3.33



3.34

Fig 3.32 A dimensão da área de mangue invadida no início da década de 1980. Fonte: Arquivo Público P.M.V.

Fig 3.33 Palafitas invadem o mangue. Foto: Vítor Nogueira.

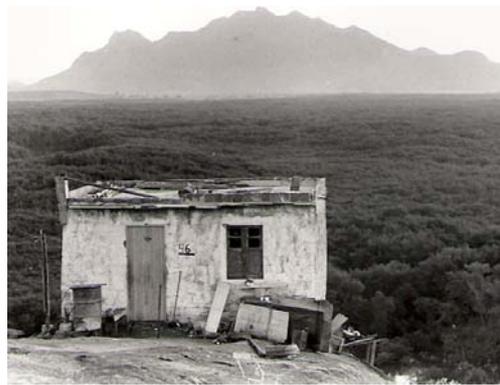
Fig 3.34 A invasão em processo de urbanização pela administração municipal. Fonte: Arquivo Público P.M.V.

Fig 3.35 Casebre, mangue e a magnitude do Mestre Álvaro ao fundo. Foto: Vítor Nogueira.

Fig 3.36 Edifícios, orla e Mestre Álvaro soberano ao fundo. O pano de fundo na paisagem é o mesmo, o que difere é a realidade sócio-espacial. Foto: Vítor Nogueira.

Fig 3.37 Baía Noroeste: o limiar entre processos humanos e naturais. Fragmentos de mangue ainda resistem à pressão da urbanização desenfreada. Fonte: www.vitoria.es.gov.br.

Fig 3.38 Orla da Praia do Canto. Monumentalidade e centralidade exercem seu fascínio sobre a região nordeste. Foto: Vítor Nogueira.



3.35



3.37



3.36



3.38

fazem parte de um movimento único, fundamentado principalmente no complexo mínero-siderúrgico e na gestão empresarial da cidade, resultando em uma nova conformação da Grande Vitória. Além da questão do desemprego e do fato que a maioria da população integra o mercado de trabalho informal com baixo nível de renda, essa nova geografia da marginalidade se explica também pela omissão do poder público, uma vez que as próprias organizações governamentais estão inseridas neste processo, e muitas vezes compactuando com essa marginalização social.

Neste sentido, Foucault afirmava que o exercício do poder consiste em guiar possibilidades de conduta e impor a ordem quando ela escapa. Portanto, para ser exercido, o poder pode ser implementado de forma bem sucedida e articulado de diferentes maneiras. Isto pressupõe muitas vezes o uso da violência. Considerando o Estado constituído como sistema coercitivo de autoridade que detém o monopólio da violência institucionalizada, este vem a formar um segundo princípio organizador por meio do qual a classe dominante tenta impor sua vontade não somente aos seus oponentes, mas também ao fluxo, à mudança e à incerteza anárquicos a que a modernidade capitalista sempre está exposta. Segundo Harvey⁶⁷, estes instrumentos vão desde a regulação do dinheiro e das garantias legais de contratos às intervenções físicas, à criação do crédito e às redistribuições de impostos, passando pelo fornecimento de infra-estruturas sociais e físicas, controle direto das alocações de capital e de trabalho, vigilância policial etc. No Estado do Espírito Santo, violência e corrupção já estão instalados no âmbito do poder político e acabam por se dissemi-

⁶⁵ LEBEVRE, H. A Produção do Espaço. 1986. (Tradução Jorge Oseki - mimeo)

⁶⁶ MARICATO, E. 2000, P.165.

⁶⁷ HARVEY, D., 1989, p.104.

nar nos diversos estratos sociais. A violência urbana é hoje um dos principais reflexos desta situação.⁶⁸

Portanto, existe uma relação íntima entre as representações sociais e a realidade, que pode ser revelada pelas diversas formas de intervenção no território. Para Pereira Leite, se o *vetor encobridor*⁶⁹ da imaginação induz as classes sociais a desconhecer a estrutura social existente e seu próprio papel dentro dela, é porque, no processo de apropriação da natureza, construção da paisagem e qualificação do lugar, a atenção está deslocada para a ordem do fragmento, percebida através de situações básicas, monótonas e inalteráveis, em essência, a forma pela qual são perpetuados no lugar interesses de dominação.

Nesta ótica, considerando a obra de Milton Santos onde o espaço é entendido como um movimento, cujos elementos concretos são relacionais porque constantemente mudam seu valor relativo, as mudanças ocorridas se explicam pelo valor que eles adquirem com a incidência de eventos capazes de alterar as relações que comandam a evolução do espaço total. É evidente que as ações hegemônicas da atualidade privilegiam certos lugares – aqueles que estão mais sujeitos à incidência do novo – mas por vezes, as mudanças e alterações circunstanciais refletem como um todo no espaço e demandam outros lugares a acompanharem as mudanças. Nesse sentido, observa-se que no transcurso histórico da conformação espacial de Vitória, a orla sempre foi o lócus da representação ideológica dominante, e ainda o continuará sendo, na medida em que agrega valor por reunir toda uma capacitação técnica-científica e informacional. Entretanto, a competência adquirida ao longo de uma seqüência irreversível de etapas de desenvolvimento, não encobre o reconhecimento de lugares que possam sedimentar as referências culturais e desencadear ações que possibilitem vínculos com a gestão empresarial da cidade. Assim, novos lugares passam a adquirir significados exclusivos pelos elementos que os compõem e mudam-se os valores relativos que interagem no espaço. A valorização do mangue atribuída à sua dimensão ambiental e os demais processos associados pela sua vinculação ao turismo dão novo sentido à territorialidade da Baía Noroeste.

A região noroeste distribuída espacialmente de forma fragmentada encontra representação significativa na paisagem da Ilha das Caieiras, escondida e espontânea, resultante da multiplicidade cultural presente na cidade. Lugar onde o cidadão se dissocia da sociedade mais ampla, imprimindo subjetividade ao lugar em que vive, fazendo da região um ecossistema rico em diversidade tanto ecológica como cultural. Portanto, esta mesma cidade dialética e antagônica ao qual analisamos, cria condições para que esses micro-espacos se reorganizem e se recomponham definindo uma paisagem intra-urbana de maior significado. Essa renovação, que modifica o significado dos elementos do espaço e suas relações nos lugares, nos permite entender o movimento da sociedade no espaço.

⁶⁸ Vitória, segundo pesquisa recente do instituto GPP de São Paulo estava em segundo lugar nos índices de violência em proporção ao número de habitantes, considerando também a Região Metropolitana. In: revista VEJA, out/2001, p.44.

⁶⁹ Maria Ângela Leite faz um texto reflexivo sobre natureza e paisagem, abordando o pensamento freudiano acerca do vetor encobridor e vetor cognitivo que operam na imaginação. O vetor encobridor atua na esfera da percepção transportando para a realidade exterior, fantasias que privilegiam certas estruturas, destacando-as de seu contexto histórico. O vetor encobridor impede a exploração das possibilidades oferecidas pelo real. Maria Ângela Pereira Leite In: *A reflexão: natureza, paisagem e lugar*. Texto produzido para disciplina da Pós FAUUSP, 2004. p.68 e 69.

PARTE II

O lugar na Paisagem

4 baía noroeste: caminho dos homens caminho das águas



“O lugar guarda em si e não fora dele o seu significado e as dimensões do movimento da história em constituição, passível de ser apreendido pela memória, através dos sentidos e do corpo”.

Ana Fani Carlos

¹ A expressão Caminho dos Homens, Caminho das Águas foi usado no título atribuído ao trabalho interdisciplinar realizado pela disciplina “Estúdio da Paisagem/ 2001” ao qual participei diretamente. A “charrette de Santo André-SP” foi um projeto piloto que apresentava soluções de curto prazo à situações complexas como a favelização em áreas ambientalmente sensíveis (mananciais próximo ao Reservatório Billings). Esta metodologia, usando a denominação de *charrette*, foi recentemente revisto por planejadores e paisagistas na América do Norte e Canadá para revigorar processos de planejamento com envolvimento comunitário. Em geral, *charrettes* são caracterizadas pela intensidade na experiência de resolução de projetos em curto espaço de tempo e também pela integração de profissionais de diversos campos do conhecimento, tomadores de decisões (poder público) e representantes da comunidade. A Charrette de Santo André desenvolvida para a favela Pintassilgo foi uma parceria entre três instituições: Universidade British Columbia, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo-FAUUSP; e a municipalidade de Santo André.

A água sempre foi o componente principal na composição da paisagem de Vitória, seja através do mar, da baía ou dos mangues, impondo os limites geográficos do município e estabelecendo as bases do seu desenvolvimento econômico social. A expressão “*Caminho das Águas, Caminho dos Homens*”¹, expressa o sentido da vitalidade e importância das águas na condição histórica e social do homem.



4.1

A presença da água num determinado território pressupõe também a presença do homem. Neste sentido, a abordagem enfatiza a relevância do processo hídrico e de como o fluxo das águas deve ser especialmente compreendido e tratado em áreas de assentamentos humanos. Nesse sentido, caminho dos homens, caminho das águas, mostra uma perspectiva de interação, possibilidades e variações combinadas que denotam relações sociais, criam raízes e identidades que são incorporadas no espaço da vida cotidiana.



4.2



4.3

O ambiente urbano, portanto, permanece e ocorre sob influência e magnetismo da natureza e de seus componentes, particularizando-o e dando sentido ao seu contexto. A Baía Noroeste ocupa posição geográfica privilegiada na paisagem e torna-se ainda mais interessante depois de correr nove quilômetros no sentido E-W quando cede lugar ao domínio de terrenos sedimentares de mata pantanosa. À noroeste em sua parte mais interna e menos profunda deságua os rios Bubu e Santa Maria, que ao se misturarem com as águas salgadas do oceano propicia a formação desse rico ecossistema chamado manguezal. Aqui, a Baía Noroeste potencializa sua dimensão cultural na interação homem / meio ambiente associada ao mangue.



4.4

A presença de grandes maciços gnáissicos fazem parte do domínio da paisagem. A visibilidade do Mestre Álvaro (800m) localizado no município da Serra é uma constante na paisagem e no seu entorno imediato, o Maciço Central impõe os limites naturais da urbanização na região. Portanto, a alternância de ecossistemas num mesmo ambiente regional produz paisagens contrastantes que contribui para uma formação espacial singular de rara beleza na Região Noroeste.

“No processo de orientação, o elo estratégico é a imagem ambiental, o quadro mental generalizado do mundo físico exterior de que cada indivíduo é portador. Essa imagem é produto tanto da sensação imediata quanto da lembrança de experiências passadas, e seu uso se presta a interpretar as informações e orientar a ação.”

Lynch, 1999, p.4

Fig 4.1 A pesca é uma tradição na baía. Foto: Vítor Nogueira.

Fig 4.2 Região Noroeste limitada pela baía e pela rodovia Serafim Derenzi (amarelo). Em destaque a Ilha das Caieiras. 1990. Fonte: www.baiadevitoria.ufes.br.

Fig 4.3 Seqüência da paisagem da baía Noroeste vista a partir do Maciço. Fonte: acervo pessoal.

Fig 4.4 Em primeiro plano avista-se a Baía Noroeste a partir do município de Cariacica. O Maciço Central ao centro e região nordeste na parte posterior (ao fundo). Foto: André Alves.

² O tanino é um líquido avermelhado extraído da casca da *Rhizophora mangle*, árvore típica do mangue, e é usado na confecção da panela de barro conferindo uma coloração vermelho-escuro.



4.5

Fig 4.5 Baía noroeste vista a partir do maciço. Ao fundo, destaca-se o Mestre Álvaro. Fonte: www.vitoria.es.gov.br

Fig 4.6 Manguezal no estuário do Rio Santa Maria. Foto: André Alves



4.6

Nesse sentido, a Baía Noroeste mantém e resguarda significados e tradições diretamente relacionados ao manguezal. Podemos citar dentre as mais expressivas, as atividades dos catadores de caranguejo e das desfiadeiras de siri, que associados à culinária, contribuem no sustento de muitas famílias. A exploração do tanino² para fabricação da panela de barro - tradição da culinária capixaba, é outra forma de manejo da vegetação nativa do mangue. Estas tradições culturais são mais fortemente verificadas na Ilha das Caieiras, uma pequena ilha incrustada no continente.

Apesar da importância indiscutível dos manguezais, tanto pela expressiva biota e quantidade de matéria orgânica produzida, quanto pela sua relevância social enquanto fonte de renda e alimentos, a ocupação dentro e no entorno desse rico ecossistema por assentamentos carentes, tem se processado de forma sistemática e interferente. A grande invasão que deu origem ao Bairro São Pedro, onde foi dizimada grande área de mangue, faz com que este ecossistema esteja numa situação bastante desconfortável de instabilidade, e conseqüentemente, de vulnerabilidade no contexto da paisagem estudada.

A representatividade espacial destes manguezais na paisagem da baía, bem como todo o seu funcionamento enquanto sistema e produtor dinâmico da herança natural em oposição a toda a esta complexa conjuntura antrópica, justifica um esforço de síntese na compreensão da dinâmica da paisagem em relação ao contexto social e natural. Percebe-se que cada vez mais, torna-se difícil distinguir mudanças naturais de mudanças induzidas pelo homem. A paisagem entendida como uma unidade espacial cujos processos sócio-ambientais ocorrem de forma cumulativa permanecendo em contínua transformação e reestruturação.

Desse modo, as inter-relações entre diferentes ecossistemas humanos e naturais mostram a dificuldade de compreender os limites dessa dinâmica espacial. Para nossos propósitos, a configuração expressiva da paisagem caracterizada pelo ineditismo da conformação nos aspectos referentes ao relevo, hidrografia e vegetação é de grande valia no contexto do ambiente urbano estudado. O estudo da baía Noroeste pressupõe, portanto, estabelecer uma abordagem metodológica de identificação, a partir da análise dos diversos aspectos e agentes intervenientes que estruturam sua morfologia sócio-espacial. Tendo em vista a complexidade e singularidade da baía, os aspectos ambientais e culturais ganham destaque, porém, considera-se a impossibilidade de minimizar processos correlatos, como a evolução da urbanização da área em questão. Dessa forma, a abordagem compreende três categorias de análise:

- a) pelas *unidades de paisagem* que são destacados no ambiente e no seu entorno imediato – o mangue, rede hídrica e o Maciço Central - segundo a geografia;
- b) pela *urbanização* – quadro evolutivo, dando ênfase à invasão de São Pedro ;
- c) pelas *tradições culturais* e comunidade envolvida .

A primeira diz respeito à natureza primeira do sítio físico, do lugar geográfico base do ecossistema e da ocupação urbana; a segunda refere-se a espaços formados pela

ocupação dos homens; e a última concerne à mediação cultural estabelecida entre homem e local. Dessa forma, busca-se caracterizar as ambiências presentes no lugar, ressaltando que as categorias de análise se sobrepõem em diversos momentos.

Dada a extensão da Baía Noroeste faremos um recorte aproximativo da Ilha das Caieiras, cuja ambiência e respectivos aspectos culturais assumem uma dimensão maior no contexto da região. Nesta perspectiva, a ênfase dada a esta representação espacial, indica uma atribuição de significado social que repercute no âmbito metropolitano. O bairro Caieiras conseguiu preservar no limite do possível, um certo distanciamento da intensa urbanização ocorrida em seu entorno, garantindo uma certa integridade de sua tradição cultural, transmitida de geração em geração. Observa-se que seus habitantes estabelecem uma relação permanente com a baía favorecida pela própria situação do sítio geográfico. O cotidiano vivido na proximidade das águas e do mangue, estimula o desenvolvimento de atividades de trabalho e lazer vinculados a estes ecossistemas.

UNIDADES DE PAISAGEM SEGUNDO A GEOGRAFIA

O esforço de síntese da geografia e outras ciências afins na construção de diversas categorias referentes ao ambiente natural, é uma generalização extraída e abstraída da natureza de modo a organizar e dividir paisagens em grandes famílias tipológicas para possibilitar a o entendimento e a ação. Dessa forma, a extensa bibliografia que aborda o ecossistema manguezal fez com que a pesquisa se restringisse - como recurso metodológico - às informações que pudessem fornecer os elementos essenciais a conjugação do aporte teórico das unidades geográficas com a análise espacial da paisagem. Nesse sentido, a descrição da base fitogeográfica em questão deverá buscar as condições que englobam a estrutura, seu funcionamento e as transformações resultantes dos agentes intervenientes.³

O Manguezal

“Fixado em sedimento escuro e muito vazoso, este agrupamento vegetal chama inicialmente a atenção do observador pela incomum intimidade com a água salgada, pelo jogo de equilíbrio que suas espécies aparentemente travam com a lama, pela cor extremamente verde e brilhante de suas folhas, em contraste com os troncos negros ou amarronzados, ora apumados, ora completamente retorcidos, dando à paisagem um aspecto de proposital desorganização.

Em meio a esta dança geotrópica, milhares de vidas se fazem presentes. . . Tímidos e ágeis caranguejos desfilam o complexo raizame, bem como a verticalidade dos troncos.

Moluscos dos mais variados tamanhos e complexidade fixam-se, mormente às árvores, na esperança de completarem seus ciclos vitais, sem o maior comprometimento com o universo em torno ;

Insetos misturam-se em toda parte, em irritante sinfonia. Bem no alto das copas, aves brancas e esguias parecem arautos dessa comunidade única.

*Como não poderia deixar de ser, este autêntico capricho da natureza recebe uma denominação, também complexa, plena de segredos e conjecturas: **Manguezal** “ (Ferreira, 1989, p.2 e3)⁴*

³ • Dados Pretéritos

A extensa bibliografia que aborda o geossistema manguezal fez com que se restringisse a pesquisa à informações fornecidas por trabalhos locais desenvolvidos por instituições públicas como a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade de São Paulo (USP) dentre outras, ressaltando os estudos realizados por Renata Diniz, Cláudia Câmara do Valle; Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMAM) na pessoa da bióloga Ivani Zechinelli; bem como os trabalhos realizados pela prof^ª Dr^ª Yara Novelli do Instituto de Oceanografia da Universidade de São Paulo – USP.

O trabalho realizado por André Alves (biólogo e fotógrafo) intitulado “*Os Argonautas do Mangue*” (mestrado UNICAMP), revela através da sistematização de fotografias, usada como recurso metodológico (método Bateson e Mead), o universo da comunidade de “caranguejeiro” e a relação que esta estabelece com o mangue. No mesmo sentido, O PROJETO CARANGUEJO que está sendo realizado pela Universidade Federal do Espírito Santo, desenvolve um estudo sobre o caranguejo no contexto do ecossistema manguezal e a valorização dos catadores dessa espécie, visando sua regulamentação profissional. Ambos os trabalhos deram enorme contribuição no entendimento das relações sociais estabelecidas entre homem / mangue e suas tradições culturais.

Schaeffer-Novelli et alli (1990) estabelece uma pesquisa metodológica do litoral brasileiro, dividindo-o em segmentos, considerando

fatores climáticos, oceanográficos, hidrográficos e geomorfológicos quando da descrição fisiográfica dos manguezais. Considerando o segmento VI, no qual a costa espírito-santense foi incluída, especial atenção foi dada pelo trabalho de pesquisa realizado por FERREIRA (1999) aos manguezais encontrados no setor norte da Baía de Vitória.

Assim, a sistematização das informações relativas aos aspectos geomorfológicos, climáticos, hidrológicos e culturais, sob a ótica de profissionais ligados à geografia e à biologia, portanto, visões diferenciadas na abordagem do assunto, permitiu estabelecer uma dinâmica maior na observação da área em estudo, enriquecendo a pesquisa.

⁴ FERREIRA, Renata Diniz. *Os manguezais da Baía de Vitória: Um Estudo de Geografia Física-Integrada*. Doutorado. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo. 1989

⁵ Citado In: FERREIRA, Renata Diniz. *Os manguezais da baía de Vitória (ES) : Um estudo de Geografia Física Integrada*. Tese Doutorado Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade São Paulo. 1989.

Fig 4.7a/b Manguezal na Estação Ecológica Ilha do Lameirão. Fonte: www.proex.ufes.br, foto André Alves.

A aplicação do termo mangue pode ocorrer com várias interpretações diferentes. Palavra de origem inglesa, “*mangrove*” talvez seja o termo internacionalmente mais utilizado para a comunidade. De acordo com Castellanos⁵, a palavra deriva do malaio “*manggi-manggi*”, que significa árvore de raiz, e do inglês “*grove*”, pequeno bosque. A expressão *mangrove* é aplicada indistintamente, referindo-se tanto às espécies como à comunidade envolvida. No Brasil a palavra “mangue” designa a planta do litoral encontrada em charco salgado e por “manguezal” o local onde estas plantas são abundantes.



4.7a



4.7b

O mangue é um tipo de vegetação costeira estuarina que se desenvolve nas regiões inter tropicais do planeta, sendo facilmente identificado, seja pela sua localização às margens de estuários, baías e enseadas, seja acompanhando os rios pelo continente adentro, ou pela singular harmonia que sua complexa vegetação desenvolve com a água salgada. O mangue, restrito a meios salobros, possui adaptações especiais que possibilitam seu desenvolvimento ante as condições adversas do meio, tais como a carência de oxigênio e a alta salinidade. Essas adaptações vão desde a fixação mecânica em solo frouxo, mecanismos de respiração, até a viviparidade. De acordo com Walsh⁶ (1974), cinco são as condições básicas do meio para que haja um desenvolvimento expressivo do manguezal: *temperaturas tropicais; substrato de aluvião fino e particulado; baixos níveis de energia cinética; presença de água salgada; grande amplitude de marés.*

Os manguezais funcionam ainda como barreiras naturais contra os mecanismos da erosão provocados pela ação das marés, além de reterem, entre suas raízes, os sedimentos provenientes das encostas carregados pelos rios, além de sua importância social, uma vez que é fonte de renda e alimentos para uma grande parcela da população carente que vive às suas margens.

O Brasil apresenta um litoral pouco recortado quando comparado a outras áreas de terras ímersas, mesmo assim, suas baías, deltas e estuários, abrigam consideráveis extensões de manguezais e aparecem desde o Cabo Orange (04°21') até Laguna – SC(28°30'S), com exceção do Rio Grande do Sul, único litoral onde não se observa esse tipo de vegetação. Segundo Schaeffer-Novelli et alii⁷, os manguezais são encontrados em sete das oito Unidades Fisiográficas Ambientais existentes ao longo do litoral brasileiro.

No Espírito Santo, os manguezais estão incluídos na Unidade Fisiográfica que se estende desde o Recôncavo Baiano até Cabo Frio, no Rio de Janeiro. Os mangues ocorrem com frequência desde o extremo norte até o extremo sul do Estado, com maior concentração na baía de Vitória. Silva (1986), ao fazer uma análise sobre a devastação e possibilidades de preservação da cobertura vegetal do Espírito Santo estimou em torno de 36 km², a cobertura de manguezal ao longo do litoral capixaba. Para a Baía de Vitória, Ferreira calculou uma área de aproximadamente 18 km², sem considerar os trechos muito alterados.



Segundo Zecchinelli,⁸ o manguezal remanescente do município ocupa uma área aproximada de 11 km², sendo que desse total 9 km² encontram-se dentro da Estação Ecológica Municipal Ilha do Lameirão e o restante no Parque Municipal da Baía Noroeste, unidade de conservação que faz limite com a região de São Pedro.



4.9



4.10

⁶ Citado In: FERREIRA, R, 1989, p.

⁷ SCHAEFFER-NOVELLI, Y. *Manguezais brasileiros: uma bibliografia (1614-1986)*. Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo / Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista. São Paulo. 1986.

⁸ ZECCHINELLI, Ivani Soares. *Projeto São Pedro- Desenvolvimento Urbano Integrado e Preservação do Manguezal- Vitória(ES)- Uma Experiência Municipal a Caminho do Desenvolvimento Sustentável*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2000, p.63.

Fig 4.8 A extensão do mangue Ilha do Lameirão. Ao fundo destaca-se o maciço gnáissico Mestre Álvaro. Fonte: www.proex.ufes.br, foto André Alves.

Fig 4.9 A interseção de canais na floresta do mangue é uma constante na Ilha do Lameirão. Foto: Vítor Nogueira.

Fig 4.10 Floresta do mangue no Lameirão. Foto: André Alves.

Fig 4.11 A árvore típica do mangue: *Rhizophora mangle*
Foto: Vítor Nogueira.

A falta de conhecimento a respeito de toda dinâmica dessa paisagem peculiar, tem colaborado para desequilíbrios que poderiam ser evitados, ou pelo menos, minimizados caso fossem tratados à luz do conhecimento científico.

Biota Vegetal

A biota vegetal é composta por diversos organismos que vão desde os fitoplânctons a algas bentônicas, micro e macroalgas, líquens, samambaias, epífitas a estruturas bem mais complexas. Dentre as espécies vegetais mais representativas de sua composição florística e comumente encontradas no mangue, podemos citar três gêneros: **Rhizophora, Avicennia e Laguncularia**; e quatro espécies – *Rhizophora mangle*, *Avicennia schaueriana* e *Laguncularia racemosa*, também conhecidas respectivamente por mangue vermelho, mangue negro e mangue branco.



4.11

A *Rhizophora mangle* é uma planta vivípara, pois no processo de germinação produz propágulos fixando-se rapidamente ao solo, facilitando sua propagação. Tal espécie possui ainda raízes de sustentação arqueadas (raízes-escora), que crescem perpendicularmente ao tronco, até penetrarem no substrato lodoso, formando um sistema capilar extensivo. Este sistema é responsável pela sustentação mecânica da árvore, permitindo que esta espécie se desenvolva em terrenos instáveis, não consolidados e permanentemente alagados. Outro mecanismo utilizado por algumas espécies de mangue para superar a baixa concentração de oxigênio, são os pneumatóforos, que crescem de baixo para cima, partindo das raízes de *Avicennia* e *Laguncularia*. Os propágulos da *Avicennia* são leves tendo o embrião grande poder de flutuação.



4.13



4.14

Sob o prisma de ecossistema, a cobertura vegetal do mangue é extremamente importante para manutenção do seu equilíbrio e funcionam como verdadeiros filtros biológicos, fixando, no terreno, as partículas provenientes da poluição industrial. Em locais sujeitos a grandes intempéries, como furacões e maremotos, exercem papel importante na proteção das costas atingidas.

A Biota Animal

A relevância desse ecossistema não se restringe apenas à flora, mas também à fauna, já que constitui desde tempos memoráveis, abundante fonte de alimentos. Esta intrincada rede de organismos vivos torna o manguezal um dos mais produtivos ecossistemas do mundo em biomassa, com influência nas áreas adjacentes.

A diversidade da fauna compreende inúmeras espécies que vão desde moluscos, crustáceos, peixes e aves, demonstrando a produtividade comestível do sistema. Há também o *tamaru*, definido como o camarão da lama. Além desses, observa-se que entre os animais presentes no mangue existem aqueles considerados residentes, semi-residentes, visitantes regulares ou oportunistas. Devemos enfatizar a reprodução das espécies marinhas que vão ao manguezal em determinadas fases do ano procriar em águas tranqüilas, lá encontrando muitos nutrientes e proteção dos predadores naturais. Após a desova, retornam ao mar.



4.14



4.15

Fig 4.12 Conjunto de Rhizophoras destacando-se a forma de fixação de suas raízes. Foto: André Alves

Fig 4.13 As raízes de sustentação da Rhizophora são arqueadas para melhor fixação no solo. Foto: André Alves.

Fig 4.14 O tamaru é o camarão típico do mangue. Foto: André Alves.

Fig 4.15 O caranguejo é a espécie mais freqüente e mais consumida pelos homens. Foto: André Alves.

⁹ DANSERAU, Pierre. *Biodiversidade – ecodiversidade – sociodiversidade*. 2^a Congresso sobre essências nativas. Anais, São Paulo, 1992. Cito In: SANDEVILLE, Euler. *A divisão natural das paisagens brasileiras*. Revista Paisagem e Ambiente, nº 18. FAUUSP. 2004. p.75.

¹⁰ LYLE, John Tillman. *Design for Human Ecosystems*. New York. Van Nostrand. 1985.

Da variedade de espécies consumida nos manguezais da Baía Noroeste, o caranguejo é o mais representativo, seguido pelo sururu e pelo peixe, sendo este último pescado nos canais vizinhos. O trabalho de Vale (1992), dá relevância ao caranguejo *Ucides cordatus* pela estreita relação que estabelece com o homem típico da região de mangue, que utiliza essa espécie como fonte de alimentação e renda. No período da “andada”, os caranguejos ficam mais vulneráveis e suscetíveis à coleta indiscriminada, pois corresponde ao ciclo de reprodução em que os caranguejos machos e fêmeas saem da toca e andam pelo manguezal para se acasalarem.

Além da fauna aquática, as aves de diversas famílias que nidificam nas árvores e se alimentam dos animais estuarinos e cujos dejetos ajudam a adubar o solo, tornando-o ainda mais ricos.

Segundo Zechinelli (2000), os animais que vivem no manguezal também necessitam de adaptações para viver num ambiente com oscilação periódica de salinidade. Essa variação ocorre por conta das marés, por aumento dos níveis pluviométricos, e por períodos de seca que aumentam a concentração de sais.

Princípios que mantêm o equilíbrio do ecossistema

A distribuição dos elementos bióticos e abióticos no espaço geográfico e a sua composição variam de acordo com as condições ambientais. As inter-relações entre diferentes comunidades revelam a dificuldade em dimensionar e identificar os limites de um ecossistema. Ao mesmo tempo, são estas interrelações que indicam a coesão e a estabilidade presente em determinada comunidade. Portanto, tanto a estrutura como a forma da paisagem depende das condições locais que a natureza oferece. Cada espécie e seu respectivo habitat dependem das condições específicas e cada lugar é único nas combinações das características ambientais.

Dessa forma, o ecossistema aparece no centro de um conjunto de unidades ambientais, cuja interdependência das escalas é preponderante na comunicação e sustentabilidade mantida entre eles. Na análise de Danserau⁹, “*cada ecossistema aparecerá, portanto, como um nó numa rede complexa. Nesse sentido, a dinâmica interna depende da produtividade relativa dos processos em cada nível e da transferência de seus produtos a um outro nível trófico (inferior ou superior), ou ainda, da importação de um recurso ou da exportação de um produto (resíduo) para outro ecossistema*”.

Alguns princípios básicos são apontados como fundamentais para se pensar o planejamento ambiental, dentre eles, John Lyle¹⁰ cita *a estrutura, a função e o local*. A função diz respeito ao fluxo de energia e matéria presente no ecossistema que está em constante movimento e repete-se em ciclos. A energia flui através de um sistema natural ou construído e segue a lei da termodinâmica, não é criada nem destruída, mas transforma-se em outro tipo de energia. Nessas transformações ou em cada uso, a energia degrada-se numa forma mais dispersa. Tanto no ecossistema humano quanto no natural, os fluxos de energia e de matéria condicionam tudo. A

dificuldade maior é saber lidar com a escassez ou excessos desses fluxos como água, energia e nutrientes.

A estrutura está sempre relacionada a *comunidades e associações*, e têm uma importância prática por causa da influência na estabilidade. Lyle correlaciona algumas características que conferem estabilidade aos fluxos, dentre eles observa-se que a trajetória de matéria e energia move-se num padrão complexo e diversificado, onde o fluxo pode ser quebrado por qualquer evento. A **ocupação de nichos especializados** como o **mangue**, cada ligação na cadeia é ocupada por espécies adaptadas a um objetivo particular. Assim, nichos convergem espécies especializadas e tornam-se intolerantes enquanto sistemas maduros. É um sistema complexo, onde fluxo de matéria e energia produzido pelo sistema é usado pelo próprio sistema de forma eficiente. Qualquer quebra pode ser fatal para a regeneração desse especialíssimo ecossistema.

Portanto, a estabilidade se define como “*uma tendência do sistema continuar próximo ao equilíbrio, ou retornar a ele após um distúrbio*”. Lyle restringiu estas características a apenas duas: resistência e resiliência. Como observação empírica, o autor associa dois ecossistemas a cada uma dessas duas características: *o pântano e a floresta tropical*. Dessa forma, o pântano (mangue) apresenta uma estabilidade moderada e uma capacidade de restabelecimento alta (resiliência); a floresta tropical é muito resistente, porém pouco resiliente, ou seja, pequena capacidade de se restabelecer, principalmente quando a ação antrópica atinge uma grande área, o colapso do sistema pode ser total.

Lyle, também estabelece algumas características inerentes à estrutura das plantas e da vegetação em geral, que são importantes na compreensão do processo de funcionamento e evolução. Com o passar do tempo, a estrutura do ecossistema torna-se mais complexa, mais diversificada e organizada. Na teoria, o ecossistema desenvolve um nível máximo de volume de biomassa adquirindo maturidade, estado de *clímax*, não devendo ocorrer maiores mudanças, voltando a seqüência de sucessão por uma perturbação maior.

Podemos afirmar que a complexidade de informações envolvendo a forma da paisagem, cria uma dificuldade metodológica, ou seja, o problema resume-se em como juntar as várias informações numa forma coerente que represente a realidade. Analiticamente usamos modelos e a experiência de estudos de casos para alcançar tal objetivo. Entretanto, Lyle ressalta que é necessário unificar a visão e transcender a análise. Assim, o autor equipara o ecossistema design ao projeto de arquitetura, citando os exemplos da cúpula geodésica, a Torre Eiffel e a Catedral de Chartres que transformaram as leis físicas da estrutura em poesia, integrando as partes ao todo de forma revolucionária. Já o ecossistema design é menos premeditado e matemático que o projeto de arquitetura, consistindo em utilizar as informações, analisando os resultados. Portanto, os conceitos ecológicos são menos análogos às leis mecânicas e providenciam mais princípios de organização para as formas de ecossistemas do que o modo como os arquitetos moldam suas construções.

¹¹ Citado In: VALE, Cláudia Câmara.1992.p.29

¹² VALE, Cláudia Câmara. *Homens e Caranguejos: uma contribuição geográfica ao estudo dos manguezais da Baía de Vitória(ES) como fonte de alimento*. Monografia apresentada ao Departamento de Geociências da Universidade Federal do Espírito Santo.. Vitória. 1992

¹³ Citado In: VALE, Cláudia Câmara.1992.p.31.

¹⁴ Neste sentido, podemos citar também o trabalho desenvolvido por Lima (1984) que aborda a interação de uma colônia de pescadores e coletores com o meio em Pontal da Barra , mais precisamente na laguna do Mandaú (AL), descrevendo as mudanças aí ocorridas por ocasião do processo de industrialização.

A interação comunidade humana e ecossistema

Muitos trabalhos relatam a fixação do homem em áreas de manguezal, verificados em estágio lento atraídos, sobretudo, pela alimentação fornecida pelo mesmo, entretanto sem os grandes impactos verificados hoje em dia. O surgimento de comunidades humanas fortemente dependentes do meio, parece ter sido um dos fatores responsável pela forma de ocupação do litoral brasileiro.

Segundo Carrera¹¹ (1977) desde os primórdios do descobrimento da América, os indígenas já utilizavam na sua alimentação ostras, peixes, crustáceos e moluscos, além de considerarem o manguezal como um ecossistema altamente produtivo e dele se beneficiarem ao máximo. Ruschi (1950) fez referência aos bosques de mangue e aos alimentos fornecidos por ele, escrevendo:

Segundo Vale¹², os portugueses e espanhóis não se interessavam muito pelos manguezais, principalmente devido ao pouco conhecimento como fonte alimentícia. Desta forma, caranguejos, ostras e moluscos, foram estigmatizados como alimento destinado aos indígenas e posteriormente aos escravos e às classes menos favorecidas. Tal reflexão encontra também embasamento nos Tratados Descritivos do Brasil, escritos por Souza (1587):

“O marisco mais proveitoso à gente da Bahia são uns caranguejos que os índios chamam de uças, os quais são grandes e tem muito carne para se comer; e são muito sadios para a manutenção dos escravos e gente do serviço”.

Falcão Neto & Souza¹³ (1985) estudaram a ocupação de terrenos de mangue do Recife(PE), e a intensificação desse processo em decorrência da abolição da escravatura. Sobre o assunto escreveram:

“Esse processo se intensificou depois da abolição da escravatura, quando grande contingente de ex-escravos foi compelido a buscar abrigo nas áreas cuja fauna, peixes, siris, caranguejos e ostras, permitia a obtenção de alimentos que eram inacessíveis a essas populações por meios mercantis.”

Apesar dos relatos que indicam esta favorável inter-relação estabelecida entre homem/ mangue, podemos observar a inversão dessa relação, ocorrendo de forma predatória nas últimas décadas. A urbanização acelerada verificada nas décadas de 1970 e 1980 nos grandes centros urbanos, onde uma grande massa de população migrante provocou a ocupação desordenada do espaço, sobretudo das áreas ambientalmente sensíveis evidenciou a alteração do ecossistema manguezal e de suas relações.¹⁴

Este processo de ocupação desordenada dos mangues também foi evidente na Baía Noroeste de Vitória. A invasão de terrenos de mangue ao longo da Rodovia Serafim Derenzi – que hoje forma a aglomeração da Grande São Pedro - é um testemunho lamentável de uma população que parece ter substituído, inicialmente, a alimentação rica dos manguezais pelos restos deteriorados encontrados no lixão e o catador de caranguejo pelo catador de lixo. A pouca importância dada aos manguezais por parte das populações invasoras oriundas do interior refletia a

preocupação apenas com a demarcação e posse dos terrenos. Na pesquisa realizada por Vale (1992), observações de campo evidenciaram que as populações invasoras (São Pedro, Resistência, Palestina, Santa Rita) não estabeleciam nenhum vínculo com a tradição cultural local, o que contribuiu em muito para a devastação do mangue. A cadeia produtiva associada ao mangue pouco influenciou nos hábitos alimentares da população consolidada no entorno do mangue.

Este e outros trabalhos evidenciam a descaracterização do manguezal como fonte de alimentos imprescindível às populações litorâneas, transformando-a num mero substrato para fixação de palafitas, depósitos de lixo e posterior sustentação de aterros e até indústrias, em prejuízo de toda uma tradição cultural.

Por outro lado, enquanto o manguezal era destruído pela população migrante, os habitantes tradicionais da Ilha das Caieiras que mantinham uma relação saudável com o meio, tiveram suas atividades pesqueiras e coletoras profundamente alteradas. O bairro não se integrou culturalmente à expansão do seu entorno, e a baía continuou sendo o grande “quintal” de todos, destinado ao lazer e à subsistência.

O mangue como ambiente proscrito

A intenção aqui é tentar levantar a temática da vinculação histórica e social do mangue como ambiente proscrito, ou seja, associado a uma idéia depreciativa e de exclusão representativa na paisagem. O manguezal, ecossistema que gerou tanta controvérsia a respeito de sua paisagem e utilização, segundo historiadores e geógrafos surgiu no final do Período Cretáceo, há cerca de 65 milhões de anos¹⁵, portanto é bastante antigo no mundo e resistiu às diversas mudanças da natureza ao longo da história, para ser atualmente um dos ecossistemas mais ameaçados pela pressão do sistema capitalista de produção.

O manguezal apresenta uma condição ambígua inerente a sua representação social. Ao mesmo tempo em que é fonte de alimentos e berço para reprodução de espécies vegetais e animais, ou seja, pela importância de sua cadeia produtiva na interação entre sistemas, por outro lado, enquanto motivação paisagística ainda está longe de ser incorporado aos padrões culturais da sociedade como um todo. A estética é um atributo totalmente dependente do movimento de transformação cultural das sociedades em um determinado momento histórico e que realmente influencia diretamente na determinação destes valores.

No século XX, os padrões estéticos foram altamente influenciados pela comunicação de massa que constantemente criaram e recriaram a estética socialmente aceita, produzindo e destruindo símbolos, dificultando assim, o processo de caracterização estável e significativo dos valores paisagísticos. Tal caracterização nos permite compreender e justificar os fatores que levam a população a adotar este ou aquele lugar como um marco paisagístico em seu cotidiano.

Nesse sentido, no Brasil, a apreciação de cenas marinhas e da paisagem litorânea sempre foi preponderante ao longo do processo de urbanização, mesmo porque as

¹⁶ MACEDO, Soares Silvio. Paisagem, turismo e litoral. In: *Turismo e Paisagem*. Coletânea de textos. Organizador: YÁZIGI, Eduardo. Editora Contexto. São Paulo, 2002.

áreas planas favorecem a implantação de loteamentos e infra-estrutura. O mar é, portanto, principal referência paisagística que desperta o interesse das massas, do mercado imobiliário - que dele tira partido e oferece produtos de consumo - e do poder público que investe na adequação urbanística, de modo a extrair dele dividendos. Os demais elementos da paisagem como os manguezais não são objeto de atenção imediata nem para o empreendedor nem para a maioria do público consumidor e são eliminados quando necessário.¹⁶ Outro fator que reforça a desvalorização do mangue é a dificuldade de penetrar no interior de sua floresta, devido a presença do emaranhado de raízes das árvores e do solo lamacento, sendo possível adentrá-lo apenas com pequenas embarcações.

Mesmo com todas as características excepcionais do mangue, a falta de conhecimento de sua importância e riqueza ecológica econômica levou os manguezais a estarem sempre associados ao mau cheiro por vazadouros de lixo e esgotos que normalmente são lançados às suas margens ou sobre sua extensão. Até o conhecimento do seu real significado, os manguezais foram alvo de discussões entre urbanistas e até mesmo pelos sanitaristas, como no caso de Saturnino de Brito que na elaboração de planos para o município, que na elaboração estigmatizou o mangue, propondo a execução de aterros. A perspectiva sanitária condenava o mangue, associando-o a locais fétidos e causadores de doenças, devendo ser erradicados ou saneados por meio de aterros ou drenagem.

Quanto ao aproveitamento da fauna, há muito tempo não existe mais o preconceito social do consumo de alimentos provenientes do mangue, desde que confirmada suas condições saudáveis. Conforme foi demonstrado nos relatos anteriores, os alimentos provenientes do mangue eram destinados apenas às classes subalternas, como indígenas e escravos, imprimindo-lhe um caráter depreciativo. Atualmente, pode-se até dizer que tais alimentos são tão freqüentemente encontrados nas mesas requintadas da culinária capixaba quanto na dieta da população carente coletora. Há uma variedade de espécies consumidas. Além da utilização dos manguezais como fonte comestível, é notória a sua contribuição na renda familiar de populações mais carentes que vivem próximas a este ecossistema, via comercialização dos mariscos.

A tendência é mudar esta visão depreciativa do mangue. É evidente que o lugar se define, inicialmente como a identidade histórica que liga o homem ao local onde se processa a vida, mas cada vez mais a “situação” se vê influenciada pelas relações do lugar com um espaço mais amplo. Assim a situação muda na trama relativa das relações porque relativiza o sentido da localização. Nesse sentido as novas contextualizações acerca de conceitos e ideologias relativas ao meio ambiente que ocorrem especialmente a partir da década de 1980, amplia a perspectiva de conservação e valorização de ecossistemas até então negligenciados tais como o mangue.

Hoje, o mangue pode não estabelecer um intercâmbio ou projeção simbólica de magnitude com a região metropolitana marcado pela história fragmentária feita de resíduos e práticas sociais, porém a construção de uma identidade social da natureza

Fig 4.18 O delta do Santa Maria se mistura com as águas da Baía. Foto: André Alves.

Fig 4.19 O rio Santa Maria contribui na conformação do manguezal trazendo sedimentos ao longo do seu curso. Do lado oposto, a vista do Maciço Central. Foto: André Alves.

A Bacia do Rio Santa Maria é o maior aporte fluvial da região da Grande Vitória. Nasce na Serra do Garrafão (município de Santa Maria de Jetibá) e desemboca na baía de Vitória, formando um belíssimo delta, depois de percorrer da nascente até a foz, cerca de 95 km, recebendo inúmeros afluentes que formam uma bacia tributária da ordem de 1400 km² (ver fig.4.18). Encontra-se em seu delta inúmeras ilhas, sendo que algumas menores não são visíveis durante marés mais altas. Largamente utilizado para navegação entre Vitória e Santa Leopoldina, serviu como via de escoamento da produção cafeeira, o que muito contribuiu para penetração e fixação de imigrantes no interior do Espírito Santo. Atualmente, a grande importância deste rio refere-se à geração de energia e ao abastecimento de água, tanto para uso doméstico como industrial.



4.18



4.19

Devemos ressaltar a importância do Rio Santa Maria na região noroeste, por apresentar 4km² de manguezais, distribuídos por todo seu delta e adjacências, em um complexo sistema de canais. Quase em sua totalidade, os manguezais aí encontrados mostram-se em boas condições de conservação, entretanto, ao longo do seu curso registra-se lançamento de esgotos e agrotóxicos, o que constitui uma séria ameaça ao ecossistema manguezal.

O outro rio cuja desembocadura se faz próximo à baía Noroeste é o Rio Bubu. Localizado no município vizinho à Vitória (Cariacica), possui aproximadamente 20 km de extensão, porém sem maior importância econômica. Consideravelmente estreito durante seu trajeto por terrenos ondulados, alarga-se sobremaneira a 3km da baía, já em terrenos planos, formando um bonito estuário ornamentado por manguezais, tanto na margem direita, como na margem esquerda.

Ferreira (1989) em seu estudo de geomorfologia faz menção à importância de conservação da vegetação das escarpas, evitando assim maior aporte de sedimentos, através dos rios e em direção à Baía de Vitória. Segundo a autora, os manguezais têm se comportado como fixadores de tais sedimentos de origem fluvial e/ ou marinha, depositados ao longo dos estuários, deltas e reentrâncias de baías. A preservação de manguezais nestas áreas torna-se uma necessidade, não só do ponto de vista ecológico como também do econômico.

A região estuarina que circunda Vitória, bem como as bacias de abastecimento, estão seriamente comprometidas. Os rios como o Aribiri, da Costa e Marinho que partem dos municípios vizinhos, foram tão adulterados de tal forma que seus canais funcionam como verdadeiros esgotos a céu aberto, conduzindo toda a sorte de

poluição doméstica e industrial à Baía de Vitória. Nesse sentido, podemos afirmar que a interferência antrópica do processo de urbanização alterou profundamente a dinâmica natural das águas, deteriorando-as e impedindo-as de manterem o equilíbrio dos núcleos biológicos, estruturas e condições específicas que determinam o seu ecossistema.

O Maciço: O Entorno Imediato Indivisível da Paisagem da Baía

Ao olharmos ligeiramente para ao alto é quase impossível não avistar-se de quase todos os cantos da cidade o imponente Maciço Central. Majestoso atingindo a cota de 300 m, impõe e domina a paisagem especialmente na região central e noroeste. Podemos dizer, que é a referência símbolo da cidade, cuja identidade por ele se faz traduzir. Navegando pela baía noroeste, qualquer observador sente a magnitude de sua composição escalar que prepondera sobre a intrincada rede urbana formada por frágeis casebres assentada “sob seus pés”. Logo é possível estabelecermos uma imagem cognitiva da paisagem que remonta as três formas – mangue, baía, maciço – para formar uma só unidade visual. O panorama é belíssimo e singular.

Portanto, não há como se pensar a Baía ou o mangue dissociados do seu entorno imediato (o Maciço), principalmente se considerarmos a viabilidade do projeto Pólo Turístico ou uma política ambiental para a região. Considerando-se tratar de uma unidade de conservação especialmente protegida, simultaneamente na categoria Parque Estadual da Fonte Grande(Lei nº 3.825 /1986) e na categoria APA do Maciço Central(Decreto nº 8.911 / 1992), há que se relevar a importância da atribuição de objetivos específicos no manejo dos recursos naturais ao serem norteados por ações políticas e técnicas.

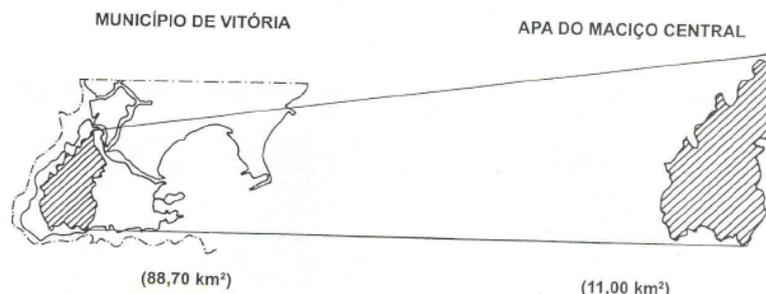
Fig 4.20 O Maciço é parte integrante da paisagem da Baía Noroeste. A ponta do território que se projeta sobre a baía corresponde a Ilha das Caieiras. Fonte: Projeto Terra – P.M.V

Fig 4.21 Em primeiro plano o centro de Vitória, o Maciço e na parte posterior a Baía Noroeste. Fonte: Projeto Terra – P.M.V

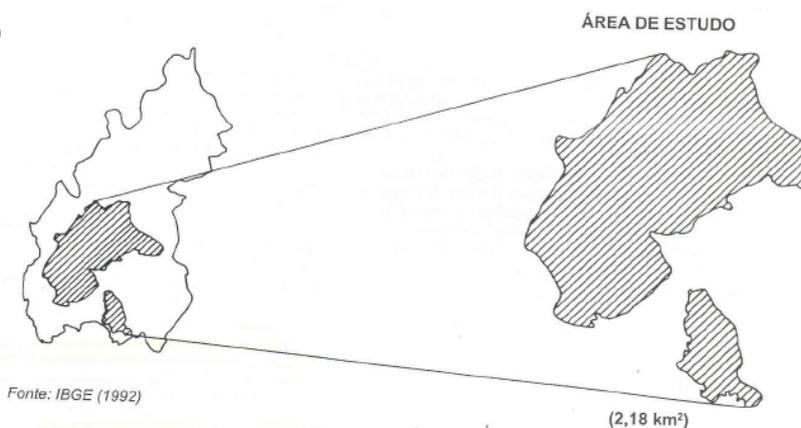
Fig 4.22 O Maciço é protegido na categoria Área de Proteção Ambiental. O Parque da Fonte Grande faz parte dele. Fonte: Plano de Manejo Parque Estadual da Fonte Grande – SEMMAM - P.M.V.



4.20



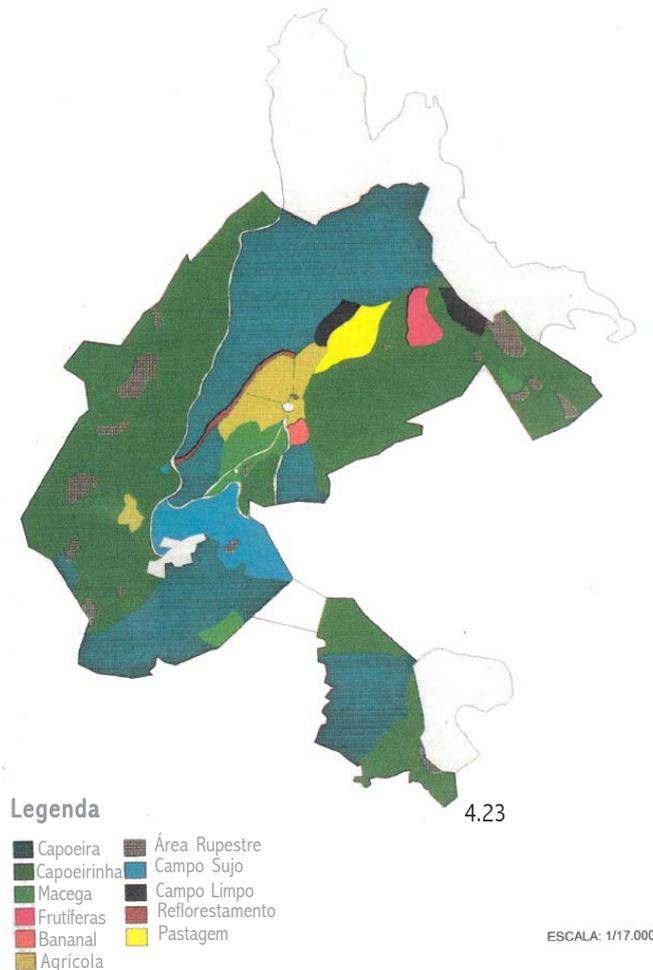
4.21



4.22

Fig 4.23 Vegetação classificada pelo Plano de Manejo da Prefeitura Municipal de Vitória. Fonte: Plano de Manejo Parque Estadual da Fonte Grande – P.M.V.

Em 1992, foi criada a Área de Proteção Ambiental do Maciço Central que perfaz um total de 11,0 km² com extensas áreas acima da cota altimétrica de 50 m, incluindo áreas com usos restritos e controlados. Esta APA engloba as áreas do Parque e outras UC's municipais, como o Parque Municipal da Gruta da Onça e a Reserva Ecológica Pedra dos Olhos. O Parque Estadual situa-se no centro da ilha de Vitória com área total de 218 ha. Limita-se ao norte com a região próxima ao bairro São Pedro (baía noroeste), ao sul com o centro da cidade. A quase totalidade de seus limites está acima do nível altimétrico de 50 m e o ponto culminante do Parque é de 308,8 m.



¹⁸ Entre as espécies que faziam parte da formação original, destacam-se *Ficus polhiana* (mulembá), *Astronium gracile* (aderne), *Cedrella fissilis* (cedro) e *Piptadenia gonoachanta* (jacaré)

¹⁹ Prefeitura Municipal de Vitória e Governo do Estado do Espírito Santo. *Plano de manejo*, 1996.

O relevo e as formações vegetais existentes condicionam a predominância de níveis superiores de qualidade paisagística no Parque. A vegetação rupestre e a fauna local onde predomina aves e pequenos mamíferos, também contribuíram para a criação do parque. O parque, outrora coberto por exuberante floresta de Mata Atlântica¹⁸, apresenta-se atualmente sob domínio de estágios sucessionais de mata secundária, restando como remanescente primitivo apenas a vegetação rupestre. Tal situação é consequência de práticas inadequadas de agricultura e pecuária em anos anteriores e que ainda subsistem em pequenas porções do Parque. A regeneração ocorreu naturalmente com o abandono das áreas, provavelmente facilitada pela manutenção de árvores isoladas e/ou em agrupamentos.¹⁹

Parte da área do Parque é ocupada por moradias com atividades agro-pastoris e também estabeleceu-se um complexo de transmissão de rádio e TV. O uso do solo voltado à horticultura, pecuária e telecomunicações e a densa ocupação do entorno do Parque são alguns dos aspectos físico-territoriais e sócio-econômicos que dificultam a implantação efetiva da Unidade de Conservação, inclusive, comportando-se em muitas situações, como elementos detratores da paisagem. No entanto, a situação regular da criação da UC garante os níveis atuais da qualidade paisagística e impede novas ocupações e usos na área, apesar da situação fundiária irregular, da fiscalização precária e da pequena estrutura administrativa que dificultam a administração dos seus recursos naturais.

Pela evolução das fraturas do maciço, existem situações de instabilidade nas vertentes com irregularidade topográfica sulcadas por erosão. O principal agente de desestabilização são as chuvas torrenciais e intensa ocupação das vertentes próximas. Em contrapartida são consideradas estáveis as áreas de topo de morros e de pequena declividade. Os cursos d'água são de pequena extensão, constituídos basicamente por fontes e nascentes, algumas delas intermitentes. A alteração da qualidade hídrica vem sendo agravada pela retirada da cobertura vegetal e pelo adensamento de habitações em suas vertentes.

Dessa forma, os planos regionais de maior abrangência devem compatibilizar suas diretrizes com o Plano de Manejo²⁰ da Unidade de Conservação em questão. Para tanto, algumas características físicas, biológicas, culturais e sociais devem ser os pressupostos básicos a serem considerados numa possível ação integrada de gestão para a Região Noroeste.

Como podemos observar nas figuras, o Parque da Fonte Grande oferece vistas privilegiadas para toda a paisagem que circunscreve a ilha de Vitória (360°) possibilitando recursos de grande imageabilidade na contemplação.

²⁰ O Plano de Manejo elaborado pela Prefeitura Municipal de Vitória em 1996 está previsto nova revisão, pois muito dos seus aspectos e diretrizes não estão compatíveis com a realidade atual.



4.24

Fig 4.24 Mirante do Parque com vista para a Baía Noroeste. Fonte: acervo pessoal.



4.25

Fig 4.25 Mirante com vista para a região sul (município de Vila Velha). Fonte: www.vitoria.es.gov.br.

O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NA BAÍA NOROESTE

Podemos considerar que a região que integra a Baía Noroeste, compreende o espaço delimitado pelo Bairro de Santo Antonio, passando pela região da Grande São Pedro até atingir o bairro de Resistência que faz limite com a U.C. Ilha do Lameirão. Pela definição dos bairros contemplados pelo *Projeto Terra* da Prefeitura Municipal de Vitória, esta região corresponderia às poligonais 8, 9, 10 e 12²¹. A delimitação geográfica adotada como recurso metodológico na definição dos limites da região, justifica-se na medida em que estabelece uma dimensão ambiental e cultural que correlaciona e confere uma identidade ao espaço tratado, ou seja, a conjugação de diversos aspectos que se assemelham e são recorrentes tais como tipologia habitacional, ambiências e infra-estrutura de lazer que configuram a noção de região. A idéia de um todo integrando os espaços livres públicos e as categorias de paisagem num espaço único de ação, facilita os propósitos do planejamento e de planos para a região. (Ver fig 4.28 e fig 4.29)

A evolução histórica da região noroeste revela uma urbanização mais recente, cujo adensamento se faz notar a partir da década de 1980. Não existia acesso facilitado para quem se destinasse a percorrer a parte oeste do município. O acesso praticamente inexistia, verificando-se apenas algumas estradinhas vicinais que conduziam a pacata Ilha das Caieiras. Os obstáculos eram muitos - áreas alagadiças, encostas de morro íngreme - fizeram com que esta região ficasse praticamente desabitada por um longo período do desenvolvimento da cidade.

A análise comparativa entre as décadas de 1970 e 1990 demonstra uma evolução urbana bastante acelerada no período dos últimos trinta anos quando a região foi fortemente impactada em decorrência de grandes invasões sobre o mangue.

AS PRIMEIRAS OCUPAÇÕES: SANTO ANTÔNIO E ILHA DAS CAIEIRAS

O bairro mais antigo é o de Santo Antônio, contíguo ao centro. Por um longo período da urbanização do município, o bairro foi considerado como limite periférico da expansão urbana, prevalecendo esta idéia até o início da década de 1970. O bairro passou a ser conhecido como o “bairro dos cemitérios”, pois predominava a idéia nos planos urbanísticos o pensamento de que cemitérios deveriam localizar-se o quanto mais afastados da estrutura urbana.

Atualmente, o bairro de Santo Antônio apresenta densa ocupação nas encostas estruturada em microparcelsas observando-se a sub-utilização de espaços livres e de infra-estrutura em área de aterro. A forma de ocupação do solo desconsiderou as referências características da paisagem natural, tanto nas áreas de aterro como nas áreas de encosta, resultando numa inexpressividade no contato com as águas da baía.

Apesar de estar situado a sudoeste da baía, o bairro foi incluso na delimitação da região pela presença de áreas descontínuas e livres que poderão vir a se integrar no

²¹ As poligonais correspondem aos seguintes bairros: Poligonal 8 (Bela Vista, Pedra do Bode, Orla de Santo Antônio); Poligonal 9 (Condusa); Poligonal 10 (Conquista); Poligonal 12 (Ilha das Caieiras).

Foto Aérea de 1970
Baía Noroeste

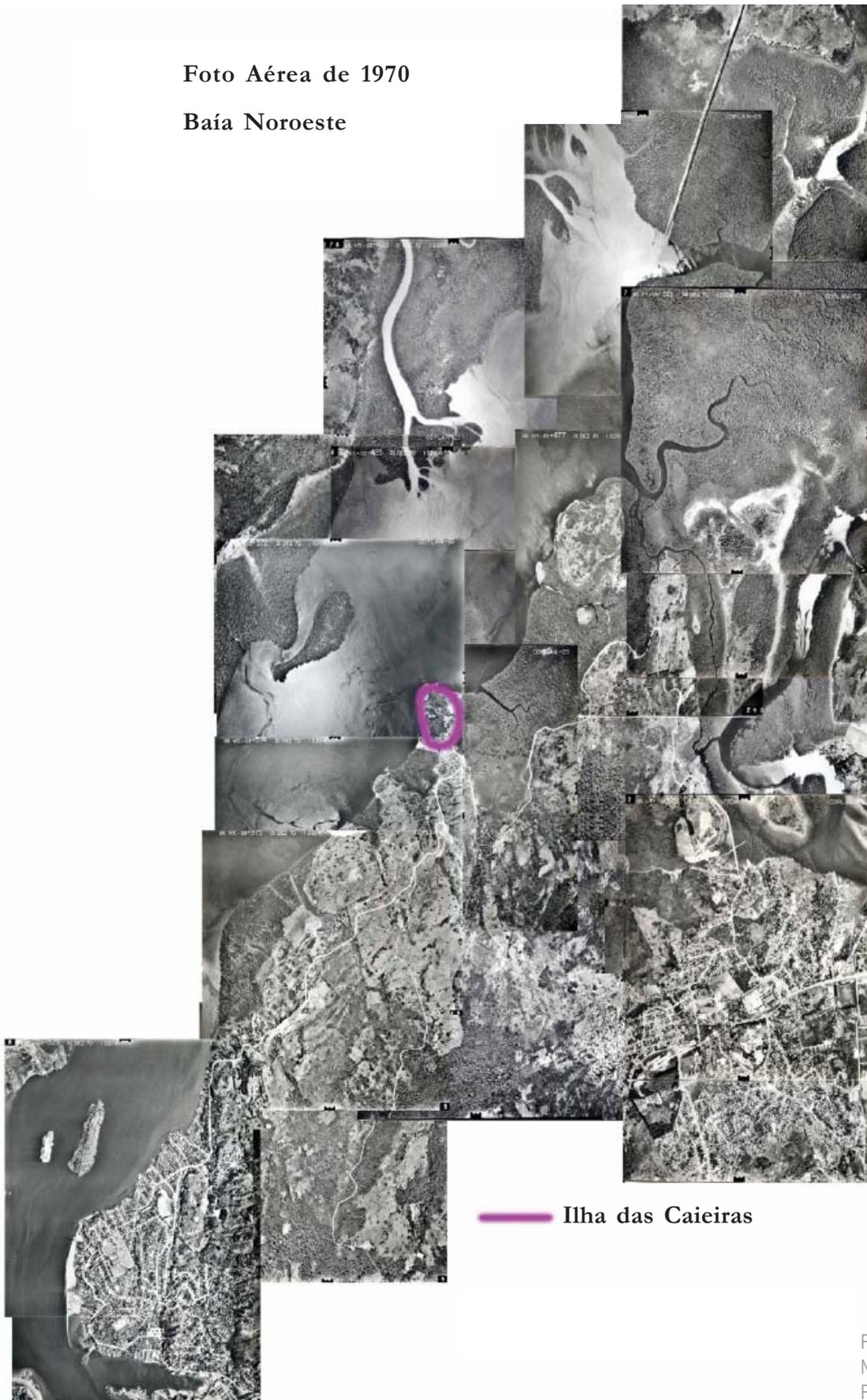


Fig 4.26 Urbanização Baía Noroeste. Foto aérea 1970
Fonte: IPES

Fig 4.27 Urbanização Baía Noroeste. Foto aérea 1990. Fonte: IPES



Foto Aérea de 1990

- Ilha das Caieiras
- Região Noroeste

plano de ecoturismo para a região. A existência de uma estrutura de lazer já montada, tais como o Cais do Hidroavião²², de onde partem embarcações de turistas para passeios ao manguezal e à baía, o Sambódromo e parques livres remodelados pela administração municipal, oferecem opções diversificadas ao turismo, fortalecendo a incorporação do bairro ao sistema de ações propostas para o desenvolvimento da região.



4.28



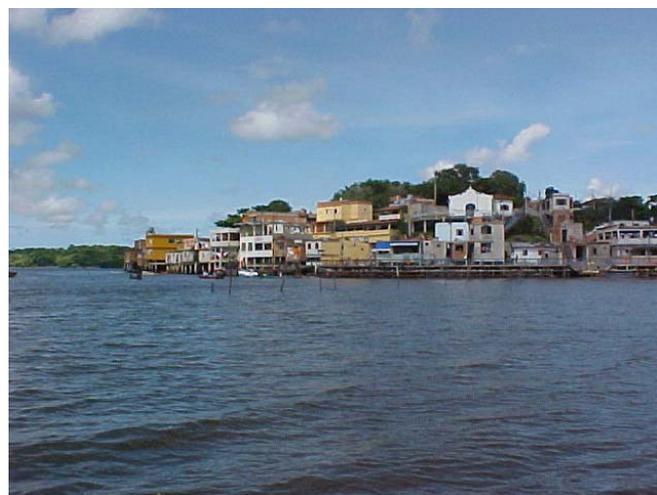
2.29



4.30

Outra forma de ocupação bem antiga da região noroeste é o bairro da **Ilha das Caieiras**, que teve início na década de 1920, e tem suas origens na implantação da fábrica de cal Boa Esperança e no transporte do café produzido nas fazendas de Santa Leopoldina. Os canoieiros, ao transportarem o café em grandes canoas pelos rios Santa Maria e Bubu que desembocavam frente à Ilha, faziam desta um ponto de parada antes de alcançar o Porto de Vitória. A parada na Ilha para estes canoieiros era para um pequeno descanso, entrega de mercadorias ou correspondência, e mesmo simplesmente para tomar uma boa cachaça. A permanência dos passageiros era sempre rápida, pois o destino final da viagem era o Porto de Vitória.²³

²² Na década de 30 foi construído no bairro, o Cais do Hidroavião, instalado naquela região devido à calmaria das águas, a topografia do bairro (protegido pelos ventos) e pela proximidade com o centro de Vitória. O Cais de Hidroavião funcionava como escoadouro de produtos agrícolas provenientes de Santa Leopoldina, e a partir dessa época com a melhoria da estrada de acesso, o bairro passou a ter uma importância maior no contexto da cidade de Vitória. ²³ PREFEITURA Municipal de Vitória. PROJETO TERRA.



4.31



4.32

Com o declínio do café, muitas famílias estabeleceram-se na Ilha por terem ouvido dizer que era um lugar bonito e bom de se morar, com muita fartura de peixes e mariscos. Além das riquezas naturais para sobrevivência das famílias que ali começaram a chegar, havia também a fábrica de cal como outra opção de trabalho. Dessa forma, os canoieiros e pescadores foram os responsáveis diretos pela ocupação da Ilha, sendo os primeiros moradores as famílias provenientes de municípios

Fig 4.28 Parques e infraestrutura de lazer em Santo Antônio. Foto: Vítor Nogueira.
Fig 4.29 Cais do Hidroavião. Fonte: acervo pessoal.
Fig 4.30 Santuário de Santo Antônio. Visitaçao e peregrinos. Foto: Vítor Nogueira.
Fig 4.31 O povoado de Ilha das Caieiras em 2002. Fonte: acervo pessoal.
Fig 4.32 Histórica tradiçao que se mantém: barcos de pescadores atracados em Caieiras. Fonte: acervo pessoal, 2002.

vizinhos - Santa Leopoldina, Cariacica - que chegaram através dos rios Santa Maria e Bubu.

No início da ocupação, as casas eram de estuque, não possuíam energia elétrica e nem água. Usavam lamparina e pegavam água no *Sítio do Jacaré*, ainda hoje localizado às margens da Rodovia Serafim Derenzi. Não existia estrada, somente um “caminhozinho” próximo à maré que quando estava cheia impedia a passagem, fazendo com que os moradores passassem pelo morro existente no local.

A ocupação do bairro foi lenta e gradativa. Os moradores criaram fortes vínculos familiares em decorrência do casamento entre os migrantes das mesmas famílias que residiam no local. Esse é um fato característico na Ilha, ou seja, todas as pessoas que moram na parte baixa do bairro têm um certo grau de parentesco.

Entretanto, esta qualidade de vida existente na Ilha das Caieiras foi rompida quando em 1977 sofreu um grande impacto ambiental com o processo de invasão da região do contorno da Ilha. A ocupação de São Pedro que teve início no mangue compreendia uma extensão de quase 5Km. Além de perder muito da sua privacidade, com as ocupações vizinhas tudo passou a ser jogado na baía afetando diretamente a população da Ilha. Posteriormente a Prefeitura Municipal incorporou o bairro à Administração Regional de São Pedro (Região VII).

Fig 4.33 Invasão em 1977.
Foto: Vítor Nogueira.

A Grande Invasão de São Pedro: a fragilidade dos ecossistemas humanos

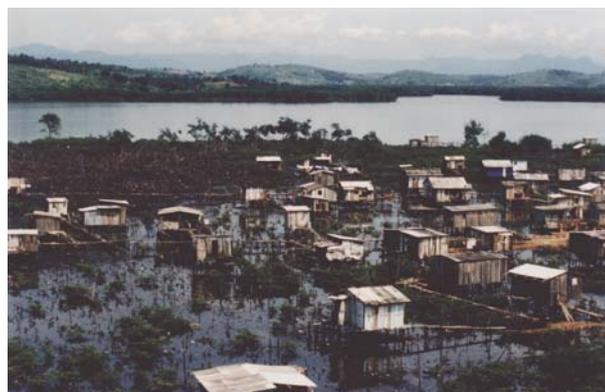
Falar da urbanização na Baía Noroeste, que guarda excelentes potenciais paisagísticos dados pelo mangue e demais ambiências, é tornar evidente um processo de adensamento recente, porém acelerado, cuja ocupação foi gerada, sobretudo, por aterros ao manguezal e por invasão de palafitas.



4.33

A primeira invasão na região de São Pedro iniciou-se em 1977. O primeiro núcleo surgiu com as famílias que foram expulsas da área próxima onde seria construída a nova rodoviária. Essas famílias despejadas foram assentadas numa pequena área de encosta do Maciço Central, ao lado da Rodovia Serafim Derenzi, próximo à Ilha das Caieiras, até então o único núcleo povoado dessa região. Passado algum tempo, com a deposição do lixo no manguezal logo abaixo da área de assentamento, essas famílias se organizaram e formaram o primeiro Movimento Comunitário que tinha como objetivo acelerar a ocupação do manguezal que já começava a ser aterrado com o lixo urbano.

A ocupação da Grande São Pedro deu início a uma mobilização popular e de lutas reivindicatórias que se tornaram a marca de todo o processo, tanto de ocupação como de urbanização da região. Assim, de 1980 a 1982, houve várias invasões organizadas trazendo novos ocupantes, muitas vezes familiares e parentes que já haviam se instalado. O movimento de ocupação avançava em novas áreas agregadas às anteriores, criando uma grande mancha disforme que ocupava as áreas aterradas com lixo, as áreas alagadas e desmatadas. Nessa época, São Pedro já contava com dois outros núcleos, São Pedro I e São Pedro III, cuja localização fazia um anel envolvendo a antiga comunidade da Ilha das Caieiras²⁴.



4.34



4.35

Num mar de barracos feitos apressadamente e de qualquer material, destacavam-se as “pinguelas” que ligavam as casas a uma viela principal e esta à Rodovia Serafim Derenzi²⁵. A situação da área não urbanizada era crítica sob todos os pontos de vista, principalmente na ótica das condições sanitárias e de saúde.



4.36

Pesquisa sócio-organizativa. Poligonal 12 Vitória. 2001.

²⁴ ZECHINELLI, Ivani Soares. *Projeto São Pedro – Desenvolvimento Urbano Integrado e Preservação do manguezal – Vitória (es) – Uma Experiência Municipal a caminho do Desenvolvimento Sustentável.* Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2000

²⁵ Principal rodovia de acesso à região que contorna o Maciço Central na sua parte oeste formando um anel

Fig 4.34 Conjunto de barracos. Ao fundo, a Baía Noroeste. Fonte: Arquivo Público P.M.V.

Fig 4.35 As pessoas circulavam através de pinguelas por sobre o mangue. Foto: Vítor Nogueira.

Fig 4.36 O grande número de migrantes desempregados catavam lixo como

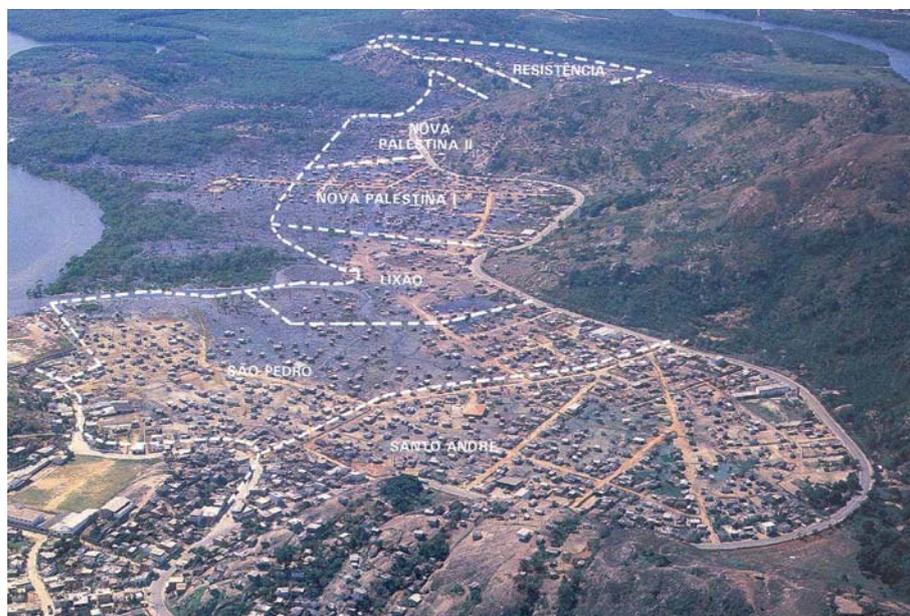
viário, por onde se formaram os assentamentos humanos.

²⁶ Cito In: Vale, Cláudia Câmara. Monografia

O lixo se tornou a principal alternativa de renda e de alimento para aquelas famílias que selecionavam e catavam os restos de alimentos e produtos comercializáveis como plástico, lata, papelão e papel. A alternativa de catação, como forma de sustento, foi se tornando bem sucedida e os catadores se organizaram e formaram a Associação dos Catadores de Lixo de Vitória, que passou a exercer uma grande liderança na região.

Dessa feita, o manguezal, mais uma vez, foi palco de ocupações, aterros e destruição no processo de solicitação de espaços para abrigar a população que migrava de todos os cantos do Estado e regiões próximas, vislumbrando melhorias das condições de vida com as promessas advindas da industrialização e modernização da cidade (ver capítulo Grandes Projetos). Segundo Carmo²⁶ (1989), no período compreendido entre a década de 1970 e o término do seu trabalho foram destruídos 7,6 ha de manguezal no município de Vitória, aterrados sob o lixo e sob os novos bairros periféricos. Entretanto, o manguezal e toda sua riqueza protéica, não significava uma solução alternativa de sustento para aquela população migrante e interiorana, uma vez que não fazia parte de suas histórias de vida.

Apesar das dificuldades e de uma forma precária, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente passou a fiscalizar a região de São Pedro, na tentativa de conter os desmatamentos e a ocupação, mas não foi suficiente para impedir os avanços da ocupação nem a destruição do manguezal. Os aterros causados pela deposição continuavam incentivando o crescimento da ocupação. Em 1987, pressionada pela comunidade local, mas também pela repercussão política negativa das condições dos ocupantes de São Pedro, a Prefeitura Municipal contrata o projeto e execução das obras de urbanização das áreas invadidas.



4.37

forma de sobreviver ao caos.
Fonte: Arquivo Público P.M.V.

Fig 4.37 O Plano geral de urbanização, realizado pela administração municipal, envolvia vários bairros que hoje compreende a Grande

O Projeto de Urbanização de São Pedro foi desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Vitória durante várias administrações públicas sob diferentes enfoques. Definiu-se assim, que a região de São Pedro seria tratada de forma integral envolvendo todos os bairros que se formaram no processo de invasão. A finalização da

urbanização foi determinada como prioridade de governo e estabelecida por um planejamento de longo prazo. As políticas sociais foram ampliadas, fortalecendo a parceria entre poder público e a comunidade.

O projeto final elaborado contemplou a urbanização da área invadida e previu como forma de salvaguardar o mangue remanescente, a construção de canais artificiais no sentido longitudinal às ocupações, estabelecendo limites à segurança do manguezal. Estes foram projetados com largura e profundidades adequadas às finalidades de barreira física e via navegável.²⁷



4.38



4.39

O aterro das grandes áreas foi iniciado após a inauguração da Usina de Lixo – compostagem e reciclagem – que absorveu grande parte dos catadores de lixo da região de São Pedro, num local situado próximo ao Lameirão, onde mais tarde se originaria o bairro Resistência. Esta iniciativa da prefeitura foi uma alternativa no sentido de proteger o mangue e criar condições de salubridade aos catadores de lixo, apesar de muitos terem perdido sua principal fonte de renda (principalmente mulheres e crianças).

Em 1986, em função da urgência e movimentação em defesa desse ecossistema tão sensível à ação antrópica, foi criada a Unidade de Conservação Municipal Ilha do Lameirão que preservaria 891,33 ha de mangue.²⁸ A situação geográfica da Estação Ecológica era estratégica do ponto de vista da preservação, pois se tratava de uma grande ilha circundada por canais naturais, por todos os lados, o que particularmente favorecia a fiscalização por embarcação.



4.40

São Pedro. Fonte: Empresa Odebrecht S.A..

Fig 4.38 Obras de urbanização de São Pedro. Observa-se a presença de canais longitudinais ao traçado das ruas visando preservar o mangue. Fonte: Arquivo Público P.M.V.

Fig 4.39 Canalização em projeção longitudinal à ocupação. Fonte: Arquivo Público P.M.V.

Fig 4.40 A extensão do Lameirão preservado por legislação municipal. Foto: André Alves.

Desde então, a delimitação e preservação do manguezal passaram a ser prioridade das administrações subseqüentes que conseguiram conter as ocupações e a deposição de lixo, dando seqüência à urbanização completa das áreas ocupadas.

O projeto São Pedro incorporou ainda outras áreas de mesma situação, tais como o caso de Estrelinha, Inhanguetá, Grande Vitória e Resistência. Atualmente a Administração Regional de São Pedro (Região VII) é constituída pelos seguintes bairros: *São Pedro I, São Pedro II, São Pedro III, São Pedro IV, Ilha das Caieiras, Santo André, Redenção, Nova Palestina, Resistência, Comdusa e Conquista*. Os bairros de Estrelinha, Inhanguetá e Grande Vitória são integrantes do Projeto e do processo de ocupação do manguezal de São Pedro, porém pela identidade e descontinuidade territorial fazem parte da Administração regional de Santo Antônio.

Na interpretação de Zechinelli, a visão institucional sofreu avanços com o desenrolar das intervenções, o que favoreceu as relações entre poder público e comunidade

Tabela 1 - População de Vitória por Regiões Administrativas e taxa de crescimento populacional, 1991 e 2000.

	ANO	POPULAÇÃO			Taxa Crescimento 1991/2000
		homens	mulheres	População total	
	1991	9642	11723	21365	
	2000	8573	10221	18794	-12,03%
Região II	1991	17241	18704	35945	
	2000	19395	21319	40714	13,27%
Região III	1991	14787	16311	31098	
	2000	15971	17752	33723	8,44%
Região IV	1991	25198	26778	51976	
	2000	25523	27680	53203	2,36%
Região V	1991	11888	14553	26441	
	2000	12978	15319	28297	7,02%
Região VI	1991	30364	34922	65286	
	2000	38515	44415	82930	27,03%
Região VII	1991	8343	8489	16832	
	2000	12043	12498	24541	45,80%
TOTAL	1991	117463	131480	248943	
	2000	132998	149204	282202	13,36%

Gráfico 1- População de Vitoria por Regiões Administrativas em 1991 e 2000

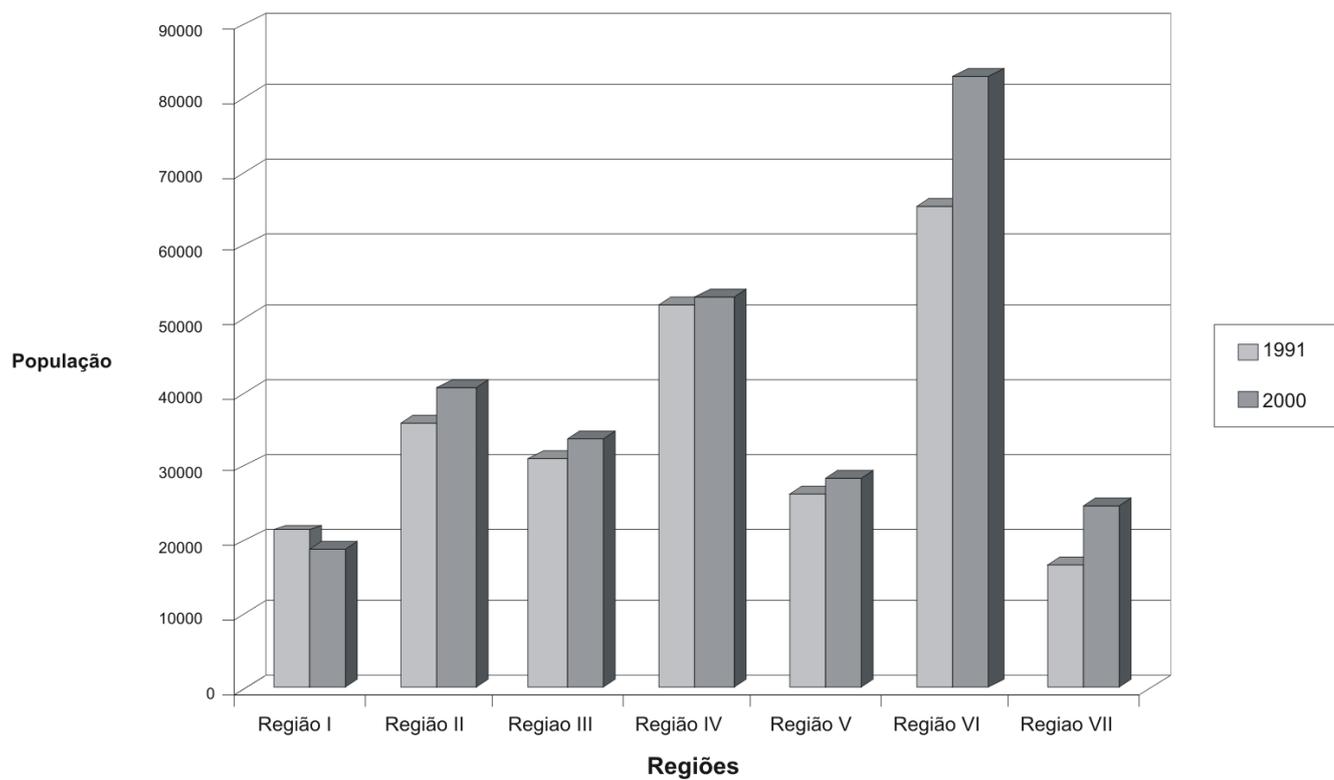


Fig 4.41 A invasão no início da década de 1980 se estende por grande área de mangue, às margens da Rodovia Serafim Derenzi. Foto: Vítor Nogueira.

4.41

²⁷ ZECHINELLI, I. 2000, p.96 a p.98.

na percepção da importância do meio ambiente, vindo a demonstrar um diferencial positivo no processo. Segundo a autora,²⁹ a história de São Pedro poderia não ser a mesma se os atores sociais, individuais ou coletivos não se organizassem e se unissem em prol da melhoria das condições de vida a que estavam submetidos. A população que para ali convergiu, forçada pelas circunstâncias que ali advieram, ou seja, a exclusão social de moradia e do trabalho, foi resultado de uma política de desenvolvimento que não levou em consideração todos os fatores que influenciaram esta ocupação subnormal.

Cultura: conceito de diferença?

“ Em diversas ocasiões a luta, a perseverança e a tenacidade dessas pessoas foram os fatores mais importantes para que o processo se instalasse e se desenvolvesse conforme ele se apresenta hoje. As conquistas sociais são o fruto dessa luta e da organização, sob a liderança de muitos no decorrer do tempo. A luta primeira se constituiu pelo direito a um local de moradia, depois vencer a natureza hostil que o mangue representava, aliada ao sentimento de se constituírem no “resto” da sociedade, visto que eram misturados ao que a sociedade rejeitava – o lixo . A conquista posterior foi a urbanização que os faria semelhantes à cidade legal, e com ela o direito à saúde, à educação, ao transporte, à infra-estrutura e ao emprego”.

Zechinelli

Fig 4.42 A Grande São Pedro em 1997, incluindo o bairro de Ilha das Caieiras
Foto: André Alves.



4.42

A Baía pelas Tradições Culturais

O mundo humano é um mundo de produtos que integra um todo, é o mundo da percepção sensorial. O mundo social está carregado de significados simbólicos e afetivos e cada objeto contém as tradições – técnicas sociais e espirituais – que lhe atribuem um valor simbólico, um estilo, enfim, uma cultura. Daí, a importância dos símbolos culturais associados à imagem de uma localidade, cidade ou região, imprimindo-lhe caráter único, demonstrando através da forma e da técnica, na combinação de seus elementos naturais e construídos, uma forte expressão de seu cotidiano. As diversas formas de manifestações culturais presentes na Baía Noroeste são resultantes da identidade relacional e histórica que seus habitantes estabelecem com o lugar.

Nesse sentido, vale tentar uma aproximação do conceito de cultura e como esta se relativiza num contexto mais amplo, do universo global. A dificuldade de explicar a origem da peculiaridade do racionalismo ocidental do ponto de vista da história da cultura reside em que ótica ela deve ser abordada. Como se sabe, a racionalidade está presente em todas as culturas, mas quais seriam as combinações e os aspectos fundantes no surgimento de uma nova ordem constitutiva da modernidade ocidental? Eis a questão central que movimenta intermináveis ensaios e debates acerca do assunto. *“Nós ocidentais somos completamente diferentes dos outros”*. Este é o grito da vitória ou a longa queixa dos modernos.

A interpretação de Levebvre para a ambivalência universal é de que o mundo é constituído por dois setores: **o dominado e o não dominado**. O *setor dominado* da escala humana é o conjunto da atividade produtiva – a práxis – submetida ao controle humano e que tende a consolidar um determinismo.³⁰ O *setor não dominado* compreende tudo aquilo que a atividade não pode consolidar. Neste contexto, portanto, o pensamento primitivo tende a dominar o que não se domina através da magia e da arte, que seriam extensões ilusórias das realidades desconhecidas.

Para Freud, o pensamento trabalha sobre percepções e reminiscências, com vistas ao conhecimento e à transformação da realidade exterior. Tal conhecimento pode ser falseado e, conseqüentemente, influir na transformação, quando a percepção é suprimida ou deformada, ou quando o pensamento produz associações errôneas ou deficitárias. Isto é, ou os objetos podem não serem percebidos, ou as conexões – por contigüidade ou similaridade - podem ser insatisfatórias, mas a consciência sempre quer conhecer a realidade.³¹

Nesta ótica, os antropólogos afirmam que a consciência primitiva contém elementos racionais que se manifesta na atividade produtiva e na sua forma de se relacionar com o mundo. Entretanto, a interpretação dessas práticas constantemente cede lugar à magia e a bruxaria. Ambas as formas surgem quando as circunstâncias práticas ou naturais do cotidiano os colocam numa relação destrutiva, encontrando nelas a explicação para a causalidade, o inexplicável.

A antropologia clássica acredita que o a racionalidade não é um privilégio apenas da cultura ocidental e ou dos povos civilizados, mas também é inerente ao

²⁸ Zechinelli,2000, p.87.

²⁹ ZECHINELLI,2000, p.138 e p.139.

³⁰ O determinismo tem como lugar o conjunto de determinantes e finalidades da atividade.

³¹ LEITE, Maria A. F Pereira In: A reflexão: natureza, paisagem e lugar (Cap,3) As tramas da Segregação. Tese

pensamento primitivo. Grandes estudiosos da ciência antropológica como Malinowski, Lévi-Strauss e Pritchard buscaram no particular evidenciar o universal, ou seja, estudando a cultura do homem primitivo demonstrar que existe uma natureza humana comum. Todos eles com abordagens diferentes admitem que nas sociedades primitivas existem dois domínios, o domínio da ciência e o domínio da magia e da religião.

Levi-Strauss³² defende bem este argumento quando analisa os indígenas em *O Pensamento Selvagem*, estabelecendo uma correlação entre a racionalidade primitiva e a científica. Ele parte do princípio que “*a ordem é a base de todo o pensamento primitivo*”. A classificação, seria então, a forma de organizar a desordem, superar o caos, enfim uma etapa em direção a ordem racional e ela está presente até na percepção estética. Para o autor, o pensamento selvagem é lógico, no mesmo sentido e da mesma forma que o nosso, mas apenas como é o nosso quando aplicado ao conhecimento de um universo cujas propriedades físicas e semânticas ele, pensamento, reconhece simultaneamente.

Dessa maneira, a consciência moderna teria inúmeras vivências do pensamento primitivo (elementos da intuição destinados a completar a lógica formal), porém todas estas formas separadas e opostas como ciência, religião, e arte, sendo resultados da diferenciação socialmente determinada pela atividade produtiva. A consciência humana comprometida no doloroso conflito entre esta atividade e o *mundo não dominado* (impulsos fisiológicos, sexuais, tempestades naturais, etc), buscam a solução na religião, na magia, na arte e na estética, e que de certa forma compõem o diferencial cultural. Todas estas formas da atividade implicam numa tentativa de compreender e governar o *mundo não dominado*.³³

Da mesma forma, Latour (2000) analisa a ciência antropológica como parâmetro na condução de sua reflexão sobre cultura e sociedade, demonstrando que a moderna cultura ocidental precisa de uma atitude dualista em que separa conhecimento / natureza e já nos povos primitivos, o pensamento é monista, acreditam que tudo faz parte de uma só unidade, contrariamente ao pensamento da sociedade moderna. Apenas nós diferenciamos de forma absoluta a natureza e a cultura, ciência e sociedade. Nas culturas deles, todas estas dimensões, os signos e as coisas são quase coextensivos.

Nesta perspectiva, houve uma grande divisão entre “nós” modernos e “eles” pré-modernos. Na interpretação de Latour apenas nós diferenciamos de forma absoluta

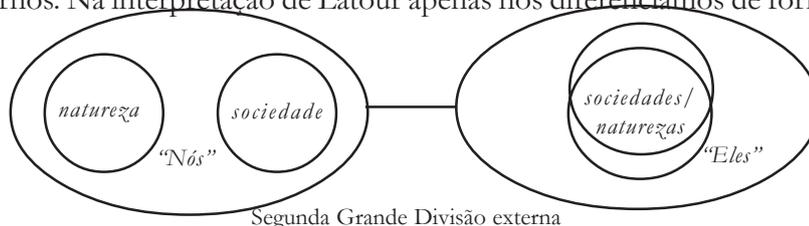


Diagrama 4: Latour

Dimensions of Globalization. Minneapolis: University of Minnesota Press. 1996.

³⁵ HAROOTUNIAN, Harry. In: *History's Disquiet, Modernity, Cultural Practice, and the Question of Everyday Life.* New York:

Desse modo, a mobilização de grupos distintos faz parte da contestação de valores sobre diferença, como distinção das conseqüentes diferenças de poder, segurança, riqueza.

A perspectiva da oposição binária existente entre moderno/não moderno e entre Ocidente/não Ocidente gera sempre uma desigualdade globalizante que é ponto fundante da modernidade. Podemos afirmar que uma das possibilidades dessa exclusão vivida pelas sociedades periféricas está relacionada com a expansão imperial que na forma moderna, subsiste pela exportação de capital e pela desterritorialização colonial.

Para Harootunian³⁵, “*práticas históricas diferenciadas que travam relações entre si dividem a mesma temporalidade*”, ou seja, os elementos são sempre recorrentes (tempo progressivo, aperfeiçoamento), “*mas seus processos transformativos são conduzidos por agências e mecanismos que se identificam com o mesmo modo de produção.*” Portanto, a única forma possível de combinar a prática totalizante com a prática das tradições culturais e locais, seria através de uma reinterpretação da modernidade, introduzindo e adaptando as diferenças. Dessa maneira, as sociedades periféricas desmontaram o conceito de modernidade universal, recriando-a e dando origem às modernidades deslocadas ou alternativas.

Memória Coletiva das Tradições Culturais e Geração de Renda

As desfiadeiras de siri

A orla da região noroeste tradicionalmente tem sua existência e desenvolvimento ligado às práticas marinhas. Na região, muitas comunidades sobrevivem da pesca e da catação de siri. As mulheres desfiadeiras majoritariamente são moradoras do bairro Ilha das Caieiras e áreas contíguas. Organizaram-se em grupos, e parte delas integra a “Associação de Desfiadeiras de Siri” na qual processam e vendem seu trabalho, sendo que a maioria ainda trabalha por conta própria desfiando o marisco em suas casas.



4.43

Fig 4.43 As desfiadeiras D.Lindaura, D. Euza e Simone Leal: prática tradicional na Ilha das Caieiras. Fonte: acervo pessoal.

Comer caranguejos é um hábito cultural dos habitantes da cidade. Para se ter uma idéia de quanto o caranguejo *Ucides cordatus*, é apreciado pelos moradores e turistas, Alves faz uma estimativa de 2000 dúzias de caranguejo comercializadas no verão de 1997, por semana, no município de Vitória.³⁶ Aproximadamente metade dos caranguejos comercializados em Vitória é capturada nos manguezais que circundam o município. A outra metade vem do norte do Espírito Santo e do sul da Bahia.

E não é só a matéria-prima (siri desfiado) que é atração no bairro, mas também os restaurantes de frutos do mar são procurados e prestigiados por oferecerem moqueca capixaba, casquinha de siri e a famosa torta capixaba. A atenção dada a esses restaurantes ultrapassa o fato da procura por boa comida, mas também o ambiente e atmosfera que cerca o lugar onde os próprios moradores do bairro se encarregam da matéria-prima. A “moqueca capixaba” talvez seja a referência de maior projeção, tanto dentro como fora da cidade. Isso pode ser visualizado nos materiais de divulgação do Estado.

Uma outra tradição centenária é degustar a fritada de mariscos na panela de barro - mais popularmente conhecida como “torta capixaba” - que começou há mais de 150 anos com as classes mais pobres. Durante a Quaresma, os ricos faziam jejum à base de bacalhau importado de Portugal, enquanto os menos favorecidos comiam mariscos provenientes do mangue. Com o passar do tempo, o prato ficou mais popular e se tornou tradicional em todas as camadas da população. Preparada durante todo o ano em restaurantes especializados em frutos do mar, a iguaria é quase uma unanimidade quando chega a época da Semana Santa.

A desfiadeira Eliana Santos Muniz Corrêa, moradora de Caieiras e nativa da região, além de desfiadeira, tradição repassada há gerações, agora é microempresária, proprietária do restaurante Recanto do Siri na Ilha das Caieiras. No local, já recebeu turistas de várias partes do país e até do exterior. Segundo ela “são visitantes de São Paulo, Minas Gerais, além de americanos, japoneses e angolanos.”³⁷ Fundadora da associação e da cooperativa das desfiadeiras, Eliana completa: “*Antes as pessoas tinham vergonha de dizer que eram desfiadeiras e pescadores. Agora temos orgulho de nossas origens*”.

Os Caranguejeiros do Mangue

Dentro das atividades relacionadas à culinária, temos a cata do caranguejo, destacando-se o trabalho dos caranguejeiros, definidos por André Alves³⁸ como os “*argonautas do mangue*”, numa referência aos guerreiros da mitologia grega. Em sua pesquisa, ele revela o perfil desses homens cuja habilidade adquirida na experiência vivida diariamente no mangue, confere-lhes uma valentia e sabedoria inigualáveis, diante de tantas dificuldades encontradas.

Na descrição de Alves, “*a floresta de mangue é um ecossistema de transição entre a água e terra firme, irrigada por uma infinidade de pequenos canais diariamente inundados pela marés. Durante as marés altas, é possível navegar no interior da*



Fig 4.44 Moqueca capixaba.
Fonte: acervo pessoal.

Columbia University Press.
2000.

³⁶ ALVES, André. *Os Argonautas do mangue*. Mestrado pelo Departamento de Biologia da Universidade de Campinas. São Paulo. 2002. p.136.

³⁷ A GAZETA. *Periferia entra na rota do turismo*. Suplemento Grande Vitória. Vitória. 19/01/2003

³⁸ ALVES, André. *Os Argonautas do mangue*. Mestrado pelo Departamento

de Biologia da Universidade de Campinas. São Paulo. 2002.

³⁹ ALVES, 2002, p.124.

⁴⁰ ALVES, 2002, P.126.

Ilustrando essa dificuldade, Alves ressalta aqui a técnica de captura “no braço” que consiste basicamente em localizar o buraco do caranguejo e enfiar o braço na lama para capturá-lo com a mão. Normalmente, “fura-se a lama” com o pé ou com a mão na direção do local onde se imagina que o caranguejo esteja e introduz-se o braço nesse furo. Se a direção do furo estiver certa, ou seja, se o furo atingir a toca, sairá água pela sua abertura. Os movimentos têm de ser rápidos. A mão deve estar fechada quando o braço é introduzido no buraco para evitar que o caranguejo agarre os dedos com as suas puãs.

⁴¹ A redinha prevê o uso de armadilhas que normalmente são colocadas num dia e retiradas no outro. Para localizá-las no dia seguinte, costuma-se fazer uma marcação, descascando o caule das árvores ou colocando um punhado de lama onde foi armada a redinha. Ao saírem dos buracos, os caranguejos vão

floresta de mangue”.³⁹ Os caranguejeiros e catadores de siri-açu são provavelmente os maiores conhecedores dos segredos de tais florestas.

Andar no interior dessa floresta alagadiça não é uma tarefa fácil. O solo é mole e lamacento. Algumas técnicas e princípios devem ser seguidos e são passados de geração em geração. Uma tradição, quase uma ciência empírica. Alves no desenvolvimento do seu trabalho acompanhou de perto a atividade do caranguejeiro e relata que “*andar na lama cerca de quatro horas por dia e carregar um saco com até dez dúzias de caranguejo exige além de habilidade, muito preparo físico. Nesse esforço diário, eles revelam sua forma de sobrevivência. Quanto menor o barco, mais se consegue penetrar no emaranhado de raízes. Dessa forma, os caranguejeiros que residem nos bairros situados no lado noroeste (região da Grande São Pedro) da Ilha de Vitória, vão para o mangue remando em canoas e na volta utilizam sacos de ráfia para acondicionar os caranguejos.*”⁴⁰ Se a maré está cheia, não adianta o caranguejeiro ir para o mangue, pois as tocas dos caranguejos estarão cobertas pela água e ele não vai poder trabalhar. Por isso, eles utilizam o período de maré baixa, tendo um limite de até 6 horas de trabalho até que a maré suba novamente e inunde a floresta de mangue.



4.45

As técnicas tradicionais são mais seletivas e menos produtivas, e por isso proporcionam um uso mais sustentável do recurso natural. Como atualmente existe no mangue uma menor população de caranguejos, fica quase impossível capturar, utilizando as técnicas tradicionais, uma quantidade de caranguejos necessária para a subsistência. Dessa forma, o uso da “redinha”⁴¹ é praticamente imposto pela atual situação. O uso da redinha está proibido através de portarias federais em várias regiões do Brasil, mas não existe ainda uma portaria que normatize a pesca do caranguejo, como já existe para diversos tipos de peixes e crustáceos.

Para sobreviver da venda desse crustáceo, os caranguejeiros tiveram de desenvolver também sua habilidade comercial, pois na maioria das vezes, são eles próprios ou parentes que negociam os caranguejos. Segundo Alves, eles convivem com realidades de tempo e espaço completamente diferentes: de um lado, o manguezal, e de outro, a cidade. O horário de trabalho no manguezal é regulado pelas marés, enquanto o comércio é regulado pelo fluxo de fregueses. Os caranguejeiros têm que conciliar os dois tempos em sua profissão. As leis de mercado influenciam, e muito, a relação dos caranguejeiros com o manguezal. A demanda por uma grande quantidade de caranguejos a serem consumidos, a concorrência de outras regiões e a pressão dos atravessadores fez com que eles tivessem que aumentar a quantidade de caranguejos capturados para obter a mesma renda anterior.

Fig 4.45 Seqüência de imagens mostrando a dificuldade da técnica da cata do caranguejo no mangue. Fotos: André Alves.



Fig 4.46 Seqüência de imagens mostrando o caranguejeiro com destino à comercialização do produto. Há sempre a figura do atravessador neste comércio. Fotos: André Alves

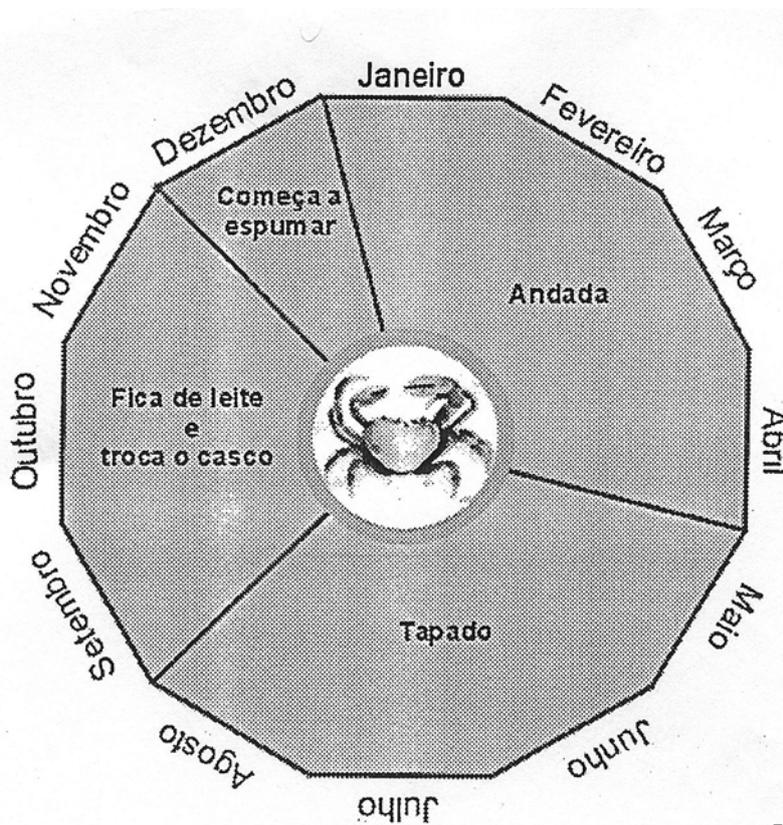
4.46

Considerando a produtividade e a geração de renda que um único manguezal pode proporcionar, deveríamos ter uma atitude mais responsável para lidar com seus processos naturais e assim garantir uma extração dos seus recursos mais sustentável. André Alves aborda o problema, fazendo uma pequena analogia da produtividade e geração de renda. Segundo ele, cada caranguejeiro pega em média 25 dúzias de caranguejo por semana, no verão. Tendo por base 53.440 dúzias de caranguejos capturados por ano, somente pelos caranguejeiros do município de Vitória, sendo comercializado a dúzia no valor de R\$ 5,00, chegamos a uma renda anual de R\$ 276.200,00 para um grupo de aproximadamente 90 pessoas.⁴²

se embolar nessas armadilhas

A partir do final do outono, durante o inverno e início de primavera essa quantidade cai para quase a metade, e muitos caranguejeiros passam a fazer biscates para manter suas famílias. O catador de caranguejo, atualmente, pertence à categoria de marisqueiro e sua profissão está regulamentada na Delegacia Federal de Agricultura, passando a receber os benefícios sociais do INSS.

DIAGRAMA 5 Ciclo de vida do caranguejo



Fonte: André Alves

abandonadas e se não forem encontrados, morrem.

⁴² ALVES, 2002, p.139.

⁴³ Período em que os caranguejos machos e fêmeas saem das tocas e andam pelo manguezal para se acasalarem. Posteriormente as fêmeas andam para liberar os filhotes geralmente às margens dos canais.

⁴⁴ Citado In: Ferreira, 1989.

⁴⁵ CARMO, Tânia Mara Simões et alli. Os Manguezais da Baía de Vitória, Espírito Santo: um ecossistema ameaçado. In:

Na época da “*andada*”⁴³ os caranguejos ficam mais vulneráveis e fáceis de serem apanhados, andam por todo o mangue e perdem o instinto de defesa e direção. Se por um lado, a andada proporciona divertimento para os moradores dos bairros vizinhos ao mangue, gera um grande impacto no ciclo de vida desses crustáceos. Os caranguejeiros também capturam caranguejos durante a andada, embora a maioria selecione apenas os machos e não as fêmeas.

As exigências para que essa produção seja conservada e até ampliada deveriam estar apoiadas num maior cuidado dos indivíduos em relação a forma e o volume de extração, assim como, numa regulamentação da legislação ambiental e trabalhista, que assegure o equilíbrio do ecossistema. A captura do caranguejo deve atender, antes de às lei do mercado, às leis naturais do manguezal.

A exploração do tanino para confecção da panela de barro

Em Vitória, a confecção de panelas de barro, típicas da cozinha e do artesanato capixaba, incentiva a exploração do tanino que é outra atividade associada ao mangue. Na fase final de elaboração da panela, a mesma recebe, ainda quente, uma pintura feita tendo por base o tanino e a água, tornando-a enegrecida e impermeável. Tal substância é retirada da casca da *Rhizophora mangle*, que segundo Rizzini e Mors ⁴⁴(1976), possui um teor de tanino entre 15% e 25%. Para eles, os manguezais possuem a maior reserva de tanino dentre os demais vegetais do mundo.

Fig 4.47 Seqüência modelagem, pintura, queima e comercialização da panela de barro. A tradição centenária herdada dos indígenas foi incorporada à culinária capixaba. Fonte: acervo pessoal.



Na avaliação de Ferreira (1989), apesar de constituir uma tradição local, a exploração de tanino em Vitória é feita de forma predatória, pois uma vez retirada grande porção da casca de uma *Rhizophora*, esta seca e morre. Para Carmo et alli ⁴⁵o rompimento total dos vasos condutores afeta drasticamente o controle hídrico da planta e o transporte da seiva, alterando os processos vitais, como reprodução e crescimento, podendo levar a planta à morte. Observa-se vários casos desses ao norte da Ilha do Lameirão e outros manguezais adjacentes. Entretanto, a prática dessa atividade faz parte da tradição capixaba. A Associação das Panelas de

Goiabeiras é regulamentada por uma lei municipal e recebe o apoio da Companhia Vale do Rio Doce.

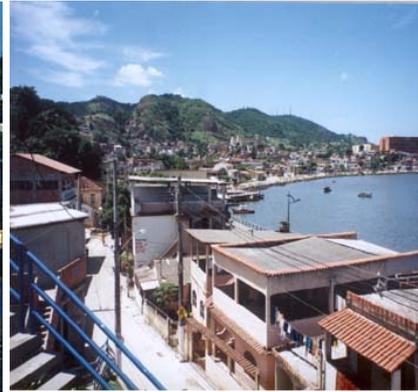
Segundo a autora, alguns pescadores também se utilizam deste corante para tingir e conservar suas redes. Uma prática atualmente empregada para obtenção do tanino consiste no anelamento do tronco de *Rhizophora mangle*, ou seja, quase 100% do perímetro do tronco é descascado. A madeira retirada e comercializada entre os próprios moradores da região de entorno constitui também uma ameaça à biota vegetal.

A referência musical local são as bandas de congo, apontadas como representantes do folclore da cidade. O Centro Cultural Caieiras é responsável pela organização de projetos que desenvolvem o talento e aptidão dos meninos moradores da região para esta manifestação cultural. Atualmente, já existe a banda de Congo Mirim da Ilha das Caieiras.

O nome Ilha das Caieiras originou-se de dois fatores característicos: um geográfico e outro histórico. Geograficamente, no começo de sua ocupação a área estava cercada pelo mangue, que por ocasião das enchentes da maré, lhe conferia um aspecto insular. Historicamente, a expressão “caieiras” significa fábrica de cal ou forno onde se calcina a pedra calcária para se fazer a cal. A palavra no plural surgiu a partir da disseminação de fornos dedicados a essa atividade na região, além de estar nas proximidades da Ilha da Cal. Todavia, não há notícias de jazidas de calcário em rocha na Ilha das Caieiras, que pudessem fornecer a matéria-prima para a fábrica de cal. O material era proveniente das ostras abundantes no lugar e de sua vizinhança.



4.49



4.50

A Ilha das Caieiras apresenta um particularismo especial dentre os bairros que compõem a Baía Noroeste. A horizontalidade que marca o encontro das águas com a vegetação é quebrada pelo recorte das montanhas que se elevam ao longe. Enquanto o sol se põe, as canoas retornam vagarosas e se fazem notar pela luz do sol poente refletida em espectros coloridos sobre as águas tranquilas da baía.



4.51



4.52

Nesse sentido, o lugar guarda em si e não fora dele o seu significado e as dimensões do movimento da história em constituição enquanto movimento da vida, possível de ser apreendido pela memória, através dos sentidos e do corpo. Assim, a análise do lugar envolve a idéia de *“uma construção tecida por relações sociais que se realizam no plano do vivido, o que garante a constituição de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizatória que produz a identidade homem-lugar, que no plano do vivido se vincula ao conhecido – reconhecido”*⁴⁶.

Fig 4.49 Ilha das Caieiras e tendo ao fundo o Mestre Álvaro. Fonte: Projeto Terra

Fig 4.50 Ilha das Caieiras e ao fundo o Maciço Central. Fonte: acervo pessoal.

Fig 4.51 Atracadouro ao entardecer. Foto: Vítor Nogueira.

Fig 4.52 Os barcos retornam ao sol poente. Foto: Vítor Nogueira.

Ana Fani Carlos ao definir a tríade cidadão-identidade-lugar aponta como necessária a esta interlocução considerarmos algo fundamental: a corporeidade. Através do corpo, o homem habita, se apropria do espaço e estabelece relações no seu cotidiano. Por isto, os lugares se aproximam mais do conceito de bairro do que metrópole. O espaço ganha sentido no âmbito do local. Dessa forma, o lugar é sempre um espaço presente com suas ligações e conexões cambiantes.



4.53



4.54



4.55

Por isto, podemos atribuir a noção de lugar ao bairro Ilha das Caieiras. Neste lugar, há paisagem sempre que o olhar se desloca, o desenraizamento é sua condição. A paisagem do bairro é rica pela diversidade de ações, atores, cenas e cores. A riqueza dela está na paisagem em movimento, constantemente recriada, bela, porém fugaz, não ordenada, não padronizada. Plural e múltipla.



4.56



4.57

Fig 4.53 Pescadores tecem suas redes no espaço público. Fonte: acervo pessoal.

Fig 4.54 Pescadores saem para pescar. Fonte: acervo pessoal.

Fig 4.55 Pescadores em atividade na Baía, extensão de suas casas. Foto: André Alves.

Fig 4.56 Meninos empinam pipa defronte a baía. Fonte: acervo pessoal.

Fig 4.57 Meninos brincam na passarela. Fonte: acervo pessoal.

Fig 4.58 O ambiente é próprio para a contemplação. Fonte: acervo pessoal.

Fig 4.59 A praça é utilizada pelos moradores. Foto: Vítor Ferreira.



4.58



4.59

O lugar contém uma multiplicidade de relações, discerne um isolar, ao mesmo tempo em que se apresenta como realidade sensível correspondendo a um uso, a uma prática social vivida. Neste contexto, o lugar revela a especificidade do conteúdo social. Em oposição à cidade modernista, de visão global e unificadora, existe neste lugar, uma memória pautada na valorização das particularidades, dos elementos tradicionais, das perspectivas visuais, da atmosfera natural em busca de um prazer contemplativo.

Pelas ruas é possível um caminhar impreciso, revelador, indefinido, ilimitado, sinuoso. Um lugar onde a dissolução da ordem e dos limites em favor da mobilidade e da distração nos leva a tantos caminhos quanto imagináveis. Quase não percebemos a mudança do caminhar por sobre o território e por quando passamos a nos movimentar sobre as águas nas canoas. As casas que se localizam no limite entre a baía e o arruamento, avançam por sobre as águas, formando muitas vezes “garagens” para os barcos. Construídas sucessivamente uma ao lado da outra, liberam frestas por estreitas passagens que possibilitam novamente o contato com a paisagem particular da baía. A construção de uma passarela e um atracadouro de barcos pelo Projeto Terra, permitiram uma fruição mais ampla da paisagem.



4.60



4.61

Os personagens que compõem o quadro de atividades do lugar, possuem uma forte ligação com o mar e o mangue. Os canoieiros e os caranguejeiros são uma referência forte a ser lembrada. No início da ocupação os pescadores se dedicavam apenas à pesca e à comercialização de peixes. A população local não dava importância aos outros frutos do mar disponíveis no local, que segundo alguns moradores, eram utilizados como alimentos para os porcos. Foi somente na década de 1970, que o desfilio e a comercialização do siri passou a ter importância e hoje é a principal atividade econômica do local. Desse modo, as desfiladeiras de siri tornaram-se figuras de representatividade e com uma particularidade, pois são compostos por grupos femininos, que constantemente sentam-se à beira de suas casas ou nas calçadas para praticar o desfilio do siri. Nesse sentido, a necessidade de identificar valores singulares da região é importante para a fortalecimento e divulgação da identidade local.

A construção de uma identidade é um processo e, como tal, sujeito a mudanças. É evidente que o lugar se define inicialmente, como a identidade histórica que liga o homem ao local, porém devemos repensar a identidade do lugar cada vez mais dependente e construída no plano do mundial. Esta condição faz com que a história do lugar passe cada vez mais pela história compartilhada que se produz além dos limites físicos do lugar, isto é, de sua situação específica. Isto significa dizer que a

Fig 4.60 A rua Felicidade resguarda algumas casas pioneiras da ocupação inicial. Fonte: acervo pessoal.

Fig 4.61 Sob as casas que avançam sobre a baía é comum “garagens” para barcos. Fonte: acervo pessoal.

⁴⁶ CARLOS, Ana Fani Alessandri. O lugar no/do mundo. São Paulo. Hucitec.1996.p.30

ótica da simultaneidade mais do que determinar a natureza do lugar, hoje, esclarece a articulação entre as diversas esferas regionais. Nesse sentido, a escala das variáveis é maior do que a escala do lugar, já afirmava Milton Santos.

O evento do turismo associado à imagem do lugar entra com forte apelo publicitário e de divulgação pela conjugação de interesses públicos e privados. Milton Santos ao analisar a questão do interno e do externo e sua influência no espaço geográfico, afirma que “ *a internalização do externo não se dá de forma arbitrária, mas em lugares específicos, onde podem combinar-se as variáveis internas com as externas. Nenhuma variável externa se integra numa situação, se esta não tem internamente as condições para poder aceitá-la. A combinação depende da articulação entre as diferentes variáveis , daí cria-se um novo precipitado.*”⁴⁷

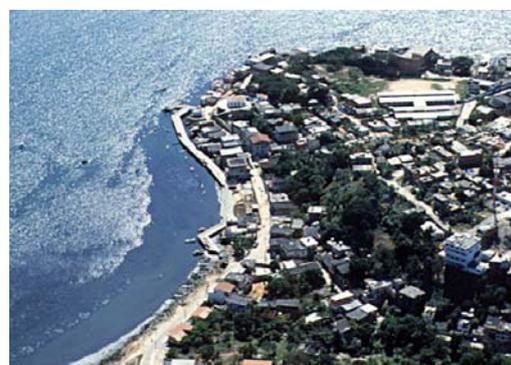
Nesse sentido, o *fato novo* nem sempre é desejado pela estrutura hegemônica da sociedade. O novo pode ser recusado se traz uma rutura que pode retirar a hegemonia das mãos de quem a detém. Por isso, se a cultura local não possuir uma certa autonomia para impedir que interferências externas venham descaracterizá-la, sua conformação e afirmação, podem vir a se tornarem inconsistentes e sem força.

Assim, a análise dos componentes da paisagem e da dinâmica estabelecida pelas relações sociais com o meio permite um conhecimento amplo do lugar, uma vez que a realidade de uma sociedade não se encontra na massa de fatos e fenômenos superficiais como fatos casuais e desligados entre si, mas sim, quando por detrás desses fatos se coloca em evidência elementos e relações fundamentais que constituem a totalidade.

Caracterização e tipologia

A Ilha das Caieiras tem uma área total de 119.052 m² e apresenta duas áreas diferenciadas. A primeira parte situa-se no plano, cuja caracterização insular desapareceu ao ser incorporada ao território com a urbanização; a segunda ocupa o acidentado de relevo suave (cota 30), correspondente ao morro.

A parte alta chamada de Morro da Ilha teve uma ocupação mais recente após a retirada de terra para a urbanização dos bairros da Grande São Pedro, e atualmente caracteriza-se por um adensamento de construções.⁴⁸ Para quem circula no morro fica difícil a visibilidade da baía, pois a ocupação desordenada forma um bloqueio visual para a baía.



4.62



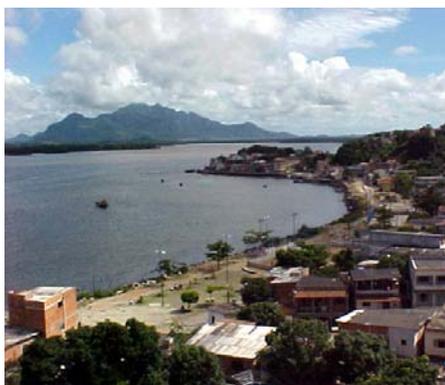
4.63

Fig 4.62 A vista aérea de Caieiras incorporada ao território por aterros. Fonte: Projeto Terra.

Fig 4.63 A ponta de Caieiras projeta-se sobre a baía. Fonte: acervo pessoal.



4.64a



4.64b



4.65

Poligonal 12

População – 1994 – 2000

Bairro	População 1994*	População 2000**
Ilha das Caieiras	592	1.531

Fonte: *História e Histórias da Ilha das Caieiras – Censo realizado pelos professores e alunos da Escola Francisco Lacerda de Aguiar

Pesquisa sócio-econômica – **Projeto Terra – Diagonal Urbana Consultoria: Out/2000



4.66



4.67

Tomando-se por referência a vista da Ilha a partir da Baía, observa-se a linearidade da paisagem que sugere um certo equilíbrio de proporcionalidade entre a dimensão escalar dos maciços gnáissicos (Maciço Central e Mestre Álvaro) e o espaço

⁴⁷ SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. São Paulo. Hucitec.1998,p.97

⁴⁸ Conforme pesquisa sócio-econômica realizada pela Diagonal Urbana Consultoria (Outubro/2000), no bairro há 1.531 habitantes distribuídos em 329 domicílios. As residências em sua grande maioria (90,9%)* são caracterizadas por construção de alvenaria e atendidas por serviços urbanos básicos, como abastecimento de água, drenagem, coleta de lixo e abastecimento de energia elétrica. É uma área bem consolidada, mais de 51%

Fig 4.64a O morro de Caieiras no início da década de 1990 estava praticamente desocupado. Observa-se a realização de obras – pavimentação e praças – pela P.M.V. Foto: Vítor Nogueira.

Fig 4.64b O morro de Caieiras teve uma ocupação recente. Caieiras aproxima-se mais do conceito de orla do que de ilha. Fonte: acervo pessoal,2004.

Fig 4.65 Observa-se o adensamento das construções no entorno de Caieiras após invasão de São Pedro. Sequência da paisagem a partir da FAESA. Fonte: acervo pessoal.

Fig 4.66 Observa-se na composição linear da paisagem o destaque para os maciços gnáissicos em seu entorno. O prédio da FAESA (à esquerda) obstrui e destoa da paisagem. Sequência vista da baía. Fonte: acervo pessoal.

dos habitantes estão na área há mais de 10 anos.

⁴⁹ A maioria das casas é própria, construída de alvenaria, muitas vezes inacabadas. O abastecimento de água atinge a maior parte das casas, seja de forma oficial ou clandestina, porém o sistema é insuficiente, uma vez que no verão há um déficit no abastecimento. Para atenuar este problema várias casas utilizam como reservatório de água, tonéis de latão, normalmente sem tampa e em condições precárias. A maioria da população é servida pela rede mista de esgotamento sanitário/drenagem. A maior parte das famílias reside em moradia própria (85,3%) ou cedida (7,5%). O número de famílias que residem em casa alugada é de, apenas,

construído. Admitindo-se o padrão periférico das edificações⁴⁹ espraiando-se longitudinalmente ao longo dos limites do bairro, podemos considerar que esta forma de ocupação encobriu a percepção do bairro enquanto ilha. Esta diferenciação só é sugerida quando no percurso de barco, percebe-se o movimento de projeção do território por sobre a baía, formando uma angulação que permite suspeitar da condição geográfica de ilha.

Poderíamos dizer que Caieiras, hoje, mais parece se identificar com o formato de orla do que como ilha, em detrimento do morro, tão nodal na sua definição. Aterros e intervenções físicas promovidas pela administração pública destituíram do lugar a condição de ilha. Dessa forma, a parte de baixo não se comunica com a de cima e a idéia de circulação e integração entre ambas, parece ter se perdido na ênfase à orla. O único elemento simbólico e representativo da paisagem do morro que continua merecendo destaque na paisagem e despertando o interesse de quem circula no bairro é a Igrejinha, referência histórica do lugar.



4.68



4.69

Fig 4.67 O padrão periférico espraiado-se longitudinalmente nos limites do bairro. Fonte: acervo pessoal.

Fig 4.68 Pela baía consegue-se perceber a angulação que sugere a conformação de ilha. A igrejinha destaca-se no morro. Fonte: acervo pessoal.

Fig 4.69 A antiga igrejinha é singular na paisagem. Fonte: acervo pessoal.

Fig 4.70 A vista do morro para a baía é difícil devido ao adensamento de construções. Fonte: acervo pessoal.

Fig 4.71 No ponto mais alto do morro de Caieiras construíram sobre a pedra. Fonte: acervo pessoal.

Fig 4.72 A circulação, por vezes, só se faz pelas escadarias. Fonte: acervo pessoal.

Até pela própria constituição das relações sociais e familiares tem-se a explicação para apropriação de formas distintas do sítio geográfico. Os moradores que residem na parte baixa são os pioneiros e filhos dos primeiros habitantes. Já na parte alta residem os novos ocupantes, que vieram de São Pedro, outros bairros de Vitória e municípios vizinhos em busca de moradia. Outro fator é a ausência de espaços livres que impede a fluidez da circulação entre a parte baixa e o morro, o que desfavorece uma integração maior entre seus moradores. O melhor acesso ao morro se faz pela parte posterior da Ilha (Ladeira Dr. Bezerra de Menezes), o que enfatiza ainda mais o esvaziamento de relações que possam ser estabelecidas entre as partes.



4.70



4.71



4.72

O principal arruamento está na parte baixa: a *Rua Felicidade Corrêa dos Santos*, talvez a mais importante, forma um anel circulando todo o bairro. Nesse sentido, podemos afirmar que a questão central na definição do espaço público⁵⁰ é o “não controle” de sua acessibilidade, destacando-se a importância das dimensões humanas

associadas ao espaço público, especialmente no que se refere ao suprimento de determinadas necessidades do cidadão, como o conforto, o relaxamento, o engajamento, quer seja passivo, como a contemplação, ou ativo, como a participação em eventos e atividades físicas. Ressalta-se também a capacidade do espaço público, especialmente a rua, propiciar o prazer da descoberta, ou seja, a possibilidade do cidadão se locomover e “descobrir” partes do lugar. Dessa forma, podemos dizer que a Rua Dona Felicidade organiza toda a estrutura física do bairro, formulando sua autonomia, para assim, constituir o espaço coletivo no plano do vivido.



4.73

Aqui a rua, a rua não é apenas um lugar de passagem e de circulação, mas o *lugar do encontro*. Nessa perspectiva, percebe-se que o cotidiano dos moradores acontece em meio aos espaços públicos, onde se estabelecem as relações de vizinhança, onde os pescadores tecem suas redes e as desfiadeiras desfiam o siri, onde observa-se o movimento do ir e vir dos barcos, enfim, onde é possível até cozinhar o produto pescado num forno coletivo existente nas imediações da praça. No desenrolar das atividades, joga-se uma prosa. Esta forma de apropriação criativa só é pertinente numa escala menor, ou seja, a do bairro, e em especial na Ilha das Caieiras onde esta experiência se torna evidente pela capacidade de despertar emoções diversas.

4.74b



4.74a



4.75

6,0%. (Fonte: Projeto Terra-PMV)

⁵⁰ Carr define o espaço público como lugares abertos, acessíveis ao público para atividades em grupo ou individuais. Para o autor os espaços públicos devem ser responsáveis (servir às necessidades de seus usuários), democráticos (acessíveis a todos os grupos a partir da liberdade de ação, para usos e posses temporárias), e pleno de sentidos (capazes de promover uma conexão com o local, as pessoas e o mundo, o que está diretamente relacionado com um contexto físico e social). Além disso, os cidadãos devem poder exercer alguns direitos no espaço público como a liberdade de acesso, de ação, de reivindicação e de mudanças (modificação de ambientes através da possibilidade dos usuários de adicionar, remover ou alterar elementos, tanto temporariamente quanto permanentemente). CARR, Stephen, et al. *Public Spaces*. Cambridge: University Press. 1992.

Fig 4.73 A rua Dona Felicidade é estrutural no bairro e organiza todo o cotidiano local. Fonte: acervo pessoal.

Fig4.74a/b As desfiadeiras realizam sua prática cotidiana nos espaços públicos como uma forma de incorporar-se ao movimento contínuo da paisagem do bairro. Fonte: acervo pessoal.

Fig 4.75 Os mariscos saem dos barcos e são cozidos diretamente no forno coletivo existente ao lado da Baía. O espaço público é vivido com toda intensidade. Fonte: acervo pessoal.

Apesar da importância da rua nas formas de apropriação do lugar, vale mencionar a existência do agrupamento de residências e restaurantes de dois a três pavimentos construídos entre os limites da baía e da rua, constituindo uma verdadeira barreira física para quem se destina a olhar a paisagem neste trecho. A paisagem só se faz revelar mais adiante, próximo aos coretos construídos na pequena praça e também na passarela (Projeto Terra). A capacidade para a circulação de veículos da rua Dona Felicidade é restrita e imprópria para tal função, pois segue a topografia e o arruamento original. O que acontece hoje é o fluxo de mão única para evitar acidentes, mas o ideal é que seja mantido apenas como rua de pedestres.



4.76



4.77



4.78

⁵¹BRABHA, Homi. *The Location of Culture*. 1994.

⁵²CARLOS, Ana Fani A. 1996, p.70.

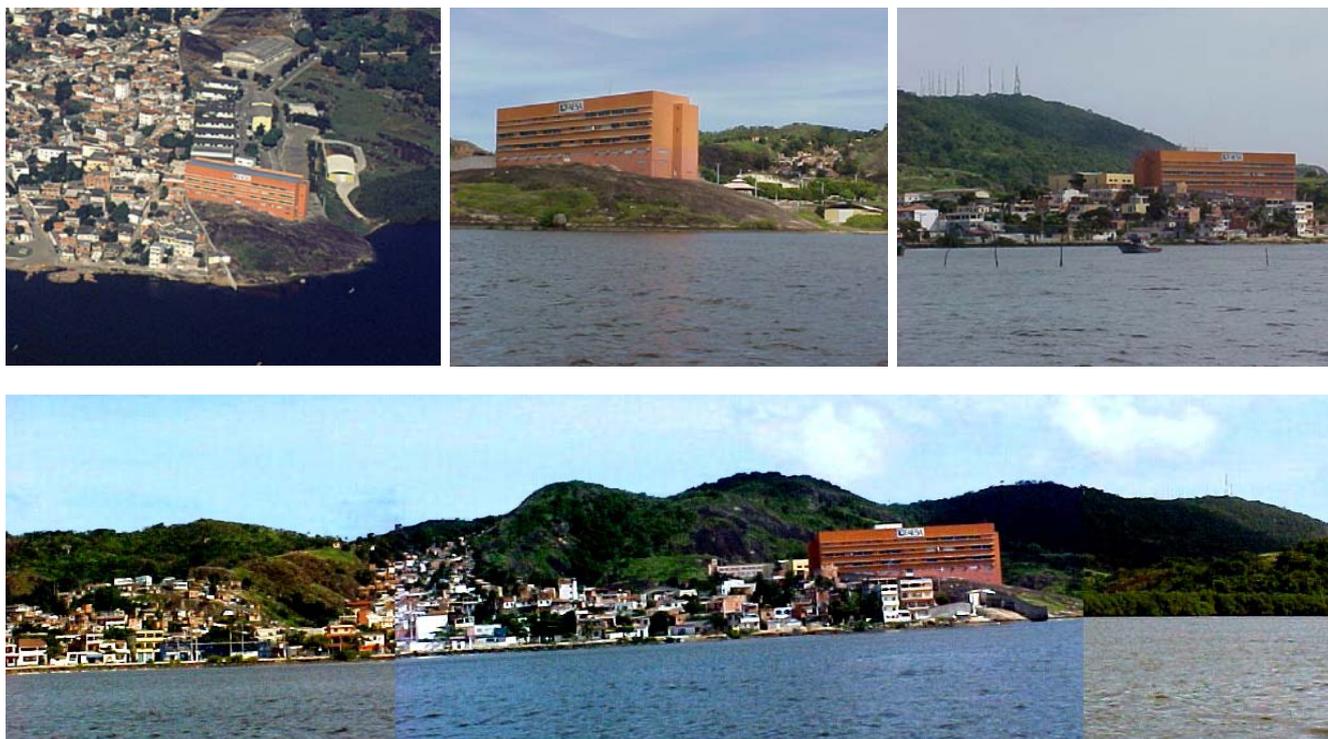
A construção de elementos, tais como a extensa passarela que circunda o perímetro das construções e o píer que funciona como atracadouro de barcos, parece querer expressar a simbologia da orla. Nesse sentido, é interessante indagar em que medida não é mimética a relação que a Ilha das Caieiras quer estabelecer com a ilha-capital. Nessa perspectiva, o cotidiano se apresenta como o lugar de gestos repetitivos e homogeneidade de hábitos. Tudo programado pela estratégia pública de organizar o espaço de lazer, tratando de abolir ou “mascarar a diferença”. Para Brabha⁵¹, a visibilidade da Mimesis é demonstrada na interdição do discurso, entre o que é conhecido e permitido e o que, embora conhecido, deve ser mantido oculto, um discurso proferido nas entrelinhas, por exemplo: “quase o mesmo, mas não brancos”. Segundo este autor “a *camuflagem como o fetiche, é um objeto parcial que radicalmente reavalia os saberes normativos da prioridade da raça, da escrita, da história, pois o fetiche imita as formas de autoridade ao mesmo tempo em que as desautoriza.*”

O efeito mais evidente dessa modernização contínua a que o espaço está submetido é a desvalorização, senão mesmo a destruição localizada, mas não homogênea, de formas e habilidades do passado, efeito que se representa concretamente na paisagem. Na esteira dessa destruição novas formas são geradas para atender às ações reclamadas pelas particularidades do processo de modernização. Desse modo, podemos apontar a magnitude da construção do prédio da FAESA (Faculdade Espírito-Santense de Administração) em lugar estratégico e privilegiado – em cima de uma pedra onde se avista toda a baía – constituindo-se num grande impacto na paisagem. A escala da construção gera um choque visual para quem vislumbra a paisagem tanto da baía como também a partir do Maciço. Esta estrutura amorfa interrompe bruscamente a linearidade da seqüência da paisagem, criando uma

Fig 4.76 Coreto e passarela projetados pelo Projeto Terra. Foto: acervo pessoal Médio

Fig4.77 A extensa passarela: relação mimética com a orla? Fonte: acervo pessoal.

Fig 4.78 Atracadouro de barcos é ponto de referência para turistas. Fonte: acervo pessoal.



4.79

condição de total desarticulação com o entorno em todos os sentidos, sociais, morfológicos e ambientais.

A construção da FAESA funciona quase como um “gueto” na região. Na definição de Ana Fani Carlos, “*o gueto é produto direto da relação entre morfologia social/hierarquia espacial, que segrega lugares e grupos enquanto consequência da fragmentação do tecido urbano e de suas formas de apropriação.*”⁵² O edifício, locus das faculdades integradas, portanto, especializado e articulado a um sistema de informações e de técnicas, não estabelece nenhuma comunicação com a sociedade local. Nesse sentido, a monumentalidade do espaço do poder é vazio, impeditivo. Com isso produz-se, contraditoriamente, dois fenômenos a partir da relação cidadão/metrópole: de um lado o estranhamento – como produto da perda dos referenciais da vida e a criação de novos padrões universais - e de outro o reconhecimento - como produto da constituição de identidades espaciais que se estabelecem no plano do cotidiano.

Estes são elementos que apontam para uma mudança do sentido do lugar, mas sem esconder o fato de que o processo de globalização realiza-se aprofundando as contradições entre o local e o mundial, reafirmando a desigualdade espacial gestada no seio da produção capitalista. Para Pereira Leite (2002), “*os objetos e as formas materiais da paisagem, quando inscritos na lógica dessa destruição programada, sugerem que a evolução do espaço é linear e coesa, mas quando libertados do jugo do olhar normativo que comanda a lógica dessa modernização, quase sempre desafiam nossa capacidade de entendimento dos processos que os produziram.*” E os lugares estão cheios desses artefatos, vazios de sentido para o cidadão comum, do ponto de vista das possibilidades amplas do uso, mas sob a mesma concepção –

Fig 4.79 FAESA. O edifício de grande dimensão escalar foi construído de forma totalmente inadequada ao lugar, constituindo-se num verdadeiro obstáculo em meio à paisagem. Situado em local estratégico em cima de uma pedra às margens da baía, está dissociado do seu entorno tanto fisicamente como socialmente. Fonte: acervo pessoal.

Fig 4.80 O complexo de edifícios, três ao todo, também é visto a partir do Maciço, descaracterizando a paisagem. Ao fundo, o Mestre Álvaro. Fonte: acervo pessoal.

Fig 4.81 A alternância na



4.80



onde as formas se impõem à apropriação. Esse processo, de um lado, aprofunda a relação entre lugares como condição primeira da reprodução, por outro muda os requisitos e atributos do lugar.

floresta de mangue, maciço – cria um movimento interessante e singular. Fonte: acervo pessoal.

Fig 4.82 A contemplação da paisagem é uma constante na Ilha. Fonte: Projeto Terra

Fig 4.83 A tranquilidade das águas da Baía Noroeste. Foto: André Alves.

Os atributos físicos decorrentes da construção coletiva do lugar podem ser um dos muitos motivos que alimentam essa sensação de que a paisagem pode ser facilmente confundida com as instâncias econômica, política e ideológica do espaço social, que nela se fazem presente. Entretanto, apesar do reconhecimento desse fato, quando adentramos na paisagem da Baía Noroeste este desconforto não fica muito visível, pois a **alternância de paisagens** heterogêneas - **mangue, baía, maciço** - se manifestam conforme a visada do observador, criando uma sensação de movimento e amplitude imagética. O homem em contato com essa natureza abundante, apesar da existência dos fragmentos sociais, parece superar momentaneamente a sincronização da vida moderna. Para torná-la ainda mais interessante, fosse talvez preciso aos homens o despertar da curiosidade, do



4.82



4.83

O rio da minha aldeia não faz pensar em nada.

Quem está ao pé dele está só ao pé dele.

Ninguém nunca pensou no que há para além

Do rio da minha aldeia.

O que nós vemos das coisas são as coisas

Por que veríamos uma coisa se houvesse outra?

Por que é que ver e ouvir seria iludirmo-nos.

O essencial é Saber ver,

Saber ver sem estar a pensar

Saber ver quando se vê,

E nem pensar quando se vê

Nem ver quando se pensa

Vem sentar-te comigo, Lídia, à beira do rio.

Sossegadamente fitemos o seu curso e aprendamos

Que a vida passa e não estamos de mãos enlaçadas (enlacemos as mãos).

Mas que vale estarmos sentados ao pé um do outro

Ouvindo correr o rio e vendo-o.

Fernando Pessoa

Mobilização Popular: Descrédito e Cooptação Política

Inicialmente quando houve a ocupação do sítio, morar próximo ao mangue significava um custo social que pesava sobre os moradores. A modernização que acontecia no município ainda não operava no lugar. No início da década de 1970, a situação de precariedade do bairro e a carência de infra-estrutura, saneamento básico, energia elétrica, vias de acesso e ausência de equipamentos sociais, despertou os moradores para a necessidade de se unirem e organizarem um movimento que tivesse condições de reivindicar melhorias para o bairro. Desse modo, mediante as dificuldades houve uma urgência na organização comunitária na década de 1960 e 1970, que se fortaleceu com a presença da D.Laura Correa da Silva que se manteve na liderança continuada do movimento social.

“Na época era assim, era muito difícil as coisas aqui, estrada de barro, nós não tinha água, não tinha luz nas ruas, nem calçamento, nós pegávamos água lá no sítio do Jacaré (1 km daqui). A gente carregava lata d’água na cabeça mesmo. Nesta época eu era lavadeira, meu marido pescador. Eu sempre tive aquele espírito de luta. Na época da política, o Nenel Miranda (eu não esqueço ele nunca) filho do dono da fábrica de cal, transportava cal para cidade. Aí gente lavava roupa para fora e ele nos dava carona em sua pick-up. Nós incentivamos ele para ser vereador. Aí nós falamos: Nenel, você se candidata a vereador que nós todos votamos em você. Nós todos votamos nele que na época a população era menor, precisava de poucos votos.

E Nenel disse: Laura enquanto vocês não se organizarem, vocês nunca vão ter nada aqui. Eu vou trazer umas assistentes sociais para ajudarem vocês a conseguirem as coisas. Nós na época não sabíamos nem o que era movimento comunitário.”

D. Laura (ex-liderança e antiga moradora)

A partir da organização do Movimento Comunitário, os moradores alcançaram desenvolvimento se comparado às condições anteriores. Nesse período, a comunidade teve grande parte de suas reivindicações atendidas. Aproximadamente em 1975, o bairro já contava com instalação de energia elétrica e abastecimento de água na quase totalidade das casas, e a Rodovia Serafim Derenzi estava sendo reconstruída e asfaltada.

“Conseguimos escola, creche, principalmente na década de 1970. Nós convocávamos reuniões saindo de porta em porta. Nós tínhamos contribuintes, conselho fiscal, conselho deliberativo. O pessoal participava mesmo.”

D. Laura

Em todos esses anos de organização da comunidade, outros benefícios foram obtidos tais como a legalização e filiação dos pescadores do local à Colônia de Pescadores da Praia do Suá que proporcionava assistência médica às famílias, fiscalização da pesca, pagamento de aposentadoria, dentre outros.

“Tinha tudo organizado pela Colônia de Pesca - Praia do Suá. Só pescava quem fosse matriculado, tinha fiscal. Não existia essa pesca de arrastão. Os pescadores tinham malha própria que a Capitania dava pra eles. Tinha um fiscal mesmo que morava aqui na ilha. O pessoal respeitava, já sabiam que não podia. A Capitania dos Portos é que fiscalizava. De vez em quando eles vinham fiscalizar de barco a motor. Hoje é o Ibama, mesmo assim não liga, diz o povo.”

D. Laura (ex-liderança e antiga moradora)

Ainda com o apoio do Movimento Comunitário, o bairro conseguiu a implantação de um projeto de ação social que era desenvolvido pelas Bandeirantes, universitárias recém-formadas, que auxiliavam a comunidade em questões relacionadas à higiene, saúde, cadastro dos domicílios, nomeação das ruas e numeração das casas, contribuindo assim, para a melhoria da qualidade de vida da população local.



4.84

Entretanto, um dos grandes problemas enfrentados pela comunidade foi a invasão ocorrida na área de mangue contígua ao bairro, hoje denominado São Pedro, que aconteceu por volta de 1974 e abalou bastante a vida da comunidade da Ilha das Caieiras. Os moradores nunca aceitaram a invasão. Na época, ainda conseguiram evitar novas ocupações na Ilha, pois estavam fortalecidos pela atuação do Movimento Comunitário, tendo a frente a presença de D. Laura.

Fig 4.84 Meninos brincam em Caieiras antes da invasão. Foto: Vítor Nogueira.

Fig 4.85 O caos social resultante da invasão trouxe problemas para a pacata Ilha das Caieiras. Fonte: Arquivo Público P.M.V.



4.85

"No início foi difícil aceitar, porque estávamos acostumados aqui nesse cantinho, aí veio a invasão. Eu enfrentei até revólver. Meu marido falava: "Laura deixa de ser doída". Tinha um terreno perto do campo que estávamos reservando pro centro comunitário, aí começaram invadir. Dr Carlito Von Schilgen, prefeito, disse: "Laura deixa que depois eu dou um pedaço a vocês". O bispo também veio me pedir, então deixei isso pra lá."

D. Laura

Além da Associação dos Moradores, existem ainda duas Associações de Pescadores, que possuem estatuto registrado, porém a atuação é praticamente inexistente, e uma Cooperativa das Desfiadeiras de Siri que tem como objetivo a comercialização

de mariscos. A Cooperativa das Desfiadeiras foi fundada em 1999 com a participação de 49 cooperadas tendo sempre na liderança do grupo a presidente Eliete Barreto da Silva (Lelete). Com o apoio da Prefeitura Municipal de Vitória e o PRONAGER - Programa de Geração de Emprego e Renda - foi construído um galpão com todo o material necessário para iniciar o trabalho de desfilio e congelamento dos mariscos. As cooperadas passaram por várias capacitações em relação à higiene, manutenção dos produtos, relações humanas, contabilidade, etc. para que tivessem condições de conduzir e desenvolver o trabalho. Esse grupo conta ainda com a assessoria sistemática da Secretaria Municipal de Ação Social, Trabalho e Geração de Renda, através do PRONAGER -, nas áreas de organização, finanças e administração, culinária, qualidade e manipulação de alimentos. O objetivo principal da cooperativa quando foi criada era comercializar o siri desfilado e outros frutos do mar, além da confecção de tortas capixabas e pratos típicos da região.



Fig 4.86 Lelete - presidente da Cooperativa das Desfiadeiras - e funcionárias na atividade do desfilio. Fonte: acervo pessoal, jan /2004.

Fig 4.87 O desfilio requer prática e habilidade com as mãos. Foto: Vítor Nogueira.



4.86

4.87

Desmobilização: reflexo da conjuntura nacional

A atuação do Movimento Comunitário foi bem ampla até aproximadamente 1985, quando a então presidente D. Laura pediu afastamento. Atualmente, o Movimento Comunitário está desmobilizado sem nenhuma atuação efetiva na comunidade. Podemos assim dizer, que este processo de grande adesão e de esvaziamento no Movimento foi similar ao ocorrido nos movimentos sindicais no Brasil de modo geral. Esta situação rebate diretamente a abordagem estabelecida por Francisco de Oliveira⁵³, cuja força explicativa de sua hipótese e as observações sociais em que se apóia revelam como as categorias de classe perderam a atualidade e o sentido.

Segundo Oliveira, a eclosão dos grandes movimentos sindicais nos anos 1970, de que resultou em grande medida, o Partido dos Trabalhadores, parecia indicar um caminho europeu, considerando-se a divisão funcional da renda que passou a ser exercida pelos sindicatos “autênticos” (ABC em São Paulo). Entretanto, o movimento sindical deteve-se nos anos 1980 e entrou em franca regressão a partir dali: as forças do trabalho já não tem força social, erodida pela reestruturação produtiva e pelo trabalho abstrato - virtual e força política, posto que dificilmente tais mudanças na base técnico-material da produção deixariam de repercutir na formação da classe.

⁵³ TEXEIRA, Elenaldo. *O local e o global. Limites e desafios da participação cidadã*. Slavador: UFBA, 2002.

A estrutura de classes também foi truncada ou modificada. Para o autor, as capas mais altas do antigo proletariado converteram-se, em parte, no que Robert Reich chamou de “analistas simbióticos”: são administradores de fundos de previdência complementar, oriundos de antigas empresas estatais, dos quais o mais poderoso é o Previ (Banco do Brasil). A representação de classe perdeu sua base e o poder político a partir dela dissolveu-se. Nas específicas condições brasileiras, tal perda teve um enorme significado: não está à vista a ruptura com a longa “via passiva” brasileira, mas já não é o subdesenvolvimento.

Há um novo lugar da nova classe no sistema, sobretudo no sistema financeiro e suas mediações estatais: ela se forma exatamente num novo consenso sobre Estado e mercado sustentado pela formação universitária que recebeu, e por último seu movimento se dá na apropriação de parcelas importantes do fundo público. Olhando de um outro ângulo, não é indiferente concluir que o capital se financie com dinheiro dos trabalhadores, que os operadores do financiamento sejam sindicalistas, que os banqueiros sejam intelectuais, e que a causa cristalizadora da nova fragmentação seja um progresso feito em outro lugar. São determinações reais, cuja supressão produz a inconsciência social.

Dessa forma, Francisco de Oliveira estabelece uma analogia entre o onitorrinco, bicho enigmático e disforme, e a nova ordem nacional, quando no Brasil, o subdesenvolvimento deixa de existir, mas não assim suas calamidades. Para o autor, o onitorrinco é isso: *“não há possibilidade de permanecer como subdesenvolvido e aproveitar as brechas que a Segunda Revolução Industrial propiciava; não há possibilidade de avançar no sentido da acumulação digital-molecular: as bases internas da acumulação são insuficientes, estão aquém das necessidades para uma ruptura desse porte. Restam apenas as “acumulações primitivas”, tais como as privatizações propiciaram: mas agora com o domínio do capital financeiro, elas são apenas transferência do patrimônio, não são propriamente falando, acumulação.”* Portanto, Oliveira descreve *“o onitorrinco capitalista como uma acumulação truncada e uma sociedade desigualitária sem remissão.”*

Dessa forma, o papel estritamente decisório da participação deixa de ser prioritário. Além disso, cresce também a apatia, a indiferença por qualquer questão de interesse coletivo, seja pelas oportunidades de desfrute material para uns, seja porque, para outros, a luta pela sobrevivência exaure todas as energias. A desmobilização na Ilha das Caieiras e o descrédito por parte de seus moradores em qualquer forma de organização social é uma realidade. Atualmente, a Associação de Moradores não tem sede própria, assim como não tem nenhuma atuação em relação a projetos comunitários, não realiza reuniões de diretoria e nem assembléias.

“Eu já participei muito, só que eu relaxei. Aí eu disse: só venho nas reuniões, mas não quero participar não. Eu acho que esse pessoal briga muito, tem aquelas picuinhas.”

D.Laura (ex-liderança)

“A própria comunidade aqui evidentemente eles são acomodados. Não procuram os seus direitos, não funciona por causa da própria comunidade. A comunidade não procura se organizar. Então ela já começa no princípio do fim, como já diz o outro. E não tendo organização para reivindicar seus direitos e as benfeitorias no bairro, fica difícil pras autoridades, porque o prefeito vem e faz, mas só que as pessoas se acomodam.”

Ceobar (antigo morador e pescador).

A Cooperativa transformou-se em restaurante, donde poucas mulheres desfiadeiras do bairro fazem parte. Praticamente virou uma empresa privada tendo como acionista maior a Prefeitura Municipal de Vitória. Nesse sentido, poderíamos até afirmar que algumas lideranças do bairro apresentam uma certa consciência política em relação aos interesses difusos que podem estar imantados nos projetos turísticos: por vezes desconfiam, mostram uma certa rebeldia ao constatarem que até a própria Cooperativa que tinha por finalidade congregar todas as desfiadeiras visando valorizar o produto que vendiam, já não atende mais a este propósito.

“Eu sou cooperada. No meu caso eu comecei as reuniões lá em casa com pessoal da Pronager e depois passaram a ser na creche. Nós fomos as primeiras desfiadeiras. Na verdade eu nem sei mais como funciona aquela cooperativa. Ficou restrito, eu mesma não tenho vontade.”

D. Laura (moradora e ex-liderança)

“O sentido da cooperativa era esse, para todo mundo ir comprar lá e não era restaurante. Agora virou restaurante. Poucas pessoas compram siri lá. A quantidade do desfilio é pouco. Era para ser uma coisa só, e a maioria hoje na Ilha desfia particular em suas casas. Na cooperativa ficaram mais aquelas mulheres que não tem outra renda, ou seja, não tem outro emprego. A Cooperativa perdeu o sentido porque virou restaurante.”

D. Laura

De modo geral, verifica-se que as organizações populares juntamente com seus Conselhos Municipais até podem estar relativamente organizados, porém esta estrutura está embasada em cooptação política. A maior parte das lideranças que estão à frente das associações são funcionários da prefeitura ou remunerados por algum projeto a ser implantado. É quase unânime o desinteresse manifestado pelos moradores em participar das reuniões promovidas pelas associações comunitárias. Alegam que há muita briga e ninguém defende o interesse coletivo e que visam apenas interesses particulares.

“O Projeto Terra já vem atuando há alguns anos. Existe essa participação, mas de uma forma de cima pra baixo. Eles definem a forma como querem implantar. A Cooperativa que foi um objetivo nosso da comunidade que nós buscamos junto à prefeitura, hoje não faz mais parte do contexto da comunidade.”

Cristina (moradora e liderança)

“A Cooperativa não é aberta, não foi a proposta que nós estudamos. Até para comprar nosso próprio marisco, a Cooperativa não compra. Graças a Deus que nós temos nossos fregueses.”

Rosane (moradora).

“Então o Pronager entrou fazendo este trabalho, organizando, dando cursos. E depois que eles conseguiram montar a cooperativa, eles fizeram uma mobilização política e formaram dois grupos: um se mobilizava pela comunidade e outro pela prefeitura.”

Cristina.

Portanto, a dicotomia estabelecida entre democracia representativa e participação está presente no poder local. Ora deprecia-se a validade dos mecanismos de representação e deixa-se de lado qualquer possibilidade de revisá-los ou aperfeiçoá-los, ora supervaloriza-se a participação de determinados grupos sociais (como a Cooperativa), sem espaços de articulação e mediação dos interesses envolvidos, levando ao paralelismo de ações e ao corporativismo. Desse modo, não existem os mecanismos de participação como instrumentos de aprofundamento e controle da representação.

“Olha, pra ser sincero a você, Movimento Comunitário aqui é bem fraco. Eu vou falar a verdade. As pessoas que entram pra comunidade estão visando o dinheiro. Comunidade não é isso, comunidade é união. As pessoas que estão participando são gente interesseiro. Eu não tenho interesse de nada, eu faço tudo com maior prazer.”

Pirão (pescador e dono de restaurante)

Poderíamos até afirmar que a sociedade civil teria condições de elaborar os problemas e de exercer um papel crítico e propositivo em relação às demais esferas e a ela mesma, apesar das restrições e barreiras que lhe impõem os sistemas (político e econômico) e as limitações da cultura política vigente como um todo. Entretanto, são grandes os desafios no sentido de reverter esta experiência de participação como processo contraditório e cujo poder decisório não traduz um consenso majoritário dos interesses públicos nas grandes questões que envolvem a sociedade.

Conflito: fiscalização inadequada x prática cotidiana

Os moradores da Ilha das Caieiras, especialmente os mais antigos, assim como seus descendentes resguardam a sabedoria relativa ao conhecimento dos fatores naturais que operam na paisagem, assim como, manifestam o sentimento de admiração pelo lugar. Entretanto, esta lucidez, de maneira geral, não se verifica na prática diária. No período da “andada” foi possível testemunhar em minhas visitas ao local, uma certa intolerância no cumprimento da lei, constatando-se que a **urgência pela sobrevivência** sempre fala mais alto.

“Pra falar a verdade eles não respeitam a época da desova do caranguejo. A fiscalização tem que colocar mais lancha pra tomar conta. Às vezes a SEAMA vai lá no manguezal de cima, enquanto o pessoal cá em baixo tira 20,30,40 dúzias de caranguejo, pequeno, ovado ainda”.

Pirão (dono de restaurante e funcionário prefeitura).



4.88

Fig 4.88 Pirão: figura tradicional na Ilha. Fonte: acervo pessoal, jan /2004.

Segundo relato dos moradores, antigamente os pescadores eram mais organizados, isto na época em que estavam sob jurisdição da Capitania dos Portos e havia empenho efetivo do movimento comunitário.

“Nós éramos organizados e a Capitania que tomava conta dos canais e rios. A Capitania hoje não está fazendo mais este papel. Infelizmente isto está acontecendo. A Capitania fazia um trabalho perfeito sem prejudicar ninguém, não protegia A ou B, aqueles que estavam errados eles corrigiam. Eles colocavam uma placa na polpa das canoas, vinha com a data, o nome, então ela olhava se a canoa estava com a chapa atrasada.”

Bino (antigo pescador)

“Esta reunião que aconteceu recentemente foi a respeito de organizar a Colônia de Pesca aqui. E depois o prefeitinho Eliseu falou assim: “seu Bino dá a sua opinião a respeito da Colônia”. Aí eu falei: uma colônia de pesca, precisa ser uma coisa muito bem organizada porque tem que ter o atendimento à saúde e outras coisas. Se o pescador contribui e não é beneficiado não adianta.”

Bino

Atualmente, a estrutura segmentada e corporativa de diversos órgãos, mais preocupados em deter o poder do que em buscar soluções, cria dificuldades na busca de um consenso para viabilizar políticas e ações que visem a recuperação do manguezal. Apesar da existência da legislação que rege a preservação e fiscalização do ecossistema manguezal da Baía Noroeste, depara-se com conflitos entre os atores envolvidos no gerenciamento das questões. Segundo técnico da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Soler Gonzalez, o IBAMA responsável pela fiscalização tem poder de polícia, mas não tem os equipamentos necessários e suficientes para comandar as operações, enquanto a Capitania dos Portos têm os equipamentos, mas não tem o poder de polícia.



4.89

“ Há na base de uns duzentos pescadores aqui na Baía, mas quase ninguém é cadastrado. De carteira, se tiver uns cinco, seis, é muito. Eles pescam, mas eles não podem dizer que são pescadores porquê não são legalizados e não podem ter direito a nada. Para ter direito a alguma coisa você tem que pagar. Teve uma época que quem tomava conta aqui era a prefeitura junto com a Polícia Militar, depois virou uma bagunça. Agora quem toma conta é a Polícia Florestal, um monte de corrupto. Muitas vezes já prenderam rede minha aqui, e dois, três dias depois a rede está ali com outro camarada.”

Pirão (pescador)

Fig 4.89 Os técnicos da SEMMAM promovem pescarias e outras atividades para desviarem a atenção das crianças na época da “andada do caranguejo”. Fonte: acervo pessoal, jan/2004.

Associado à ineficiência do instrumental jurídico, há limitações peculiares quanto ao exercício do poder de polícia administrativa, a saber: a necessidade de uma fiscalização intensa e permanente, sempre sujeita a corrupção; a constatação tardia das situações irregulares, quando os danos são dificilmente reparáveis; a ineficácia

da notificação administrativa e da sanção administrativa para sustar procedimentos irregulares; a morosidade de procedimentos judiciais que obrigam os infratores a sustar procedimentos irregulares e a reparar danos ao meio ambiente.

“A SEAMA não tem moral aqui pra nada. Os ‘caras” arrastam na cara deles aí e eles nem ligam. Eles fiscalizam uma vez ou outra aí. Isso aqui tinha que ser igual a Anchieta, sabe quem toma conta? A Prefeitura com a Polícia Militar. Ninguém abusa.”

Pirão

“Na verdade não é só a pessoa que vive do caranguejo que faz esse estrago no manguezal, não. Na época da “andada” vem todo mundo de Vitória apanhar o caranguejo que está andando, porque fica mais fácil. Tem dia de sábado que tem um monte de caranguejo tudo morto e jogam na maré, tudo estragado dentro d’água.”

Pirão

Desse modo, o morador, ao mesmo tempo em que denuncia a falta de fiscalização e o abuso da população em geral na cata do caranguejo e dos demais mariscos, demonstra gratidão e reconhecimento à prefeitura pelas melhorias de infra-estrutura que vêm sendo realizadas e conseqüente valorização do ecossistema manguezal.

“Agora nesse momento a paisagem está muito mais bonita do que era antigamente. Antes o pessoal não preservava o manguezal, agora já estão preservando, nós mesmos os pescadores plantamos muito pé de mangue na boca do rio Santa Maria.”

Pirão

No depoimento de Pirão, é possível perceber o contexto paradoxal que o sentido do progresso está gerando na comunidade. O significado do bem e do mal. A dificuldade estrutural desta nova condição coloca os moradores numa situação de instabilidade demonstrada em seus desejos e sentimentos. Observa-se também a freqüência com que as mulheres continuam o trabalho do desafio com pequenos caranguejos, mesmo neste período de proibição.



4.90

Fig 4.90 A caixa contém siri miúdo retirado do mangue, mesmo na época da andada. Fonte: acervo pessoal, jan/2004.

“Quando a gente compra uma caixa para desfiar, vem aquele siri miudinho. Antigamente quando o siri pequeno vinha na rede, eles jogavam até fora, as fêmeas também eles soltavam. Aí só pegava mesmo o siri macho”.

D.Laura.

Assim, coexistem interesses e posturas pessoais que atuam na esfera institucional e que influenciam na evolução das ações com fins à preservação ambiental da região. Os impactos sociais e ambientais do referido processo são aí vistos como meras disfunções a serem reparadas com políticas neoliberais. Assim, na fragmentação das identidades, transfere-se determinadas funções do poder público para o nível local, como primeiro passo para a privatização que se traduz na competição por investimentos empresariais.

Síntese Diagnóstica

A maioria das casas é própria, construída de alvenaria, muitas vezes inacabadas. O abastecimento de água atinge a maior parte das casas, seja de forma oficial ou clandestina, porém o sistema é insuficiente, uma vez que no verão há um déficit no abastecimento. Para atenuar este problema várias casas utilizam como reservatório de água, tonéis de latão, normalmente sem tampa e em condições precárias. A maioria da população é servida pela rede mista de esgotamento sanitário / drenagem. O recolhimento de lixo é diário, porém na Ilha das Caieiras o acesso aos caminhões de coleta de lixo é dificultoso, tendo em vista a grande presença do mangue, ruas estreitas e / ou morros. Conforme relato dos moradores, há incidência de ratos nas proximidades do píer e aos restaurantes.

O transporte é feito através de linhas municipais, porém na Rodovia Serafim Derenzi os ônibus do Sistema Transcol não atendem à demanda dos moradores daquela área, devido ao número pequeno de ônibus circulando na linha Terminal de Carapina - Terminal do Ibes. O bairro conta com 60% de ruas pavimentadas.

Atualmente, o bairro conta com os seguintes equipamentos públicos sociais para atendimento dos moradores:

- Unidade de Saúde da Ilha das Caieiras;
- Escola de 1º Grau Eliane Rodrigues dos Santos (atende a 900 alunos em 2 turnos).
- Centro de Educação Infantil Municipal Magnólia Dias Miranda (atende a 600 alunos em 2 turnos).
- Escola de 1º Grau Francisco Lacerda de Aguiar (local em São Pedro I e atende alguns alunos da Ilha).
- Escola de 2º Grau Elza Lemos Andreatta (atende 1485 alunos em 3 turnos).

Em relação ao lazer, existe no bairro um campo de futebol o Racing Futebol Clube foi fundado em 1944. Uma das grandes conquistas da comunidade foi lutar para que os ocupantes da região de São Pedro não invadissem essa área.

O baixo nível de escolaridade da população tem rebatimento direto sobre a inserção da população no mercado de trabalho. Os índices de desemprego e de trabalho no setor informal são elevados. Quanto às relações de trabalho dos chefes de família,

as principais ocupações profissionais são de pesca, de serviços gerais, de serviço militar, de empregada doméstica, construção civil e comércio. A renda média familiar mensal é de 1 a 2 salários mínimos.

Problemas Prioridades

Falta de organização dos Pescadores e Marisqueiros e da comunidade em geral.

- Ações que promovam a organização dos grupos.

Ausência de espaço físico para as organizações existentes - Construção de uma sede para reuniões dos grupos.

Pesca de balão; cata do caranguejo na época da andada e do defeso. -

Desenvolver um trabalho de educação ambiental. - Desenvolver trabalhos alternativos que gerem renda no período de proibição.

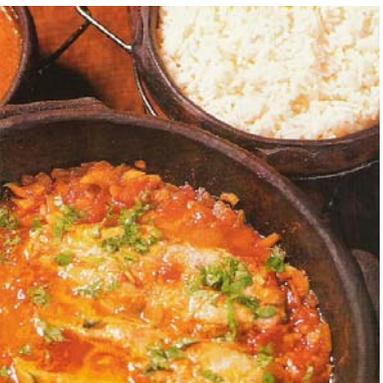
Poucas áreas livres - Aproveitamento de terrenos livres para atividades culturais e de lazer - Rever a utilização do campo de futebol

Desemprego - Cursos que envolvam a capacitação para o manejo adequado dos ambientes ecossistêmicos de forma a gerar renda sem comprometimento dos mesmos.

PARTE III

Paisagem em transformação

5 ecoturismo X sustentabilidade: uma prática possível?



“O lugar é todo um contexto formado por uma teia de objetos e ações com causa e efeito, que atinge todas as variáveis já existentes; e as novas, e as que se vão internalizar. Desta forma, os lugares se diferenciam pela maneira ao qual os fatores internos resistem aos externos, determinando as modalidades do impacto sobre a organização preexistente.”

Milton Santos

A paisagem é um recurso para o turismo porque é primeiro um bem social. Nesse sentido, não existe uma paisagem turística apenas, mas uma paisagem socialmente estetizada e valorizada. Como paisagem turística podemos entender tanto a natureza e a sua tradução em termos próprios a uma cultura, sendo integrada ao mundo que o homem é capaz de conceber, perceber e de organizar. O jogo desses motivos que comandam a percepção e que articulam as coisas ao olhar define uma *motivação paisagística*.

Para Macedo (1999)¹, alguns critérios podem ser adotados na configuração e estruturação da paisagem turística, tais como: *excepcionalidade, estética, afetividade e simbolismo*. Entretanto, todos estes atributos são dependentes do movimento de transformação cultural das comunidades que criam e recriam padrões estéticos, produzindo e destruindo símbolos, dificultando assim, um processo de caracterização estável e significativo dos valores paisagísticos. Portanto, a idéia de paisagem restrita a uma categoria estética visual ainda é muito comum.

Este é um primeiro nível de percepção da paisagem, ou seja, está associada a uma situação privilegiada, digna da contemplação estética: a vista espetacular à distância. Nesse sentido, devemos recorrer ao conceito de patrimônio no contexto atual para o entendimento da questão ambiental associada à conservação. O termo patrimônio (do latim *patrimonium*) refere-se à *res familiaris*, ao conjunto de pertences, ao *paterfamilias*, derivando de *pater*, título de respeito dado a deuses ou heróis, chefe ou dono da casa sem envolver a idéia de paternidade física (esta, expressa por *parens* ou *genitor*)². O termo remete, portanto, à idéia de posse, de autoridade de alguém, de herança (a continuidade pela transferência de uma posse, de uma autoridade).

Para Sanderville, a expressão patrimônio-paisagístico que herdamos e assumimos já se refere, a priori, a uma valoração. Na medida em que seja socialmente reconhecida como patrimônio (isto é, valor diferenciado no caso pelo coletivo), pressupõe um mecanismo que o consagre, que lhe reconheça o direito de existir como tal, ainda que se dê em um quadro não unânime e controverso. Ou seja, trata-se de institucionalização de condições de existência que não são pré-existentes de modo algum: são atribuídas e portanto relativas a um quadro social.

Dessa forma, uma paisagem que se torna patrimônio já é considerada diversa de outras, duplamente valorizada, daí o olhar para ela irá presidido por categorias compatíveis com essa diferenciação que se lhe atribui. Nesse sentido, vale questi-

¹ MACEDO, Sílvio. In: Paisagem, Turismo e Litoral (p.187-189). Coletânea textos organizado: YÁZIGI, Eduardo. *Turismo e paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002.

² SANDERVILLE, Euler Jr. Patrimônio paisagístico natural e construído. Texto publicado nos Anais do I Encontro sobre "Percepção e Conservação Ambiental: a Interdisciplinaridade no Estudo da Paisagem". Rio Claro-SP, 2004.

onar em que consiste esse desejo contemporâneo de retorno e proteção à natureza e aos saberes tradicionais, que se opõe, ao menos nominalmente, às posturas predatórias da sociedade altamente tecnológica, tecnocrática e globalizada? O que oferece o turismo nesse olhar para a natureza, tornando o deslocamento pela paisagem uma experiência de massa?

No país e particularmente em relação às áreas de proteção ambiental, em extensas regiões de grande importância biológica e beleza cênica percebe-se o não cumprimento de seus objetivos, que devem englobar além da preservação do ambiente, também e simultaneamente o desenvolvimento de meios que garantam a formação dessa consciência ecológica. Esbarra-se em dificuldades que vão desde o conhecimento científico insuficiente, a outras que são operacionais e de gestão. Tal falha muitas vezes ocorre porque, somado às dificuldades orçamentárias e que constituem um caso a parte, a razão pode ser até simbólica, quando no entendimento da natureza os ambientalistas reforçam a idéia que tais espaços devem permanecer intocáveis.

No Brasil, inúmeras leis de proteção ambiental, foram criadas, seja a nível federal, estadual, ou local. A experiência tem mostrado que restrições legais são insuficientes para coibir a ocupação inadequada de áreas de interesse ambiental. As dificuldades são maiores quando se quer disciplinar o uso em territórios extensos e próximos a núcleos urbanos, ou quando o recurso natural a proteger oferece rendimento econômico rápido. Dessa forma, observa-se um conflito que constantemente desafia a Administração Pública em muitos municípios brasileiros é a ocupação com moradias precárias em área que não deveriam ser habitadas, como por exemplo, margens de rios e córregos, várzeas sujeitas à inundação e áreas ambientalmente sensíveis como o mangue, objeto do nosso estudo. Infelizmente, esta é a realidade brasileira que se apresenta na maioria das áreas urbanas.

O número de habitantes que recorre à ocupação irregular de áreas vai ser maior quanto maior o descompasso entre sua renda e os preços de mercado de terrenos e edificações “legais” e quanto menor a oferta de imóveis em programas de habitação “de interesse social”. Nesse sentido, a legislação de zoneamento também pode vir a ser um outro agravante dificultando a implantação de habitações de padrão modesto em áreas adequadas à urbanização.

Essa concepção na esfera legislativa trata a sociedade como se todos os seus membros fossem iguais. Assim ignora, ou faz vista grossa na derrogação da lei, freqüentemente praticada pelos produtores de parcelamentos irregulares, ou seja, ignora o acordo tácito entre produtores de loteamentos clandestinos, agentes públicos responsáveis pela sua fiscalização, e compradores dos lotes, no sentido de não denunciar na expectativa da futura anistia das irregularidades do parcelamento.

Na maioria dos casos coexistem todas essas condições. Podemos exemplificar esta ineficácia da legislação através da Lei 898/75 de Proteção dos Mananciais da Região Metropolitana da Grande São Paulo, que por ser muito restritiva quanto ao uso e ocupação do solo, acabou gerando o efeito inverso, ou seja, a região próxima dos mananciais desvalorizada pelo mercado imobiliário, foi intensamente ocupada pela população de baixa renda excluída do mercado formal.

O mesmo processo ocorreu com os **manguezais da Baía de Vitória**, cuja proteção efetiva aconteceu tardiamente com a criação da Estação Ecológica Ilha do Lameirão (1988) em função da grande invasão na região noroeste. Nesse sentido, podemos afirmar que invasão e aterro de manguezais em Vitória foi um processo gradativo e historicamente compactado pelo poder público, que sempre se manteve à margem de políticas que dessem relevância à preservação desse especialíssimo ecossistema, e muitas vezes tornando-se o agente promotor de sua destruição. Esta postura ocasionou um custo social muito grande, além de causar danos irrecuperáveis ao meio ambiente, impondo à administração municipal o dever de socorrer tais comunidades de áreas insalubres, aterrando e dotando de obras de saneamento básico sempre mais onerosos do que em áreas apropriadas ou não inundáveis.

A preservação dos manguezais, não deve ser, portanto, um mero ato burocrático e político fadado ao esquecimento, uma vez que integra uma paisagem global e dinâmica. Dessa forma, o perigo de se apoiar exclusivamente num só tipo de instrumento está sujeito a erros. Para se prevenir de fato a favelização em áreas ambientalmente sensíveis, é preciso, por um lado, oferecer aos moradores de baixa renda a possibilidade de assentarem-se em terrenos urbanizáveis e, por outro lado, tratar as áreas não habitáveis como elementos valiosos da paisagem urbana e não como “vazios” inúteis.

Nessa perspectiva, há que se ter um cuidado no tratamento e proposição de usos no manejo de tais áreas destinadas ao ecoturismo. Tratando-se de um meio de aproximação das pessoas junto à natureza, que proporciona experiência educativa e social aos seus participantes, deveria ter como princípio básico, o não comprometimento da proteção dos recursos nas áreas protegidas, assim como, o envolvimento e benefício de suas atividades às populações vizinhas. Entretanto, pode haver um certo distanciamento entre o discurso e a prática, de modo que as atividades interativas homem/natureza programadas devem ser compatíveis com os objetivos derivados dos planos de manejo para cada unidade de conservação.

A crítica a essas novas ideologias e comportamentos, conquanto seja uma tendência inevitável no momento, e em muitos casos com contribuições positivas, torna-se imprescindível discutir essas práticas em seu processo de constituição e perceber os modos como grupos de consumidores e empresas estão vendo e atribuindo valores ao ambiente natural. Há ainda que se questionar se os benefícios alardea-

dos estão realmente acontecendo, ou se em determinadas situações, ocorre a privatização ou “*corporativização*” do recurso.

As propostas de desenvolvimento do ecoturismo na região

O turismo aparece como ferramenta importante dos governos locais para fazer face às novas demandas das cidades, olhando a cidade pelo viés da oportunidade, das vocações e do potencial econômico, ancoradas em obras que procuram maximizar as oportunidades urbanas. Existem várias possibilidades a serem exploradas através do aproveitamento das vantagens locais que a cidade oferece, vinculada a uma articulação na administração da Região Metropolitana com programas e projetos abrangentes e de longo prazo.

O Plano Estratégico da Cidade (1996-2010) contempla vários aspectos referentes à economia, infra-estrutura, transportes, meio ambiente, integração social, segurança, dentre outros. Para os limites deste trabalho, destaco a perspectiva de ampliação do turismo através de uma política forte de ações e marketing estratégico. Nesse sentido, várias regiões periféricas da Grande Vitória estão despontando como atrativos turísticos, especialmente a Baía Noroeste. Recantos marcados pela pobreza, e que ficavam à margem dos roteiros, estão sendo descobertos por visitantes. Um negócio rentável tanto para a cidade quanto para os moradores, que estão recebendo melhorias de infra-estrutura no bairro, ao mesmo tempo em que resgatam sua auto-estima.

A Ilha das Caieiras abriga um potencial turístico por apresentar forte tradição cultural além de, restaurantes associados ao ecossistema local. A beleza existente no seu entorno com extensa área de floresta de mangue e as águas da baía, sem falar no potencial paisagístico do Parque da Fonte Grande, localizado no Maciço Central, com vista privilegiada para a cidade a partir dos mirantes. O bairro Santo Antônio também vem despontando como vocação turística com a reinauguração do Cais do Hidroavião, que reformado, recebeu posto de informações turísticas e teve o tradicional restaurante Mar e Terra reinaugurado. Os manguezais da região noroeste da ilha estão protegidos pela Estação Ecológica do Lameirão. Essa reserva é especialmente importante para a cidade, pois protege a fauna e a flora marinha. Dali são extraídos os frutos do mar componentes da torta capixaba e das famosas moquecas.

Como podemos observar na Planilha 1, o discurso para implementação do Pólo Turístico é bastante coerente na ideologia conjugada a seus propósitos e metas, porém devemos usar a crítica como recurso diante das formas de apropriação mercantil da paisagem. Neste plano estratégico de turismo, várias possibilidades de

Planilha 1 - Pólo Turístico de Vitória

Objetivo
itória será um pólo de referência do turismo, integrado no contexto turístico da Região Sudeste, com forte turismo de negócios, e estará consolidada como sede de grandes eventos nacionais e internacionais.
Metas
- Dobrar o fluxo turístico nos próximos 10 anos.
- Aumentar a permanência média/dias/pessoa de 5 para 7 dias, considerando o fluxo destinado ao segmento hoteleiro.
Estratégias
1. Desenvolver programas voltados para a consolidação de novas modalidades de turismo, destinadas à captação de uma demanda seletiva, em função da implantação de projetos turísticos de maior complexidade.
- Estabelecer e implementar formas de articulação com a Região Metropolitana e as regiões turísticas do entorno, em um raio máximo de 100 km, para consolidação do Destino Vitória e do Destino Espírito Santo, através de programas, projetos e atividades de interesse comum.
3. Ampliar a infra-estrutura turística e melhorar o sistema de informação turística e de apoio ao turismo receptivo.
demanda de turistas internacionais que chegam pelos principais portões de entrada do país.
todos os segmentos da sociedade, dentro da concepção de hospitalidade.
Projetos/ações:
Cais de Vitória de infra-estrutura para cruzeiros marítimos e o turismo de lazer.
2. Construir um Centro de Eventos de uso múltiplo.
3. Consolidar os grandes eventos esportivos e culturais realizados na cidade, e desenvolver novos.
4. Implantar uma Marina de uso público na cidade e um estaleiro de reparos.
5. Elaborar um Plano Diretor para o Desenvolvimento do Turismo Náutico. *
6. Consolidar o Cais do Hidroavião como um ponto turístico. *
7. Implantar o projeto Rota do Manguezal.*
8. Melhorar o sistema de informação turística, incluindo a internet, folhetos e divulgação de eventos.
9. Promover o destino Vitória nos principais mercados emissores, através de roteiros integrados e produção de material promocional.

Fonte: www.vitoriadofuturo.org.br

Os projetos destacados em negrito referem-se à região noroeste.

exploração ecoturística no entorno do mangue já estão sendo consideradas. Inclusive alguns estudos e projetos preliminares desenvolvidos esboçam uma nova perspectiva para a área, cujo programa abrange diversas atividades.

Vale ressaltar que todas estas propostas ainda não são definitivas, por terem sido elaborado por grupos setoriais distintos internos à Prefeitura – Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria de Cultura através do Departamento de Turismo e Secretaria de Desenvolvimento da Cidade (SEDEC) – cujos técnicos apresentam visões e propostas diferenciadas quanto ao caráter do uso da paisagem, o que dificulta um consenso favorável à implantação do Pólo Turístico. Uma outra consideração a ser feita, é que também o Pólo Turístico não contempla a participação das demais administrações públicas que integram a região metropolitana e estará sujeito a problemas quando da sua implementação, podendo resultar em possível entrave político para a efetiva negociação e concretização de um pacto metropolitano.

A seguir estarão sendo apresentadas as propostas de desenvolvimento ecoturístico para a região noroeste desenvolvidas pela Prefeitura Municipal. Percebe-se que não há conexão ou sentido de continuidade entre as propostas. Apesar das diferenças, a argumentação passa necessariamente pela capacidade de dar suporte à região para o crescimento do turismo. As intervenções vão desde a acessibilidade passando pela construção de simulacros que possam conduzir a uma diversidade de serviços e de lazer apta a competir com mercados nacionais. Já a proposta de intervenção da SEMAM – Secretaria Municipal do Meio Ambiente - é no domínio territorial do mangue, ou seja, nas imediações do Lameirão, e assemelha-se ao esquema de estabelecimento de relações interativas com o meio biótico. Nesse sentido, a intenção de se construir Museu do Goiamum e até uma possibilidade de um resort na Ilha do Apicú requer muita cautela em razão de um possível comprometimento da base biofísica.

Entretanto, fazendo uma breve análise das intenções contidas nas propostas, podemos dizer que todas elas, por outro lado, estabelecem um pacto ideológico quanto à destinação preponderante do uso do solo: o turismo de mercado. Assim, a permanência de estruturas administrativas fragmentadas, e portanto, incapazes de atuar e mesmo de perceber o valor da paisagem, separam aspectos ambientais, dos sociais e de aspectos de uso do solo, imprimindo um caráter de consumo ao *bem social*.

PROPOSTA A – Ecoturismo no Lameirão (SEMMAM)

Estudos e propostas de intervenção vem sendo realizados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente subordinando uma visão ambiental a uma justificativa de desenvolvimento de mercado turístico. Alguns técnicos, como o geógrafo Willis de Faria,³ apresentam um entendimento da natureza como integrativo aos processos sociais, especialmente quando inserida no contexto urbano.

Para Willis de Faria, apesar da reconhecida importância de preservação destas áreas, a sua não acessibilidade à população de forma satisfatória, ou seja, numa troca benéfica com o homem, capaz de satisfazer algumas de suas necessidades biológicas e sociais, parece questionável, e até mesmo utópica no sentido de que só assim conseguirão a perpetuação do lugar, haja visto o atual processo de desenvolvimento tecnológico que poderia contribuir para minimização dos eventuais efeitos negativos. Dessa forma, defende a evolução do pensamento conservacionista no sentido de que a natureza não é intocável e deve ser incorporada ao cotidiano da sociedade como caráter educativo, cultural e até mesmo na apropriação de usos destinados ao lazer.

Nesta perspectiva, propostas estão sendo elaboradas setorialmente, prevendo a inserção de novos usos à Estação Ecológica do Lameirão como destino turístico em ampla escala.

³ Entrevista concedida na SEMMAN, em janeiro de 2002, Vitória (E.S).



5.1



5.2

· ILHA DO APICÚ – 470 mil m² de área destinada a um grande complexo ecoturístico associado a um complexo esportivo. O programa prevê hotel construído nos padrões de forma a não impactar fortemente o ambiente;

· ILHA DO GURUÇA – implantação de um Museu Ecoestuarino interligados por meio de passarelas a um Criadouro de Goiamum (Secretaria de Ação Social), para geração de renda das populações ribeirinhas e para fins científicos;

Estas ilhas estão localizadas na Estação Ecológica Ilha do Lameirão que, segundo intenção dos técnicos da SEMMAN, deverá mudar para categoria Reserva Extrativista, justificando e ampliando o aproveitamento ecoturístico na região.

Outro empreendimento a ser lançado nas proximidades do manguezal do Lameirão é a franquia ALPHAVILLE - UNIDADE VITÓRIA, condomínio privado para alta renda, no qual está previsto a utilização do Canal dos Escravos pelos condôminos através de barcos e lanchas para facilitar a acessibilidade ao canal de Camburi e à orla.

Discutir a implantação de vias náuticas para turistas e parcelas da população de maior poder aquisitivo é, pois, algo mais complexo do que parece à primeira vista: não seria o caso de resolver primeiro os problemas dos habitantes das áreas atingidas pelo impacto da urbanização com a garantia principalmente da permanência



5.3

Fig 5.1 Programa de atividades do Museu Ecoestuarino proposto pela SEMMAN: Museu do Patrimônio Natural, Museu do Patrimônio Construído, Auditório e trilhas. Fonte: SEMMAM.

Fig 5.2 Administração do Museu Ecoestuarino. Fonte: SEMMAM.

Fig 5.3 A Estação Ecológica do Lameirão e seus canais: canal dos Escravos e do Norte. Ao fundo a magnitude do Mestre Álvaro. A construção do empreendimento Unidade Alphaville nas imediações do Lameirão deverá comprometer seriamente o ecossistema. Foto: André Alves.

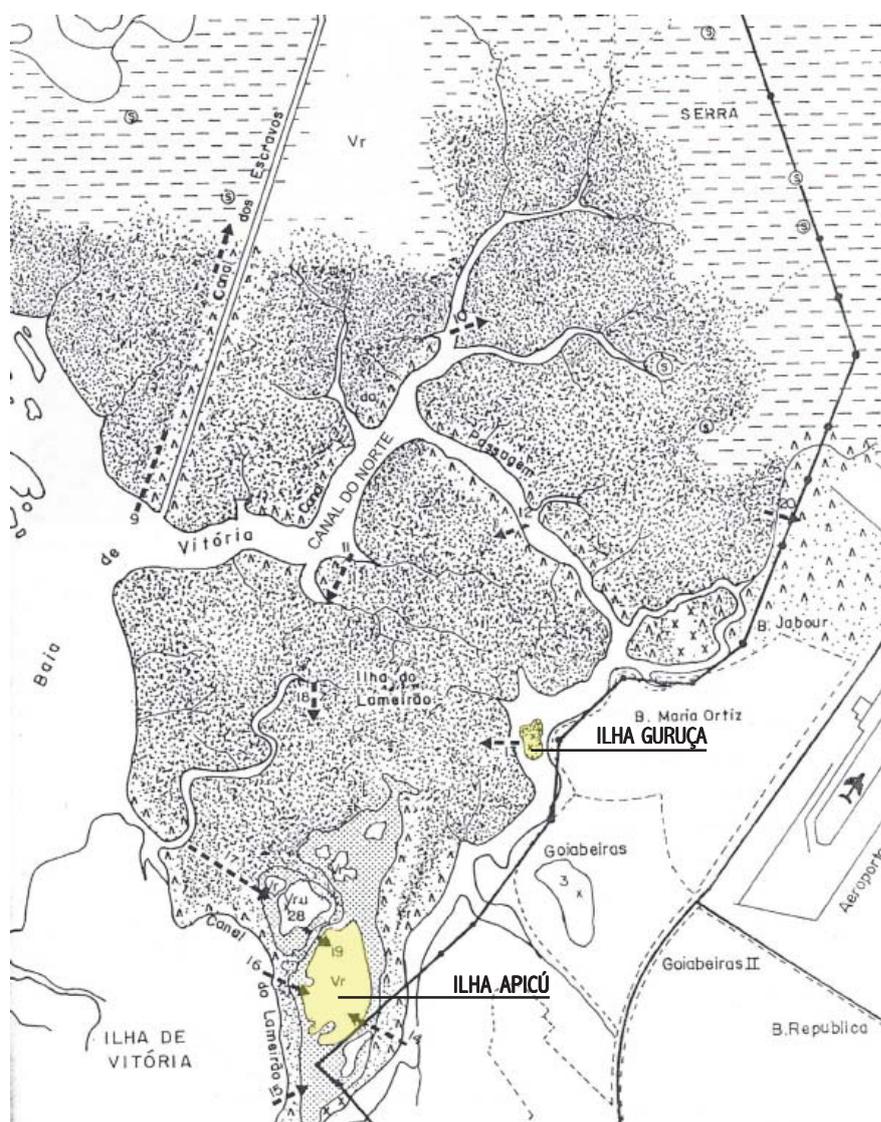


Fig 5.4 As ilhas do Guruça e Apicú estão sujeitas a empreendimentos ecoturísticos como o complexo do Museu Ecoestuarino proposto pela SEMMAN. Fonte: Ferreira, 1989.

5.4

dos moradores no local – e pensar numa gestão comunitária dos equipamentos a serem implantados em consórcio com associações de bairro? Fundamental também é uma cooperação entre público e privado que passa necessariamente por inovações políticas e administrativas visando mecanismos de cooperação social.

PROPOSTA B - Projeto Pólo Turístico Ilha Das Caieiras (SEDEC)

Elaboração: Arquitetos da Secretaria de Desenvolvimento da Cidade sob a coordenação do Departamento de Turismo da Secretaria de Cultura. Ano: 2003

A Ilha das Caieiras possui características peculiares que a tornam atrativa para a visitação. Dentre suas particularidades a simplicidade de sua urbanização, os costumes locais e a encantadora paisagem que se descortina em todas as perspectivas visuais. Entretanto, “não só de atrativos vive um pólo turístico”. Há necessidade de

aparelhamento de obras viárias e de infra-estrutura ampliando a capacidade de suporte para recepção do turismo.

Nesse sentido, a administração municipal elaborou um Plano Urbanístico desenvolvido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Cidade junto ao Departamento de Turismo que contempla várias atividades e programas de intervenção física, mas ainda em fase de estudos para implementação.

Pela proposta, a infra-estrutura física do lugar deve sofrer várias intervenções visando facilitar o desenvolvimento do turismo numa região considerada periférica. O traçado das ruas e os acessos foram estudados de forma que possam viabilizar a circulação viária e ampliação de vagas de estacionamento. Além disso, um Terminal Rodoviário deve ser criado para eliminação dos pontos finais espalhados por vários locais do bairro, retirando a sobrecarga nas vias internas. A regularização fundiária se faz necessária para aplicação de índices urbanísticos e controle do crescimento das construções. Está previsto também um Centro Gastronômico, Museu da Pesca, ampliação do píer para desembarque e remodelação das áreas livres e de lazer.

Do ponto de vista arquitetônico e paisagístico, o projeto elaborado pela SEDEC é interessante na medida em que incorpora o sentido do inesperado, da busca pelo desconhecido, sugerida pela sinuosidade do percurso que gradativamente vai revelando a existência de elementos construídos quase ao acaso. O aproveitamento de espaços livres destinados à circulação e ao lazer favorece o movimento contínuo em torno das potencialidades da paisagem do lugar.

Por outro lado, preocupa a dimensão escalar do projeto cuja proposição reúne um grande número de atividades que suscita o questionamento para a capacidade de suporte do bairro Ilha das Caieiras. Conforme estimativa de áreas, o projeto perfaz um total de 11184,03 m², portanto, sendo previsível o impacto que a nova estrutura poderá desencadear na região. O terminal rodoviário é outro elemento que compromete a base biofísica e a circulação viária do entorno, sugerindo um grande aumento no fluxo de pessoas para Caieiras. Antes de tudo, deve-se avaliar a infra-estrutura para que seja condizente com os projetos, uma vez que atualmente não atende aos requisitos necessários ao cumprimento dos serviços, especialmente relativos ao da rede de esgoto.

O espaço assim ocupado, controlado e orientado em direção ao reprodutível se vê cercado pelo não reprodutível: a natureza, o sítio, o local, o regional e até mesmo o mundial. Nesse sentido, não se trata de uma paisagem turística apenas, mas uma paisagem socialmente estetizada e transformada para o consumo. O turismo trata na realidade de um processo que é ao mesmo tempo político e social, porque afeta bens e espaços coletivos. Nesse sentido, parte da população excluída socialmente visualiza na inacessibilidade aos espaços de lazer sua condição diferenciada como cidadão no ambiente urbano desigualmente desenvolvido.

Planilha 2 - Planilha Pólo Turístico Ilha das Caieiras

1. Projeto / Atividade	Projeto de urbanização do Pólo Turístico Ilha das Caieiras
2. Objetivos	
2.1 Geral	Desenvolver plano urbanístico integrado para a região da Ilha das Caieiras, objetivando transformar /qualificar o local como pólo de atração turística do município. Preparar o bairro para visitação de turistas de origem nacional e internacional, respeitando a população local e preservando a identidade local e seu patrimônio paisagístico, e promover as conseqüentes melhorias de renda e oportunidades para a população local.
2.2 Específicos	O Plano Urbanístico prevê a divisão da área em três regiões distintas, a fim de potencializar os usos já existentes, integrando-os através de um partido urbanístico. São elas: Região I- Praça Dom João Batista Região II- Ilha das Caieiras/ Centro gastronômico Região III- Infra-estrutura receptiva Região I- Praça Dom João Batista Reforçar os usos de lazer contemplativo, esportes e lazer ; Contemplar a valorização da orla através de tratamento paisagístico e preservação das visuais; contemplando a acessibilidade; implementação da escola de Vela e Remo, fomentando o esporte náutico e aproveitando a potencialidade natural da região. Região II – Ilha das Caieiras / Centro Gastronômico Resgatar a identidade cultural da ilha, marcando visualmente o contorno original da mesma, dando-lhe legibilidade espacial; Potencializar as características que lhe são inerentes , criando um centro de referência cultural (história, gastronomia); Melhorar a estrutura para as desfiadeiras de siri e criar um restaurante integrado com a área da cooperativa; Orientar melhorias das edificações habitacionais e comerciais existentes, preservando a ambiência local; Incentivar a utilização de parte das residências voltadas para a passarela / deck para estabelecimentos comerciais; Criar pontos de ligação da rua perimetral com a baía através de desapropriações para abrigar praças e decks à beira-mar Região III- Infra-estrutura Receptiva Constitui-se de um terminal rodoviário para ônibus municipais e de turismo contando com uma específica com abrigos de ônibus, bares de apoio, sala para motoristas e banheiros públicos. - Integrado a um Terminal de passageiros, contará ainda com uma área de eventos, que fomentará feiras e eventos locais, ao ser dotado de equipamentos de apoio aos turistas – posto de informações turísticas, atracadouros para escunas, passarela /deck de integração à cooperativa das desfiadeiras de siri, restaurante e trilhas ecológicas para educação ambiental.
3. Prioridade	(x) Alta () Média () Baixa
4. Beneficiários	População local e metropolitana, turistas de origem nacional e internacional.
5. Atividades	Lazer, cultura, gastronomia, esporte, educação ambiental e geração renda.
6. Parcerias	Caixa Econômica Federal e SEBRAE

Tabela 7 - Estimativa de áreas - Projeto Pólo Turístico Ilha das Caieiras

ITEM	ÁREA TOTAL M ²	ÁREAS PARCIAIS	
		PIER	PRAÇA
1.1 Área de Obras Viárias	9904,64 m ²		
1.2 Área do Museu da Pesca	892,44 m ²		
1.3 Área do Pier de desembarque	154,65 m ²		
1.4 Área Praça/Pier*	232,30 m ²	131,25 m ²	101,05 m ²
1.5 Área complexo Bar/Pier*	500,58 m ²	234,50 m ²	266,08 m ²
1.6 Área complexo Restaurante/Pier*	1.694,86 m ²	255 m ²	1.439,86 m ²
1.7 Área Pátio de estacionamento*	448,13 m ²		

Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Cidade/SEDEC.

Paralelamente ao desenvolvimento da proposta de intervenção na Ilha das Caieiras, temos o projeto “Cadeia Produtiva do Turismo e da Cultura” parceria público e privado. Este sim passou do plano para a prática e começou a ser efetivamente implementado como experiência-piloto na Ilha das Caieiras, como veremos em seguida.

PROPOSTA C - Cadeia Produtiva do Turismo e da Cultura (SEBRAE/ CECA /PMV)

Elaboração: SEBRAE-E.S (gestão e coordenação executiva), Centro Cultural Caieiras (coordenação local e implementação de ações) e Prefeitura Municipal de Vitória.

O *Projeto Cadeia Produtiva do Turismo e da Cultura*, desenvolvido em parceria da Prefeitura Municipal com o SEBRAE-E.S e o Centro Cultural Caieiras (CECA)⁴. estabelece algumas ações tendo por objetivo o envolvimento dos moradores com a questão do turismo. Alguns trabalhos foram desenvolvidos no sentido de despertar o interesse no ambiente ao qual a população está inserida, tendo como princípio básico promover a conscientização e o orgulho pelo universo cultural e ambiental em que habitam.

Segundo o prefeito da Sub-regional São Pedro, Eliseu Moreira dos Santos, foi liberada uma verba de R\$184 mil (janeiro a março de 2004) para dar início ao projeto-piloto. O projeto prevê levantamento das áreas artístico-culturais, elaboração de estudos visando a implantação do bloco turístico no manguezal, implantação do ateliê de Artes e Ofícios, elaboração de estudos de viabilidade para o turismo náutico, posto de informações turísticas, instalações de sinalização, entre outros. O projeto-piloto foi desenvolvido até junho de 2004 e prevê continuidade. O projeto Cadeia Produtiva consta de várias ações, dentre elas, a realização de oficinas com a comunidade

Constatou-se que as ações e metas abaixo relacionadas foram idealizadas independentes dos projetos urbanísticos propostos pelos arquitetos lotados na Secretaria de Desenvolvimento da Cidade.

⁴ Centro Cultural Caieiras é uma ONG que desenvolve um trabalho com as crianças através da escolinha do Congo, sob coordenação de Fábio Carvalho e Alcione Dias.

- levantamento de talentos nas áreas artístico e cultural
- estudo para implantação da rota turística no manguezal
- estudo para implantação de atividades de turismo náutico e de pesca na região
- implantação do ateliê de artes e ofícios
- implantação do centro de formação musical
- implantação do núcleo de produção áudio visual
- apoio ao projeto congo na escola
- formação gerencial e estímulo à cultura empreendedora e à cooperação com a instalação do posto de informação turística
- confecção e instalação de placas de sinalização turística
- recuperação de fachadas de imóveis da ilha
- produtos editoriais

As oficinas de Ateliê de artes e ofícios

O objetivo da realização destas oficinas conforme descrito nos termos do SEBRAE-E.S: *“para tanto, será precedido de um cadastro de artesãos locais, aos quais será oferecida a capacitação para a produção de peças artesanais com produtos do mar e com retalhos de tecidos, que darão origem à tecelagem.”*

Conforme constatação *in loco*, as oficinas se estruturaram da seguinte forma: para cada oficina, havia um instrutor e um monitor, sendo que obrigatoriamente os monitores deveriam ser moradores. Entretanto, a maioria dos instrutores veio de outros lugares e até mesmo procedentes de outras regiões para ensinar as técnicas do artesanato⁵. Em seu depoimento, quando comentado a respeito da possibilidade do instrutor da oficina de pescadores ser de fora do bairro, o pescador Pirão reagiu da seguinte forma:

“Não precisa trazer ninguém de fora, a pessoa tem que fazer o que é da origem do lugar. Nós aprendemos a fazer rede desde criança, já vem de família, aprendemos com nossos pais. Meu pai era João Leonel, pescador antigão daqui”. Rogério Leonel da Silva, mais conhecido como Pirão (pescador e dono de restaurante)⁶.

Outro aspecto observado diz respeito à introdução de novas técnicas de artesanato que não são características do lugar como por exemplo, a produção de tecelagem com produtos do mar citado nos objetivos da oficina, e outros produtos tais como o biscuit e o artesanato de conchas. Até para realização desta oficina, a matéria-prima utilizada – conchas - foi buscada em outras praias do município. Nesse sentido, existe aí uma certa distorção do caráter no qual as oficinas de artes se propunham, ou seja, imprimir um sentido cultural local ao aprendizado.

⁵ A instrutora da oficina de conchas Ana Iziz Reis Silva, por exemplo, mora em outro município do Espírito Santo.

⁶ As entrevistas dos moradores, assim como dos participantes das oficinas, poderão ser lidas na íntegra em anexo no final da dissertação.



5.5



5.6



5.7

“Existem as oficinas para que as pessoas aprendam a transformar a casca do marisco em souvenir para vender, a montagem de um ateliê de artes e ofícios.”

Eliseu Moreira dos Santos (subprefeito Regional São Pedro)

As oficinas apresentaram, portanto, um caráter de organização técnica do consumo. Caso contrário, como se justificaria a razão de trazer pescadores e outros artesãos formalmente reconhecidos lá fora para ensinarem àqueles que já dominam a técnica e são moradores da Ilha? Assim, conclui-se que, na homogeneização do produto voltado para o turismo, encontra-se a forma de inserir-se na totalidade cultural da modernidade.

Portanto, torna-se evidente **a relação artesanato-mercadoria**, incorporando valor ao produto a ser comercializado, ou seja, algo que seja vendável ou se assemelhe a todo tipo de souvenir encontrado nas regiões litorâneas. Nesse sentido, perde-se o propósito de associar cultura e técnica local ao projeto Pólo Turístico. O caráter de mercado impresso nessas ações novamente é o grande nivelador. Ainda assim, os moradores estão animados com a expectativa do turismo mudar o ritmo de vida na Ilha, ou seja, a possibilidade de melhorar o padrão de vida, gerando empregos e renda.

“Vai haver benefício sim, pois já está beneficiando a mim, imagine criando mais artesãos na Ilha das Caieiras. Por isso o pessoal está interessado, pois já viram meu progresso fora da Ilha das Caieiras”⁷.

Ana Izis Reis Silva (artesã e instrutora da oficina de conchas)

Entretanto, as informações obtidas no trabalho de campo traduzem uma realidade que se opõe à hipótese otimista de implantação do Pólo Turístico. Se o projeto de turismo tem por finalidade desencadear um processo participativo e criativo aplicado à sustentabilidade de ecossistemas, este estará fadado ao fracasso, uma vez que a população local não está ciente da amplitude e dos propósitos do projeto, ou seja, muito dos que estão participando das oficinas não têm a dimensão da totalidade e das perspectivas de mudanças no cotidiano local.

Associado a isto, é preocupante a forma como estão sendo encaminhados as ações do projeto—piloto (Sebrae). A falta de compreensão do processo como um todo por parte da população torna-se evidente quando se indaga a respeito do Projeto Rota

Fig 5.5 Oficina de conchas. Fonte: acervo pessoal, jan/2004.

Fig 5.6 Moradores aprendem a confeccionar souvenirs com conchas procedentes de praias da região nordeste. Fonte: acervo pessoal, jan/2004.

Fig 5.7 A produção da oficina de conchas pronta para ser comercializada. Fonte: acervo pessoal, jan/2004.

⁷ Ana Izis é uma artesã criada no bairro de Santo Antônio localizado na Baía Nordeste, mas hoje já não reside no lugar. Ela desenvolve um artesanato que utiliza conchas e materiais provindos do mangue e do mar. Conforme declarou, seu trabalho já foi apresentado e vendido nos Estados Unidos e na Europa.



5.8

Fig 5.8 Oficina de biscuit.
Fonte: acervo pessoal, jan/2004.



5.9

Fig 5.9 Oficina de biscuit Os moradores esperam aprender o ofício visando a geração de renda. Fonte: acervo pessoal, jan/2004.



5.10

Fig 5.10 Instrutora ensina a manipular o material. Fonte: acervo pessoal, jan/2004.

Manguezal, especialmente para aquelas pessoas que participavam como aprendizes das oficinas. Quando indagava-se a estas pessoas sobre o significado do pólo turístico, a maioria delas apenas ouviu falar vagamente, ou mesmo desconheciam. Dessa forma, percebia-se que a associação de idéias relativas ao Pólo Turístico estava totalmente destituída da compreensão do seu significado.

“Rota Manguezal? É já ouvi falar que está proibido pesca de marisco agora, né?”

“Incrementar o turismo? Isso aí, eu não estou sabendo, não. Estou sabendo agora.”

(Amélia Rosa, participante da oficina)

Recuperação de fachadas de imóveis da ilha

O objeto desta ação compreendia a melhoria do padrão estético das casas em frente ao píer que estão situadas entre a Praça dos Pescadores e o Atracadouro da Ilha, em um universo de 22 famílias e 16 construções, sendo que duas das construções são restaurantes em funcionamento e outra é um bar desativado.

A metodologia utilizada para buscar as informações necessárias para o entendimento das relações estabelecidas entre as famílias e o espaço habitado, constava de pesquisa e levantamento cadastral e também de oficinas interativas entre o morador e a paisagem. Segundo as pesquisadoras⁸, as informações obtidas contribuíram na apreensão do contexto sócio-espacial e serviu de subsídio para a identificação de problemas do universo em questão. O levantamento arquitetônico, contando com o auxílio dos próprios moradores, compreendendo as fachadas e os espaços externos de todas as construções, assim como o levantamento fotográfico do conjunto, subsidiou as referências para o projeto final das fachadas.

Para o necessário reconhecimento do espaço individual e coletivo do espaço, seja pelo olhar de cada indivíduo, morador ou não, ou da percepção do grupo, foi desenvolvido uma dinâmica interessante com os moradores através de Oficinas Coletivas. A primeira atividade denominada “Captação de Imagens” consistiu na apreensão da paisagem pelos moradores que foram incentivados a buscar através da foto-

⁸ Participaram dessa equipe as estagiárias do curso de arquitetura da UFES Grasiela Vilas Novas, Ellen Assad, Joana Tanure e Suzane Moulié, responsáveis pela pesquisa de campo e da proposta arquitetônica para fachadas das residências em questão sob coordenação da arquiteta Vera Lúcia Tâmara Ribeiro.

grafia as impressões sobre o espaço que habitam. Em seqüência foi realizada a segunda atividade denominada “Varal de Imagens”, que consistiu na exposição das fotos em um varal montado coletivamente na Praça dos Pescadores, onde o grupo se reuniu dando início a uma discussão a respeito das imagens captadas no dia anterior.

A metodologia utilizada na realização destas oficinas foi interessante na medida em que a equipe pôde perceber a forma como os participantes apreendem o espaço traduzido através das imagens captadas pela fotografia e nos depoimentos gerados a partir da experiência. Esta dinâmica favoreceu a concepção da visão sócio-espacial da Ilha das Caieiras pelos moradores através da discussão de temas importantes como o espaço coletivo, o lixo, a relação das residências com o mangue, o gabarito das construções, dentre outros.

Entretanto, o método visava a interpretação para construção de um artifício - estetização da paisagem construída- que poderá conduzir a um processo de mascaramento ou ocultação, ou seja, sugerindo que esta inter-relação estabelecida tenha tido como propósito indisfarçável criar uma imagem ideal, uma espécie de paisagem desejável, que nem sempre corresponde à resultante das forças sociais empregadas na sua construção. A discussão sobre o caráter ambíguo implícito no turismo em áreas de padrão periférico de ocupação será comentado mais adiante.

A forma truncada na gestão do processo

A minha presença na Ilha das Caieiras na fase inicial de implantação do projeto-piloto Cadeia Produtiva (janeiro/março 2004) foi importante no sentido de provocar a reflexão sobre as perspectivas, obstáculos e anseios a serem delineados e transpostos pela comunidade local. A oportunidade de participar das reuniões junto aos representantes do projeto (Sebrae e CECA) e as lideranças locais, assim como também participar das oficinas, permitiu observar até que ponto os conflitos e divergências apontam para a necessidade de um aprofundamento das questões relacionadas à construção da paisagem no âmbito da estratégia política empresarial.

Nessa perspectiva, torna-se evidente o jogo político, a briga pelo poder, ao qual não importava a legitimação da cidadania, mas estritamente o atendimento às questões de interesse financeiro e de prazo, impostos pelo projeto. Esta situação era nítida em ambas as partes, tanto pela coordenação do projeto, bem como por parte das pessoas envolvidas como monitores e/ou instrutores, e que para tal função estariam recebendo uma remuneração, portanto, estabelecendo um vínculo imediato com os agentes empreendedores.

Portanto, é fato que o projeto-piloto faz parte de um contexto mais amplo onde os objetivos se revelam ocultos, ou seja, um “*projeto engessado de cima para baixo*” cuja preocupação maior era atender ao prazo de três meses designado pelo Sebrae, pois

Fig 5.11 Reunião dos instrutores e monitores com os coordenadores do Projeto Cadeia Produtiva para organização das ações. Fábio e Alcione (à esq.). Fonte: acervo pessoal, jan/2004.



5.11

caso contrário, estariam sujeitos a perda da verba. Associado a este fato, o perfil autoritário demonstrado pela coordenação local no planejamento e desenvolvimento das oficinas, deflagra uma tendência à obstrução do processo participativo. A inversão nos propósitos se verificava claramente nas reuniões realizadas com os moradores para dar prosseguimento às ações planejadas, onde não era colocado de forma objetiva a intenção do projeto— piloto em sua totalidade e a forma como este se integrava ao Pólo Turístico numa dimensão mais ampla. Pelo contrário, segundo a coordenadora da Cadeia Produtiva, Alcione Dias, as diversas ações programadas pelo SEBRAE eram independentes dos demais projetos da prefeitura: “*as oficinas e o Rota Manguezal são ações completamente diferentes e independentes.*” E categorizou: “*A Rota Manguezal diz respeito somente aos pescadores.*”⁹.

Apesar do Centro Cultural Caieiras constituir-se numa ONG, e que como tal deveria ter como princípio sedimentar um sentimento maior de identidade e de integração, entretanto, neste projeto em especial, mostrou uma duplicidade de estratégias em relação a comunidade, pois ao mesmo tempo em que usou seu poder de penetração e conhecimento na comunidade para facilitar a implementação do projeto, estabeleceu como prioridade o atendimento às demandas e prazos determinados pelo SEBRAE- ES. Desse modo, a reflexão que poderia ser intermediada entre comunidade, agentes financeiros e públicos não foi articulada, o que denuncia o descumprimento de seu papel enquanto ONG.

⁹ Reunião realizada na Regional São Pedro em 23 de dezembro de 2004, onde estavam presentes: Fábio Carvalho e Alcione Dias (coordenadores); Simone Leal; Maria Cristina Bernadino; Rosane da Silva; Ana Izis (instrutora) e alguns pescadores e esta autora na condição de ouvinte (FAUUSP).

¹⁰ Todas as entrevistas aqui citadas poderão ser vistas na íntegra em anexo no final do documento.

“Esta ONG foi criada por dois professores da escola do FLA que trabalham com cultura, e são eles que estão assumindo todos os projetos aqui da Ilha. Eles resolveram convidar a comunidade porque eles tem a verba na mão e o projeto Cadeia Produtiva, mas a cultura, as tradições e o apoio quem tem é a comunidade...”

Simone Leal (moradora e liderança – entrevista janeiro 2004)¹⁰

Na verdade, esta forma de procedimento poderá tornar inexequível o projeto no âmbito da intermediação entre população e gestão, ou seja, a integralização das ações num mesmo objetivo. Estes aspectos acima mencionados expressam a forma equivocada com que o Pólo Turístico vem sendo encaminhado e implantado na Ilha das Caieiras, ou seja, **uma concepção totalmente dissociada da paisagem e**

da comunidade. Eduardo Yázigi¹¹ lembra bem que o “*devaneio faz parte da excitação turística e por isto é sabiamente manipulado por seus agentes*”.

“Este projeto foi negociado diretamente entre Prefeitura, o Sebrae e esta ONG. Estas pessoas vieram com este projeto e agora estão precisando de nossa ajuda para entrarem dentro da comunidade. Eles precisam conseguir o apoio da comunidade para executarem este projeto.”

Maria Cristina Bernadino (moradora e liderança em depoimento janeiro/2004).

Chama a atenção, por exemplo, a perda de sentido da idéia do *bem comum* no estabelecimento de parcerias privadas com Caixa Econômica e o Sebrae. Afinal os ganhos privados reduzem as demandas coletivas. Os que ganham são em primeiro lugar, a política populista que não estimula nem a cidadania nem as condições materiais que favoreçam tal participação, porque não quer ser cobrada por ela. Em segundo lugar, ganha a administração pública pouco eficiente que se desobriga tanto do seu papel de regulação e controle como da sua presença efetiva por meio de políticas públicas destinadas à melhoria do espaço social.

Pereira Leite refere-se, então, a estes lugares como virtualidades que, para serem entendidos, exigem abstrações crescentes que possibilitem a difusão de ideologias espaciais cada vez mais distantes das práticas sociais locais. E desse modo, “*essas ideologias, expandidas e aprofundadas, acabam por drenar os recursos sociais para a esfera do setor privado, fechando o círculo com a desconsideração da paisagem como dado concreto dos lugares.*”¹²

Nesse jogo de interesses que contamina todo o espaço urbano, perde-se algo muito mais profundo que é o valor simbólico do coletivo social e da solidariedade nele subjacente, ou seja, a magia do lugar que ao contrário do conservadorismo da perspectiva romântica, tem se mostrado um suporte fundamental das mudanças e conquistas sociais.

A criação de simulacros sustenta o turismo na periferia?

A questão do turismo na região noroeste considerada como de padrão periférico necessita de procedimentos de reflexão mais profunda. O termo periferia explicita áreas localizadas fora ou nas imediações de algum centro. Todavia, muitas áreas afastadas dos centros da cidade não são entendidas como periféricas, pois o termo absorveu uma conotação sociológica, redefinindo-se. Entretanto, aqui podemos considerar “*periferia como áreas com infra-estrutura e serviços deficientes, sendo essencialmente o locus da reprodução sócio-espacial da população de baixa renda*”¹³.

Dessa forma, interessa discutir o papel do espaço público periférico para o turismo, pensando as conseqüências advindas para o incremento de tal atividade. Em primeiro lugar não é possível tratar separado uma paisagem para o turismo e outra

¹¹YÁZIGI, Eduardo (organizador). Turismo e Paisagem. Coletânea de textos. São Paulo: Contexto, 2002. p.168.

¹² PEREIRA LEITE, Maria Ângela F. *A produção e o uso da paisagem metropolitana*. 2002 (texto não publicado)

¹³ SERPA, Ângelo. “A paisagem periférica” In: YÁZIGI, Eduardo et alli (org). *Turismo e Paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002.

para a sociedade. As tentativas de se esconder o que não deve ser visto não têm dado certo, e muitos trabalhos sobre turismo realçam o problema. Ou seja, não é uma estratégia inteligente pensar a paisagem fora dos marcos da relação da sociedade com o seu território em todas as suas dimensões.

Nesse contexto, como ampliar as possibilidades e alternativas para o desenvolvimento da atividade turística nas áreas periféricas? Se, nas periferias de urbanização popular, a paisagem construída resultante do “padrão periférico” de ocupação, produz um quadro de degradação ambiental que embora evidente, não elimina, pelo menos em parte, as belezas naturais das paisagens originais. Desse modo, a preparação do espaço periférico para o destino turístico tende a produzir uma paisagem voltada para a homogeneização de materiais, técnicas e modismos, circuitos exclusivos, completamente destacados em relação ao entorno. Embora seja sabiamente manipulado por seus agentes, a propaganda turística não consegue dissimular o entorno “indigno” de ser visto, sempre com conotação pejorativa: o “*mundo das favelas*”.

Mesmo que se ofereça uma infra-estrutura mínima de serviços, não se pode afirmar que o lucro auferido pelo turismo permaneça nas periferias. Para Souza (1999)¹⁴, o “*expressivo potencial de recursos naturais/ culturais não tem possibilitado a geração de renda para sua conservação, nem a promoção da qualidade de vida das populações locais*”. Segundo o autor, comunidades periféricas, que poderiam usufruir do ecoturismo, acabam utilizando os recursos naturais sem os cuidados necessários, muitas vezes por falta de capacitação ou desconhecimento do seu “valor”.

Nesse sentido, se a paisagem é um recurso importante, como elaborar as questões do quadro social, político e territorial no qual ela está inserida? Sem entrar na discussão do que é belo e do que é valorizado ou não pela estética, uma vez que cada sociedade define seus padrões de beleza culturalmente, Berque¹⁵ elabora uma pergunta paradoxal: “*como falar em beleza diante da feiúra da pobreza?*”. Ao discutir a paisagem, qualquer que seja, revestida de poder simbólico e, por isso mesmo de um bem coletivo, a sua degradação adquire um significado que vai muito além da sua visibilidade. Nesse sentido, Castro volta às perguntas formuladas por Berque sobre a relação entre feiúra e pobreza e polemizar sobre o que pode estar nas entrelinhas do “*discurso tanto político como técnico e acadêmico que usa a pobreza como justificativa para uma liberalidade normativa escondendo um descaso institucional com as populações menos favorecidas, seu ambiente de moradia e a degradação da paisagem urbana*”.¹⁶

Conforme foi visto nas ações propostas pelo projeto Cadeia Produtiva, o turismo e suas instâncias contêm seus próprios mecanismos de regulação, ou seja, do que é permitido (*maskamento* da pobreza pela estetização de fachadas) e do que possa ser explorado (produção de *souvenirs* que divergem da cultura local), e assim formam

¹⁴ Cito In: SERPA, Ângelo. .” A paisagem periférica” In: YAZIGI, Eduardo et alli (org). *Turismo e Paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002.

¹⁵ CASTRO, Iná Elias de . Paisagem e turismo. De estética, nostalgia e política. In: YAZIGI, Eduardo et alli (org). *Turismo e Paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002.

¹⁶ BERQUE, Augustin. *Paysage-empreinte, paysage-matrice: éléments de problématique pour géographie culturelle*. Paris: L'Espace Géographique n°1, 1984. p. 33-34.

um sistema ideológico que visa manipular a população para a produção de simulacros ou mesmo de sentido de falsificação da verdade. Dessa forma, o que passa a ser representado não corresponde à totalidade dos fatos, mas a uma visão parcial deles, muitas vezes em desacordo com os desejos individuais.

Assim, podemos afirmar que essa ocultação dos processos sociais pode ter uma leitura política, na qual é possível identificar os perdedores e ganhadores na imposição da ética dessa estética. Para Fonteles (1999)¹⁷, o turismo faz com que as populações locais reinventem seu cotidiano, e, nessa reinvenção, a lógica da indústria turística se sobrepõe às tradições locais e à própria identidade da comunidade. Refletindo sobre o turismo em Jericoacoara, Fonteles afirma que a tradição local acaba sendo fortemente impactada por novos valores, novos símbolos, novas referências e expectativas.

O lazer na sociedade muda de sentido, de atividade espontânea, busca do original como parte do cotidiano, passa a ser cooptado pelo desenvolvimento da sociedade de consumo que tudo que toca transforma em mercadoria.

Nesse sentido, Marc Augé¹⁹ traz uma importante contribuição ao desenvolvimento do conceito de lugar quando fala da abolição de lugares. O autor afirma que “*lugar e não-lugar são, antes, polaridades fugidias: o primeiro nunca é completamente apagado e o segundo nunca se realiza totalmente – palimpsestos em que se reinscreve, sem cessar, o jogo embaralhado da identidade e da relação.*” Para o autor o lugar tem um sentido estrito e simbólico, liga-se a idéia de espaço antropológico, que tem sempre um aspecto relacional a um acontecimento ou a uma história, e o não-lugar seria a negação desses aspectos representados pelos símbolos da supermodernidade (espaços públicos de rápida circulação até um bilhete de passagem aérea).

Podemos citar aqui o caso do Pelourinho em Salvador, onde os sinais da supermodernidade de que fala Augé convivem lado a lado com problemas estruturais crônicos. Desemprego, miséria, serviços precários contrabalançados por cenários artificialmente construídos sem relação com o entorno, sem conteúdo histórico, mas alimentados por uma classe média ávida por consumo. Fazendo uma analogia, poderíamos transpor este cenário e compará-lo àquele que tende a se formar em Caieiras: o processo se faz revelar muito semelhante nas formas e no conceito.

Nesse sentido, o resultado visível dessas constatações parece ser mais uma consequência institucional da ausência de uma real participação da sociedade na produção do seu espaço como direito inalienável, do que efetivamente uma realidade inescapável produzida pela pobreza. Pensar no turismo como uma alternativa real para atrair investimentos, gerar emprego e renovar a base produtiva local é pensar na aplicação de políticas integradas que assegurem a permanência dos moradores no local e a gestão comunitária do processo em parceria com as esferas públicas e

¹⁷ FONTELES, J. *Comunidade de pescadores de Jericoacoara-Ceará entra na rota turística.* In: Vasconcelos, f.p.(org) Turismo e Meio Ambiente ed.Funece/Univ.Est.do Ceará Fortaleza,1999.

¹⁸ CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo.* São Paulo: Hucitec, 1996. p.109.

¹⁹ AUGÉ, Marc. *Não-Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade.* 4ªed. Campinas: Papirus, 2004. p.74.

privadas. Em outras palavras, a questão parece residir mais na falta de uma estratégia institucional aliada a capacitação da participação popular visando um esforço conjunto capaz de considerar e valorizar o patrimônio natural no contexto da paisagem periférica. Esse talvez seja o ponto de partida para se pensar a responsabilidade institucional na regulação tanto da proteção, como da produção e do aproveitamento econômico e social das paisagens.



Os diversos agentes intervenientes na construção do espaço urbano, sob o crivo de interesses difusos e fragmentados, vêm negligenciando e opondo-se aos processos naturais e constitutivos do ambiente urbano. A ordem social baseada na circulação e produção de bens de capital, deu prioridade econômica, política e social às cidades, voltando-se para a abstração, abandonando a natureza e a prioridade do natural. Nesse contexto de tendência destrutiva do crescimento econômico e ante a ameaça do esgotamento dos recursos naturais, o movimento ambientalista, ganha força passando por diversas contextualizações acerca de conceitos e ideologias do meio ambiente ao longo do tempo .

O surgimento do termo *sustentabilidade* veio a se consolidar durante as décadas de 70 e 80 quando foram produzidos vários documentos gerados pelos pesquisadores, movimentos ambientalistas e por representantes das nações. Do documento *Nosso Futuro Comum*, elaborado pela *Comissão Bruntland*, define-se o desenvolvimento sustentável como aquele que “*satisfaça as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades*”. Esta nova visão aponta as interferências sobre outras nações fornecedoras distantes de matéria-prima e de mão de obra ampliando as fronteiras sociais dos países desenvolvidos industrializados. Nessa perspectiva histórica amplia-se os fundamentos que dão sustentação à questão ecológica.

Dessa forma, alguns discursos em torno do conceito de sustentabilidade estão sendo construídos com base em algumas matrizes, apesar de não haver hegemonia entre eles e os objetivos serem muitas vezes divergentes. Primeiramente, temos a *dimensão ambiental da sustentabilidade* que considera a manutenção da qualidade do ecossistema, como também sua capacidade de regeneração e absorção de impactos através da observação dos processos que envolvem a ecologia da paisagem. A *sustentabilidade social* visa especialmente, minimizar os problemas da desigualdade e da exclusão social. Nesse sentido, para a obtenção destas metas, ressalta-se a importância de políticas de desenvolvimento social, que combatam as disparidades regionais, fortalecendo a economia local em seus setores socialmente mais abrangentes.

Uma outra dimensão da sustentabilidade refere-se às *formas de participação nas políticas de desenvolvimento*, tendo em vista o processo de **construção da cidadania** e a inclusão social nos programas de desenvolvimento como seu principal objetivo. Esta realização só é possível através da democratização e mediação do poder público nas questões de interesse social e do fortalecimento e capacitação das organizações comunitárias.

Portanto, na análise de Acsehrad²⁰, dir-se-ia então sustentáveis, as práticas que se pretendam compatíveis com a qualidade futura postulada como desejável ou os objetivos que se almejam alcançar, avaliados dentro de alguns parâmetros de prioridade. Assim, diversas matrizes têm dado suporte ao conceito de sustentabilidade, tais como:

<i>Da eficiência</i>	combater o desperdício da base material do desenvolvimento
<i>Da escala</i>	limite quantitativo ao crescimento econômico e à pressão que ela exerce sobre os recursos ambientais
<i>Da equidade</i>	articula analiticamente princípios de justiça e ecologia
<i>Da autosuficiência</i>	desvincula as economias nacionais e sociedades tradicionais dos fluxos do mercado mundial como estratégia para auto-regulação comunitária das condições de reprodução da base material
<i>Da ética</i>	apropriação social da base material de desenvolvimento

Desse modo, a proposição de modelos de desenvolvimento sustentável apresenta dificuldades em sua mensuração. A atribuição de valores aos custos ambientais causados por mudanças e transformações sobre os ecossistemas, bem como as incertezas das conseqüências das ações antrópicas sobre os processos naturais permanecem como interrogações. Dessa forma, o termo desenvolvimento sustentável apresenta-se mais como um aparente consenso revelador de imprecisão do que de clareza em torno do seu significado.

Assim, a idéia de “*insustentabilidade*,” segundo Acsehrad, refere-se à “*queda produtiva pela incapacidade de investimentos urbanos acompanharem o ritmo das demandas sociais, revelando grandes assimetrias entre a localização espacial dos recursos e da população.*” E esta inadequação estaria presente tanto nas grandes metrópoles como também nas cidades ditas “fragmentadas” ou “desdensificadas”.

Nesse sentido, o desenvolvimento urbano sustentável na análise de Costa²¹, traz consigo conflitos teóricos de difícil conciliação entre “*as trajetórias da análise ambiental e da análise urbana que, originando-se em áreas do conhecimento diferentes, confluíram na proposta de desenvolvimento sustentável.*” Nessa perspectiva, a associação clara entre a generalização do processo de urbanização e a consolidação de um projeto claro de modernidade se contrapõe ao discurso ambiental. Este surge e ganha corpo no bojo de um amplo conjunto de reações ao caráter massificante, predatório e opressor, entre outros atributos igualmente negativos, do desenvolvimento dos modos de produção capitalista. Ao nascer de um questionamento geral ao projeto de modernidade, a análise ambiental em suas diversas vertentes questiona também, necessariamente o modelo de organização territorial associado a ela, expresso nas diferentes formas assumidas pela organização contemporânea. Quanto a visão sócio-política, muitas vezes, esta

²⁰ ACSELRAD, Henri. *Discursos da sustentabilidade urbana*. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, n.1, ANPUR, mai/1999. p. 79-90.

COSTA, Heloisa Soares de Moura. *Desenvolvimento urbano sustentável: uma contradição em termos?* Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais n.1, ANPUR, 1999, p.79-90.

tem se restringido ao esforço de ONGS, mais especificamente no que se refere ao discurso da equidade.

Portanto, a suposta imprecisão do conceito de sustentabilidade sugere que não há ainda hegemonia estabelecida entre os diferentes discursos, e o que prevalece são expressões interrogativas recorrentes nas quais a sustentabilidade é vista como um “princípio em evolução”, um dado objetivo que não se conseguiu ainda apreender. É antes uma noção conceitual da prática desejável a acontecer, do que ao campo do conhecimento científico para explicar o real.

A ênfase econômica nos processos de desenvolvimento tem feito com que a natureza – recursos e processos – continue a ser subestimada nas suas relações com as atividades produtivas. Além disso, chama atenção para a questão da fome como pré-requisito para qualquer proposta de desenvolvimento sustentável, num apelo social à discussão. Estes questionamentos fazem com que o desenvolvimento sustentável passe a ser visto como grande desafio, como nova utopia ou mesmo como referência nunca vivida.

Alguns pesquisadores consideram o discurso da sustentabilidade como uma utopia ou como nova roupagem para o modelo desenvolvimentista vigente, sendo criticado especialmente em seus extremos espaciais. Primeiro, nas relações internacionais, onde é evidente a disparidade existente entre os países centrais e subdesenvolvidos, e segundo, na escala local onde a problemática sócio-ambiental torna cada vez mais crítica a desigualdade nos padrões de consumo, a degradação do meio natural e do ambiente construído, a fragilidade das instituições e o difícil relacionamento. Um contradiscurso, portanto, opõe *sustentabilidade global e sustentabilidade local*. “*o que é bom para o planeta não seria melhor para a cidade*”. Nessa ótica, considerando que a capacidade de regeneração de ecossistemas é constante por unidade de extensão territorial, as cidades concentradas sofrem efeitos indesejáveis com a elevação da densidade territorial da produção de rejeitos, comprometendo a sustentabilidade a nível local.

Nos últimos anos, observa-se uma nova forma de negociação de interesses públicos que visam alcançar alguns preceitos básicos na requalificação do ambiente. No Brasil, a baixa capacidade orçamentária municipal, especificamente para projetos de revitalização do meio ambiente urbano, demanda do poder público, mais do que nunca, criatividade acima de tudo. Deve-se ter em mente que, em muitos casos, os interesses são conflitantes, cabendo **ao município o papel regulador**. Mas, em áreas não definidas como prioritárias – educação, saúde e habitação – a destinação de verbas específicas necessariamente passa pela articulação com os diversos agentes locais, regionais ou nacionais e translocais que interagem no espaço urbano.

As experiências alternativas realizadas em pequenas comunidades locais, onde a prática cotidiana é aliada a técnica organizacional vem demonstrando bons

resultados. Nesse sentido, o âmbito local é bastante adequado para a experimentação e o desenvolvimento de novas fórmulas de descentralização territorial. Fundamental, porém, é requalificar a participação popular nos termos de uma participação cidadã²² que interfere, interage e influencia na construção de um senso de ordem pública regida por critérios de equidade e justiça, assim como também é importante a cooperação entre público-privado que passa necessariamente por inovações sócio-políticas. Sem desconsiderar a importância de eventos e conquistas no âmbito ambiental, sobretudo no político, com a afirmação da sociedade civil, não se pode, contudo, supervalorizá-los em termos de mudança social.

Princípios ecossistêmicos que norteiam o planejamento, projeto e gestão da paisagem

Desenvolvimento, sustentável ou não, implica em mudanças na paisagem, geralmente feitas para acomodar as atividades do homem. No século XX, novas teorias foram surgindo baseadas no princípio de que somos parte de um sistema – o ecossistema: os seres vivos e não-vivos e suas interações em determinada paisagem. Dentro dessa nova ótica, podemos conceituar a Ecologia da Paisagem como a combinação de propostas de reestruturação /recuperação da vida social em bases solidárias.

A evolução do planejamento da paisagem foi um processo lento e fragmentado e os temas *sustentabilidade, ecologicamente adequado e integrado, estética e manutenção do funcionamento da paisagem* estão evidentemente em recente definição. O universo dessas concepções que, não raro colocam-se como divergentes, precisamente em um momento da história em que são questionadas as conseqüências de uma percepção fragmentada e excludente da paisagem, tem sofrido uma série de revisões e tem avançado além da construção teórica e metodológica preconizada por nomes como McHarg, John Lyle, Anne Spirn, Michael Hough.

Apesar da Ecologia da Paisagem encontrar resistência por parte de alguns autores e estudiosos da formação do espaço, como Milton Santos que considera uma tendência dos paisagistas enfatizar o empírico como explicação privilegiada para esse sentido, estas visões continuam sendo contribuições importantes na intermediação entre os processos humanos e naturais para análise projetual da paisagem.

Pelas experiências e estudos de casos já estudados, há uma evidência que o método ecológico é eficaz quando se aplica a uma região metropolitana rural em vias de urbanização ou em uma pequena localidade. Esta prática é possível quando aplicada para uma cidade de maior dimensão e complexidade? Neste sentido, os defensores da ecologia da paisagem ressaltam a necessidade de se estabelecer um

²² Elenaldo Teixeira define participação cidadã como um processo complexo e contraditório entre sociedade civil, Estado e mercado, em que os papéis se redefinem pelo fortalecimento dessa sociedade civil mediante a atuação organizada dos indivíduos, grupos e associações. (TEIXEIRA, Elenaldo. O Local e o Global: limites e desafios da participação cidadã. São Paulo: Cortez, 2002, p.30)

sistema de valores e de responder a ele, verificando os componentes naturais que conferem identidade à cidade, de modo a oferecer oportunidades de usos, respeitando os limites impostos por estes valores.

Desse modo, é importante a análise do sítio geográfico e também das criações do homem - edifícios, lugares, espaços – submetendo-os a uma avaliação criteriosa do desenvolvimento histórico da cidade como uma sucessão de adaptações culturais refletidas no plano da cidade e no espaço construído, e que formam tanto individualmente como em conjunto um agrupamento de espaços fragmentados. Assim, na maioria das vezes a preocupação fundamental do desenho projetual se centra na forma plástica, e alguns fatores importantes como o sítio original e sua respectiva geomorfologia não são levados em consideração.

As cidades consideradas belas têm características favoráveis pela própria originalidade do sítio sobre o qual se assentam ou pelas contribuições do homem ou da combinação de ambas as circunstâncias. A sua beleza é o resultado da conservação, exploração ou desenvolvimento, mais do que da destruição das características do lugar. Uma cidade que contenha criações maravilhosas, estas passam a formar parte do inventário de valores, o *genius loci*. A cidade em conjunto pode-se ver então como uma exploração do lugar intrínseco – as criações humanas vistas como adaptações convenientes ao lugar – que preserva, realça e melhora suas qualidades básicas transformadas em valores por direito próprio. Podemos citar as cidades do Rio de Janeiro, Paris e Los Angeles, dentre outras como exemplos que obtiveram ganhos satisfatórios com essas adaptações.

“Pode-se estabelecer então, como proposição que o caráter básico da cidade se deve ao lugar, e que a beleza surge naquelas ocasiões que se reconhece e que se melhorou esta qualidade intrínseca? Podemos afirmar que os edifícios, espaço e praças em consonância com o lugar, se agregam ao *genius loci* e formam não só o complemento de novos recursos, se não resultam determinantes da nova forma?” McHarg²³

Dessa forma, se estas proposições são corretas, na interpretação de Mc Harg poderíamos descrever tanto os objetivos como o método²⁴. Os objetivos exigem perceber que o caráter da cidade está composto de elementos muito distintos, alguns deles derivados da identidade natural e outros dos artefatos. Estes elementos devem ser considerados como componentes da identidade, como processos ativos de valor que tem repercussão nas novas adaptações formais. Um outro elemento importante da identidade natural a ser considerado é a biota vegetal. Já o método deveria comprometer-se também com o desenvolvimento de princípios relacionados com o sistema de valores e, finalmente, os princípios deveriam ser incluídos em políticas que assegurem que os recursos da cidade, seu planejamento e artefatos reconheçam-se como valores e fatores determinantes na execução do plano.

²³ McHARG, Ian L. Design with Nature. Doubleday & Company, Inc, Garden City, New York, 1971.

²⁴ O método de McHARG com numerosas aplicações bem sucedidas se tornou o “*modus operandi*” para a maior parte dos trabalhos de planejamento da paisagem e do ambiente. Seu método conhecido como “*suitability analysis*”, revela a natureza como um processo físico e biológico, com uma história e uma dinâmica, atribuindo um valor social a cada área específica. A técnica consiste em abordar a paisagem, envolvendo a superposição de desenhos translúcidos de mapas fisiográficos, drenagem, solo e recursos naturais relevantes para a conveniência dos diferentes tipos de uso humano. Em sua metodologia, MC HARG enfatiza que o regime natural hidrológico é a chave para um planejamento ambiental com sucesso e um conceito de organização para o desenvolvimento.

Nessa perspectiva, na Ecologia da Paisagem é consenso entre os estudiosos do assunto, considerar alguns conceitos e princípios básicos como fundamentais para o planejamento da paisagem e do desenho ambiental. Dessa forma, a complexidade de informações envolvendo a forma da paisagem, cria uma dificuldade metodológica, ou seja, o problema resume-se em como juntar as várias informações numa forma coerente que represente a realidade. Analiticamente são usados modelos e a experiência de estudos de casos para alcançar tal objetivo entretanto, John Lyle ressalta que é necessário unificar a visão e transcender a análise quanto à compreensão das práticas intervencionistas do homem.

Dessa forma, Lyle considera três ordens fundamentais para se entender a formação do ecossistema: **estrutura, função e local**.²⁵ *Estrutura e função* são sem dúvidas mais utilizados como conceitos e propósitos do design. A estrutura refere-se à composição das espécies de plantas ou de animais, elementos bióticos da paisagem, e a função refere-se ao fluxo de energia e de matéria. Na paisagem humana, a forma de distribuição espacial das variáveis e dos recursos naturais é uma importante consideração no uso e planejamento da terra. Este aspecto reflete os valores culturais e as distinções que envolvem lugares específicos. Podemos perceber isto claramente na região da Baía Noroeste, em que a cultura local se desenvolve em torno de ecossistemas predominantes, ou seja, o mangue e a baía. Esta é a razão pela qual o autor separa a *distribuição local* da função estrutural, e elevou a uma posição de terceira ordem e de mesma importância.

Numa outra abordagem, a estrutura da paisagem considera seus padrões espaciais e seus arranjos dos elementos que a compõe, classificados como **fragmentos, corredores e matrizes**. Dessa forma, o funcionamento da paisagem, entendido por seus fluxos e movimentos, quando percebido em sua totalidade, faz ver os processos que levam à transformação da paisagem, representada pela dinâmica das alterações dos padrões espaciais e do funcionamento ao longo do tempo. Assim, podemos considerar :

- **Matriz**, cobertura dominante da paisagem;
- **Manchas ou Fragmentos**, em geral remanescentes da paisagem natural que diferem dos arredores;
- **Corredores**

A matriz corresponde à unidade maior da paisagem na qual a estrutura se espacializa, podendo estar interligada às outras matrizes que a cercam. A matriz pode reunir como elementos o sistema viário, os espaços livres, o sistema hidrográfico e os circuitos produtivos urbanos, configurando uma estrutura de desenvolvimento. Assim numa mesma matriz estas estruturas se sobrepõem e se somam, definindo uma estrutura que agrega a todos os elementos que compõem a paisagem, fazendo-a funci-

²⁵ LYLE, John Tillman. *Design for Human Ecosystems*. New York: Van Nostrand, 1985.

onar e promovendo transformações, que resumem a interação entre os processos naturais e seus fluxos energéticos, as relações sociais de produção e sistema de circulação.

Um fragmento corresponde a um recorte diferenciado do entorno, derivado de diversas origens, podendo ser remanescente de uma situação ambiental anterior, ou resultante de um distúrbio na paisagem, seja ele antrópico ou natural. Um conjunto de fragmentos dispostos linearmente na paisagem podem definir um corredor ecológico.

Os corredores definem-se como elementos da paisagem resultantes da intensificação linear de processos naturais ou antrópicos como o crescimento urbano, a implantação de redes de infra-estrutura, a construção de vias de circulação e transporte. Nesse sentido, os corredores surgem como oportunidade primordial de preservar a herança natural de uma região, especialmente em locais onde restam fragmentos isolados da paisagem natural.

A configuração de um corredor encontra-se diretamente relacionado a uma linearidade no espaço urbano, podendo incluir uma série de fragmentos posicionados ao longo de um eixo, seja ele um elemento da natureza, como um rio ou uma linha de costa, bacias hidrográficas, ou uma intervenção do homem no espaço como uma via, uma zona de uso diversificado. As heterogeneidades próprias de cada corredor se expressam através do meio bio-geofísico, bem como de processos sociais, fazendo com que os mesmos apresentem alterações na sua configuração, às vezes estreitando-se, alargando-se ou sendo interrompido. Portanto, um corredor ecológico no ambiente construído requer a consideração de critérios tanto fisiográficos como antrópicos para sua delimitação e compreensão.

Fig 5.12 Fragmentos ou manchas urbanas estão na iminência de ultrapassar os limites do Lameirão. Foto: André Alves.

Fig 5.13 A mancha urbana do bairro Resistência no limiar da matriz do mangue. O bairro só não avançou sobre o mangue em função da existência de canais e da proteção ambiental. Fonte: Projeto Terra.

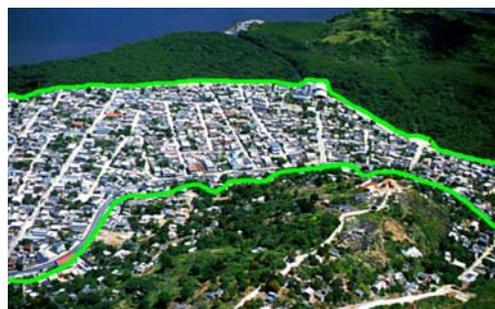
Fig 5.14 O bairro Resistência acompanhando os limites do canal. Fonte: Projeto Terra.



5.12



5.13



5.14



Fig 5.15 Observa-se um fragmento de mangue preservado em meio a urbanização desenfreada. O corredor viário - Rodovia Serafim Derenzi - estabelece uma linearidade de desenvolvimento em torno do seu eixo. Foto: André Alves

Neste sentido, os corredores que denotam a estrutura do espaço urbano podem indicar tanto processos de desenvolvimento, como de degradação, de acordo com os fenômenos sociais e as formas de apropriação do solo que nele venham a ocorrer. Além disso, devem ser considerados os processos naturais, podendo estes entrar em conflito com o espaço produzido e a forma como foi apropriado pela sociedade.

Esta sobreposição pode descortinar zonas e focos de interesse divergentes, onde o desenvolvimento pretendido entra em choque com a degradação gerada, evidenciando que ambos os processos possuem em alguns momentos origens, atores e impactos comuns, muitas vezes visíveis quando espacializados.

Nesse sentido, poderíamos dizer que a Ilha das Caieiras por um longo período identificava-se mais a um fragmento urbano inserido numa matriz dominante configurada pela natureza abundante: o mangue e a baía. Ao mesmo tempo, a situação de isolamento da capital conferida pela inexistência de acessos viários ou linhas de transporte, impedia o estabelecimento de um corredor de desenvolvimento com a matriz urbana. Portanto, por um longo período, a região noroeste (até a década de 1970) configurou-se como uma matriz ecológica onde vários corredores estabeleciam conexões diversas com a base biofísica, revelando uma situação favorável a dinâmica ambiental em que os fluxos naturais se sobrepuja aos humanos.

Após grandes invasões e ações antrópicas, esta condição se inverte pelas alterações dos padrões espaciais em contínuo processo de transformação. O ambiente construído passa a ser predominante, constituindo uma matriz, revelando fragmentos de mangue intermediados por franjas de urbanização ao longo de corredores de

interligação viária e natural, respectivamente a Rodovia Serafim Derenzi e a Baía Noroeste.

O Maciço Central e a Estação Ecológica do Lameirão podem ser ainda considerados como dois corredores ecológicos em meio a paisagem da região noroeste pelas dimensões e características peculiares que apresentam e por ainda não terem sofrido grandes alterações antrópicas preservando os corredores de conexões sistêmicas entre biota animal e vegetal. Já o bairro Ilha das Caieiras deixou de ser um fragmento isolado para incorporar-se à matriz urbana, e por fim, tornar-se um corredor de desenvolvimento, em função de investimentos para qualificação do espaço, neste caso pela atividade turística.

Assim, a situação de pobreza aparentemente homogeneizada possui em seus meandros uma diversidade de especificidades sócio-ambientais, que a desconstrói enquanto manto contínuo sobre a matriz da região noroeste, resultando numa paisagem fragmentada. Entretanto, a nova atribuição de valores à região, transformando o valor imobiliário, gera novas expectativas de reestruturação espacial. Vale aqui lembrar que a natureza, onde ela se fizer presente num bom estado de conservação, e onde ela tiver sido preservada pelas relações sociais de produção, poderá constituir-se num indicador espacial de desenvolvimento seja como unidade de conservação para o lazer contemplativo, seja para o uso como atrativo turístico interativo. Considerando a região noroeste em sua totalidade, poderíamos dizer que ela é ambivalente neste sentido, pois é concentradora da pobreza e ao mesmo tempo em que pode ser potencializada para o desenvolvimento, tendo em vista a riqueza dos elementos naturais que compõem a sua paisagem.

6 Ilha das Caieiras: despertar para o global?



“O imaginário tornou-se coletivo, um fato social. a globalização ao mesmo tempo que globaliza, localiza as culturas. O mundial que existe no local, redefine seu conteúdo, sem todavia anularem-se as particularidades.”

Appadurai

No período em que estive diretamente envolvida na aproximação junto à comunidade local, num movimento constante de idas e vindas à Ilha das Caieiras, pude fazer algumas constatações que refletiam as questões conceituais estudadas, especialmente aquelas concernentes à vivência cotidiana da paisagem numa perspectiva contextual modernizadora. Esta tentativa de investigar os anseios, indagações e percepções dos moradores relativos aos paradigmas vinculados a uma nova forma de apropriação da paisagem pelo turismo era de fundamental importância para a pesquisa, podendo resultar numa nova visibilidade da paisagem e do cotidiano do lugar.

Fig 6.1 Da esquerda para a direita: Simone e o bebê Diogo, D. Laura (ex-liderança comunitária), D. Maroca (uma das primeiras moradoras), D. Euza e Maria Cristina com o filho. Fonte: acervo pessoal, jan/ 2004.



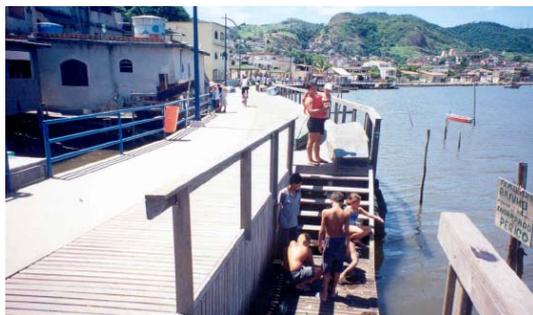
6.1

Fig 6.2 D. Laura reuniu os netos na sua festa de aniversário. Fonte: acervo pessoal, jan/ 2004.



6.2

Fig 6.3 Crianças se divertem próximo às águas da baía. Fonte: acervo pessoal, jan/ 2004.



6.3

Fig 6.4 D. Euza e D. Maroca: laços familiares fortes, característica entre os moradores da ilha. Fonte: acervo pessoal, jan/ 2004.



6.4

Neste momento, não importava apenas o significado da retomada histórica por meio de seus moradores, mas também a contextualização do cotidiano imerso na perspectiva de transformação do lugar em direção a um universo globalizante. Os antropólogos, via de regra, já afirmavam que se quiséssemos entender melhor os traços comuns que definem as diferentes culturas, importava num determinado momento esquecer o trabalho de gabinete e penetrar com profundidade na realidade e na singularidade de cada uma delas, abordando os tipos de personalidade e de comportamento gerados pela própria comunidade, priorizando assim, o trabalho de campo.

Para Marc Augé¹, algumas reflexões prévias sobre a antropologia do próximo se fazem necessárias quando nos propomos a investigar ou realizar pesquisas de campo. Segundo o autor, “o etnólogo ² em exercício é aquele que se encontra em algum lugar (seu aqui do momento) e descreve aquilo que observa ou escuta naquele momento mesmo. Sempre se poderá questionar, em seguida, a qualidade da sua observação e as intenções, os preconceitos ou outros fatores que condicionam a produção do seu texto: o fato é que toda etnologia supõe um testemunho direto de uma atualidade presente”. Que a investigação etnológica tenha seus embaraços, que também são seus trunfos, e que o etnólogo tenha necessidade de circunscrever, aproximadamente, os limites de um grupo que ele conhecerá e que o reconhecerá, é uma evidência que não escapa do universo daqueles que vão a campo. Segundo o autor, a palavra do informante vale tanto para o presente quanto para o passado.

Desse modo, é muito importante a questão do método de pesquisa que deverá ter como pressuposto a conjugação do aporte teórico e sua reflexão no objeto empírico. A compartimentalização do conhecimento requer sempre uma análise mais profunda de suas bases conceituais quando ela repercute no trabalho a realidade cotidiana. Assim, em decorrência dos objetivos a serem alcançados, realizei uma série de entrevistas³ com os moradores da Ilha das Caieiras e com técnicos e representantes do poder público municipal, colocando-me na condição de “observador” das relações entre indivíduos e desses para com a paisagem que estava sendo contextualizada em uma nova dimensão, o da estratégia turística empresarial. Isto porque é no lugar que o espaço e o tempo mundiais são indissociáveis e onde a configuração única do sistema técnico e de ações se revela.

Dessa forma, para esta avaliação empreendi um estudo visando compreender o processo de apropriar-se da natureza, construir a paisagem e qualificar o lugar, processo este que está apoiado em questões pertencentes ao imaginário, às representações coletivas e ao simbólico. Para Maria Ângela Leite, “*simbolizar implica traduzir um significado, expressá-lo através de um objeto capaz de libertá-lo de seu contexto original, transportando-o para outro contexto, freqüentemente de*

¹ AUGÉ, Marc. Não-Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas - SP: Papirus. 4ªed.2004.p.14

² A etnologia é a ciência que tem por objeto o estudo da cultura material e espiritual dos povos. O etnólogo trata da etnologia.

³ As entrevistas foram realizadas com grupo heterogêneo: homens e mulheres; jovens, adultos e pessoas mais velhas (estes em sua maioria figuras tradicionais do bairro). Também alcançou um universo maior que englobava as pessoas que participavam das oficinas, desde instrutores, monitores até moradores de bairros vizinhos.

⁴ LEITE, Maria A. F. Pereira In: A reflexão: natureza, paisagem e lugar (Cap.3) *As tra-*

organização mais complexa.”⁴ É portanto, segundo a autora, o conjunto desse objetos culturais que vão dar origem à paisagem.

Portanto, no limiar de transformações a serem empreendidas na região noroeste, especialmente na Ilha das Caieiras, importava perceber como os instrumentos de imposição do comportamento social desejado, poderia influir na criação de uma imagem ideal, uma espécie de paisagem desejável e aceita pela comunidade. Segundo Freud, não é a realidade que nos ilude, mas é nossa percepção dela que, canalizada para a ilusão, visa perpetuar o modo de produção e reprodução das relações sociais⁵.

Nesse sentido, Maria Ângela Leite faz uma importante contribuição ao associar o pensamento freudiano - o imaginário social - à possibilidade de entender o que está sendo representado na paisagem. Se a representação dos objetos funcionais é manipulada pelos mecanismos de regulação, à paisagem caberia o papel de revelar a falsificação decorrente do descompasso entre as relações sociais, tal como estão estabelecidas, e a imagem que as representa, abrindo, através desse descompasso, caminho para mudanças desejadas.

Este seria o início do processo que abre para o pensamento, um campo virtual a ser explorado que está presente num primeiro momento como impulso para o conhecimento da realidade, a imaginação, para em seguida ceder lugar à objetividade dos processos racionais e reaparecer sob a forma de imagem de futuro a ser atingida. Seguindo este raciocínio, Leite entende as transformações da paisagem como *“expressões das possibilidades de existência social delineadas no imaginário de cada época.”*⁶

Voltando novamente a Augé, ele enfatiza alguns aspectos importantes da pesquisa de campo, distinguindo-os: o aspecto do método, a necessidade de um contato efetivo com interlocutores é uma coisa e a representatividade do grupo escolhido é outra. Trata-se na verdade, de saber o que aqueles a quem falamos e vemos nos dizem daqueles a quem não falamos e não vemos. Para Augé, nada permite afirmar que esse problema do objeto empírico real, de representatividade, coloque-se de modo diferente num grande reino africano e numa periferia de uma cidade metropolitana. O antropólogo Naven⁷ já ponderava em 1936 que tanto quanto não teremos técnicas adequadas de descrição e de análise das posturas humanas, dos gestos, da entonação, do riso, deveremos então nos contentar com esboços impressionistas da “tonalidade” do comportamento.

Isto significa dizer que tanto no plano do imaginário como no plano intelectual, as opiniões fantasiosas ou divergentes que os moradores pudessem revelar sobre o contexto ao qual estavam inseridos, poderiam denotar uma característica cultural que os diferenciasse dos demais moradores de bairros ou regiões vizinhas, o que

mas da Segregação. Tese de Livre Docência FAUUSP, 1998. p.66-70.

⁵ FREUD, Sigmund. Psicologia das Massas e Análise do Ego. Cito In: LEITE, Maria A.F. Pereira. *As Tramas da Segregação*, 1998. p.67.

⁶ LEITE, M. Pereira. 1998. p.70.

⁷ NAVEN. *A Survey of the Problem*. Cito In: ALVES, André. *Os Argonautas do Mangue*. 2002. p.33.

notadamente aconteceu. Nesse sentido, haveria muito a dizer sobre essa concepção da cultura e da individualidade, que sob certos aspectos e em certos contextos, possam definir-se como expressões recíprocas. É também porque toda representação do indivíduo é, necessariamente, uma representação do vínculo social que lhe é consubstancial.

Na interpretação de Bateson⁸, todo esforço de entendimento passa necessariamente por uma infinidade de significações correlatas. Desta maneira, o autor considera uma evidência o fato de que o elemento sensível e emotivo desempenha um papel ativo dentro de uma cultura. Sendo assim, nenhum estudo funcional será completo se sua tonalidade afetiva geral, o "ethos," não estiver associada à estrutura e ao funcionamento da cultura. O importante também é atentar para os aspectos não verbais do comportamento e para a possibilidade do registro visual fornecer dados de pesquisa bem mais precisos.

Portanto, a pesquisa de campo abriu uma nova dimensão para a compreensão da realidade social expressa na paisagem. A partir das impressões e percepções colhidas no lugar foi possível estabelecer algumas críticas e reflexões que rebatiam as questões conceituais estudadas. As conversas que desenrolaram em Caieiras conduziam a desdobramentos que refletem a dimensão da experiência humana naquele sítio. Este foi um diferencial favorável à definição do diagnóstico correspondente às novas instâncias econômica, política e ideológica que operam na paisagem neste determinado momento histórico.

O imaginário traduzido pela representação da linguagem, muitas vezes não foi capaz de expressar os sentimentos para os quais o vocabulário comum é incompleto. Entretanto, nas entrevistas pude perceber que os moradores contrapõem com freqüência opiniões e pensamentos divergentes, misto da alternância de sentimentos perpassados pela história: sofrimento, rebeldia, irreverência, deslumbramento, humildade, orgulho, propriedade e permanência.

"A mídia entrou aqui na Ilha das Caieiras junto com a Prefeitura de Vitória. A mídia entrou forte e a prefeitura está fazendo projeto, mas só que o povo da Ilha das Caieiras continua pobre, miserável."

Maria Cristina (moradora e liderança.)

Portanto, mergulhar no universo surpreendente de um lugar chamado "Ilha das Caieiras", foi incorporar o significado do porquê que determinados comportamentos sociais adquiridos são o resultado de condutas e ensinamentos veiculados através de uma paisagem peculiar: o manguezal e a baía. A questão da espontaneidade liga-se ao nível do vivido que caracteriza o cotidiano do lugar. Os moradores constantemente improvisam os modos de se apropriarem dos espaços públicos,

⁸ NAVEN. *A Survey of the Problem*. Cito In: ALVES, André. *Os Argonautas do Manguê*. 2002.p.33.

seja na rua, na praça, ou mesmo nos espaços naturais que são a continuidade de suas casas. Nesse contexto, revela-se a contradição entre a existência criativa e inusitada do cotidiano enquanto categoria de análise e a ocorrência de um novo evento, o mercado do turismo, que suscita novas formas de apropriação e comportamentos.

Fig 6.5 Da esq. para a direita: Maria Cristina, Simone e Rosane. Lideranças na ilha. Fonte: acervo pessoal, jan/2004.

Fig 6.6 Ceobar, antigo morador e pescador. Fonte: acervo pessoal, jan/2004.

Fig 6.7 Mestre Bino e D. Isabel: o progresso é bom, mas não tem mais o sossego e a beleza de antes. Fonte: acervo pessoal, jan/2004.

“Nós da Ilha das Caieiras que dependemos do turismo para comprar tudo que a gente produz, não precisamos mais de ir lá não sei pra onde vender. O pessoal vem buscar na porta é bem melhor... O turismo é um objetivo que dá dinheiro mesmo, e eles vêm com o dinheiro de fora...Então aí... Hoje eu me lembro de Guarapari⁹ em 1940, 1945. O que é hoje Guarapari? Hoje é uma cidade verdadeiramente turística que pobre lá não pode viver não!”
Ceobar (pescador e antigo morador da ilha)



6.5



6.6



6.7

Esta ambigüidade na visão de mundo expressa pelos moradores traduz percepções da realidade exterior que segundo Freud estão sempre associadas a impulsos de transgressão. Freud explica a transgressão como um mecanismo de defesa, ou seja, os homens precisam proteger-se de si mesmos, de sua capacidade de desejar alterações nas relações sociais de produção. Para o cientista, esses mecanismos de autoproteção são falsificações da consciência: deixamos de perceber e em seguida de pensar. Desse modo, as falsificações da consciência destinam-se não só a permitir a vida civilizada em geral, como também manter uma certa forma de organização social baseada em privilégios de riqueza e poder¹⁰.

⁹ Guarapari a que o entrevistado se refere é um balneário do Espírito Santo, localizado próximo a capital, Vitória (60 Km de distância). A supervalorização imobiliária transformou o lugar dando origem a uma paisagem homogênea pela verticalização dos edifícios. A originalidade cedeu lugar ao mercado, impondo limites à acessibilidade da população de baixa renda.

¹⁰ FREUD, Sigmund. *Psicologia das Massas e Análise do Ego*. Cito In: LEITE, Maria A. F Pereira. *As Tramas da Segregação*. 1998.p.67.

“Acontece que progresso também traz muita coisa boa, também tem que se analisar isso. A ilha de Vitória era muito pequena, então ela teve que ganhar este nome Grande Vitória através de espaço. E o espaço que ela poderia arranjar era aterrando os manguezais, né. Foi o que aconteceu.”

Mestre Bino (antigo pescador)

Este depoimento do Mestre Bino reflete, de maneira simplória, o seu entendimento a respeito do espaço e da necessidade desse de expandir-se. Entretanto, Mestre Bino não consegue vislumbrar a partir dele (o espaço), a problemática real que permanece oculta por trás da visibilidade da paisagem, ou seja, não há nele o discernimento para as causas que levaram as forças produtivas a darem um “salto qualitativo” rumo ao desenvolvimento tecnológico operando de forma destrutiva na paisagem. De certa forma, ele admite a chegada do progresso como sendo benéfica, mesmo reconhecendo a conseqüente desqualificação do ambiente. Conforme argumenta Freud, “a defesa (interna) evita a percepção e o pensamento contrários ao interesse geral e, ambas, promovem a limitação da liberdade no plano da ação e a limitação da consciência no plano do conhecimento.”¹¹

Portanto, a enorme quantidade de variáveis em jogo demandava um esforço de síntese para vislumbrar a partir delas, possibilidades de mudança. Na interpretação de Milton Santos¹², as variáveis que formam uma situação são freqüentemente extralocais, portanto mais amplas que o lugar. Dessa forma, as variáveis externas se internalizam, incorporando-se à escala local, ainda que, considera Santos, nenhuma variável externa se integra a uma dada situação, se esta não tem internamente as condições para poder aceitá-la. Nesse embate entre causa e efeito, impõe-se uma nova combinação de variáveis, um novo arranjo destinado a manter-se em constante movimento. Esse processo, se, de um lado, aprofunda a relação entre os lugares, por outro muda os requisitos e atributos do lugar, aprofundando as contradições entre o local e o mundial.

Dessa maneira, a análise do lugar, enquanto fragmento, se revela em simultaneidade e multiplicidade de espaços sociais que justapõe o que se reproduz, anunciando a constituição da sociedade a partir do estabelecimento do mundial. Nesse contexto, partindo do pressuposto que todo imaginário social é também imaginário geográfico, não há como dissociá-los. A natureza -, rios, florestas, montanhas - transformam-se em imagens, caminhos e representações da alma coletiva. Na mesma vertente de raciocínio, pode-se dizer que o lugar - Ilha das Caieiras - contém o mundial, sendo sua própria expressão, na medida em que se conecta com um espaço mais amplo desenvolvendo a articulação entre os territórios. Desse modo, o que a paisagem do lugar nos revela não são nem as aparências nem a natureza das coisas, mas formas plenas de sentimentos que estão em nós e no mundo.

¹¹ Idem, p.

¹² SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988. p.97.

A magnitude que o Pólo Turístico deve alcançar é previsível, dado o grande número de atividades propostas, ampliando a geração de serviços e o aumento da circulação de veículos e de pessoas na região. Até bem pouco tempo os elementos culturais locais não possuíam força e representatividade suficiente para configurarem um quadro de atrações nacionais. Um outro fator que justificava este fato é a localização de Vitória próxima a cidades com forte expressão cultural (Rio de Janeiro, Salvador, Minas Gerais), de abrangências nacional e internacional, que de certa forma desviava a atenção para os elementos culturais locais. Nesse sentido, Milton Santos (1986) afirma que no meio técnico científico informacional, a lógica global se impõe a todos os territórios e a cada território como um todo. Desta maneira, o espaço geográfico se torna universal, tendo a equalização como tendência.

Palafitas construídas com fragmentos de materiais estão na memória dos moradores da Ilha das Caieiras. Entretanto, o investimento em turismo como estratégia de marketing nessa região, está levando novo rumo ao lugar, que se reflete na exaltação e consumo das tradições centenárias. Como indispensável adorno dos objetos produzidos agora, como demonstração geral da racionalidade do sistema, o espetáculo é o desenrolar de tudo.

“O SEBRAE vai montar uma feirinha aqui na pracinha da Ilha e as pessoas que estiverem interessadas é só ingressar nos cursos que estão tendo nas oficinas de conchas, de biscuit. As pessoas vão ter oportunidades de venderem seus trabalhos principalmente para os turistas que vem de fora.”

Amélia Rosa (participante de oficina)

Nessa ótica, a cultura passa a ser incorporada ao cotidiano na cidade empresarial, e a vida cultural e as tradições nela implícitas passam a formar um universo mercadológico pronto a ser consumido. O “culturalismo” em um número cada vez maior de cidades e territórios vai ficando ao alcance do nexos do dinheiro e da lógica da circulação de capital. Os grupos detentores das tradições gradativamente vão sendo incorporados às políticas e as estratégias de mercado, ganham novos “formatos culturais” produzidos pela imagem publicitária, e ao mesmo tempo, distanciam-se de sua originalidade criativa pelo *maskamento* de suas atividades.

Se por um lado, a oportunidade desses grupos culturais integrarem-se à articulação dos atores públicos e privados que visam estratégias de desenvolvimento, confere identidade e projeção coletiva à sua obra e a seus habitantes, estabelecendo uma

relação dinâmica com o universo exterior, por outro lado, aliena-se o trabalho criativo transformando-a em mercadoria “vedete”. Assim, a cultura passa a ser consumida na forma de refinamento artístico ostensivo destinado a um público alvo previamente determinado pelos intermediários culturais.

“Estou muito animada. Ajudar a comunidade a progredir, abrir um espaço na nossa vida.”
Angelina Silva (participante de oficina)

Os moradores estão comemorando as mudanças e as possibilidades de geração de renda: *“as pessoas estão mais conscientes, não jogam lixo na baía”*, disse o morador Nilson Soares, ressaltando também melhorias na segurança. O filho dele, Nilson Júnior (13 anos), conseguiu o primeiro emprego, ajudando nos passeios de escuna que realiza pela região do Lameirão.

Na análise da produção de diferenças, Lefebvre¹³ afirma que a elite rejeita os modelos quantitativos de consumo, os procedimentos de homogeneização, entretanto, elas se juntam, simulando as diferenças. Enquanto que “as massas” que diferem realmente e que procuram obscuramente (inconscientemente) as diferenças, aceitam o quantitativo e o homogêneo. Isto, porque sem dúvida, para elas é preciso primeiro sobreviver, antes de viver, argumenta Lefebvre. Para o autor, o espaço de lazer tende (apenas uma tendência) a superar as separações: a do social e do mental, a do sensível e do intelectual, assim como a do cotidiano e do extraordinário (da festa). Nesse sentido, o espaço de lazer é o espaço contraditório por excelência. Mesmo sendo verdade que estes movimentos tem por suporte e veículo apenas as classes médias e que estas classes oferecem modelos às ditas inferiores, neste caso, a *mimesis* submetida à contradição exerce papel estimulante.

Fig 6.8 Espaço de lazer, espaço do sonho. Fonte: Projeto Terra.

Fig 6.9 Moradora aposta no turismo: perspectivas positivas para o futuro. Fonte: acervo pessoal, jan/2002.



6.8



6.9

¹³ LEFEBVRE, Henri. *La production de L' espace*. 3ed. Paris: Anthropos, 1986. (tradução Prof. Dr. Jorge Oseki - mimeo)

Quando perguntado a Rogério Leonel - o Pirão, dono de restaurante e pescador - sobre a expectativa do Pólo Turístico, ele respondeu: *“melhora tudo, né, não só pra mim como pra todo mundo. Com certeza. Inclusive eu fiz uma propaganda do Projeto Terra, fui eu que saí na capa da revista Veja e também na revista do Manimal.”* Para Arantes¹⁴ (2000), nesse contexto, é quase supérfluo dizer quem ganha e quem perde. A autora acredita que todo incremento de crescimento local, mantidas as correlações sociais vigentes, implica numa transferência de riqueza e chances de vida, de grupos identitários da tradição para os grupos empresariais e seus associados.

Dessa forma, tudo o que era vivido diretamente tornou-se uma representação. Todos se rendem ao espetáculo, que Debórd¹⁵ anuncia como *“uma relação social entre pessoas mediadas por imagens”*, ou mesmo *“a negação visível da vida ou como negação da vida que se tornou visível.”* À medida que a necessidade se encontra socialmente sonhada, o sonho se torna necessário. Para Debórd, as imagens que se destacaram de cada aspecto da vida fundem-se num fluxo comum, no qual a unidade dessa mesma vida já não pode ser restabelecida. O sonho, a possibilidade de mudança contida no movimento se instala como uma afirmação real no imaginário coletivo da Ilha.

“Aquela banalidade de vida é que era a realidade da vida dela; aquela impossibilidade de fazer mais que sonhar é que era a certeza dele. O que ela manifestara para com ele fora apenas um sonho em voz alta, e o que ele manifestara para ela era uma possibilidade em voz baixa. As vozes harmonizaram-se pela própria desarmonia.”

Fernando Pessoa (Livro do Desassossego)

O consumo do espaço associado à produção de imagens

“Dois dos maiores atrativos turísticos da cidade também ganharam marcas próprias: Parque Pedra da Cebola e Rota Manguezal, que brevemente também serão comercializados através de souvenirs. As novas marcas foram lançadas em 07 de abril deste ano e estão em processo de registro junto ao INPI.” (www.vitoria.es.gov.br/turismo)

¹⁴ ARANTES, Otilia et. alli *A cidade do pensamento único*. 2ed. Vozes, 2000.

¹⁵ DEBÓRD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro. Contraponto. 1997. p.13-p.35.

¹⁶ Cito In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo*. São Paulo. Hucitec. 1996. p. 139.

O texto do “*site*” da Prefeitura de Vitória acima citado tem por objetivo divulgar os projetos em andamento onde a Rota Manguezal é referência de mercado anunciando uma marca (logotipo) que será comercializada através de souvenirs. Nesse contexto de imagem mercadológica sobrepondo-se à própria narrativa do lugar, Baudillard¹⁶ chama a atenção para o fato de que a cultura de massa transforma as relações e as coisas se proliferam até o infinito, potencializam-se numa escalada até os extremos. Esse lado exprime-se numa forma estática, o objeto seduz, sedução que se exerce baseada no ter, mas não como o despertar de sensações mais profundas que subtrai das coisas a sua qualidade subjetiva.

Nessa perspectiva avassaladora da chegada do turismo, a expectativa entre os moradores de ascensão social e de melhorar o padrão de vida a ser proporcionado pelo Pólo Turístico da Ilha das Caieiras é muito grande. A possibilidade de entrar no mercado suscita aspirações e desejos diversos. Aqueles homens e mulheres por tanto tempo rejeitados e desprezados, agora estão ávidos por reconhecimento e engajamento na moderna aldeia global. Mesmo que esta modernização seja de certo modo atroz, sentem-se envaidecidos sempre que estão expostos pela mídia, seja em jornais, revistas ou mesmo pela Internet. Portanto, simultaneamente, eles são entusiastas e contraditórios em seus depoimentos relativos ao projeto. Em alguns momentos fazem críticas à prefeitura, mas a maior parte das vezes elogiam o trabalho que vem sendo realizado pelos seus representantes.

“O mercado de trabalho aqui era fraco, nós não tínhamos muita procura. A gente sofria mais, porque trabalhávamos muito sozinhas, e também sem muita mobilização. Nós éramos umas pessoas esquecidas...”

Lelete (presidente da Cooperativa das Desfiadeiras).

A aspiração no sentido de uma trajetória social ascendente está presente no imaginário coletivo da população. As imagens do desejo demonstram a necessidade de perpassar a carência social e transpô-la para o sentido do novo e do imediato, onde a afirmação de toda vida humana acontece no espetáculo da exposição e do reconhecimento proporcionado pela mídia que constantemente se faz presente.

“Então, já estamos até na Internet e a Internet está no país todo, em tudo quanto é lugar. A comunicação na mídia faz com que a gente exista enquanto desfiadeira. Então isso pra nós mudou o nosso ritmo de vida.”

Lelete (presidente da Cooperativa das Desfiadeiras)

Dessa forma, a diversidade de comportamentos e jogos de linguagem se unificam na mediação da circulação de imagens, que converge e espelha a construção do conceito de modernidade, última finalidade da produção cultural. Segundo Derrida¹⁷, o desconstrucionismo surgiu como um poderoso estímulo para o pensamento pós-moderno, onde a heterogeneidade inerente ao processo estimula o sujeito como receptor do texto ou imagem, a produzir uma significação que não poderia ser unívoca nem estável. Neste contexto (o mundial), os moradores geralmente demonstram satisfação por estarem expostos à mídia, porém algumas vezes estão cientes que esta exposição não estaria sendo revertida em benefícios para a comunidade.

“Agora está bem melhor, o que nós passamos aqui, hoje nós estamos no paraíso.”

D.Euza (antiga moradora e desfiadeira)

¹⁷ Cito In: HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo, 2000. p.55.

¹⁸ Palavra de origem inglesa que disponibiliza na Internet o acesso a determinado assunto.

¹⁹ SAPIR, Edward. *The Unconscious Patterning of Behavior in Society* New York, Knopf. 1927. Citado In ALVES, André *Os Argonautas do Mangue*. Dissertação mestrado UNICAMP. Campinas. 2003.

²⁰ Um dos grandes debates da atualidade circunscreve o tema da cultura étnica como central para entendimento da realidade do “outro” no contexto global. Há vários autores críticos da modernidade que apresentam posições divergentes quanto à existência de uma modernidade universal totalizante e as ditas “deslocadas”. Alguns deles afirmam que não existe um “modelo standad” (baseado no Europeu) e que a modernidade só existe porque ela é constitutiva de alteridade e heterogeneidade. Enquanto que outros entendem que no desejo de narrar a aspiração cultural da moderna civilização ocidental (Euro-América), estabeleceu-se a relação mimética entre colonizado e colonizador. Assim, ficou excluído da prática histórica o relacionamento entre os países centrais e as modernidades do mundo exterior. Conforme afirma Brabha “a modernidade da Europa estaria inscrita na sombra de sua civilização e de sua história, quase sempre na posição de superar o original, mesmo se o original não puder nunca mais se tornar sombra para superá-la”. BRABHA, Homi. *The Location of Culture*. London: Routled. 1994.

“Existe *site*¹⁸ da Ilha, e nisso tudo vem “bola de fora”, eles querem ajudar, porque o povo rico gosta de ajudar o pobre, mas não é repassado aqui pra Ilha das Caieiras. Eu sou liderança e quero saber onde está indo esse dinheiro.”

Maria Cristina (associação dos pescadores e desfiadeiras)

Para seus moradores, **a Ilha apresenta um ar de prosperidade e de promessas de um mundo novo** até então desconhecido. De maneira positiva e prodigiosa, eles anseiam por mudanças e projetos que propiciem sua inserção na moderna sociedade capitalista. Segundo Sapir¹⁹, todo comportamento cultural obedece a modelos²⁰. Em outras palavras, o que faz, pensa e sente um indivíduo poderá ser analisado não somente a partir das formas de comportamento ao seu organismo biológico, mas a partir de um modo de comportamento geral que advém da própria sociedade.

“Este mês que passou, nós atendemos a muito paulistas aqui na cooperativa, assim como de tudo quanto é lugar do país. É da Alemanha, é da Inglaterra, Estados Unidos. E o que eu vejo é que eles gostam do trabalho e querem saber o que é desfiadeira. Isso cativa a gente. Então, pra nós realmente, crescemos bastante.”

Lelete (presidente da Cooperativa Desfiadeiras)

A compreensão desse processo pode ser exemplificada por meio da analogia ao discurso colonialista. Homi Brabha²¹, tenta discutir as diferentes representações do colonizador e do colonizado, afirmando que a *mimesis* colonial é o resultado de uma recusa que nega as diferenças do outro, mas que produz em seu lugar formas de autoridade e crença múltipla que alienam as pressuposições do discurso “civil”. Ele acredita que a diferença só se produz na ambivalência representada no discurso mimético. Nesse sentido, “a *mimesis* colonial é o desejo de um Outro reformado, reconhecível, como sujeito de uma diferença que é quase a mesma, mas não exatamente.”²² O que ele está querendo dizer é que a disciplinização da ciência extrai a unidade da pluralidade: **aparência e essência**.

Portanto, *a mimesis é ao mesmo tempo ameaça e semelhança*, não uma harmonização da diferença, mas uma forma de semelhança que difere da presença e a defende. A ameaça é sua visão dupla que, ao revelar a ambivalência do discurso colonial, também desestabiliza sua autoridade. Objetivando impor suas estratégias de dominação, o poder dominante sempre estabelece este movimento ambíguo de afastamento e aproximação e sua presença torna-se uma farsa.

“O pessoal quer ajudar sim, porque nós ficamos sabendo numa reunião que tem um anjo enviado por Deus que está querendo fazer a rede de esgoto da Ilha das Caieiras todinho. Já existe este dinheiro de um empresário que quer fazer isso para nós”.

Simone (moradora e liderança na comunidade)

Na interpretação de Lefébyre²³, a Mímesis desempenha seu papel e sua função na dominação do espaço: “a imitação com seus corolários, a analogia e as impressões mais ou menos raciocinadas da analogia, as semelhanças e dessemelhanças, as metáforas e as metonímias (substituição de um termo por outro, remissão da parte ao todo).” A mímesis assume um papel de certa forma contraditório : a imitação atribuindo a um desejo ainda incerto , um modelo ocupando um espaço. Assim, a Mímesis com seus componentes e variantes permite estabelecer “a espacialidade abstrata como coesão semi-fictícia , semi-real.”²⁴

Nessa perspectiva, a maneira pela qual o lugar está incorporando a disponibilização da informação e da técnica universal, altamente carregada de ideologia, visando obter um resultado idealizado pelas forças produtivas que nela operam, nos permite olhar o lugar como mundo. O lugar, na sua materialidade exarcebada, ainda assim é capaz de nos revelar a dimensão plural da emoção contida na fala simples dos seus moradores, exigindo um sofisticado e indecifrável discurso explicativo. A mídia se instala na vida cotidiana como programação profunda de todos os comportamentos e ao apropriar-se do objeto de desejo, o indivíduo se impõe socialmente ao outro, quando na verdade ele se despersonaliza gradativamente. Desse modo, a realidade aparece isenta de contradições: nem sujeito, nem objeto, mas sujeito e objeto de manipulação.

A mídia eletrônica construindo uma identidade global

Na obra de Milton Santos, o espaço surge como um sistema complexo de relações submetido, em sua evolução, à evolução de seus elementos ou subsistemas. O espaço total refere-se ao conteúdo real, enquanto suas frações ou elementos, constituem o relacional, na medida em que seu valor não está neles próprios, mas no valor relativo dentro do sistema espaço. Essa mudança, que não é homogênea para todos os elementos, se explica pelo valor que eles adquirem com a incidência de eventos capazes de alterar as relações que comandam a evolução do espaço total.

Assim, os fenômenos recentes da globalização e toda transformação tecnológica a ela associada, determinam uma nova forma de desenvolvimento da cidade, cuja concepção liberal de cidade-empresa está pautada no princípio de que enquanto o setor privado deve liderar as estratégias econômicas locais, uma agência facilitadora (governamental ou de parceria público-privada) se faz necessária para prover informação e criar diálogo entre os investidores privados, as instituições de educação e treinamento e o próprio governo. Portanto, se no passado a concepção moderna do espaço estava restrita a um zoneamento funcional, no modelo pós-fordista de

²¹ BRABHA, Homi. *Of mimicry and man: the ambivalence of colonial discourse*. Cap IV: Da mímica e do homem: a ambivalencia do iscurso colonial. In: *The location of Culture*. London: Routledge. 1994.

²² BRABAHA, Homi. 1994

²³ LEFÉBVRE, Henri. *La Production de L' espace*. 1986. (tradução Jorge Oseki, mimeo)

²⁴ Idem, 1986.

produção é de se esperar que a cidade reflita as novas mudanças na ordem econômica e social, exigindo novos conceitos para pensar a pluralidade urbana e instrumentos operativos para intervir no espaço da cidade.

O mesmo pode-se dizer dos espaços ditos naturais e com possível “qualidade de vida” que vão sendo gradativamente preparados pela indústria do turismo para que possam ser usufruídos pelos cidadãos e/ou clientes urbanos das cidades. As pessoas em geral abandonam a partir de um certo momento, o *espaço de consumo* que coincide com os lugares históricos da acumulação do capital, e dirigem-se ao *consumo do espaço* (consumo improdutivo). O consumo satisfaz as necessidades; lazer e desejo, unidos num espaço de representação, dão lugar a uma outra vida rica, reproduzindo no artifício a paisagem construída para o desejo.

Assim, as trocas fragmentam o espaço, processo que afeta profundamente a vida cotidiana, através da sua institucionalização criando uma vida programada e idealizada para o consumo. É nesse contexto em que o processo do espaço urbano tende para a homogeneização, uma identidade global, o que não elimina uma forte distinção de áreas do território da cidade, que pelos modos de apropriação hierarquizam-se formando “guetos”.

No âmago dessa complexa transformação, a cidade reinscreve um novo lugar acentuando a dialética do próprio conceito de **identidade**. Essa **tensão básica entre semelhança e diferença** é sempre uma perspectiva fantasmagórica. Portanto, por onde o capitalismo se expande se tenta explicar o significado do novo. Segundo Harootunian²⁵, a condição para a experiência presente é *a capacidade de assimilar e classificar a continuidade e a seqüência*. Assim, muitos estudiosos²⁶ da modernidade contemporânea acreditam que o cotidiano deve ser visto como um espaço de alienação e desassossego, heterogêneo e plural, e entendido enquanto categoria histórica capaz de dar conta de diferentes espaços sociais.

Nessa perspectiva de pensamento, Appadurai²⁷, indiano radicado nos Estados Unidos, defende a teoria da globalização quando argumenta que a mídia eletrônica subverte o meio literário e cria recursos para autoimaginação. O imaginário difunde-se no cotidiano e torna-se um processo coletivo que integra uma grande massa global. A disponibilização da “fantástica imaginação eletrônica” quebrou um expressivo espaço da arte e do ritual e passou a fazer parte do cotidiano comum em várias sociedades. As pessoas comuns passaram a exercer sua criatividade todos os dias. Nesse sentido, o autor argumenta que o espaço do imaginário, onde indivíduos e grupos buscam anexar o global em suas práticas cotidianas, pode vir a ser um **espaço de contestação e de ação**.

Em tese ele atribui à quebra dramática e sem precedentes entre o passado e o presente às inovações tecnológicas da comunicação eletrônica. A mídia eletrônica

²⁵ HAROOTUNIAN, Harry. In *History's Disquiet, Modernity, Cultural Practice, and the Question of Everyday Life*. New York: Columbia University Press. 2000.

²⁶ Para alguns historiadores britânicos, permanece a convicção de que o presente não constitui problema. O presente deve prover uma plataforma que possibilite o historiador de ter uma visão do passado. Porém Harootunian questiona como eventos atuais que marcam a contemporaneidade como a queda do Muro de Berlim, o terrorismo, a guerra fria e a globalização poderiam deixar de afetar a estabilidade de uma prática histórica ligada na fixação de seu passado? Para Henry Lefebvre, o cotidiano é o local onde se produz alienação derivada de experiências de vida desiguais, possibilitando ocasiões para críticas.

²⁷ APPADURAI, Arjun. *Here and Now. In Modernity at Large - Cultural Dimensions of Globalization*. 1996. p. 1-13.

transformou a cultura de massa porque oferece recursos e disciplina para o desenvolvimento da imaginação, possibilitando um novo enquadramento do ambiente moderno, onde global e local se reproduzem ao mesmo tempo.

Desse modo, a teoria da ruptura tem forte ênfase na mediação eletrônica e na migração de massa que é necessariamente a teoria do passado recente (duas décadas), quando estes dois fatores tornaram-se um processo globalizante. Segundo o autor, as imagens, scripts e narrativas intermediadas através da “massa”, faz a diferença entre a migração do passado e a de hoje. Os migrantes são profundamente afetados pelo imaginário que freqüentemente transcende o espaço nacional. Eles estão em constante movimento e arrastam sua imaginação para novas possibilidades de vida.

O senso de imaginação coletiva cria uma “comunidade de sentimentos”, onde grupos ou pessoas começam a imaginar e a sentir as coisas juntas. Formas coletivas possibilitam uma noção de vizinhança, de moral econômica e de regras injustas. Esta pode ser uma maneira importante dos grupos se colocarem frente a frente e discutirem seus problemas. Entretanto, esta mediação de massa apresenta um adicional complexo em que cada local apresenta experiências distintas, o que cria possibilidades de convergência através de uma ação social translocal, que de outra maneira seria difícil imaginar. Dessa forma, haveria uma alternativa que ao se pensar problemas locais, estes poderiam conduzir a caminhos e soluções globais.

Há evidências que o consumo de massa através da mídia provoca reações e resistência por uma grande parte dos intelectuais, e geralmente é criticado como algo danoso à criatividade. Porém, Appadurai não compartilha da idéia de que a mídia é o *opium* do povo e que este conceito deveria ser revisto. Ele está querendo dizer que a fantasia geralmente está associada a uma inescapável conotação do pensamento divorciado de projetos e ações, mas que ao mesmo tempo é privado, individualista. O autor considera que apesar do consumo representar uma forma monótona do processo capitalista, por outro lado, onde há consumo, há prazer e onde há prazer existe uma “agency” de liberdade (uma certa autonomia). Dessa maneira, ele defende a tese que o imaginário é uma forma de expressão positiva. Segundo ele, a fantasia pode ser dissipada, mas a imaginação, especialmente a coletiva, torna-se combustível do movimento participativo, da ação.

Apesar dos atributos positivos da mediação eletrônica que foram incorporados no cotidiano da sociedade, devemos avaliar até que ponto uma cidade resiste ao massacre da dominação de uma ordem universal? Nesse sentido, podemos afirmar que a sociedade contemporânea é composta de imagens e informações fugazes, ou seja, a cultura descartável nos é imposta pela mídia em todo momento. Os indivíduos são constantemente expostos e tentados a consumir emoções prontas, de fácil assimilação e de fácil esquecimento. Esta imposição universal acaba por

tolher a individualidade, pois esse processo tende a padronizar emoções e restringir o desenvolvimento da sensibilidade.

A imagem assim desenvolvida limita e enfatiza o que é visto, enquanto a imagem em si é testada, num processo constante de interação, contra a informação perceptiva filtrada. Desse modo, a imagem de uma determinada realidade pode variar significativamente entre observadores diferentes em épocas diversas.

“E tendo uma cooperativa, sai muito merchandising, sai muito na “A Tribuna”²⁸. Com o tempo o - nós já vamos fazer quatro anos - isso aí incentivou para que eles também aprendessem a valorizar e a trazer para a cooperativa aquilo que vai virar um padrão. Porque o siri não tinha valor e o siri é valorizado não só na Cooperativa, mas na Ilha toda.”

Lelete (presidente da Cooperativa)

Devemos recorrer à crítica e avaliar até que ponto a tradição e a cultura local submete-se ao avanço de uma forte tendência globalizante, e com isso, estando sujeita à desaparecimento de suas origens. Nesse sentido, é importante salvaguardar a condição de que cada espaço urbano contém suas especificidades e nele sempre se incorpora alguma coisa, mas nem tudo vai pelo mesmo sentido. Outras configurações devem ser criadas no relacionamento com o passado²⁹ de tal maneira a relevar a possibilidade de uma nova prática narrativa baseada no excepcional do lugar de modo a recriar e adaptar o desejo (de mudança) do presente.

“Eu gostava mais daquele tempo de antigamente. Hoje, tudo é muito bom, mas perdeu a beleza, o sossego. Hoje em dia você vive igual a criminoso, tudo cercado, tudo cheio de grade.”

D. Isabel (antiga moradora e esposa de Mestre Bino)

“Não precisa trazer ninguém de fora, o pessoal tem que fazer o que é da origem do lugar. Nós aprendemos a fazer rede desde criança, já vem de família, aprendemos com nossos pais. Meu pai era João Leonel, pescador “antigão” daqui. Quem é pescador não deixa de ser pescador, não morre nunca. Sabe porquê? As crianças já nascem com aquele ritmo ali. Eu tenho um garoto com oito anos e ele joga tarrafa. Quer dizer isso aí já vem do sangue mesmo, não tem como tirar isso da gente não...”

Pirão (pescador e dono de restaurante)

“Às vezes, as pessoas falam que este desenvolvimento vai ser bom pros empresários, mas os empresários eles vêm pra ajudar a gente que é daqui, que se não fossem eles a gente não tinha nada”.

Pirão

Analisando os depoimentos dos moradores percebe-se que há uma ambivalência ante a complexidade do significado do “novo” e a possibilidade de estabelecerem uma conexão com o relacional histórico do lugar. Tal paradigma, talvez possa ser explicado pela própria história do urbanismo brasileiro, marcado por idéias e importação de modelos tecnológicos e culturais, mas totalmente dissociado da

²⁸ Jornal com circulação diária no Estado do Espírito Santo.

²⁹ Todo Evento excepcional tem conotações, temporalidade, lembrando que algo ocorreu num determinado espaço de tempo, correspondendo a uma determinada ordem temporal. Todo evento histórico deixa uma marca, uma inscrição, daí uma indicação que tal evento passou para o passado. (Harootunian, 2000).

evolução do espaço e da práxis social³⁰. Isto mostra a existência de um hiato entre a retórica e a prática, base fundante da instauração da modernidade e da ciência, marcada por contradições. Para Calvino³¹, a visibilidade consiste na possibilidade de ultrapassar a visualidade, ou seja, de pensar, criar, recriar, inventar a imagem e transformar o olhar na possibilidade de conhecer o mundo. Porém, longe de poder ser programada ou esquematizada, esta invenção exige que se enfrente as desigualdades sociais e culturais, e não as previsíveis peculiaridades históricas e geográficas.

A atual mobilidade através da migração e o imprevisível relacionamento entre eventos de massa, define um espaço que faz a ponte entre global e local. Appadurai defende o argumento que a globalização ao mesmo tempo em que globaliza, localiza as culturas, reinserindo-as num universo de identidade de grupo. O cidadão ou morador não é puramente emancipado nem totalmente disciplinado, mas insere-se num espaço onde grupos buscam anexar o global em suas práticas cotidianas. Nesse sentido, a única forma possível de combinar a prática totalizante com a prática das tradições culturais e locais, seria através de uma **reinterpretação da modernidade, introduzindo e adaptando as diferenças**.

³⁰ PRAKASH, em sua etnografia sobre a constituição da dominação inglesa na Índia, com base na disciplina e na ciência, faz uma argumentação contrária ao universalismo da modernidade cujas técnicas são sempre as mesmas, mas que adquirem novo sentido ao serem reinterpretadas. Segundo ele, no contexto colonial se faz necessário que a ciência seja representada, imposta e traduzida em outros termos. Não porque a cultura dita europeia seja difícil de se reproduzir, mas torna-se urgente deslocar a modernidade para um outro contexto, adaptá-la a outras línguas, trafegar entre os nativos, forçar negociações entre modernidade e tradição e rearranjar as relações de poder entre colonizado e colonizador. Para isso, a demanda pela **hegemonia do poder do Estado**, é vista nada menos que a extensão do espaço constituído pelas **técnicas**. Uma coerente estratégia de poder e identidade legitimado pela ciência dentro de uma ideologia de “modernidade”.

³¹ CALVINO, Ítalo. *Seis propostas para o próximo milênio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

considerações finais

O esforço de síntese para compreensão do (re)desenho físico-geográfico de Vitória a partir dos mecanismos de articulação do espaço moderno, revelou contradições inerentes ao processo de construção da paisagem, sempre refeita em conformidade com as relações produtivas historicamente estabelecidas pela sociedade. Apesar de sua natureza exuberante, a cidade de Vitória sempre esteve submetida ao jogo de forças políticas e econômicas que operam no âmbito das macro-políticas federais. Esta condição contribuiu para formar um cenário de segregação territorial, onde a natureza passa a ser secundária no processo de espacialização urbana, destituindo do seu caráter simbólico, o sentido de permanência e de significância na paisagem.

Para os limites deste trabalho, tomamos as escalas do local e do cotidiano representado pela Baía Noroeste como suporte analítico para o problema que definimos como o paradoxo brasileiro no tratamento de suas paisagens: preocupação com as paisagens naturais como valor ambiental e ecológico; degradação da paisagem urbana pela dialética capitalista, pela inversão de valores, pela diferenciação sócio-espacial e pelo uso político de sua imagem. Em síntese, as paisagens estão sendo cada vez mais produzidas como respostas a decisões institucionais, seja para o cotidiano social, seja para o turismo, não há como dissociar estes dois vínculos. O espaço, portanto, funciona como um dos elementos que dão racionalidade e coerência ao capitalismo, sendo produzido em conformidade com os interesses de grupos dominantes historicamente definidos.

O efeito mais evidente dessa modernização contínua a que o espaço está submetido é a desvalorização, se não mesmo a destruição localizada, mas não homogênea, de formas e habilidades do passado, efeito que se representa concretamente na paisagem. E é justamente esta busca de superar as limitações do espaço por meio da racionalidade científica, que compromete, pelo menos, no lugar, o saber, a tradição e por conseqüência, a cidadania. Aos elementos da paisagem natural é atribuído a noção de mercado, e dessa forma, passam a agregar valor ao espaço construído. Assim, os valores concretos que a sociedade atribui aos seus lugares passam a serem concebidos como valores abstratos que, respondendo a demandas ideológicas, terminam por relacionar-se apenas entre si, formando no discurso um conjunto perfeito, porém destituído de uma lógica mais coerente com os processos sócio-ambientais.

Neste cenário de complexidade, identificamos um referencial de destaque na paisagem do município de Vitória - a Baía Noroeste - que com seus atributos físico-culturais conferem-lhe um contexto particular no âmbito do município. As condições de implantação da urbanização do entorno da Baía, marcaram de forma indelével a estrutura sócio-espacial da região e o meio ambiente ao qual está inserida. Entretanto, apesar dos impactos, percebe-se que foi possível a manutenção de um ambiente singular, onde as tradições, de certa forma, foram mantidas. É bem verdade

que a tranqüilidade de outrora que os antigos moradores da região desfrutavam, mudou, porém a presença de vários elementos potenciais de sua paisagem, ainda consegue manter viva uma ambiência que a diferencia das demais. Talvez pela própria singularidade do sítio geográfico e pelas condições de sua evolução histórica e cultural, possamos pensar na possibilidade de um plano que envolva princípios sociais e ecossistêmicos que favoreçam um desenvolvimento equilibrado na região.

A abordagem desenvolvida no trabalho mostrou que a fragmentação da paisagem da Baía Noroeste, num primeiro momento, se deu pela urbanização desordenada, configurando um processo de degradação ambiental e social. No momento atual, esta fragmentação pode vir a ser acentuada pela incorporação de novos valores e simulacros que poderão destituir do lugar a sua condição singular. Dessa forma, a possibilidade de mudança num futuro próximo é factual, deflagrando um processo inverso ao anterior, ou seja, ao investir recursos na região, a parceria entre o poder público e privado viabiliza o turismo, favorecendo assim, a valorização de sua paisagem como valor de mercado.

Nesse contexto, vale ressaltar a pertinência do conteúdo simbólico da paisagem da Baía Noroeste no imaginário social, revelando a importância do valor estético e cultural que atribui sentido de existência ao lugar. Esse imaginário é *a priori*, o suporte da criação dos espaços de nostalgia. Por outro lado, o frenesi consumista da paisagem natural, conforme seja conduzido, pode proporcionar um distanciamento do cotidiano do lugar, sobrecarregando as estruturas existentes e distorcendo os significados incorporados pela tradição centenária. Portanto, há uma dupla responsabilidade no percurso do planejamento dos recursos naturais: de um lado a conservação de belas paisagens e manutenção de ecossistemas, de outro, a qualificação dos ambientes cotidianos.

A articulação do poder público municipal para transformar a Baía Noroeste em centro turístico, tem por intermediação um forte apelo publicitário que acena para alguns paradigmas e conflitos. Nesse sentido, uma das questões que mais preocupa, é o **choque cultural**, bastante freqüente nas comunidades mais frágeis. Por outro lado, há que se considerar que o encontro cultural também revela ser uma experiência gratificante. A globalização pode apresentar condicionantes favoráveis à reversão de problemas cotidianos que afligem o ambiente urbano pela incorporação de novas idéias e perspectivas que, ao serem articuladas, permitiriam uma ampla apreensão de significados.

O fato é que cada destino turístico tem suas especificidades, o que caracteriza distintas formas de relacionamento entre habitantes e visitantes, o que não significa necessariamente uma condição negativa. Entretanto, novos usos e novos modos de apropriação do espaço seriam demandados, de modo que a criatividade fosse estimulada a reinventar constantemente o contexto local, mantendo por um lado, o caráter perene do lugar e, por outro oferecendo outras sensações perceptivas e materiais outrora inimagináveis. O perigo reside justamente na definição destes novos usos que podem trazer conseqüências sociais adversas, especialmente para as populações pobres ali residentes.

Várias são as conseqüências que podem advir de um planejamento que tenha por intenção revigorar a paisagem da Baía para a função de mercado. Uma das situações em que a região estaria sujeita, relaciona-se à condição de que o turismo estratégico, ao mesmo tempo em que expõe uma imagem positiva de um determinado lugar através da mídia, continuamente realimenta esta atividade econômica, num fecundo processo expansivo. Por isto, a necessidade de cautela na implementação de projetos. O ponto de partida para esta argumentação é apontar o erro em se pensar a paisagem voltada apenas para o turismo, atribuindo-lhe o valor de mercadoria a ser consumida, invertendo assim, o sentido de sua motivação paisagística.

Um outro fator agravante da situação é a forma de condução da política brasileira no trato das questões públicas que esteve sempre apoiada em instituições estruturadas setorialmente e que funcionam tão somente voltadas para questões que lhe dizem respeito. Dessa forma, a crise ambiental se desenvolve em duas velocidades: uma velocidade acelerada para a deterioração e outra extremamente reduzida para as soluções adotadas, insignificantes perante a magnitude e complexidade do problema.

Considerando que boa parte da região noroeste encontra-se alterada pela ação antrópica e a onipresença de uma rica diversidade de habitats, demonstrando uma grande qualidade ecológica e paisagística, o programa a ser proposto para a área deve compreender o potencial necessário para despertar uma consciência ecológica não só aos que se interessam pela causa, mas principalmente às comunidades próximas e visitantes que poderão ser atraídos pelas suas belezas naturais. Assim, temos que o maior desafio no planejamento e implementação de projetos para a Baía Noroeste, encontra-se na conciliação desses dois propósitos, historicamente considerados dicotômicos - **preservar e ocupar**. Dessa forma, a questão ambiental nas cidades incorpora a complexidade das questões de cunho social. Em especial, nas situações particulares em que a população está inserida no ambiente a ser preservado. Nesse sentido, é preciso dotá-los das condições mínimas para o exercício de sua cidadania, no qual a responsabilidade da gestão deve ser dividida entre Estado, municípios e sociedade civil.

Nesse contexto, é vital a **construção do processo no lugar** aliado a uma dinâmica de participação social com forte apelo ambiental, constituindo-se num diferencial e num gancho inicial na atribuição de nova imagem à construção ideológica do lugar. Esta condição é sempre dependente de ações integradas, contínuas e constantes, monitoradas pelo poder público e a sociedade civil. A necessidade do envolvimento e do intercâmbio entre os diversos atores sociais é imprescindível neste processo, de forma a destituir a banalização do caráter cotidiano dos problemas urbanos, buscando novos arranjos institucionais e mediando os interesses e conflitos apresentados.

Devemos também considerar as experiências alternativas que vêm sendo realizadas em pequenas comunidades locais onde a prática cotidiana aliada à técnica organizacional tem demonstrado bons resultados. Isto mostra que o caminho mais coerente para uma aproximação de níveis de sustentabilidade relacionados a proje-

tos em lugares periféricos, seria através do espaço de legitimação das políticas urbanas: a base técnico-material socialmente construída no interior dos limites da técnica e das vontades políticas.

Dessa forma, a argumentação desenvolvida no trabalho sobre o valor simbólico dos objetos geográficos (os lugares), sobre sua importância no modo como as sociedades interpretam e valorizam seu habitat, apontam para alguns desdobramentos essenciais. As considerações que se seguem têm por objetivo apontar as possibilidades de interpretação dos modos de ver e de instrumentalizar a paisagem da Baía Noroeste que passa pela iminência de um processo radical de transformação. Desse modo, a análise do sítio geográfico e também das criações do homem - edifícios, lugares, espaços - deve submeter-se a uma avaliação criteriosa do desenvolvimento histórico do município como uma sucessão de adaptações culturais refletidas no plano da cidade e no espaço construído. Estes atributos formam tanto individualmente como em conjunto um agrupamento de espaços fragmentados, sendo de fundamental importância a compreensão das motivações e dos meios utilizados pelos diversos atores sociais na organização do seu território, suas relações sociais e práticas cotidianas. Estas observações subsidiaram a previsão de princípios e recomendações voltadas para a gestão e planejamento da Baía Noroeste.

Portanto, reconhecendo o valor da paisagem e de suas possibilidades, e ainda a função social do arquiteto de interpretar fontes locais, que melhor permitam a criação do projeto ao homem, questiona-se por que não propor um meio de utilização desta região que de fato viabilize a proteção ambiental e que possa implicar o uso pela população de forma apropriada e proveitosa? Uma alternativa que concilie sociedade e natureza, possibilitando a concretização de valores e processos em questão. Nesse sentido, a finalidade última do conhecimento da realidade é a discussão dos benefícios que as ações e projetos possam trazer, não apenas para a qualidade urbana, mas para o conjunto da sociedade. A contribuição maior estaria em procurar evitar a segregação social oferecendo possibilidades concretas de envolvimento das pessoas na determinação de seus lugares.

• **A natureza como princípio**

1 a diversidade existente na região noroeste é apresentada como princípio, seja das formas de uso do solo, seja dos modos de aproveitamento sustentável dos ecossistemas, considerando a variedade e interação proporcionada pelos aspectos naturais e sociais.

2 considerar a natureza como modelo e contexto: qualquer paisagem natural é consequência de um longo período de evolução. Observando os recursos e processos que lá ocorrem podemos adquirir conhecimentos que guiarão o desenho. Qualquer alteração local em um ambiente tem consequências numa área muito mais ampla.

3 o outro princípio se refere a economia de meios, ou seja, o uso da técnica a serviço da criatividade operacional.

4 a incorporação do conhecimento científico e tecnológico relativo à Ecologia da Paisagem, na medida do possível, deve ser aplicado corretamente sobre o meio, juntamente com as informações captadas sensorialmente.

Estas são recomendações a serem incorporadas ao discurso daqueles que participam da produção do espaço contemporâneo. Baseados nestes princípios, os elementos ambientais e espaciais da região noroeste poderão ser reconduzidos a uma situação integrada com multiplicidade de usos. Assim, de acordo com suas capacidades, poderão servir como produtores de alimentos e energia, como moderadores de micro-clima, conservadores de água, produtores culturais, e ainda fornecedores de lazer e diversão.

• **Uma visão ambiental para o desenho**

A utilização racional da região da baía Noroeste para aproveitamento ecoturístico não requer grandes manipulações do sistema, sendo o melhor manejo, neste caso, aquele que obtém o melhor aproveitamento desejado do recurso, com a menor intervenção possível.

Nesse sentido, vale ressaltar a contribuição do planejamento ecológico da paisagem, sendo que algumas considerações podem ser importantes na tomada de decisões para efetivação de planos, que têm por desafio aliar a preservação do ambiente natural com outros usos, especialmente aqueles destinados a interagir com a atividade turística.

Dessa forma, a intuição trabalha ancorada em sólidos conhecimentos (processo criativo - analítico - síntese). São tentativas, reavaliações, alternativas necessárias para abranger uma ampla gama de possibilidades. Não necessariamente o produto final do projeto será um desenho, como por exemplo, no caso do Plano de Manejo para Unidades de Conservação. A escala pode ser tão grande que o produto final será um conjunto de diretrizes a serem tomadas para futuros projetos. Entretanto o

produto final deverá ser viável em termos de implantação. O gerenciamento, diferente de manutenção, é o sistema de controle e reavaliação. Portanto, o processo de projeto é contínuo.

Na realidade, o que se pretende recomendar é a produção de um espaço flexível, onde um Plano ou políticas públicas para a região deve ser realizado considerando os aspectos culturais, ecológicos e científicos da área. Nesse sentido, alguns objetivos a serem atendidos são divididos em duas categorias:

Naturais: preservação por uso indireto e controlado dos recursos; proteger belezas cênicas; propiciar pesquisas científicas e educação ambiental; realizar monitoramento ambiental; favorecer um uso sustentável de atividades recreativas em contato com a natureza.

Sociais: incentivar o desenvolvimento integrado dos moradores às atividades econômicas; incentivo às práticas culturais e demonstração dos princípios de conservação.

Em função de tais objetivos algumas regras básicas relativas à Ecologia da Paisagem são propostas para o planejamento:

- A proteção integral para lugares com valores estéticos espetaculares;
- Designação de área para consulta científica cujos resultados devem chegar freqüentemente à direção da administração regional;
- Os estabelecimentos de serviços e recreação deverão minimizar conflitos com o setor/ zona do ecossistema destinados;
- O desenvolvimento e direção dos meios de serviços para turismo devem estar localizados fora das áreas de conservação;
- Deve-se integrar adequadamente os meios, serviços e atividades de todos os usuários e moradores;
- Estabelecimentos para práticas de manejo de recursos devem ter atividades fundamentadas em critérios científicos e de caráter expansionista em nível regional.

Na determinação dos objetivos a serem alcançados, torna-se necessário desenvolver um *Método de Planejamento Ecológico*, onde busca-se encontrar usos múltiplos e compatíveis do solo. Nos métodos aplicados à Ecologia da Paisagem, geralmente recorre-se a uma Matriz para definição de todos os usos possíveis do solo representados em distintas coordenadas. Depois cada um deles é analisado, relacionando-os com todos os demais para determinar sua compatibilidade, incompatibilidade e demais graus intermediários de compatibilidade. A partir desta Matriz pode-se voltar a estudar a preponderância do uso ideal e determinar o grau de compatibilidade com outros usos futuros.

Assim, por exemplo, uma zona que teve um reconhecido potencial para conservação (Maciço Central) poderia também ser compatível com as atividades recreativas, desde que respeitadas as limitações indicadas pelo método estudado. Dentro desta zona poderia haver possibilidades para um lazer contemplativo, como por exem-

plo, o uso de mirantes, enquanto toda a zona poderia ser gerida para fins relacionados com estudos do meio e/ou científicos da gestão da fauna e da flora. Junto com a Matriz de intercompatibilidade há outra que pretende identificar os recursos necessários para futuros usos do solo: solos produtivos para plantações, para a urbanização e assim sucessivamente. A princípio a soma dos fatores analisados permite considerar a intercompatibilidade dos usos dos solos, os fatores dominantes para a sua presença e as conseqüências de seu funcionamento.

Dessa forma, quando são aplicados os resultados da Matriz, evidencia-se o potencial resultante ótimo dos usos do solo coexistentes e compatíveis na bacia ou região estudada. Com este método pode-se conhecer a natureza do lugar, que é diversificada e oferece vários recursos. Há que se conhecer em profundidade o lugar para utilizá-lo e gerenciá-lo adequadamente.

• A técnica como suporte operacional.

- estudos para capacidade de suporte da região, pois o desenvolvimento do turismo em áreas naturais protegidas pode mudar radicalmente a sociedade e a cultura do lugar. Tal avaliação deve ser feita a nível ecológico, ou seja, pela imposição de limites às atividades turísticas de modo que o lugar possa suportar novos usos sem comprometimento de suas bases ecológicas. Nesse sentido, procura-se evitar problemas em termos de super e sub-dimensionamento de estruturas de serviço dentro e fora das unidades protegidas em função da sazonalidade característica deste tipo de atividade, assim como, suas necessidades não devem ser prejudiciais aos interesses das populações vizinhas, e sobretudo, às qualidades do meio ambiente.

Nessa ótica, mediante os conflitos e do embate sócio-ambiental, a demanda pelo conhecimento é ressaltada também quanto às redes de infra-estrutura, cuja capacidade é insuficiente para a demanda exigida nesta atividade. Os acessos por terra são limitados, senão único pela Rodovia Serafim Derenzi que não oferece capacidade de suporte a uma demanda de fluxo superior à existente. O sistema de saneamento básico também é insuficiente, cuja capacidade de carga é ultrapassada pelo volume de dejetos produzidos, especialmente na região em que a prática de aterros se tornou um recurso impróprio para lidar com os dejetos.

• Ampliação das bases do processo participativo

A articulação entre os mecanismos de representação parece constituir-se no grande desafio para a política contemporânea na definição de questões de interesses específicos ou expressão de identidades de grupos. Apesar da ampliação dos canais de mediação e das experiências do movimento social, estes mecanismos ainda são passíveis de resultados efetivamente satisfatórios, seja porque, historicamente foi privilégio das elites, seja porque os setores populares deles descrêem ou, ainda, temem o envolvimento, a manipulação ou a cooptação.

Elenaldo Teixeira¹ traz uma importante contribuição à questão do processo participativo, ao argumentar sobre a necessidade de ampliação de suas bases pela articulação e criação de espaços múltiplos de interlocução entre os diversos atores, considerando aí, a sociedade civil, o poder público e o mercado. Dessa forma, o

¹ TEXEIRA, Elenaldo. *Cidade e siderurgia: a região metropolitana de Vitória (ES) e o complexo Mineiro-Siderurgico*. p.30 e 31

autor leva-nos à redefinição da participação como exercício da cidadania ativa, chegando ao conceito de *participação cidadã*. Para maior precisão do conceito, o autor enfatiza a importância da requalificação das diversas instâncias de poder e especialmente dos grupos sociais, pretendendo-se a construção de um senso de ordem pública regida pelos critérios de justiça. Desse modo, Teixeira considera “*o âmbito da participação cidadã mais amplo que sua relação com o Estado, procurando-se fazer com que se estenda ao mercado, ao qual se oferecem parâmetros de atuação compatíveis com os interesses do conjunto da sociedade numa lógica de desenvolvimento sustentável* (p.31).” Nesse sentido, a busca da inclusão torna-se uma luta por direitos de cidadania, verificando-se um processo de criação de forças, de valorização das diferenças, de reconhecimento da própria organização que leva à integração no contexto social.

Muitos críticos da sociologia urbana consideram uma contradição ou conflito inerente ao termo sustentabilidade na medida em que tenta compatibilizar a prática ambiental e a urbana. Embora a justeza das intenções seja praticamente inquestionável, a análise dificilmente resiste ao crivo de abordagens mais críticas do processo, que enfatizam **as assimetrias das relações de poder**, ou a quase impossibilidade de uma solidariedade capitalista nos países subdesenvolvidos. O próprio Elenaldo Teixeira admite que em termos de participação cidadã, seus resultados são importantes, do ponto de vista pedagógico, na formação de uma cultura de direitos e responsabilidade social, mas de reduzido impacto em termos de transformações estruturais quando submetida às lógicas globais.

A questão fundamental que se apresenta é que já não é mais possível desconsiderar a diversidade e a complexidade da sociedade civil como última instância de decisão, especialmente quando essa decisão é responsável pela viabilização de anseios tão diversos.

O importante é provocar a reflexão sobre os problemas de desenvolvimento urbano que não podem ser resolvidos com programas setoriais e acreditar na eficácia de medidas desarticuladas no espaço e no tempo, para enfrentar problemas complexos e entrelaçados. Existe, portanto, **uma dimensão política** resultante dos impactos das ações intervenientes do espaço, cujos interesses são diferenciados e na maioria das vezes conflitantes. Se a proteção de uma área de interesse ambiental requer restrições à urbanização e a atividades correlatas, é essencial que as autoridades públicas não considerem apenas alguns imperativos estruturais ou sistema lógico, ou seja, as dimensões políticas e culturais do lugar devem ser incorporadas na análise e implementação de programas que viabilizem o pólo turístico.

Nessa perspectiva, **um processo participativo e criativo** aplicado ao projeto de ecossistemas deve ser considerado e alguns objetivos sociais priorizados na importância de sua aplicação:

- Promover a divulgação e conscientização sobre o ecossistema predominante no município (os mangues), através de uma ação ampla de agregação da comunidade aos vários níveis de planejamento, execução e administração das possíveis intervenções ou propostas;

· Destituir da população capixaba a conotação negativa atribuída ao mangue que reitera a oposição entre mangue/ mar e riqueza / pobreza , visando enfatizar a riqueza do mangue enquanto ambiente litorâneo composta por uma infinidade de espécies de fauna e flora.

· Fortalecer a identidade local associada à cultura dos manguezais, revelando sua qualidade ambiental por meio de uma imagem projetual da região e do município;

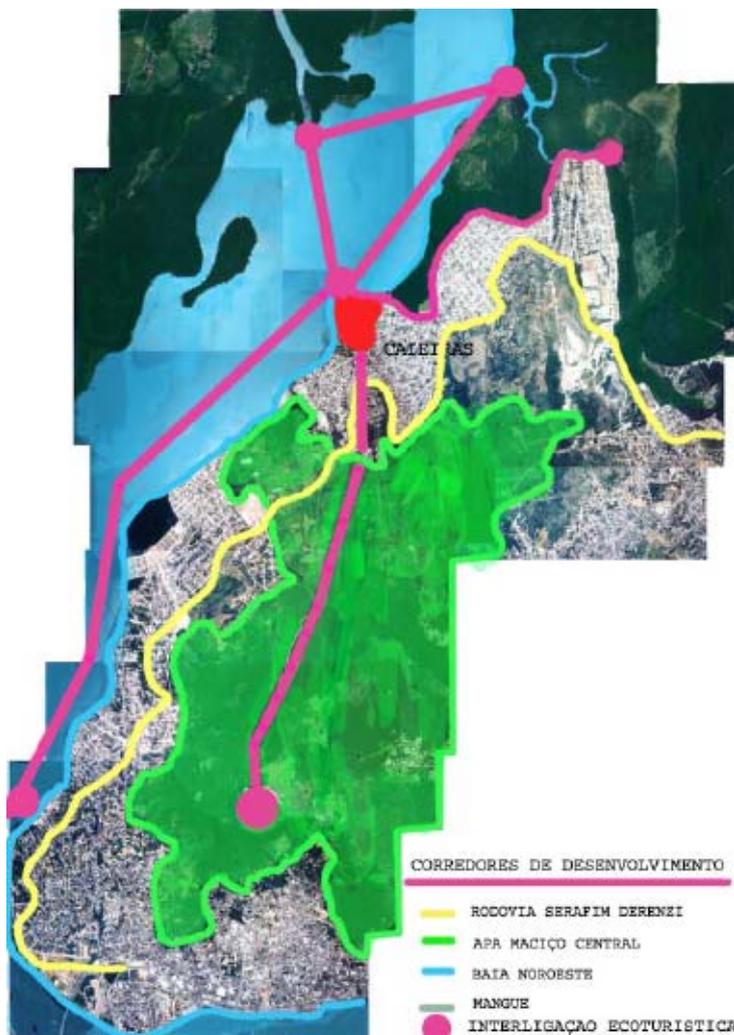
Como já vimos, o problema que se apresenta é o da continuidade, pelas dificuldades encontradas no confronto entre o poder e os resultados concretos, em virtude da resistência da gestão empresarial em dominar o poder representativo local. Neste contexto, cada situação exige a urgência de inserir este aspecto fundamental no processo: a participação popular e respectivos fóruns e conselhos de decisão. Em suma, o desafio é transformar esta sensibilidade face aos problemas ambientais em uma nova problemática analítica, que contemple ao mesmo tempo os interesses coletivos e individualizados.

Um ensaio propositivo: os corredores de desenvolvimento

Conforme foi observado ao longo da pesquisa, a tendência é que a região se consolide como destino ecoturístico, passando por alterações no padrão de uso e ocupação do solo. Considerando a incorporação de princípios ecossistêmicos ao planejamento e gestão da paisagem da Baía Noroeste, um ensaio propositivo pode ser feito a partir de observações contínuas e estudos da região. Assim, alguns corredores foram identificados na leitura das direções e tendências de desenvolvimento da região, conforme análise feita no capítulo V, a saber:

Corredores de desenvolvimento:

- Eixo Viário
- _ Rodovia Serafim Derenzi
 - _ Interligação Centro/ Bairros litorâneos
 - _ Interligação sentido Noroeste/ Sudeste e vice-versa
 - _ Possibilita o contorno da Ilha de Vitória.



Cais Hidroavião



Orla de Santo Antônio

Santuário Santo Antônio



Mirante do Maciço

- Espaços Naturais
- _ A baía
 - _ O manguezal
 - _ Maciço Central

O objetivo é fazer a intermediação dos espaços naturais e construídos por meio dos corredores de desenvolvimento. Os terminais rodoviários e aquaviários funcionariam em pontos nodais de circulação, cumprindo a função de promover a interligação dos circuitos turísticos. Os espaços intersticiais de apoio e logística assim como os terminais de transbordo devem estar situados em locais que ofereçam alguma motivação paisagística ou uma estrutura de apoio como restaurantes, dentre outros.

Considerando as premissas levantadas, o circuito turístico teria três pontos nodais estratégicos para deslocamento dos seus visitantes:

- 1 **Orla de Santo Antônio**, que já contempla uma ampla estrutura de lazer como praças, o Sambódromo, o Cais do Hidroavião;
- 2 **Ilha das Caieiras**, tendo como suporte os restaurantes e a culinária associada à cultura do manguezal;

3 **Parque da Fonte Grande**, situado no Maciço Central, oferece visadas privilegiadas da paisagem do município, contando com trilhas e mirantes.

A baía seria o canal de comunicação entre os circuitos pela água; a Rodovia Serafim Derenzi, por terra. Outros meios alternativos podem ser avaliados tais como trilhas ecológicas fazendo o percurso entre a baía e o Maciço, assim como, teleféricos em determinados pontos estratégicos. Portanto, não há como se pensar a Baía ou o mangue, dissociados do seu entorno imediato (o Maciço), principalmente se considerarmos a viabilidade do projeto Pólo Turístico ou uma política ambiental para a região. Tratando-se de uma unidade de conservação especialmente protegida, simultaneamente na categoria Parque Estadual da Fonte Grande (Lei nº 3.825 / 1986) e na categoria APA do Maciço Central (Decreto nº 8.911 / 1992), há que se relevar a importância da atribuição de objetivos específicos no manejo dos recursos naturais do Maciço Central a serem norteados por ações políticas e técnicas.

Como principal eixo viário, a *rodovia Serafim Derenzi* percorre os diversos bairros onde a população de baixa renda se instalou, abrangendo também o corredor comercial e de serviços em torno do seu anel viário. No momento, o que seria um espaço promotor do desenvolvimento agrega em torno de si, espaços de extrema exclusão social. A rodovia trata-se de um elemento preponderante na estrutura da paisagem, por se configurar no único eixo de acesso da região noroeste às áreas produtivas do município. Partindo de Santo Antônio no sentido noroeste, o corredor segue percorrendo todo o limite do Maciço Central em suas cotas mais baixas, avistando-se resquícios de paisagem da baía entremeada pela urbanização desordenada. De um lado, quando possível, a beleza da orla e do maciço granítico, e do outro, o processo predatório de favelização crescente, subindo os morros e avançando por sobre o mangue.

Considerando *os espaços naturais*, podemos afirmar que a baía é outro importante corredor e promove a síntese da paisagem na região. Além de caracterizar-se como corredor de transporte fluvial fazendo a confluência da rede hídrica e o manguezal, integra os roteiros e passeios turísticos e possibilita a acessibilidade de muitos moradores ao mangue. Enfim, a baía configura-se como elemento da paisagem no qual uma grande parte da população da região faz dela um meio de sobrevivência e de sustento para suas famílias.

Nessa perspectiva, vale ressaltar, o depoimento do Chefe da Divisão do Desenvolvimento do Turismo da Prefeitura Municipal de Vitória, Carlos Alberto Favalessa, no qual ele prevê para a região a implantação do roteiro turístico *Rota do Mar*, cujo percurso pela Baía, sairia do **Cais do Hidroavião** no bairro de Santo Antônio, passando pela Ilha das Caieiras até penetrar nos canais do manguezal. O percurso pela baía, portanto, seria o principal transporte a ser usado pelo roteiro, favorecendo a segurança dos turistas, que de outro modo, teriam que utilizar o eixo viário, razão pela qual poderia vir a comprometer a eficiência na acessibilidade e o vislumbre da paisagem cênica.

O manguezal é outro recurso natural onipresente na paisagem, podendo ser considerado como uma matriz. A Ilha do Lameirão - especialmente protegida por lei - é um corredor ecológico e deverá integrar-se ao circuito de desenvolvimento

para fins científicos, assim como tornar-se referência para programas de educação ambiental e cultural, entretanto, a visitação deve ser controlada com restrições específicas, apesar do interesse manifestado pelo geógrafo da SEMMAM em mudar sua categoria de conservação, passando de Estação Ecológica para Reserva Extrativista com a finalidade de ampliação de seus usos.

Portanto, é previsível mudanças no entorno do Lameirão em função das possibilidades de exploração ecoturística. Estas já estão sendo propostas pelos técnicos da Prefeitura Municipal através de estudos e projetos preliminares que esboçam uma nova perspectiva para a área, cujos programas divergem entre si conforme a atribuição das Secretarias. Nesse sentido, um cuidado especial deve ser observado quanto ao manejo da Ilha do Lameirão para estabelecimento de rotas e passeios turísticos. Entretanto, em quaisquer casos de entrada neste frágil ecossistema, o desenho e as estruturas de acesso, devem permitir estender e acomodar suas dinâmicas processuais. Nessa perspectiva, há que se balancear uso e capacidade de recuperação do Lameirão por intermédio de tecnologias apropriadas.

A Unidade de Conservação do Maciço Central no qual está inserido o Parque Estadual da Fonte Grande é um corredor ecológico que poderá ser pensado como corredor de desenvolvimento integrando-se às demais atividades derivadas do plano para a região. O Maciço Central imediatamente cria um vínculo na composição cênica da paisagem com o entorno imediato - a baía e o mangue. É como se fosse a moldura de fundo valorizando e dando significado àquela ambiência. O remanescente da floresta estabelece corredores de fauna e flora com demais ecossistemas, assim como, as interações entre plantas, homens e animais se mantêm. Tais interações devem ser estimuladas e consolidadas a partir de diretrizes apontadas no Plano de Manejo da referida Unidade de Conservação.

Deste modo, percebe-se que certos usos são compatíveis a programas diferenciados, o que confirma a inter-relação entre estes e a validade de uma união espacial em torno desta Unidade de Conservação. O Plano de Manejo do Parque já prevê alguns usos recreativos e de contemplação como mirantes, e estabelece zonas (cinco) considerando as diferentes necessidades de proteção e os vários objetivos específicos de manejo. Entretanto, já está prevista a revisão e atualização deste Plano de Manejo em função do Estatuto da Cidade a ser desenvolvido num futuro próximo. Baseado nos condicionantes determinados pelas funções institucionais dos Parques Estaduais, que devem exercer o papel de propiciar condições para a educação ambiental ligada ao lazer, o corredor deve representar um novo modelo de ação em um meio fundamentalmente natural.

Todos estes programas devem estar interligados com as propostas a serem desenvolvidas na revisão do Plano de Manejo do Maciço Central, além de integrarem-se às atividades recreativas e de lazer já existentes na região de Santo Antônio como o cais do Hidroavião e o Sambódromo. No caso do Parque Estadual da Fonte Grande, a atividade turística é um dos objetivos primários de manejo, condicionada às restrições impostas pelo interesse primordial de proteção da área e às normas do programa. As atividades realizadas vão desde simples caminhadas por trilhas com observação da fauna e flora, expedições científicas, observações panorâmicas da paisagem. Portanto, todo um potencial paisagístico envolve a região noroeste

como um complexo único e indissociado dos processos sócio-culturais que a integram.

Considerando que o desenvolvimento da paisagem representa um processo em permanente funcionamento, proporcionando transformações contínuas, pode-se afirmar que o circuito de desenvolvimento encontra-se na condição atual pouco articulado. Devido a recente saturação da urbanização ao longo do anel viário Serafim Derenzi, comprovada através da intensidade do número de habitações precárias e do aumento da densidade demográfica da região, os ecossistemas apresentam-se desconexos entre eles, pela existência da concentração urbana expandida em seus limites e a falta de uma gestão política forte na implementação de programas e metas.

Dessa forma, percebe-se a necessidade de se estabelecer processos de projeto que estabeleçam uma interface com a complexidade dos sistemas naturais e humanos, absorvendo o número imenso de informações das diversas áreas do conhecimento. O projeto precisa comunicar e estruturar as diversas variáveis simultaneamente, enfatizando os aspectos analíticos dos fatores sociais e ambientais. Dito de outra forma, não é uma estratégia inteligente pensar a paisagem fora dos marcos da relação da sociedade com o seu território em todas as suas dimensões.

Como vimos, a sociedade civil local enfrenta problemas e desafios relativos ao processo de adaptação às demandas externas. Cada vez mais as políticas são globalizadas e o âmbito de decisão da esfera local é reduzido, pois muitos campos de atividades são privatizados, embora as mudanças ainda não sejam capazes de refletir-se homogeneamente sobre toda a paisagem da Baía Noroeste. O que ocorre é uma dissociação crescente entre sociedade e natureza, apesar de toda voga ambientalista, agora assimilada e apropriada como mais uma modalidade do turismo. No âmbito da participação popular, podemos dizer que a sociedade civil perdeu sua capacidade de ter uma perspectiva crítica sobre si mesma e sobre os processos sociais de transformação que estiveram na base do pensamento pós-moderno. Os movimentos sociais insistindo que eram a cultura e a política que importavam, e que não era razoável nem adequado invocar a determinação econômica em última instância, foram incapazes de conter sua própria queda em posições ideológicas.

Os efeitos desse afastamento em relação às questões sociais são óbvios quando se quer implantar e planejar ações no âmbito do local, revelando conflitos de difícil intermediação. Todo planejamento traz, subjacente a ele, uma concepção de vida social em que alguns aspectos e configurações são valorizados em detrimento de uma infinidade de outras possibilidades. Desse modo, os movimentos sociais precisam de uma base de auto-sustentação que lhes garanta as condições para uma ação coletiva.

Nesse sentido, ressalta-se a importância do cotidiano como unidade mínima de significado que organiza a experiência da modernidade, por onde o “novo” vai sendo constantemente deslocado, recriado e adaptado às diferenças locais. A cotidianidade, assim, é vista como um elemento fundamental para se estabelecer a crítica. Dessa forma, a materialização da imagem turística espelhará este fenômeno ambíguo: pertencer ao mundo sem a perda da identidade local.

Numa estrutura social em que a velocidade e a informação comandam o comportamento individual e coletivo, a padronização do espaço de vida parece cada vez mais sem sentido, o que não nos desautoriza a planejar o futuro tendo como pressuposto a capacidade de realizar sonhos e projetos formulados na espontaneidade dos lugares vividos.

Apesar da intenção manifestada em fazer parte da rede de cidades mundiais, o poder público ainda não assumiu definitivamente esta opção, pois não há uma efetiva articulação central de caráter metropolitano. Neste sentido, nem mesmo uma série de ações paralelas e independentes é suficiente para garantir a consolidação de idéias e projetos, o que cria uma dificuldade na composição de um sistema eficiente que participe de uma estrutura superior. Nessa perspectiva, a participação da sociedade na produção de seu espaço é imprescindível ao processo, assegurando-lhe o direito alienável de utilização plena e irrestrita dos lugares de vida que

lhes são destinados tendo como horizonte a perspectiva da realização dos anseios individuais e coletivos.

O planejamento da paisagem vinculado à participação é aquele que oferece pontos de apoio para manifestação de desejos do imaginário social tendo como perspectiva a transformação da paisagem e de suas relações sociais. Em sua origem, na noção de intervenção urbana, está sempre embutida uma certa dosagem de utopia. Ainda assim, pode-se dizer que é a perseverança da utopia que move tanto a ciência quanto a transformação social. Nesta ótica, o conceito de *sustentabilidade* urbana faz parte desse tipo de idealização. Por outro lado, nós arquitetos, devemos acreditar nas possibilidades que possam advir do uso da criatividade na resolução de problemas, ou seja, adotarmos uma postura mais otimista enquanto pensadores e interventores do espaço e da paisagem. Nessa perspectiva, **o sentido do local** vem a calhar como estratégia, reduzindo a escala espacial de análise, permitindo explorar o ineditismo de cada lugar e que sociedades locais possam vir a serem destacadas como paradigmáticos para as demais.

“As Luzes encontraram enfim seu lugar. As naturezas estão presentes, mas com seus representantes, as ciências, que falam em seu nome. As redes que não possuíam um lugar agora possuem todo o espaço. Se desejamos recuperar a capacidade de distinção que parece ser essencial para nossa moralidade e que define o humano, é preciso que não haja nenhum fluxo temporal coerente limitando nossa liberdade de escolha. A garantia dos modernos é a de poder combinar livremente as associações sem nunca ter que escolher entre o arcaísmo e a modernização, o local e o global, o cultural e o universal, o natural e o social. Assim, a liberdade é redefinida como uma capacidade de triagem das combinações híbridas que não depende mais de um fluxo temporal homogêneo”. Latour

Espaços Territoriais especialmente protegidos

Os **espaços territoriais especialmente protegidos** são aqueles definidos pelo Código Municipal de Meio Ambiente, Lei nº443087 se constituem em:

- 1 Áreas de Preservação Permanente;
- 2 Unidades de Conservação;
- 3 Áreas verdes públicas e particulares, com vegetação relevante ou florestada;
- 4 Morros e montes;
- 5 Praias, orla marítima, afloramentos rochosos e ilhas do Município de Vitória.

Áreas de Preservação Permanente

São consideradas Áreas de Preservação Permanente no Município de Vitória:

- 1 **os manguezais**, a baía de Vitória, a vegetação de restinga e os remanescentes da Mata Atlântica, inclusive os capoeirões;
- 2 a cobertura vegetal que contribui para a estabilidade das encostas sujeitas à erosão e ao deslizamento;
- 3 as nascentes, as matas ciliares e as faixas marginais de proteção das águas superficiais;
- 4 as áreas que abriguem exemplares raros ou ameaçados de extinção ou insuficientemente conhecidos da flora e da fauna, bem como aquelas que servem de pouso, abrigo ou reprodução de espécies migratórias;
- 5 as elevações rochosas de valor paisagístico e a vegetação rupestre de significativa importância ecológica;
- 6 as demais áreas declaradas por lei.

Unidades de conservação

As unidades de conservação constituem “áreas com *características naturais (e algumas vezes culturais)* de relevante valor, de domínio público ou privado, com objetivos e limites definidos, sob regimes especiais de administração, às quais se aplicam garantias adequadas de proteção” (FUNATURA - Fundação Pró-Natureza. 1991. Anteprojeto de Lei sobre Unidades de Conservação. Brasília-DF. 65).

Em Vitória, os ecossistemas naturais e aqueles de relevante valor ecológico e paisagístico foram declarados como unidades de conservação, distribuídos em diversas categorias de manejo, de acordo com o grau de proteção exigido pela unidade. Algumas delas, pela fragilidade maior dos elementos naturais que a compõem, foram declaradas como **Estação Ecológica e como Reserva Ecológica**, para as quais existem restrições mais severas de uso, podendo serem utilizadas somente para fins científicos ou educativos. A categoria de maior possibilidade de uso pelo público em geral, é o Parque Municipal. Os parques municipais são implantados em área de propriedade do Poder Público, para proteção dos elementos naturais, permitindo também o manejo adequado de áreas em seu interior, para uso mais intensivo de lazer, assim como é unidade de referência para programas de educação ambiental.

- Parques
- Estações ecológicas
- Reservas ecológicas
- Áreas de proteção ambiental
- Monumentos naturais

Parques

Em Vitória, os Parques Municipais foram criados para proteção de elementos naturais de relevância e são implantados com toda infra-estrutura para atender aos propósitos científicos, educacionais e recreativos. Para implantar e manter os Parques Municipais, a SEMMAM vem estabelecendo parceria com empresas privadas, numa estratégia de tornar a sociedade co-responsável pela gestão das áreas verdes públicas.

Estão em funcionamento os seguintes Parques: Moscoso, Horto de Maruípe, Gruta da Onça, Tabuazeiro, **Baía Noroeste**, Pedra da Cebola, Fonte Grande, Barreiros e Padre Alfonso Pastore (Mata da Praia). Parcialmente implantado temos o Parque Municipal de São Benedito. E em fase de estudos para criação e implantação, os Parques Municipais das Mangueiras e da Restinga de Camburi.

Estações Ecológicas

São áreas representativas de ecossistemas naturais destinadas à realização de pesquisas básicas e aplicadas de ecologia e proteção do ambiente natural e ao desenvolvimento da educação conservacionista. Cada estação ecológica deve ter, no mínimo, 90% de sua área destinada à preservação integral da fauna e da flora locais.

Na área restante poderá ser autorizada a realização de pesquisas ecológicas que venham a acarretar modificações no ambiente natural. As pesquisas científicas e outras atividades nas estações ecológicas levarão sempre em conta a necessidade de não colocar em perigo a sobrevivência das espécies ali existentes. As estações ecológicas não poderão ser reduzidas nem utilizadas para fins diversos para as quais foram criados.

1 Estação Ecológica Municipal Ilha do Lameirão

Criação: Lei n.º 3.377, de 15 de setembro de 1986.

Reservas Ecológicas

São formações florísticas e áreas de florestas de preservação permanente situadas ao longo dos rios ou cursos d'água ao redor das lagoas, lagos e reservatórios naturais ou artificiais, nas nascentes, nos topos dos morros, em montanhas, serras, encostas, nas restingas e nas áreas metropolitanas. Essas áreas podem ser públicas ou privadas.

1 Reserva Ecológica Municipal Pedra dos Olhos

Criação: Decreto n.º 7.767, de 02 de junho de 1988. Obs: referendado pela Lei n.º 3.560, de 19 de janeiro de 1989.

2 Reserva Ecológica Municipal das Ilhas Oceânicas de Trindade e Arquipélago Martim Vaz. Criação: Decreto n.º 8.054, de 26 de maio de 1989.

1 Reserva Ecológica Municipal Restinga de Camburi

Criação: Lei n.º 3.566, de 03 de janeiro de 1989.

2 Reserva Ecológica Municipal Morro do Itapenambi

Criação: Decreto n.º 8.906, de 15 de setembro de 1992.

3 Reserva Ecológica Municipal Morro da Gamela

Criação: Decreto n.º 8.905, de 15 de setembro de 1992.

4 Reserva Ecológica Municipal Mata Paludosa

Criação: Decreto n.º 10.028, de 05 de junho de 1997.

5 Reserva Ecológica Municipal São José

Criação: Decreto n.º 10.026, de 05 de junho de 1997.

6 Reserva Ecológica Municipal Mata das Goiabeiras.

Criação: Decreto n.º 10.029, de 05 de junho de 1997.

Áreas de Proteção Ambiental (APA)

São áreas de interesse para a proteção ambiental, a fim de assegurar o bem-estar da população e conservar ou melhorar as condições ecológicas locais quando declaradas por ato do Poder Público.

Em cada APA, dentro dos princípios constitucionais que regem o exercício de direito de propriedade, cabe ao Poder Executivo Municipal estabelecer normas, limitando ou proibindo a implantação de indústrias potencialmente poluidoras, que possam afetar mananciais de água; a realização de terraplenagem; a abertura de canais, quando importarem em sensíveis alterações do meio ambiente; a reali-

zação de atividades capazes de provocar uma acelerada erosão de terras e/ou ameacem extinguir na área protegida as espécies da fauna e floras regionais.

1 Área de Proteção Ambiental Ilha do Frade

Criação: Decreto n.º 7.920, de 28 de dezembro de 1988.

2 Área de Proteção Ambiental do Maciço Central

Criação: Decreto n.º 8.911, de 18 de setembro de 1992.

Monumentos Naturais

São áreas protegidas que têm como objetivo o manejo, a proteção e preservação de características naturais de significado cênico ou de referência para o Município, proporcionando espaços adequados ao desenvolvimento de programas educativos ambientais e culturais, recreativos e pesquisas. Os monumentos naturais são protegidos por Tombamento, que se constitui em atos do Poder Público que visam a proteger os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos. Os bens e monumentos tombados são inscritos em livros especiais - *Livros do Tombamento*.

Em Vitória são monumentos naturais tombados pelo Poder Público: a **Pedra da Cebola** (Resol. n.º 010/90-CMPDU) e a **Pedra dos Olhos** (tombamento provisório), assim com as ilhas costeiras. Além desses, foram efetuados mais de 400 tombamentos de árvores, que são agora *imunes de corte*, selecionadas pela sua raridade, beleza e referência histórica

dos bairros.

As **ilhas costeiras tombadas** são: Cal (Resol. 12/87); Pólvora (Resol. 13/87); Urubu (Resol. 14/87); Cobras (Resol. 15/87); Bode (Resol. 22/87); Baleia (Resol. 23/87); Galhetas (Resol. 24/87); Fato (Resol. 25/87); Rasa (Resol. 26/87); Socó (Resol. 27/87); Pombas (Resol. 34/87).

Áreas Verdes Públicas e Particulares

São áreas representativas de ecossistemas criados por meio de reflorestamento implantados em terras do domínio público ou privado pelo Poder Público Municipal. Têm como finalidade reduzir os processos erosivos e possibilitar a contenção de encostas; garantir a segurança da população local e do entorno; possibilitar o desenvolvimento de programas de educação ambiental; estimular o turismo e o lazer; proporcionar a prática conservacionista e propiciar proteção e refúgio para a fauna local.

Áreas Verdes Especiais existentes, criadas pelo Decreto n.º 10.024, de 05 de junho de 1997:

- 1 AVE do Morro de Jucutuquara: Área: 155.045 m².
- 2 AVE do Morro do Cruzamento: Área: 42.626 m²
- 3 AVE do Morro do Suá: Área: 16.494 m²
- 4 AVE do Morro de Bento Ferreira: Área: 25.510 m²

Áreas de Preservação Permanente (APP)

São porções de florestas e demais formas de vegetação, quando assim declaradas pelo Poder Público, pertencentes a ele ou não, destinadas a atenuar a erosão das terras; fixar as dunas; formar faixas de proteção ao longo das rodovias e ferrovias; proteger outros de excepcionais belezas ou valor científico ou histórico; asilar exemplares da fauna ou flora ameaçados de extinção e assegurar o bem-estar público.

1. Vegetação Natural do ex-Cortume Capixaba, localizado na Av. Fernando Ferrari

Criação: Decreto n.º 9.017, de 06 de abril de 1993.

2. Morro do Guajuru, também chamado Morro do Cruzeiro, localizado na Praia do Canto

Criação: Decreto n.º 8.263, de 08 de junho de 1990

anexo 2

Entrevistas

Dados Pretéritos: As entrevistas foram realizadas em janeiro de 2004 quando estava sendo implementado o projeto-piloto Cadeia Produtiva do Turismo e da Cultura. A autora realizou as entrevistas in loco, sendo estas gravadas e transcritas posteriormente. A intenção foi manter o vocabulário usual dos entrevistados, para assim revelar de forma espontânea suas idéias e anseios.

ELISEU MOREIRA DOS SANTOS - 30 de dezembro de 2004

Subprefeito da regional de São Pedro e morador da região de São Pedro

_ O que você pensa e espera dos projetos propostos pela prefeitura como Rota Manguezal e quais são suas expectativas de mudança tanto para população local, como para a região e a paisagem ?

- Na verdade o Projeto Orla e o Projeto Rota Manguezal trabalham a questão do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável. Nós entendemos que a população que tradicionalmente explora o manguezal como meio de sobrevivência, possa continuar explorando de uma forma racional e organizada, dessa forma a população será co-responsável pela preservação desse ecossistema.

Esta é a tônica do Projeto Rota Manguezal. É um projeto que vai desenvolver o turismo e um pólo gastronômico na Ilha das Caieiras para potencializar toda essa vocação natural que a região já tem. Na verdade, ele vai dar uma organicidade em tudo que já existe na Ilha há muitos anos.

_ Você considera que o projeto realmente promoverá a geração de emprego e renda para a população local ?

- Sim , este é um dos nossos objetivos, ou seja, fomentar a cadeia produtiva, beneficiando os mariscos que eles retiram e agregando valor a estes mariscos. Nós já estamos trabalhando nesse sentido há muito tempo, citando por exemplo, a Cooperativa das Desfiadeiras de Siri.

Na verdade, este foi um trabalho realizado pela Prefeitura Municipal congregando as desfiadeiras numa cooperativa para valorizar o trabalho que elas desenvolviam. Assim, construímos a sede, promovemos cursos de treinamento e gerenciamento.

_ Como está funcionando esta cooperativa hoje, pois fala-se na Ilha que já não é possível todas as desfiadeiras estarem participando , estando entregue a uma meia dúzia de mulheres?

- O objetivo da prefeitura é congregar todas as mulheres nessa cooperativa. Nós sabemos que isso é difícil, algumas não entendem o que é cooperativismo, outras preferem desfiar o

siri dentro de suas casas. A prefeitura deu um suporte para que elas se organizassem, e hoje temos cerca de 20 mulheres que estão na cooperativa que tiram dali seu sustento.

- E como é possível se tornar uma associada, qualquer uma mulher que estiver interessada pode estar participando ?

Sim. A cooperativa dá preferência às mulheres da Ilha das Caieiras que trabalham com o desfilio. Na época do defeso, muitas mulheres evadem das cooperativas e quando há uma carga de trabalho maior elas retornam, mas elas continuam pagando um determinado valor para garantir seu lugar na cooperativa.

_ Existe também uma cooperativa para os pescadores ?

- Para os pescadores existe uma associação que trabalha na orientação desta atividade. Recentemente a prefeitura inaugurou uma peixaria comunitária para que eles também, de forma organizada, agreguem valor ao produto do pescado.

_ Como você entende essa possibilidade de uma grande demanda de turistas com a melhoria da infra-estrutura e equipamentos de lazer? Existe perspectiva de mudança na paisagem quando ocorre um processo simultâneo de agregar valor, ocorrendo a “expulsão branca” da população local?

- Na verdade é este trabalho que nós estamos fazendo. É dar toda a estrutura necessária para que as pessoas visitem a Ilha das Caieiras, mas também fazendo um trabalho paralelo de *promoção social*. Não adianta levar infra-estrutura, se as pessoas ali residentes não se promovem socialmente no sentido de acompanhar o desenvolvimento. Nós temos um plano de ação que está sendo desenvolvido e trabalha com educação, saúde, etc.

A Ação Social visitou todas as residências da Ilha das Caieiras para saber quais eram as famílias que estavam em condições insalubres e em situação de vulnerabilidade.

_ Esta pesquisa está associada àquela promovida pelo Projeto Terra ?

- Sim, porque a Ilha das Caieiras está inserida na Poligonal 12 do Projeto Terra. Então várias ações estão sendo desenvolvidas para detectar os problemas. Por exemplo: o convênio com o SEBRAE que foi assinado a semana passada faz parte desse conjunto de ações. Existem as oficinas para que as pessoas aprendam a transformar a casca do marisco em “souvenir” para vender. Para isso foi montado um ateliê de artes e ofícios.

_ A que se destina essa verba do SEBRAE ?

- Esse projeto é para desenvolver a Cadeia Produtiva do Turismo e da Cultura nas Caieiras. Vamos identificar todos os artistas da Ilha, todas as pessoas que tem habilidade com artesanato, confecção de redes, puçás etc.

_ Estas oficinas se iniciam quando?

- Agora em janeiro (2004).

_ Como vai ser esta seleção para participar destas oficinas, todos os moradores vão ser convidados?

- As pessoas podem estar se inscrevendo conforme a habilidade e o interesse. O objetivo é estar ensinando às pessoas.

Na Ilha das Caieiras é de nosso interesse desenvolver um trabalho de conscientização, no sentido de que elas possam se engajar no turismo e tirar proveito disso, sem que um restaurante de fora que não tem nada a ver com a cultura da Ilha se instale aqui. Nós não queremos isso. Tudo que estamos fazendo é preparar e capacitar a população local para receber o turista.

_ Com a execução do projeto onde está previsto no programa um centro gastronômico, terminal rodoviário, dentre outros, inevitavelmente acaba atraindo uma gestão empresarial sendo algumas atividades terceirizadas. Como vocês estão se preparando para lidar com essa situação?

-Sim, tentar evitar a especulação imobiliária e já existe restaurante em Caieiras que não é dos nativos. Um vereador comprou o restaurante Teresão.

_ A própria construção da FAESA (faculdades integradas) é um indício para mudança da paisagem construída valorizando a região. Todas essas estruturas acabam contribuindo para essa expulsão branca.

- São Pedro ao longo dos anos foi alvo de investimentos significativos na infraestrutura através de recursos públicos. Nossa intenção é evitar que essa expulsão branca não aconteça na Ilha , mas também não aconteça em São Pedro.

- O Beto - diretor deptº Turismo- colocou como alternativa para evitar a violência e o choque com a pobreza ,a possibilidade de dar ênfase ao turismo por via marítima, isto também em função da precariedade da rodovia Serafim Derenzi. O que está previsto no projeto quanto à acessibilidade ?

- A princípio estaríamos dando uma revitalizada na rodovia, via de acesso principal, pois não existe fluidez e o bairro ao longo dela cresceu desordenadamente. A circulação hoje é inviável para receber um maior fluxo de veículos.

- A prefeitura pensa em trabalhar as três unidades de paisagem de forma integrada maciço, baía e mangue?

-O que eu acho muito mais interessante é que a população está se conscientizando disso, diferente de uma ou duas décadas atrás. Hoje, tem aproximadamente uns 12 anos que não ocorre nenhuma ameaça de invasão ao mangue. Temos um centro de educação ambiental.

Os caranguejeiros recebem uma subvenção da prefeitura na época do defeso para estarem limpando e retirando o lixo do manguezal.

Eu acho que a preparação da região para ser um pólo turístico é gradativo. Não adianta se pensar que vai ser do dia para noite, que o povo vai incorporar. Por outro lado, as pessoas que vêm aqui ficam fascinadas. O presidente do SEBRAE-E.S veio aqui e liberou uma verba de R\$ 184 mil para o Projeto Cadeia Produtiva. Existem também outros empresários que estão interessados em investir, inclusive um deles se propôs a nos ajudar a construir com tecnologia nova uma Estação de Tratamento de Esgoto para Ilha das Caieiras.

_ E a verba para essa Estação de tratamento provém de onde?

- Esta verba é privada. Nós também vamos entrar posteriormente para aumentar o poder de intervenção.

_ Como você entende essa divergência de pensamento dos técnicos lotados na prefeitura, especialmente na SEMAN, em relação ao mangue, no que se refere à condução das políticas de preservação e outros, uns mais conservadores, audaciosos?

- Eu sou da linha da Ivani (Ivani Zechinelli- bióloga). Eu acho que isso aqui é o berçário do mar. O que temos de preservar aqui é a questão do bucolismo, barco de remo, mas não esportes náuticos. No máximo uma escuna. Eu sou radical, isto aqui tem que ser uma Estação Ecológica.

_ Então não deveriam se ampliar os usos, nem a Categoria ao qual o Lameirão está inserido, como vocês vão estar trabalhando uma série de atividades propostas?

-Estas propostas que existem não são tão agressivas e nós temos um comitê que se reúne esporadicamente para avaliar estas propostas de intervenção. Nós nos reunimos pela última vez para discutir o projeto do Sebrae. Uma parte do projeto se destina a trabalhar a estética das residências voltadas para a passarela.

_ Quem está coordenando este projeto?

É a Alcione que também desenvolve um trabalho social muito interessante com as crianças através da escolinha do Congo. Portanto ela atua na gestão do Centro Cultural Caieiras. Como ela já está inserida na comunidade, talvez ela tivesse mais habilidade para coordenar o trabalho, por isto ela foi convidada.

_ O que prevê este trabalho?

- Levantamento das áreas artístico-cultural, elaboração de estudos visando a implantação do bloco turístico no manguezal, implantação do ateliê de Artes e Ofícios, elaboração de estudos de viabilidade para o turismo náutico, posto de informações turísticas , instalação de sinalização, entre outros. Vamos iniciar um projeto-piloto a ser desenvolvido até março e que prevê continuidade.

_ As pessoas responsáveis pelo Centro Cultural Caieiras são as mesmas que estão coordenando o projeto do Sebrae, inclusive as oficinas. Nesse contexto, gostaria que explicasse o Centro Cultural Caieiras, como ele foi formado e se funciona efetivamente na prática ?

- A banda de Congo da Ilha das Caieiras foi criado pelo Fábio e Alcione. Eles criaram uma ONG, conseguiram verba para trabalhar com as crianças na escola. Eles já trabalham como professores de artes dentro da escola de São Pedro I. E daí surgiu a idéia de formar o Centro Cultural Caieiras, onde funcionaria também a Casa dos pescadores. E esta Casa até agora, dezembro de 2003, não foi criada ainda.

Estas pessoas (Alcione e Fábio) não trabalham dentro da comunidade com sede própria e participação da população diretamente. Surgiu agora este projeto do SEBRAE, e este projeto não foi discutido com a comunidade. Este projeto foi dirigido diretamente para a ONG deles.

Inclusive na reunião para organização das oficinas, a Alcione admitiu que era um projeto “engessado , de cima pra baixo”.

Este projeto foi negociado diretamente entre a Prefeitura, o Sebrae e esta ONG. Estas pessoas vieram com este projeto e agora estão precisando de nossa ajuda para entrarem dentro da comunidade. Eles precisam conseguir o apoio da comunidade para executarem este projeto.

_ Como vão ser estas oficinas ?

_Vai estar aberto a participação apenas do pessoal da Ilha das Caieiras. Os pescadores vão estar aprendendo o artesanato, produzindo e depois estarem vendendo. Vamos ter outros tipos de artesanatos com conchas, biscuits. Todas as mulheres que quiserem estar participando vai estar aberto para uma determinada faixa etária

CEOBAR - 21 de janeiro de 2004
Antigo morador e pescador da Ilha

_ Há quantos anos o senhor mora na Ilha das Caieiras?

- Eu vou fazer 74 anos agora.

_ Qual a sua função, o senhor trabalhava aqui na Ilha como pescador?

- Minha profissão sempre foi a de pescador desde a idade dos 12 ou 14 anos.

_ O senhor também é de Santa Leopoldina ou de que região ?

- Não, eu sou nascido e criado aqui na Ilha das Caieiras.

_ Dizem que os primeiros moradores vieram de Santa Leopoldina, seus pais também vieram de lá?

- Não, minha mãe é que veio de Santa Leopoldina, e meu pai veio como aventureiro na Ilha das Caieiras.

_ Então como o senhor é morador antigo, gostaria que falasse sobre qual a importância da paisagem da Ilha das Caieiras na sua vida, no seu dia-a-dia ? O que representa pra você toda essa paisagem especial aqui da Ilha?

-Aqui durante toda a vida, principalmente o manguezal foi a sobrevivência do pescador, e hoje que ele vem sendo devastado. Acontece que o Dr. Vítor Buaizentrou com uma lei aqui, então acabou com a invasão, assim mesmo eles acabaram com o manguezal, com os criadouros de caranguejo , de peixe, mas hoje é expressamente proibido pelo IBAMA.

_ Em relação ao tempo em que o senhor era mais novo, o que percebe em relação ao visual da baía, houve um bloqueio ou piora na qualidade dessa paisagem?

- Por um lado, o desenvolvimento veio favorecer a Ilha das Caieiras, mas por outro lado, a invasão veio acabando com o manguezal. Em relação a melhoria de vida, melhorou bastante, porque de primeiro a gente tinha que sair andando a pé para vender os peixes, os caranguejos. Hoje, o cliente vem comprar na porta.

_Então por um lado facilitou o desenvolvimento...Entretanto antes a baía era mais visível , não havia tantas casas bloqueando a paisagem?

_Ah, tudo era mais deserto e a maré batia onde tem a rua (rua D.Felicidade) hoje. Pelo lado da peixaria, quando a maré enchia atravessava pro outro lado da rua.

_ Esta urbanização mais condensada na Ilha das Caieiras foi em função da invasão de São Pedro que as pessoas foram construindo mais aqui perto ou foi antes da invasão?

- Veio a invasão e as autoridades vieram com a urbanização e foram melhorando tudo. Poucas famílias moravam aqui antes da invasão.

_ O que o senhor espera dos projetos que a Prefeitura está propondo para a região como Rota Manguezal, projetos voltados para o turismo. O que o senhor acha que vai acontecer, vai ser melhor ou pior para os moradores?

- Pro morador aqui da Ilha, principalmente estes da terceira geração, pra eles vai melhorar. Muitos pescam, mas fazem da pescaria um quebra-galho, mas eles têm emprego através da prefeitura ou o próprio Estado, empreiteiras. Então eles já não vivem exclusivamente da pesca como as pessoas da minha idade que era uma vida mais sacrificada.

_ Viver da pesca exige mais sacrifício, porém é mais saudável...

- A profissão de pescador hoje não existe mais futuro, não tem futuro.

_ mas hoje a profissão está regularizada...

-Eu tenho minha carteira já há quarenta e poucos anos, tem um colega meu aí que a carteira dele já é mais antiga. Ele tem 80 anos e quando tirou a carteira na Capitania dos Portos ele tinha só 12 anos. Ele precisou de um monte de assinatura para receber a carteira.

Toda a vida existiu, mas o brasileiro é meio acomodado ele tem os seus direitos, mas ele não procura os direitos dele, por isto é que ele entra em dificuldade, mas toda vida houve estes direitos. Agora tem essa lei que favorece um pouco as pessoas que não podem mais pescar e têm que se aposentar.

_ O senhor acha que funciona a Associação de Pescadores aqui na Ilha?

-A própria comunidade aqui evidentemente são pessoas acomodadas. Não procuram os seus direitos, não funciona por causa da própria comunidade. A comunidade não procura se organizar. Então ela já começa no princípio do fim, como já diz o outro.

_ Quer dizer que elas não reivindicam aquilo de que elas precisam, existem as lideranças mas as pessoas não participam?

- Isto mesmo, o povo não participando, não vai nada a frente.

_ Na década de 70, na época em que D.Laura era liderança, havia mais participação?

- Eu mesmo era do Conselho Fiscal e nós criamos um caixa beneficente para que as pessoas mais carentes pudessem ser beneficiadas em épocas de crise. Depois de algum tempo, o povo não queria mais contribuir e foi acabando. Nós tínhamos diretoria, o movimento comunitário funcionava. A creche que existe aqui foi conseguida através do movimento comunitário da época através do prefeito Sólton Borges. Então sabe como é o povo...

_Quer dizer que atualmente a interface entre Prefeitura e população é difícil para reivindicar o que vocês precisam. A reivindicação é localizada, não existe uma organização eficiente?

-E não tendo organização para reivindicar seus direitos e suas benfeitorias no bairro fica difícil pras autoridades, porque o prefeito vem e faz, mas só que as pessoas se acomodam. Se há uma coisa pra fazer em vez dos moradores se reunirem, fazerem reuniões, comissões... O prefeito mesmo atual - o Dr. Luís Paulo - fez muitas coisas aqui na Ilha das Caieiras, muita coisa mesmo. Começou pelo governador que é hoje Paulo Hartung e aí quando Luís Paulo assumiu a prefeitura fez benefícios aqui. Assim que eu me lembro só de Maximiliano Mattos, há cinquenta e poucos anos atrás.

_ (Continuando a entrevista com Ceobar, ele vai continuar falando sobre a atividade dos pescadores)

_O pessoal continua fazendo barcos como seu pai fazia, existe o carpinteiro naval ?

-Existem alguns companheiros aqui que são carpinteiros, não são nativos daqui, mas se sentem como moradores daqui, como são profissionais eles fabricam embarcação, mas só que eles não fabricam como antigamente com aquelas toras, as tábuas já vêm tudo prontinho, mas fabricam as canoas.

_ E existe um artesanato local de confecção de redes. São poucas as pessoas que fazem ou já está se perdendo este tipo de artesanato ligado à pesca?

- Ainda tem uma meia dúzia deles aí que fazem. Eles fabricam a rede aqui. Hoje existe a facilidade, a pessoa vai lá nas lojas compra e arma. Muito mais prático.

_Então, esta tradição acaba se perdendo um pouco pela facilidade da aquisição, não é?

-Isso. A pessoa perde aquela disposição de estar preparando a rede manualmente.

_ O senhor está sabendo das oficinas que o pessoal da Prefeitura está organizando junto com o SEBRAE para viabilizar os projetos turísticos como o Rota Manguezal? Eles estão fazendo oficinas para artesanato junto aos pescadores, o senhor está sabendo ou não?

_ Por enquanto não chegou ao meu conhecimento não. Eu sempre estou por aí com o pessoal da prefeitura, mas não escuto essa conversa não.

_ -A proposta é estar produzindo estes artesanatos para depois estarem vendendo quando a Rota Manguezal estiver sendo implantada. O senhor não está sabendo disso? O senhor faz algum tipo de artesanato de pesca , redes?

- Não. Eu fazia tarrafo, fazia rede, preparava tarrafo para pescar, mas hoje com setenta e quatro anos....

_ mas o senhor poderia estar ensinando a essas pessoas que quisessem estar aprendendo nas oficinas, não é?

- O interesse aqui é muito pouco de pegar a prática das coisas. A pessoa não tem interesse pessoal.

_ O senhor sabe que já existem propostas e projetos desenhados na prefeitura sobre esta região toda. Existe o Projeto Terra e o Projeto Rota Manguezal. Aí vão fazer um centro gastronômico, terminal rodoviário, enfim várias atividades para o turismo chegar mesmo aqui. O senhor acha que isto vai ser bom ?

- Eu tenho pra mim que é bom, porque o turismo vem trazendo o dinheiro e trazendo o dinheiro vem beneficiar a localidade. Nós da Ilha das Caieiras que dependemos do turismo para comprar tudo que a gente produz e que não precisamos ir lá não sei pra onde vender. As pessoas vem buscar na porta é bem melhor... O turismo é um objetivo que dá dinheiro mesmo, e eles vêm com o dinheiro de fora...Então aí.. Hoje eu me lembro de Guarapari em 1940, 45 . O que é hoje Guarapari? Hoje é uma cidade verdadeiramente turística que pobre lá não pode viver não!

_ Por outro lado perdeu o bucolismo de outrora, cheia de prédios, o turismo sempre traz um lado e o outro..

_ É, hoje quando vou a Guarapari, aquele lugar deserto antigamente. Hoje cheio de arranha-céu , eu fico olhando assim... Guarapari tinha o restaurante São Pedro...

_ O mesmo da Praia do Suá ?

- Não começou primeiro lá em Guarapari, depois é que veio para o Suá.

_O senhor mora na Ilha das Caieiras há quantos anos?

-Fui nascido e criado aqui. Hoje tenho 80 anos é justamente o tempo que moro aqui.

_ Na época de sua juventude, a Ilha das Caieiras era uma ilha realmente ou não? Como era a configuração do sítio geográfico?

- Ora, quando tomei conhecimento da vida com meus quatro, cinco anos, a Ilha das Caieiras não era mais ilha, era uma península. Foi isso que encontrei, muito úmida e com muita aparência de uma ilha. A passagem era pelo campo de futebol. A comunidade foi aterrando e formou uma praça de esportes. Eu ajudei a trabalhar ali e tudo.

_ Na verdade quando o senhor percebeu já não era uma ilha totalmente.

_A ilha movimentou-se de 1940 pra cá, mas já existia uma passagem. O campo foi uma iniciativa da comunidade. Só existia uma coroa e o mangue de um lado e do outro.

_O senhor desde cedo trabalha como pescador. Qual era sua atividade aqui na Ilha?

-Eu quase não estudei, minha família muito pobre carente, meu tempo de estudo foi até o 4º ano primário. Aí não prossegui mais, porque tive que dar assistência à família. Era uma pescaria até difícil de se explicar, porque hoje em dia já não se faz mais aquele tipo de pesca, ou seja, não prejudicava os peixes.

_ Atualmente as pessoas pescam muito de balão, onde não há um processo seletivo, vão carreando tudo...

- Nessa parte aí a gente sempre se resguarda. Na minha época o peixe vinha tranquilamente, a gente pegava peixe pequeno. Não tem aquela lenda que estória de pescador é mentira, muito pelo contrário pescador exagera um pouco, porque na época quando a gente pegava um peixe de 4 ou 5 kg, não tinha balança, então a gente calculava sempre pra mais.

O estilo de pesca daquela época pra hoje era bastante diferente. Nós éramos organizados e a Capitania dos Portos que tomava conta dos canais e rios. A Capitania infelizmente hoje não está fazendo mais este papel. Infelizmente isto está acontecendo. A Capitania fazia um trabalho perfeito sem prejudicar ninguém, não protegia A ou B, aqueles que estavam errados eles corrigiam. Eles colocavam uma placa na polpa das canoas, vinha com a data, o nome, então eles olhavam se a canoa estava com a chapa atrasada.

_ Então a Capitania fiscalizava todos os barcos?

_ Ah sim, faziam um controle de 15 em 15 dias. Tudo era legalizado e as carteiras de trabalho ficavam na responsabilidade da Colônia de Pescadores. A produção era passada para um atravessador, mas de certa forma era bom porque nós não íamos ter facilidade de vender todos os peixes.

_ O acesso pela Serafim Derenzi também era difícil...

-A estrada era barro puro e quando passou a ter ônibus era três vezes ao dia. Então se perdesse aquele horário, tinha que andar a pé mesmo.

_ Qual a importância dessa paisagem exuberante em sua vida , no seu cotidiano e como o senhor percebe as mudanças nos dias de hoje?

- Não puxa essa parte porque....

(ficou emocionado)

- Vamos adiante para depois voltarmos pra trás. *Acontece que progresso também traz muita coisa boa, também tem que se analisar isso. A ilha de Vitória era muito pequena, então ela teve que ganhar este nome Grande Vitória através do espaço. E o espaço que ela poderia arranjar era aterrando os manguezais, né. Foi o que aconteceu.*

_ O senhor percebeu isto mais fortemente na época da invasão ou este processo de ocupação da Ilha das Caieiras já estava acontecendo anteriormente?

-Essa diferença já vinha existindo há muito tempo. A movimentação de Vitória já acontecia desde 1954 quando houve o aterro da Esplanada, no tempo do governo de Jones Santos Neves, grande governador!

_ Aqui na ilha mesmo, o senhor sentiu esta mudança em que época?

- A mudança foi repentina desde quando começou a invasão e foi se expandindo. As casas que têm aqui na frente da Ilha já existiam e só foram melhorando. Eu nasci numa casa de estuque perto da creche no pé da pedra, lá não existia nada.

_ E seus pais também vieram de Santa Leopoldina?

Minha mãe veio de Aracaju e meu pai era de Tropiá, uma ilha do rio São Francisco.

_ Por isto eles procuraram um lugarzinho perto da baía, não é?

-De lá pra cá existia um navio que fazia o transporte. Sabe aquela música "*peguei o no norte e fui pro Rio morar..*"? Eles saltaram aqui, mas não se conheciam , aí ele foi trabalhar na estrada de ferro , que ele era carpinteiro naval. Aí foram para o interior e se casaram, agora não sei contar o restante.

_ O senhor foi criado numa paisagem especial com vista para a baía, vista do Mestre Alves, do Maciço Central, então o senhor considera que esta ocupação mais acelerada limitou a fruição da paisagem ?

-Meus filhos tiveram uma vida muito sacrificada durante o período escolar. Eles voltavam da escola e iam ajudar a mãe a levar as trouxas de roupas pras “madames”. Minha mulher não tinha emprego e o serviço dela era doméstico mesmo. Então quando eu chegava da pescaria, ela chamava os filhos: “meus filhos levantam daí que seu pai chegou”, “vamos fazer uma moqueca”. Sempre passamos dificuldades, pois é o rosário do pobre, mas fome não passamos.

_ Na sua época de pescador já existia a tradição de desfiar siri, ou só começou mais tarde?

- Esta estória tem estória entendeu. A idéia deu certo. Agora como é que começou? Isso aí eu posso explicar. A tirada do caranguejo é lá fora no mangue e o siri é nas coroas. O caranguejo era vendido, mas não desfiado. Aqui tem uma época que só tem pescaria de siri.

O siri desfiado começou por uma idéia que eu tive. Uma noite, eu já não pescava mais de rede, eu pescava de jereré e quando a maré ficava baixa o siri não entrava no jereré. Então inventei uma puçá com cabo maior, aumentando a malha. Assim, pegava só os graúdos.

- Agora estou vendo por aí, o pessoal está pegando um siri muito pequeno.

-Antes não tinha como o siri acabar, a gente largava os pequenos, eles iam reproduzir. Eles pegam aquelas *cacholinhas*.

- Qual a sua expectativa para os projetos que visam aumentar o turismo aqui na região?

- Bom, os projetos parecem ser bons. Algumas coisas têm que ser melhoradas como por exemplo, esse arsenal ali na beira da praia. Ali está acumulando muito rato e ali é o esconderijo deles. Senta numa pedra daquelas ali a noite pra você vê como tem rato ali.

_E a prefeitura fazendo investimentos, vai ser bom para os moradores aqui da ilha ou não?

- Acho que só vai trazer coisas boas.

_ O senhor acha que os moradores vão estar participando?

- Outro dia fui ali na reunião dos pescadores à noite.

_ Esta reunião foi em função das oficinas que eles estão realizando?

_ Não. Esta reunião foi a respeito de organizar a Colônia de Pesca aqui. E depois o prefeitinho falou assim: “seu Bino dá a sua opinião a respeito da Colônia”. Aí eu falei: uma colônia de pesca, precisa ser uma coisa muito bem organizada porque tem que ter o atendimento à saúde e outras coisas. Se o pescador contribui e não é beneficiado não adianta.

_ Eles querem organizar, mas não estão sabendo como organizar...

-Eles sabem como organizar , só que hoje em dia fica muito difícil o pessoal assumir, tem muitas cabeças, umas puxam pra cá , outras pra lá, então organização mesmo fica difícil.

_ A organização da comunidade está complicada aqui na ilha, não?

-Antigamente todo mundo participava, tinha fiscal da colônia aqui.

- O IBAMA que controla e fiscaliza os manguezais?

-É mas eles não tem os instrumentos e equipamentos para fazerem a fiscalização e a Capitania naquela época tinha todo o recurso e era mais presente.

ISABEL - esposa de seu BINO
Antiga moradora da Ilha

_ Como a senhora chegou aqui D.Isabel ?

-Eu vim de canoa de Santa Leopoldina. Minha mãe já morava aqui, e depois eu vim.

_ Qual a idade da senhora hoje?

- Eu estou com 77 anos.

- E naquela época a Ilha das Caieiras era uma ilha mesmo?

- Era uma ilha mesmo, pois quando a maré enchia, emendava ali com o campo. Isto tudo era mato, tudo era mangue. Eu gostava mais daquele tempo de antigamente. Hoje, tudo é muito bom, mas perdeu a beleza, o sossego. Hoje em dia você vive igual a criminoso, tudo cercado, tudo cheio de grade.

Minhas filhas trabalhavam no centro e saíam tarde da noite. O último ponto de ônibus era em Santo Antônio e elas vinham de lá pra cá a pé sozinhas e não encontravam uma alma viva no caminho. Então não havia nenhum problema, às vezes encontravam alguém e era sempre um conhecido e vinham conversando.

_ Qual a sua expectativa em relação aos projetos de turismo apresentados pela prefeitura como a Rota Manguezal? O que a senhora acha disso?

- Não sei. Às vezes a gente pensa uma coisa e é outra. Por exemplo, aquele píer que fizeram ali, pra nós foi ruim, porque nós temos um barco a motor, e não tem condição de sair mais com ele. Então a gente não pode falar se vai ser melhor ou se vai ser ruim. Como já lhe disse, eu gostava mais daquele tempo.

E agora você vê, eu tenho um bocado de netos que gostam de passear de barco, mas agora fica difícil de passar ali, um monte de pedras ...

_ A prefeitura não faz consultas aos moradores em relação aos projetos?

- Não, eu acho até que a prefeitura consulta, eles fazem muita reunião, a gente é que às vezes não fala nada. Ninguém nunca reivindicou o que está bom, o que está ruim nem nada. Esse problema do nosso barco, eu que estou falando isso aqui agora, às vezes alguma coisa não está boa para mim e está para o outro.

- Não existe mobilização, todo mundo fala isso ...

D.Laura vai falar como ela atuou no movimento comunitário. Ela foi uma das primeiras lideranças. Como foi o Movimento Comunitário (1968-1985) do qual a senhora foi presidente por muitos anos?

- Meu nome é Laura. Eu comecei o movimento comunitário aqui na Ilha das Caieiras em 1968. Fui a primeira presidente eleita pelo povo. Na época era assim era muito difícil as coisas aqui, estrada de barro, nós não tinha água, não tinha luz nas ruas, nem calçamento. Nós pegávamos água lá no sítio do Jacaré (1 km daqui). A gente carregava lata d'água na cabeça mesmo. Nesta época eu era lavadeira, meu marido pescador. Eu sempre tive aquele espírito de luta. Na época da política, o Nenel Miranda (eu não esqueço ele nunca) filho do dono da fábrica de cal transportava cal para cidade. Ele era muito bom. Carregava a gente na sua pick-up cheio de trouxa de roupa. Nós brincávamos com ele: você se candidata a vereador e nós tudo votamos em você. Nós todos votamos nele. Na época a população era menor, precisava de poucos votos.

E Nenel disse: Laura enquanto vocês não se organizarem, vocês nunca vão ter nada aqui. Eu vou trazer umas assistentes sociais para ajudarem vocês a conseguirem as coisas. Nós na época não sabíamos nem o que era movimento comunitário. Elas trouxeram a cópia do movimento comunitário lá de Maruípe. Nós andávamos muito á pé. Não existia briga nem divisão no Movimento Comunitário.

- Vocês tinham uma sede para se reunirem ?

- Não, nós nos reuníamos na casa das pessoas. A partir de 1968 começaram os trabalhos e nós fomos conseguindo as coisas. Na década de 40 o transporte era de canoa e a pé. Na década de 50 que começou o ônibus três vezes por semana. Em 1974 que Crisógono asfaltou a estrada. Enquanto Crisógono era prefeito ele não deixava invadir. As assistentes sociais ensinaram a gente como trabalhar, tendo Nenel e o prefeito Setembrino sempre a frente. Cada prefeito que entrou fazia um pouquinho. O prefeito atual Luís Paulo fez muita coisa, mas o começo foi dessa época. Eu era presidente do movimento.

- Não havia muito jogo de poder?

As discussões eram amigáveis. Ninguém discutia com ninguém. Conseguimos o campo de futebol, o Posto de Saúde. Ninguém tinha instrução, eu só tenho segundo ano primário. Eleição provisória, tive um voto contra que foi o meu. A comunidade era muito interessada em melhoramento.

- A senhora ficou a frente do Movimento quanto tempo?

-Eu fiquei de 68 até 1981:14 anos. Primeiro teve a eleição provisória. Era biênio. Chegava a época de me afastar aí o pessoal votava em mim novamente. Nós tínhamos muitos eventos.

Antigamente nós fazíamos festa dos pescadores junto com a igreja. De um tempo pra cá as coisas sobrecarregaram: poucas pessoas trabalham e muitas só criticam. Naquela época a festa dos pescadores era mais animada. Eu mesma trabalhava na festa do pescador.

_ Este movimento forte manteve-se mais ou menos durante quantos anos?

- Eu mesma fiquei na liderança 12 anos. Foi em 1981 que eu saí, porque eu quis sair. Já estava cansada. O mandato era biênio, mas faziam assembleia e sempre eu ganhava.

-Então nessa luta da senhora , vocês conseguiram muita coisa...

-Escola, creche, principalmente na década de 70. Nós convocávamos reuniões saindo de porta em porta. Nós tínhamos contribuintes, conselho fiscal, conselho deliberativo. O pessoal participava mesmo.

-E hoje porque a senhora acha que não se consegue mobilizar a população?

-Porque antes nós tínhamos muitas dificuldades. Nós lutamos, íamos na CESAN, na Prefeitura. Havia verba do estado, da prefeitura. Tudo que nós pedíamos, nós nos mobilizávamos fazendo festa para angariar recursos. Com muita luta, nós fomos conseguindo as coisas. Cada prefeito ajudou um pouco. As pessoas hoje só pensam em si.

_Estas melhorias e o desenvolvimento do bairro tirou um pouco da qualidade da paisagem, mas por outro lado, a situação da população melhorou?

-Melhorou, porque agora nós temos tudo aqui, antes a gente dependia da cidade. No início foi difícil aceitar, porque estávamos acostumados aqui nesse cantinho, aí veio a invasão. Eu enfrentei até revólver. Meu marido falava: ” *Laura deixa de ser doida*”. Tinha um terreno perto do campo que estávamos reservando pro centro comunitário, aí começaram invadir. Dr Carlito Von Schilgen, prefeito, disse: “Laura deixa que depois eu dou um pedaço a vocês”. O bispo também veio me pedir, então deixei isso pra lá.

_mas até hoje vocês ainda não conseguiram ter sede própria...

- Existe um terreno ali, mas é uma briga danada.

- A Simone (movimento comunitário) diz que o terreno é do movimento comunitário , mas a Maria Cristina alega que é propriedade dela. As duas são lideranças comunitárias mas estão brigando...

- Por isso é que eu digo graças a Deus é que eu saí na hora certa.

_ A senhora não tem vontade de participar das reuniões?

- Eu gosto de participar eventualmente, participei da cooperativa das desfiadeiras, fiz todos os cursos.

- As pessoas comentam que a cooperativa virou uma empresa privada, a senhora concorda?

-Eu sou cooperada. No meu caso eu comecei as reuniões lá em casa com pessoal da Pronager e depois passaram a ser na creche. As primeiras desfiadeiras aqui fomos nós. Na verdade eu nem sei mais como funciona aquela cooperativa. Ficou restrito, eu mesma não tenho vontade.

-Não existe abertura para as pessoas participarem?

-O sentido da cooperativa era esse, para todo mundo ir comprar lá e não era restaurante, agora virou restaurante. Poucas pessoas compram siri lá. A quantidade do desfio é pouco. Era para ser uma coisa só, e a maioria hoje na Ilha desfia particular em suas casas. Na cooperativa ficaram mais aquelas mulheres que não tem outra renda, ou seja, não tem outro emprego. A Cooperativa perdeu o sentido porque virou restaurante.

- Os pescadores também não são organizados?

-Não são não, bem poucos, e você pode procurar aí, poucos são os que têm carteira profissional. Alguns pescam de biscate.

- Muito dos pescadores artesanais cederam lugar aos grandes barcos de pesca, não? Estes barcos vêm de fora?

-Muitas pessoas daqui já compraram estes barcos e já arrastam, pegam peixes pequeninos e depois botam fora. É proibido essa pesca aqui dentro com estes barcos. Muitos respeitam e outros não.

- Até mesmo em relação ao siri o pessoal não está conscientizado...

-Não tem. Quando a gente compra uma caixa para desfiar vem aquele siri miudinho. Antigamente quando o siri pequeno vinha na rede, eles jogavam até fora, as fêmeas também eles soltavam. Aí só pegava mesmo o siri macho.

- A senhora acha que existe uma fiscalização maior?

-Não existe. Existe assim, na época do defeso. Tinha um fiscal mesmo que morava aqui na ilha, meus cunhados mesmo eram fiscais. O pessoal respeitava, já sabiam que não podia. A Capitania dos Portos é que fiscalizava. De vez em quando eles vinham fiscalizar de barco a motor. Hoje é o Ibama, mesmo assim não liga, diz o povo.

- Como essa paisagem da Ilha das Caieiras influenciou sua vida, como é a sua percepção da paisagem antes e nos dias atuais?

Isso aqui era tudo mangue. A ilha ia até naquele bar. Onde passa a rua principal era tudo água. Nós cansamos de pegar caranguejo. Quando veio a invasão nós sentimos muito. Pegava caranguejo ali na porta da minha casa. Certa vez eu estava grávida esperando uma das minhas filhas e fui pegar caranguejo e um compadre disse” *cuidado, vai largar isso aí (o bebê) dentro do mangue*”. Existia muita fartura.

_O seu marido era pescador e o que ele fazia com o pescado?

- Tinha o atravessador que levava para o mercado o peixe deles, mas só pegavam peixe grande da malha. Tinha tudo organizado pela Colônia de Pesca- Praia do Suá. Só pescava quem fosse matriculado, tinha fiscal. Não existia essa pesca de arrastão. Eles tinham malha própria que a Capitania dava pra eles.

_ Nós chegamos aqui na década de 30, porque eu sou de Santa Leopoldina, o campo já estava sendo aterrado, porque tinha uma lagoa que cortava.

_ O que a senhora acha da Rota Manguezal?

- Eu acho ótimo porque tem melhorado muito nos últimos anos.

_Então a senhora está com uma expectativa favorável em relação a estes projetos?

- Eu estou, porque a prefeitura têm feito muita coisa. Se o outro que vier aí continuar melhor ainda.

-Em relação ao trabalho que o SEBRAE está desenvolvendo, as oficinas, a senhora está sabendo?

- Eu estou, participei, só que eu relaxei. Aí eu disse "só venho nas reuniões, mas não quero participar não." Eu acho que esse pessoal briga muito, tem aquelas picuinhas. A gente tem que separar as coisas, uma acontece lá fora e eles vêm aqui na reunião colocar. Até indiquei meu filho, meu sobrinho para vir ensinar a fazer as redes.

- Outro dia mesmo, nós fomos lá na Cooperativa, e Lelete está muito bem, no dia que fui lá gostei muito. Então Lelete falou sobre as coisas, depois chegou na reunião elas "*meteram o pau em Lelete.*" Ela não é nada minha, mas eu defendi ela.

_ Eu percebi na reunião do Sebrae que a coordenadora do projeto estava colocando que traria artesão de fora para ensinar, mas o pessoal daqui já sabe.

-Pois é, tem gente que sabe aqui.

_ Porque a senhora acha que sempre as mulheres aqui na Ilha das Caieiras estão sempre a frente do movimento? Os homens não gostam de participar ?

- Bem poucos. Acho porque as mulheres têm mais tempo, né. Nós já tivemos homens capazes, na minha época uma meia dúzia que ia nas reuniões e discutiam juntos. Tinham boas idéias. Agora esses não, sei lá, é cada um pra si.

PIRÃO - Rogério Leonel da Silva - 21 de janeiro de 2004

50 anos, morador nativo da Ilha das Caieiras, dono de restaurante na beira do píer/ atracadouro de barcos e funcionário da Prefeitura

_ Como é a experiência de viver na presença dessa paisagem exuberante na sua vida desde menino, como era e como você a percebe hoje?

-Agora nesse momento a paisagem está muito mais bonita do que era antigamente. Antes o pessoal não preservava o manguezal, agora já estão preservando, nós mesmo pescadores plantamos muito pé de mangue na boca do rio Santa Maria.

_ Você acha que essa conscientização é maior hoje do que antes?

-Com certeza, antigamente a pessoa jogava lixo na maré, hoje já passa o carro “colhendo” o lixo de todo mundo, antigamente não existia isso aqui na Ilha.

_ Em relação especificamente ao ecossistema manguezal, eu vejo caranguejo muito pequenininho sendo colhido. Acho que eles ainda não estão bem conscientes, pois estão colhendo tudo que vêm pela frente, não?

-Pra falar a verdade eles não respeitam a época da desova do caranguejo. Eles tem que colocar mais lancha pra tomar conta. Às vezes a SEAMA vai lá no manguezal de cima, enquanto o pessoal cá em baixo tira 20 , 30,40 dúzias de caranguejo, pequeno, “ovado “ainda.

_ Em relação à fiscalização, não tem equipamentos suficientes pra tomar conta do manguezal?

-Eles não tomam conta direito, eles vem aqui uma vez ou outra.

_Então não existe uma fiscalização sistemática?

- Tem que ter mais fiscalização aqui dentro, porque uma lancha só para tomar conta desse manguezal todinho aqui não dá conta.

_Apesar dessa preocupação com o meio ambiente, então eles não conseguiram ainda implantar isso efetivamente ?

- Não conseguiram , não. Na verdade não é só a pessoa que vive do caranguejo que faz esse estrago no manguezal, não. Na época da “andada” vem todo mundo de Vitória apanhar o caranguejo que está andando, porque fica mais fácil. Tem dia de sábado que tem um monte de caranguejo tudo morto e jogam na maré, tudo estragado dentro d’agua.

_Você sempre morou nessa posição privilegiada de frente para a baía?

-Sempre morei aqui, pescador desde criança.

_ Agora trabalha mais no restaurante?

-Agora eu trabalho pela Prefeitura, pelo Projeto Terra tomando conta do cais e da segurança da igreja, eles me deram essa oportunidade.

_ Qual a sua função nesse trabalho?

-Orientar as pessoas, os turistas e mesmo as pessoas daqui também para não estarem jogando nada dentro d'água. Aqui é área de perigo, não podem tomar banho, é só pra embarcação. Tomo conta de tudo daqui, das embarcações que chegam, do pessoal de fora.

Eu arrumei um lugarzinho para cada um colocar sua canoa.

_ Qual a sua expectativa em relação ao Projeto Rota Manguezal?

- Melhora tudo, né, não só pra mim como pra todo mundo. De cinco anos pra cá, isso aqui ficou uma beleza. O pessoal vem comprar direto aqui. Os restaurantes também consomem os mariscos daqui.

_ Houve uma maior divulgação na mídia sobre a Ilha das Caieiras, há reportagens nos jornais, na televisão. Isto influenciou uma visita maior de turistas?

- Com certeza. Inclusive eu fiz uma propaganda do Projeto Terra, fui eu que saí na capa da revista Veja, na revista do Manimal.

_ Existe também um projeto de urbanização da orla com centro gastronômico, terminal rodoviário. Você acha que este incremento do turismo que está por vir vai facilitar a vida das pessoas da Ilha ?

- Às vezes as pessoas falam que este desenvolvimento vai ser bom pros empresários, mas os empresários vêm pra ajudar a gente que é daqui, que se não fossem eles a gente não tinha nada.

_ Você está sabendo desse projeto do Sebrae de realizar oficinas de artesanato, um passo inicial para incrementar o turismo? Você vai participar das oficinas?

-Não, eu vou participar da área de turismo para orientar as pessoas, pois eu já conheço tudo.

_ Você vai participar das oficinas de pescadores? Eles estão pensando em trazer artesãos de fora.

- Eu não, mas meu irmão vai participar.

-Acho que trazer artesãos de fora para ensinar a fazer artesanato em miniatura mascara um pouco o que é local. O que você acha?

- Não precisa trazer ninguém de fora, a pessoa tem que fazer o que é da origem do lugar. Nós aprendemos a fazer rede desde criança, já vem de família, aprendemos com nossos pais. Meu pai era João Leonel, pescador “antigão” daqui.

_É uma tradição que passa de pai pra filho, mas você acha que essa tradição está morrendo aqui na Ilha?

- Não, quem é pescador não deixa de ser pescador, não morre nunca. Sabe porquê? As crianças já nascem com aquele ritmo ali. Eu tenho um garoto com oito anos ele joga tarrafa. Quer dizer isso aí já vem do sangue mesmo, não tem como tirar isso da gente não. A gente luta pra botar eles pra estudar, arrumar um emprego...

_ Nem que for nas horas vagas tem que pescar?

-Eu também fui assim. Era uma luta pra mim ir pro colégio, por isso eu sou pescador até hoje.

_ Agora você meio que virou empresário, dono de restaurante...

- Quase, falta muito ainda.

_ Você acha que existe essa interface entre prefeitura e os moradores? Existe uma forma organizada de reivindicar as melhorias ou não?

-A Prefeitura de Vitória, esse prefeito que está aí, foi a melhor coisa que aconteceu.

_ Algumas pessoas colocam que essas melhorias - água, luz - aconteceram já há algum tempo quando havia realmente uma mobilização popular.

-Não, isso aí é conversa fiada. A ilha nunca teve nada. A ilha começou a melhorar a partir da administração de Paulo Hartung, e depois entrou Luís Paulo que seguiu os projetos.

_ Na verdade essa melhoria do local coincidiu com a valorização do meio ambiente, ou seja, a partir de uma nova conotação do mangue que passa a ter valor ambiental?

- A maioria das pessoas tiravam madeira do mangue para fazer barraco, isso eu aí que você vê estava tudo queimado. Com Paulo Hartung é que isso acabou. Olha só como o mangue está bonito agora.

_ Houve uma grande depredação do mangue com a invasão de São Pedro?

-Eles arrancavam a madeira pra fazer barraco. O Lameirão só conservou porque era do outro lado.

_ Voltando a pergunta, você acha que existe mobilização das pessoas em termos de Movimento Comunitário?

- Olha, pra ser sincero a você, Movimento Comunitário aqui é bem fraco. Eu vou falar a verdade. As pessoas que entram pra comunidade estão visando o dinheiro.

Comunidade não é isso, comunidade é união. As pessoas que estão participando são gente interesseiro. Eu não tenho interesse de nada, eu faço tudo com maior prazer.

_ D.Laura colocou que na década de 70, as pessoas tinham grandes dificuldades aqui, luz, transporte, água. Então realmente foi aquela luta em prol do bem comum, mas que hoje as pessoas não estão mobilizadas pra isso.

- Não estão não. As pessoas visam mais o lado do dinheiro.

_ Agora que eu acho que as pessoas deveriam estar se mobilizando para ver como vão estar encaminhando todos estes projetos, opinando, mas parece que não existe essa consciência.

- Não existe não. Existe nada.

_ E sempre estão as mulheres a frente de tudo, não?

- Porque as mulheres sempre querem estar a frente. Na verdade aquela peixaria que tem ali foi feita pros pescadores, dito em público por Luís Paulo. Os pescadores não têm direito a nada ali, quem manda são as mulheres. Ainda bem que eu não tenho nada a ver com eles ali. Eu sou cadastrado na Praia do Suá, pago a Colônia e a Capitania. Aqui não existe Colônia de pescador.

_ E vocês têm direito a quê?

- Nós pagamos uma taxa de R\$ 30,00 ao ano. Temos direito à aposentadoria, na desova do camarão nós recebemos um salário. Eu não estou recebendo, porque eu trabalho de carteira assinada.

_ Quem tem um salário fixo , não pode receber?

_ Não pode. Eu pago, porque sei que mais tarde eu vou precisar. Eu vou me aposentar, se Deus quiser.

_ Você tem idéia de quantos pescadores têm aqui na Ilha ?

- Na base de uns duzentos, mas quase ninguém é cadastrado. De carteira, se tiver uns cinco, seis, é muito.

_ Você está incluindo aí também os caranguejeiros?

- Não, só aqueles que vivem da pesca mesmo.

_ Então têm bastante.

- Eu falei duzentos, mas acho que tem uns quatrocentos. Eles pescam, mas eles não podem dizer que são pescadores porque não são legalizados e não podem ter direito a nada. Para ter direito a alguma coisa você tem que pagar. Teve uma época que quem tomava conta aqui era a prefeitura junto com a Polícia Militar, depois virou uma bagunça.

_ Então quando estava mais organizado?

- Na época em que a Prefeitura tomava conta. Agora quem toma conta é a Polícia Florestal , que é uma bagunça, um monte de corrupto. Muitas vezes já prenderam rede minha aqui, e dois, três dias depois a rede está ali com outro camarada.

_ E a SEAMA, não fiscaliza?

- A SEAMA não tem moral aqui pra nada. Os caras arrastam na cara deles aí e eles nem ligam. Eles fiscalizam uma vez ou outra aí. Isso aqui tinha que ser igual a Anchieta, sabe quem toma conta? A Prefeitura com a Polícia Militar. Ninguém abusa.

_ Isso aqui está meio largado, o pessoal está pegando caranguejinho, não?

- Caranguejinho? Você tem que ver os camarão que eles pegam aí a noite, deste tamanhozinho.

- **Eu vi descascando.**

_ Falta de quê? Autoridade. Se tiver autoridade... Tem que ter polícia mesmo, e não pode pescar aqui e pronto.

LELETE - Eliete Barreto da Silva - 27 de janeiro de 2004
41 anos, presidente da Cooperativa das Desfiadeiras de Siri

_ Como foi formada a cooperativa?

- A cooperativa foi formada aqui na Ilha das Caieiras por uma necessidade de trabalho, uma necessidade de mercado e até de vendas. Nós todas trabalhávamos nas nossas casas, cada um pra si, e nós vimos que tinha uma pessoa na Prefeitura de Vitória que ficou a par de um projeto de geração de emprego e renda. Então ela nos convidou junto à Secretaria da Ação Social pra gente estar fazendo cursos, capacitando-nos para nos desenvolver e fazendo um trabalho coletivo, uma associação ou uma cooperativa. E dessas reuniões, nós fomos tirando as idéias, sendo que cooperativa seria um ponto-chave nosso, porque o mercado de trabalho aqui era fraco, nós não tínhamos muita procura. A gente sofria mais, porque trabalhávamos muito sozinhas, e também sem muita mobilização. Nós éramos umas pessoas esquecidas...

_ Essa cooperativa foi formada há quanto tempo?

- Dia 8 de fevereiro de 1999.

- De lá pra cá ficou melhor? As pessoas organizadas venderam mais? O que você acha que foi positivo nessa Cooperativa?

_A Cooperativa, não só a Cooperativa, mas outras coisas que surgem, melhorou nosso meio de vida, porque a gente tem uma comunicação com a prefeitura de estar sempre publicando o que a gente produz e vende. Então, já estamos até na Internet e a Internet está no país todo, em tudo quanto é lugar. A comunicação que a gente faz existe enquanto desfiadeira, Então isso pra nós mudou o nosso ritmo de vida.

_ Então virou uma tradição da Ilha?

_Virou uma tradição e incentivou a comunidade a abrir os olhos, porque hoje nós temos vários restaurantes vendendo as moquecas do seu próprio sustento que são pescados e também nós nos mobilizamos mais na venda. Valorizar o que temos, porque antes vendíamos a qualquer preço. Hoje nós temos siri tabelado. Hoje, nós estamos vendendo a R\$ 18,00 o quilo. Antes quando começamos a Cooperativa nós vendíamos a um preço de R\$ 6 ou R\$ 7 reais num prazo de trinta dias pra receber. Hoje, isso aí não existe mais. E cada vez mais as mudanças vão acontecendo, e não só pra gente, pra Ilha inteira. A ilha hoje está toda mobilizada na parte do turismo. O turista gosta de ver isso, o tratamento, inclusive estamos trabalhando pra melhorar cada vez mais.

_ O turismo nacional e internacional realmente dá valor ao serviço oferecido, se a pessoa está atendendo bem...

_ Este mês que passou, nós atendemos a muito paulistas aqui na cooperativa, assim como de tudo quanto é lugar do país. É da Alemanha, é da Inglaterra, Esta-

dos Unidos. E o que eu vejo é que eles gostam do trabalho e querem saber o que é desfiadeira. Aquilo ali cativa a gente. Então, pra nós, realmente crescemos bastante.

- Lelete quantas pessoas estão associadas e quantas efetivamente trabalham?

- Olha, somos em 27 mulheres associadas, trabalhamos com dois garçons contratados, e na ativa estamos com 14 mulheres.

_ Bom, primeiro formou-se a Cooperativa e depois a Cooperativa virou restaurante?

- Bom, quando nós trabalhávamos nas nossas casas, nós não suportávamos o período do defeso e hoje nós temos um projeto da Rota Manguezal que é coligada com o meio ambiente. Então, nessa parada do defeso nós já temos um meio de estar recebendo do governo e também nós pegávamos qualquer coisa, desfiava e a gente não estava ligando pra nada, pro desmatamento. Então hoje nós respeitamos essa parada. E pra você conseguir trabalhar com essas mulheres sendo que cada uma tem uma cabeça diferente, você precisa ser uma pessoa de postura, uma pessoa de respeito, e é o que sou hoje.

E quando você me fez a pergunta “quando a gente se desenvolve”, só fazendo esses cursos é que a gente aprende, como a gente muda e como a gente cresce. Pra falar a verdade pra mim eu só tenho a dizer: sucesso.

_ O que é necessário para uma pessoa se tornar associada ?

Quando começamos a formar a Cooperativa, nós íamos precisar de presidente, vice-presidente, e dentro do estatuto nós fomos pedindo uma verba de cada uma. Atualmente, nós mudamos. Nós pagamos uma taxa de R\$ 10,00 que se chama cota-parte e essa cota é um giro da Cooperativa para que quando as pessoas não quiserem mais ficar, elas pegam de volta, e a gente na hora de negociar devolve isso em parcelas. Tudo foi estudado num estatuto aprovado por todos.

Hoje, para uma pessoa se tornar associada ela tem que pagar praticamente quase tudo que nós já estamos pagando.

_ Então, hoje em dia está mais difícil de uma pessoa se tornar uma associada?

- Não, não que está difícil, mas por exemplo, se tem pessoas que querem entrar aqui, eles querem entrar mais nem é pra trabalhar não, é porque vêem que nós com tanta dificuldade conseguimos ganhar um pouquinho mais. E não valorizaram muito quando começamos, não acreditaram no nosso trabalho. Isto não impede também que os associe, mas nós estamos precisando mais que estejam capacitando este pessoal para que venham como garçons, cozinheiros, porque hoje na parada do defeso, a culinária depende de outro tipo de mão-de-obra como garçonete etc. A produção ainda é pouca para estar colocando pessoas e depois não ter como pagar.

_ Eu percebi aqui na Ilha, conversando com as pessoas, que existe um certo ciúme em relação à Cooperativa, como se fosse uma coisa mais privada, mais fechada...

- Isto é em função disso, porque quando iniciou as pessoas não deram crédito e agora pra entrar também não tem produção suficiente. Logo que a gente começou, realmente gerou uma série de ciúme. A necessidade de vendas mesmo. Cooperativa? O povo fica curioso. O que será cooperativa? O eles tem lá de melhor, vamos lá ver o que eles tem. E antigamente, as pessoas vinham comprar na casa de Pedro, de Maria, levavam 2 kg de siri. E tendo uma cooperativa, sai muito merchandising, sai muito na "A Tribuna". Com o tempo- nós já vamos fazer quatro anos- isso aí incentivou para que eles também aprendam a valorizar e a trazer para a cooperativa aquilo que vai virar um padrão. Porque o siri não tinha valor e o siri é valorizado não só na Cooperativa, mas na Ilha toda.

Existe também um padrão de qualidade. Hoje é muito difícil uma pessoa aqui na Cooperativa trabalhar sem uma touca na cabeça com os pés no chão, uma pessoa suja desfiando o siri, porque sabe que não vai vender. Antigamente as pessoas não se importavam, eu mesma cansei de desfiar siri na beira-mar para atrair o cliente, a gente não podia ver um carro que ficávamos chamando com a mão, oferecendo. Agora, hoje não precisamos disso. Graças a Deus, o melhor está aí.

_ Lelete, qual a sua expectativa futura para a Ilha das Caieiras em relação a todos estes projetos Rota Manguezal, você considera positiva de maneira geral? Gostaria que você desse sua opinião.

- Eu acho o projeto viável. Nem todo mundo tem a mesma cabeça, mas se pensar direitinho dá pra todo o mundo, porque os cursos são para aperfeiçoar naquilo que você sabe fazer, principalmente estes cursos que eles estão dando aí de artesanato. As pessoas estarem colocando uma barraquinha na praça para venderem suas coisas que foram feitas nestes cursos. Estar valorizando o jereré, o puçá. Então estes cursos vão estar ocupando essas pessoas que não tem renda. Nós como desfiadeiras passamos por vários instrutores e acabamos na mão de um só.

No dia da assinatura do convênio do SEBRAE com a prefeitura, eles pediram que tivessem paciência com as pessoas. Nós somos descendentes de índios, nós somos pessoas difíceis, principalmente na área de pesca. Os caranguejeiros são pessoas atrasadas, o pescador mais ainda. Hoje quase todo mundo aqui já está procurando outros meios de sair da pesca, porque há muito tempo estão dizendo que a pesca vai acabar. Essa pesca que vai acabar é essa pesca predatória que vão tirando tudo do fundo do mar. Isso aí já melhorou bastante, não tem mais quase pescador desse tipo, esses empresários que vêm de fora com barco grande já não tem mais. Hoje a pesca é mais artesanal.

_ Em relação a lideranças e mobilização popular, existe aqui na ilha E se existe, as lideranças estão conseguindo fazer um trabalho ?

- Eu acho difícil. Nem todo mundo. Tivemos os membros da família D.Laura na década de 60, quando várias pessoas se envolveram para conseguir melhorias pra Ilha, pois não tinha água, não tinha luz. Hoje em dia dá aquele cansaço por estar se desentendendo com um e com outro por pequenas coisas. Os moradores ficam com um pouquinho de medo.

_ A maioria dos moradores deveriam estar se unindo porque vem muita coisa por aí.

-Agora eu digo pra você : essa união fica difícil sabe porquê?. Nem todo o pessoal aqui do bairro são liberados pra nada, os homens são muito machistas.

_ Por que as mulheres são as lideranças aqui?

- Os homens já foram criados assim. Estudar até um certo ponto e depois cair no mar porque vai ganhar mais dinheiro. Eles são atrasados mesmo, eles têm essas dificuldades.

Nós passamos um pouco dessa experiência para algumas pessoas. Alguns pescadores já estão trabalhando em outras áreas, na Queiroz Galvão, já procuraram sair do mar para outras coisas. Quer dizer, não querem mais se envolver com siri, porque trabalhar com coisa de pesca não é fácil. Você um dia tem, outro dia não tem.

_ Até hoje não tem um espaço pro movimento comunitário, isto dificulta um pouco, não é?

-As pessoas se reúnem na igreja e também as pessoas podem se reunir aqui na Cooperativa. Eu cedo o espaço sem problema nenhum.

-Não existe também uma integração real da prefeitura e a comunidade para discutirem estes programas e projetos. Eles definem o programa e daqui a pouco eles vão começar a executar. Acho que eles não estão dialogando com a comunidade?

- Interrupção

-Quando começamos a trabalhar em conjunto você não aceita as regras. Eu sou presidente, mas participo de tudo, vou na cozinha, estou na administração. Nós tivemos uma série de problemas com as pessoas que saíram e não estavam registrados como cooperativa ainda. A maioria das pessoas tinha um emprego fora. O siri era uma coisa extra para nós, mas para certas pessoas não era, era uma sobrevivência mesmo. Quando a prefeitura viu esse grupo de 49 mulheres quis formar a cooperativa. D.Laura já tinha experiência e ela não quis entrar, mas ela deu muita força pra gente. A cooperativa ficou fechada por questão de briga de poder. “Eu sou a presidente, eu quero ser a vice-presidente. Com isso, a gente estava perdendo espaço. Eu me afastei um pouco porque fiquei grávida de gêmeos e pedi conta na prefeitura. Só que eu não podia viver só do siri. A prefeitura fez uma reunião para que a gente se decidisse: ou a gente se reunia ou isso aqui ia fechar. Olha o que nós demos de resposta: as pessoas que antes estavam ligadas à Cooperativa como a Simone, a Rosane não quiseram mais participar e saíram. Daí nós precisamos fazer um registro das pessoas que ficaram. Poxa, um trabalho tão bonito, uns cursos tão interessantes, nós vamos jogar tudo pro alto? Isso é burrice. Eu também sempre fui um pouco agressiva, não gostava de conversar fiado, não. Enfim, nós lutamos tanto, pra morrer no seco? Aí eu falei : eu aceito ser presidente. Vou dar meu nome e seja lá o que Deus quiser. Aí 47 mulheres me deram voto. Na verdade tem que ter espírito de liderança para levar a organização pra frente. Eu

vou assumir, vocês me deram a presidência, só que tem uma coisa, agora eu vou precisar de pessoas do meu lado até eu saber desenvolver o trabalho. Eu fiquei assim tremendo, meu Deus onde fui me enfiar? Como essas pessoas vão me respeitar? Aí me falaram: “você não vai trabalhar sozinha, vai trabalhar com uma assistente social e com um instrutor por um período de 6 meses.”

Hoje eu sei fazer todo esse trabalho que você está vendo, eu aprendi a comprar, a vender, saber o custo daquilo que eu estou negociando e também valorizar o trabalho que as meninas faziam em casa.

- Lelete, hoje você é uma liderança aqui na Cooperativa, por que não juntar essa força com as demais lideranças e dar uma balançada no povo pra ver como é que fica a Ilha com esses novos projetos, ou seja, promover um intercâmbio maior de negociação com a prefeitura?

-Tudo que depender de mim, eu estou para ajudar.

MARIA CRISTINA Pereira da Silva Bernadino

40 anos, presidente da Associação dos Pescadores e das Desfiadeiras da Ilha das Caieiras

_ Como está o trabalho da Associação?

Nós estamos fazendo um trabalho com a comunidade. Esta associação existe há 16 anos, e eu assumi em maio de 2003. E nós estamos começando um trabalho agora de reivindicação de comodato, de melhorias para nossa comunidade, inclusive estamos participando dos projetos turísticos que o SEBRAE montou aqui pra Ilha das Caieiras. Nós estamos ajudando a coordenar este projeto e nós estamos com várias expectativas de melhorias: melhorias para todos os pescadores, todas as desfiadeiras, enfim, todos os moradores. Melhoria da vida econômica de cada um em todos os sentidos.

_ Você considera que estes projetos voltados para o turismo vão ser revertidos para a comunidade ou só vai atender o empresariado. A população está se envolvendo para tentar se beneficiar destes projetos?

- Eu acredito que vai acontecer melhorias sim, em todos os sentidos, tanto pra quem já tem restaurante e quem não tem, pra quem vai começar. Vai haver ampliação das frentes de trabalho para a população e assim cada um vai melhorar gradativamente segundo deu esforço.

_ E como está se desenvolvendo este projeto do SEBRAE?

Este convênio Prefeitura /Sebrae já está começando a ser trabalhado. Neste projeto vai acontecer artesanatos, e várias frentes de trabalho vão estar sendo abertas para as pessoas comercializarem seu próprio produto.

_ O projeto Sebrae envolve as escolas daqui ou só estão envolvendo mais as associações?

- O projeto está mais ligado à comunidade, aos pescadores e às desfiadeiras mesmo.

_ E como está organizada a pesca aqui? Vocês estão dando ênfase à pesca artesanal ou ainda se faz a pesca de balão? Como vocês estão pensando isto na associação?

-No momento nós estamos conscientizando os pescadores e mostrando para eles a necessidade de criação dos peixes, porque aqui é o lugar do criadouro. Então, os peixes vêm de fora para desovar aqui no mangue para depois voltarem ao mar. Então nós estamos conscientizando os pescadores para comprarem barcos maiores e irem pescar lá fora. Inclusive nós estamos pedindo ajuda do governo para dar condição ao pescador de estarem comprando estes barcos. Nós da Associação fizemos convênio com o Banco do Brasil, inclusive já estamos conseguindo financiamento do “FAT” que é uma verba pequena, mas que depois vai aumentar gradativamente.

_ Existe um certo conflito na fiscalização da pesca e do mangue entre os diversos órgãos- Capitania dos Portos, Ibama, Seama- porque uns tem poder de polícia, mas não têm equipamentos para estar trabalhando. Como vocês entendem esta questão?

- A fiscalização é precária, mas ela tem ajudado a conscientizar. O pescador também não pode tomar um esbarro de parar de pescar, senão ele não vai saber nem como sobreviver mais. Os pescadores estão se conscientizando, estão vendo que eles têm que melhorar a qualidade da pesca e ir para o alto mar, deixando esse lugar aqui só para a pesca artesanal.

-É por isso que vocês estão pleiteando a ajuda do governo para comprarem esses barcos?

- Sim, nós estamos precisando da ajuda do governo.

_Como você considera a importância da paisagem no cotidiano dos moradores?

-Privilegiados. Porque esse local que nós vivemos é lindo e limpo. Nós respiramos aqui um ar puro e aqui nós temos este privilégio. Agradecemos a Deus e queremos conservar isto, especialmente a Ilha das Caieiras que é nosso local de vida.

- A paisagem aqui é única. Existe o mangue, o maciço e a baía . Tudo é indissociável.

-Eu tenho 40 anos, mãe de 6 filhos. Eu quero viver aqui até uns 100 anos

- Eu, Maria Cristina, fui a primeira presidente da Cooperativa das Desfiadeiras de Siri, que hoje se tornou um restaurante. O nosso objetivo era de formar ali uma cooperativa até para exportar siri. Este era o nosso projeto, só que a prefeitura entrou com o Pronager e transformou aquela cooperativa em uma empresa da prefeitura Municipal de Vitória, regida por uma regional deles. O que é vendido lá é das desfiadeiras, mas todo o material que tem, freezer, tudo é da prefeitura. O prefeito Luís Paulo é que começou e está até hoje manipulando e organizando. Inclusive o projeto que o Sebrae assinou junto á prefeitura já foi desviado para uma ONG. Eles criaram uma ONG da banda de congo da Ilha das Caieiras e estão usando pessoas que são funcionários da prefeitura para coordenar o projeto do Sebrae.

_ Por que foi criada essa ONG?

A ONG foi feita pro Congo -mirim da Ilha das Caieiras. Agora eles já querem pegar o Museu que vai ser criado e entregar na mão dessa ONG e deixar a Associação sempre de fora. E nós estamos lutando contra isso. Nós vamos cair de cabeça em cima deles. O nosso trabalho está sendo desvalorizado por outras pessoas que não são da Ilha das Caieiras. São pessoas que moram no São Pedro como o nosso prefeitinho daqui. Na hora de ganhar o grosso nós daqui da comunidade estamos perdendo, porque os de fora estão vindo e ganhando, inclusive ele(o prefeito de Vitória) já até comprou um restaurante - o Teresão - que tem como testa de ferro o vereador de São Pedro, o Aluísio Varejão. O prefeitinho sempre foi morador de São Pedro e queria integrar a Ilha das Caieiras a São Pedro. E nós lutamos para que a Ilha não fosse destruída.

_ Como foi formada a ONG ?

A associação dos pescadores é a ONG daqui que foi criada por dois professores da escola do FLA que trabalham com cultura. Estes professores que pertencem a essa ONG é que estão assumindo todos os projetos aqui da Ilha.

_ Eles não convidam vocês para discutirem os projetos?

-Agora que o projeto está com o dinheiro na mão que eles estão precisando de nós.

SIMONE Leal

28 anos, moradora, desfiadeira e faz parte do movimento comunitário

- Eles resolveram convidar a comunidade porque eles têm a verba na mão e o projeto, mas a cultura, as tradições e o apoio quem tem é a comunidade.

-Simone, o que você pensa desta nova perspectiva de ampliação do pólo turístico colocada para Ilha das Caieiras?

- Nós estamos acreditando que estes projetos vão beneficiar as famílias, porque vão gerar emprego e renda para essas famílias. Nós vivemos da cata de siri, mas agora nós vamos viver também com o turismo, lembrancinhas produzidas pelo artesanato.

_Nas reuniões do movimento já se discute estes projetos? Alguns moradores já estão pensando sobre isso ou para eles esta questão ainda está longe?

- Já existe sim, porque na medida em que nós somos convidadas para participar dessas reuniões, já é um caminho que está se abrindo.

- Eles não apresentaram ainda o projeto do Pólo Turístico aqui na comunidade da Ilha das Caieiras, não?

-Nós já estamos acompanhando este projeto. Eu e Cristina estamos coordenando este projeto.

MARIA CRISTINA

-Como vocês sentiam a Ilha das Caieiras na época da infância ou juventude,antes da invasão de São Pedro, porque a Ilha tem um sítio geográfico muito particular? Por isso acho que vocês estão certas ao tentarem preservar o nome assim como o local, porque realmente é diferenciado do resto da região.

- Aqui dentro da Ilha quando éramos crianças, existia muita união, muita paz, todo mundo se respeitava. Era uma família só. Minha avó foi praticamente fundadora da Ilha.

_ Felicidade Corrêa dos Santos?

- Essa era minha bisavó. A minha avó é D.Maroca. Ela foi a primeira desfiadeira da Ilha das Caieiras. Ela que inventou de desfiar o siri, primeiro foi para comer, depois foram comercializar lá no mercado da Vila Rubim.

_ E na época da invasão de São Pedro, vocês se sentiram ameaçados?

- Foi uma coisa muito brusca que aconteceu aqui na Ilha das Caieiras, porque nós convivíamos famílias, todo mundo unido, aí chegou um monte de gente de fora, invadiu o mangue, destruíram tudo. O mangue de onde tirávamos sururu, eu pescava até siri-açu aqui do lado onde é o São Pedro I. Aí veio o lixo, um cheiro horrível, foi um começo muito difícil, mas que agora já estamos até integrados a este povo.

-A paisagem é privilegiada. O foco agora é a Ilha das Caieiras especialmente pelo lado cultural e ambiental.

- Inclusive aqui na Ilha das Caieiras é proibido se fazer casas em qualquer lugar, tudo é controlado.

- O próximo passo é incluir a Ilha das Caieiras como patrimônio histórico...

- Acredito que sim, as desfiadeiras também. E eu vou estar incluída neste contexto cultural.

- O que era o Sítio do Jacaré?

- Ali dentro tinha jacarés, aí ficou o Sítio do Jacaré. A família ajudava a população e nós íamos lá pegar água, lavar roupa, porque lá tem uma nascente.

_E como está o saneamento básico da região?

- O saneamento básico é ótimo, porque aqui nós temos energia elétrica, água encanada, esgoto, inclusive vai ser feito um tratamento de esgoto especializado. Já existe até a verba de um empresário.

_ E como foi o impacto da violência na área de domínio da Ilha das Caieiras?

- A Ilha das Caieiras há uns vinte anos antes da invasão era uma comunidade calma, tranqüila. Hoje nós temos realmente a violência, justamente por causa do aumento da população. Temos 38.000 habitantes na Grande São Pedro. E aconteceu que hoje existe violência.

-È por isso que estou perguntando, com o turismo haveria uma forma de inibir a violência? Se você vai para um lugar, por mais bonito que seja, as pessoas passam a pensar duas vezes. Vamos citar a cidade do Rio de Janeiro, maravilhosa, a violência está afugentando o turismo. Como vocês estão pensando esta questão?

-Vitória aumentou muito. Chegam muitas pessoas desconhecidas e trazem problemas para dentro da comunidade e isso aconteceu aqui dentro da comunidade. Acredito que esse problema vai ser solucionado. A prefeitura vai estar dando condições de trabalho, dando melhorias para as pessoas. Muita das vezes as pessoas roubam, porque não tem o que comer.

_ Antigamente a LBA estava envolvida com a comunidade. Hoje, qual órgão está mais presente na comunidade?

- A Prefeitura Municipal de Vitória no todo. Existem vários projetos que estão sendo executados dentro da comunidade como o Projeto Terra, o Pronager.

- Cristina, você poderia falar sobre a atuação do Projeto Terra, se eles dialogam sobre a forma de implantação das propostas?

- O Projeto Terra já vem atuando há alguns anos. Existe essa participação, mas de uma forma de cima pra baixo. A forma eles definem como querem implantar. A Cooperativa que foi um objetivo nosso da comunidade que nós buscamos junto à prefeitura, hoje não faz mais parte do contexto da comunidade. Hoje nós não temos mais acesso e isso é que nós queremos acabar. Nós estamos querendo pegar o controle para que eles não venham criar novas cooperativas e associações e estar direcionando da forma que eles acharem melhor.

Reunião com D. MAROCA, D. EUZA, ROSANE, CRISTINA E SIMONE

-Rosane, você quer falar sobre o que você pensa sobre a Ilha das Caieiras para o futuro, projetos, se a paisagem vai mudar ?

- A paisagem já mudou em vista do que era antes. Mudou demais, depois da Rota Manguezal que o prefeito vem investindo, está melhorando mesmo. Todo dia tem gente de fora, turista(Rosane).

_ Eles compram o siri desfiado na mão das desfiadeiras autônomas ou na Cooperativa?

- Cada morador faz seu trabalho individual em suas próprias casas(Cristina).

-A Cooperativa foi criada para isso. Nós estudamos a fundação da Cooperativa. E o objetivo era tirar as desfiadeiras da porta de casa para levar pra dentro da Cooperativa, mas não foi isso que aconteceu (Rosane).

-E hoje quem está organizando a Cooperativa. Algumas pessoas que desfiam?

-É um grupo de mulheres que tem lá. Um grupo de 10 a 12 mulheres que estão lá. Essas são moradoras daqui. Elas não são funcionárias e o dinheiro que elas tiram são delas , retirando uma taxa de manutenção(Cristina).

_ Então a Cooperativa não está aberta a todos?

- Não é aberta, não foi a proposta que nós estudamos. Até para comprar nosso próprio marisco, a Cooperativa não compra. Graças a Deus que nós temos nossos fregueses (Rosane).

-E as pessoas que compram na Cooperativa estão achando que estão beneficiando toda a população, não é mesmo?

- Isso que é colocado nas entrevistas que são dadas, inclusive a Lelete que é a presidente, isto porque ela foi direcionada para estar dando reportagem dizendo que a Cooperativa é da comunidade e agora o prefeito vai acabar o mandato e elas vão ter que entregar a Cooperativa(Cristina).

- Quando Luís Paulo fez a Cooperativa para beneficiar todas as desfiadeiras, mas depois esse grupo foi se fechando e hoje só se encontram aquelas mulheres lá dentro(Simone).

-Pode-se dizer que elas traíram um pouco a comunidade?

-Foi colocado assim. A associação solicitou a formação dessa Cooperativa, que na época era Eliana a presidente. Então o Pronager entrou fazendo este trabalho, organizando, dando cursos. E depois que eles conseguiram montar a cooperativa, eles fizeram uma mobilização política e formaram dois grupos: um se mobilizava pela comunidade e outro pela prefeitura (Cristina).

- O que vocês pensam da forte divulgação da mídia em relação a Ilha das Caieiras?

- A mídia entrou aqui dentro da Ilha das Caieiras junto com a Prefeitura de Vitória. A mídia entrou forte e a prefeitura está fazendo projetos, mas só que o povo da Ilha das Caieiras continua pobre, miserável. Então o dinheiro daqui está sendo desviado para algum lugar. Nós acreditamos que está sendo desviado para a Secretaria de Ação Social, porque lá já foi divulgados filmes, livros, reportagens divulgadas até no exterior. E nós aqui não temos resultado e o povo sempre precisando de melhorias. Existe site, e nisso tudo vem "bola de fora", eles querem ajudar, porque o povo rico gosta de ajudar o pobre, mas não é repassado aqui pra Ilha das Caieiras. Eu sou liderança e quero saber onde está indo esse dinheiro.

_ Isso vocês têm que estar colocando quando eles vierem apresentar os projetos, como eles vão estar ajudando o movimento comunitário a fazer sua sede, tudo isso.

- Eles têm que vir direto na fonte, nós que somos lideranças, não procurar o prefeitinho que é ligado à prefeitura, o Projeto Terra que é da prefeitura, senão nós vamos sempre perder. Nós vamos trabalhar para os outros enriquecerem (Cristina).

- Isso aí que Cristina está falando que querem ajudar o pessoal da Ilha. O pessoal quer ajudar sim, porque nós ficamos sabendo numa reunião que tem um anjo enviado por Deus que está querendo fazer a rede de esgoto da Ilha das Caieiras todinho. Já existe esse dinheiro de um empresário que quer fazer isso para nós (Simone).

EUZA Correa - filha da D. Felicidade
68 anos, antiga moradora, desfiadeira

_ Como a senhora que é moradora antiga está vendo o projeto Pólo Turístico proposto pela Prefeitura?

- Muito bom. Eu nasci aqui, né, há sessenta e oito anos. Minha mãe veio lá de Santa Leopoldina. Meu pai morreu. Eles vieram de lá em setembro, meu pai morreu em outubro, eu nasci em novembro. Eles vinham de canoinha e passavam na Ilha das Caieiras, mas naquela época não tinha esse movimento. Eram poucas famílias.

_ A população de Vitória que não conhecia Caieiras está vindo aqui para passear, conhecer. Na medida em que eles vão investindo o fluxo tende a ser maior, não?

- *Agora está bem melhor, o que nós passamos aqui, hoje nós estamos no paraíso.*

_ A senhora trabalhava como desfiadeira?

- Desfio até hoje. Eu era funcionária da prefeitura e me aposentei há três anos.

- Como a senhora vê o manguezal e a paisagem daqui?

- Muito bom, antigamente. Hoje eu não vou mais nem minha irmã, mas a gente foi muito no mangue, tirar ostra, sururu.

-A senhora já conhecia aquelas fases do caranguejo, do defeso, da andata ou não, ficou sabendo depois que tinha que respeitar o ciclo?

- Isso aí não respeitava. Na época em que eles andavam é que a gente pegava bastante caranguejo. O caranguejo vinha quase dentro de casa, mas a gente pegava era mais para o consumo da gente.

_ Não chegava a comprometer?

- O pessoal vive disso, a população muito grande. Quando começamos a desfiar siri era novidade. Nós estamos até sem siri, porque os que pegam são eles mesmo que desfiam.

_ A senhora participava do movimento comunitário na década de 70. Existia uma senhora que era responsável pela liderança?

- Foi minha irmã Laura, a primeira presidente do movimento comunitário da Ilha das Caieiras.

- Porque houve um ápice no movimento popular e depois caiu essa participação?

- Caiu bastante. Naquele tempo era a LBA que dava muito curso aqui na Ilha. Hoje é o SEBRAE. Nene (vereador) nos ajudou muito na Ilha. O nome das Caieiras é por causa do pai de Nene que tinha fábrica de cal.

_ De onde era retirado esse cal?

- Esse cal era retirado do fundo do mar das conchas. Hoje a gente sabe porque morria tanta criança, era poluição da fábrica. No dia que queimava cal a gente não enxergava um nem outro de tanta fumaça. Era tanta fumaça que a Ilha ficava coberta de fumaça.

-E o Nene não sabia que fazia mal à população?

- Não tinha essa informação que tem hoje. Não sabiam.

D. MAROCA

80 anos, moradora antiga, uma das primeiras desfiadeiras

_O que a senhora está pensando do pólo turístico da Ilha das Caieiras, se vai ser bom para os moradores ou não, a senhora que é moradora bem antiga aqui?

- Bom, eu espero melhoras.

-Era bem diferente de quando a senhora chegou aqui?

-Bem diferente. Ali onde tem aquelas casas era tudo água e as casas eram de estuque.

-A senhora foi das primeiras desfiadeiras?

-Todo mundo que morava aqui desfiava para comer, mas para vender eu fui a primeira a desfiar.

OFICINA DE CONCHAS - 16 de janeiro de 2004

Coordenação - Ana Izis Reis Silva

Entrevista a Ana Izis.- artesã e ex-moradora do bairro Santo Antônio na Baía Noroeste

_ Ana, qual é a sua expectativa desse projeto do SEBRAE em relação a comunidade? Você considera que irá despertar uma nova dimensão aos moradores em seu cotidiano local?

- É um prazer estar na Ilha das Caieiras ensinando o artesanato, embora eu não esteja mais morando aqui. Eu espero que as pessoas aprendam comigo e tenham até mais criatividade para geração de renda, uma forma de sobrevivência.

_ O que você pensa desse Projeto Pólo Turístico, você acha que trará benefícios pra Ilha?

_ Vai haver benefícios, pois já está beneficiando a mim, imagine criando mais artesãos na Ilha das Caieiras. Por isso que o pessoal está interessado, pois já viram meu progresso na Ilha das Caieiras.

_A paisagem da baía Noroeste deu muito significado à sua obra?

- Principalmente o manguezal. Nós aproveitamos a madeira, os corais, os búzios do mangue para produzir o artesanato, não somente os materiais provenientes da praia,

embora o material do mangue dê um pouco mais de trabalho na limpeza, coisas lindas são criadas com eles.

_ Então o material utilizado nas oficinas é tanto da praia como do mangue?

- Sim, por que aqui também está mais próximo dos moradores, mais fácil.

_ O interesse e a criatividade são despertados pela paisagem?

_ Principalmente na madeira do mangue, como já despertou a minha mente na confecção de uma peça que já foi vendida lá para Sergipe.

_ Enfim, você acha que o pessoal está interessado e participando das oficinas?

- Por enquanto, a expectativa é grande, as vagas são para 60 pessoas.

_ A senhora participou de todas as atividades da oficina (de conchas)?

- Todos. Fomos dois dias catar conchas. Não é moleza, não. Estou toda quebrada.

_ Qual foi o interesse despertado na senhora para participar da oficina?

- Eu já estou na terceira idade, aí a gente faz uma higiene mental. Eu mexo no ramo de comércio de bar, e eu não quero ficar nisso a vida toda até a morte, não. Eu quero aprender a fazer alguma coisa, mudar ...

_ Há quanto tempo a senhora tem bar aqui na Ilha das Caieiras?

- Aqui na Ilha das Caieiras tem dois anos, mas tem 22 anos que eu trabalho no ramo de bar.

_ A senhora mora aqui ?

- Sim, moro aqui.

_ A senhora acha que esta atividade promovida pela oficina pode estar no futuro ajudando no sustento da família?

- Pode ser e também é uma terapia de vida, ajuda a mente.

_ Então, a senhora está com uma expectativa positiva em relação a este projeto do Sebrae?

- Estou muita animada.

_ Em relação a finalidade do Sebrae, a senhora acha que ele vai chegar até onde?

- Ajudar a comunidade a progredir, abrir um espaço na nossa vida.

_ A senhora sabe que este projeto está ligado a outros projetos da prefeitura?

- Acho que não.

_ A senhora já ouviu falar da Rota Manguezal?

- Já.

_ A senhora acha que tem possibilidades do aumento do turismo aqui na Ilha?

- Tem muita coisa a ver. O pessoal que vem de fora, ele quer conhecer o que sai do mangue, tudo que diz respeito ao mangue.

_ A senhora está percebendo maior assiduidade de pessoas visitando a Ilha?

- Acho que sim.

ANA MARIA

12 anos, adolescente moradora da Ilha

_ Você foi convidada a participar da oficina, está gostando?

- Estou gostando muito.

_ Você nunca tinha trabalhado com algum tipo de artesanato?

- Nunca, a primeira vez.

_ E a escola que você estuda é aqui na Ilha das Caieiras?

-É, sim.

_ Você na escola realiza algum tipo de oficina que trabalha o ecossistema manguezal?

- Não, só desenho, mas trabalho de artesanato, não.

_ Qual a sua expectativa em aprender trabalhar com artesanato?

- Eu penso em fazer um monte de coisa, fazer pra vender, montar um "negocinho" pra mim.

_ Você está fazendo com alguém da família?

- Eu, minha irmã e minha cunhada.

_ E depois vocês pretendem trabalhar juntas?

-Sim

_ A sua expectativa em relação ao projeto Sebrae é boa? Está sendo boa participar da oficina?

-Está sendo ótimo.

_ O que você pensa do Projeto Rota Manguezal a ser implantado pela prefeitura? Você conhece?

- Não, não estou sabendo não.

- Existe uma perspectiva futura de aumentar o turismo aqui. Você acha que é bom para os moradores?

- Eu acho que é bom, muito bom.

OFICINA - BISCUIT

Iamara Barreto Du Bois - 12 anos

_ Iamara, é a primeira vez que você está participando dessa oficina?

- Sim.

_ Por que você está participando?

- Porque eu acho muito interessante fazer bonequinhos, mexer com massa... Gosto de mexer com biscuit.

_ E depois dessa oficina você pretende continuar mexendo com artesanato?

_ Não sei.

_ Então, por enquanto você está aqui só aprendendo?

- É.

_ Você conhece esse projeto da Prefeitura chamado Rota Manguezal?

- Um pouco.

_ De onde, da escola?

- Sim.

_ Na escola eles trabalham com vocês sobre o mangue?

- Trabalham.

_ Que tipo de trabalho eles fazem na escola?

- Desenhos.

_ E você coloca a impressão do lugar que você mora?

- Sim.

_ Então participar da oficina está sendo legal pra você?

- Exatamente.

AMÉLIA ROSA - 35 anos

_ É a primeira vez que você está participando de uma oficina?

- É a primeira vez.

- Por que você veio participar?

-Fui convidada e achei interessante aprender.

_Explicaram o objetivo da oficina?

- Explicaram hoje, porque é primeira vez que a gente vem. O SEBRAE vai montar uma feirinha aqui na pracinha da Ilha e as pessoas que estiverem interessadas e só ingressar nos cursos que estão tendo nas oficinas de conchas, de biscuit. As pessoas vão ter oportunidades de venderem seus trabalhos principalmente para os turistas que vem de fora.

_ Você trabalha fora?

- Não, só aqui mesmo. Eu participo do Movimento Comunitário de São Pedro 1.

_Você tem perspectiva de gerar renda com o artesanato?

- Tem sim, não só eu como as outras pessoas. Vai melhorar pra gente.

- Você já ouviu falar do Projeto Rota Manguezal da Prefeitura?

_ Rota Manguezal? É já ouvi falar que está proibido pesca de marisco agora, né?Proibido pegar caranguejo porque é época de desova agora. Inclusive meu amigo foi pegar e tomaram tudinho dele e soltaram de novo.

-Em relação ao projeto Rota Manguezal que tem por finalidade incrementar o turismo, você não sabe nada a respeito?

- Isso aí, eu não estou sabendo, não. Estou sabendo agora.

- Essas oficinas do SEBRAE já são o primeiro passo para dar início ao processo do turismo, mas parece que o SEBRAE não explicita isto claramente?

- Não.

referências bibliográficas

ABE, André. **Grande Vitória ES: crescimento e metropolização**. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

ALMEIDA, Renato. **Manguezal do Canal da Passagem - Vitória-E.S: conteúdo e transferência de nutrientes na fração de folhas da serapilheira**. São Paulo, 2000. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Oceanografia da USP.

ALVES, André. **Os argonautas do mangue**. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Biologia da Universidade de Campinas.

ANDRADE, Oswald. Manifesto antropófago. **Revista de Antropofagia**, v.1, n.1, p. 3,7, 1928.

APPADURAI, Arjun. **In modernity at large: cultural dimensions of globalization**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.

ARACRUZ CELULOSE S.A. **Formação do pólo industrial de Aracruz-Infra-estrutura básica**. 1977. Relatório.

ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Erminia. **A cidade do pensamento único**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

ARAÚJO FILHO, José Ribeiro. **O Porto de Vitória**. São Paulo: Ed Gráfica Cairu, 1974.

AUGÉ, Marc. **Não-Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. 4. ed. Campinas: Papyrus, 2004.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO, 1975. Relatório interno.

_____. **Espírito Santo Séc. 21. Os grandes diretores do processo de transformação do E.S**. Vitória: 1998

BARBOSA, Isabella et al. **Projeto de Revitalização do Centro de Vitória**. Vitória, 1986. Trabalho de Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo.

BENJAMIN, Walter. Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo. In: **Walter Benjamin**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar - a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

BOUDEVILLE, J. **Os espaços econômicos**. São Paulo: Difel, 1973.

BRABHA, Homi. Of mimicry and man: the ambivalence of colonial discourse. In: **The Location of culture**. London: Routledge, 1994

BRAGA, T. Risco, conflito e política ambiental sob o signo da (Mono) indústria: um estudo sobre a bacia do rio Piracicaba (MG). In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO (ABEP), 10., 1996. **Anais**. Caxambu, ABEP, 1996. V.2, p. 1253-72. BREITBACH, A.C.M. **Estudo sobre o conceito de região**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1988. 96p. (Teses,13)

- BURKETT, Paul. **Marx and nature: a red and green perspective**. Nova Iorque: St. Martin's Press, 1999.
- CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira. **O Novo Arrabalde: aspectos da formação urbana de Vitória**. São Paulo, 1985. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP.
- _____. **A construção da cidade. Formas de produção imobiliária em Vitória**. Vitória: Flor e Cultura editores, 2002.
- CANADIAN INTERNATIONAL DEVELOPMENT AGENCY; University of British Columbia; Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo; Prefeitura Municipal de Santo André. **Mananciais sustentáveis. Desenho da paisagem urbana para assentamentos de baixa renda. Santo André - S.P.** Copyediting by Christine Evans, University of British Columbia, 2002.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CARMO, Tânia Mara Simões et al. Os manguezais da Baía de Vitória, Espírito Santo: um ecossistema ameaçado. **Revista Brasileira de Biologia**, p. 801-818, 1995.
- CARR, Stephen, et al. **Public Spaces**. Cambridge: University Press, 1992
- CASTELLS, Manuel - **La question urbana**. 2. ed. Madrid: Siglo Veinteuno, 1976.
- CST. **Estudo de viabilidade**. Relatório final. Vitória: CST, 1974.
- _____. **Companhia Siderúrgica de Tubarão. Estudo de impacto ambiental - EIA/RIMA "ALTO FORNO I"**. Vitória: CEPEMAR, 1996. 4V.
- CURBANI, Sáira Glazar. **Henrique Novaes em diferentes momentos: Plano Geral da Cidade de 1917 e Plano de Urbanização de Vitória de 1931**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 1998.
- DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis** - para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- DEBÓRD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DEGREAS, Helena Napoleon. **Paisagem paulistana: sincretismo e fragmentação**. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.
- ESPÍRITO SANTO. Governo do Estado - IJSN. **Patrimônio ambiental urbano e natural da Grande Vitória**. 1978.
- ESPIRITO SANTO. Governo do Estado; VITORIA. Prefeitura municipal; CEPEMAR. **Plano de Manejo Parque Estadual de Fonte Grande**. Vitória, 1996.
- FERREIRA, Renata Diniz. **Os manguezais da baía de Vitória (ES): um estudo de geografia física integrada**. São Paulo, 1989. Tese (Doutorado) - Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- FONTELES, J. Comunidade de pescadores de Jericoacoara-Ceará entra na rota turística. In: VASCONCELOS, F.P.(Org.) **Turismo e meio ambiente**. Fortaleza: UECE, 1999.
- FORMAN, R.; GODRON, M.- **Landscape ecology**. New York: John Wiley, 1986.
- FOUCAULT, Michel. Afterword. The Subject and Power. In: Hubert L. Dreyfuss and Paul Rabinow. **Michel Foucault - Beyond Structuralism and Hermeneutics**. 2ª edition. Chicago: The University of Chicago Press. 1983. Pp. 208-226.
- _____. What is enlightenment? In: RABINOW, Paul (Ed.). **The Foucault reader**. New York: Pantheon Books, 1984.

_____. The art of telling the truth. In: KELLY, Michael (Ed.) **Critique and power: recasting the Foucault/Habermas debate**. Cambridge: MIT Press, 1994.

FRIZZERA, Kleber P. **Paisagens e Passagens**. Belo Horizonte, 1998. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais.

HARVEY, David. **Justice, nature and the geography of difference**. New York: Blackwell, 1996.

_____. **Condição pós - moderna**. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2000.

HAROOTUNIAN, Harry. In: **History's Disquiet: modernity, cultural practice, and the question of everyday life**. New York: Columbia University Press, 2000.

HOLSTON, James. **A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

HOUGH, Michael. **City form and natural processes**. New York: Routledge, 1989.

KLUG, Letícia Becalli. **Vitória: sítio físico e paisagem**. Vitória, 2002. Trabalho de Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo.

KOHLSDORF, Maria Elaine. **A apreensão da forma da cidade**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1996.

KOTHE, Flávio; FERNANDES Florestan. **Walter Benjamin**. São Paulo: Ática, 1985. (Textos Sociologia).

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2000.

LEFEBVRE, Henri. **Le materialisme dialectique**. Paris: PUF, 1940. **Le materialisme dialectique**. Paris: PUF, 1940.

_____. **Presença y ausência**. Mexico: Fondo de Cultura Econômica, 1983.

_____. **De l'État**. Tomo III: "Le mode de production étatique".cap. 1,2, 3 e 4. Paris: 10/18,1977. Tradução Jorge Osekí (mimeo)

_____. **La production de l'espace**. 3.ed. Paris: Anthropos,1986.

LEITE, Maria A. F Pereira. **Destrução ou desconstrução?** São Paulo: FAPESP: Hucitec, 1994.

_____. **As tramas da segregação**. Cap.3: A reflexão: natureza, paisagem e lugar. São Paulo, 1998. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

_____. **A produção e o uso da paisagem metropolitana**. São Paulo, 2002. (Texto sem publicação).

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O Pensamento selvagem**.Campinas: Papyrus,1989.

LIMA, Catharina Pinheiro Cordeiro dos Santos. **A natureza na cidade, a natureza da cidade**. São Paulo, 1997. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

_____. Natureza e cultura: o conflito de Gilgamesh. **Paisagem e ambiente: ensaios**, São Paulo, n.18, 2004.

- LYLE, John Tillman. **Design for human ecosystems**. New York: Van Nostrand, 1985.
- _____. **Regenerative design for sustainable development**. New York: John Wiley, 1994.
- LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- MACEDO, Silvío Soares. **Quadro do paisagismo no Brasil**. São Paulo: FAUUSP, 1999.
- _____. Paisagem, turismo e litoral. In: YÁZIGI, Eduardo et al.(Organizador). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002. p.181-210.
- MALINOWSKY, Bronislaw. **Magia ciência e religião (1962)**. São Paulo: Edições 70. 1988. Partes I E II
- MARCONDES, Maria José de Azevedo. **Cidade e natureza: proteção dos mananciais e exclusão social**. São Paulo: Nobel: EDUSP: FAPESP, 1999.
- MARX, Karl. A Mercadoria. In: **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- _____. **Manuscritos econômicos-filosóficos de 1844**. Grijalbo: México, 1986.
- MARX, Karl; ENGELS, Frederick. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Global editora, 2001.
- MATLESS, David. **Landscape and Englishness**. London: Reaktion Books, 1998.
- Mc HARG, Ian L. **Design with nature**. New York: Doubleday, 1971.
- MENDONÇA, Eneida Maria Souza. **Transferência de interesse no percurso da verticalização da construção em Vitória (E.S)**. São Paulo. 2001. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.
- _____. **A Grande Vitória está sendo planejada? Análise do processo de planejamento urbano da grande Vitória**. Vitória: NAU-UFES, 1991.
- MENDONÇA, Eneida Maria Souza et al. Diagnósticos e Cenários. In: **Vitória do Futuro**. Vitória: UFES, 2002.
- MITCHELL, Timothy. The stage of modernity. In: MITCHELL, Timothy (Ed.) **Questions of modernity**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2000.
- MONTEIRO, Peter Ribon. **Vitória: cidade e presépio. Os vazios visíveis da capital capixaba**. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.
- MOREIRA, Antonio Claudio M. L. **Megaprojetos e ambiente urbano: uma metodologia para elaboração do Relatório de Impacto de Vizinhança**. São Paulo, 1997. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
- _____. **Conceito de ambiente urbano e impacto ambiental**. São Paulo, 2002. Material Didático da Pós- FAU/USP.
- NASSAUER, Joan Iverson. Cultural sustainability: aligning and ecology. In: **Placing nature: culture and landscape eology**. Washington: Island Press, 1997.
- OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista: o onitorrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- PACHECO, R. S. et al. Atores e conflitos em questões ambientais. **Espaço e Debates**, São Paulo, n. 35, 1992.

- PEQUENO, Luiz Renato Bezerra. **Desenvolvimento e degradação no espaço intra-urbano de Fortaleza**. São Paulo, 2002. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.
- PELLEGRINO, Paulo Renato M. **Paisagens temáticas: ambiente virtual**. São Paulo, 1995. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.
- PESSOA, Fernando. **Poemas**. Organização Cleonice Berardinelli. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.
- PRAKASH, Gyan. **Another reason: science and the imagination of Modern India**. Princeton: Princeton University Press, 1999
- PRITCHARD, Evans. **Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- ROLNIK, Raquel. **Reforma Urbana nos anos 90: velhas perspectivas para velhos temas**. In: Seminário Internacional Avaliação dos Instrumentos de Intervenção Urbana, 1993, São Paulo. São Paulo, FAUUSP/ FUPAM, 2003.
- SANDEVILLE JUNIOR, EULER. **Patrimônio paisagístico natural e construído**. In: I Encontro sobre "Percepção e Conservação Ambiental: a Interdisciplinaridade no Estudo da Paisagem. Anais. Rio Claro-SP, 2004.
- SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- _____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.
- _____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1998.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SASSEN, Saskia. **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.
- SCHAEFFER-NOVELLI, Y. **Manguezais brasileiros: uma bibliografia (1614-1986)**. São Paulo: Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo / Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista, 1986.
- SCHWARZ, Roberto. Ao vencedor as batatas. In: _____. **As idéias fora do lugar**. São Paulo: Duas Cidades, 1977. cap.1, p. 13-28.
- SERPA, Ângelo. A paisagem periférica. In: YAZIGI, Eduardo et al. (Org.). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002.
- SERRA, Geraldo. **O espaço natural e a forma urbana**. São Paulo: Nobel, 1987.
- SILVA, Mônica Cristina. **Percepção Urbana. Ensaio da Teoria Topoceptiva. Estudo de caso Santo Antônio**. Vitória, 1998. Trabalho de Graduação - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo.
- SIMMEL, Georg. The metropolis and mental life; Fashion; e The stranger. In: **On Individuality and Social Forms**. Edited and introduced by Donald Levine. Chicago: Chicago University Press. 1971
- SIMÕES, Roberto Garcia. **Aterros, mangues e mar: primeiras considerações sobre o problema**. Vitória: Fundação Jones dos Santos Neves, 1978.
- SPIRN, Anne. **O Jardim de granito**. São Paulo: Edusp, 1997.
- TEIXEIRA, Aparecida Netto. **Cidade e siderurgia: a Região Metropolitana de Vitória (ES) e o Complexo Mínero-Siderúrgico**. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

TEIXEIRA, Elenaldo. **O local e o global: limites e desafios da participação cidadã**. 3ed. São Paulo: Cortez, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO; VITÓRIA. Prefeitura Municipal. **Intervenções urbanas em áreas centrais litorâneas, alternativas para o desenvolvimento social e turístico. Estudo de caso: o centro de Vitória**. Organizador: Tarcísio Bahia de Andrade. Vitória, 2000. Curso de Extensão UFES/ CAR.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO; BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Projeto Caranguejo**. Desenvolvido pelo Departamento de Biologia da UFES. Vitória. 2002-2003

VALE, Cláudia Câmara. **Homens e caranguejos: uma contribuição geográfica ao estudo dos manguezais da Baía de Vitória (ES) como fonte de alimento**. Vitória, 1992. Monografia apresentada ao Departamento de Geociências da Universidade Federal do Espírito Santo

VILASCHI FILHO, A. **Vitória nos contextos internacional e nacional - Cenários**.. Vitória: Companhia de Desenvolvimento de Vitória / Prefeitura Municipal de Vitória, 1996. Documento de trabalho do Projeto Vitória do Futuro

WEBER, Max. **A Ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1967.

_____. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 1972.

YÁZIGI, Eduardo et al. (Org.). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002.

ZECHINELLI, Ivani Soares. **Projeto São Pedro - desenvolvimento urbano integrado e preservação do manguezal - Vitória (es) - uma experiência municipal a caminho do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro, 2000. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

· Periódicos

PERIFERIA entra na rota do turismo. **A Gazeta**, Vitória, 19 jan. 2003. Suplemento Grande Vitória.

ATERRO deu a Vitória 10 quilômetros quadrados. **A Gazeta**, Vitória, 23 jul. 2002.
Suplemento Grande Vitória.

Sites visitados na Internet

www.artchive/c/constable.html

www.artcyclopedia.com/artists/schwin-moritz-von.html

www.baiadevitoria.ufes.br

www.fress.pt/port/expos/pillement.html

www.google.com.br/epopéia_gilgamesh

www.galeon.com/.../Isabelle/sum-gilg.html

www.ibiblio.org/wm/paint/auth/delacroix

www.ibiblio.org/wm/paint/auth/friedrich

www.proex.ufes.br

www.rainhadapaz.g12.br/.../coletoras.htm

www.vitória.es.gov.br//Secretaria do Planejamento

www.vitoriadofuturo.org.br

www.vitória.es.gov.br//Secretaria do Turismo

www.vitória.es.gov.br//Secretaria do Meio Ambiente

www.womenearlyat.net/.../koch_landscape.html

Editoração
e programação visual:
Camila Chicchi
Luciana Mantovani